6673
N.º 6673
N.º 1204

Revista da Cavalaria

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

N.º 1 Novembro

Estado Maior do Exercito
BIBLIOTECA

Com a publicação da Revista da Cavalaria começa hoje um novo período de labor intelectual para a nossa Arma. Expondo princípios, divulgando conhecimentos, analisando factos, ha-de produzir-se sem dúvida a germinação de ideias informadoras e propulsoras do desenvolvimento dessa forma de vida superior a que chamamos cultura.

E por um processo indefinível de transfusão, essas ideias, passando de um espírito a outro espírito, darão origem a êsse característico estado de equilíbrio intelectual, a unidade de doutrina necessária a todos aquêles para quem uma decisão rápida, justa e oportuna, é condição essencial de êxito na sua actuação cotidiana.

Mas, para que êsse equilíbrio intelectual, essa unidade de doutrina adquiram, para nós cavaleiros, todo o seu inconfundível valor, a sua formação e desenvolvimento têm de realizar-se dentro do espírito da Arma, que de modo algum devemos perder, mas, pelo contrário, cultivar com acrisolado desvêlo, seja qual fôr a técnica do emprêgo e da utilização do material que nos fôr atribuído.

Abrindo pois, as suas páginas a tôdas as sugestões e a tôdas as ideias, a Revista da Cavalaria receberá alegremente a colaboração preciosa de todos aquêles que, pensando e reflectindo sôbre as lições do passado, saibam indicar-nos o caminho do futuro.

General FREITAS SOARES

Director da Arma de Cavalaria

Apresenta a «Revista da Cavalaria» as suas respeitosas homenagens a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, publicando com orgulho e desvanecimento, no seu primeiro número a reprodução da fotografia com que S. Ex.ª ilustre general, oriundo da Arma de Cavalaria, se dignou honrá-la.

A "Revista da Cavalaria"
numero de 1939
General Carmona

Apresenta a «Revista da Cavalaria» as suas respeitosas homenagens a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, publicando com orgulho e desvanecimento, no seu primeiro número a reprodução da fotografia com que S. Ex.ª ilustre general, oriundo da Arma de Cavalaria, se dignou honrá-la.

A "Revista da Cavalaria"
Novembro de 1939
General Carmona

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Aos novos

pelo General **MORAES SARMENTO**

PEDEM-ME para abrir a *Revista da Cavalaria* e não é sem emoção que acêdo ao pedido feito, por jámais esquecer a arma a que pertenci, onde por tantos anos iniciei, na carreira das armas, tanta geração de rapazes, que hoje servem na arma com dedicação e distinção dando-lhe aquela vida e brilho que tanto a diferencia de qualquer outra.

Renasce a *Revista da Cavalaria* em momento bem grave da vida militar, o da guerra entre Nações dispondo do maior potencial do Mundo.

Em Portugal o Exército em transformação, dotado de novo armamento e de meios de combate, que até agora não possuia os quais dando-lhe maiores possibilidades de acção, exigem, da parte do pessoal que o serve, a maior dedicação, o maior sacrifício, o maior amor ao trabalho e a melhor instrução.

Cônscios, certamente, dos deveres que lhes cabe, nêste ressurgimento do *Exército,* em ocasião tão grave e delicada

da política internacional, os *Novos* da cavalaria abalançam-se a arcar com as responsabilidades da publicação dum jornal técnico, privativo da arma, mostrando, mais uma vez, manterem-se os nobres sentimentos da cavalaria de dedicação e espírito de arma puros e vigorosos, prontos a actuarem em conformidade com os mais elevados interesses da arma, procurando por êste meio valorizar-lhe a instrução a-fim-de no momento em que a *Pátria* reclame a sua acção, todos estejam prontos a dar tudo quanto podem e muitas vezes até mais do que era justo esperar.

É êste o espírito da *cavalaria* e assim o atesta a cavalaria francesa que, na Grande Guerra, destacou voluntàriamente, mais de 5.000 oficiais dum quadro constituído por 6.000 para, no período de estabilização das frentes, irem servir nos pontos e nas armas onde a luta era mais violenta e o perigo mais iminente, atestando, a bravura com que se bateram, com mais de 2.000 mortos.

Foi sempre, de facto, a *cavalaria* a arma do *nobre sacrifício*, seja qual fôr a forma porque tenha de ser prestado, mas hoje essa característica, que lhe é intrínseca, tem de ser conjugada com qualidades impostas pelo progresso da ciência militar para que êsse sacrifício seja útil.

Não basta, embora seja necessária, a bravura que imortalizou os esquadrões de Seidlitz, de Murat ou de Lassale, carregando, à arma branca, os batalhões inimigos. Esfôrço tão heróico seria hoje improdutivo, pois a cavalaria tem de se enquadrar, no conjunto do Exército e corresponder ao pensamento do *Grande Foch* expresso na Nota aos Exércitos de 3 de Novembro de 1919:

«— A cavalaria é um órgão rápido e móvel capaz de deslocar, com presteza, sejam quais fôrem as circunstâncias, os seus meios de fogo e fazê-los actuar, com eficácia, em qualquer ponto do campo de batalha».

Que de servidões não impõe esta concepção, aos oficiais que a tem de comandar, das maiores às menores fracções constituídas?

A faculdade de, num rápido exame, descobrir no terreno os acidentes que podem ser úteis ou prejudiciais à acção a desenvolver; o conhecimento, tão completo quanto possível, do valôr combativo do adversário, expresso nas possibilidades do seu armamento, na forma porque o utilizam e no valôr moral dos que o manejam e finalmente o conhecimento, ou melhor o *sentimento* seguro das possibilidades da tropa que comandam.

E que conjunto de qualidades não demandam estas servidões, do oficial de cavalaria moderno?

Longe vão os tempos em que o bom oficial de cavalaria, correspondia às palavras sublimes, com que o retratava o General Foy (1) «— Tivesseis vós um golpe de vista o mais rápido e o dom da resolução mais repentino que o galope dum corcel e nada será se não dispuzerdes também da agilidade da juventude, de bons olhos, duma voz altissonante, do vigor dum atleta e da mobilidade dum centauro.

«Ainda, antes de tudo, é indispensável que o céu vos tenha favorecido, com prodigalidade, dotando-vos com a qualidade, que nenhuma outra substitue e que é mais rara do que vulgarmente se supõe, a *bravura*.

«Se não montais a cavalo como um centauro, se não tendes a vista da águia, a coragem do leão e a decisão do relâmpago... Para trás! Não sois dignos de comandar a tempestade da cavalaria».

O armamento de que dispõe os Exércitos, a moderna conduta das operações, as possibilidades actuais da cavalaria, tornam, no entanto, oportuno o pensamento do mesmo General: — «depois das qualidades necessárias ao exercício do comando em chefe, o talento de guerra, mais sublime pertence ao General de cavalaria».

---

(1) General Foy — *Histoire de la guerre de la Peninsule sous Napoléon.*

A cavalaria é a arma onde a acção do oficial tem mais influência — «Basta que o melhor regimento mude de comando para que nalguns meses passe do mais perfeito treino físico e intelectual ao dôce torpôr duma guarda nacional a cavalo. A cavalaria é a arma impressionável por excelência, a mais sensível à pressão moral do meio ambiente. Deve viver numa atmosfera electrizada a alta pressão.

«Ora é o chefe, quem, pelo seu fluído, cria esta atmosfera vivificante e ardente. Tal chefe, tal cavalaria (1)».

As exigências da cavalaria moderna e conseqüentemente dos seus oficiais, são claramente especificadas no trabalho do major belga Petian: — «Um agrupamento moderno de cavalaria, ou para empregar o termo moderno, um grupo de tropas ligeiras, é constituído por tropas a cavalo, ciclistas, tropas transportadas, artilharia, engenharia, aviação, carros de combate, um corpo de transporte.

«Esta reünião de unidades tão heterogéneas, tôdas rápidas mas dependendo de maneira variável do terreno, reclama, do oficial de cavalaria, que a comandar, um conhecimento perfeito da acção, do rendimento particular de cada uma, uma visão justa das suas possibilidades, conforme o terreno, uma concepção nítida da fórma de as utilizar, em conformidade com a situação.

«Um agrupamento de tropas ligeiras, cuja primeira missão é a procura de informações, está constantemente e fatalmente a debater-se com o imprevisto.

«O seu comandante terá que tomar uma decisão, não estando completamente esclarecido sôbre a situação do inimigo. As intenções do adversário, que quando os Exércitos estão próximos se podem por vezes adivinhar, são ignoradas do comandante da cavalaria porque no momento em que opera, muitos factores são ainda desconhecidos. Sem dúvida que o comando das tropas ligeiras será orientado pelo alto comando; mas esta orientação dependerá muitas vezes

---

(1) Cherfils — *Essai sur l'emploi de la cavalerie.*

das informações recebidas. — Orientai-me e eu vos informarei; informai-me e eu vos orientarei — e dêstes dois problemas não é sempre o segundo aquêle que o comando de cavalaria terá de escolher?

«Empenhado numa determinada missão o comando que prosegue um fim é contrariado nas suas intenções por dois factores que constantemente se contrapõem um ao outro: — o sucesso da operação e a conservação dos cavalos.

«Um esfôrço maior pedido aos homens conduzirá ao sucesso, um maior esfôrço exigido aos cavalos causará a sua ruina!

«As operações da cavalaria pelo seu carácter livre e prolongando-se no espaço, expeditas na fórma, múltiplas no tempo, apresentam-se numa sucessão rápida e variada de situações novas, exigindo do comando uma concepção pronta e esclarecida, uma decisão rápida e incansàvelmente proseguida (1)».

Tais são as servidões da cavalaria moderna e dentro delas ficam definidas as exigências a satisfazer pelo moderno oficial de cavalaria para que corresponda ao que dêle se espera e ao que deve ao passado glorioso da arma em que serve.

Para satisfazer essas exigências, três condições essenciais são exigidas: *Inteligência, dedicação pelo serviço, carácter.*

A *inteligência* permite definir com a-propósito o caminho a seguir, ainda nas mais complicadas emergências, cultiva-se pelo estudo, pela observação e pela reflexão.

A *dedicação,* consubstância-se no espírito do cumprimento do dever e cultiva-se na prática, sem restrição, dos deveres militares.

O *carácter* é o poder sôbre si mesmo, é a faculdade de actuar, dentro das possibilidades individuais, ainda mesmo em desacôrdo com todos os outros; é a fôrça que nos obriga a actuar, sejam quais forem as circunstâncias, no desejo firme de bem servir. Apura-se diàriamente, nos mais diver-

---

(1) Major A. E. M. Petian — *Nous fout'il une cavalerie?*

sos incidentes da vida corrente e por êle se diferenciam os homens em dois grupos bem distintos.

Jovens cavaleiros que praticais a *vigília das armas,* no desejo de ingressardes na cavalaria! Examinai durante ela, em vossa consciência, se possuís, em excesso, as qualidades mencionadas, indispensáveis ao serviço da *nobre arma;* se o exame não fôr francamente favorável, pensai que só por favôr da fortuna podeis usar o seu uniforme, honrado por tradições seculares de glória e sacrifício à Pátria e então lembrai-vos... *Para trás! Não sois dignos de comandar a tempestade da cavalaria.*

Novembro, 1939.

E. P. C.

pelo Coronel CARLOS M. RAMIRES

VELHA Escola de tradições bem queridas de todos os oficiais da arma não escapaste incólume às evoluções de ordem política e financeira que atingiram todo o Exército!

Escola de Equitação por realização de sonhadores e reformadores impulsivos, a quem a frescura dos anos, tendências pessoais e ambição de contribuir para melhorar a arma fizeram considerar como única necessidade do oficial de cavalaria a aptidão para as lides eqüestres, em breve voltaste à função de escola prática, a-pesar-de seres E. Eq.

Novamente em 919 retomas o nome de E. P. C. e, em cheio, a função educativa da arma, alargando-a por forma a não só formar os poucos novos, mas também reeducar e chamar ao bom caminho os enquistados em princípios improgressivos, que tão mal receberam a tua nova propaganda e que, só à força de evidência e quási por favor reconheceram teu mérito e esfôrço.

A evolução trazida pelas últimas reformas a todo o Exército, de novo te atinge e não é ferida menos dolorosa aquela que, como conseqüência da lei de promoções, fez mudar o teu pessoal superior, que tem como únicos recursos a boa vontade por ti e pela arma, e o aproveitamento da experiência e competência dos oficiais que outros benèficamente guiaram.

Velha e nova Escola, cabeça e guia da cavalaria portuguesa, tesouro de recordações queridas da juventude de

tantos, arquivo de episódios afagantes de amor próprio e de sãs emulações, prestigiada pelas figuras de relêvo que te comandaram, vai para ti o meu preito de homenagem e, com êle, a afirmação do meu desejo de permanente esfôrço por ti, dando como única garantia disso, um passado de persistência em servir a arma, ainda que desajudado por fracas possibilidades intelectuais.

*

Entre as várias funções que competem à E. P. C. ressalta como primordial a educação dos quadros e, em especial, a preparação prática para a vida militar dos novos oficiais, da qual dependerá para o futuro a própria mentalidade da Arma.

Massa plástica, o aspirante, elemento cheio de ilusões para a vida, com tendências mal definidas, intelecto desenvolvido por grande somatório de conhecimentos teóricos, é essencialmente apto a nêle se gravarem reflexos que actuarão pela vida fora.

Deve prevalecer o exemplo na sua educação, em que terá essencial influência, além da competência profissional, uma acentuada correcção e integridade de carácter dos instrutores, visto que os exemplos vividos são a grande escola da vida. É uma razão plenamente justificativa da escolha de oficiais para o quadro da Escola.

Mas isto não basta.

Sob pena de o jovem oficial envelhecer aos vinte anos, criando atitudes e gestos de desiludido, descrente das possibilidades porque não as apalpou pràticamente, descrente do esfôrço alheio porque não foi educado para dar o seu sem reservas, criticando tudo e todos sem escolha de ouvintes para justificar desleixos e incompetência, tendo como ambição constante na vida o fugir ao serviço de fileira, é preciso que a Escola tenha possibilidades materiais.

Sob pena de educar os jovens oficiais por forma a obter uma percentagem ridícula de aproveitáveis para a função primordial, que é preparar anualmente homens para a guerra, de não lhe criar mentalidade para que exerçam com perseverança essa função sem que se torne uma obrigação fasti-

diosa, de não educar oficiais mas sòmente funcionários, a Escola necessita de possibilidades materiais.

Sob pena, ainda, de educar oficiais sem os reflexos essenciais para a finalidade máxima — a guerra —, competentes para interpretarem, ou melhor, para criticarem uma decisão de general (passe o exagêro) mas sem sombra de capacidade para dirigirem com precisão o seu pelotão e, vou mais longe, sem saberem instruir o seu graduado ou soldado porque lhe escapa o valor do detalhe mínimo, é preciso que à Escola não faltem possibilidades materiais.

Sob pena, finalmente, de não poder influir poderosamente na mentalidade do jovem oficial por forma a incutir-lhe o *Espírito Cavaleiro,* essência da cavalaria de ontem, de hoje e de àmanhã, criando nêle o desembaraço, agudeza de espírito e visão, para que saiba aplicar o consagrado sistema D (desenrasca-te), é preciso criar-lhe reflexos que só a prática faz nascer e, para tal, a Escola precisa ainda de meios materiais.

Mas, se atendermos a que pela Escola não passam só aspirantes, mas oficiais de tôdas as patentes e de armas estranhas, quer em estágios quer freqüentando cursos condicionados para promoção, já para objectivamente alargarem conhecimentos sôbre a cavalaria, já para actualizarem estudos e prestar provas de capacidade profissional, compreende-se fàcilmente que a Escola não pode dispensar elementos materiais.

Ora, todos mais ou menos conhecem as possibilidades materiais da Escola e sendo de todos bem conhecido o grau a que os seus elementos levaram a aplicação do sistema D, improvisando até ao ponto de, nos seus exercícios, aparecerem AMC com o letreiro «Aluguer», examinemos um pouco a campanha que contra ela se levantou e tentemos pôr a questão no seu verdadeiro pé de justiça.

A evolução de ciência da guerra perturbou a velha Escola, ou melhor e mais justo, pareceu perturbá-la, visto que encarou e resolveu o problema de frente.

Reconhecida a necessidade de evolução da Arma pela unificação de princípios e difusão de novos conhecimentos, a Escola tomou sôbre os ombros essa pesada tarefa e durante anos deu o seu esfôrço máximo nesse sentido.

Velho oficial de fileira que não conheceu outra situação senão a de arregimentado, que constatou o lento evolucionar dos conhecimentos dos camaradas e subordinados, que da Escola recebeu lições sem a ter freqüentado, que conhecia a escola antiga e que acaba de conhecer por dentro a actual, com satisfação de cavaleiro, afirmo, que a Escola conseguiu o seu objectivo.

Talvez entre os refractários ao esfôrço de actualização, talvez entre os estranhos à Arma, que não constataram a influência benéfica da Escola, correu a tomou fóros de acontecimento desastroso o facto da actividade escolar ter sido essencialmente aplicada a um ramo da sua função que urgia pôr em dia, deixando para plano secundário, outro mais espalhafatoso e de propaganda.

Mas isso mesmo não é bem assim.

Êsse ramo de actividade não foi descurado e a prova está no facto de não faltarem elementos por ela preparados, a que os aflitos vão recorrer para remediar uma hipotética deficiência. E, se as manifestações públicas dessa actividade perderam prestígio, foi porque à Escola faltou o elemento essencial, «o cavalo de classe», que outróra teve, que não tem de há tempos para cá, que não se improvisa, necessitando tempo — por vezes anos — para a sua preparação.

Divagando um pouco, seja-nos permitido sugerir, que, experiência por experiência, talvez fôsse mais económica e oferecesse maior garantia — visto já ter antecedentes creditantes e já a técnica estar em dia — o facultar à E. P. C. elementos necessários a êsse ramo de instrução.

Mas não é só por isso.

Se queremos que o nosso graduado aprenda a bastar-se a si mesmo, que nos momentos críticos não fique apático aguardando ordens porque recorrendo a todos os conhecimentos teóricos não encontrou soluções a-pesar-de altamente classificado, que destinado a trabalhar em situações difíceis, isolado, mal repousado, comendo ao almôço o jantar da véspera, seja sempre o homem que dá o exemplo, sem desânimos, com influência pessoal sôbre os subordinados, é preciso criar-lhe ou desenvolver-lhe o *espírito cavaleiro.*

Ora, enquanto a experiência dos vários motores e «T. T.» não consagrar êstes novos elementos como bastantes para

fomentar o *espírito cavaleiro,* parece de boa doutrina não desprezar o velho *cavalo,* que há séculos satisfaz essa necessidade imperativa da Arma, digamos mesmo, que criou êsse espírito.

Não deve ser culpada a E. P. C. se o gôsto pelo cavalo não se manifesta como outróra e é preciso ir buscar a razão a uma fonte semelhante àquela que dá origem a que o ferrador comece a não saber fazer ferraduras, ou que o lavrador comece só a produzir muares.

*

Li em qualquer documento oficial, não se compreender uma tropa que pelo menos não trabalhe uma vez por semana no campo, ideal a atingir e para o qual tenderiam os esforços gerais. No que diz respeito a uma Escola Prática isso tem de ser o pão nosso de cada dia, porque difundir conhecimentos teóricos, sem imediata aplicação no campo, é o mesmo que ensinar natação numa sala de ginástica e deverá ter conseqüências parecidas e dolorosas.

A nova organização da E. P. C. e o esfôrço para a dotar, que não conhecemos mas pressentimos, são, na verdade, um pouco reconfortantes, pois a serem integralmente efectivadas, permitem confirmar no campo prático a aluvião de conhecimentos de que necessita o oficial de hoje. Oxalá as esperanças se confirmem e a Escola possa em breve e verdadeiramente oferecer aos que a ela concorrem, a possibilidade de satisfazerem o seu desejo de aprender pràticamente.

Mas, não nos embalemos demasiadamente! A Escola continuará ainda durante anos a trabalhar com desequilíbrio entre o que se lhe pede e o que pode dar, que se traduz num grande esfôrço do seu exíguo pessoal, o qual pela permanência conduzirá ao cansaço, na insuficiência dos seus meios materiais para aproximar da realidade os trabalhos práticos, na deficiência das suas instalações velhas, desactualizadas, nada higiénicas e perfeitamente *à cunha.* É o constante recurso ao *arame de fardo.*

Todos sabem que se encara um novo quartel, facto comprovativo das urgentes necessidades a que é preciso acudir. Mas para quando?...

Revista da Cavalaria

*

Pediram-me um artigo para a nova Revista e não pude esquivar-me. De que tratar? Com todo o tempo ocupado por novas funções, pesando algo preocupado as novas responsabilidades, que não temo, só penso na Escola, só dela podia falar.

Faço-o, porém, evitando críticas para que todos têm competência menos nós, evitando choradeiras porque gosto mais de remediar do que pedir, evitando detalhes que por pudor militar acho inconvenientes, e procurando pôr no seu lugar e dar o verdadeiro valor ao esfôrço notável dos que me antecederam.

Consegui-o? Não tenho grandes ilusões a tal respeito, mas para os oficiais de cavalaria que me lerem, para os que conhecem o grau de persistência, boa vontade e esfôrços que é preciso dispender para não se cair na apatia e na má língua, aqui deixo a declaração de que dia a dia constato com admiração, o método, o saber fazer, as admiráveis faculdades de improvisação dos que me antecederam, e da sua admirável *alavanca,* com a qual deram impulso para o trabalho ingrato de conseguir a transformação da Arma e do velho símbolo de oficial pouco progressivo.

*

Para terminar, ao grupo de oficiais que resolveram preencher a falta de uma Revista na nossa Arma, os meus votos para que a vida deficitária que a Revista vai ter, não seja motivo para desalentos, e que os resultados imateriais que vão colher sejam em sua vida reconhecidos e devidamente apreciados, juntando a oferta do meu desvalioso préstimo para tudo o que não seja escrever.

Outubro de 1939.

Cavalaria Moderna

pelo Tenente-Coronel A. BOTELHO

Ao iniciarmos a nossa modesta colaboração na Revista da Cavalaria, *cumprimentamos respeitosamente os Chefes, saüdamos todos os camaradas e afirmamos a nossa fé nos destinos da Arma, fé que não decresceu desde os afastados tempos de aspirante, antes conscientemente se desenvolveu com o estudo e a experiência. Fazemos votos que os novos camaradas o mesmo possam dizer daqui por algumas décadas, nunca esquecendo, porém que acima da Cavalaria está o Exército e acima dêles Portugal!*

I

Qual a fisionomia da guerra futura?

Era interrogação obsecante dos responsáveis da defesa nacional em cada país, era dúvida preocupante dos técnicos àvidos de estabelecer doutrina, após a chamada Grande Guerra 1914-18, interrogação e dúvida, evidentemente, daquêles que não se iludiram com as conseqüências duma Paz de alicerces dogmáticos e idealistas, condicionada, em muitos pontos, por interesses inconfessáveis. A «nova» Grande Guerra, que ensangüentou já êste outôno de 1939, deu, ou vai dar, resposta a muitas destas preguntas e se aspectos novos se revelarem, muito naturalmente, como tanta vez acontece, reduzirá a proporções mais modestas os sonhos e fantasias dos teóricos especulativos e dos leitores fáceis de jornais e revistas.

A muitos ocorriam, apenas como naturais factores da solução a encontrar, os novos e poderosos meios de guerra que a ciência, sem cessar, fornece ao homem para destruir e dominar o seu semelhante, para dêle se cobrir e defender ou para com êle equilibrar as suas fôrças.

A outros, repletos de estudos de gabinete, lembrava apenas a escolha abstracta duma doutrina de guerra que satisfizesse os seus ideais.

Muitos talvez, esqueciam entrar em conta com outros factores, como são: a situação política, a económica, a financeira e geográfica do seu país ou como é a missão, ou missões a impôr à fôrça armada, órgão essencial à existência da Nação, instrumento indispensável da sua acção histórica. No entanto, só tendo bem em vista as necessidades e as possibilidades nacionais, isto é, estudando cada caso, será possível determinar a fisionomia da guerra futura nas suas três dimensões, terra, mar e ar e na articulação e acção dos

novos e tão numerosos meios de luta. Na verdade não era fácil vêr clara e pràticamente resposta em tão complexo problema.

Daí preguntas e afirmações como:

— «Guerra de movimento ou guerra de posição?»
— «Guerra ofensiva ou guerra defensiva?»
— «Defensiva na terra, ofensiva no ar! A aviação é a arma decisiva».
— «Não há barreiras irrompíveis! A mecanização é a arma do futuro, que tudo vence».

Doutrinas, sem dúvida interessantíssimas, mas carecendo muitas vezes de objectividade e de realidade.

Sabe-se que a guerra de movimento é a única decisiva e, pela rapidez que a deve caracterizar, talvez a mais económica e decerto a menos exaustiva. Será decerto aquela que um bom govêrno exigirá do seu Estado Maior, sempre que o possa fazer. Mas se, por qualquer razão, a defensiva tiver de ser imposta pelo govêrno ao seu exército, tal não implicará, que essa defensiva seja total no tempo ou no espaço e sobretudo que seja estática; a fisionomia geral da guerra incluirá, necessàriamente o «movimento», manifeste-se êle no sentido da profundidade, desenvolva-se êle no sentido da frente. Ai do adversário que, tendo de recorrer à defensiva, corresponda à manobra e aos ataques adversos apenas com a passividade e a inércia!

É evidente que uma nação de pacífica mentalidade política e cujas fronteiras sejam de pequeno desenvolvimento ou que se prestem a fácil defesa, se disporá, para a defensiva, enterrando-se, cobrindo-se de betão e de farpado, eriçando-se de metralhadoras e minas, constituindo enfim a mais sólida barreira que os seus engenheiros puderem criar e as suas finanças permitirem. Mas será essa barreira intransponível ou irrompível? Não poderá ser transbordada ou torneada? Não faltam doutrinários que o afirmam.

Se a ciência tem dado à defensiva meios formidáveis, que a fazem encarar como solução óptima, não é menos verdade que a ofensiva dispõe doutros meios que, a todo o momento, com aquêles, competem em potência e violência.

O avião e o carro são adversários de estatura e fôrça considerável para as formidáveis barreiras fortificadas que o homem poude criar em fronteiras de escassa e favorável frente. Mas da simples oposição de tão colossais meios de guerra, poderá resultar apenas equilíbrio e esgotamento e não a vitória. A decisão só resultará da «manobra», do «movimento» mesmo em «defensiva».

Quanto aos países de longas e abertas fronteiras, recorrendo à defesa linear, exemplo recente nos mostra como uma aviação, numerosa sim, mas sobretudo bem empregada, e como uma moto-mecanização, poderosa é certo, mas indubitàvelmente audaciosa e manobradora, em poucas semanas furou, envolveu e retalhou um exército de efectivos apreciáveis, de incomparável valentia e patriotismo, mas cujo govêrno ou estado maior não souberam, ou não puderam, resolver o problema «defesa nacional» de há muito posto na sua frente. Mas, notar-se-à, que foi ainda no «movimento» (para que não faltava «espaço», mas a que faltavam outras condições de sucesso) que o Comando procurou a salvação do exército e da Pátria. E foi afinal o «movimento» que o liquidou!

*

Qual será a solução para um país de longas fronteiras, por vezes pouco permeáveis, mas no entanto de portas abertas em corredores, hoje em dia pouco profundos, dirigidos ao coração nacional?

Estamos longe de nos sentir de estatura para responder a tão grave pregunta, mas se a fazemos é não só para agitar um problema vital como ainda para procurar deduzir da necessidade e do papel de uma arma rápida, caracterizada pela mobilidade e relativa potência, arma que substituirá, ou será, a cavalaria.

Encarando apenas a defesa metropolitana dêsse país, isto é, não entrando em conta com os variáveis teatros de guerra exterior ou coloniais, supômos não andar longe da verdade imaginando um sistema defensivo que, à retaguarda de bem informada e segura cobertura fronteiriça, fôsse cons-

tituído por regiões ou centros fortificados instalados sôbre as naturais linhas de penetração e aproveitando ao máximo a natureza do terreno, de perímetro fechado e em dispositivo tal que ultrapassados êles pudessem continuar a resistência e facultar a contra ofensiva, centros fortificados tão numerosos e tão poderosos quanto o permitissem as finanças nacionais; no coração do país, uma verdadeira cidadela abrigaria as reservas, quanto possível motorizadas — se não moto-mecanizadas — e asseguraria a ligação pelo mar e pelo ar com colónias e aliados. Como complemento dêste dispositivo a aviação tão forte quanto possível, sempre agressiva, actuando independentemente ou em cooperação, conforme a oportunidade, se os seus efectivos não permitissem a divisão pelas duas modalidades da sua actividade, procuraria impedir o domínio da arma adversa se lhe não fôsse dado ser ela própria a dominadora.

Na frente e nos intervalos do sistema defensivo atrás referido, fôrças rápidas garantiriam a informação e a segurança terrestres (que são necessidades imperativas de todo o comando) e retardariam ou repeliriam as infiltrações e incursões adversas. À retaguarda as fôrças motorizadas (ou moto-mecanizadas) à disposição do alto comando, estariam prontas, em cooperação com aquelas fôrças rápidas e apoiadas nas regiões fortificadas, a fazer frente às ofensivas inimigas, resistindo ou atacando as suas colunas, quer de frente, quer de flanco ou mesmo pela retaguarda. Seria talvez êste um processo de não deixar saír com armas na mão do território nacional, o invasor atrevido, agora esgotado e castigado.

A história apresenta-nos casos semelhantes que bem poderiam ter êste fim. É questão de possuir um Murat ou um Lasalle!

Outro caso seria se a «situação» permitisse, ou mesmo aconselhasse, a iniciativa nas operações. Então aquelas fôrças rápidas e moto-mecanizadas, apoiadas no sistema defensivo descrito, poderiam permitir-se as maiores audácias em terra inimiga, certas de apoio em caso de sucesso, seguras de serem recolhidas em caso de insucesso. É processo mais difícil mas não impossível.

II

Qual será o papel da cavalaria adentro da fisionomia de guerra adoptada?

Mas haverá realmente necessidade dessa arma?

Se encontrarmos resposta afirmativa a esta, teremos também assim determinado o seu papel.

*

Qualquer que seja a fisionomia da guerra a *informação* é necessária ao Comando, quer para êste «saber» orientar e dirigir a sua manobra em harmonia com a situação do inimigo quer para êle «poder» a tempo, conhecer as iniciativas adversas e a elas fazer face, contribuindo assim para a segurança. A informação deverá vir de tanto mais longe e será tanto mais geral quanto mais elevado fôr o grau hierárquico do comando que dela necessita; virá de tanto mais perto e será tanto mais pormenorizada quanto menor fôr o grau hierárquico do comando a quem ela deve servir. Assim o Alto comando necessitará da *informação longínqua*, procurada a grande distância, com rapidez na busca e na transmissão de notícias independentemente da frente inimiga e das próprias tropas, informação, geralmente, de interêsse estratégico e que por isso mesmo dispensará o pormenor. Outros comandos não exigirão, informação tão longínqua, mas ainda *afastada* e por vezes contentar-se-ão com a informação *próxima* ou apenas *imediata*, qualquer delas sucessivamente mais pormenorizada e de interêsse tático.

Na guerra moderna seria impossível à «velha cavalaria» arma clássica da descoberta e da exploração, satisfazer cabalmente às exigências do comando, da procura da informação a grande distância ou no caso, em que a frente adversa totalmente impeça a infiltração ou a penetração, ao reconhecimento. Há porém uma arma moderna para tal capaz, a *aviação,* pelas suas características de raio de acção, velocidade, independência da frente inimiga, etc. Tem porém certas deficiências, como é natural (impermanência de acção, sujeição ao estado atmosférico e à luz do dia, dificuldade de observação dos terrenos cobertos e povoados, impossibilidade de contacto) e sobretudo a sua informação carece de ser verificada ou alargada na terra. Necessita pois duma arma terrestre sem aquelas deficiências, arma que com ela colabore ou a substitua, arma que deverá ter o maior raio de acção e velocidade que na terra fôr possível, arma a que será essencial a mobilidade em todo o terreno conjugada com o potencial de combate indispensável para arrancar ao inimigo a informação afastada, próximo ou perto que fôr necessária.

Essa arma dotada de todos os requisitos do seu tempo é a *cavalaria.* Mas ela, como a aviação, a par das suas qualidades tem também as suas próprias deficiências. Assim os meios materiais que lhe dão a mobilidade por todo o terreno, essencial à sua função, são geralmente delicados e carecem de fôrça; e se pretendermos elevar esta qualidade desmesuradamente prejudicaremos aquela. Por tal razão a cavalaria, mesmo a cavalaria moderna, terá muitas vezes que esperar que outras armas abram caminho pela fôrça para ela de novo poder satisfazer à sua função. De sorte que, quando a fisionomia da guerra fôr de estabilização, isto é, quando os adversários se imobilizarem dentro de frentes fortificadas contínuas, a cavalaria não será utilizável como arma de informação e na verdade nem necessária será, porque então será impossível a manobra onde ela tem papel clássico. Não será porém o caso se um dos adversários pedir à fortificação apenas a constituïção de frentes descontínuas, (ainda que fechadas), porque através dêsse dispositivo talvez largamente intervalado e pouco profundo (como conseqüência da escassez de efectivos e deficiência de meios) haverá campo para a «manobra» e então será essencial ao comando uma

arma como a cavalaria para descobrir na terra tôda a informação que lhe fôr necessária.

*

A *segurança* é outra necessidade permanente mas não só do comando que dela carece para tomar as suas disposições, como das tropas que precisam protecção para viver, marchar e combater. É necessidade assás antiga qualquer que seja a fisionomia da guerra.

Porém os modernos meios de luta, que a arte da guerra pediu e a ciência forneceu — a aviação, a mecanização, a motorização juntos à potência do armamento, do betão e dos gases — deram-lhe aspectos novos no tempo e no espaço e exigiram utilização de novos meios, naturais antídotos daquêles contra os quais, comando e tropas, terão de assegurar-se e proteger-se. E dêsse condicionamento em tempo e espaço resulta, a segurança assentar essencialmente na *informação,* como já referimos, e na *cobertura*, isto é na interposição de meios de resistência entre o inimigo e as próprias tropas ou, por outro modo dito, no dispositivo.

A *segurança aérea* dependerá principalmente dessa arma nova que é a *aviação* nas suas modalidades de informação e combate e de tal modo que se ela não destruir ou dominar a adversa, os perigos do ar exigirão meios e disposições terrestres que muito prejudicarão as operações.

A *segurança terrestre* é necessidade permanente, seja do Comando *(segurança afastada),* seja das Grandes Unidades *(segurança próxima),* seja da tropa *(segurança imediata)* e exigirá sempre meios de *informação* e de *cobertura*, em que as várias armas colaborarão.

Relativamente à *informação* vimos acima como, além da aviação, a *cavalaria* tem aí papel essencial e, portanto, como é indispensável a sua existência.

Quanto à *cobertura*, modalidade da segurança inseparável da *informação* não carece de demonstração a necessidade de possuir uma arma que tenha como principal característica o «movimento» e que pelos seus meios e educação esteja

adaptada ao combate a distância e no isolamento, sôbre grandes frentes e em velocidade, arma que por isso mesmo terá igualmente faculdades de reconhecimento e de retardamento e que, portanto, poderá simultaneamente receber missões de informação e cobertura.

A arma que a tal convém, quando dotada com os meios que a guerra moderna exige, é a *cavalaria.*

Não terá ela igual aplicação nos três escalões da segurança que atrás referimos; será dominante a sua existência e acção na segurança afastada, será maior na segurança próxima e mínima na segurança imediata. E se encararmos a fisionomia da guerra é claro que, como vimos para a informação, a actividade da cavalaria não será idêntica em todos os casos, o que de resto acontece com o valor dos três escalões de segurança considerados. Olhando de novo aquela forma de guerra defensiva-ofensiva, a que mais nos interessa, afigura-se-nos que o valor da segurança aí mais se eleva, e tanto mais quando se trata dum país de reduzidos efectivos e de certa extensão porque o isolamento das poucas G. U. que se conseguir constituir, exigirá não só na frente como nos flancos e retaguarda garantia permanente da informação e da cobertura.

De resto as modernas possibilidades da aviação e da mecanização sôbre as retaguardas exige, hoje em dia à segurança concepção circular semelhante à de antigos tempos e até à das campanhas coloniais.

*

A *preparação da batalha* terá evidente influência sôbre os resultados dêste acto e tanto maior quanto menores forem os meios de que se dispuzer e menos aguerridas forem as tropas como geralmente acontecerá no princípio duma campanha. Se a batalha resultar do «movimento», isto é se pelo menos um adversário não se instalar em frente fortificada contínua, a «manobra» será a alavanca da vitória e o modo como ela fôr «esclarecida» e «dissimulada» será justamente factor do seu sucesso; outro factor será a efi-

ciência de segurança desde a «aproximação» pelo «contacto» ao «empenhamento».

O partido que possuir uma arma caracterizada pela mobilidade e tão forte quanto esta qualidade o permitir, terá notável vantagem sôbre o adversário, porque terá não só a melhor informação e cobertura como poderá ainda prejudicar pela acção directa a manobra inimiga e preencher os espaços vazios que o seu dispositivo possa apresentar por deficiência de efectivos ou pela sua concentração nas zonas de esfôrço. Quando o comando se decida pela «ofensiva» a acção dessa arma móvel e relativamente potente será capaz de cegar o adversário e de iniciar o domínio das suas fôrças.

Quando o comando tenha de recorrer à «defensiva» o seu papel será exactamente o contrário, e só por isso, se poderá avaliar da sua importância, muito especialmente quando os efectivos sejam reduzidos e a mobilidade tenha de suprir a sua deficiência. Em qualquer dos casos se verifica pois a necessidade da *cavalaria.*

*

Durante a batalha é ao grosso das fôrças, constituido por armas caracterizadas pelo seu potencial de fogo, que pertence o principal papel e tanto maior quanto mais se tiver recorrido à fortificação. Mas como daí pode resultar a estabilização da guerra e tal fisionomia não conduz à decisão, mas apenas ao esgotamento, recorre-se então a dois meios que possam produzir a rotura, conduzir à manobra e à conseqüente decisão: à aviação e aos carros de combate. Ora os carros não são mais que forma moderna da antiga cavalaria pesada, os couraceiros de hoje em dia. E se os seus meios são bem diferentes — a couraça é hoje movida pelo «cavalo-vapor» — a finalidade é a mesma e não difere essencialmente o modo de proceder. Por isto opiniões há (e até exércitos) que considerando os «carros» a cavalaria do campo de batalha os integraram nesta arma ou pelo menos os entregaram aos cavaleiros desmontados.

Levar-nos-ia muito longe êste ponto de vista que intimamente se liga à determinação duma doutrina sôbre emprêgo dos carros e por isso, por agora, limitar-nos-emos a verificar que, àparte os «carros», no campo de batalha de hoje em dia não há que recorrer à mobilidade nem têm lugar as armas pouco poderosas no combate. Mas se directamente aí não é necessária a arma móvel e relativamente potente a que nos temos referido, o mesmo não diremos da sua acção indirecta. Efectivamente, essa arma, será indispensável quer cobrindo flancos e retaguardas da acção inimiga, quer actuando sôbre êsses mesmos pontos sensíveis do inimigo; será utilíssima prolongando a frente ou tapando intervalos, será recurso precioso para vedar rotura da frente amiga ou em aproveitamento duma brecha feita ao inimigo. Assim essa arma, a *cavalaria,* poderá ser necessária na batalha, senão pela sua acção directa, pelo menos pela sua acção indirecta, isto é, a *cooperação na batalha.*

*

Após a batalha deveremos explorar sem demora o nosso sucesso ou teremos de limitar o próprio insucesso. Depois dum ataque adverso mal sucedido ou do sucesso do nosso ataque é necessário, sem demora, aproveitar a situação desorganizando o adversário e impedindo-o de reconstituir as suas fôrças. Logo que o abalo inimigo é de tal ordem que as suas colunas de ataque se isolam, hesitam, recuam e se desagregam, ou quando a brecha feita pelos nossos ataques se alargar, a frente se torna descontínua e se inicia a desorganização inimiga, é indispensável que, a tôda a pressa, uma arma móvel e suficientemente poderosa se infiltre pelas abertas, envolva os flancos, cáia sôbre as linhas de retirada, para que a vitória se complete e seja decisiva. Tal arma, a *cavalaria moderna* em cooperação com a aviação, será a arma da *exploração do sucesso* e da *perseguição.*

Se a situação é contrária da que acabamos de vêr, há-de haver essa mesma arma móvel e relativamente poderosa que tape as brechas, proteja os flancos e acorra onde fôr neces-

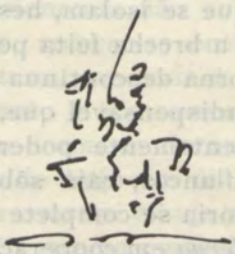
sária, retardando o inimigo e procurando evitar a derrota total dos seus.

Essa arma, a *cavalaria moderna,* com a cooperação da aviação, será então a arma preciosa da *manobra em retirada* e da *retirada.*

*

As *acções independentes,* fóra do âmbito da informação e segurança ou da batalha, serão raras. Os históricos «raids», quando não tenham em si uma missão de informação ou de cooperação na batalha, serão desperdício de fôrças, mas poderão ser de utilidade com algumas daquelas finalidades. As «missões destacadas» de ocupação de regiões, posições ou pontos de importância que a deficiência de efectivos ou a situação não permita integrar na frente de batalha serão afinal, ainda que indirectamente, missões de segurança e de cooperação na batalha. E para tais finalidades, que têm de se encarar particularmente nos países de reduzidos efectivos, é indispensável a existência da arma móvel e suficientemente poderosa que temos chamado «cavalaria».

(Continua)



Ao iniciar a carga

pelo Tenente CASIMIRO GOMES

COUBE agora a vez à Cavalaria de apresentar a sua revista.

Assim o quiseram os cavaleiros, sempre ardentes no entusiasmo de vencer e lutar pela sua Arma.

Lançada a idea, fàcilmente se acreditará quão grandes foram as dificuldades encontradas e os obstáculos a transpôr.

Mas era preciso caminhar para a frente.

Para cavaleiros, não pode haver barreiras intransponíveis. Tudo tem de remover-se diante do seu «élan» generoso; tudo terá de vencer-se sob o impulso indomável da sua arrancada valorosa.

Em tão nobre intento, encorajou-nos a fé num ideal mais alto, que é, sem dúvida, o ideal do Exército, suprema garantia da existência livre e dignificada dum Portugal eterno e glorioso.

Abalançámo-nos, pois, a um empreendimento que além da nossa decidida boa vontade, depende da cooperação dedicada e contínua de todos aquêles que têm a honra de pertencer à nobre Arma, fadada para missões de sacrifício e abnegação.

Para êles apelamos nesta hora em que o nosso trabalho principia.

Revista da Cavalaria

Através da nossa revista poder-se-ão de futuro estudar e discutir problemas interessantes da Arma, emprestando-lhes maior amplitude e tornando-os mais acessíveis aos estudiosos.

Confiados no dinamismo das Armas adentro do Exército de àmanhã, anima-nos a esperança de que, de *conjecturas* se passe em breve a discussões e conclusões práticas e proveitosas.

Então, maior razão de existência terá êste trabalho.

A *Revista da Cavalaria* tem as suas colunas abertas a todos; dirige-se aos quadros e aos soldados; viverá da colaboração de cada um, e da vontade e entusiasmo de todos.

Pretende servir a Arma, religiosamente devotada à figura do Grande Cavaleiro que foi Joaquim Mousinho de Albuquerque.

Curvêmo-nos perante êste heroi quási legendário da nossa história!

Lembrêmo-nos que Êle foi o Cavaleiro «sans peur et sans reproche» que iluminou com o fulgôr da sua combatividade e do seu amor pátrio, horas gloriosas que não esquecerão mais.

Êle será para nós todos um exemplo vivo de amor e fé nos destinos da Pátria, um estímulo à nossa alma môça, um incentivo para o nosso esfôrço confiante e para o nosso aprumo inflexivel de cavaleiros.

CASOS DE GUERRA

pelo Cap. HUMBERTO BUCETA MARTINS

DEPOIS de um longo período de desânimo, de mórbido torpôr, sentem-se os primeiros frémitos de uma verdadeira renascença do *espírito cavaleiro* na nossa Cavalaria.

A seguir à Grande Guerra, a superficial análise do papel que nela assumiu a nossa Arma e dos processos que empregou, mais tarde o ensurdecedor ruído dos motores, acabando por abafar as vozes desesperadas dos cavaleiros convictos, geraram uma desanimadora descrença nas virtudes táticas do cavalo, que chegou a atingir a Cavalaria, traduzindo-se numa apatia que roçava pela indiferença.

Ao mesmo tempo os nossos leais servidores iam envelhecendo, as cavalariças dos nossos regimentos iam-se despovoando e, com isso, entrava na nossa Arma um terrível e virulento factor de decadência: a perda do gôsto pelo cavalo. Raros dos nossos oficiais mantinham ainda com constância o culto pelo cavalo, perdendo-se a pouco e pouco aquela formação das reflexas dos nossos quadros que lhe dão a sua individualidade característica, que comandam tôda a personalidade do cavaleiro e são a base do modo de ser da Cavalaria.

Eu sei... eu sei que há homens que não praticando sempre e com intensidade o desporto hípico mantêm, entre-

tanto, um espírito cavaleiro que na primeira oportunidade se manifesta com brilho. São indivíduos que nasceram com «carácter cavaleiro» e em que a constância da «memória cavaleira» é excepcional. Mas são raros.

Na grande massa, para se conservarem vivas as faculdades dos manobradores de tropas a cavalo é preciso montar, montar sempre.

Por outro lado as faltas de cavalos e de material, criando dificuldades tremendas para a constante prática do emprêgo das tropas no campo, iam, cada vez mais, obliterando a noção das propriedades da Cavalaria.

Perdia-se a noção do emprêgo da tropa a cavalo, perdia-se o sentimento das verdadeiras possibilidades de emprêgo do cavalo e ficava, apenas, uma perniciosa confusão de «espírito cavaleiro» com «culto dos hipódromos», êste mesmo reduzido a bem poucos apóstolos.

Esta é a verdade e não devemos envergonhar-nos em a confessar, porque eramos coagidos pela fôrça das circunstâncias. As enfermidades só se debelam quando o doente tem a coragem de reconhecer a tempo o seu mal, quando procura as suas causas e se resolve a combatê-las.

A verdade é que quando não sejam garantidos à Cavalaria os meios necessários para que todos os seus quadros conservem o gôsto apaixonado do ensino dos seus cavalos (1) e da prática de tôdas as modalidades do desporto hípico, com os seus riscos, a sua velocidade inebriante e o exercício contínuo de iniciativas rápidas para resolver as súbitas dificuldades que surgem no picadeiro, como no campo de obstáculos e no «cross», perde-se o espírito cavaleiro, perde-se a noção real, vívida e sentida, das possibilidades da Cavalaria.

É certo que isso não basta. Hoje, mais do que nunca, é precisa uma ginástica contínua de inteligência para resolução de todos os problemas táticos e, implicitamente, técnicos, que se nos apresentam. Mas quando essa actividade intelectual não seja comandada pelas reflexas imperativas de uma

(1) O que só se consegue quando disponham de montadas que valham o ensino.

personalidade cavaleira, os problemas são mal postos ou mal encarados e as soluções não são «soluções de cavalaria».

Começámos por dizer que agora renasce o espírito cavaleiro, porque sentimos que se sucedem manifestações de uma alma que palpita. Renasce o interêsse pelo cavalo e pelo seu emprêgo; já volta a sentir-se nos nossos oficiais o desejo de montar; já se procura, de novo, através de tanta dificuldade com que ainda se luta, organizar exercícios no campo com tropas; o gôsto, que andava perdido, de comandar e manobrar tropas a cavalo, ressuscita; enfim, regressa a convicção, que estava adormecida, de que os nossos sabres não são ainda méros objectos de adôrno, e de que podem servir-nos, sem para isso termos de perder a noção das realidades.

A publicação da nossa *Revista,* sejam quais forem as dificuldades com que venha a lutar, as vicissitudes que haja de atravessar, é ainda outra manifestação dessa actividade cavaleira, que honra os seus criadores, a quem rendo, ao iniciar a minha modesta colaboração, sinceras homenagens.

Por Ela todos iremos agora bater-nos — flor delicada que precisa do calor ardente dos nossos corações para florir viçosa e admirada —.

Perante os nossos chefes, o nosso Govêrno, atrevo-me a apontar que todo êste renascimento presentido na Cavalaria, no fundo — bem no fundo — mostra a boa qualidade da nossa gente de cavalos, para quem bastou que lhe dessem algumas montadas, que lhe puzessem ante os seus corações desalentados a miragem das suas cavalariças repovoadas, a esperança de vir a contar com unidades a cavalo bem montadas e bem apetrechadas, para logo acordar em sobresalto e, ainda estremunhada, se perfilar, bater as esporas e responder como sempre: — Presente!

*

Estava precisamente sucedendo entre nós que a instrução dos quadros — e designadamente a dos cavaleiros — sob a pressão das circunstâncias que foquei, vinha assumindo uma feição de tal modo escolástica e de carácter tão acentuadamente especulativo, que a sua repercussão preni-

ciosa, mas fatal, na formação das reflexas dos profissionais militares, estava já a sentir-se.

Os cavaleiros na sua estrutural vontade de servir, à falta de outros elementos, vinham-se resignando a estudar em papeis, a fazer manobras em papeis, a esgotar-se em locubrações de gabinete para ensinar ou aprender a tática da sua Arma. Faziam o que podiam, ainda assim.

Mas o sentimento das realidades do emprêgo das tropas deforma-se, inevitàvelmente, com êste trabalho exclusivamente escolástico. Não quero com isto dizer que o trabalho de gabinete seja condenável; quero dizer, apenas, que a não ser constantemente acompanhado de trabalhos com tropas sôbre o terreno, dá ao profissional militar a mentalidade própria do homem de gabinete e faz-lhe perder, a pouco e pouco, aquela acuïdade e frescura de espírito, aquêle *à vontade* resultante do hábito do comando, tão necessário no ambiente desconcertante, de instabilidade, de incerteza e velocidade, que é para a Cavalaria o das realidades de guerra.

As conseqüências são fatais.

A viciação do espírito em exclusivo trabalho de gabinete leva-nos a fixar-nos mais sôbre as «formas» do que sôbre a essência das doutrinas; a confundir «processos», que variam, com princípios que são constantes; no fim de contas, a escravizar o nosso raciocínio a fórmulas e esquemas que o apoucam e o inferiorizam, relaxando o viril sentimento da personalidade.

Entendo que é preciso combater, até no nosso trabalho pessoal, tudo que represente sistemática subordinação a processos esquemáticos e fórmulas rígidas, na resolução dos problemas militares — muito especialmente nos de Cavalaria.

A doutrina deve-se considerar, apenas, como o fio conductor do raciocínio tático e não como fôrça destinada a escravizá-lo. Ao esquema não deve ser atribuída outra finalidade senão a de facilitar a assimilação da doutrina.

Com efeito a doutrina tem, por natureza, carácter subjectivo e a guerra só se faz com realidades objectivas. O esquema, por seu turno, é intrinsecamente rígido, sem maleabilidade; ao primeiro contacto com as realidades de campanha, ao primeiro piparote que estas lhe dêem, ou se desar-

ticula e se deforma a ponto de se tornar irreconhecível, para ser aplicável, ou então estala por completo, deixando o indivíduo que contava com a sua docilidade, perplexo e indeciso.

Ou os chefes desde o tempo de paz se habilitam neste trabalho fecundo de objectivar para cada caso a subjectividade das doutrinas, sem esfôrço, por instinto, e sem o acanhamento de um espírito coacto pela sujeição servil a fórmulas de «aide-memoire», às *chocas,* que vieram aumentar a fauna da nossa terminologia tática; ou se ginasticam nesta verdadeira arte de criar e comandar os dispositivos que cada situação solicita, ou tôda a bagagem de conhecimentos táticos e técnicos que adquiriram à custa de um trabalho de memória, por vezes exaustivo, resulta estéril.

*

Os processos para combater êste perigo não têm novidade, mas não é demais repeti-los:

— *Primeiro:* — Uma vez conhecidos os princípios basilares e o esquema fundamental de cada dispositivo, de cada manobra, praticar na resolução, sôbre a carta, de problemas táticos variados, em que as situações criadas, a natureza do terreno escolhido e, até, as missões atribuídas, criem a habilidade essencialmente cavaleira de moldar os processos e dispositivos a cada situação.

Sei que, a êsse respeito, a Revista vai oferecer aos seus leitores precioso auxílio.

— *Segundo:* — Verificar no terreno as possibilidades da integral aplicação das soluções estudadas sôbre a carta e completar ali os detalhes da execução que esta, por via de regra, não consente.

Ainda mais — e sobretudo — realizar com tropas problemas simples, mas que exijam rapidez de resolução, golpe de vista atilado, emfim a tal frescura do espírito cavaleiro.

É nesta instrução que se conjuga o estudo da tática com o desporto hípico, sob a condição de não utilizar o cavalo nos exercícios como mero meio de transporte, mas antes e principalmente comó meio de manobra.

É evidente que uma tal instrução não pode efectivar-se se não tivermos cavalos; mas a êste rerpeito as nossas dificuldades tendem a desaparecer.

É também certo que essa instrução, para ser proveitosa, tem de custar algumas costelas e pernas partidas... mas tudo é uma questão de hábito.

— *Terceiro* — Para educar o espírito para as realidades da guerra, nada melhor do que estudar acções de guerra, meditar sôbre elas, comentá-las.

Por mim, confesso que muito aprendi na leitura amena de muitos dêsses exemplos históricos que as revistas apresentavam dispersos, e que muitos livros de tática incluiam nos seus textos.

A complicação crescente da técnica militar criou no nosso trabalho tais exigências, que êsse hábito precioso da leitura do que eu chamo «o romance da cavalaria», foi-se perdendo. Eu próprio sinto saüdades dêsse derivativo agradável e proveitoso.

As revistas, solicitadas pelas exigências dos seus leitores, têm sobrecarregado as suas páginas com a técnica e com a teoria da tática, faltando-lhes o espaço e o tempo para alimentar aquêle saboroso meio de preparação do espírito e senso táticos.

Foi por estar sentindo no meu trabalho essa falta e por reconhecer — por experiência pessoal — que aos oficiais arregimentados não sobra o tempo para procurar e escolher essa leitura esparsa em revistas e livros estrangeiros, que tive a ideia de alimentar na *Revista da Cavalaria* a apresentação de «casos de guerra».

Para que uma tal leitura não perca aquêle sabor jornalístico que lhe convém, não terei a preocupação de ordenar a apresentação dos exemplos históricos, como se se tratasse de um curso de tática baseado sôbre o estudo crítico de operações de guerra... nem encontraria tempo, desde já, para trabalho de tanto fôlego.

Mas para dar maior interêsse e proveito à minha ideia juntarei às narrativas os comentários que se oferecerem, focarei os princípios que foram respeitados e esquecidos, tentarei pôr em destaque os ensinamentos que cada caso encerra.

Novembro de 1939.

Temas tácticos

pelo Capitão AGUIAR FERREIRA

A actividade intelectual, técnica e material que em boa hora está agitando todos os valores do nosso Exército não podia deixar de atingir a arma de Cavalaria e dela nasceu esta revista. Acarinha-la, insuflar-lhe todos os meios de vida e de acção é o dever de todos nós, oficiais de cavalaria, para que ela represente um valor real e um elemento de trabalho para todos aqueles que querem aprender cada vez mais e ser um elemento útil ao Exército e à Nação.

Ora não ignoramos que um dos escolhos em que grande número de oficiais esbarra na sua ância de saber e de aperfeiçoar os seus conhecimentos, é a falta de quem lhes indique como resolver um problema tático e em que sentido corrigir a própria resolução.

É esta a finalidade que nos propomos realizar, iniciando a secção de «*Temas táticos*» que terá um carácter essencialmente prático, sem deixar de tratar eventualmente do aspecto teórico, mas sempre objectivo, das várias questões que a resolução dos problemas não deixará de tornar necessário para uma útil compreensão.

Não se trata pois, de forma alguma, de um curso de tática, em que os vários assuntos seriam objecto duma exposição metódica e regular. O aspecto nìtidamente teórico e especulativo será sistemàticamente afastado do nosso trabalho que será, ou procurará ser, o mais objectivo possível. É assim que ninguém, nesta secção, deverá procurar novidades de carácter pessoal, pois as nossas exposições serão, na sua maior parte, a adaptação ao caso tratado de métodos e processos já regulamentados ou expostos por outrem, indicando, sempre que possível, as fontes de informação e trabalhos a consultar.

E como é nosso objectivo interessar nesta secção a maior parte dos graus hierárquicos, por mais modestos que sejam, cada problema comportará na sua resolução uma série de questões a definir e resolver por todos os chefes e seus auxiliares directos, entendendo por chefe todo aquêle que comanda, independentemente da importância do escalão ou fracção comandada. Assim a solução tática ou técnica de cada comandante ou chefe, compreendendo o tiro, transmissões, informações, D. C. A. e D. C. C., postos de comando, serviços, etc., etc., serão tratados por forma que o maior número possível dos nossos leitores nela encontrem alguma coisa de útil.

É vantajoso que cada um faça a sua própria solução dentro do quadro da unidade que pretende estudar e depois a compare com a solução apresentada nesta secção que constituirá, não uma solução exemplo a copiar, mas uma solução guia para quem dela precise. Com efeito deve-se fugir sempre da cópia servil, e as soluções, quanto maior personalidade mostrarem, mais valor terão, desde que sejam lógicas e justas.

É evidente que uma correcção individual das soluções dadas pelos nossos leitores, que disso tenham ou sintam necessidade, seria a forma mais proveitosa de trabalho; tem porém o inconveniente de ser pouco prática. Para nos apro-

ximarmos, o mais possível dêsse ideal, em cada problema serão apresentados sucessivamente o tema, um esquema-guia de resolução e uma solução, estas últimas acompanhadas do raciocínio e bases que a elas conduziram. Desta forma os resolventes serão constantemente acompanhados e orientados por forma a conseguirem uma solução aceitável, senão boa. Escusado será dizer que nos encontramos pessoalmente à disposição dos nossos camaradas para lhes tirar quaisquer dúvidas que o desenvolvimento dos trabalhos possa oferecer.

A primeira série de problemas será tratada no quadro do Grupo de Cavalaria e terá por objecto sucessivamente o desempenho das missões que a êste são geralmente confiadas, tais como exploração e cobertura na frente duma G. U., ataque, defesa, manobra em retirada, cobertura dum flanco, etc. Se o assunto interessar, trataremos numa segunda série da Brigada de Cavalaria.

Cada problema será forçosamente um tanto longo por pretender trata-lo em todos os escalões e unidades (G. Cav., esquadrão a cavalo, esquadrão de metralhadoras e engenhos, pelotão e até grupo de combate quando o caso a isso se preste).

Terá êste propósito o acolhimento benévolo dos leitores desta revista? É o que o futuro revelará.

E dito isto vamos ao trabalho que iniciaremos pelo método a seguir na resolução dum tema tático.

MÉTODO DE TRABALHO: (1)

Todo o caso concreto de tática comporta na sua resolução dois actos sucessivos:

— a concepção;
— a execução.

(1) Revue verte.

A *concepção* é a resultante do esfôrço sintético feito pelo chefe para classificar, ordenar e fundir num todo que constitue a manobra a realizar, as conclusões detalhadas tiradas do estudo analítico dos factores bem conhecidos:

— a situação,
— a missão,
— o terreno e
— os meios.

Quando o chefe concebeu a manobra, só lhe resta regular a *execução,* cujos alicerces são o dispositivo e as missões.

Mas, enquanto que para elaborar a sua concepção o chefe deve fazer um trabalho intelectual poderoso (analítico primeiro, sintético depois), para regular em seguida a execução basta-lhe conhecer perfeitamente as possibilidades dos meios que vai pôr em acção e os processos de combate das diferentes espécies de unidades ou armas de que dispõe.

Para tratar correctamente um caso concreto é preciso fazer sucessivamente as três operações intelectuais seguintes:

1.º *Compreender a questão posta:*

É a condição necessária e prévia para responder objectivamente e não nos perdermos em considerações que nada têm a ver com a questão a tratar. Com êste fim, é preciso ler atentamente o texto do tema, pesar-lhe todos os têrmos para definir e localizar o problema a discutir. É a resposta ao «*De que se trata?*», pregunta que a nós próprios devemos constantemente fazer.

2.º *Pôr-se no ambiente da situação* para actuar como o faria o próprio executante:

Ambiente material em primeiro logar:

— Onde está a nossa unidade?
— em que dispositivo?
— qual a sua zona de acção?
— por quem está enquadrada?

— qual o seu estado físico e moral?
— é de dia, noite, faz frio, chuva?
— onde está o inimigo?
— quais os meios de que dispõe? motorizados? blindados?
— quais as armas referenciadas e onde?
— qual o seu estado moral e físico?

Ambiente intelectual em seguida:

— estudo da missão;
— estudo das possibilidades do inimigo;
— estudo do terreno;
— inventário dos meios disponíveis.

3.º *Tomar a decisão* pedida no texto da questão e em certos casos traduzi-la em ordens simples, curtas e vivas.

Os conselhos dados dizem respeito ao método a adoptar no estudo duma questão tática e têm por fim chegar, por um trabalho de análise, a uma decisão reflectida, lógica, assente em princípios táticos seguros e adaptada às circunstâncias, decisão que tem de ser traduzida em ordens breves, simples e precisas.

Três actos sucessivos serão realizados:

— leitura do tema e colocação no ambiente material;
— colocação no ambiente intelectual;
— escolha de uma decisão; medidas de execução.

A — Colocação no ambiente material:

A resolução dum problema tático inicia-se evidentemente pela leitura metódica e cuidadosa do tema proposto. Êste é por vezes extenso e poderá comportar indicações que nem sempre interessam directamente à resolução, facto que, aliás, se dá geralmente numa situação de campanha, em que

as informações colhidas ou recebidas são desconexas e muitas vezes sem interesse imediato.

Para se não perder tempo, é pois necessário que a leitura do tema seja objectiva. Para isso procederemos da seguinte forma:

— Começaremos por ver o que se pede ao resolvente, indicação que encontraremos geralmente no final do tema proposto;

— Seguidamente iremos ver qual a missão a desempenhar pela nossa unidade, indicação que geralmente encontraremos na situação particular.

Senhores destas duas indicações, podemos já começar a fazer uma ideia objectiva «do que se trata». Por exemplo: trata-se dum G. Cav. que recebeu a missão de atingir uma linha determinada para nela se instalar defensivamente e cobrir a marcha duma G. U.

— Só depois de bem objectivado o trabalho a realizar poderemos utilmente iniciar a leitura completa e seguida do tema, tendo o cuidado de ir marcando a lápis vermelho tôdas as indicações que virão a ser indispensáveis na resolução.

A colocação no ambiente material consiste na materialização sôbre a carta dos principais dados da situação já assinalados a vermelho sôbre o tema, isto é:

— figurar as zonas ocupadas pelo inimigo;
— localizar os pontos que se reconheceu estarem ocupados;
— marcar a zona ocupada pela nossa unidade e localizar os pontos onde se mantêm os nossos elementos de segurança;
— indicar a direcção de esfôrço imposta;
— marcar os limites da zona de acção;
— indicar a linha a atingir;
— medir e marcar a distância que separa:
— os nossos grossos dos grossos inimigos;
— os nossos elementos avançados dos elementos avançados inimigos;

— marcar o limite do avanço possível do inimigo que execute uma étape de 40 km. (caso de tropas a cavalo) ou de 25 km. (caso de tropas a pé);
— pôr em evidência sôbre a carta a hora a que é dia claro ou noite fechada.

As zonas, linhas ou pontos a marcar serão evidentemente diferentes conforme a natureza do caso a resolver, e efectuado êste trabalho o texto do tema torna-se dispensável, bastando lançar os olhos sôbre a carta para estar imediatamente no ambiente material da situação.

B — Colocação no ambiente intelectual:

Esta consiste, como vimos, no estudo analítico dos factores da decisão.

a) *A missão:*

A colocação no ambiente intelectual deve ser vincada sempre pela missão recebida e que tem de ser cumprida através de tudo. Por isso a missão deve, em todos os casos, ser simples e sobretudo clara para que se não preste a várias interpretações: a missão não se interpreta, cumpre-se, e por isso ela domina todos os outros factores da decisão.

Por isso mesmo deve ser bem compreendida e localizada no tempo e no espaço.

As informações sôbre as tropas amigas (unidade de que depende, unidades vizinhas com que colabora, unidades na frente), quer no que diz respeito à sua situação actual, quer às suas missões, indicam as condições gerais em que a nossa missão deve ser cumprida (unidade isolada ou enquadrada, grau de segurança, etc.).

b) *O inimigo:*

O estudo analítico sôbre o inimigo pode ser orientado de duas formas fundamentalmente distintas: segundo as suas intenções ou segundo as suas possibilidades.

O primeiro método, seguido pelos alemães, consiste essencialmente em calcular e prevêr o que fará o inimigo em face duma situação dada, tendo em atenção os seus meios, o seu moral, a sua psicologia e os seus processos normais, e basear a decisão nessa hipótese.

O segundo método, seguido pelos franceses, consiste em examinar tudo o que o inimigo pode fazer, e prever a reacção de cada uma das hipóteses formuladas sôbre o cumprimento da nossa própria missão; do estudo dessas possibilidades resultará que algumas das hipóteses feitas irão, consciente ou inconscientemente, contrariar ou impedir o desempenho da nossa missão e dentre estas uma haverá que o faça em maior grau: é esta que servirá para basear a decisão.

O primeiro processo é mais brilhante e teòricamente mais perfeito, mas é condicionado por um conhecimento completo da situação inimiga nem sempre fácil de obter, e um êrro de apreciação pode vir a ter conseqüências graves.

O segundo processo é mais seguro, e mesmo que a hipótese base se revele insubsistente, os inconvenientes são reduzidos por ter sido encarada a hipótese mais desfavorável: é êste que seguiremos, e assim o estudo das informações sôbre o inimigo será orientado sempre na resposta à pregunta: «o que pode o inimigo fazer para impedir ou contrariar a nossa missão?

c) *O terreno:* (1)

O terreno influe na decisão a tomar pelo chefe, pelos recursos que oferece no que diz respeito à conservação das próprias fôrças e facilidades que dá para a destruïção do adversário, e ainda pelas vantagens que, sob estes dois aspectos, pode oferecer ao inimigo.

Quer se trate da Br. Cav. ou de pequenas unidades, a acção de combate ofensivo ou defensivo traduz-se essencialmente em combinar acções de fogos, aplicando o seu conjunto forçosamente entre dois horisontes visíveis sucessivos

(1) Vide Aide — *mémoire de l'officier de réserve d'infanterie*, 1936 págs. 180, 1939 págs. 200 — Tenente-coronel Arendt.

e implicando um sistema de observação terrestre que só pode actuar no interior da facha de terreno limitada por êsses dois horizontes, e por isso a *zona de combate* é a faixa de terreno que se estende entre dois horizontes visíveis sucessivos no interior da qual o combate é conduzido sem ter que introduzir modificações importantes no seu dispositivo geral, e principalmente, sem ter que deslocar o seu sistema de observação terrestre.

Mesmo *na aproximação* o comando é levado a decompôr a sua zona de acção, no sentido da profundidade, numa série de faixas sucessivas que satisfaçam às necessidades da manobra que vai conduzir para levar a bom termo a missão que recebeu; e se esta se apresenta em regra sob um aspecto geral simples (progredir numa direcção dada até ao contacto com o inimigo), a par da preocupação geral nitidamente ofensiva, comporta também preocupações defensivas que podem até ocupar o primeiro lugar durante as paragens previstas nas linhas sucessivas a atingir, paragens durante as quais é preciso tomar disposições que permitam uma oposição vitoriosa a qualquer eventual reacção ofensiva do inimigo, e retomar o movimento para a frente ao primeiro sinal.

O horizonte visível dum ponto dado tem pois uma importância fundamental e limita o que se chama o *compartimento de terreno* em que nos encontramos.

O exame da carta permite delimitar os compartimentos principais dum terreno: linhas de crista, orlas de aldeias e bosques, etc., mas os cobertos, as culturas, os pequenos desníveis não indicados nas cartas, decompõem êsses largos compartimentos em compartimentos secundários que são outros tantos campos de acção das unidades subordinadas.

No terreno existem certos pontos importantes cuja ocupação facilita a do terreno circunvizinho, quer pelas vistas e possibilidades de tiro que traduzem (limites de compartimento, cristas, orla de aldeias ou bosques), quer pelos movimentos que permitem (pontes, desfiladeiros, etc.); são os *pontos de fôrça*. A situação tática e as circunstâncias fazem variar a importância relativa de certos pontos: uma direcção de esfôrço, um apoio lateral imposto, podem dar uma impor-

tância particular a certas partes do terreno; o receio de engenhos blindados dá aos obstáculos um valor considerável; as vias de comunicação têm mais importância de noite que de dia.

Entre os pontos de fôrça, alguns como aldeias, bosques de pequena extensão, etc., são *pontos de apoio naturais* em virtude dos obstáculos e cobertos que os constituem, mas o seu valor varia com as suas dimensões, a sua forma e a sua situação em relação às nossas fôrças: demasiado pequenos e isolados atraiem a observação e os fogos, demasiado extensos dissiminam as tropas.

O conhecimento dos compartimentos do terreno e dos seus pontos de fôrça são elementos essenciais das decisões do comando em todos os escalões: guiam-no na escolha dos itenerários de aproximação e orientam-no sôbre:

— o sentido das manobras a realizar;
— a dosagem dos esforços;
— o ritmo a dar às operações: lanços, objectivos;
— a repartição dos meios sôbre o terreno.

A manobra procura a utilização de compartimentos particulares de terreno favoráveis a uma progressão, quer porque o inimigo ali não existe (infiltração), quer porque não pode ali actuar eficazmente (desenfiamentos ou neutralização fácil dos seus fogos).

O esforço principal duma unidade importante (Br. Cav., R. C. ou G. Cav.) realizar-se-há numa direcção marcada por pontos julgados importantes para o desempenho da missão recebida; êsse esforço realizar-se-há de preferência num compartimento de dimensões em harmonia com os meios, isto é, frente proporcionada ao efectivo e por vezes aos meios de artilharia.

As *linhas a atingir* (lanços, objectivos) são determinados geralmente pelos limites de compartimento de terreno ou por pontos importantes dêsses compartimentos, sem esquecer que uma cortadura ou um obstáculo podem ser preferidos como linhas a atingir quando se receiam engenhos blindados e tenham pontos obrigatórios de passagem, e que, quando os limites de compartimento são muito acentuados (cristas

estreitas, orlas, etc.) os objetivos devem ser fixados um pouco à frente para evitar os tiros referenciados do inimigo.

Quanto às *zonas de acção* deve, tanto quanto possível, atribuir-se uma mesma unidade, ou pelo menos um só comando a cada compartimento de terreno para assim facilitar a coordenação dos fogos, tanto na defensiva, como na ofensiva: a largura do compartimento determina em geral o efectivo.

Deve-se evitar limitar as zonas de acção por vias de comunicação, fundos de vale ou ravinas; se a isso se fôr obrigado, precisar a unidade que as deve utilizar ou defender entendendo-se por tal via de comunicação inclusivé as suas proximidades imediatas até 100 metros.

Por seu turno a crista que separa dois compartimentos contiguos será atribuída à unidade que dela pode tirar melhor partido ou à unidade que a ela tem mais facilidades de acesso.

O terreno não tem um valor absoluto; o seu interêsse varia essencialmente com a situação tática, o sentido e o momento da sua utilização. A sua natureza não lhe dá um valor determinado absoluto (um terreno absolutamente descoberto não é perigoso se o inimigo está impossibilitado de nele actuar); todavia podem atribuir-se às formas e aos acidentes do terreno certas vantagens ou inconvenientes momentâneos em vista do que se pretende fazer ou da situação do inimigo.

Na ofensiva, um terreno plano e descoberto em presença de armas automáticas intactas é perigoso; para nele progredir torna-se necessário um apoio de fogos eficaz (metralhadoras, morteiros, artilharia) destinado a neutralizar os engenhos de fogo do inimigo; é preciso não esquecer que, se êsse terreno tiver uma forte vegetação baixa (cearas, juncos, mato) só é aparentemente descoberto, prestando-se à infiltração.

Um terreno ligeiramente acidentado é favorável à progressão porque permite o desenfiamento; se fôr descoberto é favorável à acção dos fogos (principalmente da artilharia); um terreno medianamente acidentado e coberto é favorável à acção dos engenhos blindados (amigos e inimigos). Um terreno arborizado é ou não favorável à acção de engenhos

blindados conforme a sua densidade (o pinhal impossibilita geralmente a sua acção, os olivais, bosques de sobreiros, azinheiras facilitam a sua acção mas tornam fácil a defesa passiva anti-carro). Ondulações curtas e paralelas à frente favorecem o escalonamento do fogo e o movimento das unidades empenhadas; pelo contrário os vales penetrantes são vias de infiltração perigosas, se estão enfiados pelo fogo de armas automáticas.

A posse das cristas ou das vertentes dum vale facilita muitas vezes a posse dos vales vizinhos; abrigos provisórios podem ser encontrados nos ângulos mortos, na parte inferior das vertentes ásperas.

Um terreno muito coberto (bosque denso) ou muito cortado é pouco favorável a uma acção rápida; se facilita a infiltração tem o inconveniente de desligar as unidades e de as privar do apoio eficaz do fogo da artilharia e metralhadoras; pelo contrário as acções de choque são nele freqüentes.

A vizinhança de pontos bem referenciados (casas isoladas, pequenos bosques, moinhos, cruzamentos, etc.) é sempre perigosa.

Na defensiva os obstáculos naturais têm inicialmente mais valor do que os fogos, para retardar ou deter o inimigo provido de engenhos blindados.

Os ribeiros, mesmo modestos, os terrenos pantanosos, taludes de vias férreas, terrenos escarpados, etc., são evitados pelas viaturas blindadas que não tiveram tempo de os reconhecer; os bosques e os terrenos cortados desorientam a sua marcha; as povoações limitam a sua acção e facilitam as emboscadas; pelo contrário os terrenos livres e fracamente ondulados são favoráveis aos ataques acompanhados de carros. A utilização das cortaduras, dos bosques e povoações é portanto de aconselhar no início de uma missão defensiva (provisória ou não).

O sistema dos fogos a organizar apoiar-se-há em obstáculos escolhidos e batidos, mais ou menos imediatamente à frente conforme a missão recebida (defesa longínqua ou próxima); campos de tiro muito curtos (200^{m}) atrás dum obstáculo anti-carro são suficientes para deter o inimigo; campos de tiro extensos serão procurados para retardar o contacto adversário ou facilitar a rotura do combate.

A ocupação inicial das cortaduras e das orlas dos bosques e povoações tornam-se perigosas quando o fogo da artilharia é eficaz; se a resistência se deve prolongar é necessária uma ocupação em profundidade com um escalonamento das resistências maior nas zonas em que o obstáculo não é contínuo.

A ocupação da crista topográfica permite tiros longínquos, uma fácil retirada (quando não são de temer os engenhos blindados); facilita a instalação de observatórios (comando e tiro); pelo contrário, não permite uma defesa próxima e pode ser fàcilmente referenciada e bombardeada.

Esta ocupação é pois favorável aos tiros longínquos, às resistências de duração limitada, às manobras em retirada.

A ocupação da crista militar permite simultâneamente uma defesa longínqua e próxima, dá boas vistas e permite a defesa imediata duma cortadura na parte inferior da vertente, mas não fornece senão tiros fixantes e está exposta aos bombardeamentos, se não fôr dissimulada; não permite em regra a retirada de dia. Esta ocupação é favorável à defesa sem espírito de recuo ou prolongada até à noite, reclama uma cuidadosa camuflagem e abrigos enterrados.

A ocupação do fundo da encosta não dá boas vistas e não permite a retirada; pode facilitar os bombardeamentos inimigos se fôr demasiado linear (margem dum curso de água), mas permite tiros rasantes particularmente eficázes em flanqueamento; conjugada com a ocupação da crista militar é favorável a uma defesa sem espírito de recuo.

A ocupação duma contra-encosta dá campos de tiro e vistas de fraca extensão, mas facilita a acção de surpresa contra engenhos blindados inimigos e permite escapar às vistas terrestres e aos tiros eficázes de bombardeamento; favorece a conservação de obstáculos anti-carro artificiais (minas, estacas, fossos) e muitas vezes a concentração de fogos da retaguarda. Esta ocupação, pouco freqüente na cavalaria é favorável a uma defesa sem espírito de recuo.

No sentido da frente, a natureza do terreno e as suas direcções sensíveis permitem determinar zonas passivas e activas que permitem economias nas primeiras em proveito das segundas.

Zonas passivas são os terrenos cortados, arborizados, pantanosos, escarpados, que, com fracos meios e engenhos de tiro curvo, podem ser bem organizados.

Zonas activas são os terrenos livres, os eixos das estradas e bons caminhos penetrantes e que conduzem aos pontos fortes da posição; são conseqüentemente perigosos e necessitarão de um refôrço de fogos e de obstáculos artificiais, um maior escalonamento em profundidade, o estabelecimento de pontos de apoio fechados e até de centros de resistência, e, eventualmente, a preparação de contra-ataques (de preferência com engenhos blindados).

Em *terreno montanhoso* a posse dos nós de comunicação e das cristas é capital. Os fogos perdem grande parte do seu valor porque a rasância é precária e a artilharia pouco numerosa ou ausente. Pelo contrário a manobra e a surpresa são os elementos mais importantes do êxito.

Os chefes das unidades importantes (Br. Cav., R. C., G. Cav.) podem contentar-se muitas vezes com o exame da carta para fixar a sua decisão; os chefes das unidades inferiores têm necessidade de vêr os detalhes do seu terreno para analisar e fixar a sua manobra.

O estudo do terreno não pode ser separado, nem da situação tática, nem dos meios de acção amigos e inimigos: o terreno não tem um valor absoluto intrinseco e a sua análise deve ser explorada para a situação tática que encara. O chefe estudará inicialmente o seu terreno sôbre a carta, deslocar-se-á seguidamente para um ponto favorável à observação do conjunto e de preferência no centro para melhor precisar o horizonte visível da sua unidade. É geralmente nesse ponto que dará as suas ordens.

Em primeiro lugar deve orientar-se.

Depois examinar:

— a profundidade do horizonte visível na direcção do inimigo;

— os compartimentos secundários do terreno, desníveis, dependência das cristas e talvegues, orlas de cobertos e culturas, ângulos mortos;

— a praticabilidade do terreno (infiltração, engenhos blindados);

— a rêde das vias de comunicação, nomes das povoações e pontos referenciados (moinhos, casais, etc.).

Êste exame deve ser realizado no sentido do movimento (para o inimigo no ataque, para nós na defesa).

O exame tático do terreno deve ser encarado sob o ponto vista de:

— O inimigo:

— na ofensiva: onde foi visto? onde está? onde não está? situação das armas referenciadas? que pontos já foram por êles batidos?
— na defensiva: donde pode vir? onde não pode ir ou actuar?

— A nossa zona de acção:

— na ofensiva: frente, objectivo;
— na defensiva: terreno a bater.

— Pontos importantes: a ocupar no decurso da progressão (ofensiva), ou a manter (defensiva);
— Itinerários desenfiados para atingir êsses pontos: pontos de onde se podem barrar êsses itinerários; possibilidades de neutralizar êsses pontos (ofensiva) ou de os ocupar (defensiva).
— Apoio dos nossos fogos (artilharia e base de fogos): quando e como aproveitá-lo?

Do exame realizado tirar-se-ão as necessárias conclusões:

— Regiões favoráveis ou desfavoráveis a uma progressão (nossa na ofensiva, do inimigo na defensiva).
— Lanços lógicos dessa progressão.
— Fogos necessários para favorecer (of.) ou detêr (def.) essa progressão.
— Manobras sucessivas a encarar: fôgo e movimento (of.).
— Dispositivo das fôrças.

Nunca esquecer que a utilização do terreno deve ser sempre subordinada à missão recebida e que esta nunca deve ser esquecida ou torneada com o pretexto de utilizar um terreno aparentemente mais favorável.

d) *Os meios:*

Fazer um inventário detalhado dos meios orgânicos e de reforço e recordar as propriedades e forma de emprêgo dos vários elementos.

C — A decisão:

Ao trabalho de análise segue-se um trabalho de síntese tendo por finalidade a decisão, isto é, a forma de cumprir a missão com o mínimo de esfôrço e o máximo de resultados úteis.

A decisão do chefe é consubstanciada na «*Ideia da manobra*» ou «*Intenção do comandante*» que indica sumáriamente a manobra a realizar (sua concepção, forma que reveste, fases da operação e objectivos a alcançar).

Resta regular a execução da manobra em vista sob a forma de ordens, assunto de que trataremos num dos próximos números que nesta secção incluirá também o *Tema n.º 1* a resolver.

A Cavalaria e o Hipismo

pelo Brigadeiro MANUEL LATINO

ESTÃO intimamente ligados a Cavalaria e o Hipismo, a primeira abrange a generalidade e o segundo a especialidade.

Na Cavalaria todos são, ou melhor todos devem ser, cavaleiros mas nem todos os cavaleiros praticam o Hipismo e nem por isso perdem a sua qualidade de cavaleiros.

A Cavalaria é uma arma delicada de utilizar e além disso uma arma cara que exige preparação e cuidados que a muitos parecem inúteis, mas que no dizer duma celebridade «numa hora de trabalho paga, com juros, anos de despesas e sacrifícios». São gloriosas as tradições da Cavalaria, e tanto a nossa como a de todo o mundo, conta páginas brilhantes na sua história.

Com a nova modalidade da guerra pareceu aos profanos que a Cavalaria perderia todo o seu valor e brilho e que a sua acção seria senão dispensada, pelo menos muito reduzida. Mas não, a Cavalaria continua a ser precisa e a manter o seu lugar de arma heróica, sempre pronta a sacrificar-se na sua acção, quási sempre útil e proveitosa, desde que os chefes a apliquem com oportunidade e não a gastem prematuramente, em missões que não lhe competem.

O Hipismo é a maneira de, na paz, manter a Cavalaria em treino e dar-lhe as qualidades de audácia, sangue frio e decisão que tão precisas e úteis lhe serão na guerra.

Todos os países cuidam com carinho e interesse de animar e proteger o Hipismo, destinando-lhe grandes somas que facilitam a sua prática, no duplo sentido de animar não só as organizações mas também com a intenção muito mais

larga e importante de proteger e fomentar a produção cavalar que a todos os países merece a mais desvelada atenção.

Nas suas modalidades de corridas, concursos hípicos e percursos no campo, ou caçadas, encontram todos os cavaleiros que montam a cavalo por prazer — e êsses são os cavaleiros pois os que montam apenas por obrigação são simplesmente empregados na Cavalaria — campo largo para satisfazer o seu gôsto e cultivar as suas qualidades de desembaraço, sangue frio e serenidade.

Entre nós o Hipismo está atravessando crise grave e reduzido quási exclusivamente a Concursos Hípicos e poucos.

As corridas não se fazem, nem se podem fazer, com êxito, sem auxílio eficaz do Estado que nunca por elas se interessou. Basta dizer-se que Portugal é o único país civilizado do mundo, que não tem um Hipodromo.

Os Concursos Hípicos, entregues a iniciativas particulares, há muito vegetam e vão-se apagando, como lâmpada a que falta a essência para lhe manter a chama.

As restantes Provas de Campo — a não ser as regulamentares, feitas muitas vezes «por ser serviço» e que se mantêm amparadas pelo Regulamento, qundo se lhes não pode escapar sob qualquer pretexto — são muito raras.

A equitação de Escola, tão interessante e que tão distintos cultores teve entre nós, também decai a-pesar-das tentativas para a levantar ou pelo menos para a manter.

Em conclusão a Cavalaria continua no seu lugar, com o seu orgulho de Arma de sacrifício, sempre generosa, sempre precisa, sempre útil.

O Hipismo, sem amparo, abandonado, maltratado mesmo decai lentamente, vive das suas glórias passadas e... morre tranquilamente.

Senhores cavaleiros, ou se unem, trabalham e procuram dar à Cavalaria e ao Hipismo todo o seu esplendor, dar vida a tôdas as modalidades em que o cavalo tem o primeiro lugar ou o Hipismo acaba entre nós e a Cavalaria desce do seu pedestal.

Portanto a cavalo, para trás dissenções e discussões inúteis e sem importância que nada adeantam e para a frente e... a galope.

Novembro, 1939.

"Gabinete do Veterinário"

Explicação prévia

pelo Tenente médico-veterinário JOSÉ PROSTES DA FONSECA

AO aceitarmos, a honra de colaborar na *Revista da Cavalaria,* porta-voz duma Arma Nobre que conta ainda entre nós uma «elite» de oficiais que não abdicam da sua dupla condição de «gentlemans» e «homens de cavalos», fizémo-lo, não na presunção de vir para as suas colunas dar lições de hipologia, ou subir para uma *catedra* profissional, onde não podemos nem devemos colocar-nos.

A nossa intenção, é, apenas, conversar num cantinho que nos reservem, com os camaradas da Cavalaria, sôbre assuntos, que lhes interessem conhecer e que, a nós, devem merecer maior estudo e experiência.

Sômos daqueles que, quando ingressámos nos quadros do Exército, ouvimos dos queixumes dos colegas mais antigos, desgostosos da promiscuidade existente, entre a Arma e o Serviço.

Numa palavra: havia um certo costume do jovem oficial de Cavalaria se emiscuir no serviço médico-veterinário.

Sentimos, como todo o profissional que começa uma carreira escolhida voluntàriamente e de que gosta, um profundo desgosto e uma sincera vontade de contribuir para modificar êsse estado de coisas.

Começámos por servir num Grupo de Artilharia — Tiveste sorte — diziam-nos — aí, podes desempenhar sem atropelos a tua missão!...

Demo-nos ali muito bem, como nos estamos dando admirâvelmente no Regimento de Cavalaria da G. N. R.

Fóra os pequenos caprichos ou desejos que o camarada de Cavalaria nos tem apresentado, sôbre êste ou aquêle tratamento do seu cavalo favorito de desporto, e que bem podem ser comparados à preferência manifestada pelo próprio doente, em medicina humana, nunca tivemos o mais pequeno dissabor.

São, afinal, casos de psicologia, que ao médico compete respeitar, dentro do possível...

Como não nos julgamos superiores aos outros colegas que nos felicitavam, por não servirmos na Cavalaria, temos lògicamente, de concluir, que os tempos são outros e os costumes, como os homens, mudaram também.

De facto, o médico-veterinário militar e o oficial de Cavalaria, devem completar-se, na sua função de conservadores duma riqueza do País, representada por um capital vivo, tão prestimável em tempo de paz, como em Campanha.

Nós, bem sabemos que, actualmente, o motor animado tem de ceder um pouco o logar ao motor sem alma e vida própria, mas daí a negar-se a importância a que tem direito o cavalo de sela e tiro, seria um êrro grosseiro que não devemos cometer.

A motorização dos Exércitos tem-se realizado em rítmo acelerado, acompanhando a construção das modernas vias de comunicação, que permitem a utilização de grandes transportes automóveis, no entretanto, em nenhum País se pensou, ainda, em prescindir do cavalo, como elemento de transporte.

Durante a paz não são poucos os serviços que êste nobre animal nos presta, na lavoura, na tracção civil e como elemento recreativo, no desporto hípico.

Vem a propósito citar o facto relatado por Darly, segundo o qual, os bancos americanos se recusavam

já, em 1934, a fornecer créditos aos lavradores que se utilizavam de tractores, em regiões onde poderiam servir-se do cavalo, a-pesar-da pressão exercida pelos «trusts» de automóveis e combustíveis.

É já logar comum o afirmar-se, no nosso País, que o motor só come quando trabalha, para assim destacarmos a superioridade económica dêste, sôbre o motor animado.

Também a êste respeito nos recorremos da opinião de Darly expressa num trabalho seu, apresentado ao Congresso do Cavalo de Tiro, realizado em 1934, em que fica provado precisamente o contrário, atendendo ao preço do custo do motor, sua conservação e manutenção.

Debaixo do ponto de vista da defesa Nacional, já vários autores de competência reconhecida, na matéria, têm provado o perigo da motorização em grande escala, ainda mesmo nos Países de largos recursos em combustíveis, que não o nosso.

Ainda lemos, há bem pouco tempo, as palavras seguintes do General francês Rampont: «da mesma forma que o vinho, nos primeiros momentos da embriaguez, faz aparecer tudo côr de rosa, os propagandistas da motorização armam-se de óculos de igual côr quando procuram dar largas, ao seu entusiasmo».

E, na mesma grande Nação, um ministro da Guerra ilustre, o General Maurin, termina um dos seus discursos afirmando: «Seria extremamente imprudente dar à motorização uma extensão total. Nunca se deve esquecer a riqueza Nacional representada pelo cavalo...»

E, já não nos queremos reportar às célebres e bem conhecidas palavras atribuídas a Petain, a propósito da última Grande Guerra: «Se o Exército salvou a França a Cavalaria salvou o Exército», porque não podemos negar a diversidade de meios postos ao alcance dos Exércitos modernos, mas, também, ocioso será encarecer por mais tempo o valor do cavalo, grande amigo do homem.

Mas não é só ao cavalo que é justo referir-nos.

Na Campanha da Abissinia, por exemplo, sabe-se que foram empregados 60.000 quadrúpedes — muares, burros, camelos — e sôbre o valor do seu serviço basta transcrever algumas declarações do General de Divisão Fidenzio Dall'Ora, Intendente Militar na África Oriental Italiana,

quando relata: «Desde os primeiros dias de hostilidades que liguei o meu destino ao dos corpos montados do Exército (1.º Corpo do Exército Indígena, General Priz o Biroli) que percorreram a pé e a dorso de muar tôda a Abissínia, dum extremo ao outro, sem empregar um único meio motorizado».

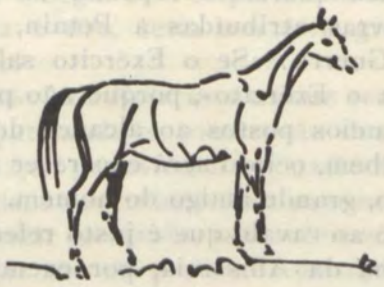
E mais além: «a partir do mês de Fevereiro, tôdas as grandes deslocações de animais, através das planícies, desde Massaouah às zonas avançadas, foram efectuadas em automóveis, transformados para êsse fim; Êste sistema permitiu o emprêgo de animais, suprimidas as causas de fadiga, provocada pelas marchas forçadas, dificuldades da alimentação e estacionamento nas zonas infectadas».

Da leitura dêste relatório, depreende-se, que o automóvel só serviu como elemento transportador do motor animal, até ao ponto onde deveria actuar pelos seus próprios meios, tal qual se costuma fazer pelo caminho de ferro.

Não nos queremos alongar mais nesta «explicação prévia», preâmbulo dum conjunto de crónicas que se lhe vão seguir.

Nelas focaremos, duma maneira despretenciosa, os assuntos que mais possam prender o camarada de Cavalaria.

Não pretendemos que encontrem nêste «Gabinete do Veterinário» um manual ou «vade-mecum», mas, sòmente, indicações de higiene e cuidados práticos, a aplicar Ao Seu Cavalo.



Boletim da E. P. C.

por S. A.

COM a publicação da nova *Revista da Cavalaria* inicia-se também a do *Boletim da E. P. C.*, cuja principal finalidade é levar aos camaradas das unidades o resultado das experiências e estudos feitos na Escola, colocando-os a par do desenvolvimento progressivo da Arma.

Porque razão o *Boletim da E. P. C.* faz parte integrante da *Revista da Cavalaria?*

Simplesmente porque tendo um grupo de oficiais traçado há tempo o plano e as bases duma revista para a Arma, a publicação separada dum Boletim escolar numa arma de tão reduzidos quadros como a nossa, conduziria fatalmente à morte de uma das iniciativas, fôsse ela qual fôsse. Ora a verdade é que tal não poderia nem deveria acontecer porque, no tempo que vivemos, todos os incentivos, tôdas as ideias, quando boas, devem perdurar, e a verdade é que qualquer delas tem cabimento — uma no seu carácter geral, de iniciativa puramente particular, aceitando doutrina a considerar e a estudar; outra, de carácter definido, objectivado e oficial, expondo doutrina assente e a explicar, com indicação de tôda a actividade escolar.

Temos por certo que muito lucraremos com esta ligação e que, se todos os nossos camaradas abraçarem profundamente o tão falado princípio da «convergência de esfôrço», muito de benéfico resultará para a nossa Arma.

Com o 1.º número do Boletim surgem apenas dois estudos sôbre «Patrulhas» e «Tiro de morteiros» visto estarmos ainda em princípio, mas de futuro outros serão tratados, como o que há-de dizer respeito aos novos Quadros Orgânicos de Cavalaria, já aprovados mas por enquanto no trabalho de impressão, desde já fazendo votos para que o Boletim possa contribuir para a uniformidade de processos, de métodos e de instrução a adoptar nas unidades de cavalaria.

*

Não queremos terminar estas poucas linhas sem prestar justa homenagem ao R. C. 6 pela publicação do seu Boletim, prova evidente do esfôrço e boa vontade dos seus oficiais, que se não pouparam às canseiras que um tal trabalho acarreta, principalmente quando escasseiam os meios. É com exemplos dêstes que se consegue vingar e é com camaradas assim que a publicação que hoje inicia a sua vida, tem de contar.

Unamo-nos todos à sua volta, trabalhemos, e venceremos.

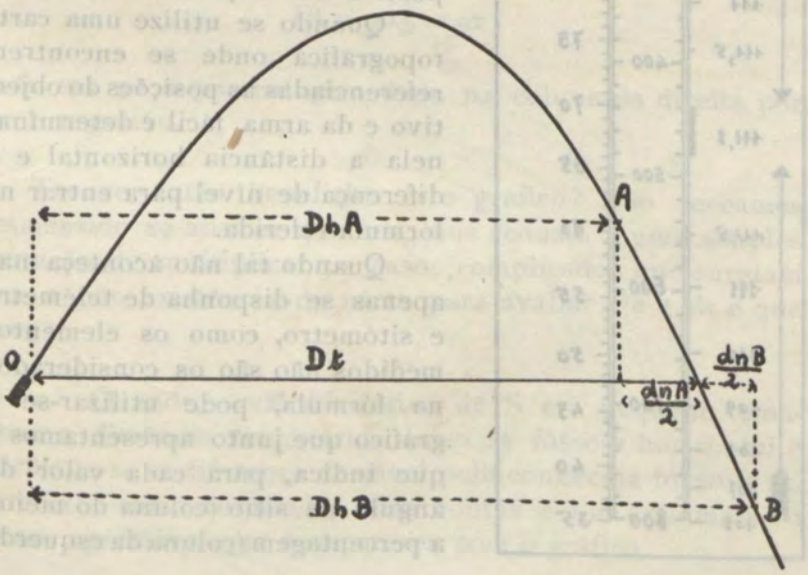
Tiro de Morteiros

pelo Capitão S. ANDRÉ PEREIRA

PARECERÁ estranho que um assunto exposto na última «*Infantaria*» se repita no primeiro número do *Boletim da E. P. C.* como se outro não houvesse já a tratar. Todavia, se nos lembrarmos de que grande maioria dos oficiais de cavalaria não assinam aquela revista (a-pesar-de todo o interêsse que para êles poderia ter), fàcilmente nos convencemos da necessidade de o repetir, a-fim-de levar aos nossos camaradas o conhecimento de um método novo a que no último curso de Metralhadoras e Morteiros apenas nos referimos por alto, por ainda o estarmos preparando e experimentando.

*

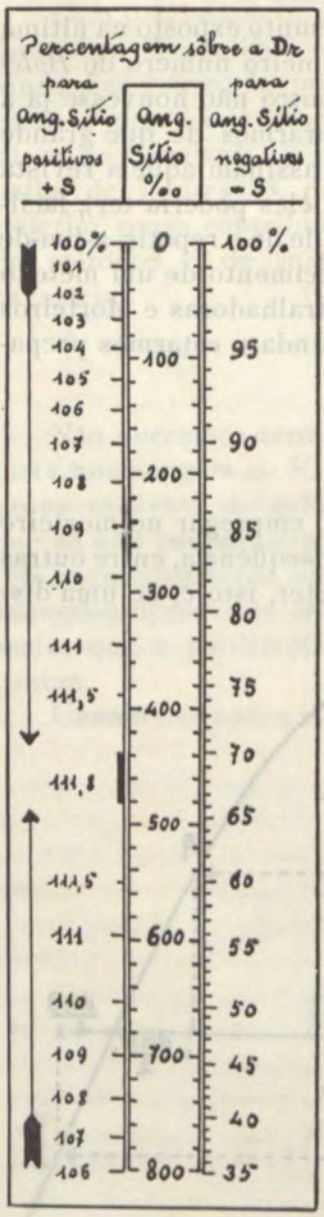
Sabido que o ângulo de tiro a empregar no morteiro e a carga a aplicar na granada são conseqüência, entre outras coisas, do alcance que se pretende obter, isto é, de uma dis-



tância horizontal, verifica-se que, quando o alvo não esteja de nível com a arma, é necessário fazer a respectiva *correcção de sítio*. Esta, admitindo que o ramo descendente da trajectória tem geralmente a inclinação de 2/1, traduz-se num acréscimo ou diminuïção da distância horizontal ao objectivo, igual a metade da diferença de nível, o que nos conduz, para obter a distância chamada *tabelar* ou *de tiro*, a estabelecer a fórmula

$$Dt = Dh \pm \frac{dn}{2}$$

em que se toma o sinal + ou — conforme o objectivo está mais ou menos elevado que a arma; é o que se verifica na figura, em que para o alvo *A* se soma à distância horizontal que o separa da arma (Dh A) metade da diferença de nível, e para o alvo B, à distância DhB se subtrae metade da respectiva diferença de nível.



Quando se utilize uma carta topográfica onde se encontrem referenciadas as posições do objectivo e da arma, fácil é determinar nela a distância horizontal e a diferença de nível para entrar na fórmula referida.

Quando tal não aconteça mas apenas se disponha de telémetro e sitómetro, como os elementos medidos não são os considerados na fórmula, pode utilizar-se o gráfico que junto apresentamos e que indica, para cada valor de ângulo de sítio (coluna do meio), a percentagem (coluna da esquerda

ou direita conforme se trata de um ângulo positivo ou negativo) a aplicar à distância telemétrica avaliada, obtendo-se assim imediatamente a distância tabelar ou de tiro.

Exemplo I

Distância telemétrica = 1:800 m
Angulo de sítio S = + 440‾

No gráfico verifica-se que a um ângulo de 440 (coluna do meio) corresponde na coluna da esquerda (por S positivo) a percentagem 111,8 pelo que a distância de tiro será

$$Dt = 18 \times 111{,}8 = 2{:}012\ m$$

Exemplo II

Distância telemétrica = 3:050 m
Angulo de sítio S = — 140‾

A distância de tiro será neste caso

$$Dt = 30{,}5 \times 92$$

visto ser 92 a percentagem dada na coluna da direita por ser S negativo.

Trouxe então benefícios êste gráfico? Não receamos desmentido ao afirmar que sim, pois reduziu a uma simples operação de multiplicar os casos complicados que surgiam com a não existência de carta para avaliar *Dh* e *dn* e que eram:

1.º Quando o valor relativo de S era pequeno tomava-se a distância telemétrica como se fôsse a horizontal e calculava-se a diferença de nível pela conhecida fórmula de paralaxe: como resultado, mais contas e um êrro mais ou menos apreciável que desapareceu com o gráfico.

2.º Quando o valor relativo de S era grande (superior a 300) tinha de se utilizar uma tábua de funções trigonométricas.

Como apareceu o gráfico indicado? Muito simplesmente. Procurando no caso rigoroso (o 2.º a que acabamos de aludir) uma forma de eliminação das funções.

Na realidade, nesse caso, para determinar a distância horizontal *Dh* e a diferença de nível *dn* em função da distância telemétrica *Dr* e do ângulo de sítio *S* (elementos colhidos) será

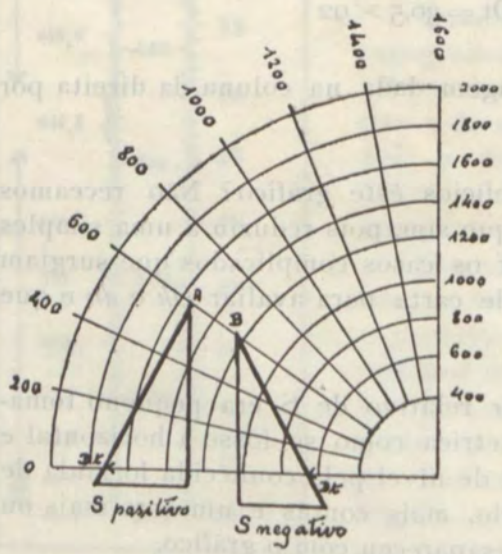
$$Dh = Dr\ cos\ S$$
$$dn = Dr\ sen\ S$$

pelo que a fórmula inicial se transforma em

$$Dt = Dr\ cos\ S \pm \frac{Dr\ sen\ S}{2}$$

donde, pondo *Dr* em evidência obteremos

$$Dt = Dr \times cos\ S \pm \frac{sen\ S}{2}$$



Verifica-se pois que *Dt* se pode obter multiplicando *Dr* por um valor *constante para cada valor de S*: o resto é trabalho de contas e elaboração do gráfico.

*

Quem dispuzer de um transferidor Barata pode ainda resolver o problema sem contas. Basta construir

um esquadro em celuloide, cuja hipotenusa tenha a inclinação de 2/1 e aplicá-lo sôbre o transferidor de uma ou outra forma conforme se trate de *S* positivo ou negativo. Pela figura se verifica que colocando o esquadro como se indica, com o vértice aplicado sôbre o ponto que no transferidor localiza o alvo, fácil é ler na linha correspondente ao *zero* (horizontal da arma) a respectiva *Dt*, onde a hipotenusa corta essa linha.

Êste processo é da autoria do Snr. Capitão Cardoso de Menezes que o alvitrou quando um dia numa das instruções nos referíamos à possibilidade de adaptar o transferidor Barata para tal fim.

Outubro de 1939.

Patrulhas

pelo Tenente A. FERREIRA DURÃO

Definição e generalidades

PATRULHAS são elementos ligeiros, de efectivo de uma esquadra a um pelotão, comandadas por um graduado — sargento ou oficial — e cuja missão é, ou procurar e garantir a informação para o chefe que as destaca, opondo-se à acção dos elementos adversos com idênticas missões (patrulhas de segurança compreendendo as de exploração, vanguarda, flanco e retaguarda), ou fazer a ligação axial ou lateral entre duas unidades ou fracções que marchem pelo mesmo ou por itinerários contíguos (patrulhas de ligação) ou ainda alargar a zona de observação dos elementos de vigilância dos postos avançados (patrulhas de postos avançados).

Tôdas estas patrulhas têm de comum o trabalharem numa zona absolutamente limitada, tanto em largura como em profundidade, e terem absoluta responsabilidade da segurança das tropas que as destacam.

Seja qual fôr a missão da patrulha é ao seu chefe que incumbe o desempenho dela, por isso é o chefe quem observa para poder informar e, por conseqüência, quem tem a responsabilidade da observação e da informação. Daqui resulta que o logar do chefe não é fixo, que normalmente é próximo dos seus exploradores que lhe garantem a segurança e lhe facilitam, pela sua observação, o desempenho da missão; que é o chefe quem escolhe os pontos de observação para onde envia os seus exploradores, tendo sempre em atenção que êsses pontos devem estar à vista e que os meios de que dispõe lhes possam garantir o acesso a êsses pontos e a sua protecção.

Portanto a marcha das patrulhas terá sempre de ser feita por laços condicionados pelo terreno e pela proximidade do inimigo.

A missão da patrulha deve ser do conhecimento de todos os seus componentes e em caso de não poder prosseguir a cavalo deve ser continuada a pé.

A velocidade de marcha das patrulhas resulta sempre da velocidade da tropa em proveito de quem trabalham.

As informações devem sempre ser enviadas por forma a que a entidade a quem interessam as possa aproveitar. *A informação*, por mais completa e mais interessante que seja, *para nada serve se não chegar a tempo.*

a) — *Patrulhas de segurança.*

1) — *Patrulhas de exploração.*

Missão: Procurar e garantir a informação sôbre a presença, movimentos ou ausência do inimigo ou sôbre a natureza do terreno, dentro da sua zona de acção.

Comando: Sargento ou oficial com os elementos que forem julgados necessários (clarim, agentes de ligação a cavalo ou moto).

Efectivo: 1 secção ou 1 pelotão.

Zona de acção e distância a que operam: Conforme o efectivo, a natureza do terreno e a proximidade e actividade do inimigo podem ser-lhes atribuidas zonas de 1200 a 2000 metros de largura e serem lançadas a uma distância que varia entre 2 e 4 quilómetros da unidade que as destaca.

Dependência: São responsáveis pela segurança da unidade que as enviou não podendo, portanto, sair fora da sua zona de acção ou abandonar totalmente o itinerário ou direcção geral que lhes fôr designado.

Informações: São obrigatórias as que lhes forem determinadas pelo Comandante da unidade que as destaca; além destas o comandante da patrulha envia as que vá colhendo e reconheça de interêsse para a tropa em proveito de quem trabalha.

Execução do serviço: Depois de recebidas a ordem ou instruções (vêr esquema de ordem à patrulha) deve o comandante da patrulha fazer um estudo prévio, pela carta, da sua zona de acção e do itinerário e, compenetrando-se bem da missão que lhe é imposta e da intenção do Coman-

dante que o destaca, decidir da maneira como a vai desempenhar, adequando-a à situação e ao terreno em que vai operar. Nêste estudo devem merecer particular interêsse os seguintes detalhes:

— o itinerário ou a direcção geral a seguir;
— a zona de acção;
— os lanços que lhe são determinados e os lanços intermédios que terá de fazer em função da situação e do terreno;
— a hora de partida e a velocidade de marcha de forma a poder atingir, às horas a que lhe determinam, os diversos pontos ou linhas do terreno;
— as informações obrigatórias que lhe pedem e a maneira de fazer a sua transmissão.

Feito êste estudo prévio, o comandante da patrulha deve reünir os elementos que a constituem, assegurar-se de que tudo, homens, solípedes, material (equipamentos, arreios, armamento e munições), víveres e forragens, está em ordem para o desempenho integral da missão e dar esta a conhecer a todos, indicando a cada um qual a função que terá a desempenhar, preparar o seu imediato para, em caso do seu desaparecimento, poder continuar o desempenho do serviço; não esquecer acertar os relógios e fazer desaparecer todos os documentos que possam elucidar o inimigo sôbre as nossas tropas e suas intenções.

Feito isto e chegada a hora exacta da partida, marchar, com o pensamento fixo de que a missão que recebeu tem de ser cumprida, custe o que custar, e de que uma quota parte da segurança da sua unidade lhe cabe em responsabilidade.

A marcha será feita por lanços, orientada pelo estudo que prèviamente se fez e condicionada pela natureza do terreno e pela actividade do inimigo. Em geral a patrulha marcha de ponto de observação em ponto de observação e para cada lanço o Comandante destacará os seus exploradores e flanqueadores (se forem necessários) para os pontos do terreno que lhe ofereçam garantia de observação sôbre a sua zona de acção e a uma distância tal que êle se possa

ver e, se necessário, apoiar com os meios de fogo de que dispõe. Enquanto os exploradores e flanqueadores marcham, pelos itinerários que o Comandante lhes marcou e fazendo os lanços intermédios que lhes forem convenientes, o grosso da patrulha mantem-se estacionado e abrigado das vistas terrestres e aéreas e pronto a actuar para apoiar ou recolher os elementos destacados. O Comandante da patrulha segue à vista os movimentos dos seus exploradores e aguarda dêles o sinal de chamada para se lhes ir reünir com o grosso da patrulha e depois de, a coberto dos seus elementos de segurança, ter observado com os próprios olhos o terreno, marcar novo lanço nomeando para a exploração dêle os mesmos ou outros homens. Desta maneira a marcha da patrulha comporta três tempos distintos:

1) Patrulha reünida, observação do terreno feita pelo chefe, marcação do lanço a executar e nomeação dos exploradores e flanqueadores.

2) Marcha dos exploradores e flanqueadores, (escalão de exploração) e estacionamento do grosso da patrulha (escalão de combate) até os elementos avançados fazerem o sinal de chamada.

3) Marcha do grosso a coberto dos elementos avançados observação própria do chefe que avalia da situação e natureza do terreno para poder decidir da continuação da missão.

Sendo a extensão do lanço condicionada pela natureza do terreno, pela proximidade e actividade do inimigo e pelos meios de fogo de que o Comandante da patrulha dispõe, fácil se torna verificar que quanto mais coberto fôr o terreno e quanto mais próximo estiver o inimigo menor será o lanço e, mantendo estas condições, depende ainda do armamento de que a patrulha dispõe a distância a que poderão ser lançados elementos de segurança. Portanto, os exploradores só poderão ser lançados, com garantia de protecção, às distâncias de 400 e 600 metros, respectivamente, conforme a patrulha disponha só de espingardas ou de espingarda-metralhadora.

O modo de proceder das patrulhas, tal como se expôs, implica necessàriamente uma velocidade de marcha útil muito reduzida, da ordem dos 3 quilómetros à hora, e está,

por conseqüência, indicado quando se esteja na proximidade imediata do inimigo. Longe do adversário e quando a velocidade de marcha imposta pelo Comandante que destaca a patrulha exceda os 6 quilómetros por hora, a exploração não pode ser tão detalhada e vai-se reduzindo a zona de acção atribuída à patrulha; o envio de flanqueadores torna-se mais raro e a observação é feita de pontos próximos do itinerário. Se a velocidade chega ou ultrapassa os 8 quilómetros à hora, a patrulha contenta-se em explorar as zonas marginais do seu itinerário dentro dos limites da visão distinta, quando muito auxiliada pelo binóculo.

Em marchas de noite, procede-se normalmente de igual forma, nunca se enviando flanqueadores, a não ser no caso de noites muito claras e mesmo assim a pequenas distâncias.

(Continua)

Actividade Escolar

Reorganização da Escola

Lenta e progressivamente está-se procedendo à reorganização da Escola, integrando-a dentro dos moldes criados pelo Decreto n.º 28.401, pela seguinte forma:

Formação:

Comando;
Estado Maior;
Adidos.

1.º Grupo:

Comando;
Esquadrão a Cavalo (1.º);
Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos (2.º).

2.º Grupo:

Comando;
Esquadrão de Especialistas (3.º);
Esquadrão Automóvel (4.º).

Pela análise da referida organização se verifica que foi extinto o Esquadrão de Equitação cuja falta muito se fará sentir numa escola em que deve predominar o sentimento do cavalo, elemento gerador do tão falado *espírito cavaleiro*. Tal facto, porém, não nos fará desfalecer o ânimo e, entretanto, os assuntos respeitantes ao ramo «equitação» ficam a cargo do esquadrão a cavalo.

Campeonato do Cavalo de Guerra

Registamos com prazer o facto de todos os prémios desta prova, menos um, terem sido ganhos pela E. P. C. e mesmo êsse, por um oficial dela recentemente saído e cujo cavalo aqui foi trabalhado. Êste prazer não provém do regosijo pela derrota dos outros, mas simplesmente porque um tal resul-

tado vem provar que na E. P. C., a-pesar-de haver uma grande actividade tática e técnica, ainda pode haver tempo para trabalhar cavalos.

Curso de Oficiais Milicianos

Iniciaram-se no corrente ano os trabalhos escolares com a abertura dêste curso (1.º ciclo) cuja freqüência foi de 39 instruendos, registando-se os seguintes resultados:

Classificados	com	18	valores	1	instruendo
»	»	16	»	10	instruendos
»	»	15	»	4	»
»	»	14	»	17	»
»	»	13	»	1	»
»	»	12	»	2	»
»	»	11	»	1	»
»	»	10	»	3	»

A maior classificação foi obtida pelo 1.º sargento Rogério Morais Coelho Dias.

Estágio dos Candidatos ao Estado Maior

Freqüentaram no passado mês de Setembro êste Estágio, os Snrs. tenentes:

de Art.ª, João António de Oliveira e Sousa, António Augusto Tavares, Joaquim M. da Costa Júnior, Álvaro da Silva Carvalho, Afonso Lopes Franco, José Roseiro Boavida, João António da Silva, Manuel Guerra Pinheiro, Umberto Vieira de Castro e Manuel Ribeiro Rocha;

de Eng.ª, Mariano Augusto Pires, José Ferreira Reis e Manuel Alcobia Veloso.

Missão ao estrangeiro

Partiram para o estrangeiro em missão de serviço os oficiais desta Escola, Snrs. Tenente-coronel Afonso Botelho e Capitão Leote do Rêgo.

Jornais revistas livros

Revue de Cavalerie — Maio e Junho de 1939.

Esclarecedores de Infantaria: Cavalo ou motocicleta? — Sob êste título apresenta-nos o general Lestoquoi ligeiras considerações que se tornam palpitantes pela oportunidade do assunto. Escreve-as porque o tenente Bucholet, no seu estudo sôbre «Secções de esclarecedores motociclistas» pede a reflecção doutros especialistas, para o auxiliarem.

Depois de indicar e salientar as necessidades da Infantaria sob o ponto de vista esclarecedores, relata em breves palavras o que foi a acção dos esclarecedores a cavalo do seu regimento na passada Grande Guerra: em Lorraine, através da Bélgica, na retirada para o Marne, depois do Marne... e tem esta frase significativa *êles trabalharam à volta do regimento, à vista, no horizonte perigoso imediato... na crista, na orla do bosque, nesta ravina que nada parecia dizer... e os infantes muito depressa apreciaram o conforto moral que lhes dava a presença destas silhuetas familiares sôbre a paisagem, a fadiga que lhes poupava...* etc., etc., e termina por dizer: *Foi o mesmo durante tôda a guerra e eu guardo do meu pelotão de esclarecedores montados uma recordação precisa e cheia de gratidão: pouparam as pernas dos meus soldados.*

Referindo-se em seguida à nova modalidade de esclarecedores motociclistas, fruto de ideias modernas, friza que entre as medidas de segurança permanentes está a «vigilância do terreno» e que esta, dentro da segurança imediata de uma formação de infantaria só pode ser feita pelo seu esclarecedor, mas que, para vigiar ou explorar um terreno é preciso ver «dentro», é preciso «folhear» o terreno, e o esclarecedor, se está a pé, cairá de fadiga... se é motociclista, não pode ver «dentro» e limitar-se-á a ver «em redor» ou «além», com os olhos postos a 25 metros sôbre a estrada, sob pena de morte, surdo a todos os ruídos que não sejam os da sua máquina... Só o esclarecedor a cavalo é capaz de desempenhar cabalmente o seu papel, porque não encontra o inconveniente do pêso morto da máquina, para quem todo o terreno é mais ou menos praticável, para quem a faculdade de «ver e ouvir» é livre porque tem livres todos os seus movimentos.

O general Lestoquoi termina dizendo: — «*Deixemos ao motociclista a grande e pesada tarefa de criar as zonas de segurança» pela ocupação longínqua de «coberturas» favoráveis e entreguemos ao cavaleiro, ao bom reservista montado no seu «pileco» a honra de «guardar» a rainha das batalhas pois, como vimos, é ainda necessário que «seja e se veja rodeada de patrulhas vigilantes e activas.*

Notas sôbre o Destacamento de Descoberta — Com a anotação «êste estudo apresenta ideias interessantes, mas pessoais do autor», apresenta a mesma Revista algumas considerações do capitão Grosjean, em que êste oficial analisa a moderna composição dos D. D. tirando conclusões sôbre o que deveria ser, em seu entender.

Iniciando o estudo pela comparação das vantagens e inconvenientes dos D. D. a cavalo e motorizados e da maneira de actuar de um e outro, o referido oficial conclue que a composição normal — 1 pelotão de A. M. C. e 1 pelotão motociclista — é insuficiente para avaliar o valor das resistências inimigas com que tome contacto, arriscando-se a ser detido por elementos ligeiros, continuando a ignorar o que se encontra por detrás dêles. Aconselha a experiência de um D. D. com a composição seguinte:

1 pelotão de comando
1 pelotão de A. M. C.
3 pelotões de motociclistas

que lançará as A. M. C. para uma dezena de quilómetros do grosso do D. D. em vez de as fazer seguir quási imediatamente do pelotão motociclista, cuja segurança é absolutamente ilusória, podendo ser envolvido numa mesma surpresa que atinja as A. M. C.

Alvitra também que os pelotões de A. M. C. sejam de 5 viaturas, para que possam reconhecer simultâneamente duas direcções, à direita e à esquerda, em fim de lanço, em vez de o fazerem sucessivamente, de que resultará economia de tempo.

Defesa Nacional — Agosto de 1939.

Aviões modernos — Os modernos aviões têm um potêncial de fogo considerável. Dispondo de 2 a 6 armas automáticas, canhões ou metralhadoras de grande cadência, podem transportar, em média, 500 a 1000 kg. de bombas, de tal maneira que

— uma esquadrilha de caça moderna tem um número de armas automáticas superior ao de um batalhão de infantaria

— uma esquadrilha de bombardeamento de 6 aviões espalha em poucos segundos sôbre um objectivo, uma tonelada de explosivo, resultado que se obteria com um regimento de artilharia de 75^{mm} com 36 peças, em 10 minutos de tiro contínuo, com a cadência de 8 tiros por peça e por minuto.

Przeglad Kawalerijski — Fevereiro de 1939.

Unidades mecanizadas — Uma grande unidade mecanizada transporta 250 toneladas de essência e consome 50 aos 100 km, pelo que tem um raio de acção de 500 km, realizando pràticamente 150 a 200 km.

Militar Wochenblatt — (Alemanha).

Reabastecimento duma unidade de Cavalaria que tendo penetrado profundamente no dispositivo inimigo, se encontra longe das suas bases e não pode por isso ser reabastecida doutro modo.

S. A.

TÉTANO

EVITA-SE VACINANDO OS ANIMAIS COM

ANOTOXINA TETÂNICA PASTEUR,

QUE LHES CONCEDE UMA IMUNIDADE VITALÍCIA

PREVINE-SE E CURA-SE COM INJECÇÕES DE

SORO - ANTITETÂNICO PASTEUR

DE 3.000 U. I.

São produtos do Instituto Pasteur de Paris

SECÇÃO VETERINÁRIA

INSTITUTO PASTEUR DE LISBOA

LISBOA–PORTO–COIMBRA

ELECTRO CROMAGEM DO BOMFIM

Fernandes & Lencastre, Ld.ª

Oficina e escritório

Trav. Fernão de Magalhães, 168

Telefone 7996

PORTO

Especialidade em

REFLECTORES

Primorosos trabalhos em

Dourar, pratear, oxidar, niquelar, cromar, cobrear, latonizar, etc.

ALFAIATARIA VIEGAS

CALÇAS E FARDAMENTOS MILITARES PARA O EXÉRCITO E LEGIÃO

CALÇADA DA AJUDA

ALFAIATARIA

J. Camacho

R. da Prata, 92-2.º Telefone 2 6512

Lisboa

Casa especializada em Fardamentos Militares

Completo sortido em Gabardines, tricots e panos para peliças, nacionais e estrangeiros

Sempre as últimas novidades em tecidos para fatos, sobretudos, etc.

José de Barahona Fragoso e Mira, L.da

Rua da Prata, 156, 1.º-Esq.—Lisboa

Telegramas FRAMIRA ◇ Telef. 2 2741

Representantes em Portugal de

LEDERLE LABORATORIES, INC. DE NEW-YORK

Soros e vacinas para uso veterinário

PARA BÓA DIGESTÃO

BEBA

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica;
gaso-carbónica natural

///

Distribuidor no Centro
e Sul do País:

AJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49 ◇ COIMBRA

Jalco, L.da

MÓVEIS
DECORAÇÕES
TAPETES

44, RUA IVENS, 44

TELEFONE 2 8089

Escritório e Armazém
378, RUA DO ALMADA, 386
PORTO

●

Materiais de construção Ferragens
Cutelarias Ferramentas Metais em geral

Bordallo & C.ª L.da

Aços Arcos Arames
Chapa zincada Folha Flandres etc.

●

Tele { fone P. B. X. 4480
gramas: **BORDALLITA**

Beba...

PORTO

ROMARIZ

...a qualquer hora!

Royal Exchange Assurance

SEGUROS

Acidentes de Trabalho
Fogo
Individuais contra desastres
Automóveis

British Trader's Insurance

SEGUROS

Marítimos
Guerra
Postais
Fogo

La Nationale-Vie

Seguros de Vida

REPRESENTANTES EM PORTUGAL

Manuel Casal, L.da
RUA AUREA, 87-1.º
TELEF. 2 3116-2 3117

Telefone

2 2122

Guarda Nacional Republicana

///

Fornecem-se refeições a todos os Oficiais do Exército e da Armada e bem assim a suas Famílias

///

MESS DE OFICIAIS

Carmo

Lisboa

.....

Não vos hão de faltar, gente famosa,
Honra, valor, & fama gloriosa.

Lusíadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO SPINOLA
TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE PROVISÓRIA QUARTEL DO CARMO — LISBOA — TELEF. 2 2122

Composta e impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

TRÊS DATAS: 1140, 1640, 1940		85
CAVALARIA MODERNA	TEN.-CORONEL AFONSO BOTELHO	87
CASOS DE GUERRA	CAPITÃO H. BUCETA MARTINS	97
TEMAS TÁTICOS	CAPITÃO AGUIAR FERREIRA	117
HIPISMO: CONCURSOS HÍPICOS DE 1939	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	129
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	TEN. MÉD. VET. PROSTES DA FONSECA	139
BOLETIM DA E. P. C.		
SECÇÕES DE METRALHADORAS	CAPITÃO SANTO ANDRÉ PEREIRA	149
PATRULHAS	CAPITÃO FERREIRA DURÃO	157
ACTIVIDADE ESCOLAR		160
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		162

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

6678
N.º 6677
Estado Maior do ...
BIBLIOTECA

Revista da Cavalaria

N.º 2 Janeiro

Três datas: 1140, 1640, 1940.

Uma só história — a História de Portugal.

Oito séculos ininterruptos de vida de uma nação, durante os quais bastas dezenas de gerações de portugueses escreveram páginas rutilantes de glória, com o seu sangue, com a sua heroïcidade, com o seu engenho, com a sua audácia, desenhando nos fastos da história iluminuras dos mais valorosos feitos de que se pode orgulhar uma Pátria.

Revista da Cavalaria

*

No limiar dêste ano de 1940, oitavo marco centenário da nossa nacionalidade, a **Cavalaria Portuguesa:**

evoca a memória de todos aquêles cavaleiros medievos que, guerreando pela cruz contra o crescente, conquistaram aos mouros o sagrado território de **Portugal;**

lembra, pela nossa **Armada,** *aquêles audazes descobridores do* **Mundo Português** *dos séculos XV e XVI;*

tece um hino de glória aos restauradores da Nação dos meados do século XVII;

e abre uma ampla janela sôbre o **Futuro** *depois de prestar, com tôda a comovida devoção da sua alma, ferverosa homenagem àquêles dos nossos* **Maiores** *que, em holocausto sublime, depuseram, no* **Altar Sagrado da Pátria,** *a singela oferenda da sua vida, ou a cintilação do seu génio, para que* **Portugal** *perdure para todo o sempre e volte a assombrar o* **Mundo.**

Meditemos todos essas brilhantes páginas do passado, nós, os cavaleiros de hoje. Unidos, serenos e fortes, procuremos ser dignos da herança que recebemos. Marchemos na frente. Levantemos bem alto o estandarte de **Portugal,** *para que o* **Mundo** *o veja e admire. É uma* **Nação** *com oito séculos de existência, é uma* **Pátria** *explendorosa e orgulhosa dos seus* **Filhos,** *que levanta êsse estandarte em tom festivo para mostrar ao* **Mundo** *que, à sombra dêle, marcham unidos, fortes e disciplinados os* **Soldados de Portugal.**

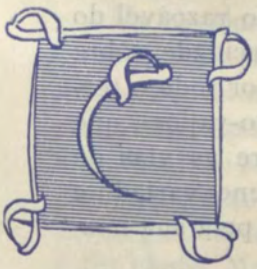
Cavalaria Moderna

— Continuação —

pelo Tenente-Coronel A. BOTELHO

III

Quais os meios de acção da cavalaria?



COMO deverá ser dotada para bem cumprir as missões que lhe forem atribuídas?

Trata-se evidentemente duma cavalaria moderna, isto é, duma cavalaria apetrechada e constituída por modo a bem satisfazer, dentro da fisionomia de guerra dos nossos dias, às características que resultam do estudo do seu papel, isto é, arma essencialmente móvel (raio de acção, velocidade), e tão potente quanto possível (poder de choque, poder de fogo). A êste condicionamento se acrescentará ainda o de ela corresponder às necessidades e possibilidades particulares ao país a que servirá.

*

A *mobilidade,* característica essencial da cavalaria, será a primeira das condições a ter em vista. Quais são os *meios* que a tal satisfazem? Tradicionalmente, etimològicamente, o *cavalo.* Mas a paixão que todo o bom «cavaleiro» professa pelo seu velho servidor e prestante amigo não o impedirá de reconhecer que, tendo em vista o alto dever de bem servir, as condições da guerra moderna exigem outros meios de maior alcance e mais rápidos que o cavalo e que, além de tal, lhe permitam combater em movimento mantendo-lhe o poder de choque que, hoje em dia, em frente das metralhadoras e da organização do terreno, é quási impossível pedir ao cavalo. Êsse meio que a ciência e a indústria proporcionaram ao homem é o *motor* que acciona a viatura que combate ou a viatura que transporta. Porém é necessário que a atracção que o progresso exerce sôbre os modernistas não faça perder, aos que mandam ou orientam, o sentimento do razoável, a noção do que é necessário e do que é possível, isto é que se não salte da «velha cavalaria» para a «nova motoria». Por isto, por razões técnicas e táticas e por razões morais e sentimentais, insistimos em querer manter o querido nome de cavalaria à arma moderna em que a mobilidade, sua razão de ser, seja obtida pela cooperação razoável do «cavalo-aveia» — que lhe conservará certa velocidade sôbre estrada e caminho, mobilidade incomparável por todo o terreno e apreciável raio de acção — com o «cavalo-vapor», que lhe proporcionará velocidade explêndida sôbre as vias de comunicação, algumas possibilidades em terreno variado e máximo raio de acção. Caracterizamos a arma pela sua missão e não pelos seus meios.

Contudo nesta pretensão de bem proporcionar os desejos e as realidades devemos também lembrar-nos que as possibilidades nem sempre correspondem às necessidades. O «cavalo-aveia» exige do país uma produção intensa e delicada assente em agricultura adequada à sua formação, manutenção e aproveitamento, cuidados que, é de notar, o cavalo

pagará como arma de guerra e como utensílio económico. O «cavalo-motor» será sempre difícil em país sem indústria que o fabrique, mantenha e aproveite e sem carburante que o mova. No nosso país, muitos julgam que sòmente — ou quási — o «cavalo-aveia» é possível, mas desconhecem que infelizmente ocupamos na escala hípica um dos últimos lugares quanto à densidade cavalar, quer em relação à área, quer em relação ao habitante. A verdade é que não temos cavalos que cheguem nem aveia que lhes baste, e não parece que esta situação se possa modificar grandemente. Se não existisse já o «cavalo-motor» era necessário... inventá-lo. Por outro lado, os fantasistas pensam que é êste o meio de movimento com que o nosso exército deve contar, não pensando que não temos finanças para tal e que a nossa economia — outro factor da vitória — com isso muito sofreria.

Enfim, temos de ser razoáveis, com os meios de mobilidade que deveremos dar à cavalaria moderna que pretendemos.

*

O *potencial de combate* da arma do «movimento» depende é claro da mobilidade, mas esta resultaria inútil se não a dotassemos de *armas* que lhe permitissem bater o inimigo.

Na cavalaria combate-se pelo «choque» e pelo «fogo». Como combater pelo choque hoje em dia, perante as inúmeras e mortíferas armas modernas activas e passivas? Sempre que as circunstâncias o permitam — e parece que continuam a permitir — as pequenas fôrças a cavalo, de espada em punho, poderão obter sucessos rápidos e decisivos recorrendo à «carga» talvez sem «refrega»; é questão de oportunidade e de chefe. Mas a oportunidade — e mesmo o chefe — nem sempre aparecerão e muitas vezes a cavalaria terá de combater a pé com as armas de fogo para bem cumprir a sua missão. Todo ou quási todo o armamento moderno da infantaria é hoje necessário à cavalaria — as armas ligeiras, individuais e colectivas e as armas pesadas — desde que êle permita a indispensável mobilidade e que o seu emprêgo im-

prima ao combate o dinamismo próprio da cavalaria. Por vezes chegar-se-á ao «assalto» e para isso será necessário o armamento individual próprio ao «corpo a corpo» e o armamento de apoio para ter constituídas as bases de fogo. Contudo, notar-se-á que a cavalaria, só por si, raras vezes disporá de efectivos que lhe permitam arriscar-se a obter sucesso, nesta fase de combate. A verdade é que o «fogo a distância» é a modalidade de combate que mais se adapta às missões de reconhecimento e de retardamento, a mais propícia à roturas de combate e mudança de aplicação do eixo de esfôrço. Serão portanto as armas de maior eficiência, pelo menos, às médias distâncias — a metralhadora especialmente e em certos casos o morteiro — que constituirão o armamento essencial à cavalaria. Há porém ainda uma outra arma que hoje em dia é indispensável à cavalaria, não só para sua segurança própria como, principalmente, para desempenho das missões de segurança que lhe forem cometidas: referimo-nos à arma anti-carro, geralmente canhão ligeiro, que tôdas as unidades de cavalaria moderna devem possuir, para impedir ou pelo menos contrariar a acção do «motor blindado» quer sob a forma de «auto-metralhadora» quer sob a forma de «carro de combate».

Mas estes engenhos móveis e blindados não aparecerão também entre as armas da cavalaria? De facto êles são até indispensáveis, pois estas armas, originadas na imperiosa necessidade de romper as frentes contínuas fortificadas e bem armadas, têm nos nossos dias muitas das características da cavalaria dos tempos passados: faculdade de combater em movimento, possibilidades de rotura pelo choque. Em breve, estamos convencidos, quando conhecermos em pormenor a acção das unidades couraçadas alemãs na infeliz Polónia, relembraremos as vitoriosas cargas dos rudes couraceiros napoleónicos sôbre as fortificações russas de Moskowa e a carga infeliz da heróica e famosa brigada ligeira inglêsa sôbre os redutos e artilharia russa em Balaklava. As necessidades são as mesmas; os meios é que têm de mudar. Enfim uma cavalaria moderna carece de meios mais ou menos armados e blindados, que aproveitando o cavalo vapor como meio de movimento, lhe permitam conquistar a informação ou manter a segurança — tal é especialmente a

auto-metralhadora — e lhe facultem arrancar a vitória ou impedir a derrota — tal é especialmente o «carro de combate» — isto é, meios que são síntese de movimento e de fogo.

*

Em resumo a cavalaria moderna necessita associar ao movimento, tão intimamente quanto possível e sem nunca o prejudicar, meios poderosos de fogo. Notaremos, apenas de passagem, para não nos alongarmos e não nos desviarmos do fim em vista, as outras armas que em maior ou menor proporção deverão apoiar a cavalaria e suprir às suas deficiências: o avião (de acompanhamento ou não) que lhe alongará o alcance e abrirá o ângulo da informacão; a artilharia que de mais longe retardará o inimigo e, quando necessário, o neutralizará; a infantaria que aumentará as possibilidades de ocupação do terreno ou ajudará poderosamente à sua conquista.

*

Para o bom sucesso do seu papel a cavalaria necessita ainda doutros meios. Entre êles é essencial o material de transmissões e são necessários os meios de restabelecer as vias de comunicação e de passar os cursos de água e ainda os recursos para a organização do terreno. E nem por serem auxiliares deixam de ser necessários os serviços de manutenção entre os quais deveremos ver os reabastecimentos pela via aérea, talvez solução para garantir a vida da cavalaria nas suas acções a distância.

*

E não terminaremos esta parte sem fazer apêlo ao factor essencial do sucesso da cavalaria tanto na moderna como na antiga: referimo-nos ao *factor moral,* caracterizado pelo

espírito cavaleiro. É preciso que a educação e o espírito formem e mantenham as características da arma. É necessário apetrechar moralmente a arma, para a acção no «vasio» e nos grandes espaços, cultivando nos seus quadros o gôsto pela aventura e audácia, pela iniciativa e decisão, predicados indispensáveis no reconhecimento e na segurança e ao combate quer ofensivo quer defensivo. E, seja «arma a cavalo» seja «arma mecanizada» será a prática da «mais bela conquista do homem» o cavalo, educador físico e moral inegualável, o melhor meio de cultivar essas qualidades. O desposto automobilístico adequado completará o seu papel.

IV

Qual a organização, qual a constituïção da cavalaria?

ESSA orgânica geral e a composição das unidades dependerão evidentemente da fisionomia de guerra adoptada, do papel que em tal quadro se atribua à cavalaria e dos meios com que se julgue conveniente dotá-la.

*

Salta à vista a necessidade de articular a arma em duas classes adaptadas ao seu emprêgo normal, classes em que se combinarão as duas subdivisões — a montada e a automóvel — com os outros meios necessários.

Uma dessas classes será aquela a que caberão os papeis de maior vulto quer na ofensiva, quer na defensiva dinâmica, missões de informação e segurança, ou missões de combate e especiais, geralmente para serviço do alto comando ou das grandes unidades estratégicas, missões em que se operará por vezes a grandes distâncias e, muito freqüente-

mente, em relativo isolamento. Será a *cavalaria independente*, as *grandes unidades de cavalaria.*

A outra classe será destinada a papéis de menor vulto, mas não menos úteis, quer na ofensiva quer na defensiva, igualmente missões de informação e segurança e missões de combate e especiais, nêste caso em proveito do comando das grandes unidades táticas de batalha ou de combate, a que orgânicamente pertencer, à cavalaria que operará freqüentemente afastada do grosso das tropas mas que por vezes actuará próximo dela, senão nelas intercalada. Será a *cavalaria orgânica*, a *cavalaria das grandes unidades.*

*

As G. U. C. tem organização e constituïção muito diferente conforme os exércitos, suas necessidades e possibilidades e doutrinas militar conseqüente.

As grandes potências adoptam geralmente a *divisão* como grande unidade tipo da «arma móvel e relativamente potente». A constituïção da divisão vai desde a *divisão de cavalaria a cavalo*, isto é, daquela em que o «cavalo» domina (regimentos a cavalo, artilharia a cavalo) e «o motor» é excepção (elementos de descoberta, elementos de transporte), e que se encontra nos Estados Unidos e na Rússia, até à *divisão de cavalaria mecânica* ou divisão couraçada em que predominam as unidades couraçadas, apoiadas em algumas unidades apenas motorizadas, que se vê na França (Division légère mécanique), na Inglaterra (Mechanised Division), na Alemanha (Pantzer Division) e parece que nos E. U. A. e U. R. S. S.

Encontram-se soluções intermédias na França cuja Div. Cav. é na maior parte a cavalo e apenas com 1/3 automóvel (quási D. C. pura), na Rússia com a D. C. ligeiramente motorizada e especialmente na Itália com as suas divisões rápidas em que cavalo e motor se associou meio por meio. Outra solução é a da Bélgica em que a divisão de cavalaria é mais uma unidade motorizada do que mecanizada pois são em pequena porção os elementos couraçados.

A questão da associação «cavalo-motor», que julgamos indispensável na cavalaria moderna, parece-nos que teria solução razoável, ainda que modesta, se a cavalaria divisionária fôsse a cavalo e se a cavalaria de corpo fôsse automóvel, na fôrça de um grupo de esquadrões por cada uma destas G. U., dispondo o C. E. dum comando e elementos blindados e suplementares para o conjunto da cavalaria. Evidentemente se o C. E. crescesse de importância sob o ponto de vista «manobra» e a divisão mais se aplicasse ao combate, actuando raras vezes isolada, então seria possível a supressão da cavalaria divisionária, passando os seus elementos ao C. E. onde se constituiria uma pequena brigada, ou, pelo menos um forte regimento, em que se associariam cavalo e motor, talvez com artilharia e decerto com elementos blindados.

*

Findamos êste estudo talvez longo e decerto incompleto. Devemos explicação aos camaradas que se dignaram lê-lo: desejámos iniciar a nossa modesta colaboração na *Revista da Cavalaria,* tratando dum só golpe, sob um ponto de vista geral, os problemas fundamentais da cavalaria, deixando aos caros camaradas de arma — e aos doutras armas que se dignem dar à cavalaria o valor da sua colaboração — o desenvolvimento da matéria e o estudo do pormenor. Teremos despertado algum interesse? Assim seja, pelo Exército Português.

CASOS DE GUERRA

pelo Cap. HUMBERTO BUCETA MARTINS

I—Combate a cavalo

«...Mais do que nunca, importa conservar as preciosas qualidades de vigor, de audácia e de abnegação, tradicionais na Cavalaria».

MARECHAL PÉTAIN

«A potência dos meios de acção no caso de um combate a cavalo não reside senão no coração dos cavaleiros, na fôrça dos seus braços, na qualidade dos seus cavalos e na têmpera dos seus sabres...»

GENERAL ROBILLOT

E há Arma em que a formação espiritual dos quadros deve ser cuidada sem desfalecimentos, sem ceder um palmo do seu lugar ao despotismo da formação técnica, que tudo quer dominar, essa é a Cavalaria.

Se são certas as palavras de Weigand quando diz que, seja qual fôr a evolução que o futuro nos reserve, o nosso sucesso de cavaleiros será sempre encontrado na velocidade, na surpresa, na audácia, e que, para o conseguir, sempre teremos de fazer prova do famoso espírito de cavaleiro, com tudo que êle deve comportar de decisão, de lealismo, de elegância, de aprumo de espírito e, também, de gôsto pelo risco, ninguém duvidará de que a bôa

formação espiritual dos seus oficiais e graduados será a misteriosa mola real da eficiência da Cavalaria.

Tôda a formação espiritual militar há-de basear-se no culto da tradição.

É preciso aspirar o perfume forte dos exemplos de bravura audaciosa e de espírito de sacrifício dos que nos antecederam!... Aspirá-lo constantemente até que os nossos espíritos e os nossos corações se sintam impregnados, saturados, dessa exalação sublime de heroismo que paira na história da Cavalaria.

Só assim se consegue a fôrça de ânimo precisa para suportar a pesada herança de glória que nos deixaram.

A tradição da Cavalaria, fizeram-na as gerações que, umas após outras, entraram em guerra com os espíritos embriagados pelos exemplos de bravura que as gerações passadas lhe deixavam, os corações a arder numa aspiração de luta, abrazadora, as almas em extase prontas para o holocausto definitivo.

Culto pela tradição significa culto pelos feitos heróicos e pelas virtudes dos nossos antepassados, homenagem aos seus sacrifícios e, também, um grande sentimento de piedade pelas suas dôres e desilusões.

As mais altas façanhas da Cavalaria — até hoje — fôram escritas com as pontas das suas lanças e os gumes afiados dos seus sabres, projectados como balas pelo galope desenfreado dos cavalos, em cargas legendárias.

Se outra razão não existisse, já assim ficaria plenamente justificado que ao inaugurar êste cantinho de «cavaqueira amêna» sôbre as façanhas da Cavalaria, quisesse começar pelo estudo de combates a cavalo. Propósito de homenagem aos que assim escreveram páginas fulgurantes da nossa história de cavaleiros, com certeza; talvez a sua pontinha de preocupação de elegância intelectual... Mas não só isso.

Eu sou dos que continuam a considerar que, ainda hoje, os cavaleiros hão-de encontrar na guerra objectivos e situações em face das quais os sucessos mais rápidos e mais profundos serão obtidos pela hábil conjugação de acções frontais a pé com atrevidas acções a cavalo sôbre os flancos e retaguardas de um inimigo em crise — preparadas, apoiadas e

conduzidas à moderna, como eu as idealizo e a seu tempo procurarei descrevê-las —.

Todo o chefe de Cavalaria que dispõe de reservas a cavalo não tem direito de abstraír do seu espírito essa idéa; hoje menos do que nunca, uma vez que dispõe dos elementos ideais para a preparação e apoio — para a cobertura frontal, se quiserem — dos ataques a cavalo: os engenhos blindados.

¿Quantas vezes, no quadro das pequenas fôrças destacadas em missões de segurança, o próprio estudo dessas missões no terreno nos não convence de que, perante determinada situação encarada, tudo se resolveria mais segura e ràpidamente com um ataque a cavalo bem preparado e apoiado, do que desenvolvendo uma arrastada acção a pé?...

Pois uma vez que se admita que o combate a cavalo, embora com novo aspecto, menor pompa e freqüência, pode ser um processo aconselhável para determinadas situações de adversário e de terreno, torna-se necessário restabelecer, no ânimo dos nossos jovens cavaleiros e até no espírito dos nossos chefes, a mística do combate a cavalo; estudar as condições que ainda o favorecem, as restrições que deve sofrer, e com que nova fisionomia se deve desenrolar.

Se a formação espiritual da Cavalaria a leva a dar a sua exclusiva preferência ao combate a pé, se essa perniciosa idéa se arreiga no espírito dos nossos subalternos, dos nossos capitães, dos nossos comandantes de regimento, de Grupo de Cavalaria, até dos nossos brigadeiros; se na sua preparação em tempo de paz todos desprezam o estudo e o treino o emprêgo conjugado dos dois processos de ataque de que dispômos; numa palavra, se se perde o espírito cavaleiro, será sempre a pé que as tropas a cavalo se empenharão, a despeito de quaisquer envergonhadas disposições regulamentares sôbre a acção a cavalo das mais pequenas unidades.

O chefe de uma tropa a cavalo que perdeu a sua fé no combate a cavalo apeia às primeiras balas que lhe silvam aos ouvidos ou às primeiras granadas que explodem no terreno a atravessar: é a decisão menos dispendiosa de coragem, porque apear representa, pelo menos aparentemente e de momento, diminuir o perigo... Mas nêsse caso a própria acção a pé será tíbia e arrastada, porque se apeou prematu-

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

ramente e a tropa não está prêsa dêsse sentimento diabólico da velocidade...

¿Quem ousará fazer marchas de aproximação a cavalo, se não estiver disposto a desembainhar o seu sabre quando, no ambiente de precária cobertura em que se fazem, tem de se defender de um adversário atrevido?...

No dia em que os Comandos sancionem uma doutrina e uma preparação da Cavalaria que lhe permitam *pensar em si, atenuar ou recuar o combate* e, com isso, perder o espírito ofensivo, abriram-lhe a porta à lei do menor esfôrço. Esta, conduzi-la-á na exploração a um papel de mera cobertura — com prejuizo da penetração que a busca de bôas informações implica — o que será uma falta, e há-de conduzi-la a actuar sempre a pé na perseguição, o que será um crime.

Pelo contrário, embora a tropa esteja embebida dêsse irresistível élan que lhe é dado pelas manobras em velocidade na sua preparação de tempo de paz e pela fé de todos os seus quadros no combate a cavalo, não é já de recear que, em face de situações em que o inimigo disponha dos seus fogos ajustados, os cavaleiros voltem a precipitar-se em formações macissas de parada sôbre as bôcas escancaradas das armas a vomitar metralha, por se julgarem deshonrados quando apearem...

Em primeiro lugar a voz dos fogos modernos, de várias armas que se conjugam, é demasiado eloqüente para que possa passar despercebido o perigo... Depois, o cavaleiro sabe bem que, no ambiente em que vivemos, ninguém o criticará por apear sistemàticamente para combater. Pelo contrário, terá de se revestir de forte dose de coragem moral para arrostar com os comentários sarcásticos que o hão-de rodear quando se resolva a correr sôbre o inimigo de espada em riste.

*

Vou, pois, tentar estudar comvosco, meus caros camaradas, algumas acções a cavalo recentes de que procurarei deduzir as seguintes conclusões gerais:

a) Que se está em êrro quando se afirma que a «Guerra dos 4 anos» (1914-1918) mostrou à evidência que o

combate a cavalo é uma loucura, *que foram raros os combates a cavalo travados* e só serviram para demonstrar a falência dêsses meios de actuar.

b) Que as únicas conclusões a tirar das campanhas dessa guerra são estas:

1.º que o combate a cavalo sob o aspecto exclusivo de grandes massas de esquadrões unidos, precipitando-se como duas muralhas, uma sôbre a outra, não é de encarar;

2.º que sempre que se verificaram determinadas condições de objectivo de ataque, de situação, de terreno e de execução, o ataque a cavalo ofereceu aos chefes que tiveram a coragem de o lançar, êxitos seguros, rápidos e, em geral, com poucas perdas.

3.º que quando os ataques a cavalo fôram realizados em condições impróprias de situação ou de objectivo, mal preparados ou mal apoiados, redundaram sempre em sacrifícios pesados para os executantes e, muitas vezes, de resultados estéreis para a fôrça ou Comando em proveito de que a Cavalaria actuava na ocasião;

4.º que é um êrro medir os resultados de uma acção, para ajuizar do seu proveito, ùnicamente pelo número de perdas sofrido.

*

O combate de Olejow (21-8-914) (1)

Vamos começar por estudar o combate de Olejow, travado entre duas grandes unidades de cavalaria junto da fronteira oriental da Galícia, em 21 de Agosto de 1914. É de supôr que essa acção represente o fecho da época das cargas de grande envergadura e, nêsse caso, é justo que ao começar o estudo de acções dos cavaleiros nas mais recentes cam-

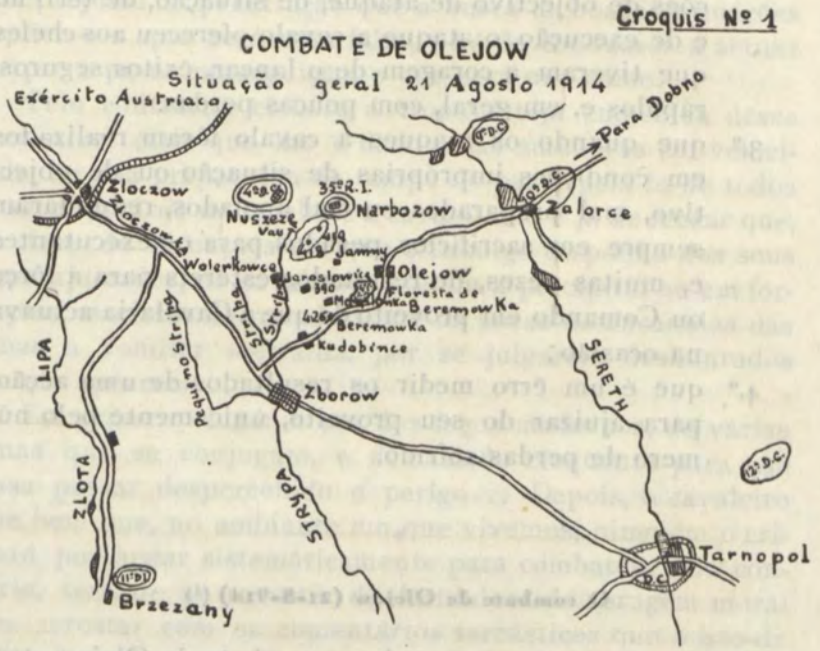
(1) *Revue de Cavalerie* — Set./Outubro de 1925.

panhas, comecemos por essa... «á tout seigneur tout honneur».

Independentemente do incontestável interesse histórico do facto, provarei que, mesmo em uma acção «vieille roche», poderemos colher úteis ensinamentos para amanhã.

Veremos aí uma Divisão de Cavalaria russa e outra austríaca, frente a frente, lançarem-se com elegância e bravura, numa carga de grande estilo, desenvolvida em tôdas as suas fases clássicas.

Croquis Nº 1



Vereis um B. I. austríaco recuar perante uma carga inesperada de alguns esquadrões do Regimento de cossacos de Oremburg e uma bataria de artilharia, em acção, ser tomada pela carga de um esquadrão de hussares russos.

Vereis como uma ideia de manobra simples, traçada em boas linhas, pode ter virtude para compensar defeitos originais do lançamento da acção e condições desfavoráveis à sua execução.

SITUAÇÃO E MISSÕES (Cróquis n.º 1)

Russos — A 10.ª D. C., comandada pelo tenente General conde de Keller, cobre a concentração do III Exército russo na região a sul de Dubno.

Composição da 10.ª D. C. russa em 21-8-914

Brigadas	Regimentos	Unidades orgânicas	Unidades destacadas (1)	Unidades presentes no campo de batalha	Obs.
1.ª Brigada	10 de dragões	6 E. C.	2 C. E.	4 E. C.	(1) Esquadrões destacados como cavalaria Divisionária para as D. I.
	10 de ulânos	6 »	1 »	5 »	
2.ª Brigada	10 de hussares	6 »	2 »	4 »	
	1.º Regimento de cossacos de Orembourg	6 » (2)	1 »	5 »	
1 Esquad. de metralhadoras		8 metr.	—	8 metr.	(2) Designados «sotnias».
1 Grupo de 2 bataria a cavalo.		12 peças	—	12 peças	
1 Esquadrão de Comando (sapadores, transmissões, etc.)		—	—	—	
Total		24 E. C. 8 metr. 12 peças de 75 (t. a.)	6 E. C. — —	18 E. C. (3) 8 metr. 12 peças de 75 (t. a)	(3) Unidades que tomaram parte no combate.

Em 20 de Agosto à tarde, a D. C. russa encontra-se em Zalozce sôbre o Sereth. A sua missão para o dia 21 de Agôsto é: «repelir a cobertura inimiga, explorar até à linha de água Zlota Lipa e manter-se aí até à chegada da infantaria».

Á sua direita deve operar a 9.ª D. C. e à sua esquerda, na região de Tarnopol, a 12.ª D. C.

Austríacos — A 4.ª D. C., comandada pelo General Zaremba, constituía um dos elementos do agrupamento que devia assegurar a cobertura do flanco direito do dispositivo geral dos exércitos austríacos.

Composição da 4.ª D. C. austríaca em 21-8-914

Brigadas	Regimentos	Unidades orgânicas	Unidades destacadas (1)	Unidades presentes sôbre o campo de batalha	Obs.
1.ª Brigada	1.º de ulânos	6 E. C.	—	6 esquad.	(1) Destacamentos sob as ordens de um coronel com missão particular na região de Brody.
	13.º » »	6 »	—	6 »	
2.ª Brigada	9.º de dragões.	6 »	3 esquad.	3 »	
	15.º » »	6 »	—	6 »	
1 Esquad. de metralhadoras		8 met.	—	8 metr.	
11.º Grupo de Art.ª a cavalo (a 3 baterias)		12 peças	4 peças	8 peças	
35.º R. I. da landwehr		3 B. I.	1 B. I.	2 B. I.	
Total		24 E. C. 8 metr. 12 peças 3 B. I.	3 E. C. — 4 peças 1 B. I.	21 E. C. 8 metr. 8 peças 2 B. I.	

Em 20 de Agôsto à tarde a D. C. austríaca encontrava-se em Nuszcze; o 35.º R. I. em Narbuzow.

Na noite de 20/21, o General Comandante da 4.ª D. C. recebeu do III C. E., do qual depende, uma ordem de operações prescrevendo-lhe: «atacar, sôbre as retaguardas, um forte destacamento mixto russo, com númerosa cavalaria, assinalado em marcha por Olejow sôbre Zborow».

A mesma ordem informava ainda o comandante da 4.ª D. C. de que outras unidades participariam na acção (a 11.ª D. I. de Brzezany e uma D. C. de Tarnopol, dirigidas à pressa sôbre Zborow).

*

A Manobra

Para cumprir a sua missão, o General Keller decide marchar em uma coluna sôbre Zborow, coberto por uma forte guarda avançada.

A três horas de marcha à frente da divisão (20 Kms.) destaca, sôbre a linha Zloczow-Zborow, 4 R. O. encarrega-

dos de «*encontrar a cavalaria inimiga, que Keller quer atacar e bater*».

¡Era assim a descoberta e era êste o espírito que animava os grandes chefes de Cavalaria!

Ás 06 h 30, o grosso da D. C. põe-se em marcha com a seguinte disposição:

— G. A.: — 1.º de Cossacos (menos 1 sótnia) e uma bataria.
— Grosso: — 10.º de hussares, artilharia, 10.º de ulânos (menos dois esq. em G. Fl.); 10.º de dragões (menos dois esq. deixados como escolta dos trens regimentais).

— Guarda de flanco da esquerda: — Dois esq. do 10.º de ulânos, como vimos acima.

— Escolta do General Comandante: — Um esquadrão.

Ás 09 h 00 a G. A. saíra de Beremowka avançando sôbre Kudobince. O resto do grosso está parado por alturas da floresta de Beremowka.

Nesta ocasião, o tenente Emmich, em patrulha a O. da floresta, assinala uma forte massa inimiga concentrada ao S. de Jaroslawice.

O General Keller faz entrar a sua artilharia, imediatamente, em bataria a E. da cota 426 (junto da floresta de Beremowka) para bombardear a concentração inimiga.

O bombardeamento inesperado da artilharia russa provoca uma grande confusão no inimigo, que retira precipitadamente para o N., passando a O. da povoação.

Êstes movimentos, feitos à vista do próprio General Keller, dão-lhe a certeza de que tem na sua frente uma grande unidade da Cavalaria inimiga.

Vejâmos o que se tinha passado do lado dos austríacos.

Para executar a ordem que tinha recebido do XIII C. E., o General Zaremba tinha decidido pôr-se em marcha, às 04 h 00, sôbre as alturas △ 418 — △ 419 e esperar aí informações da sua descoberta.

Ás 06 h 00, quando a D. C. já estava em marcha, o General Zaremba recebe uma informação, aliás falsa, segundo a qual o destacamento inimigo ocupava já Zborow.

O General decide, por isso, fazer avançar a sua cavalaria sôbre Kudobince, para atingir a estrada Olejow-Zborow, e fazer marchar o R. I. sôbre Wolczkowce e Zborow.

Quando a testa da D. C. acabava de ultrapassar Jaroslawice, uma nova informação vinha mostrar ao General que, ao contrário do que se julgára, o grosso do destacamento russo se encontrava ainda na região de Olejow.

Na intenção de fazer ulteriormente meia volta, o General concentra a sua Divisão ao S. de Jaroslawice e reüne todos os seus oficiais (inclusivé comandantes de esquadrão) para os pôr ao corrente da situação.

Êste agrupamento fórma sôbre a crista 390 um grupo importante; a própria D. C. austríaca está à vista. O General vê patrulhas russas aflorarem a orla oeste da floresta de Beremowka; elementos do 35.º R. I. austríaca, a N. de Jamny, retiram sob o fogo da artilharia da D. C. inimiga.

É nêste momento que se abate sôbre as imprudentes concentrações da Cavalaria austríaca, o fogo da artilharia russa desencadeado pelo General Keller.

As primeiras granadas caiem no meio do 13.º de ulânos que foge em desordem na direcção de Jaroslawice. O resto da D. C. faz o mesmo. Só ao norte da povoação é que os comandantes conseguem retomar as unidades na mão e reagrupá-las.

A artilharia da D. C. austríaca é imediàtamente posta em bataria na cota △ 410, para contrabater a art. inimiga.

Trava-se então um duelo das duas artilharias que será, aliás, de curta duração.

Entretanto o General Zaremba toma a decisão de retroceder para o N., para se agarrar à crista 418-419, que está já muito arrependido de ter deixado.

A D. C. dirige-se para aí em duas colunas: a coluna da direita formada pelo 13.º de ulânos e 15.º de dragões, pelas encostas O. das alturas △ 418 — △ 419; a coluna da esquerda, formada pelo 1.º de ulânos e 9.º de dragões, entre a primeira e o fundo do vale do Strypa. É desta formação que terá de se desencadear a carga, para responder ao ataque da D. C. russa.

Com efeito, esta surge a galope direita ao flanco S. da Divisão austríaca.

O General Keller, tendo visto o inimigo retirar para o N. sob o fogo da sua artilharia, decide atacar segundo o eixo Manilowka - crista △ 418 — △ 419.

Para isso envia ordem ao regimento de cossacos, que constituia a guarda avançada e devia estar a atingir Kudovince, para se dirigir para o N. (preparação do envolvimento).

Depois, deixando dois esquadrões de hussares como escolta da artilharia, que continua na cota △ 426, faz obliquar o grosso da Divisão para N. O., através do campo. O grosso compõe-se de dois esquadrões de ulânos, dois esquadrões de dragões e dois esquadrões de hussares (1).

O movimento do grosso faz-se em três colunas: dragões à direita, ulânos ao centro, hussares à esquerda.

A massa da cavalaria atravessa assim um terreno pantanoso em que os cavalos se enterram profundamente e em que é forçoso atravessar numerosos fóssos, pouco largos mas difíceis porque o terreno junto dos seus bordos é muito pesado, dificultando o salto.

Os cavalos fatigam-se assim em excesso e as fileiras perdem a coesão.

É, pois, em situação de inferioridade que a Cavalaria russa aborda o sopé das alturas △ 418 - △ 419, por detrás das quais se encontra a Cavalaria austríaca.

O movimento do grosso da Divisão russa faz-se à vista dos observatórios austríacos em △ 418, de onde a artilharia austríaca, que se encontrava em bataria, poderia infligir um severo bombardeamento aos esquadrões russos. Mas o General russo tem a sua idéa de manobra e faz pouco caso das dificuldades da marcha de aproximação.

Felizmente para os russos as artilharias adversárias não procuram senão aniquilar-se mútuamente, de maneira que a artilharia austríaca está, por assim dizer, neutralizada e não aproveita o belo objectivo que se oferece aos seus projécteis.

---

(1) Algumas narrativas desta acção atribuem ao grosso da Divisão russa, nesta altura, oito esquadrões em vez de seis, o que em nada modificaria a fisionomia geral do combate.

Chegado ao N. de Jaroslawice, ponto em que se conservará durante todo o combate, o General russo vê com os seus próprios olhos, do outro lado da crista, cabeças e ombros que vão passando. É uma coluna de Cavalaria inimiga que êle avalia em 6 ou 8 esquadrões. Sem exitar, dá ordem à 1.ª Brigada (dragões e ulânos) para desenvolver numa só linha e fixa-lhe como objectivo a massa que se apercebe do outro lado da crista.

Depois, ao comandante dos esquadrões de hussares, que passam à sua esquerda, grita: «¡marche em escalão recuado da 1.ª Brigada e ataque quando puder!»

É a constituïção de um flanco defensivo, com a previsão de o transformar ulteriormente num ataque de flanco.

A Divisão é, assim, desenvolvida em uma só linha com um escalão recuado, à esquerda.

O General não tem agora disponível senão o seu fraco esquadrão de escolta, diminuído já de numerosos cavaleiros destacados, e apenas engrossado por alguns impedidos, muitos dos quais trazem, dobradas no braço, as capas dos seus oficiais.

*

A Carga

Quando a linha russa, um tanto arquejante e desunida, chega a meia altura da encosta △ 418 - △ 419, aparece uma linha de cavaleiros austríacos na própria crista, e carrega.

É o 15.º de dragões, com o próprio General Zaremba à sua frente. A tropa aparece em explêndida ordenança, evolucionando a galope como em uma parada.

Embora quási completamente exgotados pelo esfôrço da marcha de aproximação em tão mau terreno e pela subida da encosta, os russos lançam-se também à carga.

Trava-se uma refrega. Nesta bem depressa se define a superioridade notável dos russos no emprêgo das armas brancas e no manejo dos seus cavalos.

Todavia, a refrega mantem-se ainda indecisa e confusa quando uma segunda linha austríaca, forte de seis esqua-

drões, aparece também à carga em bôa ordem. O centro russo é atravessado. Um esquadrão austríaco, em coluna de pelotões, atravessa a linha russa, continua a direito na sua frente, levado pelo galope desenfreado dos cavalos, e vem passar na proximidade do General Keller.

Êste, agrupando num mediocre esquadrão a sótnia de cossacos da escolta e os impedidos, com capas e tudo, lança-o sôbre o flanco do esquadrão inimigo.

O comandante do esquadrão russo abate, com um tiro certeiro do seu revolver, o comandante do esquadrão austríaco. Esta tropa, vendo caír o seu comandante, recusa o combate e desaparece em direcção ao Norte.

Nêste momento aparece uma 3.ª linha austríaca com três a quatro esquadrões. Um tal apoio de fôrças, numa refrega em que os adversários estão quási «à bout de forces», em que a balança até parece pender já para o lado do maior pêso dos efectivos, afigura-se fatal para os russos.

Por felicidade para êles os novos esquadrões não atingem o seu fim. Tomados de flanco entre uma carga de hussares russos (flanco defensivo), que acorre ao terreno do combate, e o fogo das metralhadoras russas instaladas na direita do dispositivo russo, que os batem de escarpa, os novos esquadrões austríacos demoram, param e finalmente refluem para Oeste.

Os hussares chegaram a-propósito.

Desembocando do Sul sôbre as encostas Oeste da crista △ 418 - △ 419, vêm primeiro uma bataria austríaca instalada na orla de um pequeno bosque. Um esquadrão carrega-a e apodera-se das peças, enquanto os artilheiros fogem, tomados de pânico, para o Strypa. Nessa altura, vêm a terceira linha austríaca marchando ao ataque e apresentando-lhes um flanco. O único esquadrão de hussares que resta carrega com bravura.

O resultado desta feliz intervenção não se faz esperar.

É a fuga para o Strypa; é o desfalecimento ganhando sucessivamente os austríacos ao longo das suas fileiras e, por fim, uma retirada precipitada dos esquadrões empenhados, que deixam sucessivamente a refrega e fogem para oeste.

Nem por isso a retirada dos austríacos é mais fácil. Os esquadrões austríacos não chegaram ainda ao fim do seu revés.

Os cossacos, que acabam de chegar ao Strypa, golpeiam desalmadamente os elementos em desordem que tentam franquear o curso de água, fazendo numerosos prisioneiros.

O 1.º de cossacos de Oremburg, devemos recordá-lo, marchava em G. Av. da D. C. russa. Ás 9 horas, o General Keller, ao mesmo tempo que sai da estrada para se lançar à carga sôbre o inimigo, envia ordem aos cossacos da G. A. para rebaterem para o Norte. Prepara assim o envolvimento do adversário.

Executando êste movimento, os cossacos caiem de improviso, em frente de Wolczkowce, sôbre um batalhão austríaco que avança na sua direcção.

Carregam sem hesitação, parando êstes elementos que se internam na povoação.

O regimento de cossacos inicia então um combate a pé para se apoderar da povoação. Combina para isso, com habilidade, um ataque de frente com um envolvimento por Oeste. Depois de duas horas de luta a povoação é tomada. Os dois batalhões do 35.º R. I. austríaca, que aí se encontravam, entregam-se. São quási 11 horas.

É já em si um bom sucesso, êste; mas as conseqüências são ainda maiores.

Em primeiro lugar, o barulho do combate, a fuzilaria e a artilharia, não deixam de inquietar os elementos austríacos empenhados na refrega sôbre as encostas de △ 418, contribuindo, muito provàvelmente, para lhes abater o moral e provocar a sua fuga. Por outro lado, os cossacos de Oremburg têm, assim, a porta aberta para as linhas de retirada do inimigo.

A ocasião é imediàtamente aproveitada por um comandante de esquadrão, Essaul Polossoff, que, enquanto o grosso do regimento acaba a conquista da povoação, se lança ao galope, por sua própria iniciativa, sôbre um vau para o qual vê refluir em desordem numerosos elementos inimigos. Aí, acutila os artilheiros que acabam de abandonar as suas peças aos hussares, assim como os cavaleiros austríacos que fogem da refrega.

Os outros esquadrões de cossacos chegam pouco depois e carregam o inimigo, não menos embaraçado para franquear mais ao norte o vale pantanoso do Strypa.

O 15.º de dragões austríacos sofre pesadas baixas.

O 13.º de ulânos que procura escapar-se mais pelo norte, não é poupado e deixa tambem numerosos prisioneiros nas mãos dos russos.

*

CRÍTICA

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que se de algum modo a sorte contribuiu para a brilhante vitória dos russos, nem por isso é menos verdadeiro que essa sorte foi, afinal, preparada pela propriedade da manobra tão simples que o general Keller concebeu, pela rapidez com que a montou, em meia dúzia de frases breves que foram outras tantas ordens disparadas a-propósito, e pelas iniciativas dos comandos subordinados, atrevidas mas sempre orientadas num sentido de verdadeira cooperação de esforços.

Vale a pena analisar os êrros e as boas coisas que a nossa atenção fixa na acção de russos e austríacos.

Em primeiro lugar nota-se a intervenção prematura da artilharia russa, que o general Keller desencadeou depois de a ter instalado a *E.* da cota 426, junto do Bosque de Bremowka.

A ordem para a entrada imediata em bataria da Artilharia, logo que foi assinalada a concentração da cavalaria austríaca a *S* de Jaroslawice, fazia prevêr a imediata preparação, pelo general, de uma acção da Divisão (ou pelo menos de uma acção parcial de reconhecimento) sôbre essa concentração. E deve reconhecer-se que a situação às 09 h. 00 era favorável: a G. Av. (1.º Reg. de cossacos), em Kudobince, lançada sôbre a retaguarda da Cavalaria austríaca pela m. direita do Strypa, uma acção oblíqua sôbre o seu flanco esquerdo; uma forte reserva pronta a instalar-se na orla *SW* da floresta de Bremowka, apoiada pelas metralhadoras instaladas no saliente *W* do bosque, para recolher o escalão de ataque, em caso de insucesso, ou explorar o sucesso.

A artilharia abriria fogo, de surpresa, no momento em que o ataque partisse; êste poderia, assim, explorar a desorganização produzida pelo bombardeamento.

Uma vez que isso não foi feito, a cavalaria austríaca, avisada pelo fogo da artilharia russa, pôde livremente reorganizar-se e recolher às alturas 418-419, que imprudentemente havia abandonado.

O general russo foi, por isso, conduzido a lançar o seu ataque a grande distância, em terreno desvantajoso para a m. de aproximação (terreno pantanoso) e para a carga, que tinha de subir a encosta a *SE* da referida crista.

Da parte dos austríacos é de assinalar a imprudência de ter avançado sôbre Jaroslawice sem a conveniente segurança a distância, e de aí estacionar também num ambiente de precária segurança; do que teria resultado, a não ter havido o êrro do general Keller, que focámos, a perda da liberdade de acção do general Zaremba.

Adiante...

Uma vez resolvido o ataque sôbre 418-419 pelo general Keller, a sua acção é agora «sans reproche». A manobra que concebe é feliz, porque é simples; a intervenção, a seu tempo, dos agrupamentos de manobra vai salvá-lo do esmagamento, que chega a esboçar-se, sob o pêso da superioridade numérica e da situação favorável da cavalaria austríaca: um ataque frontal da 1.ª Br. protegido na esquerda *(S.)* por um flanco defensivo, constituído pelos esquadrões de hussares, que oportunamente se transformará em flanco ofensivo, segundo a própria prescrição da ordem do general. Uma acção de envolvimento provocada pela simples ordem enviada à G. Av., ordem feliz que há-de produzir os seus frutos.

Apenas a criticar, o ter deixado dois esquadrões de escolta à artilharia na cota 426, ficando quási sem reserva à sua disposição. Mais valia que ficasse um único esquadrão junto da artilharia, o qual deveria chegar, uma vez que a orla da floresta de Bremowka lhe dava capacidade apreciável de resistência. Nesse caso, o outro esquadrão, em reserva, teria evitado o perigo que a retaguarda do dispositivo e o próprio general correram, quando o centro dêsse dispositivo foi perfurado. Salvaram a crise, a decisão do general ao lançar sôbre o esquadrão austríaco, que atravessou a linha de combate russa, a sua própria escolta com impedidos e tudo, e a sorte de ter sido logo abatido o comandante do esquadrão austríaco.

Da parte dos austríacos foi cometido um êrro importante quando a sua artilharia, tendo na frente a massa da cavalaria russa a avançar penosamente sôbre a crista 418-419, se entreteve a contrabater a artilharia inimiga, em vez de abater os seus fogos sôbre essa massa vulnerável de Cavaleiros.

Se assim fôsse, a carga da cavalaria russa poderia ter morrido à nascença...

Mas a guerra é assim!...

É de focar, ainda, a carga do esquadrão de hussares russos sôbre a bataria inimiga instalada no flanco S da crista 418-419.

A artilharia estava em bataria e dispunha dos seus projécteis, mas isso não inibiu o esquadrão russo de se apoderar das peças, e os artilheiros austríacos de as abandonar, fugindo para o Strypa, onde iriam oferecer-se aos golpes brutais dos cossacos.

Repito: a guerra é assim e é preciso que as *manobras matemáticas* sôbre a carta nos não façam perder isso de vista. O que sucedeu ontem com a bataria austríaca, poderá suceder-nos àmanhã com outra qualquer bataria; miserável do cavaleiro que em tal situação apeia para — apito em riste e pistola alçada — rastejar sôbre as peças inimigas.

A acção dos cossacos foi também brilhante.

Primeiro um batalhão inimigo em marcha, apanhado de surpresa: — carregar!... —

Mas, a seguir, o batalhão recuou e instalou-se em Wolczkowce: os cossacos apeiaram — agora sim — combinando prontamente uma acção frontal por *S* com uma acção transbordante por *O*. Em duas horas a povoação caíu e os dois B. I. do R. I. 35, que apoiava a Div. Cav. austríaca, renderam-se inteirinhos.

Depois foi a retirada dos austríacos cortada, com:

— mortos e feridos: 23 oficiais e 400 praças;
— prisioneiros: 21 oficiais e cêrca de 500 praças;
— cavalos aprisionados: 300.

Tudo isto custou apenas ao russos: um oficial e 7 homens mortos e alguns cavalos e homens feridos.

*

EM CONCLUSÃO:

a) Defeito da preparação de um ataque a cavalo, em que se perde o efeito de surpresa pela abertura prematura do fogo da artilharia.

Em regra, a preparação dos ataques a cavalo deve consistir numa brusca e potente abertura de fogo, logo seguida da partida do ataque, que deve explorar o efeito de surpresa produzido pelo fogo.

b) Um ataque a cavalo lançado a grande distância do objectivo da carga, através de terreno impróprio e em direcção desvantajosa, por obrigar a carregar em subida.

Em princípio a carga deve procurar uma direcção tal, que o escalão de ataque se precipite em descida sôbre o adversário. A velocidade é favorecida e o efeito moral sôbre o inimigo é muito mais profundo.

c) Uma dispersão exagerada de efectivos, desfalcando o escalão de ataque.

O comandante de uma tropa de cavalaria que quer atacar, deve ter presente que precisa, acima de tudo, de dar fôrça ao seu escalão de ataque.

A cavalaria empenha-se de um jacto, lançando ao ataque a quási totalidade dos seus sabres se ataca a cavalo, das suas metralhadoras e baionetas se ataca a pé, mas conservando uma reserva de fôrça proporcional à envergadura da acção.

A cavalaria russa dispersou grande número de esquadrões em missões de segurança e de escolta (artilharia e trens), com prejuízo da fôrça do seu escalão de ataque e da reserva.

A despeito de tudo o ataque é coroado de êxito, graças:

1.º — Ao êrro fundamental do emprêgo da artilharia austríaca, distraída em uma contrabataria inútil.

O emprêgo da contrabataria na preparação e apoio dos ataques de cavalaria, raras vezes se justifica.

Em princípio, a artilharia deve ser empregada no *apoio directo* do ataque e os seus fogos devem abater-se em cheio, com a máxima densidade e cadência, sôbre o próprio objectivo do ataque.

2.º — Á perturbação produzida pelo bombardeamento da artilharia russa sôbre a imprudente concentração dos regimentos a cavalo austríacos, parados a S. de Jaroslawice, *que inicialmente inocula um germe de desorganização na cavalaria austriaca.*

Não se admite que as tropas a cavalo parem no fim dos lanços de marcha ou manobra, em formações concentradas.

3.º — Ás precárias medidas de segurança de comando tomadas pelo general austríaco, o que lhe acarreta a perda da iniciativa e da liberdade de acção, e de que resulta uma falta de coordenação entre o R. I. de reforço e o ataque a cavalo.

As unidades de infantaria, na iminência de uma acção a cavalo, devem ser instaladas por forma a cooperar com tôda a violência dos seus fogos na preparação e apoio do ataque, e a poderem servir de base a que se recolham as unidades de ataque em caso de insucesso.

Mas, acima de tudo, a vitória russa é filha da ideia de manobra simples e perfeita do general Keller e do desembaraço dos russos no emprêgo dos seus cavalos e das suas armas brancas.

Os chefes de cavalaria devem, ao preparar qualquer acção, ter sempre presente que em regra o inimigo tem um flanco vulnerável, quando não os dois, e que a base de tôda a acção de cavalaria, de pequena ou grande envergadura, deve ser: *a manobra de ala.*

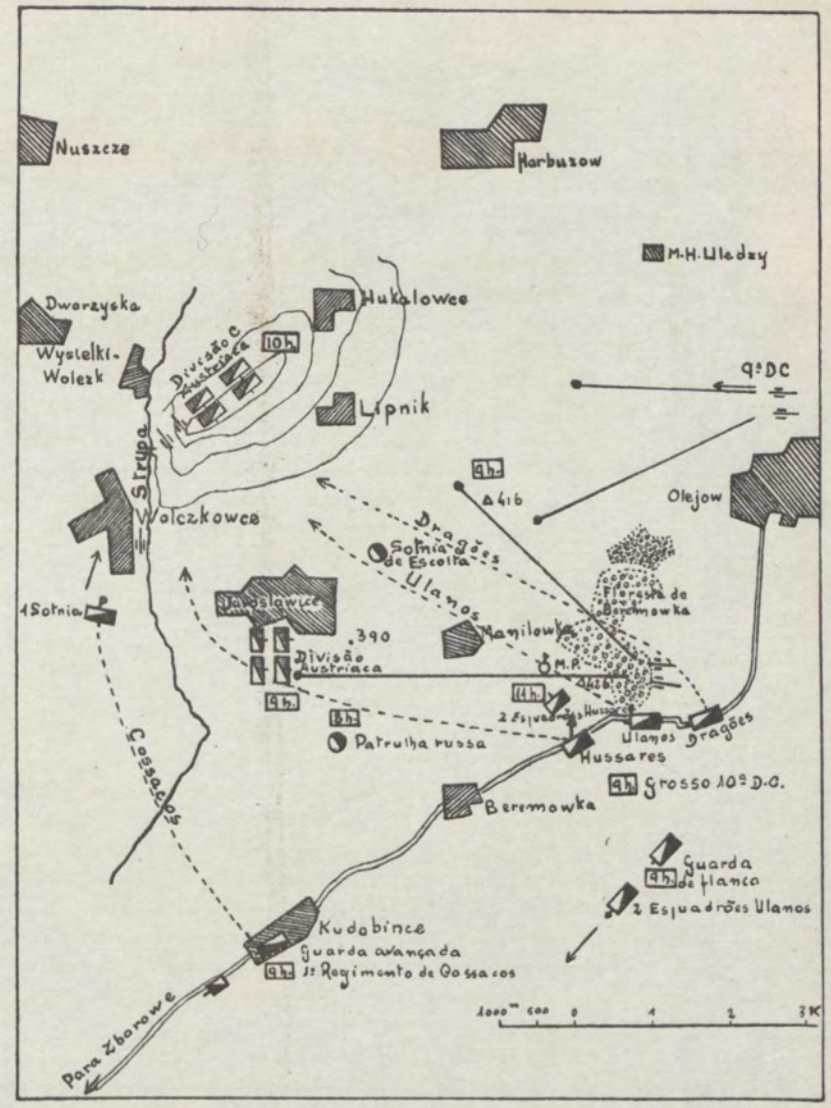
Essa obcessão do ataque sôbre os flancos e retaguarda do inimigo perde-se fàcilmente... e tenho a impressão de que se vai perdendo nos nossos cavaleiros...

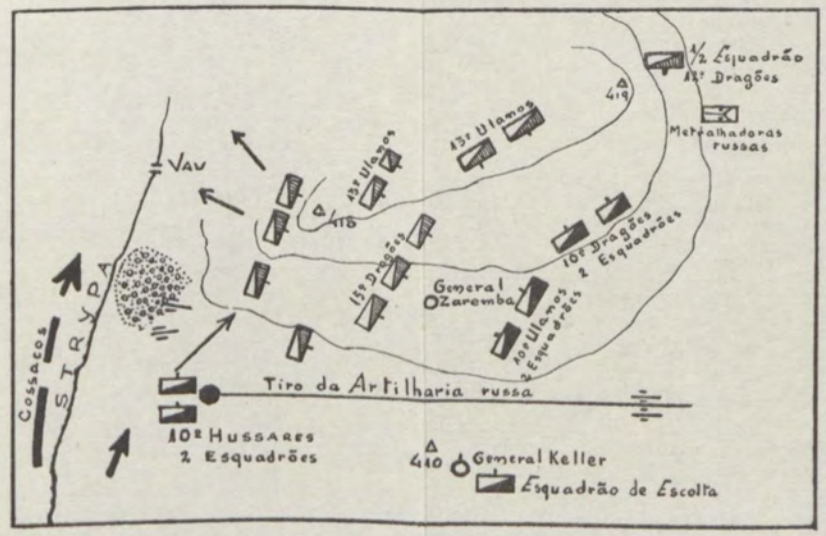
... Como também se descuida, imperdoavelmente, o adextramento dos cavaleiros no emprêgo das suas espadas. Os cavaleiros da linha vão assim perdendo a confiança nos seus sabres e mal vai à cavalaria quando se segue por tal caminho!...

Combate de OLEJOW

21 de Agôsto de 1914

Croquis N.º 2 — **A manobra**

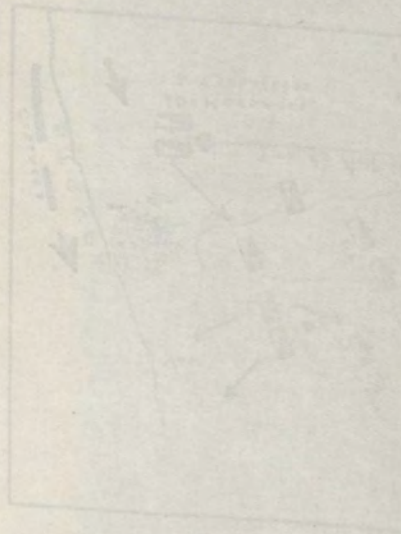


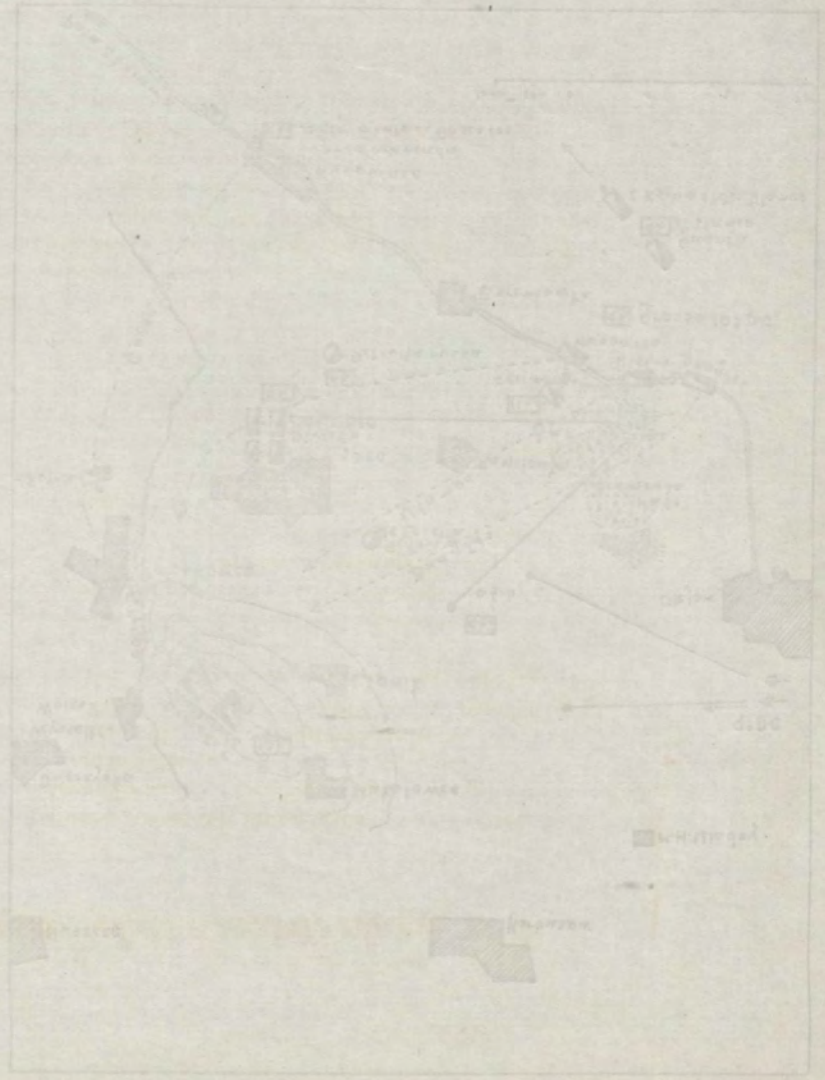


Combate de OLEJOW

Situação no momento da carga. 11.00 horas.

(Croquis N.º 3)





Temas táticos

pelo Capitão AGUIAR FERREIRA

armamento aperfeiçoa-se e modifica-se constantemente; a tática de emprêgo deve evolucionar conseqüentemente para adaptar os seus processos às novas possibilidades. Disto resultam transformações contínuas e muitas vezes profundas que afectam não só todos os dados práticos mas também o emprêgo das diferentes armas, as suas formações de combate e mesmo o dispositivo geral.

Entretanto, nesta evolução constante, em face de todos os factores que não têm senão um valor de momento, é possível destacar certas noções de princípio com um valor permanente.

Os diferentes factores da decisão e os seus detalhes constituitivos são daqueles que têm um valor permanente, embora não tenham um valor intrínseco absoluto. A importância que se lhes deve atribuir varia com efeito:

— Necessàriamente com o *escalão* do chefe que os considera, porque os diversos escalões não têm as mesmas preocupações imediatas. É assim que o terreno é menos tirânico para as G. U. do que para as pequenas unidades;

— Necessàriamente também com a natureza da *situação tática,* porque as necessidades são diferentes com cada situação;

— Evidentemente com o *temperamento* do chefe, porque cada um aprecia os diferentes factores segundo o seu próprio caracter.

Antes de tudo, é ao bom senso e à razão que se deve apelar para que um e outra nos orientem e nos guiem na decisão a tomar. O método apresentado no número anterior da nossa Revista não tem outro valor que não seja dar essa orientação ao espírito, assim como a resolução de problemas táticos não tem outra finalidade que não seja adquirir alguma da experiência que só a guerra, a grande mestra, poderá dar completamente. A tática é uma ciência de aplicação; então para que fornecer ideias feitas, um método de trabalho e mesmo de pensar e de raciocínio, em vez de cada um de nós edificar a sua experiência pela prática das manobras, o esfôrço e a reflexão? É que em todos os domínios, o fim do ensino é precisamente tentar fazer adquirir, com o mínimo de esfôrço e de riscos, o conhecimento, tanto quanto possivel perfeito, da ciência que se pretende aprender.

De resto, a identidade na forma de conduzir o pensamento e de o exprimir é uma das maneiras de realizar a unidade de doutrina, ou seja de realizar a ligação, isto é, a colaboração entre os diferentes escalões do comando e entre as diferentes armas. É assim que os esquemas têm as suas vantagens desde que sejam tidos como esquemas de pensamento e de forma, de natureza essencialmente filosófica e científica e que não devemos confundir com os esquemas de solução (vulgo chocas) essencialmente condenáveis, processo

habitual dos primários que substituem o emprêgo fecundo da razão pelo estéril da memória e da cópia servil.

É sob êste ângulo que é necessário aplicar o esquema de O. Op. que hoje incluímos nesta secção, não esquecendo as considerações que sôbre as ordens vamos seguidamente fazer.

O caracter particular dos problemas de cavalaria

As Ordens (1)

Não parece inútil dar algumas indicações susceptíveis de facilitar o estudo dos problemas de cavalaria.

Êsses conselhos visam:

— o ângulo sob o qual os problemas de emprêgo da arma devem ser tratados;

— o espírito que deve presidir à procura das soluções;

— a maneira de traduzir estas últimas aos executantes, o que conduz a examinar a natureza das ordens, a sua forma, o seu conteúdo e o seu modo de transmissão.

Está claro que estes dados só dizem respeito às missões de cavalaria puras: exploração e descoberta, cobertura, acção retardadora, perseguição, segurança das G. U., combate em grandes frentes; por oposição com as acções ofensivas e defensivas sôbre uma zona estreita e profunda que as unidades de cavalaria podem excepcionalmente executar em ligação estreita com as outras armas. Neste último caso os processos de comando são idênticos aos das unidades de infantaria de efectivos correspondentes.

(1) Revue verte.

Em definitivo, é preciso existir um ambiente particular a que podemos chamar *espírito cavaleiro,* cujas características essenciais são:

— largueza de vistas e simplicidade na concepção;
— rapidez e oportunidade no desenvolvimento da manobra;
— ousadia e energia na execução.

Êste espírito tradicional da cavalaria provém numa certa medida do recrutamento, dos processos de instrução e dos ritos da educação, mas sobretudo das condições particulares da luta, essencialmente diferentes da do artilheiro ou do infante.

Chamado a dirigir trajectórias sôbre pontos precisos quando não se entrega a cálculos de tonelagem de munições, o chefe de artilharia, colocado em face de missões de um ritmo quási imutável, resolve o problema como técnico, com o rigor matemático e o espírito de método que o accionamento da máquina exije.

Responsável por uma tropa cuja usura física e moral pode ser instantânea e em que qualquer êrro de apreciação conduz ao sacrifício estéril, o chefe de infantaria não entrega nada ao acaso nem à improvisação; as soluções que êle adopta são o fruto dum estudo minucioso, apoiando-se sôbre o maior número possível de informações detalhadas e controladas, recolhidas por uma observação atenta e constante. Nas suas ordens tôdas as suas disposições de detalhe são previstas; a restrição de iniciativa que disso resulta para os executantes é tanto mais estreita quanto mais baixo se desce na escala da hierárquia.

Completamente diferente é a acção do chefe de cavalaria. Lançado a maior parte das vezes longe de todo o socorro imediato, por vezes às cegas, através de espaços vastos que êle percorre ràpidamente com os olhos fixados nas fronteiras do horizonte visível, o chefe de cavalaria deve manter-se constantemente pronto a fazer face às situações mais imprevistas. O seu golpe de vista e a sua audácia reflectida são as melhores garantias da sua segurança: deve saber ousar e arriscar.

Se as missões que lhe são confiadas são múltiplas e por vezes contraditórias, são em princípio desempenhadas em benefício das outras armas ou de escalões elevados do comando; em qualquer caso elas empenham sempre duramente a sua responsabilidade. Por isso importa que todo o chefe de cavalaria, qualquer que seja o seu gráu hierárquico, esteja acostumado a vêr de alto, a ver em grande, a ver longe no espaço e no tempo.

É neste estado de espírito que, colocado em face dum caso concreto, tanta vez abarcando uma carta de dimensões impressionantes, sobretudo quando se trata de missões de exploração ou de acção retardadora, o chefe deve encarar a questão no seu conjunto, determinar-lhe as grandes linhas sem se perder nos detalhes, e definir num golpe de vista a estrutura geral do terreno:

— eixos importantes de movimento;
— transversais nítidas;
— cortaduras sérias;
— obstáculos extensos;
— nós essenciais das vias de comunicação;
— observatórios que comandam compartimentos extensos;
— etc., etc.

Será assim possível conceber uma manobra à priori com a amplitude exigida, definir-lhe as modalidades exactas e fixar aos executantes, num quadro simultaneamente elástico e vasto, missões precisas e objectivos bem determinados.

Pelo que diz respeito à decisão, importa recordar os caracteres gerais de tôda a acção de cavalaria.

As unidades desta arma, qualquer que seja a sua ordem de grandeza, progridem num dispositivo semi desenvolvido, em largas frentes, por lanços de grande amplitude, em terreno quási desconhecido e que elas não podem reconhecer senão superficialmente.

Trabalham no movimento e na velocidade contra um adversário geralmente móvel, dotado freqüentemente de uma velocidade de deslocação análoga, apto a reforçar-se ràpidamente, e cujas reacções irão crescendo de intensidade.

Por êste facto os combates de encontro são freqüentes e as tomadas de contacto brutais mas imprecisas, não esclarecendo senão imperfeitamente o comando porque as informações que fornecem são em regra bastante sumárias e a situação se modifica ràpidamente. Importa pois *ver justo e decidir-se com rapidez.*

A ocasião da cavalaria é fugidia; hesitar, contemporizar, querer precisar a natureza exacta e fôrça real das resistências encontradas, leva o chefe de cavalaria a deixar passar a ocasião própria, o instante preciso em que a acção seria proveitosa.

Segue-se que a descentralização do comando se impõe freqüentemente a-fim-de deixar a todos os escalões uma larga margem de iniciativa que permita a exploração imediata da situação.

Como, por outro lado, a cavalaria, a despeito dos engenhos de fogo de que está dotada, não possue uma grande potência de fogo, deve substitui-la pela procura do efeito da surpresa e da tomada do contacto brutal num ponto judiciosamente escolhido, com o máximo dos seus meios ràpidamente reagrupados.

Esta necessidade implica a obrigação de evitar os empenhamentos locais, parciais e arrastantes que deixariam ao inimigo a possibilidade de se reforçar na zona de esfôrço escolhida.

Vê-se assim que se é forçado, na maior parte dos casos, a suprimir a fase do aperfeiçoamento dos contactos tomados para actuar do forte ao fraco, ou se isso é impossivel, para repelir o adversário antes que êle tenha tido tempo de pôr o seu dispositivo em equilibrio.

É do maior interêsse reduzir ao mínimo a ideia de preparação dos ataques na ofensiva, os prazos da instalação na defensiva, montando para êste fim manobras simples, e sobretudo empenhar-se resolutamente e sem ideias preconcebidas.

Prontidão na decisão, ousadia *reflectida* na execução, realização dos efeitos da surpresa pela escolha dos pontos de esfôrço, a manobra de ala e o transbordamento das resistências possíveis em frentes móveis e descontinuas, tais são em definitivo os factores essenciais do sucesso nas acções de cavalaria.

Uma conclusão se impõe. Para que o chefe de cavalaria, em todos os escalões do comando, esteja em condições de intervir com a prontidão requerida no ambiente perturbador em que se encontra colocado, é necessário que as ordens dadas sejam simples na concepção e na expressão e sobretudo sejam breves e sem a preocupação de formalismos inúteis. Há evidente vantagem que a forma que revistam permita procurar ràpidamente o assunto ou a questão que interessa de momento, sem a necessidade duma leitura completa para elucidação de um detalhe; por isso o nosso R. C. obriga a uma certa decomposição por assuntos classificados em capítulos e números. Em qualquer caso devem ser simples.

Quem diz simplicidade diz evidentemente *precisão,* o que implica a definição nítida da missão geralmente materializada por um eixo, objectivos sucessivos a atingir, bem como a natureza exacta das informações a recolher, conduta a seguir e importância dos meios a accionar ou a reservar.

Simplicidade e concisão impõem-se, por maioria de razões, uma vez travada a luta, sem o que as prescrições do chefe se arriscariam a não atingir os executantes em tempo oportuno.

Vê-se assim o interesse que apresenta para a cavalaria o emprêgo das ordens verbais que são de regra, na maior parte dos casos, até ao escalão esquadrão inclusivé, mas que são muitas vezes utilizadas igualmente no regimento e na Br. Cav. mesmo.

No primeiro caso são geralmente dadas aos subordinados imediatos sôbre o terreno, tendo assim o chefe a possibilidade de lhes precisar os pontos essenciais pela designação, se possível à vista, das direcções e dos objectivos. As indicações gerais: situação, dispositivo, distâncias, objectivos, podem ser igualmente esquematizadas num croquis sumário, em apôio das explicações verbais. A ordem escrita virá depois confirmar as ordens verbais já dadas.

É num fim análogo de simplicidade e rapidez que é recomendável multiplicar as *ordens particulares* e recorrer freqüentemente às *ordens preparatórias.* Estas permitem com efeito assegurar a instalação dos meios numa direcção conveniente sem perdas de tempo e iniciar assim a manobra

em vista. O comando tem assim mais tempo e liberdade de espírito para preparar a execução metódica dessa manobra e determinar-lhe as modalidades por meio duma *ordem geral de operações* redigida com vagar.

Na resolução dum caso concreto, consideraremos pois as ordens, necessàriamente escritas, como o somatório e compilação de tôdas as ordens verbais e particulares dadas para pôr em execução a decisão do chefe.

Para uma coisa chamamos a particular atenção dos nossos amáveis leitores: a ordem só deve começar a escrever-se quando o problema está já resolvido nas suas linhas gerais, isto é, a resolução intelectual precede sempre a sua apresentação material (ordem).

A-fim-de facilitar a resolução intelectual dum problema de movimento aconselharemos que, pelo menos aqueles que não têm uma grande prática, materializem as suas deduções e conclusões pela forma seguinte:

Ambiente material: processo conhecido (pág. 43).
Ambiente intelectual: (pág. 45).

— De que se trata?

— Os factores da decisão:

A missão: fim a atingir; operação a executar; condições em que é realizada: condições de espaço, condições de tempo, condições de relação, condições de progressividade, atitude.

O inimigo: natureza dos seus meios; possibilidades.

O terreno: frente da zona de acção; linhas de crista e cortaduras importantes; vias de comunicação principais penetrantes e transversais; localidades; zonas arborizadas. Possibilidades e servidões para nós e para o inimigo.

Os meios: inventário; possibilidades globais; possibilidades específicas; emprêgo óptimo. Repartição geral.

A decisão:

— A ideia da manobra.

— A organização do movimento:

— itinerários;

— dispositivo;

— segurança;

— execução;

— marcha e coordenação.

Esquema de uma ordem de movimento para um G. Cav.

ORDEM DE OPERAÇÕES N.º ...

I — **Situação e missões:**

1 — Informações sôbre o inimigo e sôbre as nossas tropas que directamente interessam ao desenvolvimento da manobra em vista.

2 — Missão da unidade superior em proveito de quem se trabalha, das unidades vizinhas com quem se colabora e das unidades na frente que nos cobrem.

3 — Missão fixada à nossa própria unidade.

— Zona de acção:

— Meios.

II — **Ideia da manobra:**

4 — É minha intenção:...

III — **Disposições:**

5 — Medidas de segurança do comando: flechas e reconhecimentos, composição, comando, missão, atitude no final da missão, hora de partida.

6 — Escalão de exploração: patrulhas de exploração a lançar; composição, comando, missão, itinerário, hora de partida, velocidade, atitude no final da missão, informações obrigatórias, ligações a estabelecer. (Pode traduzir-se num quadro de exploração anexo à O. Op.).

7 — Movimento do grosso: (pode traduzir-se num quadro anexo).

a) Itinerário ou itinerários.

b) P. I. ou T. I.

c) Dispositivo:

— Agrupamentos de marcha (comando e composição).

— Ordem por que marcham as unidades em cada agrupamento.

— Distância entre os escalões sucessivos e entre as unidades em cada agrupamento de marcha.

d) Coordenação do movimento:

— Horas de passagem no P. I. ou T. I. ou horas de partida.

— Velocidade de marcha para cada agrupamento.

— Altos: 1.º pequeno alto e periodicidade. Grande alto.

— Transversais de ligação e horas a que devem ser atingidas.

e) Ligações entre os agrupamentos e com as colunas vizinhas (guardas de flanco de ligação, composição e eixo).

f) Segurança do dispositivo:

— Destacamentos de segurança.

— D. C. C.

— D. C. A.

7 — Atitude em caso de encontro com o inimigo.

8 — Levantamento dos P. Av.

9 — Estacionamento em fim de marcha: zona onde vai estacionar a coluna, ponto onde se desarticula. Secções de quartéis.

IV — **Ligação:**

10 — P. C.

11 — P. O. (eventual).

12 — Transmissões:

a) C. A. I. da unidade superior.

b) Eixo de transmissões da unidade superior.

c) C. Tr., situação inicial e deslocação prevista.

13 — Agentes de ligação: a destacar e a receber.

V — **Serviços:**

14 — S. S.: postos de recolha montados eventualmente pela G. U. ou evacuações.

15 — S. V.: idem.

16 — Trens: T. C. 1 e T. C. 2.

17 — S. Rep.: disposições sôbre desempanagem e evacuação de viaturas avariadas (eixo ou eixos de desempanagem, centros de reünião.

18 — S. Subs.: disposições sôbre alimentação e sôbre o processo de reabastecimento.

O Comandante

TEMA N.º 1

Cartas $^1/_{250.000}$ — 16 e 20

$^1/_{50.000}$ — 16 a | 16 b / 17 a | 17 b / 18 a | 18 b

Marcha de aproximação

Situação geral

Fôrças do P. A. estão a desembarcar na região de **Caldas da Rainha**, cobertas por destacamentos instalados na linha geral **Serra de El-Rei — Roliça — A dos Francos.** Segundo informações dignas de crédito os desembarques estão adiantados e uma parte importante das fôrças azuis poderá pôr-se em movimento para S. a partir de 2 de Maio.

O II C. E. (4.ª, 5.ª e 6.ª Div.) do P. V. que acaba de terminar a sua concentração à retaguarda da linha **Malveira — Mafra — Ericeira**, recebeu ordem para marchar para o N. segundo o eixo **Mafra — Torres Vedras — Bombarral** com a missão de tomar o contacto com as fôrças azuis e, se possível, repeli-las para N. da linha **Rio Maior — Obidos**, e para isso vai iniciar a sua progressão na noite de $^1/_2$ de Maio com as suas três Divisões em linha, devendo as testas dos seus grossos atingir na madrugada de 2 a ribeira do **Sisandro** onde se encontram os seus destacamentos avançados (Dest. n.º 1 em **Runa**; n.º 2 em **Torres Vedras**; n.º 3 em **Ponte do Rol**) e prosseguir a marcha para o N. na noite de $^2/_3$.

Situação particular

O movimento do II C. E. (6.ª Div. na esquerda) é coberto pelos Destacamentos avançados adaptados às Divisões, para o que estes devem deslocar-se na manhã de 2 para a linha geral **Cadaval — Bombarral — Lourinhã.**

O Dest. Av. n.º 3 (G. C. D. 6 reforçado com 2 comp. at. e 2 pel. M. P. auto-transportados) que ocupa a região de **Ponte do Rol** com elementos em **S. Pedro da Cadeira**, recebeu às 18 h. de 1 uma ordem particular do C. E. em que são fixadas as condições gerais do movimento e em especial as missões dos destacamentos.

O Dest. Av. n.º 3 tem em 2 a missão de:

— Explorar a zona de acção da 6.ª Div. limitada a E. por **Charnais** ( ) — **Bombarda** ( ) — **Outeiro da Pena** ( ) — **Cabeça Gorda** ( ) — **Pinhoa** ( ) — **Arrife** ( ) e a W. pelo **Oceano**;

— Progredir segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Vimeiro — Lourinhã** afim de cobrir na esquerda a marcha do II C. E., para o que deverá instalar-se defensivamente na região de **Lourinhã**; em caso de encontro ou de ataque do inimigo deverá garantir pelo menos a posse da Ribeira de **Alcabrichel** na região de **Vimeiro**;

— Estabelecer a ligação com o Dest. Av. n.º 2 que actua com missão análoga segundo o eixo **Torres Vedras — Bombarral.**

Os Dest. Av. devem transpor a ribeira do **Sisandro** às 06 h. 00 de 2.

O C. A. I. da 6.ª Div. funciona em **Ponte do Rol** a partir das 06 h. 00 de 2.

Obs.: Tempo bom. As ribeiras levam pouca água. Caminhos em bom estado, permitindo a circulação de viaturas auto até 1.500 kg.

Trabalhos a executar:

— Ordens dadas pelo Com. do Dest. Av. n.º 3 para o movimento a realizar em 2.

Concursos Hípicos de 1939

pelo Capitão CORREIA BARRENTO

MAIS um ano que passou e com êle uma época de desporto eqüestre cujo balanço nos propomos fazer acompanhando-o de algumas opiniões pessoais que se nos afiguram oportunas.

Por certo vamos encontrar dificuldades, pois êste ano por circunstâncias especiais, apenas tomámos parte nos Concursos Hípicos de Lisboa, Porto e Mafra.

Procuraremos, no entanto, suprir essa deficiência, com o conhecimento que temos dos anos anteriores e pela simples análise dos resultados obtidos, que desde já nos levam a tirar uma conclusão bem pouco agradável.

— O entusiásmo pelos Concursos Hípicos diminue e a nossa representação no e trangeiro fez-se em más condições.

A que atribuir tais factos? Em primeiro e principal logar, à escacez de matéria prima — o cavalo de classe — seguida imediatamente pela pequenez dos prémios dos Concursos Hípicos Nacionais e pelo pouco convidativo exagêro das inscrições, que não constituem atractivos e, muito menos, uma recompensa para o trabalho e despesa com uma época de concursos em que só a «chance» nos pode salvar.

Revista da Cavalaria

Antigamente, podia-se comprar um cavalo (sabe-se lá com que sacrifício!) porque as condições em que os concursos se realizavam podiam levar-nos a tentar a sorte e mantinham assim o entusiasmo por tal desporto.

Hoje... poucos concursos, prémios de «via reduzida» e inscrições de «via larga»... não vale a pena comprar cavalos de sangue e com outros, teremos de nos resignar a ver ganhar os primeiros, contentando-nos com «a consolação» cujo número de prémios aumentou nos últimos anos, parece que propositadamente.

Dos nossos bons e velhos cavalos, que tão bem souberam representar o país no estrangeiro, restam apenas «Fossete», «Biscuit», «Merle-Blanc» e «Beaulieu», todos de origem estrangeira e que foram adquiridos pelos seus cavaleiros.

Quanto à criação nacional sob o ponto de vista «desporto», está cada vez mais decadente, por vários motivos que não vêm a-propósito.

Seria êste o ambiente em que teríamos de trabalhar, se o Estado não tivesse dado o seu forte apoio e contribuído grandemente para o fortalecimento do espírito cavaleiro, que só em contacto com o cavalo se adquire e que tão necessário é à Arma de Cavalaria em especial e ao Exército em geral.

De facto, em 1936 foram adquiridos 19 animais, sendo uns para praças de oficiais e outros para desporto, dos quais alguns já começaram a aparecer nos concursos do ano findo; e em 1938, foram adquiridos 6 animais já concursados e de classe, que serviram de base para a organização das nossas equipas que tomaram parte nos concursos de Nice e Roma.

Foram também adquiridos 700 cavalos argentinos — aproximadamente — para a fileira da nossa cavalaria e, também dêstes, estamos convencidos, sairão muitos bons para praças de oficiais e alguns para desporto.

A situação modificou-se em absoluto e temos assim actualmente um bom ambiente para trabalhar com entusiásmo e ardor, devendo procurar-se pôr as montadas em condições, prontas para todos os géneros de equitação e, se corresponderem, apresentá-las em tôdas as manifestações hípicas.

Qual dessas manifestações a que mais contribue para o fortalecimento do espírito cavaleiro, indispensável ao oficial de Cavalaria?

Sem dúvida alguma a equitação de campo, pois pelo seu imprevisto, faz criar uma grande independência de espírito, amor pelas dificuldades e o «à vontade» necessário para, à frente do seu esquadrão ou do seu pelotão, a galope largo, observarem descuidosos as evoluções e os seus homens sem preocupação do obstáculo ou perigo que surja.

Haverá algum oficial de cavalaria que não adore galopar através do campo, num cavalo bem equilibrado, com grande amplitude, que se conduza com facilidade e que se livre com souplesse das dificuldades que êsse campo lhe apresenta?

Estamos convencidos que não e isto deve constituir o verdadeiro desideratum da nossa Arma, pois contribue com 95 % para a formação do seu próprio espírito.

Existem cavalos, dispondo naturalmente destas qualidades? Talvez 5 por cada 100.

E dos outros 95, não haverá alguns susceptíveis de se pôrem dentro do ideal que nós marcámos? Estamos igualmente convencidos que cêrca de 10 %, desde que se lhe dê o trabalho adequado e admitindo que esta centena de cavalos considerados, têm algum sangue, conformação regular e articulações fortes.

Estabelecido o princípio de que com o trabalho meticuloso, podemos modificar as qualidades dum cavalo, temos a nossa directriz de marcha definida, e resta-nos apenas saber os meios a empregar para conseguir o fim em vista.

Mas, nem só a equitação do campo contribue fortemente para o desenvolvimento do espírito da arma. Outra há que, pela sua semelhança com ela, nos pode conduzir a resultados idênticos, embora num âmbito mais restrito, mas mais praticável por estar mais ao alcance de todos e mais perto dos locais do nosso trabalho diário.

Referimo-nos aos campos de obstáculos melhores ou piores, mas que desenvolvem igualmente as qualidades de desembaraço, num ambiente de menos ar, menos imprevisto, obstáculos mais conhecidos, menos espaço para galopar mas, em contra-partida, maior dificuldade nas voltas e condução,

menos espaço para preparar para o obstáculo e variações de equilíbrio mais freqüentes.

E quando o cavalo esteja apto a transpôr êsses obstáculos, proporcionando-nos prazer — quando esteja em condições, portanto — o nosso espírito aventureiro levar-nos-à aos concursos hípicos, onde os prémios (ainda que fracos) não só estimulam o trabalho e o desejo de vencer, como também nos fazem aumentar o espírito combativo e a criar o domínio dos nervos, mantendo a calma, por vezes prestes a perder-se, em face duma assistência exigente.

Não são estas qualidades extremamente úteis aos oficiais de cavalaria?

Então animai os concursos com a vossa competição ou com o vosso interêsse.

Não podemos ver com indiferença a derrocada a que vimos assistindo o que continuará se todos nós, amantes do cavalo, não a impedirmos e não fizermos reviver com todo o nosso esfôrço, as grandes tradições da cavalaria.

Está ao alcance de todos os oficiais de Cavalaria o ter o seu cavalo em boas condições de equilíbrio, capaz de fazer um percurso de obstáculos (dimensões dependentes das qualidades do animal, bem entendido).

Poder-se-à argumentar que se pode praticar bastante a equitação de obstáculos sem freqüentar os concursos hípicos.

Sem dúvida que assim é, mas por mais complicados que sejam os percursos que nós idealizemos, não lhe conseguimos criar as dificuldades que o concurso apresenta, não só pelo percurso em si, como também pelas razões que já citei: prémios e público.

Não devemos também esquecer que o cavalo de obstáculos, embora deva ser um especialista, tem que na sua preparação, praticar todos os géneros de equitação.

A equitação de obstáculos e de campo completam-se mùtuamente; pois, se a segunda é de óptimos resultados para a primeira, esta constitue pela sua ginástica a melhor garantia para aquela.

O bom cavalo de obstáculos é sempre um bom animal de campo, mas a inversa não é verdadeira.

TENENTE JOSÉ CARVALHOSA,
MONTANDO O CAVALO «MAGUL»

O cavaleiro mais classificado nos Concursos Hípicos Nacionais no ano de 1939

*

Os concursos hípicos do ano findo em que os nossos cavaleiros tomaram parte, podem resumir-se no quadro seguinte:

- No estrangeiro
  - Nice
  - Roma
- Em Portugal
  - Oficiais
    - internacionais
      - Lisboa
    - nacionais
      - Porto
      - Caldas da Rainha
      - Figueira da Foz
  - Particulares
    - Mafra
    - Cascais
    - Oeiras

Sôbre os concursos realizados em Portugal, por serem do conhecimento de todos, apenas nos limitamos a indicar os cavalos mais classificados e a salientar um facto que tomou foros de acontecimento — o aparecimento entre nós de um grupo de cavaleiros italianos.

Tratava-se de uma equipa com bons cavalos e cavaleiros especializados em concursos, tirando das suas montadas o melhor partido. A luta foi renhida e desigual, pois não tinhamos cavalos para lhes opôr, o que de resto se verifica, apontando os seguintes resultados. — Dos 29.000$00 que em Lisboa constituía a totalidade dos prémios das provas em que podiam tomar parte, obtiveram 12.900$00 ou seja 44 % da importância citada, o que representa uma boa vitória, se considerarmos que, na melhor das hipóteses para nós, poderiam ter concursado com:

na Omnium.... — 11 % da totalidade dos inscritos;
na Regularidade — 12,5 % » » » » ;
na Caça..... — 21,5 % » » » » ;
na C. Veloso... — 32,1 % » » » » ;
no G. Prémio .. — 23,7 % » » » » .

o que representa uma média de 25 % dos nossos cavalos.

Conclusão: os resultados do concurso para os italianos foram, pelo menos, 3 vezes superiores aos dos portugueses, não sendo necessário dizer mais nada.

Sôbre os concursos em que nos fizemos representar no estrangeiro, não fugimos à tentação de algumas considerações para elucidar os nossos leitores das condições em que é usual realizarem-se.

O Concurso Hípico Internacional Militar de Nice é o mais bem organizado dos que temos conhecimento. Concurso mèramente militar, onde cada país se faz representar por uma equipa de oficiais e pelos seus melhores cavalos, só comporta provas para «saltadores» e onde os habilidosos falham em absoluto. A sua organização é esmerada e perfeita, tudo estando previsto, inclusivé consideração pelos concorrentes e pelo público, o que não acontece entre nós.

O Concurso Hípico Internacional de Roma é o Concurso mais importante da Itália onde em geral comparecem quási tôdas as equipas estrangeiras que estavam em Nice e mais algumas que ali se não fizeram representar, como aconteceu êste ano com a Alemã com uma representação numerosa e fortíssima. As probabilidades de vencer diminuem, pois a Itália apresenta ali todos os seus cavaleiros, bons em qualidade e quantidade. A sua organização é também boa, embora inferior à de Nice.

Os resultados obtidos pela nossa representação no ano findo, nestes dois concursos, se não foi completamente infeliz, foi pelo menos inferior à dos anos anteriores, não obstante fazer-se acompanhar de 6 cavalos novos considerados de categoria, e que não deram o rendimento que todos esperavam. A que atribuir tal facto? É de grande responsabilidade pretender explicá-lo, mas, conquanto quisessemos evitá-lo, não podemos nesta altura da crónica, fugir a ter de dizer que, em nossa modesta opinião, os bons resultados dos anos anteriores se deviam em grande parte ao conhecimento mútuo entre cavalos e cavaleiros, perfeitamente identificados entre si por um trabalho comum — a eterna questão da ligação que mesmo no hipismo tem capital importância.

Não será preferível um cavalo bom, montado por um cavaleiro que a êle está habituado normalmente, e de que é capaz de tirar todo o rendimento, em vez de um cavalo óptimo, conduzido por um cavaleiro que o monte de vez em quando e que outros também montam, cada qual pelo seu processo, quando é certo não se poder ditar leis sôbre a maneira de montar vários animais?

Temos a convicção absoluta que assim é; e de resto, já tivemos a prova nos últimos concursos em que os cavalos em questão se classificaram melhor.

É certo que já não tinham então que competir com os grandes cavalos das equipas estrangeiras, mas, quanto a nós, essa melhoria advem incontestàvelmente do facto de nos referidos concursos êsses cavalos serem montados sempre pelos mesmos cavaleiros.

*

Montada da equipa portuguesa mais classificada nos concursos de:

Localidades	Cavalo	Cavaleiro	Prémios ganhos	Obs.
Nice	Chaimite.	Marquês do Funchal.	2.º prémios 1 7.º » 1 8.º » 1 9.º » 1 Laço 1	
Roma	Chaimite.	Marquês de Funchal.	2.º prémios 1 8.º » 1	O 8.º prémio foi ganho, montado por Reimão Nogueira.

WILLY DEFFENSE, MONTANDO O CAVALO «NEGRO»

O cavaleiro e cavalo que mais prémios pecuniários ganharam nos Concursos Hípicos Nacionais no ano de 1939

CONCURSOS EM PORTUGAL

Montadas mais classificadas no Concurso Hípico Internacional de Lisboa:

Concorrentes	Montadas	Prémios alcançados nas várias provas						Quantias ganhas
		Nacional	Omnium	Regularidade	Caça	C. Veloso	Grande Prémio	
Estrangeiros	1.º — D. Rodrigo	✤	1.º	—	—	—	1.º	5.000$00
	2.º — Camponac	✤	2.º	7.º	1.º	✤	8.º	1.909$00
	3.º — Napoleon II	✤	11.º	5.º	✤	4.º	4.º	1 800$00
Nacionais	1.º — Biscuit	✤	3.º	—	✤	2.º	2.º	3 500$00
	2.º — Manfield	✤	5.º	—	✤	3.º	3.º	2.200$00
	3.º — Intruso	2.º	—	—	2.º	✤	5.º	2.000$00

Montadas mais classificadas nos restantes concursos:

Localidades	Montadas	Classificação nas várias provas							Quantias ganhas
		Omnium	Nacional	Caça	Conde de Pinhel	Grande Prémio	Taça de Honra	Despedida	
Pôrto	1.º — Negro	1.º	1.º	1.º	❖	1.º	❖	❖	3.900$00
	2.º — Namir	6.º	2.º	—	❖	3.º	❖	❖	1.050$00
	3.º — Fly	—	—	—	❖	2.º	❖	❖	1.000$00
Mafra	1.º — Fossete	1.º	❖	1.º	❖	7.º	1.º	❖	1.100$00 e 3 taças
	2.º — Saüdade	—	❖	3.º	❖	1.º	—	❖	1.200$00 e 1 taça
	3.º — Príncipe Negro	3.º	❖	7.º	❖	2.º	—	❖	800$00
Cascais	1.º — Fossete	1.º	—	1.º	❖	❖	3.º	❖	1.000$00 e 3 taças
	2.º — Régulo	2.º	1.º	2.º	❖	❖	—	❖	1.000$00
	3.º — Alvôr	—	5.º	6.º	❖	❖	2.º	❖	200$00 e 1 taça
C. da Raínha	1.º — Merle-Blanc	5.º	❖	4.º	❖	1.º	—	❖	2.300$00
	2.º — Beaulieu	—	❖	3.º	❖	2.º	2.º	❖	1.200$00 e 1 taça
	3.º — Fossete	1.º	❖	1.º	❖	9.º	1.º	❖	1.150$00 e 1 taça
F. da Foz	1.º — Manfield	3.º	❖	—	—	1.º	—	❖	2.300$00
	2.º — Fossete	1.º	❖	1.º	2.º	5.º	—	❖	1.500$00
	3.º — Namir	4.º	2.º	4.º	3.º	3.º	—	❖	1.400$00
Oeiras	1.º — Régulo	7.º	❖	❖	❖	1.º	❖	❖	400$00 e 1 taça

"Gabinete do Veterinário"

Revulsivos ou derivativos

pelo Tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA

O pensarmos no assunto que deveria constituir matéria para a nossa primeira crónica, ocorreu-nos tratar duma medicação muito em voga, nos meios hípicos militares e mesmo civis.

Trata-se, da «vesicação» do cavalo de desporto, tantas vezes empregada, tão conhecida é, como meio prático e eficaz de evitar, ou curar, algumas das lesões mais vulgares, do aparêlho locomotor dos animais de concursos e corridas.

Não há, de facto, concursista que se preze, que não conte na sua «agenda hípica» uns tantos dias destinados «a vesicar», os tendões e boletos do seu cavalo.

Finda a época das provas, quando o trabalho passa a ser mais de picadeiro, pela impossibilidade de treinar, com regularidade, em terreno descoberto, é a altura escolhida para colocar o «ganhador» no «estaleiro», aplicando-lhe o «Geneau» ou o «Meré», por diagonais.

Êste princípio, seguido de há muitos anos atrás, tem as suas razões de ser, mas, também, grandes inconvenientes, por vezes, que mais adiante trataremos, em detalhe.

Vejamos, antes de tudo, a acção dêste método de tratamento, que, para tantos, é tido como higiénico, tal a freqüência com que o empregam.

Ora, a medicação revulsiva, ou derivativa, data a sua origem da Escola de Hipocrates, pai da medicina, sendo, portanto, empregada tanto no homem, como nos animais, há séculos.

Define-se como *revulsão, derivação* ou *vesicação,* sinónimos a empregar indiferentemente, a irritação local e benigna, provocada, com o fim de atenuar ou fazer desaparecer, um estado mórbido preexistente mais grave, localizado a uma parte mais profunda ou afastada do corpo.

O fim da revulsão, é, portanto, fazer substituir uma doença primitiva, rebelde, por uma outra superficial, fàcilmente ou expontaneamente curável.

O transporte ou deslocação dum produto mórbido, dum ponto para outro do organismo, são factos, que a clínica diária nos ensina darem-se com a maior freqüência. Denominam-se, em medicina, estas substituições por *metastases.*

Podemos, portanto, dizer que, a *vesicação,* é a criação artificial de metastases.

Para se conseguir tal efeito, temos à nossa disposição três espécies de agentes: *mecânicos, físicos* e *medicamentosos.*

Os primeiros, são representados pela *sangria,* empregada outrora com extrema freqüência, tanto no homem como nos animais e hoje, só feita em casos restritos.

É para condenar o costume de sangrar os cavalos na primavera e aquele outro seguido por tantos negociantes de cavalos, que, ao mais leve sinal de doença, praticam esta operação, retirando da veia dêste animal grandes quantidades de precioso sangue, roubado à defesa do organismo doente.

E, por isso, a sangria nunca deve ser praticada senão por indicação do clínico, que hoje o está empregando ùnicamente nos casos de congestão ou de intoxicação aguda, quando se pretende desembaraçar ràpidamente o organismo dos venenos que o sufocam.

As sangrias locais são ainda menos usadas na medicina do cavalo e, mesmo no homem, as escarificações simples e a aplicação de sanguesugas, caíram em desuso.

Como meio mecânico teremos ainda a referir a *massagem.*

Esta operação, quando bem praticada, é um excelente meio de conseguir uma derivação sendo para lamentar que, entre nós, se ligue tão pouca importância a êste agente mecânico.

No estrangeiro, em Inglaterra, na América do Norte e em França, existem massagistas especializados, para cavalos de corridas. Por tencionarmos desenvolver mais êste importante capítulo, numa próxima crónica, não lhe dedicamos, por agora, maior atenção.

Passando aos *meios* ou *agentes físicos*, teremos que referir aqui os efeitos do *frio* e do *calor* tão empregados, por económicos, na medicina dos animais, sabido que tôda a deslocação de temperatura do seu nível normal, é causa de irritação para os tecidos podendo, portanto, chegar-se à obtenção duma acção revulsiva.

É claro, que a intensidade de excitação que os tecidos do organismo podem sofrer, pela acção do calor ou do frio, está subordinada ao seu grau.

Quanto mais êste grau se desvia da temperatura normal, mais profundas são as modificações objectivas, moleculares e funcionais, pelas quais se traduz a irritação que lhes é introduzida.

Podemos, em suma, graduando convenientemente a acção de cada um dêstes agentes físicos, pela sua intensidade e duração, determinar desde uma simples rubefação da pele — mais difícil de verificar nos animais de pêlo e pele espessa — chegando, indo mais além, à formação de vesículas ou pustulas e por acção mais profunda ainda, produzir enfim, uma verdadeira mortificação da pele e dos tecidos subjacentes — cauterização. — O calor pode ser *húmido* e *sêco*.

Vejamos de que maneira poderemos obter o primeiro. Êste agente é conseguido pelos vulgares «pensos quentes» (40-45°) de água simples ou adicionada de um emoliente (borato de sódio), desinfectante (permanganato, sublimado) ou adstringente (sub-acetato de chumbo).

Também se costumam empregar os *banhos ou as loções* conforme o fim que temos em vista.

Podemos e devemos manter a acção do calor pelo emprêgo de pensos bem algodoados recobertos por uma subs-

tância isoladora — algodão cardado, tela laminada ou papel vegetal — utilizando, por último, uma ligadura de flanela.

Um penso que está tendo justa aplicação no tratamento das lesões dos membros do cavalo e só menos utilizado pelo seu elevado custo, é o de «antiphlogistine» especialidade farmacêutica preparada pelos vários láboratórios, duma casa americana.

Consiste êste penso na aplicação sôbre a região a tratar, prèviamente preparada, duma pasta, aquecida em banho-maria, composta de caolino, glicerina, iodo, ácidos bórico e salicílico e óleos essenciais de hortelã pimenta e eucalipto. Mercê das substâncias isoladoras que contém, conserva os tecidos, onde fôr aplicada, sujeitos, durante algumas horas, a uma temperatura elevada, actuando também pelos emolientes e desinfectantes sôbre os ferimentos, que dêste tratamento costumam tirar, também, grande melhoria.

Como o serviço de enfermagem, nos nossos grandes animais, é, por vezes, defeituoso, visto estes doentes não se prestarem a tratamentos muito demorados e freqüêntes, julgamos ser o penso de «antiphlogistine» o ideal para o cavalo de desporto, tendo tirado com êle os melhores resultados, na nossa clínica.

Também, com o mesmo fim, se usa empregar a parafina, aquecida a uma alta temperatura e depois aplicada por meio dum pincel sôbre a pele da região a tratar, mas o seu efeito não chega ao obtido com o penso precedente, sendo apenas superior no factor económico.

O «calor sêco», obtem-se por aparêlhos eléctricos, sendo o mais simples e empregado na terapêutica equina o vulgar secador eléctrico, que produz uma corrente de ar a uma temperatura elevada, que se projecta sôbre a região a tratar, percorrendo-a em diferentes direcções. Os outros meios que a electricidade tem posto ao serviço da medicina do homem e dos animais pequenos — diatermia, raios X — não têm, entre nós, aplicação no cavalo, por falta de aparêlhos e instalações apropriadas.

Falta-nos referir a cauterização dos tecidos, pela aplicação do fogo em pontas e riscas.

Êste método de tratamento, usado desde a mais remota antiguidade nas afecções dos membros do cavalo, levou

Hipocrates a formular um dos seus mais conhecidos aforismos: «o que o medicamento não cura, o ferro debela; o mal incurável pelo ferro, trata-se pelo fogo; o que êste último não curar, deve considerar-se incurável».

A cauterização obtem-se, pela aplicação do metal levado ao rubro cerejo ou branco, e, se queremos uma vesicação mais enérgica, podemos aplicar-lhe, em seguida, um vesicante medicamentoso — fogo líquido, de qualquer natureza.

Os médicos-veterinários estrangeiros e muito principalmente os da escola francesa, usam empregar êste processo de tratamento com a maior freqüência nos cavalos de desporto, preferindo a aplicação de pontas finas e penetrantes de vestígios menos evidentes, ao fim de algum tempo.

Estão neste número os ilustres médicos-veterinários da Escola de Saumur, Marcenac e Carnus, que dêle têm feito grande propaganda, a par do seu recente tratamento das lesões das extremidades do cavalo, por injecções anestésicas de novocaina.

O *frio*, o outro agente físico a que nos devemos referir, obtem-se fàcilmente pelo emprêgo de *banhos, afusões* ou *loções*, ou pela projecção de água fria — 8 a 15°, segundo as estações do ano, e ainda, pelas *compressas* ou *envolvimentos húmidos*.

Os banhos gerais ou locais, são usados com efeitos benéficos, utilizando os cursos de água naturais ou em pedilúvios especiais.

Os *duches frios* são, sem dúvida, os meios mais usados pelos desportistas que conhecem e aproveitam o seu efeito salutar, na prevensão e cura das afecções dos membros do cavalo. Por êste processo a água é projectada, sob pressão variável, sôbre a região a tratar. Êles podem ser *gerais* ou *locais, em chuva* ou *em jacto móvel*, conforme as circunstâncias e o efeito que se quizer obter.

O «duche geral» em chuva, de breve duração — trinta segundos e dois minutos — exerce uma excitação sôbre o sistema nervoso, podendo reforçar-se esta acção tónica, pela aplicação de coberturas, massagens ou exposição ao sol.

O «duche local» em chuva, de 10 e 20 minutos, actua principalmente por refrigeração local imediata, e, também, pela ligeira reacção, que lhe sobrevem depois.

O «duche em coluna de jacto móvel», dado durante 5 a 20 minutos — tão utilizado na prevenção e tratamento das articulações e tendões do cavalo, provoca efeitos reaccionais tanto mais pronunciados, quanto a temperatura da água é mais baixa e o jacto mais forte.

Esta reacção, que sobrevem muito lentamente, não é completada senão ao fim de 3/4 a 2 horas, sendo durante o inverno tardia e fraca, podendo, contudo, reforçar-se, por massagens ou encobrimentos algodoados, mantidos por ligaduras de flanela.

As compressas ou «envolvimentos húmidos», são de efeitos benéficos nas afecções dos membros, preparadas com água fria ou melhor ainda, utilizando o álcool puro, ao terço (uma parte de alcool e duas de água), ou o soluto de extracto de Saturno — sub-acetato de chumbo — podendo êste último medicamento, ser amassado com greda, com a qual se fará o envolvimento da região.

Podemos também lançar mão da *irrigação contínua,* obtida por aparelhagem especial, mas, por vezes, de complicado emprêgo, principalmente nos cavalos mais nervosos. No cavalo, a aplicação do gêlo contido em sacos de borracha, só se costuma usar nas afecções da cabeça, outro tanto se dando com a *crinoterapia* ou seja a aplicação mediata do frio, por corrente de ar a baixa temperatura, circulante em tubo de borracha ou de alumínio.

Deixámos para final, a descrição da vesicação pelos agentes medicamentosos.

Esta, é obtida pela aplicação sôbre a pele de determinados medicamentos que provocam a formação de bolhas ou vesículas, contendo um líquido seroso. Para êste efeito, os vesicantes podem ser empregados no exterior do corpo como resolutivos, substituitivos ou derivativos.

Muitos autores dividem êste grupo de agentes em *rubefaciantes, vesiculantes* e *vesicantes,* tudo dependendo, afinal, como já foi dito para os agentes físicos, da duração e intensidade da sua acção.

De entre os primeiros poderemos apontar a farinha de mostarda, e o iodo, largamente empregado nos membros do cavalo, sob a forma de tintura, todos produzindo uma rubefação, ou seja um primeiro grau, de vesicação, se assim lhe

quisermos chamar; dos segundos, só mencionaremos o tártaro estibiado, relativamente pouco empregado, que nos dá o tipo do segundo grau de vesicação; os vesicatórios pròpriamente ditos, serão representados pelo eufórbio, cantáridas e mercúrio.

De facto, tôdas as preparações vesicantes, quer se trate de fórmulas de diferentes fogos líquidos dispersas pelos formulários veterinários, ou aquelas outras lançadas pelas casas comerciais com nomes mais ou menos sugestivos, tôdas estas preparações, íamos dizendo, têm, como base, qualquer dêstes três medicamentos.

Estão neste caso o «Linimento Geneau», o «Unguento vermelho Méré», «Regenerador de Tendões Bagra», «Linimento Alonso Ojea», «Linimento Vesicante Costa», «Vesicatório Salutius» e, tantos outros, estrangeiros e nacionais, de preço e apresentação diferentes, mas sempre constituídos por associação medicamentosa, de base: mercúrio — eufórbio — cantáridas.

Como actuam então, os revulsivos?

O seu modo de acção é discutível, dando origem a várias teorias, que não vêm aqui a-propósito, mas, o que podemos desde já afirmar é que, êles são a conseqüência de três fenómenos:

1.º A diminuïção da dôr, na região lesada;

2.º Congestão mais ou menos intensa da pele;

3.º Exsudação, isto é, formação dum líquido seroso, evacuador de muitas substâncias nocivas e venenosas, para o organismo.

Em que época do ano se deve empregar o vesicatório?

Salvo casos de urgência reconhecida, quando se pretenda vesicar com fins «higiénicos» ou, melhor, profiláticos, evi-

tando ou entravando a marcha de certas lesões inflamatórias, deve-se recorrer a êste processo de tratamento nas estações do ano de temperatura mais constante e moderada. Nas épocas extremas, quando o calor e as moscas tornam por vezes brutal a acção do vesicante, ou no inverno rigoroso, em que as reacções são mínimas, esta medicação nunca nos pode dar o máximo dos seus efeitos benéficos.

Cuidados ao aplicar o vesicante.

Como os revulsivos medicamentosos provocam uma irritação da pele e, portanto, uma indisposição da parte do animal, principalmente notada nos cavalos de sangue, convém mandá-los passear, à mão e a passo, durante algum tempo, depois da aplicação do medicamento, evitando que êles se cocem ou lambam, prendendo-os no seu presebre de maneira a tal se conseguir, colocando-lhes uma coleira de rosário ou almofada protectora, se necessário fôr. É também de boa prática, untar as partes abaixo da região vesicada ou do outro membro que contacta com ela, com vaselina ou outro corpo gordo que retenha a serosidade produzida pelo medicamento, opondo-se ao mesmo tempo à extensão do processo vesicante.

O vesicar «por diagonais» tem a vantagem de não provocar um processo reacional ao mesmo tempo nos quatro membros, permitindo assim o descanso sôbre o bípede diagonal não vesicado, o que enfraquece menos o animal sujeito a esta terapêutica.

Regime alimentar a seguir pelo vesicado.

Julgamos de boa prática submeter o animal tratado por um revulsivo, a um regime de alimentação leve e refrescante. Podemos, pois, reduzir um pouco a ração de grão, dando ao animal, bom feno, cenouras, verde, água com farinha e «mashes» emolientos e laxativos.

Por último: *Qual o vesicatório a empregar? — Em que casos será êste necessário?*

São, estes, dois pontos de importância capital, deixados propositadamente para o final destas considerações.

Quanto ao primeiro, diremos que sendo o vesicatório constituído por substâncias medicamentosas de forte acção irritante e até tóxica, para os diferentes órgãos internos — sobretudo o rim, que está encarregado de o eliminar — deve ser criteriosa a escolha da preparação a empregar, sendo para desprezar as especialidades de fórmula desconhecida ou duvidosa.

Por tudo isto, julgamos que a sua aplicação só deve ser feita depois do exame detalhado do animal em questão, pelo médico-veterinário, que se pronunciará sôbre o assunto, aconselhando e vigiando o emprêgo dêste método de tratamento.

De facto, temos já observado e tratado fortes irritações do rim, provocadas por absorção exagerada de mercúrio e cantáridas, contidos nas preparações vesicantes.

Outros animais há e é freqüente encontrarem-se entre os corredores ou concursistas, que têm o seu rim lesado, por esforços ou irritações provocadas por vesicações periódicas e mal orientadas, não suportando já êste processo de tratamento.

Também da maneira de aplicar o vesicatório e sua forma de preparação, depende o efeito estético obtido, depois de cessarem os seus efeitos. Preparações há que mortificam de tal maneira o bulbo piloso, que deixam cicatrizes indeléveis e desgraciosas, que muito desvalorizam os animais.

Quanto ao segundo ponto, muitos são os casos a considerar como beneficiados pela aplicação dum derivativo medicamentoso.

Desde já afirmamos, porém, que nem todos os graus da lesão inflamatória, reclamam um vesicatório extremo e violento.

Só o médico-veterinário pode decidir da sua oportunidade, quando o aplicamos com fins terapêuticos.

Não concordamos, com a prática seguida, por muitos, de vesicar sistemàticamente os membros do cavalo de desporto, finda a sua época de provas.

Tal má prática, deve ser responsável por tantos casos de nefrite, que a clínica dêstes animais nos tem revelado.

E para terminarmos estas considerações, diremos: todo o vesicado é um doente, tendo a guerra dos gases demonstrado, pelo emprêgo da yperite ou gás mostarda, ser o cavalo maior tributário, do que o próprio homem, a êste poderoso agressivo químico vesicante.

É assunto, que nos vai merecer igualmente uma crónica, se nos quiserem continuar a dar a honra da vossa leitura, no «Gabinete do Veterinário».

Dezembro, 1939.

BOLETIM DA E. P. C.

Secções de metralhadoras

pelo capitão St.º ANDRÉ PEREIRA

APARECERAM os novos Quadros Orgânicos da Cavalaria e, com êles, a idéia da «secção» como basilar na organização das unidades de metralhadoras. Urge, pois, enquanto não se publicam os regulamentos necessários, estudar a nova modalidade e pô-la em prática, para que no momento oportuno haja opinião formada e matéria para orientar a elaboração do futuro Título VII do Regulamento Tático.

A êsse estudo nos propomos para uniformizar desde já a instrução nas unidades e para que estas nos informem das vantagens e inconvenientes que encontrem na prática, com a sua aplicação.

Da nova orgânica das unidades de metralhadoras um facto importante ressalta... o aumento de responsabilidade do sargento por passar a comandar uma unidade de tiro, o que implica a necessidade de conservação dos conhecimentos adquiridos e, o que é mais grave, a necessidade do seu desenvolvimento pela prática.

E nós, que infelizmente estavamos acostumados a verificar o esquecimento em que caíam os escassos elementos da especialidade obtidos a um curto prazo no curso de metralhadoras e que, na verdade, podiam apenas constituir uma base para estudos ulteriores dos especializados; nós, sôbre cujos ombros pesam algumas responsabilidades dêsse curso, sentimo-nos na obrigação e permitimo-nos chamar a atenção dos comandos das unidades para êste facto importante e digno de ser meditado — o sargento, que até aqui era um especialista do material e nomenclatura, passa a ser comandante duma unidade de tiro, com tôdas as responsabilidades inerentes a tal cargo, isto é, uma pessoa que não pode esquecer o «emprêgo» e a «direcção de fogo» das suas duas armas.

Mas que têm que ver os comandos com tal, preguntar-se-á ?

Muito simples. Se até aqui o esquecimento de tais assuntos se podia considerar de exclusiva responsabilidade do interessado, de hoje em diante, as coisas não se podem passar da mesma forma porque, para que um sargento brioso e com vontade, possa continuar a trabalhar e desenvolver pela prática os conhecimentos adquiridos, necessário se torna que lhe facilitem meios, que lhos imponham até, se êle não fôr o que seria para desejar que fôsse.

Que responsabilidade não terá êle se, um dia, por lapso ou ignorância, atingir com os tiros das suas armas os próprios elementos amigos, ou se a sua secção fôr dizimada por ter entrado em posição a tiro directo, quando o devia ter feito em tiro mascarado, o que não fez por já não saber? Mas, que responsabilidade lhe poderá ser exijida... se desde que terminar o curso nunca mais mexer em tais coisas, se não houver exercícios encarados a sério, se as armas da unidade estiverem «arquivadas», se não se poderem consumir munições em tiros reais, etc.? A quem pode caber tal res-

ponsabilidade? Meditemos um pouco e concluiremos que a todos, menos ao *presumido delinqüente*.

O remédio para tal mal é, como todos os remédios, dependente da natureza e grau da doença, do meio em que ela se desenvolve e das possibilidades da drogaria. Aplique-se com urgência ou com lentidão, conforme os casos e os doentes, mas que seja de efeitos seguros, e teremos o que desejamos — metralhadores à altura das suas responsabilidades, que por vezes são tão grandes que nem se medem.

Acresce ainda que a cultura militar do nosso sargento metralhador está bem longe de ser o que se pretende e, confessamos que não nos sentimos muito optimistas em que ela atinja o nível desejado, não porque não sejam capazes de tal ou não tenham vontade para tanto — a massa é boa — mas simplesmente porque, para atingir tal objectivo, para dar-lhes iniciativa e certas possibilidades de independência no desempenho de uma missão de tiro, é necessária muita prática, muito tiro real, muito exercício, muito «cachimbo» para o que, sentimo-lo bem, nos faltam possibilidades.

No corrente ano, a aumentar ainda tôdas estas dificuldades, está o facto de o curso para sargentos ser ministrado nas unidades e não na E. P. C. Breve se reconhecerá que a experiência não resulta, pois que as unidades não só não possuem um número suficiente de instrutores e monitores com o curso actualizado, como não dispõem de meios materiais e possibilidades para uma instrução completa e à rigor, quando é certo e sabido que mesmo a E. P. C. ainda luta com algumas dificuldades que a fé no Exército Novo nos leva a supôr brevemente remediadas e eliminadas.

Os pequenos pelotões de metralhadoras que fazem parte dos esquadrões de linha dos Grupos de Cavalaria, criados nos moldes estabelecidos pela C. T. C. não sofrem tanto daquele mal porque as duas armas são comandadas por um oficial e, para o pelotão a 4 armas (2 secções), parece-nos que seria óptima a existência de um oficial serra-fila, pois nos tiraria de grandes embaraços, sem grandes complicações orgânicas e despesas de pessoal. Aqui fica — com a devida vénia — a sugestão, que bom seria para desejar que frutificasse.

E, postas estas palavras, cuja rudeza deve aceitar-se pela intenção que as ditou, entremos abertamente no estudo que nos propuzemos.

Secção de Metralhadoras

1) Generalidades

A secção é a unidade de instrução e tiro das metralhadoras. Comandada por um sargento ou furriel que tem como auxiliar um O. T. (observador-telemetrista), compõe-se de 3 esquadras (unidade de articulação), das quais duas de metralhadoras e uma de munições, com a composição seguinte:

Esquadra de metralhadora: — Um 1.º cabo comandante (chefe de metralhadora), apontador, municiador, 1.º remuniciador e condutor de baste (guarda-cavalos), num total de 5 homens e 6 solípedes.

Esquadra de munições: — Dois 2.ºs remuniciadores (um é 2.º cabo e comandante da esquadra) e dois condutores (o n.º 2 é guarda-cavalos), num total de 4 homens e 6 solípedes.

A distribuïção do material pelos arreios de baste actuais (1) faz-se do seguinte modo:

Baste de metralhadora (da frente para a retaguarda).....	*Lado direito* — 2 bolsas de carregadores, metralhadora, 1 bolsa de carregadores.
	Lado esquerdo — 2 bolsas de carregadores, canos de substituïção, 1 bolsa de carregadores.
	Superiormente — tripé.
Baste de munições ...	*Lado direito e esquerdo* — 4 bolsas de carregadores.
	Superiormente — ferramenta portátil e balizas de pontaria.

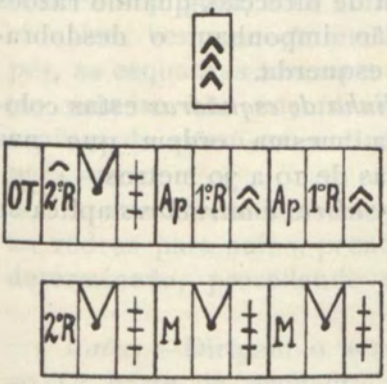
(1) Urge fazer nos actuais bastes uma transformação a que nos referiremos quando tratarmos do municiamento da secção.

2) Ordem unida

As formações da secção em ordem unida são:

Linhas { em duas fileiras *(fig. 1)*
em uma fileira

Colunas { por 3 / por 2 / por 1 } Aplicáveis as disposições já regulamentadas, com as alterações a-propósito.
O O. T. segue na cauda da secção.



Nas diferentes evoluções da secção seguem-se as prescripções regulamentadas para o pelotão de linha, devendo a esquadra de direcção (a do centro) ser comandada pelo cabo mais graduado ou antigo.

3) Ordem dispersa

As formações da secção em ordem dispersa são:

— em profundidade: coluna de esquadras;

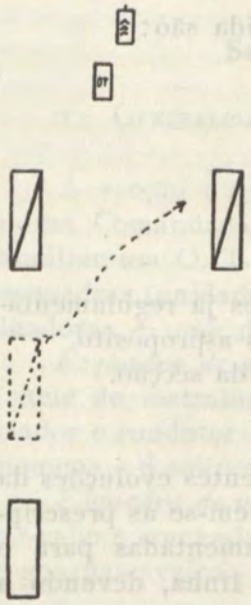
— linha dobrada;

— em largura: linha de esquadras;

— forrageadores e atiradores.

Nestas formações o O. T. passa para junto do comandante da secção, colocando-se à sua esquerda ou retaguarda,

conforme a frente da formação da secção é maior ou menor que a sua profundidade.



a) Na *coluna de esquadras,* estas, na retaguarda umas das outras e pela mesma ordem em que estavam nas colunas da O. U. (Met. 2, Met. 1, Munições), distanciam-se de 10 a 30 metros.

b) Na *linha dobrada* as esquadras de metralhadoras seguem intervaladas de 30 a 60 metros e a esquadra de munições continua na retaguarda da esquadra de direcção, a cêrca de 10 a 30 metros.

Na passagem das colunas à linha dobrada, o desdobramento é feito pela direita pela esquadra de metralhadoras que segue a de direcção, quando razões especiais não imponham o desdobramento pela esquerda.

c) Na *linha de esquadras* estas colocam-se pela mesma ordem que nas linhas da O. U., mas intervaladas de 10 a 30 metros.

d) Ás formações de *forrageadores e atiradores* aplica-se o que já está regulamentado.

4) Combate

A secção de metralhadoras pode actuar «encorporada» num pelotão ou «destacada» dêle quando posta à disposição de uma unidade de linha.

No primeiro caso o sargento recebe do comandante de pelotão indicações sôbre a missão, objectivos e elementos de tiro, podendo a determinação dêstes últimos ficar directamente a seu cargo.

No segundo caso, procurará colocar-se e manter-se ao corrente da situação, recebendo do comandante da unidade a que está adstrito, tôdas as indicações sôbre manobra a realizar, missão e objectivos, que lhe deverão ser perfeitamente definidos: algumas vezes poderá actuar por iniciativa

própria, mas apenas nos casos em que veja que a sua acção pode ser oportuna dentro do quadro da missão da unidade que apoia e dentro da qual deve estar perfeitamente integrado.

Na marcha de aproximação e reconhecimento que precedem o combate, segue-se o que se encontra determinado para o pelotão de metralhadoras, no Título VII do R. T. sendo o O. T. auxiliar do sargento e fazendo entrega do comando ao comandante da esquadra de direcção quando tenha de se adiantar para proceder ao reconhecimento.

Apear para o combate.

A formação normal para apear para o combate é a linha dobrada, o que não impede que possa utilizar-se outra de momento julgada mais conveniente.

Uma vez a secção em linha dobrada, à voz «Combate a pé», as esquadras tomam a formação de linha em uma fileira (se nela se não encontravam já) e as praças armadas de espingarda põem-na a tiracolo, preparando-se a esquadra para apear.

Á voz «Metralhadoras a pé» todos apeiam e, deitando as rédeas para baixo, prendem os cavalos como se encontra determinado, procedendo em seguida da seguinte forma:

Cabos — Dirigem o serviço respeitante à sua arma; vão ao 1.º baste da esquadra de munições buscar as 1.ª e 2.ª bolsas, respectivamente da direita ou esquerda conforme se trata da metralhadora 1 ou 2; tiram do mesmo baste as balizas de pontaria quando sejam necessárias.

Apontadores — Vão ao respectivo baste de metralhadora tirar a arma.

Municiadores — Vão ao respectivo baste de metralhadora tirar os canos de substituïção.

1.os remuniciadores — Vão ao respectivo baste de metralhadora buscar o tripé.

2.os remuniciadores — Vão ao 1.º baste da esquadra de munições buscar as 3.ª e 4.ª bolsas de carregadores, respectivamente da direita ou esquerda conforme se trata da me-

tralhadora n.º 1 ou 2; transportam a ferramenta portátil quando seja necessária.

Condutor n.º 2 da esquadra de munições — Auxilia a descarga do material e toma o comando do grupo de cavalos desmontados.

Uma vez apeado o material, procede-se à sua inspecção como se encontra determinado no Título VII do R. T.

A marcha para a posição, entradas e mudanças de posição, missões do pessoal em combate, remuniciamento, etc. já se encontram tratadas no mesmo regulamento, bastando fazer-se as adaptações julgadas indispensáveis para as alterações que vimos de fazer, e que, por serem simples, nos dispensamos de indicar.

*

É natural que tenha parecido estranha a existência de um 2.º cabo para comandar a esquadra de munições e que, afinal, em combate desempenhe as funções de remuniciador, menos importantes que a da maioria dos homens. Assim é de facto e, em nossa opinião, não valia a pena o emprêgo de um graduado em tal missão, quando tanta falta faria para outras.

Seria lógico que fôsse êle o comandante dos cavalos desmontados, se tal lugar, por necessidades de combate, não tivesse de competir a um dos condutores de baste, lugar impróprio para um graduado. Quanto a nós, não encontramos solução nem missão especial para lhe dar: fica mesmo assim, até que alguém a encontre e no-la recorde.

Muito seria para agradecer que as unidades, uma vez posto em prática o estudo que apresentamos, nos informassem sôbre as deficiências encontradas, prestando assim um precioso auxílio à E. P. C.

Dezembro, 1939.

Patrulhas

(Continuação do n.º 1)

pelo Capitão A. FERREIRA DURÃO

TITUDE para com o inimigo: — Normalmente a patrulha procura obter pela observação e sem se mostrar — *ver sem ser visto* — as informações que lhe são pedidas; no entanto tem por vezes de recorrer ao combate, quer a cavalo, quer pelo fogo. O combate a cavalo será a maneira normal de actuar contra elementos ligeiros que consiga surpreender ou que lhe apareçam de surpresa; por êle procurará apoderar-se duma das melhores fontes de informação — o prisioneiro — mas nunca deverá empenhar-se numa perseguição a fundo, que poderia distraí-la da sua missão ou faze-la cair numa emboscada. Ao combate pelo fogo terá de recorrer quando tome contacto com elementos inimigos que actuam pelo fogo, procurando deter a patrulha e impedir a continuação da sua missão. Nestas circunstâncias o Comandante da patrulha manda apear a ou as suas armas automáticas e, enquanto estas procuram neutralizar as origens de fogo do adversário, envia os seus exploradores a cavalo ou a pé, conforme as circunstâncias, para pontos donde possam observar o inimigo e constatar o género de resistência que se lhe opõe. O Comandante da patrulha, procura um ponto de observação donde possa ver os movimentos dos seus exploradores e as reacções do inimigo, a-fim-de apreciar a situação.

Se em face do fogo e dos movimentos dos elementos da patrulha o inimigo retira, o Comandante decide prosseguir a sua missão conservando o contacto com os elementos adversos na direcção geral que lhe foi determinada e informa o Chefe de quem depende.

Se o inimigo oferece uma resistência que a patrulha não pode vencer, se os exploradores não conseguem tornear a posição em que êle se encontra, o Comandante da patrulha, inibido, pelo menos temporàriamente, de prosseguir a sua missão, informa o Chefe que o destacou e aguarda ordens ou reforços continuando a reconhecer por todos os meios a

resistência inimiga, procurando referenciar as armas automáticas, avaliar os efectivos que tem na sua frente e manter o terreno conquistado.

Quando, atacado por fôrças superiores, tenha de retirar, demorará, dentro das suas possibilidades, o avanço do inimigo e procurará guardar a sua direcção geral de marcha e impedir que o inimigo surpreenda a tropa que cobre.

2) — *Patrulha de vanguarda*

Missão: Procurar e garantir a informação sôbre a presença, movimentos ou ausência do inimigo ou sôbre a natureza do terreno, dentro da sua zona de acção, cobrindo a tropa que a destaca dos fogos das armas ligeiras do inimigo.

Comando: Sargento ou oficial.

Efectivo: 1 esquadra a 1 pelotão.

Zona de acção e distância a que opera: A zona de acção restringe-se ao eixo de marcha da unidade que a destaca e aos terrenos marginais até ao máximo de 400 metros para cada lado, variando com a natureza do terreno, proximidade do inimigo, efectivo da patrulha e velocidade da tropa que a destaca. Quando a velocidade ultrapassa 6 km.-hora a zona de acção limita-se ao itinerário e aos terrenos que dêste se podem avistar sem recorrer ao envio de flanqueadores.

A distância a que opera deve ser tal que proteja a tropa que cobre dos fogos das armas ligeiras (alcances médios de 600 metros) e lhe permita um apoio rápido e seguro por parte da tropa que a destacou.

Dependência: A patrulha de vanguarda é absoluta e inteiramente responsável pela segurança material da tropa que a destaca dentro da sua zona de acção. Não pode, portanto, abandonar o eixo da marcha, salvo circunstâncias excepcionais que serão sempre comunicadas imediatamente; é normalmente accionada pelo Comandante da tropa que a destaca.

Informações: São obrigatórias tôdas as informações àcêrca da presença e actividade do inimigo, devendo estabelecer-se um código de sinais especialmente destinados a dar o alarme sôbre a aproximação dos engenhos blindados.

Execução do serviço: Recebida a ordem ou as instruções, o Comandante da patrulha procede, de harmonia com o que

foi indicado para as patrulhas de exploração. Uma vez começado o serviço, a patrulha desloca-se por lanços condicionados pelo terreno e pela presença, actividade ou ausência do inimigo, aproveitando os pontos favoráveis do terreno para observar, a coberto, a sua zona de acção, detalhando depois essa observação por meio de exploradores e flanqueadores lançados sôbre os pontos mais interessantes do terreno (bosques, casais, povoações, passagens de cursos de água, etc.).

Quando o Comandante da patrulha verifica que os meios de que dispõe são insuficientes para explorar detalhadamente um acidente de terreno que se lhe depara, (povoação importante, bosque muito denso e extenso, terreno coberto) deve dispôr os seus exploradores e flanqueadores de modo a poderem fazer uma observação eficiente e pedir reforços ao Chefe de quem depende a-fim-de poder prosseguir a sua missão. Os elementos de refôrço, logo que deixem de ser necessários, esperam abrigados a chegada da sua unidade e seguem novamente com ela.

Atitude para com o inimigo: Pela investigação detalhada do terreno a que procede, é natural que a patrulha de vanguarda aviste o inimigo de longe; nestas circunstâncias informa imediatamente o Chefe que a destacou e continua a progredir ou procede conforme as ordens que receber nessa ocasião: se o inimigo está em marcha e a situação, o terreno e o efectivo lho permitem, tenta aproximar-se e surpreende-lo, quer a cavalo quer pelo fogo ou, ainda, utilizando ambos êstes processos: se encontra o inimigo inesperadamente, carrega sem hesitação mas sem o perseguir: se é detida pelos fogos, procura neutraliza-los com a ou as suas armas automáticas e enviar os seus exploradores para pontos de observação que lhe permitam avaliar do valor da resistência encontrada e concluir se se trata dum ponto de terreno ocupado por fraco efectivo, ou de uma linha que a patrulha não pode transbordar.

Em qualquer caso a patrulha não deverá sair da zona de acção que lhe foi determinada.

(Continua)

Actividade Escolar

Provas hípicas

Realizaram-se no passado mês de Novembro as provas hípicas regulamentares, verificando-se as seguintes classificações:

C. H. R.

Oficiais...
1.º — Cap. Peixoto da Silva;
2.º — Ten. Travassos Lopes;
3.º — Alf. Furtado Leote.

Sargentos
1.º — 1.º sarg. Valentim;
2.º — Furriel J. A. Pinto;
3.º — Furriel M. Tomás.

Corta-mato

Oficiais...
1.º — Cap. Peixoto da Silva;
2.º — Ten. Reimão Nogueira;
3.º — Ten. Rosas.

Sargentos
1.º — Furriel Matos Silva;
2.º — Furriel Manuel Tomás;
3.º — 1.º sarg. Rocha e Cunha.

Cursos de Comandante de Grupo e de Esquadrão

Terminaram com aproveitamento os referidos cursos realizados em Novembro e Dezembro do ano findo, os seguintes oficiais:

C. C. Gr.—Capitães Leal de Oliveira; Jorge C. e Sousa; Maia Mendes; J. António Morais; H. Buceta Martins; Aguiar Ferreira; M. Guimarães Pala; Castro Antas; Sousa Coutinho e Sérgio Vieira.

C. C. Esq. — Tenentes Afonso de Carvalho; L. Demony; Serpa Soares; Pascoal Rodrigues; Montalvão S. e Silva; Pe-

reira da Cruz; Duarte da Silveira; Mendes Dias e Amilcar H. Rosas.

Das provas eqüestres realizadas nos referidos cursos resultaram as seguintes classificações:

Poule hípica { C. C. Gr. — Cap. Sousa Coutinho.
C. C. Esq. — Ten. Mendes Dias.

Corta-mato { C. C. Gr. — Cap. H. Buceta Martins.
C. C. Esq. — Ten. Amilcar Rosas.

No conjunto das duas provas classificaram-se:

C. C. Gr. — Cap. H. Buceta Martins.
C. C. Esq. — Ten. Luiz Demony.

Jornaes revistas livros

Revista de Infantaria — Dezembro de 1939.

Dá a *Revista de Infantaria* no seu número de Dezembro a notícia da publicação do primeiro número da nossa Revista.

Acompanha essa notícia de algumas palavras de boas vindas e de outras encorajantes, a que não podemos deixar de nos mostrar sensíveis.

Saudando na *Revista de Infantaria* a briosa Arma de Infantaria, agradecemos as suas amáveis referências e cordiais palavras de incitamento.

■ ■ ■

Estão os Quintanistas de Medicina Veterinária realizando um largo movimento de actividade cultural e profissional, coroado, nas conferências já realizadas, por um êxito animador.

Tiveram agora a gentileza de nos enviar a conferência realizada pelo Professor Dr. Joaquim Fiadeiro na Sociedade de Geografia de Lisboa, e onde são focados os variadíssimos aspectos da valorização profissional do médico veterinário, com raro brilho e elevação.

É na verdade o médico veterinário na hora que passa um técnico de real valor na vida da Nação dada a tríplice função zootécnica, higiénica, e médica que está, e muito bem a seu cargo.

Aqui lhe manifestamos sinceros agradecimentos pela oferta ao mesmo tempo que os encorajamos a prosseguir em tão necessária missão.

Revue des Deux Mondes — Agosto de 1939.

Um reconhecimento de Cavalaria pelo capitão Lepic

Na *Revue des Deux Mondes*, de 15 de Agosto de 1939, o capitão Lepic descreve-nos o seu reconhecimento de 31 de Agosto de 1914, que teve influência decisiva na famosa Batalha do Marne.

Fala Lepic.

Em 24 de Agosto de 1914, o *C. Cav.* do General Sordet percorrera já 1.050 quilómetros.

O meu esquadrão do *5.º R. Caç.* tinha organizado, de 5 a 11, um serviço de descoberta sôbre La Roche-Gouvy, na Bélgica, representando mais uns 100 quilómetros.

Os cavalos há oito dias que não eram desaparelhados e a fadiga é já evidente.

Assim naquela data, o Alto Comando organiza uma divisão de cavalaria provisória *(D. Cav. P.)*. Cada regimento do *C. Cav.* dará um esquadrão constituído pelos cavalos menos fatigados.

Assume o comando da *D. Cav. P.* o General Cornnelier-Lucinière, tendo como chefe do E. M. o Tenente-coronel d'André, do *5.º R. Caç.*

Sou nomeado comandante do esquadrão fornecido pelo mesmo Regimento tendo como comandantes de pelotão os tenentes Fustier, d'Aymery e de Gouberville.

A *D. Cav. P.* tem a missão de continuar a proteger a retirada com a infantaria que constitue a guarda da retaguarda, além de orientar o comando sôbre a direcção das colunas alemãs em marcha sôbre Paris.

A *D. Cav. P.* concentra-se na região de Fouquercourt, a *S.* de Chaulnes. Embora os sucessos obtidos em 29 e 30, recebe na tarde dêste dia a ordem formal de retirar, alcançando à meia hora de 31 de Agosto a região de Estrées-St. Denis, a *O* de Compiégne. A gare e as linhas férreas só mais tarde são destruídas devido à intervenção de um oficial de engenharia.

Quere-se saber o itinerário que os alemães vão seguir na sua marcha sôbre Paris.

Segundo as informações dadas à *D. Cav. P.* a direcção será por Estrées-St. Denis.

O serviço de vigilância ao *N* informa que o inimigo deminue a sua pressão. A *NE* um esquadrão sofreu graves perdas e foi rendido pelo meu esquadrão lançado em descoberta na direcção: Gournay sur Aronde-Méry-Latoule-Ressons sur Mets, apoiado por um esquadrão e um pelotão ciclista.

Missão:

— Obter informações àcêrca da direcção da marcha da direita do Exército Alemão, cuja pressão afrouxou.

— Reconhecer o itinerário seguido por essa Ala do Exército Alemão.

O esquadrão de apoio fica em Franciéres e o pelotão ciclista deve defender as passagens do Aronde em Gournay e Neufry, protegendo a retirada da descoberta. A passagem do Aronde é difícil na região de Gournay.

Execução:

Atravessando Gournay a vanguarda, na qual marcho, encontra uma patrulha de cavalaria inimiga com barrete de bivaque e fingindo ser inglesa, pedia informações aos habitantes.

Á saída de Gournay o esquadrão recebe ordem de reunir à frente, em linha de pelotões.

A minha decisão é evitar o combate. Não haverá tiros, não haverá perseguição das poucas patrulhas inimigas. O esquadrão deve dessimulas-se para ver melhor; o terreno é favorável principalmente a *O* da estrada nacional n.º 17, (Estrées-St. Denis a Ressons sur Metz).

Não sigo a patrulha inimiga em retirada, mas oculto o esquadrão em um pequeno pinhal. Envio dois reconhecimentos de oficial com 2 homens: um sôbre St. Maur — tenente d'Aymery — que faz retirar um pelotão de dragões alemães; outro sôbre Latoule — tenente de Gouberville — com a missão de descobrir as direcções seguidas pelas colunas inimigas, evitando o combate a todo o custo e retirando sôbre Francières por Neufry ou Gournay.

O esquadrão fica a cavalo. São 11.30 horas. Observo que elementos inimigos seguem na direcção de Compiégne e não de Estrées-St. Denis.

¿Trata-se de uma guarda de flanco ou de uma guarda avançada?

Avanço só, afastando-me uns 50^{m} do esquadrão, e oculto-me em uns fardos de palha para observar.

Observação difícil. No entanto verifico que a coluna alemã marcha o mais ràpidamente possível na direcção de Compiégne. Não receando qualquer incidente de combate avança tranqüilamente e julga até dispensável o serviço de segurança.

Assim, aproximadamente durante três horas, consegui observar a coluna alemã.

Um pelotão de Cavalaria, seguido, a 100^{m} de uma Br. Cav. com um G. B. A. a meio; Infantaria com duas filas de cada lado da estrada, arma a tiracolo, e a meio da estrada viaturas de requisição. Cada companhia tem um carro para as mochilas. Algumas viaturas transportam de 20 a 25 homens. Não se fazem altos; com intervalos de 30 minutos a um sinal de apito, e sem paragem, os homens rendem-se no transporte nas viaturas. A artilharia marcha entre as tropas de infantaria; os primeiros grupos, de campanha e pesados, a seguir aos dois regimentos da testa. O desfile é impressionante, denotando a absoluta confiança que nenhum incidente deterá o seu avanço.

O meu esquadrão está na crista a *S* de St. Maur, a 600^{m} aproximadamente do cruzamento das estradas; pelas 15 horas, uns 50 ciclistas alemães tomam a estrada de Estrées-St. Denis. O esquadrão foi visto. Monto a cavalo e o esquadrão retira a galope por Neufry para Franciéres, defendido pelo pelotão ciclista.

Esta informação é levada por um oficial com escolta ao comando da *D. Cav. P.*, que logo a transmite ao 6.º Exército; em 31 de Agosto o G. Q. G. sabe que o 1.º exército alemão deixa a direcção de Paris e se dirige sôbre Compiégne.

O coronel Grasset no artigo *Comment fut livrée la bataille du Marne (Revue 1-Set. 33)*, diz:

«Eis o maravilhoso! É sempre Santa Genoveva que protege a velha cidade?

«De facto, quando esperávamos saber os ulanos em St. Denis, surge a informação extraordinária. Um oficial de Cavalaria, o capitão Lepic,

observou indícios seguros da mudança de direcção das colunas alemãs para *SE.*

«E às 20 horas, o centro de aviação de St. Cyr telefona.

«O piloto Grand e o soldado observador Dufresne enviados sôbre Dammartin anunciam: Ás 18 horas em Etrerilly, encontram-se colunas com 16 quilómetros de profundidade e dirigindo-se na direcção geral de *SE.*

«Von Klück evitaria Paris?

Mas expõe o seu flanco às tropas do campo entrincheirado!

«São dadas imediatamente ordens para que ao amanhecer de 1 de Setembro numerosos reconhecimentos de aviação voem sôbre a região N E de Paris. As informações são de uma importância excepcional. Destas informações concordantes resulta saber-se que todo o 1.º Exército alemão se dirige para *SE.*

Ao entardecer de 31 de Agosto o esquadrão de apoio e o pelotão ciclista recolhem à *D. Cav. P.* Continua Lepic.

Conservo o contacto em 31-8.º/1-9.º em Eraine a *O* de Estrées-St. Denis. Ás 20 horas de 31 reuno o esquadrão na herdade de Eraine e mando ferrar os cavalos. As patrulhas continuam mantendo o contacto. Os homens têm uma refeição quente cozinhada na herdade; os cavalos recebem a sua ração de aveia.

Jantamos, estamos satisfeitos, felizes por ter descoberto a direcção da marcha da direita do Exército de Von Klück.

No dia seguinte um encontro com cavaleiros alemães provoca algumas baixas no esquadrão.

Os cavaleiros alemães atiram muito bem a cavalo — galopam — param — as rédeas no pescoço das montadas — dois ou três tiros — e continuam galopando. Os seus cavalos estão muito bem ensinados para êste tiro.

As informações anteriores são confirmadas.

Recebo ordem de atravessar o Oise na ponte de Sainte Maxence, que será destruída, logo em seguida, e dirijo-me para Verberie, que atinjo às 16.30 horas.

O comando da *D. Cav. P.* felicita o esquadrão. A ordem dada pelo G. Q. G. em 30 de Agosto era conhecida do G. Q. G. Francês pela informação da Cavalaria no dia imediato.

Terminada esta missão o esquadrão ocupa o seu lugar nos combates da *D. Cav. P.*

O General Gallieni nos seus *Cadernos,* o Presidente Poincaré no volume *L'Invasions de 1914,* das suas memórias *Au Service de la France,* Louis Madelin no seu artigo de 14-2-920 sôbre a vitória do Marne e, finalmente, sob o pseudónimo de J. Hethay o próprio comandante da *D. Cav. P.* no seu livro *Role de la Cavalerie Française á l'aile gauche de la premiére bataille de la Marne* referem-se a êste reconhecimento efectuado pelo esquadrão Lepic.

Com êste relato o autor oferece aos estudiosos um precioso elemento para estudo das qualidades necessárias a um comandante de um D. D., pontos a atender na execução de um serviço de descoberta e ainda demonstra mais uma vez a importância da transmissão em tempo oportuno de uma informação cuidadosamente colhida e relatada. P. M.

Revista de Infantaria — 1939.

O *Boletin Oficial del Estado* publicou em 26 de Julho último um decreto reorganizando o exército.

Segundo êsse decreto o exército espanhol será constituído em tempo de paz, por 8 corpos de exército, com a seguinte localização: I em Madrid, II em Sevilha, III em Valencia, IV em Barcelona, V em Saragoça, VI em Burgos, VII em Valladoli e VIII em Corunha.

Além destas grandes unidades, serão organizadas, uma Divisão de Cavalaria e as unidades e formações necessárias para a reserva geral e serviços do exército.

Êstes C. E. serão constituídos, pelas seguintes divisões aquarteladas nos locais indicados:

I C. E.: 11.ª Div. (Madrid), 12.ª (Badajoz) e 13.ª (Madrid); II C. E.: 21.ª (Sevilha), 22.ª (Algeciras) e 23.ª (Granada); III C. E.: 31.ª (Valencia), 32.ª (Alicante); IV C. E.: 41.ª (Barcelona), 42.ª (Gorona) e 43.ª (Lérida); V C. E.: 51.ª (Saragoça) e 52.ª (Huesca); VI C. E.: 61.ª (Burgos) e 62.ª (Pamplona); VII C. E.: 71.º (Valladolid) e 72.ª (Leon); VIII C. E.: 81.ª (Corunha) e 82.ª (Lugo); IX C. E.: 91.ª, 92.ª e 93.ª; X C. E.: 101.ª e 102.ª

Segundo informação da imprensa o efectivo do exército espanhol em tempo de paz será de cêrca de 300.000 homens.

Revista da Cavalaria

LABOR OMNIA VINCIT JJF

FARINHA LACTO-BULGARA

O produto de confiança para crianças, adultos e convalescentes como o atestam milhares de atestados que possuímos, alguns dos quais de médicos ilustres no continente, ilhas e colónias

Preparação do

LABORATÓRIO FARMACOLÓGICO DE LISBOA

Rua Filipe da Mata, 30 — Teleg. IODAL

Farmácia: R. Alves Correia, 187

Agência no Pôrto: R. Mousinho da Silveira, 300

TELEFONES:

Sede, 4 2620 Farmácia, 2 6476 Agência do Pôrto, 6 380

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor no Centro e Sul do País:

BEBA

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica; gaso-carbónica natural

AJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49 ◇ COIMBRA

Estado Maior do Exercito

BIBLIOTECA

Não vos hão de faltar gente famosa,
Honra, valor, e fama gloriosa.

Lusíadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SEDE PROVISÓRIA — QUARTEL DO CARMO, LISBOA, TELEF. 2 2122

Composta e impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

1340 — A BATALHA DO SALADO		175
GENERAL MANUEL LATINO		177
REMONTA NA ARGENTINA	MAJOR VET. ANTÓNIO LEBRE	178
O MORDENTE DO CAVALEIRO	TENENTE ANTÓNIO SPINOLA	185
TEMAS TÁTICOS	CAPITÃO AGUIAR FERREIRA	195
HIPISMO: CAVALOS ARGENTINOS	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	205
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	TEN. MÉD. VET. PROSTES DA FONSECA	213
BOLETIM DA E. P. C.		
PATRULHAS	CAPITÃO FERREIRA DURÃO	221
A INSTRUÇÃO PRÁTICA DE TIRO NA RECRUTA	ALFERES MÁRIO M. DE ANDRADE	225
ACTIVIDADE ESCOLAR		231
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		232

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

6678

Revista da Cavalaria

N.º 3 Março

1340

A BATALHA DO SALADO

*

OS LVSIADAS DE L. DE CA.

. . . . . .

Desta arte o Mouro perfido despreza,
O poder dos Christãos, & não entende,
Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende.
Co ella o Castelhano, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hũs Mafamede, & os outros Sanctiago,
Os feridos com grita o Ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com

Com esforço tamanho estrue & mata,
O Luso ao Granadil, que em pouco espaço,
Totalmente o poder lhe desbarata,
Sem lhe valer defesa, ou peito de aço:
De alcançar tal victoria tam barata,
Inda não bem contente o forte braço,
Vay ajudar ao brauo Castelhano,
Que pelejando está co Mauritano.

Ia se hia o Sol ardente recolhendo,
Pera a casa de Thetis, & inclinado,
Pera o Ponente o vespero trazendo,
Estaua o claro dia memorado,
Quando o poder do Mauro grande & horẽdo
Foi pelos fortes Reis desbaratado,
Com tanta mortindade, que a memoria,
Nunca no mundo vio tam gram victoria;

. . . . . .

Seis séculos são volvidos sôbre esta gloriosa batalha em que os portugueses auxiliando o rei de Castela venceram os mouros Granadinos.

Embora ela fôsse travada em terras de Espanha, cristãos contra mouros, nem por isso Portugal deixou de defender assim o solo pátrio.

Ambos os Reis de Portugal e de Castela com os seus esforçados cavaleiros derrotaram a aguerrida cavalaria Moura, obrando prodígios de valentia.

Rememorar a data de 1340 neste ano de comemorações centenárias da história de Portugal e a propósito desta notável batalha que salvou a península ibérica e trouxe ao rei de Portugal uma moldura de valor e desinterêsse pelo grandioso espólio dos vencidos que nos honra como portugueses, é grato e oportuno.

Seis séculos volvidos, Portugal e Espanha, tornaram a sentir palpitar em unisono os seus Corações reatando assim o Sagrado élo de amizade e cavalheirismo que assinalou esta data memorável para os dois povos irmãos.

General Manuel Latino

Novo Director da Arma de Cavalaria

A Revista da Cavalaria, *fiel ao seu programa de assinalar todos os factos importantes da vida da Arma, concorrendo, na medida das suas fôrças, para avigorar o espírito do Corpo da Cavalaria Portuguesa, publica com satisfação a fotografia do novo Director.*

Que Sua Ex.ª, com o natural sentimento das Responsabilidades que sôbre si pesam, consiga valorizar ainda mais a Arma, orientando os esforços de todos nós, Cavaleiros de hoje, são os sinceros votos da Revista da Cavalaria.

Remonta na Argentina

I

De Lisboa a Pernambuco

CRÓNICA DE VIAGEM

Pelo Major-Veterinário ANTÓNIO LEBRE

OS assuntos que focámos em rápidas visitas e fugitivos relances de vista, não são analisados com detalhe, como aliás não convinha, nem interessaria, em crónicas desta natureza.

Procurámos ao escrever *in-loco,* intregar-nos bem nos assuntos, para poder transmitir, tão fielmente como os interpretámos, simples impressões de viagem, aquelas que feriram mais intensamente o nosso espírito e mais fortemente impressionaram a nossa retina.

Vamos, pois, transmitir fugazes notas de reportagem, colhidas numa, assás, longa viagem à grande República Argentina.

Do mesmo passo, como assunto basilar, procuraremos dar uma ideia tão exacta, como a colhemos, do que foi a última Remonta Portuguesa nêste país, sem deixar de focar a vida das praias, da campina, das pampas e, além doutras cidades, das três grandes capitais: Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, não passando, sem referência, Faculdades, Campos de Desporto, Centrais Leiteiras, Frigoríficos, Zonas de Turismo, Instrução, etc.

O estudo das múltiplas propostas para venda de cavalos, de nacionalidades várias; os trabalhos de instalação, sugestões e alvitres, recepção, desbaste, ensino e aclimatação dos solípedes em Portugal, constituem também interessantes

e úteis motivos de análise, a realizar após o regresso desta interessante viagem, que vamos iniciar.

Ás 20 horas de 4 de Janeiro do ano de 1938, subiamos, açoitados por vento glacial, as escadas do *Highland Patriot,* fundeado em Lisboa, no cais de Alcantara.

Verificada que foi a existência da nossa bagagem no camarote e, apresentados cumprimentos de despedida, o nosso transporte não tarda a levantar ferro, navegando já às 23 horas. O panorama da capital, visto de bordo, quer de dia quer de noite, constitue sempre um espectáculo belo e surpreendente. Observados os Estoris e Cascais, as suas luzes já a custo nos denunciam centros populosos, garridos e elegantes. Só o farol da Guia, nos continua atestando a proximidade de terra portuguesa.

O dia 5 apresentou-se pardacento, notando-se uma certa monotonia a bordo. A permanência dos passageiros nas cabines é ainda notoria, não sendo estranhos a um tal facto os *smoking,* fardas dos cavalheiros e as *toilettes* das senhoras, que as desejam vêr irrepreensíveis e bem ordenadas, para as festas e danças que vão, como é de uso, realizar-se a bordo.

Dá-se ao almôço o primeiro contacto entre os passageiros, que trocam ainda cumprimentos reservados e olhares discretos. A dança no *deck,* iluminado a lâmpadas de côres variegadas, proporciona uma mais intima aproximação e convivência entre senhoras e cavalheiros, que conservam as *toilettes* do jantar.

Referir que as *ementas* são admiráveis pela variedade de iguarias e pelo aprimorado da sua confecção e apresentação, afigura-se-nos supérfluo: encontram-se sempre pratos que satisfazem os mais exigentes!...

O dia 6 rompeu límpido e o sol despontou brilhante, iluminando confiado a nossa embarcação.

A inscrição para jogos e corridas de cavalos, aberta a meio da tarde, duma tarde fria e desagradável, não tardou a ser elevada. Enumerar todos os jogos, seria fastidioso, mas diremos que é intensiva a vida desportiva a bordo jogando-se muito o Deck-Tennis, o Ping-Pong, Clock-Golf etc. Os pequenos cavalos que entram nas corridas, não isentas de penalidades e handicap em pistas, plenas de obs-

táculos, desenhadas em longas lonas, estendidas no *deck*, são animais recortados de simples tábuas, variados nas côres, numerados e apelidados com sugestivos nomes, que lhes dão os seus proprietários... de ocasião. São assim, animais inanimados, movidos pela mão de um ou mais marujos, de harmonia com a sorte dos *dados*, que gentis passageiras, de unhas rosadas, vam jogando.

Estas corridas, que servem de pretesto para apresentação de *toiletes* dos mais afamados costureiros de Paris e Londres, despertam um notável interesse, especialmente entre os ingleses, por causa das apostas que se realizam, expoente máximo da sua animação.

Duma maneira geral, porém, não há passageiros que se não tentem a jogar numa ou noutra corrida, num ou noutro cavalo da sua predilecção.

As senhoras são, possìvelmente, as mais entusiástas, talvez por jogarem com os *scheling* dos maridos ou dos papás!...

De resto, os proventos da emprêsa, permitam-nos a denominação, são destinados a fins altruistas.

O dia 7 amanheceu cêdo para todos os passageiros. Todos querem vêr terra; cada um quer ser o primeiro a avistar os píncaros das Canárias. O céu, porém, ao romper do dia, apresenta-se enevoado, e a temperatura é desagradável; vento agreste, que força a procurar abrigos, para comodamente ir gosando o panorama que as ilhas Canárias, perdidas no Oceano, oferecem aos visitantes. De natureza vulcânica, a vegetação só a custo se assinala aqui e além.

A cidade de Las Palmas, aparece-nos implantada junto ao mar e a meia encosta, na Grande Canária, donde partiu Franco, clandestinamente em avião, para Marrocos.

Para nós, que a visitamos pela segunda vez, afigura-se-nos mesmo de bordo, que a cidade tem tomado notável desenvolvimento. E assim se compreende. — Las Palmas é um *porto* de escala, para a América do Sul, e para a África, para os vapores que não têm a rota marcada pelo Funchal.

Amplo porto artificial, é notável o seu movimento quotidiano, verificando-se a acostagem freqüente de navios, abordados sempre por grande número de pequenas embar-

cações, com vendedores de artigos tentadores, nomeadamente: rendas da Madeira, *robes de chambre* japoneses, etc., etc., que se vêem também em tendas improvisadas ao longo do cais acostável.

Uma lancha a gasolina leva-nos a terra. Um auto conduz-nos através das principais artérias da cidade.

Os eléctricos desapareceram para dar lugar aos *taxis* e *auto-omnibus*. É bem certo: a tracção por via fixa está condenada a desaparecer por tôda a parte, com o triunfo passe o reclame... das auto-mecânicas...

Os bairros das colónias inglêsa e alemã, são particularmente interessantes: pequenas casas isoladas, circundadas por pequenos jardins, predominando nos gradeamentos, exemplares de *voganwile* de côres muito vivas. Donde a onde, pequenos jardins, dão uma nota de frescura e beleza à cidade, predominando os canteiros relvados, com roseiras floridas, que se destacam.

A Catedral, cujas tôrres esguias sobressaem e muito, por cima do casário, assinalam-se também pela sua côr de um escuro carregado, característica da cantaria com que são construídas. Internamente, é de notável sobriedade. Linhas lisas; colunas e abóbadas em granito, sendo celebres os vitrais, que apresentam notável policromia, verificando-se no templo, grande afluência de fieis.

Nas zonas sub-urbanas, a uns 10 quilómetros da cidade, existem aglomerados de casas de rara elegância e confôrto, vivendas de verão, de ricos homens, ordinàriamente inglêses e alemães. Pelas ruas não se vêem polícias, sendo muito raros os sinaleiros, e não obstante êste facto que constatámos, a ordem está assegurada e o trânsito garantido para os peões, verificado como está, o moderado andamento dos veículos mecânicos.

Trelas de galgos, conduzidas em determinado sentido através da cidade, despertam-nos a atenção. Não vão correr lebres, na charneca, informam-nos, mas sim *lebres eléctricas* em campo próprio de corridas, dêste género de *sport*, que se torna particularmente interessante, pelas apostas que se realizam. Êste mesmo ramo de *sport*, foi já tentado em Lisboa, mas sem resultado, por falta de aficcionados e entusiástas pelas apostas.

Com tempo agreste e chuvoso, deixámos o pôrto de Las Palmas, às 11 horas. Nas vertentes das elevações vulcânicas, e pelos *plateaux*, vêem-se povoações de certa importância, fazendo-se notar pelas côres garridas das construções.

Circundada a Grande Canária, avistamos lá ao longe o célebre Pico de Tenerife, já nosso conhecido, de uma viagem anterior, com rumo de Africa para Portugal.

A nossa rota é agora Pernambuco, — que nos fica a sete dias de viagem. Uma tal travessia do Atlântico, tornar-se-à fastidiosa para todos aquêles que não souberem aproveitar o tempo.

Com o fim de proporcionar aos passageiros, momentos de distracção, são iniciados jogos oficiosamente, que uma grande comissão organiza.

Estamos a 8 de Janeiro e assim já com 4 dias de viagem. Deparou-se-nos uma oportunidade de visitarmos a segunda classe e a intermediária.

Naquela, as instalações são sóbrias, elegantes e higiénicas, sendo bom o serviço de mesa.

A classe intermediária, para emigrantes, satisfaz plenamente às suas exigências, quer em comodidades, quer em higiene e ainda em alimentação, preparada para os portugueses, por cozinheiro patrício, privativo.

A assistência médica e de enfermagem, está-lhes assegurada por um médico e enfermeira de nacionalidade portuguesa. É interessante referir que são os passageiros desta classe, os que mais alegria manifestam a bordo, não se cansando de cantar e dançar. É o hábito que levam das romarias de Portugal!...

Chuviscou durante a noite.

O dia 9 de Janeiro apresentou-se sombrio, tendo a temperatura tendência para subir.

E assim é que, a oficialidade e passageiros... os mais acalorados, apresentam-se já com os seus fatos e fardas brancas, de aprumo irrepreensível, sendo inaugurada a época balnear, com extraordinária concorrência de raparigas inglêsas, que sabem, perfeitamente, que a natação é um *sport*, como tantos outros, ao serviço da beleza física e da saúde.

Como estamos em dia santificado, realizou-se às 10 ½ horas o *Divine Service* da religião protestante, a que assistimos.

O toque de sinos foi dado por uma grafonola seguido de música sacra. Um tripulante acompanha ao piano o ofício divino, com cânticos. A assistência — tôda a população da primeira e segunda classe, — mantem-se no mais profundo respeito e compostura notável.

As senhoras apresentam-se de chapéu, mas primam... pela ausência de meias!...

Foi celebrante o Comandante do barco, acolitado por tôda a oficialidade, que, como a demais assistência, acompanha os cânticos religiosos, lendo os seus breviários. Não deixa de ser interessante êste acto religioso, celebrado no mais rigoroso silêncio, na sala denominada de *descanso,* assentando-se os fieis em *maples,* os mais cómodos.

Pelo meio da tarde dêste domingo de Janeiro, cruzámos com um barco de *carreira alemã, Monte Sarmento,* tendo os dois transatlânticos parado lado-a-lado, assim, em pleno mar alto, facto que constituiu um acontecimento raras vezes verificado. Do barco alemão, foi arreado um escaler, que veio até junto do nosso *Highland Patriot,* donde lhe deitaram, em um balde, pacotes com medicamentos de urgência.

Foi um espectáculo interessante e para nós inédito.

A travessia feita pelo escaler entre os dois barcos, foi particularmente aparatosa, pela luta travada pela pequena embarcação com as vagas alterosas, que um forte vento impelia sôbre a tripulação alagada.

Como o calor começasse a apertar, as senhoras, sem exclusão de algumas já de idade *madura,* apresentam-se de *schort,* saia de reduzidas dimensões, que além da frescura que proporciona, deixa livres os movimentos das pernas, para jogos e corridas. Êste trajo constitue moda das elegâncias para alguns povos. Os americanos deram-lhe origem e os italianos e alemães usam-no freqüentemente nos campos de jogos, nas praias e a bordo.

Estamos a 10 de Janeiro. A vida a bordo, dada a elevada temperatura, atmosfera carregada e céu pardacento, torna-se montóona; assim, todos procuram descanso em lugar sossegado, para lêr ou repousar após as refeições.

Logo após o início da viagem, travámos relações com Angel Cuneo, engenheiro naval, civil, homem culto. Vem de Londres, e dirige-se a Buenos Aires, sua terra natal, após

uma longa ausência, durante a qual pôs ao serviço do seu país, os seus conhecimentos sôbre construções navais.

Estas relações, foram para nós, particularmente úteis, pela amabilíssima camaradagem e pelos múltiplos e curiosos detalhes que nos forneceu sôbre a Argentina, que demandamos.

Dada a sua qualidade de engenheiro naval, foi-lhe fácil proporcionar-nos uma visita à casa das máquinas do *Highland* em que viajamos. O Engenheiro recebe-nos com a maior afabilidade, mostrando-nos e fazendo referência aos variados maquinismos que põem em movimento a cidade flutuante em que vivemos.

Verifica-se, além da grandiosidade da construção, em que o génio do homem se manifesta de forma superiormente elevada, a ordem, disciplina e limpeza irrepreensível.

Ás 12 horas navegamos nas alturas dos rochedos de S. Pedro e S. Paulo, que se não avistam de bordo, tão insignificantes se apresentam mas que Gago Coutinho e Sacadura Cabral, souberam determinar com rara precisão, mercê do seu sextante, com que orientaram a sua viagem através do Oceano Atlântico, no seu minúsculo avião, qual outro esqueleto de águia, e que constituiu a maior façanha, em todo o mundo, nas últimas decadas.

Pela volta do meio dia de 13, passámos junto de Fernando de Noronha, ilhas onde a custo se vê vegetação e onde está instalada uma colónia penal do Estado de Pernambuco.

Como estivessem apurados os resultados dos grandes campeonatos desportivos, realizados em pleno oceano, e durante esta, assás longa travessia — Las Palmas a Pernambuco — que se apróxima, houve à noite a distribuïção dos prémios aos triunfadores, não nos tendo surpreendido, que a maioria dêstes fôssem inglêses, homens e senhoras desportistas por índole, por compreensão e pela necessidade que reconhecem, indispensável, de manter o aprumo físico, que em todos se nota, sem exceptuar idades e sexos.

A preocupação e a prática dos desportos, torna esta raça forte, apta a lutar, a vencer na vida, não abdicando dos seus hábitos, que implanta sôbre qualquer ponto do Globo, onde apareça.

O Mordente do Cavaleiro

pelo Tenente ANTÓNIO SPINOLA

USADAMENTE assim intitulamos êste trabalho que, sem pretender vir dar-vos novidades, procurará, quando muito, estimular o vosso brio de Cavaleiros, bravos, decididos e sempre prontos para o imprevisto e para o sacrifício.

Mas, para que resulte útil o vosso sacrifício, para que, apanhados de imprevisto, saibais ter a calma necessária, a segurança nas vossas repentinas decisões, o «elan» indispensável para vos lançardes, impetuosa, e bravamente, no caminho da morte, ou da glória, quando a ocasião se proporcione — e elas são muitas para nós — é preciso que eduqueis o vosso carácter, que façais por ser completos como cavaleiros que sois, e que, a par dos conhecimentos técnicos e tácticos, haja sempre, a animar-vos, o espírito cavaleiro.

O mordente do Cavaleiro não é só uma qualidade pessoal, é, também, uma qualidade de conjunto.

De nada servirá, ao chefe, ter sob as suas ordens uma numerosa cavalaria, se esta não manifestar, no seu conjunto, aquela preciosa qualidade.

Quere dizer, o oficial poderá ter mordente, mas o seu mordente pouco valerá, se êle não tiver tido habilidade para incutir às praças do seu pelotão ou do seu esquadrão, as qualidades viris que são apanágio do cavaleiro. Essas qualidades são, automàticamente, transmitidas ao cavalo, que, numa cavalaria que se preze, se identifica, por assim dizer, com o cavaleiro que o conduz.

Em arma nenhuma, como a nossa, o oficial está tão em contacto com o soldado, como nós.

Uma patrulha de flecha, que, destacada do esquadrão, à aventura, é lançada numa determinada direcção com o fim de esclarecer, é, em geral, pobre de efectivos. Um oficial, um sargento, três, ou quatro praças, êles aí vão a caminho do desconhecido, e à procura do perigo. Não há nada que a detenha. Obstáculos, rigores do tempo, quaisquer que êles sejam, são vencidos com decisão e energia; a patrulha marcha em plena natureza. Desloca-se, ora com a impetuosidade do vento, ora com a astúcia do felino, e ela lá vai buscar, no ignoto, a informação, que é preciso obter.

E, quantas vezes da actuação feliz duma patrulha não resulta uma informação preciosa, que pode decidir, até, da sorte de uma batalha!

A patrulha, embora fugindo ao combate, visto que a sua missão é informar, não se poderá, contudo, esquivar, muitas vezes, à luta desigual; mas, qual tigre cercado, ela, ousadamente, se lançará na direcção escolhida, rompendo a despeito de tudo, as barreiras que lhe apresentem.

Uma patrulha, nestas condições, tem mordente, ninguém poderá negá-lo. Mas, para que da sua eficiência resulte o almejado êxito, é preciso que às qualidades de energia e decisão, do seu comandante, se junte a sua competência.

É a competência do chefe que cria a confiança dos subordinados, que o seguirão sempre, cegamente, para tôda a parte, animados do mesmo espírito cavaleiro, prontos a dar a sua vida no cumprimento do seu dever, quando confiados no valor do seu chefe.

Mas, como chegar a essa confiança?

Instruindo e cuidando do soldado. Sendo paternal, e bom para êle, quando cumpre, e castigando, sempre que seja necessário, com eqüidade e justiça. Dando o exemplo, sendo o primeiro no perigo, que deixa de ser perigo para o soldado, que, confiadamente, siga o oficial. Um soldado, que veja à sua frente um oficial pusilânime e indeciso, perde a confiança, passa a ter mêdo, e o mêdo é a morte do cavaleiro.

Nos ócios da paz nem sempre é fácil, ao oficial, mostrar as suas qualidades de energia e decisão perante o perigo e é por isso que a instrução e o desembaraço, atingem a maior importância.

Não basta, porém, o saber, é preciso também o saber ensinar; não pretender exigir, desde o princípio, que o soldado saiba tanto como nós, ou faça o mesmo que nós podemos fazer.

Qual é a ordem dos recursos, de que nós dispomos, para o desempenho da nossa missão de pequenos condutores de homens e, às vezes, precussores de grandes acontecimentos?

Em primeiro lugar o moral, em seguida o saber profissional e, finalmente, em terceiro e último lugar, os meios materiais.

Pois bem, na instrução temos de aplicar por ordem inversa êstes verdadeiros mandamentos do perfeito cavaleiro.

Em primeiro lugar há a considerar a matéria prima, isto é, o soldado, o cavalo, a arma branca, a carabina, a metralhadora e, numa fase mais avançada da nossa actuação, o explosivo destruidor, a auto-metralhadora, os transportes mecânicos e, até mesmo, a artilharia.

Em seguida, há a considerar o modo de aproveitamento dêstes recursos materiais; preparar o soldado para usar dêles e identificá-lo com o cavalo, afinal a sua arma principal; ensinar-lhe o manejar as armas, instrui-lo, enfim, gradual e progressivamente, no emprêgo racional e útil, do armamento da cavalaria.

Numa terceira étapa, finalmente, é preciso levar o soldado ao campo, ensiná-lo ao rientar-se, a conhecer o terreno sob o ponto de vista militar, a ter a noção das distâncias, da natureza dos abrigos e coberturas naturais, dos desen-

fiamentos das vistas terrestres e aéreas e, simultâneamente, i-lo habituando ao imprevisto, quando, por exemplo, seguindo tranqüila e lentamente, numa marcha de estrada, o oficial se destaca repentinamente, lançando-se através do campo para o obstáculo, desconhecido do soldado, e que êle passa, quási sem dar por isso, atrás do seu oficial.

É assim que se começa a criar o mordente entre o soldado.

É assim que o soldado se vem a orgulhar de trazer no seu barrete o número da sua unidade.

É assim que se avigora o espírito do corpo que, se em tôdas as armas deve existir, na cavalaria, mais do que em qualquer outra, deve ser sublimado.

A par desta instrução, dada ao soldado, o oficial vai colhendo cada dia que passa, nesta vida activa, mais e mais conhecimentos.

E, reflectindo no que vai observando, adquirindo para os seus reflexos a elasticidade necessária, êstes reflexos virão a funcionar maravilhosamente quando fôr preciso.

A nosso ver, o oficial de cavalaria em campanha deve possuir uma cultura, um desembaraço, uma intuïção tal, que não tenha nunca a menor hesitação. a mínima indecisão.

Um oficial de cavalaria indeciso, nunca poderá ser um bom oficial.

Devemos notar que «decisão» não quere dizer imprudência. Poderá muitas vezes querer dizer temeridade, mas nunca cobardia.

Esta última é uma palavra que devia ser riscada do dicionário militar e que nunca deveria entrar no memento da cavalaria.

E, como o bom oficial faz o bom soldado, compreendereis bem, meus camaradas, o quanto devemos timbrar no cumprimento do dever militar, de forma a conseguirmos ser o espelho do nosso soldado, e tão excelente espelho, que perdure, para todo o sempre no seu espírito, regressado que seja à vida civil, a lembrança do seu oficial e a convicção de que, com êle, não há possibilidade de ser vencido na luta.

Mas, para que o oficial possa ser êsse límpido, e valioso espelho, é necessário muita dedicação à profissão, é

necessário que nos lembremos sempre que só pelo aturado estudo, e pela permanente aplicação dos conhecimentos obtidos nos livros, nos podemos pôr à altura da nossa missão.

O estudo é-nos tão indispensável como o desembaraço físico.

É a cultura que possuirmos, e que soubermos oportunamente patentear, quando em concorrência com outras armas, que nos fará crescer a seus olhos.

A maneira como soubermos encarar as agruras da guerra, a natural alegria com que aceitarmos os maiores sacrifícios que nos sejam impostos, a prontidão com que voarmos em socorro dos nossos camaradas num momento de desfalecimento seu, atravessando as fôrças que retiram desmoralizadas do campo da luta, com o sorriso nos lábios e a confiança na nossa actuação estampada no rosto, tudo isto restituirá o moral a essas fôrças e porá ordem na sua desmoralização.

É nessas ocasiões críticas que o *mordente do cavaleiro* se tem de manifestar ao máximo.

Êsse mordente reanimará o moral da tropa que retroceda, fá-la há mesmo recuperar a confiança perdida. Electrizada com a presença da cavalaria, ela começará por se deter. Sugestionada pela bravura serena com que o cavaleiro marcha para o inimigo a-fim-de se opôr, pelo menos, à sua progressão vitoriosa, essa tropa se retemperará depressa e obrará prodígios.

O nosso falecido camarada, que foi ilustre oficial da nossa cavalaria, Coronel Maia Magalhães, numa conferência publicada no boletim da E. C. O narra um episódio da última guerra, que nós não resistimos ao prazer de transcrever aqui, tal a emoção que a sua leitura nos proporcionou:

«Um exemplo interessante do combate a cavalo da última guerra é a acção do 4.º Esquadrão do 10.º de caçadores francês, em 30 de Maio de 1918, que mostra bem qual o partido que se pode tirar, nos momentos críticos, de uma cavalaria dotada de grande valor moral e cujos chefes tenham confiança em si mesmos e na sua tropa.

Com as ofensivas de 1918, os alemães rompendo a frente entre Anizy-le-Château e Berry-au-Bac, conseguem tomar o

Chemin des Dames, Fismes, Crouy-Fére-en-Tardenois, Soissons, chegando quási ao Marne.

O 299.º de infantaria, da 74.ª Divisão, desde 27 que se bate sem descanço, na proporção de 1 contra 10, tendo perdido dois terços do seu efectivo.

Em 30, às 4 horas da manhã, sofre um violento ataque na crista sul de Berry-le-Sec, que o fez recuar com graves perdas. Os alemães preparam um novo ataque. É forçoso não ceder mais, porque, senão, perde-se Chaudun e fica aberta a estrada da floresta de Villers-Cotterêts.

Os seus homens estão completamente esgotados; é preciso a todo o custo, desembaraçar a frente do 299.º.

É esta a missão dada ao 4.º Esquadrão do 10.º de caçadores, na manhã de 30. Um oficial do Estado Maior expõe a situação ao capitão d'Avout, comandante do Esquadrão e transmite a ordem do comandante da 74.ª Divisão:

«É preciso aliviar o 299 o mais depressa possível. O General determina que vá com o seu esquadrão atacar, a cavalo, o flanco direito do inimigo para o repelir para a ravina. É preciso permitir ao 299 reagrupar-se, e agarrar-se, ao terreno. E, termina: Execução imediata».

Onde está o 299? não se sabe ao certo. O Esquadrão marcha em sua procura. A todos a quem se dirige, ninguém sabe informar. Quanto tempo já se passou desde a recepção da ordem de carregar! Sim, mas carregar onde? o quê?

Por fim encontra-o. O coronel admirado de vêr por ali o capitão do esquadrão divisionário, diz-lhe, em tom de cordealidade:

«Que diabo vem você fazer aqui, meu caro? Aqui não é lugar de cavaleiros».

O comandante do esquadrão comunica-lhe a ordem que recebera do General, e expõe-lhe o seu projecto.

O coronel, mais disposto a deixar-se esmagar pelo inimigo, que a ceder terreno, cria novo alento com o apoio do esquadrão divisionário que o General lhe envia.

Não se pode porém carregar de flanco a linha alemã; seria cair no campo de tiro da Artilharia vizinha, que pode, de um momento para o outro, prestar um magnífico socorro.

«Sôbre o seu flanco direito nada tem a temer; as metralhadoras do 299 batem as encostas da ravina de Chazelle... Dou-lhe a minha palavra de coronel que, logo que a minha linha seja ultrapassada pelos seus cavaleiros, eu arranco o meu regimento à baioneta e sigo-os».

«A-pesar-da fadiga dos meus Savoyards, respondo por êles como por mim mesmo. Êles não deixarão os seus camaradas sós no perigo».

Apertam-se as mãos do infante e do cavaleiro.

D'Avout volta ao esquadrão, que o aguarda a distância. Manda sair da fileira os cavalos de baste e os homens que não são armados de sabre.

O enfermeiro, que não tem arma, pede e acompanha os seus camaradas.

«Desembainhar espadas».

O esquadrão está reduzido a 80 cavaleiros. O capitão comanda:

«Richert, em batalha numa fileira, a 2 metros de intervalo. Sôbre a infantaria alemã. Ao galope! — Direcção: à direita da arvore isolada na sua frente!»

O tenente Richert faz a continência ao coronel e ao Estado Maior do 299 e parte. Os infantes, pálidos de emoção correspondem.

As metralhadoras alemãs, crepitam. Tiros baixos. Só 2 cavalos caiem.

«Carregar... Carregar...»

A artilharia alemã ribomba.

O 2.º pelotão avança e a seguir o 3.º

O capitão d'Avout, coloca-se à frente do último pelotão e manda:

«Direcção sôbre mim»!

Ao passar, abate o sabre ao coronel, que lhe grita em voz vibrante:

«Em nome do 299, obrigado!... Cavaleiros, vamos seguir-vos!»

A carga varre o planalto. As metralhadoras atiram de tôda a parte, as alemãs em 1.ª linha, as do 299 apoiando o movimento à direita. Caiem alguns homens e cavalos.

Atrás dos cavaleiros seguem os infantes do 299, à baioneta, gritando:

«Em frente, em frente!»

Os alemães, surpreendidos pelo imprevisto ataque, imaginando, talvez, uma massa muito maior de cavalaria, não dão uma ordem, não oferecem resistência. O esquadrão passa como um vendaval, por sôbre a 1.ª linha inimiga. Na 2.ª linha, uma secção de infantaria alemã faz fogo.

A carga continua.

Então, facto estranho, de todos os ladôs da ravina aparecem soldados alemães, atónitos; não atiram, mas fogem pela ravina abaixo, deitando fora capacetes e espingardas; outros levantam as mãos.

Em alguns minutos, a carga percorreu 2 quilómetros, varrendo o planalto de Oeste a Leste, de Norte a Sul.

O 299, que seguiu de perto a cavalaria, corôa as encostas da ravina, retomando a posição que perdera de manhã.

O inimigo não reagiu durante todo o dia.

O esquadrão do capitão d'Avout recolheu, a passo, ao pequeno bosque donde partira. Faz-se a chamada. Faltam 14 cavalos e alguns homens. Uma dezena de cavalos feridos.

Mas, pouco a pouco, um a um, recolhem ao esquadrão os homens que faltavam, trazendo, alguns, às costas, o arreio do seu cavalo morto!

Um só ferido. Nenhum morto.

Em alguns minutos os bravos cavaleiros do 4.º esquadrão de caçadores 10, não sòmente puseram fora de acção

uma infantaria que há 3 dias marchava de sucesso em sucesso, mas ainda preparam a derrota, pela sua atitude, às companhias que vinham em reforço.

Neste episódio, que acabo de vos expôr, é realçada a figura do comandante do esquadrão que, serenamente, aceita a missão que o Comando lhe atribue, e que, quási certo da imensidade do sacrifício, que lhe é pedido, não hesita no cumprimento do dever.

A sua figura é brilhantemente enquadrada pelo 299 e em especial, pela do comandante do Regimento, que, a-pesar-de a sua tropa exausta e duramente experimentada, não hesita, também, em dizer ao capitão d'Avout: «Abra-me o caminho, que a minha infantaria o seguirá!» Tal a confiança, dêsse coronel, no poder sugestivo da acção da cavalaria.

É assim que a cavalaria, que se preze, tem de proceder.

O nosso R. C. lá diz: «a cavalaria não actua nunca em proveito próprio, mas sim no das outras armas, especialmente da infantaria». E, mais adiante, «a audácia e o valor, o espírito de decisão e de sacrifício, continuam a ser requisitos essenciais à tropa de cavalaria».

Ora, para que assim possa suceder, é necessário que o mordente do cavaleiro nunca falhe. Mas também porque, como diz Culmann:

«A cavalaria é lenta em organizar, difícil de renovar, e frágil; um excesso de trabalho durante algumas semanas a pode inutilizar durante meses».

«É preciso também, (di-lo ainda Culmann, economizá-la, e não a empregar à tôa. Ela não deve ser sacrificada à impaciência de lhe encontrarem emprêgo quando as condições não sejam tais que as suas qualidades especiais possam ser utilizadas.

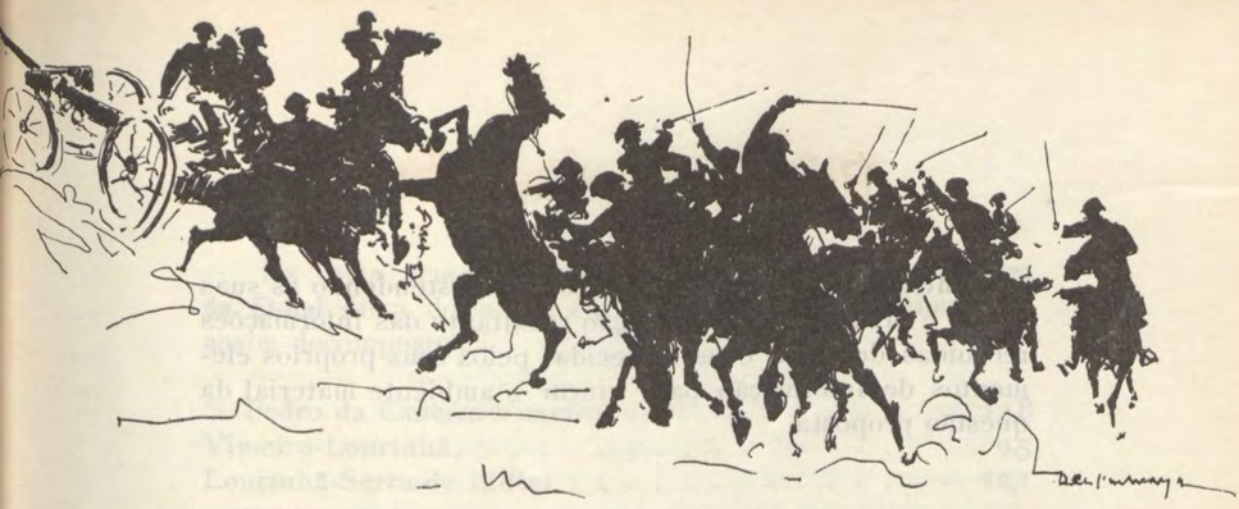
«Assim, ela ficará muito tempo inactiva, mas, em determinadas circunstâncias, pagará numa hora tudo quanto custou».

Meditemos um pouco estas palavras do mestre.

Concentremos o nosso espírito, e visionemos, por um instante, o que poderá ser essa hora de vitoriosa glória, ou de glorioso sacrifício!

Tenhamos orgulho em ser oficiais de cavalaria, mas não esqueçamos, nunca, que, para dignamente o podermos ser, precisamos de trabalhar e muito, quer instruindo-nos, quer educando e preparando os nossos soldados para a guerra.

Orientemos, pois, nêsse sentido o nosso esfôrço, e para isso, façâmos por possuir a par do nosso desembaraço, do nosso espírito de iniciativa e da nossa valentia, da nossa audácia no perigo, o golpe de vista, a serena coragem do bravo, a cultura, a tenacidade no querer e a cega dedicação dos nossos soldados, qualidades que bem traduzem a frase com que intitulamos êste nosso modesto trabalho *O Mordente do Cavaleiro.*



Temas táticos

pelo Capitão AGUIAR FERREIRA

A resolução do tema n.º 1

Com. do G. C. D. 6 recebeu às 18 h. 00 de 1 a Ordem particular do II C. E. que regula o movimento a realizar na manhã de 2. Podemos supôr que tratou imediatamente (se o não tinha já feito) de lançar reconhecimentos sôbre a rib. de **Alcabrichel** e que às 19 h. 00 é informado de que as regiões de **A dos Cunhados** e **Vimeiro** estavam limpas de fôrças inimigas, e de que corria entre a população civil que a povoação de **Serra de El-Rei** estava ocupada por um forte destacamento inimigo, tendo patrulhas a cavalo atingido **Peniche, Moledos, Reguengo Grande** e **Zambujeira. Lourinhã** parece não ter sido ainda atingida, nem há indícios de elementos blindados.

Entretanto o Com. do G. Cav. foi estendendo as suas cartas e nelas marcou a situação resultante das informações recebidas do C. E. e as fornecidas pelos seus próprios elementos de informação para vincar o ambiente material da questão proposta.

I — A colocação no ambiente material:

O nosso G. C. D. 6, reforçado com 2 comp. de inf. e 2 pel. de M. P. a. t., encontra-se na região **Ponte do Rol — S. Pedro da Cadeira** numa missão de cobertura do II C. E. que acaba de terminar a sua concentração. Para cumprir esta missão, o G. C. D. 6 instalou-se defensivamente à retaguarda do rio **Sisandro**, num dispositivo que o Tema não indica e que poderemos supôr seja nas suas linhas gerais o seguinte:

1.º E. C. — E. M. E. — 1.ª e 2.ª C. At. — 1.º e 2.º pel. M. P. na região a S. e SW. de **Ponte do Rol**;

2.º E. C. — E. Moto na região de **S. Pedro da Cadeira**;

coberto na linha **Fonte Grada — Casalinho de Alfaiates — Silveira** e esclarecido até à linha **Bombarda Pequena** ( ) — **Cabeça Ruiva** ( ) — **Marco Grande** ( ) — **Póvoa** ( ). P. C. em **Bonaval.**

A sua zona de acção é limitada a E. par **Charnais** ( ) — **Bombarda** ( ) — **Outeiro da Pena** ( ) e a W. pelo Oceano, tendo à sua direita o Dest. Av. n.º 2 que ocupa **Tôrres Vedras** e o macisso de **Varatojo**.

Podemos ainda supôr que todo o G. Cav. e elementos de reforço se encontram em bom estado físico e moral e com tôdas as suas dotações completas, visto estar-se no início de operações depois de um tempo prolongado de descanso.

O inimigo está efectuando desembarques na região de **Caldas da Rainha**, coberto por destacamentos avançados em **Serra de El-Rei, Roliça** e **A dos Francos**, mas ignoramos os meios de que dispõe e em especial se de elementos blindados. É de supôr que o seu estado físico e moral seja igualmente bom.

Na carta vemos pois que o Dest. Av. inimigo de **Serra de El-Rei** dista do nosso G. Cav. cêrca de 36 quilómetros assim decompostos:

S. Pedro da Cadeira-Vimeiro.	13,8
Vimeiro-Lourinhã.	9,5
Lourinhã-Serra de El-Rei	12,1

Em princípios de Maio é dia claro às 05 h. 00 e noite fechada às 20 h. 40. Há bom tempo. As ribeiras da região levam pouca água e os caminhos estão em bom estado, permitindo a circulação de viaturas-auto até 1.500 quilogramas.

II — **Colocação no ambiente intelectual:**

De que se trata?

Trata-se de um G. Av. reforçado que recebeu a missão de atingir uma linha determinada para nela se instalar defensivamente e cobrir a marcha de uma G. U.

A) **A missão:**

O nosso G. C. D. 6 recebeu a missão de explorar a zona de marcha da 6.ª Div., progredindo segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Vimeiro — Lourinhã**, devendo instalar-se defensivamente na região de **Lourinhã** ou pelo menos garantir a posse da rib. do **Alcabrichel** na região de **Vimeiro**, para cobrir na esquerda a marcha do II C. E. que vai deslocar-se para o N. afim de tomar o contacto com as fôrças inimigas desembarcadas na região de **Caldas da Raínha.**

O G. Cav. está coberto na esquerda pelo Oceano e na direita pelo Dest. n.º 2 que recebeu uma missão análoga segundo o eixo **Tôrres Vedras — Bombarral** e com o qual deve ser estabelecida a ligação.

As fôrças inimigas assinaladas em **Serra de El-Rei** estão a um 36 quilómetros de **S. Pedro da Cadeira** e portanto o espaço disponível não permite que a progressão se realize

sem possibilidade de encontro com o adversário, pelo que devem ser tomadas tôdas as precauções contra um possível avanço inimigo na manhã de 2.

O Com. do II C. E. pretende assegurar-se da posse de **Lourinhã** para cobrir na esquerda a marcha das suas Divisões a realizar na noite de 2/3, mas na previsão de que G. C. D. 6 não possa eventualmente cumprir integralmente esta missão por se defrontar com um inimigo superior, dá-lhe a missão mínima de se apoderar da rib. de **Alcabrichel** para garantir pelo menos o desembocar das suas Divisões nas passagens do rio **Sisandro**; esta missão tem pois de ser cumprida a todo o custo e com o mínimo de riscos. Ora **Vimeiro**, sôbre o **Alcabrichel**, dista de nós cêrca de 13 quilómetros e 22 quilómetros do inimigo assinalado em **Serra de El-Rei**; se empregarmos meios idênticos e dispondo da mesma velocidade, temos a certeza (quanta se pode ter na guerra) de que atingiremos esta cortadura antes do adversário e por conseqüência de que cumpriremos a nossa missão na sua parte mínima. O mesmo se não dá quanto à região de **Lourinhã** que pode ser atingida primeiro pelo adversário, pelo que, a partir do **Alcabrichel**, há possibilidade de encontro com o inimigo que deverá ser repelido para se tentar cumprir a missão total.

Trata-se pois de deslocar o G. Cav. segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira—Vimeiro—Lourinhã** em condições de explorar a zona de marcha que lhe foi atribuída e de se opôr a um possível avanço do inimigo no decorrer da progressão para garantir a ocupação da região de **Lourinhã** ou pelo menos da região de **Vimeiro**. Portanto, e em primeiro lugar, uma marcha a executar com a máxima velocidade compatível com a exploração, e eventualmente um combate contra um adversário em movimento, cujos meios se desconhecem e que deverá ser prèviamente reconhecido.

B) **O inimigo:**

Se, no caso presente, o C. E. situa o inimigo no espaço e estabelece o grau de avanço da sua concentração, não fornece nenhuma precisão quanto à sua fôrça e natureza dos seus meios, prevendo-se porém que esteja em condições de

iniciar a sua marcha para S. a partir da manhã de 2. Considerando, pois, que esta hipótese se realiza e que as fôrças inimigas instaladas em **Serra de El-Rei** se deslocam na direcção **Lourinhã — Vimeiro** (hipótese mais desfavorável para o cumprimento da missão atribuída ao G. C. D. 6), duas questões se levantam:

— a partir de que linha pode o inimigo ser encontrado?

— até que ponto se pode êle opôr a desempenho da missão?

De duas, uma:

— ou os elementos avançados inimigos são a cavalo e neste caso não poderão atingir em fôrça a região de **Vimeiro** antes do grosso do nosso G. Cav., visto ter êle de percorrer cêrca de 22 quilómetros e nós sòmente 14 quilómetros;

— ou são motorizados e neste caso é de admitir que êle atinja a rib. de **Alcabrichel** ao mesmo tempo ou mesmo antes de nós, se empregarmos uma velocidade de progressão inferior a 10 km./h. Em definitivo, possibilidades do inimigo essencialmente variáveis e situação vaga a esclarecer sôbre a frente de marcha e em especial em **Lourinhã** a partir das primeiras horas do dia 2.

C) **O terreno:**

Frente da zona de acção de cêrca de 8 quilómetros que está dentro das possibilidades de investigação do G. Cav.

Terreno medianamente acidentado com três cortaduras importantes constituídas pelo **Alcabrichel**, rib. da **Lourinhã** e rib. de **Seixal**, separando linhas de crista bem definidas mas de fraco comandamento: **Bombarda** ( ) — **Cabeça Ruiva** ( ) — **Póvoa** ( ); **Cabeça Gorda** ( ) — **Mariano** ( ) — **Marquiteira** ( ); **Miragaia** ( ) — **Portela** ( ) — **Seixal** ( ).

Vias de comunicação penetrantes numerosas e em especial a estrada **Vimeiro — Lourinhã — S. Bartolomeu** ou **Peniche**; além desta, os caminhos **Ponte do Rol — A dos Cunhados** e **S. Pedro da Cadeira — Vimeiro**, até ao **Alcabrichel**; **A dos Cunhados — Cabeça — Gorda** e

Vimeiro — Lourinhã, até à rib. de **Lourinhã**; **Miragaia — Sobral**, até à rib. de **Seixal**.

Vias de comunicação transversais numerosas: **Ouriço — Frade — Brejoeira, Ouriço — Marco Grande ( ) — Póvoa de Além** e **Sobreiro Curvo — Boa Vista**, até ao **Alcabrichel**; estrada **Pai Correia — A dos Cunhados — Vimeiro — Maceira**, caminho **Carrasqueira — Toledo — Ventosa — Marquiteira, Marteleira — Pragança — Marquiteira**, estrada **Marteleira — Lourinhã — Montoito**, até à rib. de **Lourinhã**; estrada **Papaguas — Lourinhã — Seixal**.

Localidades mais importantes: **A dos Cunhados** e **Vimeiro** na margem N. da rib. do **Alcabrichel**; **Marteleira** e **Lourinhã** na margem S. da rib. de **Lourinhã**; **Sobral, Turcifal de Baixo** e **Seixal** na margem S. da rib. de **Seixal**.

O terreno é geralmente descoberto e permite uma boa observação na parte esquerda e central da zona de acção. Ao longo da estrada **Tôrres Vedras — Marteleira** o terreno é coberto de pinhal.

Em conclusão: o terreno é fácil de explorar, não obstante a existência de povoações importantes. Seria favorável à acção de engenhos blindados se a existência de cortaduras sérias e fáceis de defender em pontos obrigatórios de passagem (**A dos Cunhados e Vimeiro**, sôbre o **Alcabrichel**; **Miragaia, Lourinhã** e **Areia Branca** sôbre a rib. de **Lourinhã**; **Sobral, Turcifal** e **Seixal** sôbre a rib. de **Seixal**) não tornasse aleatório o seu emprêgo. Rêde de comunicações fácil e em bom estado, densa e bem orientada, facilitando a progressão e os deslocamentos laterais, mas oferecendo igualmente ao inimigo numerosas vias de acesso.

D) **Os meios:**

O G. C. D. 6 dispondo, além dos seus meios orgânicos, de 2 comp. de inf. e 1 pel. de M. P. a. t., constitue um órgão sério de investigação, apto a fornecer ao comando, na ausência de cavalaria de Exército na frente do II C. E., as informações comprovadas e a cobertura que lhe são necessárias para conduzir a manobra. A sua capacidade de combate, aumentada pelos reforços recebidos, permite-lhe ocupar e conservar durante um tempo limitado as cortaduras que o terreno lhe oferece, e obter assim a segurança pelo espaço.

Os seus dois E. C. dispõem de uma grande mobilidade tática e de apreciável velocidade em todos os terrenos; tendo a maior aptidão para explorar e uma preciável capacidade de conservação do terreno conquistado, são excelentes elementos de descoberta, de exploração, de manobra tática e de ocupação do terreno.

O E. Moto tem uma grande velocidade (30 a 35 quilómetros); uma mobilidade tática inferior à das unidades a cavalo ou mecânicas; capacidade de exploração reduzida devida à dificuldade de proverem à sua própria segurança; necessidade de apearem para combater, mas grande aptidão para estender ràpidamente cortinas de fogos em frentes extensas; por isso são bons elementos de reconhecimento, combinados ou não com unidades mecânicas.

O E. M. E. auto, dispondo de 1 pel. M., 1 pel. Mt. e 1 pel. C., permite a deslocação muito rápida de fogos potentes, mas o perigo de deslocar as viaturas não couraçadas na zona de combate faz com que, muitas vezes, só possam actuar como unidades apeadas; durante a marcha, o seu pel. C. é um precioso elemento anti-carro.

O pel. D. C. A. é um elemento de valor para a defesa anti-aérea, quer em marcha, quer em estação.

As C. At. e M. P. a. t., com que está reforçado, dispõem de uma velocidade apreciável (12 a 15 km.) mas de mobilidade tática muito reduzida, em virtude da impossibilidade quási absoluta de se moverem fóra das boas vias de comunicação e de não poderem prover à sua própria segurança tática e material, quando sôbre viaturas; por isso devem considerar-se como reservas de potência a empregar numa acção de fôrça, depois de esclarecida a situação e criado o necessário ambiente de segurança pelas unidades a cavalo, moto ou mecânicas, quando estas existirem.

III — **A decisão:**

Ao trabalho de análise feito sôbre os factores da decisão segue-se o trabalho de síntese do estudo feito, tirando dêste as conclusões de natureza tática que levarão ao cumprimento da missão recebida com o mínimo de esfôrço e com o máximo de resultados úteis.

Do estudo feito sôbre a missão, inimigo, terreno e meios, que poderemos concluir?

a) Que o Com. do II C. E. pretende que o G. C. D. 6 se desloque para a região de **Lourinhã** para se assegurar da posse desta região e assim cobrir a esquerda do C. E. na sua progressão para o N.

b) Que, no caso de o G. C. D. 6 não poder cumprir integralmente esta missão, o Com. do C. E. se contenta com que seja ocupada a região de **Vimeiro**, para cobrir na esquerda o desembocar das suas G. U. nas passagens do rio **Sisandro.**

c) Que o inimigo, pode contrariar ou impedir o cumprimento da missão recebida, iniciando em 2 a sua progressão para S. segundo o eixo **Serra de El-Rei — Lourinhã — Vimeiro**, em condições de atingir **Lourinhã** antes de nós, mas que o **Alcabrichel** só será atingido em procedência por êle, se nós progredirmos com uma velocidade inferior à sua.

d) Que o G. C. D. D. 6 tem pois possibilidade de atingir o **Alcabrichel** antes do inimigo e assim cumprir a missão mínima de alternativa que lhe foi imposta, mas para isso precisa de se assegurar o mais cêdo possível das passagens em **A dos Cunhados** e **Vimeiro** empregando para tal os seus elementos rápidos (E. Moto), para evitar ter de se empenhar em combate para expulsar o adversário. Disto resulta conseqùentemente que o 1.º objectivo da progressão do nosso G. Cav. será atingir a rib. de **Alcabrichel.**

e) Que, atingido êste objectivo, o G. C. D. 6 deve esforçar-se por alcançar a região de **Lourinhã**, mas que para isso deve prèviamente informar-se da situação nesta região para saber com antecedência as condições em que se fará a nova progressão.

f) Que, para atingir o 1.º objectivo, bastará executar um único lanço, visto **Vimeiro** distar cêrca de 8 km. da linha onde estão instalados os P. Av., e nesta zona serem mínimas as probabilidades de encontro com o inimigo.

g) Que, estando o nosso G. Cav. esclarecido até à linha **Bombarda Pequena — Cabeça Ruiva** ( ) — **Marco Grande** ( ) — **Povoa** ( ) e dada a distância a que está o inimigo, não há necessidade de uma exploração minuciosa do terreno até ao **Alcabrichel**, bastando que sejam exploradas as principais vias de

comunicação penetrantes, especialmente sob o ponto de vista de engenhos blindados.

h) Que o grosso, a accionar segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Secarias — Vimeiro**, deverá ser articulado em dois escalões, dada a diferença de velocidade das suas unidades a cavalo e auto.

i) Que o 1.º escalão do grosso pode e deve ser constituído pelas unidades a cavalo como mais manobradoras e porque, embora dispondo de menor velocidade que os elementos auto, estão em melhores condições para apoiar a defesa das passagens do **Alcabrichel** dentro de um curto praso de tempo e de estenderem ràpidamente a sua acção em largura para ligar os dois núcleos de **A dos Cunhados** e **Vimeiro.**

j) Que a linha final que convém atingir é constituída pela rib. de **Seixal**, onde o G. C. D. 6 mais fàcilmente se poderá ligar com o Dest. n.º 2 que recebeu a missão de ocupar a região de **Bombarral**, tendo ainda a possibilidade de retirar desta linha para a retaguarda de rib. de **Lourinhã**, ganhando tempo e continuando a cumprir a missão total recebida; conseqüentemente a linha **Sobral — Turcifal de Baixo — Seixal** constituirá o 2.º objectivo de marcha do nosso G. Cav.

l) Que êste 2.º objectivo dista do 1.º cêrca de 12 km. através duma zona de terreno que pode estar já infectada de elementos inimigos; a progressão prevista terá portanto de fazer-se por lanços curtos, primeiro sôbre a linha **Cabeça Gorda** ( ) — **Mariano** ( ) — **Marquiteira** ( ) que representará essencialmente uma linha de coordenação, e depois sucessivamente sôbre a rib. de **Lourinhã** e rib. de **Seixal.**

A) **Ideia da manobra:**

Em conseqüência, o Com. do G. C. D. 6 poderá exprimir a ideia da manobra que vai realizar, para cumprir a missão recebida, da forma seguinte:

É minha intenção:

— esclarecer-me na madrugada de 2 sôbre a situação em **Lourinhã**;

— marchar amanhã, 2, com o grosso (escalão hipo na testa) segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Secarias — Vimeiro — Ventosa — Lourinhã** para me apoderar da linha **Sobral — Turcifal de Baixo — Seixal**, na margem esquerda da rib. de **Seixal**;

— ter como 1.º objectivo alcançar a rib. de **Alcabrichel** que farei prèviamente ocupar pelo E. Moto, e para isso executar um único lanço;

— prever a execução de três novos lanços para atingir a rib. de **Seixal**:

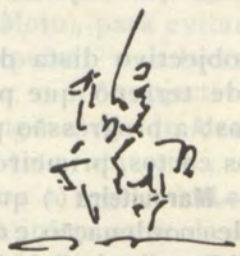
2.º lanço sôbre a linha **Cabeça Gorda** ( ) — **Mariano** ( ) — **Marquiteira** ( );

3.º lanço sôbre a rib. de **Lourinhã**;

4.º lanço sôbre a rib. de **Seixal**.

— fazer executar os lanços à minha ordem.

(Continua)



No próximo número trataremos da *Organização do movimento* e da *Ordem de operações* que regula o movimento a realizar em 2 até ao 1.º lanço.

Há evidente vantagem em que os nossos amáveis leitores que pretendam treinar-se redijam a sua própria Ordem de operações, para depois, cotejando-a com a solução dada na Revista, verificarem quais os pontos em que a sua própria solução precisaria de correcção.

Recordamos uma vez mais que a solução aqui dada não pode de forma alguma ser considerada como a única possível, e que nos encontramos sempre à disposição de quem queira quaisquer esclarecimentos para o que bastará escrever para a redacção da Revista.

CAVALOS ARGENTINOS

BREVES IDEIAS PARA O SEU TRABALHO

pelo Capitão CORREIA BARRENTO

ESTAMOS certos que nesta altura, já alguns dos nossos camaradas, que receberam cavalos argentinos, terão dito que o seu, não correspondeu às esperanças que nêle tinham, o que, aliás, não nos surpreende muito.

Durante bastante tempo, os oficiais de Cavalaria estiveram muito mal montados e, portanto, o seu gôsto hípico não era compensado.

Daí resultou: uns continuarem a trabalhar, com o fim de aumentar os seus conhecimentos, para bem os poderem aplicar, quando a sorte os favorecesse e lhes desse um animal capaz, que compensasse o seu trabalho; outros, e infelizmente grande parte, sentados na cadeira diziam, que não montavam a cavalo, por não terem um animal em que merecessse a pena fazê-lo...

Êstes últimos, foi também absolutamente afastados dos cavalos, que estabeleceram o ideal do animal que ambicionavam, pensando cada um certamente o seguinte: só me serve um animal que galope equilibrado, salte bem e no qual eu possa ir aos concursos, sem sacrifício, e ganhe alguns prémios...

Isolados dos cavalos, do trabalho que êles dão, dos cuidados que exigem, não pensaram, então, na responsabilidade que lhes cabia, a partir do momento em que tivessem um cavalo argentino, que, além de tudo mais, lhes vinha deitar por terra todos os argumentos empregues até aí, para não montarem a cavalo...

Mas, não é nosso intuito provocar qualquer melindre, que vantagem alguma traria ao hipismo, cuja causa nos propomos defender.

Não serão pois de acusação, mas sim de incitamento, as despretenciosas palavras que aos novos vamos dirigir, no intuito de os auxiliar e orientar, a-fim-de encontrarem, no «montar a cavalo» aquele verdadeiro prazer, necessário ao desenvolvimento do espírito cavaleiro.

Estamos certos de que todos os nossos camaradas, terão encontrado muitas dificuldades nos seus cavalos argentinos, já por serem bastante diferentes dos nacionais, já por se afastarem muito do que idealizavam.

As qualidades de um animal, só podem ser exploradas, a partir do momento em que êle se entregue absolutamente, ao seu cavaleiro, submissão esta que, é mais difícil nos cavalos argentinos do que nos nacionais.

É por má indole que não se entregam às exigências do cavaleiro?

Umas vezes será, mas isto só se pode reconhecer, depois do animal estar completamente aclimatado, em trabalho e saúde, em condição portanto.

Certamente tereis notado que todos êsses animais, têm de princípio uma grande tendência para o trote e que não há nada que os faça galopar; se se empregarem os meios violentos nada se consegue pois tornam-se insensíveis a êles.

Mas... não desanimeis e continuai a trabalhar com prudência, a cuidar da sua saúde e vigiar o seu tratamento e, brevemente o vosso cavalo galopará francamente e com alegria, estamos convencidos.

Muito trabalho exterior, aumentando a sua duração a pouco e pouco e não esquecer que, com o acréscimo de trabalho (maior dispêndio de energia) o animal necessita ter no organismo reservas para queimar.

O cavalo argentino, ao contrário da maior parte dos cavalos nacionais, é incapaz de beber muita água duma só vez, necessitando portanto, ser abeberado freqüentes vezes, especialmente no tempo quente.

A maior parte dêles não se deita, constituindo por isso preocupação constante do cavaleiro, a cama do seu cavalo, tornando-se necessário empregar tudo ao seu alcance, para que o animal descance e seja compensado da fadiga que o trabalho lhe provocou.

A grande maioria dêsses cavalos são muito novos e ainda não estão completamente aclimatados; aparecem com os membros inflamados, a respiração por vezes anormal, o pêlo pouco assente e os seus ferimentos são de difícil cura.

É também indispensável vigiar, com muito cuidado, a ferragem e estado dos membros.

Com critério, bastante trabalho, água e comida suficientes e muitos cuidados higiénicos, o vosso animal vos compensará do trabalho que tendes com êle.

É preciso, porém, aproveitá-lo conforme as suas aptidões: uns são animais de concurso, outros de campeonato, alguns de corrida, etc.

E, não esqueçamos que o trabalho pode aperfeiçoar as aptidões dum animal, mas não lhe pode dar aquelas que a natureza lhe tenha negado.

O Trabalho

Em liberdade ou montado? Os dois conjuntamente.

O trabalho em liberdade é muito bom para a ginástica do salto; o trabalho à guia, para o emprêgo da ginástica em círculo.

Falaremos, porém, sòmente, do trabalho montado porque se nos afigura ser o que maiores dificudades apresenta e aquêle que deve constituir o ideal dos cavaleiros.

Qual a principal preocupação do trabalho montado?

Quanto a nós, o «encôsto».

Se demorarmos muito para o conseguir, não é tempo perdido, pois trará compensação para o trabalho futuro.

O que se entende por um animal encostado?

Aquêle que mantém com a mão do cavaleiro, um contacto suave e constante, tanto em curva como a direito, conservando sempre a impulsão.

Qual o melhor meio de o conseguir?

Incontestàvelmente, o emprêgo do trabalho em círculo sôbre rédeas directas, para ambos os lados.

Observemos as primeiras dificuldades...

As rédeas só têm acção com o animal em movimento e quando actuam sôbre a garupa (motor).

O animal necessita fazer voltas sôbre rédeas directas de oposição, para que o seu pêso seja transportado para a frente, para se conseguir o encôsto.

Quere dizer: o cavalo não se encosta e portanto tem dificuldade em fazer voltas, mas, é necessário fazê-las, para se conseguir o encôsto.

Certamente, porém, o animal volta demasiado para um lado (descai) enquanto para o outro tem dificuldade em voltar.

Vamos insistir sôbre a dificuldade, quanto não temos o recurso da impulsão? Sem dúvida que não! Que fazer então?

Trabalhar para o lado para onde êle descai, empurrando sempre para deante — aumentando a impulsão a cada passada e mantendo o andamento — até que por fim a volta seja feita com encôsto sôbre a rêdea determinante e num círculo regular.

Conseguido isto, podêmos começar o trabalho em voltas para o outro lado, pois já dispomos da impulsão, para opôr o movimento, à resistência manifestada no emprêgo da rédea directa dêsse lado.

Procuremos igualar as voltas para um e outro lado, saindo dos círculos, aumentando o andamento até ao máximo de extensão, o que, o animal deve fazer, com alongamento máximo do pescoço e, encôsto o mais longe possível.

A mão do cavaleiro deve permitir a extensão do pescoço com encôsto suave, mas nunca a tracção, que deve ser reprimida imediatamente, pelo trabalho em círculo, sôbre rédeas directas.

Quando sentirmos o nosso cavalo encostado, a saír bem às pernas, podêmos começar a procurar a ligeirêza.

Ainda não falámos no cavalo tôrto, assunto hoje muito debatido, depois da exposição feita pelo Commandant de Salins nos seus livros: «Methode de dressage rapide du cheval de selle et d'obstacles» e «Épaule en dedans, secret de l'art équestre».

Êste assunto, embora já tenha sido tratado por outros autores, foi por êste expôsto com muita competência e clareza, compilado e aplicado a um caso concreto, mas, como tôda a obra de equitação, tem que ser interpretada, de acôrdo com a idéa com que foi escrita.

Transcrevemos a doutrina do primeiro dos livros citados: «L'impulsion est tout. La main, en lui faisant opposition, l'exploite pour bander les ressorts. Et c'est en utilisant judicieusement, au moyen des rênes, leur force de détente que la main produit, sur la masse, des effets précis et presque illimités comme puissance, dans toutes les directions».

Como se vê a impulsão é a principal base do seu método.

Pelo desenrolar do nosso trabalho, chegaremos à altura de poder apreciar o grau de torsão do nosso animal e, dar-lhe a ginástica adequada, para remediar o mal, conforme se descreve nos livros citados.

Não se pode apreciar, para que lado um cavalo está tôrto, enquanto êste anda de cabeça no ar, pois só as rédeas, pelo contacto com a bôca, nos podem esclarecer com precisão.

Os andamentos que deveis empregar no trabalho atrás descrito são: o passo e o trote; o galope só deve ser utilizado como ginástica e especialmente no trabalho exterior.

Os andamentos largos só devem ser empregados nas extensões e, nessa altura, com a máxima amplitude.

O contacto com a mão do cavaleiro, pode de princípio ser forte, especialmente nos animais retivos, mas, mais tarde, devemos torná-lo suave, pela ligeirêza, cujo trabalho vamos em seguida indicar.

Todos os exercícios em que haja cruzamento de posteriores, com a entrada dêstes para debaixo da massa, contribuem fortemente para a ligeirêza.

Aparecem-nos duas maneiras de o conseguir: por ajudas laterais e diagonais.

As primeiras são de efeitos coercitivos e as duas pernas do cavaleiro, têm como único papel empurrar igualmente para deante; as segundas provêm dum entendimento convencional.

Haverá algum exercício que consiga fazer a ligação entre o efeito obrigatório e o entendimento convencional?

Sim, quanto a nós, há a rotação inversa, feita pela rédea contrária de oposição à frente do garrote — classificação de Benoit —, ou sòmente rédea contrária de oposição — classificação do Commandant Salins.

E se juntarmos depois a acção da perna contrária obteremos, então, a rotação com ajuda diagonal.

Esta rotação inversa sempre feita, ganhando terreno para deante, contribue: para o encôsto — garupa andando mais do que as espáduas —, para a ligeirêza — cruzamento dos porteriores e deslocamento de pêso para o centro da figura — e para todo o trabalho em duas pistas e galope, pelo emprêgo da ajuda diagonal.

Se não tendes confiança nas vossas pernas, dai de vez em quando uma lição sôbre rédeas directas, ou, terminai sempre as lições sôbre as mesmas rédeas.

Logo que o animal executa com facilidade e correcção, as rotações inversas conforme acabamos de descrever, podêmos iniciar o trabalho a galope e o recuar; obteremos, então, com relativa facilidade, o galope invertido, as rotações directas, os aumentos e diminuïções.

Supomos que seja êste o ensino necessário ao vosso cavalo para depois iniciardes qualquer especialização a que o destinais.

Não queremos com isto dizer, que não podeis, conjuntamente, fazer o trabalho citado com o de campo ou obstáculos; mas, principalmente nêste último, só deveis fazê-lo com a idéa de ginasticar, sempre em obstáculos amparados, em que a condução dentro do campo do salto, não seja necessária, para que a falta de domínio do cavaleiro, não dê ao animal o hábito da desobediência.

Àquêles que tiveram a paciência de nos lêr, os nossos agradecimentos, pedindo que não esqueçam o nosso fim em vista escrevendo estas linhas:

Auxiliar e entusiasmar os novos, a favor do espírito cavaleiro, para bem da nossa Arma.

1938
Concurso Hípico Internacional de Nice

«Taça da Cavalaria Portuguesa»

O capitão José Beltrão montando a égua «Fossete» saltando o obstáculo em que conquistou o valioso troseu

"Gabinete do Veterinário"

Higiene do Cavalo de Desporto

HIDROTERÁPIA — Banhos, duches e envolvimentos húmidos;
MAÇAGENS;
LIGADURAS HIGIÉNICAS.

pelo Tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA

QUANDO tratámos, na nossa primeira crónica, da medicação revulsiva, não demos propositadamente grande desenvolvimento a certos pontos, por os acharmos dignos de maior atenção, em crónicas futuras. Vimos hoje, prosseguindo no plano de trabalho que elaborámos para esta Secção da *Revista da Cavalaria,* continuar a desenvolver alguns dos assuntos de caracter higiénico, que mais podem interessar todo aquele, que ainda hoje se dedica ao nobre desporto hípico.

Faremos mais uma vez a diligência por sermos claros e precisos nas nossas singelas considerações, tornando-as bem práticas, para serem úteis, deixando para os nossos ilustres Colegas, de quem já temos o prometimento de valiosa colaboração, o brilho literário e o interêsse da prosa, que, infelizmente, não possuímos.

Só nos seduz a ideia de contribuirmos para o estreitamento das relações que devem existir entre o Oficial de Cavalaria e o Médico-Veterinário.

Por isso, continuamos na certeza de que todos os nossos Colegas, militares ou civis, compenetrados do alto interesse moral que esta aproximação nos pode trazer, contribuirão para a sua efectivação, colaborando no «Gabinete do Veterinário».

São duas profissões que se completam, já o dissemos; somos profissionais com um mesmo fim: o culto e o melhoramento do Cavalo de Sela.

Hoje, a nossa crónica, vai versar sôbre três capítulos de grande importância, na higiene do cavalo de desporto:

Hidroterápia; Maçagens e Ligaduras higiénicas.

Tratemos do primeiro.

A hidroterápia, ou seja, a terapêutica pelo emprêgo da água como agente exterior, tem sido até hoje justamente considerada de alto valor na prevenção e tratamento de muitas doenças. Os seus efeitos, está bem de ver, são muito variáveis, como já o destacámos no número anterior desta Revista, consoante a temperatura da água, seu tempo de acção e contacto mais ou menos íntimo que tiver, com as superfícies do corpo a tratar.

A água aplicada localmente, sabe-se possuir uma acção anti-inflamatória muito apreciável, contribuindo, além disso, pelos seus efeitos excito-motores e revulsivos, para a reabsorção dos edemas e derramamentos sinoviais.

Êste processo de tratamento comporta o emprêgo de *banhos, duches* e *envolvimentos húmidos,* além de outros meios menos usados na prática corrente.

Os primeiros — *os banhos gerais frios* — conseguem-se nos cursos de água natural, no mar ou no rio e determinam um efeito estimulante nos fatigados ou depremidos, depois dum exercício mais violento.

Provocam uma híper-actividade funcional, tonificando por esta forma os músculos, aumentando-lhes a sua energia e regularizando a acção do sistema nervoso.

No início do banho, quando o animal tem a sensação do frio, produzem-se tremores que em breve se dissipam, sobretudo se o movimentarmos. Se o banho fôr prolongado, êste fenómeno vem a repetir-se ao fim de 20 a 30 minutos.

É prudente não levar o cavalo ao banho durante a digestão das rações ou quando muito suado, para evitar reflexos internos exagerados e perigosos.

Julgamos de grande benefício para o cavalo de desporto a prática da natação, havendo mesmo animais que só desta forma conseguem o «pulmão» necessário, por estarem sendo tratados de lesões das extremidades dos membros, incompatíveis com um treino aturado em pista de obstáculos.

Recordamo-nos, ainda, dos magníficos resultados obtidos no conhecido cavalo «Papillon». Foi a prática da natação que lhe permitiu conservar o seu «fundo» de cavalo de classe, mantendo-o «em forma» para os concursos dessa época, enquanto não poude prosseguir os seus treinos de obstáculos, no decorrer do tratamento duma grave lesão traumática dos tendões, provocada por um acidente, na viagem de regresso duma prova hípica.

Demais, a natação como desporto completo que é, para o homem, torna-se um magnífico exercício para o cavalo, activando-lhe a circulação e trabalhando-lhe o músculo.

A duração do banho não deve ser prolongada: 10 minutos o máximo meia hora, é tempo suficiente para se obter uma boa reacção.

Alguns autores preconizam a associação do banho de mar ou rio ao «banho de areia», de um quarto de hora, para o primeiro e 20 minutos para o segundo, tanto como se aconselha a fazer no homem.

Devemos contudo recordar que também o cavalo está sujeito aos perigos da insolação e que, se a moda impera por tal forma na espécie humana a ponto de transformar certas gentis criaturinhas em peças de roupa a còrar ao sol, dando origem a tantas doenças de conseqüências funestas, não se justifica que se imponha ao cavalo tal regime de insensatez, que êle será certamente o primeiro a condenar, intimamente, com a sua lúcida inteligência!...

Segundo os autores que mais aconselham êste método mixto, Curot, por exemplo, as suas vantagens são as seguintes:

1.º Aumento da energia muscular e da sensibilidade cutânea;
2.º Abaixamento da temperatura do corpo e da pele;
3.º Sensação de bem estar, coincidindo com o aumento do rendimento energético.

Estes banhos devem ser seguidos dos indispensáveis cuidados de higiene: passeio, maçagem, tratamento de ferimentos, exame das extremidades, retirando qualquer corpo estranho que se tenha introduzido na palma, podendo-se antes do banho untar os cascos do animal com qualquer corpo protector, o alcatrão vegetal, por exemplo.

Passando aos *duches* a que também nos referimos superficialmente, na nossa anterior crónica, diremos, que estes têm um efeito análogo ao banho ordinário, reforçado pela acção percutante da água, sendo dum efeito tónico de primeira ordem.

Os *duches gerais em chuva,* duma duração de 10 minutos, regularizam as grandes funções, designadamente a circulação geral, tendo, portanto, uma extraordinária influência numa boa hematose, condição óptima para uma perfeita nutrição dos tecidos.

É por êste motivo que os fatigados os depremidos, numa palavra, os «surménés», tiram dêste processo de tratamento os melhores resultados.

No *duche local,* o emprêgo da água em chuva ou em jacto contínuo, previne ou contribue para curar grande número de lesões asépticas do tecido sub-cutâneo — tendões, músculos, ossos e articulações — estando por isso indicada, esta forma de hidroterápia, nos edemas traumáticos, esforços de tendões, entorses e hidartroses articulares e tendinosas.

Já dissémos, quando tratamos duma maneira geral êste assunto, que o *duche local em chuva* deve ser dado durante 10-20 minutos, enquanto que o *duche em jacto de coluna móvel* da mesma duração, mas mais repetido ao dia, será dado, passando ràpidamente de um membro para o

outro e dirigindo o jacto de baixo para cima, sendo, por último, de boa prática associar a sua acção à maçagem, seguida de envolvimento algodoado.

Os *duches quentes* são de uso menos freqüente, podendo contudo, serem utilizados, também, de combinação com a maçagem.

Dos *envolvimentos húmidos* já dissemos o suficiente, nas nossas anteriores considerações gerais, convindo contudo acentuar que, quando quentes, actuam como poderoso sedativo e emoliente, nas afecções das extremidades do cavalo, principalmente nos edemas e abcessos, provocados por traumatismos.

Ocupemo-nos agora do segundo capitulo desta crónica — *Maçagens.*

Como também já tivemos ocasião de afirmar, é a *maçagem* um agente físico de primeira ordem no cavalo de desporto, tanto de efeito higiénico, prevenindo algumas das lesões mais graves, nos corredores e concursistas, como no tratamento dos processos já declarados.

A *maçagem* tem uma dupla acção, muito interessante a conhecer: uma, acção directa, puramente mecânica sôbre o músculo ou grupo muscular em que actuamos; outra, não menos importante, dirigida indirectamente, por via reflexa, sôbre o sistema nervoso vaso-motor.

Assim, as pressões directas exercidas sôbre o próprio músculo, diminuem a extase venosa ao seu nível, contribuindo, por outro lado, para tonificar a fibra muscular dando-lhe, desta forma maior resistência ao trabalho.

Por outro lado, como conseqüência das pressões exercidas sôbre as paredes das veias, a tensão venosa diminuida facilita a corrente arterial, regularizando-se por êste mecanismo as grandes funções do organismo, tanto mais quanto a maçagem fôr realizada em maior superfície muscular.

Fisiològicamente, a acção dêste agente físico é ainda complexa. Sabe-se que determina a destruição da gordura, aumenta a fôrça muscular, produzindo uma super-actividade das grandes funções vitais, dando maior «surplesse» aos movimentos.

A maçagem, pode ser, *geral* ou *local,* praticada com a mão simples ou interposta de qualquer corpo gordo — vase-

lina — ou papel vegetal engordurado, como é costume fazer-se nos animais de pêlo mais comprido, ou ainda empregando o talco, a menos que se queira empregar algum liquido medicamentoso — alcool puro ou canforado, arnica ou vinagre —daqui derivando a diferenciação de *maçagem sêca* e *húmida.*

Pode ainda ser manual ou bimanual e conforme as diferentes manobras ou graus de maçagem que se realizam, vai tomando, também, designações diferentes.

Assim, deve começar-se por executar o *deslizamento* («effleurage»), praticado com as extremidades dos dedos ou a palma da mão, suavemente, sempre na direcção centripeta do membro, consistindo esta manobra num primeiro contacto com a superfície a tratar, destinado a insensibilizar as camadas superficiais dos tecidos, dando direito a prosseguir, passado tempo, por pressões mais fortes, sem perigo de viva reacção por parte do doente.

Segue-se a *fricção ou pressão metódica,* de acção mais profunda já, quando o animal estiver apto a suportá-la.

A *fricção,* pode efectuar-se de diferentes maneiras, empregando um dedo, o punho ou a mão completa, conforme se quere actuar sôbre um músculo ou grupo muscular mais ou menos extenso.

A *beliscadura* («pétrissage») feita, como o seu nome indica, com dois dedos, o polegar e o indicador, deve empregar-se nos músculos em estado de relaxamento, ou no caso de certas atrofias musculares que dêste processo de maçagem podem tirar grande melhoria.

A *batedura* («taponement») consegue-se pela pancada sêca e repetida, praticada com o bordo cubital da nossa mão, perpendicularmente à região a tratar ou com o próprio punho semi fechado.

No cavalo, utiliza-se sobretudo o *deslizamento* e a *fricção,* realizando-se ainda, em certos casos, a *beliscadura,* nos tendões dos cavalos de corrida.

Tôdas estas manobras devem ser praticadas no sentido da corrente venosa, na direcção do coração, por sessões de 5 a 10 minutos.

Nunca deve ser praticada em regiões onde se suponha da existência de pús, por haver o perigo de generalizar uma infecção.

Por último, vamos ocuparnos, ainda nesta crónica, dum outro assunto: *das ligaduras higiénicas.*

As ligaduras higiénicas, utilizadas nos cavalos de corridas planas ou de obstáculos, desempenham um papel importante na profilaxia de certas lesões graves dos tendões do cavalo.

Mas, para se tirar do seu emprêgo todos os benefícios que nos podem proporcionar, necessário se torna que sejam colocados com certo preceito, com uma arte especial, podemos acrescentar, com um certo «tour de main», como aconselham os autores franceses. Mal colocada, quando muito larga, é inútil e até perigosa, em qualquer exercício, tornando-se prejudicial, em alto grau, se a apertarmos demasiadamente, por entravar o jôgo dos tendões, prejudicando a circulação.

Como defesa para estes acidentes aconselha-se usar uma ligadura de tecido elástico tipo Velpeau ou Crepe Ideal.

Enrolada a ligadura, de comprimento médio de 5 metros, começando pela extremidade munida de fitas ou nastros, com a costura para fóra, aplica-se a primeira volta ao nível do terço superior da canela, sôbre uma flanela ou envolvimento algodoado, desenrolando-a para baixo, até ao boleto, devendo cada volta cobrir um pouco mais de metade da precedente, procedendo da mesma forma no sentido ascendente.

Prende-se, por último, pela extremidade portadora dos nastros ou por alfinetes de segurança e sempre pelo lado de fóra do membro.

Deve evitar-se preguear a ligadura, costume elegante mas pouco de aconselhar, principalmente para os pouco práticos neste processo de contenção da extremidade dos membros do cavalo, por haver o perigo de comprimir exageradamente os tecidos ligados.

As ligaduras higiénicas podem ser de *exercício* ou *trabalho* e de *repouso.*

As primeiras, usam-se para aconchegar os tendões, como preventivo da «claquage» mas, mais uma vez repetimos que, da sua boa ou má colocação provêem os benefícios ou acidentes já mencionados. Para o efeito de exercício devem abraçar ùnicamente a canela, ao contrário, quando aplicadas em repouso devem enrolar-se mais acima e mais abaixo,

protegendo o membro desde a prega do joelho até à da quartela, abraçando a articulação do boleto.

Mas, se os nossos cuidados devem ser grandes ao colocar ligaduras de trabalho, pelo aperto necessário que lhe devemos dar poder chegar a ser exagerado, compreende-se o que será passado com as de repouso, se forem mal colocadas e estiverem prejudicando a circulação das extremidades do cavalo, durante horas seguidas. Nestas, será sempre de boa prática algodoarmos bem o envolvimento, para podermos apertar convenientemente a ligadura sem exercermos pressão directa e exagerada, sôbre o membro.

Não é de estranhar, portanto, que terminemos estas considerações afirmando, mais uma vez, que a colocação de ligaduras higiénicas é uma «arte» para a qual se deve «especializar», todo aquêle que tiver de tratar do cavalo de desporto.

Fevereiro de 1940.

BOLETIM DA L.P.C.

Patrulhas

(Continuação do n.º 2)

pelo Capitão A. FERREIRA DURÃO

3) — *Patrulha de flanco*

Missão: Procurar ou garantir a informação àcêrca da presença, movimentos ou ausência de inimigo sôbre a direcção ou direcções que, no flanco descoberto da tropa que a destaca, se possam tornar perigosas para a sua segurança, cobrindo a mesma tropa dos fogos das armas ligeiras do inimigo.

Comando: Sargento ou oficial.

Efectivo: 1 esquadra a 1 pelotão.

Zona de acção e distância a que opera: A zona de acção varia muito com a situação, terreno e a velocidade de marcha da unidade que destaca a patrulha, não devendo a distância a que é lançada, exceder 1.200 metros.

Dependência: Como na patrulha de vanguarda (pag. 158).

Informações: Como na patrulha de vanguarda. A ligação com a unidade deve ser feita à vista ou por estafetas, utilizando as transversais.

Execução do serviço: Aplicam-se-lhe de um modo geral tôdas as normas indicadas para a patrulha de vanguarda.

Torna-se porém necessário frizar as duas modalidades que êste serviço pode ter:

1.º Patrulha de flanco acompanhando permanentemente a unidade que a destaca: — A patrulha recebe com a missão um itinerário definido por uma linha de pontos de observação, geralmente paralela ao eixo de marcha da sua unidade e desloca-se por lanços, que podem ou não coïncidir com os desta. Normalmente a patrulha de flanco marcha à altura da patrulha de vanguarda ou mais avançada ainda, detendo-se nos pontos de observação que dominam as direcções perigosas o tempo necessário para garantirem à coluna o seu escoamento em absoluta segurança.

Durante as paragens deverá ligar-se à vista ou por estafetas com a sua unidade, enviando as informações que lhe forem determinadas ou aquelas que achar úteis de momento.

Em fim de marcha a patrulha ou se transforma num pôsto, continuando o seu serviço de vigilância numa direcção perigosa para o estacionamento, ou recolhe à sua unidade, por desnecessária.

2.º Patrulha de flanco lançada ocasionalmente sôbre uma determinada direcção: — Pode dar-se êste caso quando uma unidade em marcha tem em determinada altura do seu itinerário, uma direcção perigosa que pode permitir um ataque inesperado pelo flanco. Nesta situação o comandante da unidade destaca a patrulha de flanco com uma antecedência tal, condicionada pela sua velocidade de marcha, situação e terreno, que esta possa atingir o ponto de observação necessário a tempo de garantir a segurança da coluna e permitir o seu escoamento. Da missão dada a esta patrulha deve constar o tempo durante o qual o serviço deve ser assegurado e a hora ou sinal a que deve terminar.

Findo o serviço a patrulha retira e reúne à coluna por itinerário e em local prèviamente indicados.

Atitude para com o inimigo: A patrulha de flanco pode, conforme a situação, efectivo e meios de que dispõe, ter a simples missão de àlerta ou, simultâneamente de àlerta e resistência.

No primeiro caso o comandante da patrulha procura pontos de observação que lhe dêem vistas largas sôbre as

direcções a vigiar e limita-se a informar por estafetas ou sinais combinados da aproximação do inimigo. No segundo caso deve, além de estabelecer vigilância, procurar uma posição donde, pelo fogo das suas armas, possa evitar ou demorar o avanço do inimigo, organizando quando necessário se torne, obstáculos que impeçam ou dificultem a marcha de elementos motorizados ou mecanizados inimigos sôbre a direcção cuja guarda lhe foi confiada. Neste último caso nunca deverá esquecer que o obstáculo por si próprio pouco vale e que, para se tornar eficiente, deve ser completamente batido pelo fogo.

4) — *Patrulha de retaguarda*

Missão: Dois casos se podem considerar:

— na marcha para o inimigo;
— na marcha retrógrada.

No primeiro caso a patrulha de retaguarda tem, por assim dizer, simples missão de polícia, competindo-lhe evitar a demora dos retardatários da coluna e a recolha dos objectos perdidos e, ainda, de exercer a vigilância de forma a evitar a surprêsa das incursões inimigas pela retaguarda da coluna. No segundo caso tem por missão garantir a informação sôbre a presença, movimentos ou ausência do inimigo dentro da sua zona de acção, cobrir a sua unidade dos fogos das armas ligeiras e, sempre que o seu efectivo e meios lho permitam, retardar o inimigo sôbre a direcção de marcha da unidade que cobre, organizando sempre que possível obstáculos à marcha de elementos motorizados e mecanizados.

Comando: Cabo, sargento ou oficial.

Efectivo: Alguns cavaleiros ou uma esquadra (na marcha para o inimigo), um grupo de esquadras ou um pelotão (na marcha retrógrada).

Zona de acção e a distância a que opera: Variável com o efectivo, o terreno e a actividade do inimigo, nunca devendo a distância exceder 1.200 metros.

Dependência: A patrulha da retaguarda depende, como a de vanguarda e de flanco, da unidade que cobre, porém com

muito maior responsabilidade, dadas as circunstâncias particularmente difíceis que a marcha retrógrada por vezes reveste.

Informações: Além das determinadas, tôdas aquelas que forem julgadas convenientes pelo comandante da patrulha. A sua transmissão será feita por sinais ou por meios muito rápidos, para o que a patrulha poderá dispôr de estafetas motociclistas.

Execução do serviço: A marcha será feita por lanços muito rápidos de ponto de observação em ponto de observação. Durante as paragens a vigilância da patrulha deve exercer-se não só na direcção geral de marcha do inimigo, mas também e com especial cuidado, sôbre os flancos a-fim-de evitar a surprêsa para a unidade que cobre, ou o envolvimento da própria patrulha.

Durante a marcha a patrulha não perde tempo, normalmente, a reconhecer os pontos cobertos que encontra, visto deslocar-se em terreno já anteriormente explorado.

Exceptua-se o caso em que exista ou se prevejam infiltrações de elementos inimigos que possam ocupar aquêles cobertos e surpreender a coluna ou a patrulha, que não deve nunca perder a ligação com a unidade que cobre.

Em fim de marcha a patrulha recolhe à unidade em virtude do serviço exaustivo a que esteve sujeita e não deve ser mantida em serviço de vigilância do estacionamento.

Atitude para com o inimigo: Sempre que a patrulha tenha a missão de retardar, a sua atitude deve ser nitidamente agressiva, empregando o fogo desde os maiores alcances possíveis das armas.

Dadas as circunstâncias especiais em que trabalha, por não poder contar com o apoio ou refôrço da parte da unidade que cobre, a patrulha da retaguarda nunca deverá deixar-se fixar e terá sempre, como já se disse, especial atenção aos flancos.

Quando, pelo seu pequeno efectivo, não tenha a missão de resistir, deve, em caso de ataque inesperado, informar o mais ràpidamente possível a unidade que cobre e deixar livre o eixo de marcha para não prejudicar a acção da guarda da retaguarda.

(Continua)

A instrução prática de tiro na recruta

pelo alferes MÁRIO M. DE ANDRADE

COMO se avizinha a primeira encorporação de recrutas dêste ano e a preparação de quadros está em plena actividade, parece-me que não é descabido tratar o tema que encima estas palavras.

Nada direi de novo — para tanto não chega a minha competência — resumindo-se êste trabalho a uma coordenação e sintetização do que vem escrito nos regulamentos de Tiro para as armas portáteis de 1881, de 1913 e outros, bem como noutras determinações posteriores, indicando um método a seguir na Escola de Recrutas compatível com o seu reduzido tempo de duração.

Diz o nosso Regulamento Tático que o fim da instrução militar é preparar as tropas para a guerra e que ela consiste em ensinar-lhes os meios de vencer e o modo de os empregar.

Dentro desta finalidade, a instrução prática de tiro procura obter o maior número de hábeis e destros atiradores, pretendendo-se que conheçam as regras para bem manejar a sua arma, servindo-se dela eficazmente nos combates.

A instrução individual do atirador é a base de tôda a instrução de tiro alcançando-se dêste modo resultados mais profícuos. Deve, todavia, ser sempre orientada de maneira a não se perder de vista a acção do atirador na esquadra ou no grupo de combate.

Quanto mais desenvolvida fôr a aptidão do soldado para executar os tiros de precisão com a espingarda tanto maior será o seu valor como combatente, qualidade que lhe permite adquirir, ràpidamente, superioridade moral sôbre um adversário menos bem treinado do que êle e lhe dá aquela confiança em si mesmo que faz realçar a forma actual de combate, na qual o homem atira freqüentemente, por iniciativa própria; enfim torna-o particularmente apto ao tiro das armas automáticas, nas quais se concentra a potência de fogo da tropa que as utiliza e cujo rendimento depende essencialmente do atirador.

Antes da última guerra, tratava-se de obter rapidez do tiro pois que a potência do fogo da Infantaria era função da velocidade de tiro alcançada por cada homem, o que se conseguia, na maioria dos casos, em detrimento da precisão.

Actualmente a potência de fogo reside essencialmente no tiro das armas automáticas; a espingarda utiliza-se em geral, individualmente, em *tiros de precisão* contra objectivos mais ou menos fugazes, de visibilidade e dimensões reduzidas, quando o inimigo surge a curta distância ou quando o terreno é coberto e não pode ser batido pelas armas automáticas. A instrução de tiro de espingarda, arma da maioria dos combatentes, tem, por conseqüência, importância capital e sendo o instrutor a mola real da instrução, muito principalmente da individual, agora que ela vai começar, não devemos esquecer que os resultados obtidos dependerão, sobretudo, da paciência empregada por êle, em:

estudar cada um dos seus homens;
ensinar com cuidado, as minúcias da instrução;
relevar com calma e benevolência as faltas cometidas.

O ensino do tiro de espingarda compreende duas partes: instrução técnica do atirador e instrução do atirador para o combate.

A instrução técnica do atirador destina-se a desenvolver a habilidade no tiro que depende de dois elementos — justeza e rapidez — contribuindo além disso para aumentar o valor moral do soldado, dando-lhe confiança em si mesmo e na sua arma. Compreende:

Exercícios preliminares ou preparatórios de tiro (Instrução preliminar).
Tiro reduzido com carabinas de ar comprimido (tiro a chumbo).
Tiro com cartuchos de bala simulada.
Tiro de instrução ou instrução de tiro real.

A instrução do atirador para o combate tem por fim mostrar ao homem as condições em que, para desempenhar a função que lhe compete no grupo de combate, deve utilizar a habilidade técnica adquirida.

Trataremos só da primeira parte respeitando o mais possível o título do artigo.

Instrução técnica do atirador

A) Instrução preliminar

Antes de começar os exercícios preliminares de tiro, e logo que aos recrutas se tenha distribuído o armamento, ser-lhes-á ministrado o conhecimento da espingarda e suas diferentes partes, modo de armar e desarmar, sua conservação e limpeza.

Recomenda-se todo o cuidado, todo o interêsse e todo o empenho do pessoal instrutor para a instrução preliminar, que a prática tem provado ser a base de tôda a instrução de tiro, quer do tiro de espingarda, quer do tiro das armas automáticas. Deverá nela insistir-se muito, antes de levar os recrutas a atirar ao alvo pela primeira vez, pois disso resulta ficar o recruta a conhecer a arma, aprender a carregar, a fazer a pontaria e a disparar.

O ensino dos exercícios preliminares será, como se disse, sempre individual e compreenderá: exercícios de pontaria, manejo de alça, manejo do gatilho e aplicações do ensino anterior.

1) — Exercícios de pontaria

a) Linha de mira; pontos que a determinam.
b) Pontaria normal; sua exemplificação.
c) Conseqüências da pontaria abaixo, acima, à direita e à esquerda da normal.
d) Efeitos da torsão da arma.
e) Observação, feita individualmente pelos recrutas, de pontarias correctas executadas pelo instrutor.
f) Pontarias executadas por cada recruta, verificadas e corrigidas pelos outros recrutas.
g) Execução de pontarias para verificação do aproveitamento individual do ensino por meio do regulador de pontarias (triangulação).

Estes exercícios serão executados com a arma colocada no cavalete de pontarias.

h) Pontarias de pé, com a arma apoiada; posição correcta de apontar; observação das pontarias por meio do verificador de pontarias.

i) Posições correctas de apontar, nas posições regulamentares, com e sem apôio.

2) — **Manejo de alça**

a) Explicação do fim da alça; sua leitura e graduação para as diferentes distâncias.

b) Modo regulamentar de graduar a alça.

3) — **Manejo do gatilho**

a) Explicação das duas posições do gatilho.

b) Colocação do dedo sôbre o gatilho.

c) Acção do dedo para preparar o gatilho.

d) Acção do dedo sôbre o gatilho para disparar.

4) — **Aplicação do ensino anterior**

a) Execução individual das operações de apontar e disparar, observadas pelo instrutor com o verificador de pontarias, estando a arma apoiada.

b) Apontar e disparar em tôdas as posições regulamentares.

c) Pontarias rápidas; mudanças de posição seguidas das operações correctas de apontar e disparar.

d) Pontarias em posições não regulamentadas; pontaria assentado; pontaria com os dois joelhos em terra.

B) **Tiro a chumbo**

Êste género de tiro executa-se, na nossa arma, com carabinas de ar comprimido e à distância de 10 a 15 metros em tiro a agrupar.

Pretende-se que os recrutas executem grupamentos tão reduzidos quanto possível, o que só se consegue visando

sempre da mesma forma e disparando em deslocar a pontaria, servindo também para confirmar os conhecimentos aprendidos, constituindo uma grande e a melhor preparação para o tiro real.

O número de tiros a dar por cada recruta fica ao arbítrio do instrutor, que deve estar sempre junto do atirador corrigindo os defeitos de cada um (não esquecer que o consumo de «munições» para estas carabinas, mesmo que seja excessivo é pouco dispendioso). Portanto cada recruta poderá fazer um grande número de tiros, tantos quantos os necessários para corrigir todos os seus defeitos; o instrutor insistirá na conveniência de suster a respiração enquanto se aponta, premir o gatilho gradualmente e sem precipitação, ter a arma bem encostada, conservá-la imóvel, etc.

Os alvos são constituídos ordinàriamente por fôlhas de papel branco tendo no centro um visual negro circular, com 3 centímetros de diâmetro, que marca o ponto a visar.

Dentro da carreira de tiro improvisada ou real estarão apenas os homens indispensáveis e, para aproveitar o tempo, o resto do pelotão relembrará a nomenclatura, trato e funcionamento da espingarda 7,9 m/937, enche e esvazia carregadores, carrega e descarrega a espingarda à vista e com os olhos vendados, etc.

C) **Tiro com cartuchos de bala simulada**

Êste exercício é uma preparação para o tiro ao alvo, tendo por fim habituar os soldados à detonação e ao recúo, e a fazer fogo em tôdas as posições regulamentares adquirindo a necessária firmeza e imobilidade, nunca devendo ser feito sem indicação de objectivo. Por tal motivo esta espécie de tiro deve ser executada primeiro com apôio e depois sem apôio, devendo o instrutor insistir constantemente na conveniência de tôdas as prescrições já enunciadas. Muitos homens, não acostumados às armas de fogo, fecham instintivamente os olhos, desviam a cara, avançam o ombro direito, etc., prejudicando por êste modo a certeza do tiro. Com o fim de fazer perder tais hábitos é conveniente enganar o recruta, que tenha êstes defeitos, entregando-lhe uma arma que êle não saiba se está, ou não, carregada. A repe-

tição dêste meio dá-lhe confiança e acaba por familiarizá-lo com a impressão produzida pela detonação e pelo recúo.

D) **Tiro de instrução ou instrução de tiro real.**

Esta instrução ministra-se nas carreiras de tiro e consiste em fazer conhecer ao recruta a sua arma e o efeito produzido pelos fogos.

Esta espécie de tiro compreende: tiros reais a distâncias reduzidas e tiros reais a distâncias reais.

O *tiro real à distância reduzida* é uma primeira verificação efectiva da instrução preparatória do atirador e por isso recebeu o nome de tiro de adaptação. Executa-se à distância de 25 metros e em duas sessões sendo a primeira deitada e com apoio e a segunda deitada e sem apoio.

O *tiro real à distância real* tem por fim consolidar as noções adquiridas pelo atirador no tiro à distância reduzida, o que se consegue com o aumento da distância em que se efectua o tiro. Compreende o tiro de segunda classe, primeira classe e o tiro especial com as suas tabelas correspondentes.

As tabelas de adaptação e de segunda classe fazem parte da instrução geral e serão obrigatòriamente executadas durante a Escola de Recrutas por todos êles, não podendo o recruta ser dado pronto da instrução sem as ter executado, embora sem aproveitamento. As tabelas de tiro de primeira classe e especial constituem as tabelas do tiro de aperfeiçoamento e a sua execução tem por fim dar o maior treino aos atiradores de 2.ª classe e ainda escolher os melhores atiradores para missões que exigem atiradores seleccionados.

Esta doutrina vem tratada com o preciso desenvolvimento na nota-Circular 63/17 da D. A. I. de 7 de Fevereiro de 1938, alterada pela nota-Circular 61/17 de 11 de Fevereiro de 1939 e nota-Circular 125/17 de 23 de Fevereiro de 1939 da mesma Direcção.

Os assuntos de tiro de qualquer unidade estão a cargo do oficial de Tiro e Armamento que é sempre o director da carreira de tiro e quem elabora os mapas e faz os relatórios das instruções de tiro.

(Continua)

Actividade Escolar

Curso de Metralhadoras e Engenhos

Iniciou-se no passado dia 19 de Fevereiro mais um curso de Metralhadoras e Engenhos para oficiais, que termina a 18 de Maio.

Novos oficiais

Foram colocados nesta E. P. C. os alferes Snrs. António Herculano Miranda Dias, Vasco de Castro Ataíde Cordeiro e Luiz Cezarini Calafate. O efectivo actual em subalternos foi assim aumentado para 9, pelo que ficam faltando 7 para completamento dos Quadros.

Tenente Ferreira da Silva

No dia 11 do corrente, os seus antigos camaradas da E. P. C. mandaram rezar uma missa sufragando a alma do inditoso tenente Ferreira da Silva. Após o acto, a que assistiram todos os oficiais e sargentos da E. P. C. e delegações das Escolas Primárias de Tôrres Novas e da Mocidade Portuguesa, foram colocados dois ramos de flores junto do retrato do referido oficial, guardando-se nesse momento 1 minuto de silêncio em tôda a Escola.

Os seus antigos camaradas não esquecem o companheiro de trabalho que, lá fora, em terras de Espanha, soube morrer no seu pôsto, como verdadeiro soldado.

Jornais revistas livros

Boletim de Cavalaria 8

Temos presente o n.º 7 desta publicação relativa a Novembro e Dezembro de 1939.

Lemos com interesse e com comovida atenção o seu artigo de fundo intitulado *Revista da Cavalaria*. Muito Obrigado.

A *Revista da Cavalaria* precisa de todos os Cavaleiros.

Da conjugação dos esforços de todos êstes em favor da sua *Revista*, só pode resultar o prestígio da Arma. E o *Boletim de Cavalaria 8* assim bem o compreendeu, escrevendo e publicando as suas generosas palavras.

Revista de Artilharia

Na sua secção bibliográfica (n.ºs 173 e 174, Novembro e Dezembro, 1939) refere-se esta *Revista* à nossa publicação com palavras de incitamento e de apreciação que muito nos penhoraram.

A *Revista da Cavalaria* retribue com muito prazer, os seus cumprimentos de bôa e leal camaradagem militar.

Defesa Nacional

Dá esta publicação, no seu número de Janeiro dêste ano, notícia do aparecimento da nossa *Revista*. Esmalta essa notícia de várias e judiciosas considerações que muito nos apraz registar com os nossos agradecimentos.

Faremos tudo quanto em nossas fôrças caiba para não desmerecermos da figura inconfundível, e épica, do nosso patrono, Mousinho de Albuquerque, aceitando com orgulho as pesadas responsabilidades que a *Defesa Nacional* nos lembra, seguros como estamos de «vencer», tanto mais que nem devagar pensamos morrer.

Serviços de Remonta

Recebemos com uma amável dedicatória do seu autor, major veterinário António Lebre, um exemplar desta publicação.

Trata-se de duas conferências, realizadas pelo Snr. major Lebre na Direcção dos Serviços Veterinários Militares.

Na primeira sintetiza o autor o desenrolar de trabalhos da especialidade em Portugal desde 1911 a 1935, alongando-se em considerações sôbre o estudo da criação cavalar; na segunda foca os problemas da actualidade.

Remata o seu trabalho pronunciando-se sôbre o «Estado Actual da Criação cavalar, e o Tipo do Cavalo de Guerra Português». Publicação interessante e cuidada na apresentação, ela vem enriquecer a nossa Biblioteca. Os nossos agradecimentos.

■ ■ ■

O Exército dos motores na guerra de movimento, por P. E. Cadillac — (De *L'Illustration*)

Motores que são cavalos

— O motor vale mais que o cavalo ou vice-versa?

O meu interlocutor sorri, porque esta pregunta é muito discutida.

— A dois factos se deve o desenvolvimento extraordinário da motorização: a multiplicação dos automóveis e o desaparecimento progressivo dos cavalos, cuja criação, de alguns anos para cá, mostra uma regressão inquietadora.

— Mas qual é o que tem mais valor?

— Cada um tem as suas vantagens e inconvenientes. O cavalo passa por tôda a parte e pode, por conseqüência, abandonar as estradas (e os caminhos). A viatura hipomóvel pode também sair das estradas e, durante as paragens, arrumar-se fóra delas e, portanto, não impedir o trânsito. Na zona de combate os cavalos atrelados a viaturas chegam com mais facilidade à proximidade das trincheiras que o camião de 5 toneladas com o seu reboque.

— Então, viva o cavalo!

— Não, porque o cavalo perde a calma com as granadas, é mais sensível às balas e é muito vulnerável aos gases. Além disto, as Divisões motorizadas deslocam-se mais depressa e não necessitam, como as outras, ser divididas: infantaria para um lado, cavalaria, artilharia e trens para outro; para reünir estes diversos elementos surgem por vezes dificuldades e há sempre um enorme desperdício de tempo.

— Conclusão?

— Conclusão: É preciso servirmo-nos dos dois. Os motores e os cavalos completam-se muitas vezes, mas...

— Mas?

— Mas a falar verdade, só conheço dois motores absolutamente «T. T.» o cavalo e o homem.

E esta frase é ponto final da entrevista.

BANACÁO

O MELHOR DOS ALIMENTOS

Produto português para os portugueses

O BANACÁO é preferido para a 1.ª refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.ª refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigôr nos exercícios físicos que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÁO sempre BANACÁO

Francisco Serra

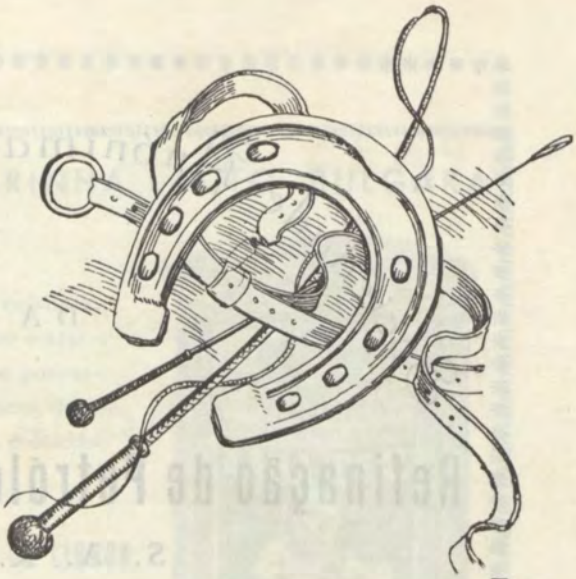
Seleiro-Correeiro do Exército

*

Quartel do Regimento
de Artilharia Ligeira
N.º 3

*

CAMPOLIDE — LISBOA



ARREIOS DE CAVALARIA

Especialista em selins de obstáculos, e de corridas e todos os seus componentes — Joelheiras — Caneleiras — Coloches e todos os artigos da especialidade

Fornecedor do Regimento de Cavalaria da G. N. R.

BICICLETAS

12 PRESTAÇÕES

MENSAIS
E
IGUAIS SEM AUMENTO
DE PREÇO

PEÇAM TABELAS
DOS NOVOS PREÇOS

PNEUS MICHELIN

ARMANDO CRESPO

116, RUA DO CRUCIFIXO ◇ Telef. 2 7027 ◇ LISBOA

Sociedade Anónima Concessionária

DA

Refinação de Petróleos em Portugal

S. A. R. L.

SACOR

CAPITAL 15.000.000 ESC.

* * *

Refinaria — Lisboa

Casal das Rôlas — CABO RUIVO

TELEF. 38 306
307
308

* * *

TELEGRAMAS **SACOR — LISBOA**

TELEF. 28 035
036
037
038
039

Rua do Alecrim, 57 — LISBOA

LABOR OMNIA VINCIT JJF

FARINHA LACTO-BULGARA

O produto de confiança para crianças, adultos e convalescentes como o atestam milhares de atestados que possuímos, alguns dos quais de médicos ilustres no continente, ilhas e colónias

Preparação do

LABORATÓRIO FARMACOLÓGICO DE LISBOA

Rua Filipe da Mata, 30 — Teleg. IODAL

Farmácia: R. Alves Correia, 187

Agência no Pôrto: R. Mousinho da Silveira, 300

TELEFONES:

Sede, 4 2620 Farmácia, 2 6476 Agência do Pôrto, 6 380

2

Produtos iguais e insubstituíveis

SORO POLIVALENTE

(Leclainche e Vallée)

INJECTÁVEL

único nas infecções supurativas: gurma, anasarca, febre tifoide, artrites, colecções purulentas, etc.

SERVAPAU

(Sôro polivante em pomada)

indispensável em fístulas, mal de garrote, feridas supuradas, etc., etc.

SECÇÃO VETERINÁRIA

INSTITUTO PASTEUR DE LISBOA

LISBOA—PORTO—COIMBRA

ALFAIATARIA

J. Camacho

R. da Prata, 92-2.º Telefone 2 6512

Lisboa

Casa especializada em Fardamentos Militares

Completo sortido em Gabardines, tricots e panos para peliças, nacionais e estrangeiros

Sempre as últimas novidades em tecidos para fatos, sobretudos, etc.

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor no Centro e Sul do País:

BEBA

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica; gaso-carbónica natural

AJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49 ◇ COIMBRA

Alfaiataria Paris

LEAL, L.DA

Casa especializada em fardamentos à militar

A MAIS CONHECIDA DO PAÍS

Fardamentos de gabardine 550$, 600$, 700$

PELIÇAS 600$ e 700$

Capotes 400$

Gabardines, desde 450$

SECÇÃO CIVIL:

Gabardines, Sobretudos e Fatos desde 300$, a feitio e por medida.

106, R. S. Nicolau, 108 — LISBOA

(Entre a R. do Ouro e R. do Crucifixo)

CORREARIA

DE

VITORINO DE SOUSA, L.DA

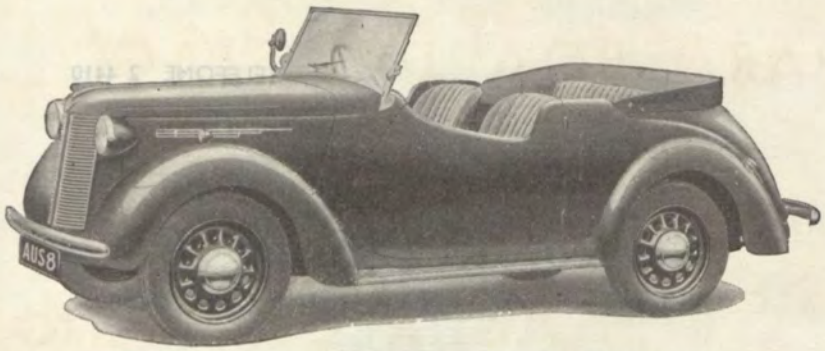
200, RUA DOS CORREEIROS, 202

LISBOA

O mais variado sortido de arreios para cavalaria e seus componentes

Casa especializada em polainas em todos os géneros

Tomam-se encomendas de todos os artigos de correaria



OS NOVOS

AUSTIN '8' E '10'

Apresentados recentemente com o maior sucesso, mantêm tôdas as vantagens importantes que deram um justo renome à marca AUSTIN e incluem muitos melhoramentos de grande alcance prático.

Os mais elegantes e económicos

"AUSTIN"

que jamais se apresentaram

EM EXPOSIÇÃO

O modêlo ilustrado é o AUSTIN 8 HP. aberto de 4 LUGARES do tipo utilisado pelo Exército Inglês para serviço de ligação e reconhecimento.

DISTRIBUIDORES GERAIS EM PORTUGAL:

J. J. GONÇALVES, Sucessores

90, R. Rodrigues Sampaio — LISBOA

130, R. Alexandre Braga — PORTO

TELEFONE 2 4410

Eurico & Rosa, L.da

Armazém de Material Eléctrico

GRANDE SORTIDO DE CANDEEIROS

Descontos Especiais para Revenda

LISBOA 18, RUA DAS PRETAS, 20

ROCHA, AMADO & LATINO, LTD.

Telegramas ROCHAMADO — Telefones P. B. X. 2 2254, 2 2255 e 2 2256

L I S B O A

Ferragens para construções, móveis e malas. Ferramentas para tôdas as artes e ofícios. Enxadas. Pás e Picaretas nacionais e estrangeiras. Parafusos e pregaria. Pedras e rebolos de grés e de esmeril. Tornos. Martelos. Bigornas. Malhos e Marretas. Folha de Flandres.

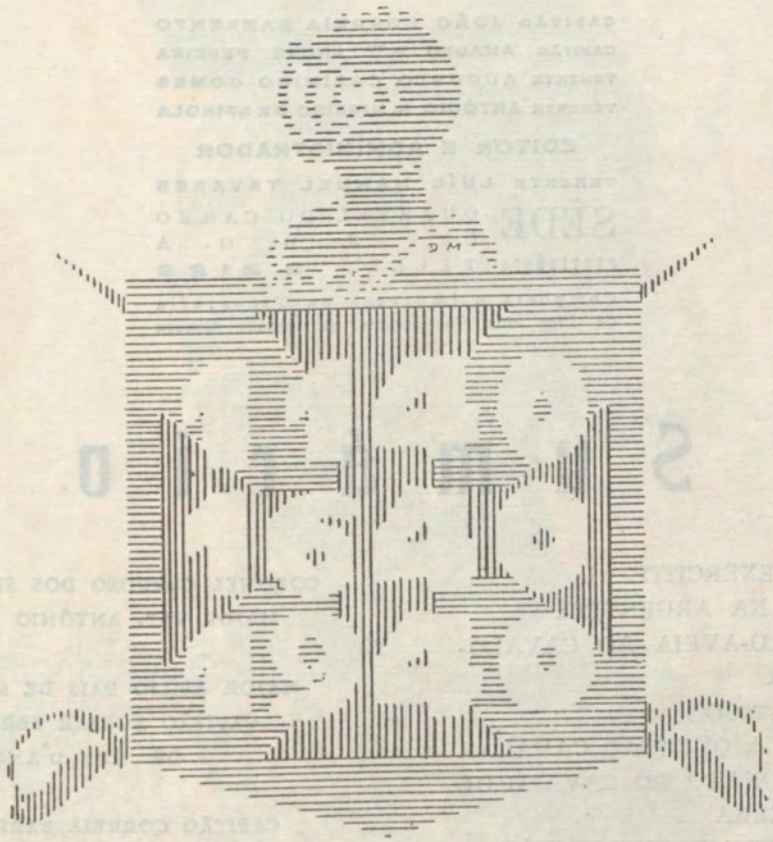
13, Rua Nova do Almada, 15

Alumínio, Bronze, Estanho, Zinco, Cobre e Latão em barras, tubos, varões e chapas. Tubos e acessórios de ferro preto e galvanizado. Completo sortido de torneiras.

54, Rua da Boa Vista, 54

Gaiolas. Metal anti-fricção. Metal branco. Trabalhos de arameiro em todos os géneros. Arames de todos os calibres e qualidades. Redes metálicas para tôdas as aplicações.

82, Rua da Prata, 86



Não vos hão de faltar, gente famosa,
Honra, valor, & fama gloriosa.

Lusíadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE PROVISÓRIA — QUARTEL DO CARMO, LISBOA, TELEF. 2 21 22

Composta e impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

O DIA DO EXÉRCITO	CORONEL CARDOSO DOS SANTOS	247
REMONTA NA ARGENTINA	MAJOR VET. ANTÓNIO LEBRE	251
DO CAVALO-AVEIA AO CAVALO-MOTOR	MAJOR ABÍLIO PAIS DE RAMOS	258
TEMAS TÁTICOS	CAPITÃO AGUIAR FERREIRA	271
HIPISMO: A QUESTÃO CAVALAR	DR. RUY D'ANDRADE	281
CAMPEONATO DO CAVALO DE GUERRA	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	286
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	PROF. DR. ALFREDO NEVES E CASTRO	299
BOLETIM DA E. P. C.		
SAPADORES	CAPITÃO PEIXOTO DA SILVA	303
A INSTRUÇÃO PRÁTICA DE TIRO NA RECRUTA	ALFERES MÁRIO M. DE ANDRADE	308
ACTIVIDADE ESCOLAR		311
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		314

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

O CHEFE DO MOVIMENTO DE 28 DE MAIO DE 1926
MARECHAL GOMES DA COSTA
Desenho de Delfim Maya para a «Revista da Cavalaria»

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE PROVISÓRIA — QUARTEL DO CARMO — LISBOA — TELEF. 2 2122

Composta e impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

O DIA DO EXÉRCITO	CORONEL CARDOSO DOS SANTOS	247
REMONTA NA ARGENTINA	MAJOR VET. ANTÓNIO LEBRE	251
DO CAVALO-AVEIA AO CAVALO-MOTOR	MAJOR ABÍLIO PAIS DE RAMOS	258
TEMAS TÁTICOS	CAPITÃO AGUIAR FERREIRA	271
HIPISMO: A QUESTÃO CAVALAR	DR. RUY D'ANDRADE	281
CAMPEONATO DO CAVALO DE GUERRA	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	286
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	PROF. DR. ALFREDO NEVES E CASTRO	299
BOLETIM DA E. P. C.		
SAPADORES	CAPITÃO PEIXOTO DA SILVA	303
A INSTRUÇÃO PRÁTICA DE TIRO NA RECRUTA	ALFERES MÁRIO M. DE ANDRADE	308
ACTIVIDADE ESCOLAR		311
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		314

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

O CHEFE DO MOVIMENTO DE 28 DE MAIO DE 1926
MARECHAL GOMES DA COSTA
Desenho de Delfim Maya para a «Revista da Cavalaria»

6678

Revista da Cavalaria

N.º 4 Maio

O dia do Exército

Foi há 14 anos.

Sôbre a Pátria Portuguesa pesava uma atmosféra sombria e nebulosa, a entorpecer-lhe as energias vitais, amolentando os brios da Raça, tornando massa inerte, inconsistente e vária, a consciência nacional.

Escravo do dever consciente, forte na sua unidade moral, intangível no prestígio das suas tradições de glória, o Exército Português, guarda de honra da Nação, sentinela vigilante da sua independência e liberdade, fiel ao juramento de a defender dos inimigos internos e externos, não hesitaria, na hora própria, em intervir decisivamente na ordenação da vida política, desorientada e confusa, pondo na balança a sua espada para restabelecer-lhe o perturbado equilíbrio.

E essa hora soou na tôrre vetusta da Sé de Braga, naquela manhã de Maio. O brado de armas erguido pela voz enérgica de Gomes da Costa, ecoou de vale em vale, prolongou-se de serra em serra, através do país inteiro, acordando consciências entorpecidas, fortalecendo ânimos desalentados, ressurgindo esperanças dormentes. Ao toque do clarim, a guarda de honra formou, cerrando fileiras em

volta do estandarte nacional, rompeu a marcha altivamente, marcado o ponto inicial às portas da velha cidade do Minho, e prosseguiu triunfalmente pela estrada do sul, engrossada a coluna, a cada étapa, pela afluência de novos contingentes, tal como à corrente do rio vêm afluindo açodados ribeiros, no anseio estuante do mar.

Não foi preciso disparar um tiro, sacrificar vidas, agitar o espectro pavoroso da guerra civil. Bastou que uma espada heróica se desembainhasse, luzindo ao sol a lâmina temperada ao fogo das batalhas; que uma voz varonil, afeita ao mando, a todos os portugueses clamasse o grito de revolta de um coração português, para que ruisse, como se fôra montanha de neve desfeita pelos ardores do sol, o instável edifício grosseiramente arquitectado sôbre os inconsistentes alicerces da dissolução e da desordem.

Mercê de Deus, sempre teve Portugal, na iminência do perigo, o homem capaz de conjurá-lo, com fé ardente e ânimo forte, desde que no alvorecer do século XII, o braço firme do primeiro Afonso português, talhou um reino a golpes de montante.

Em Aljubarrota o salvou da ambição castelhana a espada benta de Nun'Alvares. A esforçada perseverança do Infante D. Henrique, enfunou as velas das naus descobridoras, quando a expansão marítima se tornou necessária ao espírito aventuroso dos portugueses. O Príncipe Perfeito, abatendo as pretensões arrogantes do feudalismo, foi o homem preciso para firmar na autoridade do rei, os fundamentos da unidade nacional. Para quebrar as algemas do cativeiro de 60 anos, forjadas nos areais escaldantes de Alcácer-Quibir, não faltou aos conjurados de 1640, a directiva auctoridade de João Pinto Ribeiro, como um século depois, na época tumultuária em que já de além Pirineus, soprava o vendaval precursor da tempestade que havia de abalar o trono de S. Luiz, foi Pombal o severo reformador que orientou em novos caminhos a vitalidade nacional. Fernandes Tomás, levantando a bandeira da revolução que sacudiu a tutela estrangeira incarnou em 1820 as reivindicações da soberania popular.

O general Gomes da Costa, militar de porte aprumado e serena bravura, que, em campanhas de àquem e de

além-mar, revivera gloriosamente o heroismo dos portugueses de antanho, quando eram já desiludidas as esperanças de regeneração social, económica e financeira, foi o homem de momento, e paladino da causa da Pátria, eleito pelo Exército para iniciar a arrancada salvadora de 28 de maio. E, quando após a marcha triunfal, de norte a sul anunciando a boa nova, o general desceu a Avenida à frente da divisão de honra, escoltado pela galhardia dos alferes, aclamado pela multidão que nêle exaltava a glória do Exército Português, no frémito de entusiasmo do povo, sentia-se latejar, viva e palpitante, a vibração da alma nacional.

Vai o Govêrno decretar que a data de 28 de Maio, seja, dòravante o dia do Exército.

O Exército que em Aljubarrota, ostentando na cruz flordelisada do Mestre de Aviz a signa da sua vitória, salvou a Independência Portuguesa; que com Afonso V denodadamente conquistou as praças do norte africano; que nas fortalezas da Índia defendeu com heroismo a bandeira cristã; que em Elvas, Ameixial, Montes-Claros, batalhou pela restauração de Portugal, e nas serranias do Buçaco feriu de morte, no seu vôo ambicioso, a águia napoleónica; o Exército que fecundou com seu sangue terras inhóspitas de África, e nelas tornou respeitada pelo gentio a soberania lusitana, escrevendo na história contemporânea as páginas de Marracuene e Chaimite; que nas trincheiras da Flandres honrou as velhas tradições de lealdade, bravura e sacrifício — o Exército que foi sempre, em todos os tempos e em tôdas as emergências, a mais alta expressão do espírito audacioso da Raça, das suas aspirações de liberdade, tem jús à homenagem que lhe é prestada pelo Govêrno Nacional, consagrando o dia redentor de 28 de maio, à sua merecida glorificação.

Ela ficará significando, não só o reconhecimento do País pelo mantenedor do seu glorioso tradicionalismo, o estrénuo defensor da sua honra, levantando ao alto a bandeira do Império: será também o estreitamento da leal camaradagem, unindo irmãos de armas em fraternal comunhão de sentimentos.

E se à frente do Exército a Cavalaria marcha em primeiro escalão de combate, sejam os cavaleiros portu-

gueses os primeiros a celebrar o dia do Exército, unidos e fortes, na evocação das cargas épicas dos tempos idos, desfraldando o estandarte em que se inscreva a simbólica divisa: Morte ou glória!

Cavaleiros do Sonho e da Aventura,
galopando em guerreira cavalgada,
firmes na sela, em riste a nobre espada,
a Fé no coração por armadura,

ei-los, com lealdade e com bravura,
por sua dama, a Pátria, na cruzada,
bandeira altiva ao vento desfraldada,
cavaleiros do Sonho e da Aventura!

Os fogosos corceis ferem a terra.
Os luzentes clarins em tom de guerra,
vibram sonora marcha triunfal.

Carregar! E no ardor do arranco forte
correndo para a Glória ou para a Morte,
um clamor se alevante: Portugal!

Coronel Cardoso dos Santos

Remonta na Argentina

II

De Pernambuco ao Rio

CRÓNICA DE VIAGEM

pelo Major-Veterinário ANTÓNIO LEBRE

A tarde de 13, navegávamos já em águas do Estado de Pernambuco. Decorreu a noite. O sol desponta no horizonte, iluminando terra, terras brasileiras, que por portugueses foram vistas pela vez primeira.

Um sol suave, acariciador, banha docemente, a cidade de Olinda, implantada como um presépio, que mãos de portugueses talharam. Assim o atestam reliquias várias, um mosteiro e outras casas, de traça genuìnamente portuguesa. As construções estão implantadas por entre uma vegetação que lhe dá graça e uma frescura, que parece fazer-se sentir mesmo a bordo.

O Porto do Recife, assim denominado, por assentar, a sua muralha de defesa contra o mar, em rochedos ou recifes naturais, não é de grande amplitude, mas suficientemente espaçoso, para permitir a acostagem simultânea, por meio de rebocadores, a muitas dezenas de barcos, que se podem estender ao longo de um cais de cêrca de 1:000 metros de comprimento, provido de umas três dezenas de potentes guindastes.

A população, de carregadores e homens de frete, é formada por pretos e mestiços, certamente de remota ascendência angolana.

Famílias inglêsas, alemãs, brasileiras e portuguesas, assaltam a nossa embarcação para fazer visitas, para passar tempo... para beber cerveja!... Antes de descermos, somos

abordados pelos repórteres, que nos formulam preguntas sôbre os objectivos que nos levam à Argentina, preguntando sob reserva... se os cavalos são para Franco — com vista à guerra de Espanha. O assunto, porém, que mais os interessa conhecer, prende-se com acontecimentos que desconhecemos, ocorridos em data imediatamente posterior à nossa saída de Lisboa, factos divulgados em Pernambuco, por telegramas de Gibraltar, reproduzidos nos jornais desta cidade.

Deixado o cais, entramos em contacto com a cidade, deparando-se-nos logo *sugestivo e imorredoiro no seu significado* o monumento a Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Percorridas as principais ruas, verifica-se nestas, notável movimento, que se faz por pavimentos asfaltados e de paralelipipedos de granito.

Só de onde a onde se assinalam zonas da cidade primitiva, que tendem a desaparecer.

Os transportes são assegurados por eléctricos, *auto-cars* e *taxis*.

Como edifícios que se impõem, citaremos: Correios e Telegrafos; Faculdade de Direito; Escola Normal; Palácio da Justiça e Maternidade.

A Faculdade de Medicina ocupa um modesto edifício. Da «Vila Militar», distante da cidade alguns quilómetros, dizem-se maravilhas, constituindo a sua concepção, realização e fins objectivos, uma obra admirável.

Como motivo das maiores atracções, do reclamo máximo de Pernambuco, apontam-nos um *boi marinho*, enclausurado em pequeno tanque, num largo da cidade. Algumas características, por certo fáceis de conceber, justificam o nome, mas o interêsse que o *boi marinho* desperta, quando se dispõe a vir à tona de água, não justifica o reclame.

As belezas que apontam à praia de Pernambuco — denominada «Boa Viagem» determinaram-nos um passeio até lá. Atravessa-se no trajecto uma ponte de 700 metros sôbre depressões alagadas, pantanosas nas marés baixas, povoadas por uma vegetação arbustiva a que em Angola se daria o nome de mangal.

É a estrada ladeada, em determinada extensão, por bairros de gente humilde, construções pobres, bairros edificados com todos os elementos a que se poude deitar a mão.

A Municipalidade vai, louvàvelmente, procurando substituí-los por modernos e higiénicos bairros, mas está longe ainda do fim objectivado.

Na «Boa Viagem» a costa é acentuadamente arenosa, e prolonga-se em extenso horizonte, acompanhada por ampla avenida, com *rails* para viação eléctrica, ascendente e descendente, que serve os banhistas e os habitantes de não muitas casas ali existentes, e que não passam de modestas e económicas construções. No centro da cidade, um pavilhão, de remota construção, constitue o mercado, onde predominam não só frutos do país e exóticos como elevado número de lojas de venda de refrescos.

É em carga a dôrso e também a dôrso de pequenos cavalos, franzinos, com cêrca de 1,40 de altura, se tanto, que vêm muitas das frutas e outros géneros para a cidade e para o mercado. Êstes animais que não sofreram a orquiotomia, de cabeças excessivamente compridas, rectangulares, num acentuado estado de miséria orgânica, são conduzidos por pretos e mestiços.

Falaram-nos num hipodromo e coudelarias de ginetes de puro sangue de corrida, pertença de ingleses e alemães, que o apertado do tempo e a distância, nos não permitiu visitar. Esta nossa digressão por terra brasileira, proporcionou-nos, uma vez de regresso a bordo, o estreitarmos as nossas relações de amizade, com um brasileiro ilustre, Dr. Parreiras Horta, professor da clínica dermatológica e sifiligráfica, da Faculdade Fluminense de Medicina, que regressava de uma viagem de estudo à Europa, e com quem trocámos impressões sôbre a cidade de Pernambuco e sôbre a acção dos portugueses no seu país.

Como conseqüência duma tal conversação, resultou o ficarmos sabendo que êste homem de ciência, era também professor da Faculdade de Medicina Veterinária do Rio, tendo sido um dos seus fundadores. Um tal facto, além do contentamento que nos causou, permitiu-nos antever, claramente, a chave de um problema que nos interessava vivamente resolver.

Estava no nosso plano de trabalho, além do cumprimento da missão oficial, que iamos desempenhar na Argentina, colher todos os elementos de estudo e registar tôdas as

nossas impressões de viagem, sem qualquer exclusão de recanto ou país.

Em favor dêste nosso plano, a Direcção Geral dos Serviços Pecuários, vê em nós um emissário, que aproveita para naquela República lhe colhermos elementos de estudo que sobremaneira lhes interessava obter, para uma proveitosa aplicação prática.

Navegavamos nas alturas do Rio Dôce, em dia santificado — 16 de Janeiro a véspera da nossa chegada ao Rio de Janeiro — ao terminarmos as nossas proveitosas conversações com o Prof. Parreiras Horta.

Ao amanhecer nebuloso do dia 17 de Janeiro de 1938, aproximávamo-nos vagarosamente da Baía do Guanabara, da cidade esplendorosa do Rio de Janeiro.

Como primeiros mensageiros, aparecem-nos à esquerda, por espaços separados do continente, que uma vegetação pujante, povôa, as ilhas Cagarros, com o seu luminoso farol, orientador da navegação, nas proximidades da Baía.

Espaços andados, divisam-se a custo, nas suas bem disfarçadas posições, os fortes de Santa Cruz, Lage e Villegagnon, que nos observam complacentes.

Como grande senhor feudal que tudo domina e avassala, apresenta-se-nos, como que a atestar a grandeza e esplendor da cidade do Rio, essa proeminente e magestosa aflor ação granítica «Pão de Assucar» de todo o mundo conhecida.

Constatada a extensão e movimento do cais, sobranceiro ao arranha ceus, de *A Noite,* jornal que todo o Brasil lê, e edifício que de tôda a parte é assinalado; o Turf-Club, ponto de passagem para quem chega ou parte, oferece-nos as suas salas de exposição, as suas flores de vivas côres, dispondo bem o visitante para a entrada na Grande Capital Federal.

Guanabara, a maravilhosa Baía, de uma grandiosidade cénica e vastidão sem rival, com a ilha do Governador, implantada ao centro, dotada da mais irregular e caprichosa peripecia, parece ter sido traçada assim pela natureza, para permitir ao homem, na sua ânsia do belo, no seu esforçado labor, poder produzir, poder prestar homenagem à natureza, oferecendo-lhe praias de uma magnificência esplendorosa,

quais outras cidades, que do centro do Rio se estendem em linhas divergentes e sinuosas, nos sopés das aflorações graníticas, que uma vegetação, ordinàriamente, exuberante povôa.

Assim, constatada a grandeza da parte central da cidade; observado o seu surpreendente movimento; as suas bem arborizadas avenidas, as suas ajardinadas praças, como a de Paris à beira mar; a exuberância da vegetação dos seus jardins citadinos; a beleza e frescura que se sente desprender dos canteiros floridos das casas, das residências de maravilha e sonho; constatada a imponência dos Palácios Presidenciais da época colonial, vamos admirar os edifícios das Escolas e Faculdades e entre estes os de Medicina Veterinária e Humana, dos Bancos, Teatros, Cinemas, Hoteis, Museus e Bibliotecas e um sem número de edifícios magestáticos, dispersos por tôda a cidade. Após esta rápida enumeração, faremos referência a clubs desportivos, merecendo citação especial, a par do Yathe-Club, com os seus barcos automóveis potentes e elegantes, em concomitância com hidro-aviões particulares, e o Jockey-Club Brasileiro.

A grandiosidade dêste corpo desportivo, com a sua magnífica séde no coração da cidade, só pode ser avaliada por quem percorra no Hipodromo, edifício por edifício, que, no seu conjunto externo, marcam uma nota da mais incontestada grandeza e bom gôsto; examine salão por salão, percorra as galerias dos seus guichés, suba nos seus elevadores, freqüente os seus restaurantes, observe a comodidade, amplitude e elegância das suas bancadas, olhe atentamente as suas pistas de corrida, arenosas e relvadas, e projecte finalmente êste conjunto de arte, maravilha e bom gôsto, num campo adorável de beleza, ao lado de Praias encantadoras, lago de tranqüilas águas, vegetação exuberante, luz intensa e policromia estonteante. Certificar-se-à assim da grande concepção do empreendimento, que

RIO — Jockey Club Brazileiro

reúne grandeza e elegância.

Junte-se a êste conjunto; imagine-se êste recinto de sonho, replecto de uma concorrência numerosa, entusiasmada e selecta; prepasse pela sua mente a elegância do elemento feminino com as suas vaporosas *toilettes;* o notável movimento das apostas, verificado na concorrência aos guichés, e terá uma pálida visão do que seja o Jockey-Club em dias de corrida, com prémios de centenas de contos, — o primeiro dos quais é por vezes de 300!

RIO — Hipodromo

Assim focado a traços largos um perfil do Rio, outros se nos apresentam à nossa observação que nos encantam e estonteiam.

A série de praias delineadas ao sabor das sinuosidades da baía e sobranceiras às elevações graníticas, povoadas de vegetação tropical, constituem novas cidades de beleza e movimento.

São designadas entre outras pelos bem conhecidos nomes de Botafogo, ou Praia Vermelha, Copacabana, com os seus arranha ceus; Ipanema, a aristocrática, e a Praia Leblon, ponto de chegada dos autos no célebre e internacional circuito da Gávea. Estes centros mundanos, constituem um dos maiores encantos e atractivos permanentes do Rio de Janeiro, cidade das mais encantadoras, para a não classificar como muitos, de capital que tem sôbre as outras a supremacia em beleza.

De todo êste conjunto de maravilhas que se sentem, que se vêem e se examinam, mas que não é fácil descrever, consegue-se fixar delas, na retina e na memória, uma visão de conjunto, percorrendo as estradas da Tijuca, nos seus vários trajectos, todos de um encanto sem rival, com pontos, com miradouros, donde se disfrutam os mais belos panoramas, constituindo o Corcovado, a 714 m., onde se ergue magestosa a estátua de «Cristo Redemptor», o miradouro donde se descortina uma empolgante vista panoramica de todo o Rio de Janeiro e Baía de Guanabara.

Três itinerarios são os ordinàriamente seguidos nas estradas de Tijuca, para observação da païsagem e belezas naturais.

A excelência das estradas, com rodado de cimento e seu traçado cheio de curvas de grande encanto e agradável pitoresco de bermas, das quais se disfrutam encantadoras vistas e se constata a existência de vegetação luxuriante e admirável de colorido, proporcionam agradáveis passeios.

Os panoramas que do maciço da Tijuca, se observam, são verdadeiramente belos, mas em nada lhe são inferiores os vistos do Excelsior a 611 metros de altura. Se assim se verificam miradouros e belas païsagens num primeiro trajecto, no segundo circuito, depara-se-nos a Vista Chinesa, a 300 metros de altura, donde se descortina o magnífico panorama das praias de Leblon e Ipanema. Num terceiro passeio poder-se-á admirar, na estrada da Gávea, o «Gávea Golf Club» com os seus bem cuidados campos relvados, matizados de rubras flores aqui e além, que sebes vivas circundam.

Êstes Clubs, atestando o interêsse pelos desportos ao ar livre, dão uma nota interessante de vitalidade, progresso, bom gôsto e interêsse pelo Golf e hipismo, tanto mais para louvar, numa época em que o automobilismo o pretende subverter por tôda a parte.

Do cavalo-aveia ao cavalo-motor

pelo Major ABÍLIO PAIS DE RAMOS

Tocou a unir. Acudo à chamada. Outros deverão seguir-me o exemplo.

É absolutamente certo que os colaboradores ilustres, que com tanto brilho iniciaram os interessantes estudos e artigos que os primeiros números da Revista da Cavalaria *nos apresenta, são pessoas mais do que suficientes para que lhe emprestem a substância de que ela necessita para se tornar um elemento útil e imprescindível à nossa Arma. São mestres com o nome feito; e nós, que os conhecemos muito bem e que fomos discípulos de alguns, não temos dúvidas em fazer esta afirmação, porque de todos temos recebido ensinamentos por intermédio das suas lições, das suas conferências, dos seus trabalhos bem conhecidos.*

Todavia, não é justo nem humano, que êles continuem sòzinhos a arcar com tão pesada tarefa. É preciso que cada um de nós concorra na medida do seu limitado préstimo para que tal iniciativa não possa fracassar. Qùod abundat non nocet.

Revista da Cavalaria

Todos nós sentimos que a nossa Arma precisa ser orientada e, agora, mais do que nunca, acarinhada e esclarecida. Reina ainda certa confusão nas fileiras...

Assentemos ideas e voltemos ao princípio, sempre que isso se torne necessário, para que os nossos passos nunca sejam vacilantes e possamos caminhar em frente com firmeza, com convicção, resolutamente.

É necessário desfazer a Lenda e enfrentar a Realidade! A cavalaria há-de continuar a ser sempre a Cavalaria, e nós os cavaleiros, sejam quais forem os meios de que lancemos mão para cumprir as suas variadas missões.

A Revista da Cavalaria *surge como um raio de luz que à viva fôrça procura romper a cerração. Nós, os cavaleiros, sentimos bem a crise que a nossa Arma atravessou, mercê da confusão e do desânimo tão infundadamente provocados.*

Alguma coisa ficou, porque a semente era boa e conseguiu perdurar em terreno fecundo e fértil para que pudesse germinar novamente, como germinou, quando o clima *melhorasse e o* meio *o permitisse.*

Devemo-lo a Morais Sarmento e a Maia Magalhães; a Botelho e a Bucêta; a Mascarenhas e Aguiar Ferreira — para não citar tantos outros, que, por êsses Regimentos de Norte a Sul de Portugal, tanto lutaram sem perder a fé. Todos êles transformaram as suas espadas em verdadeiras alavancas propulsoras dum verdadeiro «espírito cavaleiro», que nós herdamos dos nossos maiores e que há-de finalmente desenvolver-se e florir!

São para todos êles as minhas sinceras homenagens.

E para vós, camaradas amigos, que provocais uma nova aurora no dia da Cavalaria do presente com a voz do sangue dos Cavaleiros do passado, que vos corre ainda nas veias, criando esta bela iniciativa duma Revista que todos nós pediamos como pão para a boca; para vós que procurais através de tudo dissipar as trevas para que se dê forma e expressão, a arte e a beleza, às ambições legítimas da nossa alma, no desejo ardente de bem servir, os meus sinceros aplausos e o meu modestíssimo concurso.

Tenho pena, caros camaradas, que não possa corresponder tão eficientemente quanto seria para desejar.

Entendi que não tinha o direito de bater em retirada, mas sim o dever de estar presente. O prometido é devido.

PARA que as características da Cavalaria moderna possam ser apreciadas no seu justo valor e possamos analisar e criticar as diferentes modalidades do seu emprêgo e, conseqüentemente, colher ensinamentos úteis do nosso estudo, é absolutamente indispensável que lancemos um golpe de vista retrospectivo e observemos, embora num esbôço feito a traços largos, qual foi a evolução tática da nossa Arma através dos tempos.

Recuemos trinta séculos. Já então a tropa montada evidenciava possuir determinadas qualidades que a distinguiam. O espírito impetuoso, que o hábito constante de cavalgar comunicava ao cavaleiro, e a velocidade do cavalo produziam como resultante o vigor e a iniciativa, a decisão e a audácia no ataque. E, assim, o conjunto *homem-cavalo* era utilizado como *arma projéctil* que velozmente se arremessava contra o inimigo. Era o *choque* na sua forma bárbara e primitiva, é certo; mas também na sua expressão mais bela, na sua forma mais simples e brutal.

Só mais tarde o efeito do choque foi sucessivamente aumentado, quer pelo emprêgo da *arma branca,* de variados tipos, quer pela *manobra.*

A organização tática, durante a idade clássica, baseava-se mais na natureza do terreno do que na cooperação entre as Armas. Em Scythia, apenas existiam archeiros montados, enquanto que, em Sparta, não encontramos pràticamente a Cavalaria (1).

É nas origens da história da Ásia que podemos descortinar o emprêgo mais remoto de combatentes montados com uma organização militar distinta. Diodorus, historiador grego do 1.º século antes de Cristo, relata que Osymandias,

---

(1) O termo «Cavalaria», da palavra latina *caballus,* foi introduzido na literatura militar nos meados do século XVI, como designação geral de todos os homens montados que se destinavam ao combate.

Vem a-propósito registar também que os *selins* começaram a ser utilizados no ano 306, depois de Constantino. As *ferraduras* datam do ano 480 e os *estribos* foram introduzidos pelos francos, no século V.

que viveu antes da guerra de Troia (1230—1190 A. C.), comandou 20.000 homens montados contra os rebeldes da Bactriana. Era uma autêntica Divisão de Cavalaria. No entanto, só mais tarde, (743 A. C.), a cavalaria foi organizada em divisões por Lycurgo.

Contudo, esta só nos aparece como factor tático decisivo depois da batalha de Arbela (331 A. C.), quando Alexandre, conduzindo 7.000 cavaleiros da Macedónia, se lança obstinadamente por uma brecha do exército persa e obtem uma vitória completa com êste feito brilhante de audácia e de engenho.

Seguem as batalhas de Trebbia e de Cannae, em que Hannibal põe em evidência o perfeito emprêgo da cavalaria. Em ambas elas, os cartaginêses conseguem desconjuntar as legiões romanas por meio dum *ataque envolvente*. Era o triunfo da manobra. Foi a falta duma boa cavalaria que levou os exércitos de Roma à ruina e é muito interessante constatar que, só depois de Scipio Africanus a ter organizado e treinado convenientemente, se tornou possível a derrota dos cartaginêses, na batalha de Ilipa, 205 anos antes de Cristo, e a sua completa aniquilação, poucos anos depois, na batalha de Zama. Enquanto, na primeira, Hasdrubal executa um *duplo envolvimento* com infantaria e cavalaria, na última, consegue derrotar Hannibal por meio dum ataque frontal fixante, feito pela infantaria, conjugado com um ataque pela retaguarda, executado pela Cavalaria (1).

A evolução tática desta Arma continua assim na sua curva ascendente, com períodos mais ou menos longos de estabilização, até que, no século XIII, começamos a observar os mais brilhantes exemplos duma concepção estratégica incomparável, em que as principais características da Cavalaria são utilizadas ao máximo e postas em relêvo no seu mais elevado grau: a mobilidade, a potência do fogo, o efeito do choque, os reconhecimentos em fôrça a distância, os ataques de diversão e as perseguições implacáveis. Basta citar os nomes de Genghis Khan, e os seus grandes generais

(1) Convêm notar que a Cavalaria levava consigo para o campo de batalha os seus «lança-projécteis», que, por diminuirem consideràvelmente a sua mobilidade, passaram a ter uma organização distinta — mais tarde a *artilharia de campanha*.

Djebe e Subotai. Durante cêrca de trinta anos, as hordas montadas mongólicas conquistam o mundo antigo, ainda que temporàriamente, desde o Mar Amarelo ao Adriático! Foi a primeira vez, na história militar, que o *fogo* precedeu e preparou a acção pelo *choque*.

Durante a Idade Média, pode afirmar-se que a única organização eficiente de combate era constituída pela Cavalaria, possuindo como armamento a espada e a lança.

Para os cavaleiros desta época, na sua maioria descendentes dos nobres (1) e possuídos dum extraordinário *espírito de corpo*, não havia obstáculos intransponíveis nem limites admissíveis para os seus empreendimentos audaciosos. O efeito do choque era explorado ao máximo com manifesto prejuizo da mobilidade.

Os cavalos indígenas da Europa e da Ásia, demasiadamente pequenos e fracos para aquêle fim, quando sobrecarregados pelas armaduras, eram substituidos pelas raças corpolentas e pesadas Dongola ou Africana, que se expandiam por todo o mundo conhecido de então. O cavaleiro da época, vestido de aço — o autêntico *homem-mecanizado*, reduzia a mobilidade ao mínimo, com a única preocupação de se proteger. Invencível, quando se batia contra os desprotegidos infantes, era impotente para romper a armadura (2) dos cavaleiros inimigos. E, desta maneira, a luta entre os «homens-de-armas» fazia-se, pràticamente, sem perda de vidas. Desgraçados daqueles que iam... — permitam-me o termo, por ser oportuno e apropriado — para o *charco:* Na batalha de Zagonari, na Itália, em 1423, perderam a vida apenas três cavaleiros que, tendo caído das suas montadas, morreram afogados num pântano. Em Agincourt, também alguns cavaleiros franceses, despojados dos cavalos e incapazes de se libertarem dum lodaçal, acabaram por morrer atropelados.

A carga era feita a trote curto, e, duma maneira geral, pode dizer-se que a Cavalaria, prejudicada nas suas

(1) Os restantes homens válidos da plebe, sem meios suficientes para manter os seus cavalos, constituíam as tropas de infantaria.

(2) A armadura do cavaleiro chegava a pesar 100 quilos.

características mais importantes e que tanto a distinguiam, atravessava a mais profunda crise da sua eficiência tática.

Com o aparecimento da pólvora como factor militar, tornam-se estéreis tôdas as tentativas para aumentar a espessura das armaduras ou a resistência à penetração dos projécteis, e surge o *petronel* nas fileiras da cavalaria, como a sua primeira arma de fogo. Consistia esta dum simples tubo de ferro ou latão, provido de um pequeno *ouvido* na extremidade e fixado numa pequena peça plana, de madeira, que encostava ao peito do cavaleiro quando fazia fogo. A boca apoiava numa forquilha existente no cepinho do arreio.

Esta arma, depois de convenientemente aperfeiçoada, transformou-se no *arcabuz*, que o cavaleiro já levava ao ombro para disparar.

A-pesar-de tudo, a Cavalaria continuava em crise: pouco manejável, pequena velocidade e, portanto, incapaz de produzir um choque eficaz. A sua fraca potência de fogo, manifestamente inferior à da infantaria, com que tinha de defrontar-se, não podia contrabalançar a perda quási total das suas qualidades próprias. Machiavelli escrevia, em 1515: *Uma bem organizada infantaria não póde ser batida senão por outra infantaria.* E assim era, na verdade, por muito que doêsse aos cavaleiros.

A cavalaria aumentou consideravelmente as suas possibilidades depois da invenção da pistola, em 1521, adoptando-a imediatamente como arma de combate. No entanto, a tática empregada nessa época tinha qualquer coisa de extraordinário e de grotesco: Os cavaleiros germanos, formados em profundidade, habitualmente em 17 fileiras, não tentavam sequer a acção pelo choque. Limitavam-se a avançar para o inimigo sem carregar e, uma vez atingida a distância conveniente, a fileira da frente disparava as pistolas e evolucionava a trote, pela direita e pela esquerda, reagrupando-se à retaguarda, para carregar de novo as pistolas e dar a palavra à 2.ª E assim sucessivamente. A cavalaria francesa, tendo adoptado finalmente a tática da carga impetuosa, enquanto os germanos faziam fogo, derrotava-os quási invariàvelmente. Foi então que Carlos V introduziu grandes aperfeiçoamentos na cavalaria germânica. As companhias pouco manejáveis,

de 600 combatentes, cederam o lugar aos esquadrões, de 400 homens, e êstes apenas com dez, e mais tarde, com oito fileiras.

Seguidamente, Henrique IV de França, responde-lhe com uma formação ainda menos profunda, com seis fileiras apenas.

Notava-se neste período uma acentuada mistura de cavalaria com infantaria no dispositivo de combate, a qual, diga-se em abono da verdade, não provava satisfatòriamente. Na batalha de Coutras, por exemplo, no ano de 1587, vemos a cavalaria colocada no centro e a infantaria nos flancos. Quando os cavaleiros realistas chegaram à distância de 20 metros, a infantaria fez uma descarga. A cavalaria huguenote executa imediatamente uma contra-carga e repele os realistas do campo de batalha.

A lança começa pouco a pouco a desaparecer e as armaduras, já impotentes para resistirem ao poder de penetração dos projécteis dos mosquetes, vão sendo gradualmente aligeiradas. Nenhuns outros progressos radicais se notam na tática da cavalaria até ao aparecimento dos *dragões,* (1), designação atribuída pelo Marechal de Brissac (1584-1609) ao corpo de infantaria montada, que organizou e exercitou, especialmente adestrado para combater a cavalo ou a pé.

Havia, no entanto, necessidade de lhe aumentar a mobilidade — problema que Maurice de Nassan foi o primeiro a resolver, organizando-a em regimentos, compostos de cêrca de 1000 cavalos. Contudo, só Carlos XII da Suécia compreendeu o verdadeiro papel destinado à cavalaria. A armadura defensiva bem como o emprêgo das armas de fogo a cavalo foram, finalmente, postos de parte, e os cavaleiros, armados de espada suficientemente comprida e direita, apropriada à estocada, aprendem a carregar o inimigo a grande velocidade.

Esta autêntica alvorada no emprêgo tático da nossa Arma atinge apreciável desenvolvimento e perfeição na Guerra dos Sete Anos, graças a Frederico o *Grande,* cujas

(1) Na Idade Média, os soldados montados usavam como insignia, nos capacêtes, um dragão.

tropas primavam no manejo das espadas e na arte da equitação. Como compensar a perda da acção pelo fogo e remediar os inconvenientes da vulnerabilidade resultante da exposição das tropas de cavalaria aos fogos da infantaria e da artilharia adversas?

Frederico solucionou o problema com a artilharia a cavalo, para *acompanhamento e apoio* da Cavalaria. A primeira, constituída por peças muito ligeiras, facilitava e abria o caminho para a carga, continuando a fazer fogo enquanto mascarada pela segunda. Não obstante a sua perfeição no campo de batalha, a cavalaria de Frederico pecava extraordinàriamente pela falta de um bem montado serviço de segurança e de informações. A cavalaria ligeira austríaca, com a sua rêde de cobertura e os seus reconhecimentos, conseguia conhecer nos mais pequenos pormenores todos os movimentos do monarca prussiano, enquanto êste, completamente isento de informações oportunas e actuais, deixava capturar os seus combóios, os seus estafetas e até as próprias malas de correio! Em Sohr e Hockkirch, foi surpreendido por forma tal, que só um génio militar, como o seu, o consegue salvar dum formidável desastre. Uma fôrça de cavalaria ligeira, com o efectivo de 4000 austríacos, executa um *raid* sôbre Berlim e captura a capital.

Surge a cavalaria napoleónica, e com ela o elmo e a lança. Depois de uma completa reorganização, é diferenciada em vários tipos: os cavalos mais corpulentos, para os couraceiros (1) ou cavalaria pesada; os melhores cavalos ligeiros, para os hussares e, os restantes, para os dragões (infantaria pesada).

A cavalaria napoleónica atinge o mais elevado grau do seu esplendor e Napoleão, o grande Mestre da Arte da Guerra, emprega-a com inexcedível perfeição, quer na obtenção do choque no campo de batalha, quer na perseguição resoluta e implacável dum inimigo batido. Na procura de informações e na cobertura, sabia tudo e ia a tôda a parte. Nem por isso a potência do fogo deixava de merecer-lhe atenção como

(1) A couraça, também designada por *chapa do peito e costas* era uma simples peça de armadura defensiva.

um dos factores mais importantes, tal como foi posto em evidência no célebre combate, em Eylau, em que o 20.º de Caçadores a Cavalo derrotou uma massa considerável de cavalaria russa.

Quando Napoleão invadiu a Rússia, que por sua vez dispunha de grandes efectivos de couraceiros, dragões, hussares e hulanos, surge-nos uma cavalaria ligeira especial que surpreendeu o mundo militar com as suas proezas sem igual — os *cossacos* — que influiram, mais do que qualquer outro factor, no resultado final desta campanha.

Os cossacos, armados de lança, espada e pistola, e, mais tarde, em 1813, de mosquetes de infantaria, capturados aos próprios franceses, eram peritos inexcediveis na equitação e desenvolviam para o combate a pé com um método que só cincoenta anos depois foi imitado. O General Morand diz, a seu respeito, o seguinte: «A marcha do Grande Exército foi primeiramente demorada pelos cossacos e, mais tarde, êstes impediram-no de todos os reabastecimentos, envolvendo-lhe os flancos, como enxames de abelhas que acabam por atormentar e fatigar o leão e o fazem rugir por não poder suportar tanta ferroada».

Esta cavalaria enervante, simultâneamente ilusória e omnipresente, fez sentir a sua acção precisamente quando a cavalaria de Napoleão, depauperada e exausta de fadiga, não ultrapassava 1/14 do efectivo total do seu Exército. O grande Imperador deplorava tão grande falta, e apenas devido a esta circunstância se tornaram estéreis as suas brilhantes vitórias de Lutzen e Bautzen. Durante os últimos dias que precederam a batalha de Leipsic, Napoleão nada sabia dos movimentos dos Aliados, enquanto êstes se encontravam bem informados a respeito dos seus. O seu génio achava-se como que paralisado devido à falta de informações, e não é exagêro afirmar que a falta de cavalaria contribuiu poderosamente para a sua derrota.

Na Guerra Civil americana, as fôrças de cavalaria do Sul foram as primeiras a manifestar as actuais características da moderna cavalaria a cavalo. Como conseqüência natural da sua vida anterior, os cavaleiros estavam já absolutamente familiarizados com o emprêgo da espingarda e do revólver. Especialmente aptos para a execução de marchas

rápidas e longas através dos campos, com uma prática extraordinária da vida em campanha e não menos preparados para o combate a cavalo ou a pé, a sua eficiência tática não tardou em ser compreendida pelos chefes da cavalaria do Norte que, dentro em pouco, os imitaram com resultados satisfatórios.

Em anos sucessivos de contínuos combates com os índios, tanto a Oeste como na guarda da fronteira Sul, as características da mobilidade, da potência do fogo e da violência do choque, e, em especial, a adaptabilidade a todos os tipos de combate, foram-se acentuando cada vez mais e melhor.

A cavalaria europeia, a-pesar-de tudo, mostrava-se renitente em aproveitar aquelas experiências.

Vejamos o que sôbre o assunto determinava o Regulamento francês, em 1914: «O ataque a cavalo à arma branca (sabre ou lança) é o único que dá resultados rápidos e decisivos e é o principal modo de actuar da cavalaria. O combate a pé é empregado quando a situação ou o terreno impedem momentâneamente que a missão seja cumprida pelo combate a cavalo». O último regulamento alemão antes da guerra de 1914, o de 1909, estabelecia: «A cavalaria deverá sempre tentar cumprir a sua missão por meio duma acção ofensiva. Sòmente atacará com as carabinas quando a lança fôr impotente para desempenhar a sua função». No entanto, podemos deduzir as tendências do pensamento alemão, a êste respeito, de um «memorandum» que foi publicado durante as manobras da sua cavalaria: «Participai na batalha em tôdas as circunstâncias, *especialmente pelo fogo;* empenhai-vos a fundo na *perseguição*».

Como conseqüência da doutrina francesa, o Tenente-Coronel Prioux, Comandante da Cavalaria, dizia numa conferência feita na Escola de Guerra, em 1923: «Tôdas as unidades de cavalaria, desde o pelotão à Divisão, estavam preparadas para o combate a cavalo; pelo contrário, o combate a pé estava apenas previsto para as sub-unidades».

A tendência por parte dos alemães para uma nova modalidade no emprêgo da cavalaria explica a sua tática, no princípio da Grande Guerra, quando procuravam atrair as patrulhas francesas, em perseguição das suas, até ao alcance das fôrças de infantaria que as apoiavam. Em contraposição,

As primeiras são de efeitos coercitivos e as duas pernas do cavaleiro, têm como único papel empurrar igualmente para deante; as segundas provêm dum entendimento convencional.

Haverá algum exercício que consiga fazer a ligação entre o efeito obrigatório e o entendimento convencional?

Sim, quanto a nós, há a rotação inversa, feita pela rédea contrária de oposição à frente do garrote — classificação de Benoit —, ou sòmente rédea contrária de oposição — classificação do Commandant Salins.

E se juntarmos depois a acção da perna contrária obteremos, então, a rotação com ajuda diagonal.

Esta rotação inversa sempre feita, ganhando terreno para deante, contribue: para o encôsto — garupa andando mais do que as espáduas —, para a ligeirêza — cruzamento dos porteriores e deslocamento de pêso para o centro da figura — e para todo o trabalho em duas pistas e galope, pelo emprêgo da ajuda diagonal.

Se não tendes confiança nas vossas pernas, dai de vez em quando uma lição sôbre rédeas directas, ou, terminai sempre as lições sôbre as mesmas rédeas.

Logo que o animal executa com facilidade e correcção, as rotações inversas conforme acabamos de descrever, podêmos iniciar o trabalho a galope e o recuar; obteremos, então, com relativa facilidade, o galope invertido, as rotações directas, os aumentos e diminuïções.

Supomos que seja êste o ensino necessário ao vosso cavalo para depois iniciardes qualquer especialização a que o destinais.

Não queremos com isto dizer, que não podeis, conjuntamente, fazer o trabalho citado com o de campo ou obstáculos; mas, principalmente nêste último, só deveis fazê-lo com a idéa de ginasticar, sempre em obstáculos amparados, em que a condução dentro do campo do salto, não seja necessária, para que a falta de domínio do cavaleiro, não dê ao animal o hábito da desobediência.

Áquêles que tiveram a paciência de nos lêr, os nossos agradecimentos, pedindo que não esqueçam o nosso fim em vista escrevendo estas linhas:

Auxiliar e entusiasmar os novos, a favor do espírito cavaleiro, para bem da nossa Arma.

os cavaleiros franceses eram levados a crêr que, pelas suas cargas a cavalo, impetuosas e persistentes, alcançavam sôbre o inimigo «uma vantagem moral de grande importância».

É digna de registo a doutrina que o Regulamento americano já preconizava em 1913:

«A cavalaria possue os seguinte métodos de combate:

1.º A carga a cavalo, isolada, ou apoiada pela artilharia ou pelo combate a pé, ou por ambas as formas;
2.º O combate a pé, ofensivo ou simplesmente defensivo, ou em combinação com a artilharia;
3.º O combate pelo fogo a cavalo, em casos excepcionais».

O regulamento do mesmo país, em 1914, determinava por uma fórma clara e precisa que «a cavalaria deve ser astuciosa e empreendedora. Com os seus movimentos rápidos, encontra freqùentemente o inimigo desprevenido. As preocupações excessivas fazem perder a vantagem da surprêsa, que é o factor de maior influência no sucesso duma carga, desde que o elemento normal — o fogo — seja combinado com o efeito da arma branca».

«A cavalaria não deve deixar-se impressionar demasiadamente com a potência das suas armas de fogo, mas estará sempre pronta a lançar-se ao assalto a pé e a capturar posições ao inimigo com a mesma determinação e resolução que a infantaria».

«As direcções de ataque mais eficazes são as do flanco e retaguarda do inimigo».

O já citado Tenente-Coronel Prioux expunha, em 1923: «Na verdade, sôbre os terrenos adjacentes às nossas fronteiras, devido a construções de tôda a espécie, especialmente propriedades cercadas de rêde de arame, as unidades importantes de cavalaria, que possuam potência de fogo, não podem por forma alguma empregar o combate a cavalo. Devemos, contudo, ter cuidado em não generalizar esta conclusão, quer às pequenas fôrças de cavalaria que, pelo contrário, muito podem beneficiar dos cobertos do terreno, quer às unidades já importantes que por ventura operem em regiões pouco populosas, onde haja espaço suficiente para manobrar».

Foi durante a Grande Guerra que a cavalaria aumentou extraordinàriamente o seu potencial de fogo, recorrendo às metralhadoras ligeiras e pesadas, às espingardas metralhadoras, e, finalmente, às auto-metralhadoras, verificando-se desta maneira o início da mecanização que, pouco a pouco, se foi generalizando e desenvolvendo, a ponto de chegarmos à constituïção actual de unidades inteiramente motorizadas e mecanizadas. *A mobilidade, a potência de fogo e o choque* continuam a ser as suas características fundamentais e, por conseqüência, idênticas as suas missões. Tornou-se possível e absolutamente desejável a acção combinada da cavalaria a cavalo com a cavalaria mecanizada, mas não devemos esquecer que, para obtermos desta conjunção a máxima eficiência e os resultados mais lisongeiros, deverão elas ser utilizadas com propriedade, visto que, completando-se, não deverão nunca amarrar-se uma à outra, por forma a se prejudicarem mutuamente.

Nesta marcha evolucionária da cavalaria através da História, verificamos que as actuais características lhe foram sempre inerentes, em vários graus de importância a respeito de cada uma delas, segundo as épocas em que forem apreciadas.

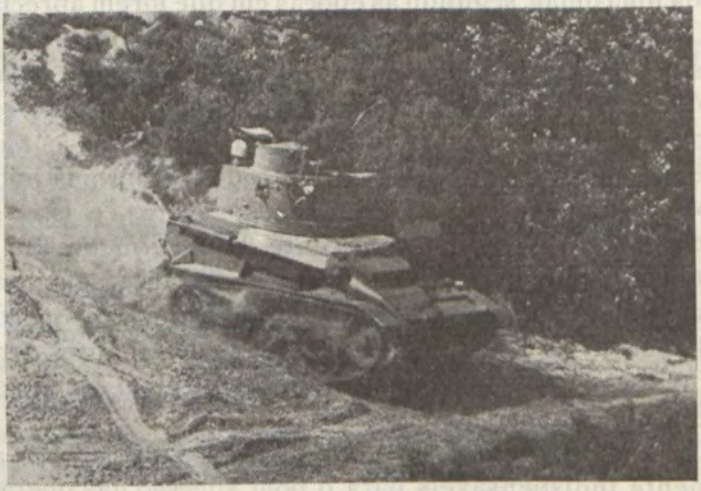
Desde os tempos mais remotos até ao presente e em todos os teatros de operações da Grande Guerra, a cavalaria provou exuberantemente que constitue um elemento essencial no equilibrado conjunto dum Exército. Tôdas as nações, prevendo o futuro, procuram por tôdas as formas evitar a estabilização pela criação de flancos abertos, e isso só se consegue com o aumento crescente da *mobilidade*. Por conseqüência, a Cavalaria será sempre necessária, seja qual fôr a sua modalidade, para a execução das honrosas, oportunas e indispensáveis missões, que só as suas dominantes características tornam possível, quaisquer que sejam os meios de que tenha de lançar mão.

Os elementos ligeiros e móveis dum Exército são absolutamente indispensáveis para o bom sucesso das operações, e o emprêgo da moderna Cavalaria, armada com os mais recentes e destrutivos meios de combate, rege-se, hoje, tal como em Cannae, segundo os mesmos princípios, agora temperados pelos métodos que lhe são impostos pelo armamento moderno.

Ao analisarmos as diferentes modalidades que afectaram o combate da Cavalaria, nós surpreendemo-la a carregar, de sabre em punho; combatendo a pé tão denodada e brutalmente como a infantaria; longe ou lado a lado com as outras Armas; enfrentando a neve ou as areias dos desertos; subindo as montanhas ou atravessando as grandes planícies; sofrendo com resignação aqui ou colhendo os frutos da vitória acolá; e, finalmente, galopando para o sacrifício, como último recurso para salvar a batalha!

Porque assim é e assim tem sido através da História, é preciso conservar a fé, porque assim será no futuro.

Inspiremos, pois, o nosso espírito por forma que os cavaleiros do Passado, que tão corajosamente cavalgaram por perigosos atalhos, não tenham perdido o seu tempo ensinando-nos o caminho. E êste tem de ser fatalmente percorrido, quer pelo *cavalo-aveia,* quer pelo *cavalo-motor.*



Temas tácticos

pelo Capitão AGUIAR FERREIRA

A resolução do Tema n.º 1

(Continuação)

B) **A organização do movimento:**

A organização do movimento comporta o estudo do dispositivo a tomar, itinerários a seguir, elementos de segurança a estabelecer, regulação e coordenação do movimento, conduta a seguir e natureza das informações a procurar.

Vimos porém que, se para alcançar o 1.º objectivo sôbre a rib. de **Alcabrichel**, as probabilidades de encontro com o

inimigo são mínimas, outro tanto não sucede na execução dos lanços seguintes para atingir o 2.º objectivo sôbre a rib. de **Seixal**, em que as probabilidades de encontro são cada vez maiores no espaço e no tempo. O movimento deve portanto ser regulado inicialmente sòmente para executar o 1.º lanço, e só depois de atingida a rib. de **Alcabrichel** e de recebidas a informações do elemento lançado sôbre **Lourinhã**, o Com. deverá regular definitivamente as condições do movimento a realizar para N. desta ribeira. Trata-se, em primeiro logar, de atingir o **Alcabrichel** e assegurar assim o cumprimento da missão mínima recebida, e só depois de o conseguirmos trataremos da continuação da progressão. Isto não quer dizer que o Com. de G. C. D. 6 não deva desde o início fazer uma ideia geral sôbre a forma de continuar essa progressão para não perder tempo, mas podendo a situação evolucionar por forma a modificar disposições permaturamente determinadas, é preferível que estas só sejam dadas com pleno conhecimento de causa.

Pelo que respeita ao dispositivo, recordemos que êle comporta geralmente:

— *reconhecimentos ligeiros* (flechas) sôbre os eixos principais, lançados para a frente dos elementos avançados (em princípio eqds. ou sec. moto) com simples missão de informação;

— *um escalão de exploração* accionado sôbre as principais vias de comunicação com a missão de explorar o terreno numa zona mais ou menos larga e com mais ou menos detalhe segundo as probabilidades de encontro com o inimigo e a velocidade de exploração imposta, e cujos elementos, no final do lanço a realizar, se estabelecerão em pontos bem determinados que fechem a linha a atingir, entendendo-se que uma linha está fechada quando o inimigo a não pode transpôr sem ser assinalado e alvejado por fogos convenientemente estabelecidos;

— *um grosso* ou escalão de combate que compreende os restantes elementos, fraccionado em dois escalões, hipo e auto, progredindo sôbre o eixo de marcha com a sua velocidade própria por lanços sucessivos, por forma que,

em princípios, os dois escalões novamente se reunam no final de cada lanço.

Aconselharemos os nossos amáveis leitores que recordem as «Instruções provisórias para o emprêgo dos Grupos de Cavalaria» publicados em 1932 pela D. A. C. e que ainda hoje são de útil consulta, embora precisassem de actualização.

Pelo que diz respeito a elementos de segurança do comando a lançar, bastará uma flecha moto a accionar sôbre **Lourinhã**; como os elementos inimigos especialmente a recear durante a execução do 1.º lanço são os motorizados, convém quem esta flecha seja accionada segundo a estrada **Vimeiro — Marteleira — Lourinhã**, e, como convém mantê-la em **Lourinhã** durante a execução do movimento, há vantagem em que tenha uma certa capacidade de resistência, visto não ter a mobilidade das unidades a cavalo. Além disso, como as informações de **Lourinhã** são de capital importância para o desenvolvimento da manobra, fixaremos a velocidade de deslocação em 20 km. que êsse elemento moto pode fàcilmente obter, com margem para assegurar a sua própria segurança.

Pelo que diz respeito ao escalão de exploração, temos de considerar as principais vias de comunicação penetrantes e que, até ao **Alcabrichel**, são, como já vimos, os caminhos **Ponte do Rol — Pai Correia, Ponte do Rol — A dos Cunhados, S. Pedro da Cadeira — Secarias — Vimeiro** e **Silveira — Povoa de Além — Vimeiro.** O primeiro não tem um grande interêsse, não só por ser demasiado excêntrico, mas, e sobretudo, porque a passagem do **Alcabrichel** em **Pai Correia** pertence à zona de acção do Dest. n.º 2 à nossa direita, como mais directamente lhe interessando na progressão do inimigo por **Pai Correia** sôbre **Tôrres Vedras.** Os três restantes interessam directamente à segurança do movimento do nosso G. Cav., pelo que somos levados a lançar três patrulhas; e como o Com. pretende ocupar prèviamente as passagens do **Alcabrichel** em **A dos Cunhados** e **Vimeiro** pelo E. Moto, é levado naturalmente a constituir essas patrulhas com elementos moto. Dadas as condições de situação, estas patrulhas receberão sòmente os seus itinerários, o que permitirá que se desloquem com velocidade apreciável. No final do lanço

deverão ocupar **A dos Cunhados, Vimeiro** e ponte de **Maceira**, garantido assim a posse das passagens que interessam ao Com. do G. Cav. Para isso precisam de ter um efectivo suficientemente forte (da ordem do pelotão) que convirá reforçar com M. P. e elementos anti-carro. Desta forma teremos a garantia de que as passagens de **A dos Cunhados** e **Vimeiro** não serão forçadas pelo inimigo antes de o grosso estar em condições de se lhe opôr. Finalmente, as patrulhas deverão estabelecer a ligação entre si no final do lanço segundo a transversal **A dos Cunhados — Sobreiro Curvo — Sarpigueira — Maceira.**

Quanto ao grosso, é intenção do Com. accioná-lo segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Secarias — Vimeiro**, levando as unidades a cavalo em 1.º escalão. Êste deverá iniciar a sua marcha o mais cêdo possível, isto é, logo que o escalão de exploração tenha um avanço de 3 a 4 km., e como no final do lanço deve estar em condições de reforçar ràpidamente a defesa de **A dos Cunhados** e **Vimeiro** e além disso constituir ràpidamente uma frente defensiva para ligar os dois núcleos já constituidos pelo E. Moto, não deve ultrapassar a bifurcação para **Sobreiro Curvo.** O escalão auto deverá marchar com a sua velocidade própria por forma a que reüna ao escalão hipo no final do lanço que deverá ser atingido ao mesmo tempo (tendo em atenção a profundidade do escalão hipo e a distância mínima de uns 500 m.), não convindo que a distância máxima seja superior a uns 6 km. Calculando em 7 km. a velocidade do escalão hipo e em 15 km. a velocidade do escalão auto, vemos que êste levará aproximadamente metade do tempo a percorrer a mesma distância que o escalão hipo, pelo que, para conseguir a reünião em tempo útil dos dois escalões, bastará que o escalão auto parta à hora do escalão hipo mais metade do tempo que êste leva a realizar o 1.º lanço.

Pelo que diz respeito aos elementos de segurança já vimos as determinações acêrca da flecha e do escalão de exploração a lançar. Além duma guarda avançada a destacar pelo E. C. da testa e cujo efectivo não necessitará ser superior a 1 pelotão, a D. C. C. será entregue ao pel. C. por forma a cobrir os dois escalões do grosso e em especial o escalão auto. A D. C. A. será entregue ao pel. M. D. C. A.

com a missão de cobrir o escalão auto, como o elemento mais vulnerável à acção da aviação inimiga.

A conduta a seguir pelo G. C. D. 6 é a que resulta da sua missão: procurar atingir a região de **Lourinhã** e para isso atacar os elementos inimigos que se lhe oponham; no caso de o não conseguir, instalar-se definitivamente na região de **Vimeiro.** Quanto aos elementos de exploração deverão envidar os seus esfôrços para atingirem os pontos que lhes foram determinados e colher as informações que interessam ao Com. e que são essencialmente a natureza e efectivos dos elementos inimigos com que se defrontem.

O problema do movimento durante o 1.º lanço encontra-se assim pràticamente resolvido, restando dar-lhe a forma de ordem, durante a redacção da qual se resolverão pequenos detalhes que interessam especialmente à técnica.

Recebida a O. Op. do II C. E. às 18 h. de 1 e colhidas às 19 h. as informações complementares procuradas na rib. de **Alcabrichel,** o Com. do G. C. D. 6 pode dár às 20 h. 30 a sua Ordem de operações que regula o movimento a realizar em 2 até ao 1.º lanço. Esta ordem poderá ter a forma seguinte:

II C. E.
G. C. D. 6
N.º...

P. C. em **Bonaval**
1/V/...
às 20 h. 30

Ordem de operações n.º ...

I — **Situação e missões:**

Fôrças inimigas estão a desembarcar na região de **Caldas da Rainha** cobertas por destacamentos instalados em **Serra de El-Rei, Roliça** e **A dos Francos.**

É possível que uma parte importante das fôrças inimigas se ponha em marcha para S. a partir da manhã de 2 e conseqùentemente de admitir que elementos avançados sejam encontrados a N. da rib. de **Alcabrichel.**

2 — O nosso II C. E. (6.ª Div. na esquerda) vai marchar para o N. segundo o eixo **Mafra — Tôrres Vedras — Bombarral** com

a missão de tomar contacto com as fôrças inimigas, iniciando a sua progressão na noite de 1/2, devendo as testas dos seus grossos atingir na madrugada de 2 o rio **Sisandro.**

3 — O Dest. Av. n.º 2 à nossa direita recebeu uma missão análoga à nossa segundo o eixo **Tôrres Vedras — Bombarral,** pelo que vai marchar àmanhã, 2, sôbre **Bombarral** que deve ocupar.

4 — O G. C. D. 6 tem em 2 a missão de:

a) Explorar a zona de acção da 6.ª Div. limitada a E. por **Charnais** ( ) — **Bombarda** — **Outeiro da Pena** ( ) — **Cabeça Gorda** ( ) — **Pinhoa** ( ) — **Arrife** ( ) e a W. pelo Oceano.

b) Progredir segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Vimeiro — Lourinhã** a-fim-de cobrir na esquerda a marcha do II C. E., para o que deverá instalar-se defensivamente na região de **Lourinhã;** em caso de encontro ou de ataque do inimigo deverá garantir pelo menos a posse da rib. de **Alcabrichel** na região de **Vimeiro.**

c) Estabelecer a ligação com o Dest. Av. n.º 2.

— Meios suplementares: 1.ª e 2.ª Comp. At. e 1.º e 2.º pel. M. P. todos a. t.

II — **Idéa da manobra:**

5 — É minha intenção:

— Esclarecer-me na madrugada de 2 sôbre a situação em **Lourinhã;**

— marchar àmanhã, 2, com o grosso (escalão hipo na testa) segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Secarias — Vimeiro — Ventosa — Lourinhã** para me apoderar da linha **Sobral — Turcifal de Baixo-Seixal,** na margem esquerda da rib. de **Seixal;**

— ter como 1.º objectivo alcançar a rib. de **Alcabrichel** que farei prèviamente ocupar pelo E. Moto, e para isso executar um único lanço;

— prevêr a execução de três novos lanços para atingir a rib. de **Seixal**:

2.º lanço sôbre a linha **Cabeça Gorda** ( ) — **Mariano** ( ) — **Marquiteira** ( );
3.º lanço sôbre a rib. de **Lourinhã**;
4.º lanço sôbre a rib. de **Seixal**.

— fazer executar os lanços à minha ordem.

III — **Disposições**:

6 — Flecha: 1 pel. moto menos 1 sec. marcha segundo o eixo **S. Pedro da Cadeira — Vimeiro — Toledo — Lourinhã**. Informações obrigatórias ao atingir **Lourinhã** onde procurará manter-se vigiando as direcções de **Turcifal** e de **Seixal**.

Partida às 05 h. 00. Velocidade 20 quilómetros.

7 — Escalão de exploração:

— Patr. n.º 1: (1 pel. moto e 1 sec. M./E. M. E. sob o comando do cerrafila do E. Moto) marcha pelo itinerário **Coutada — Ponte do Rol — A dos Cunhados**; no final do lanço ocupará **A dos Cunhados**, opondo-se a que elementos inimigos transponham a ribeira neste ponto e vigiando o caminho para **Cabeça Gorda**.

— Patr. n.º 2: (1 pel. moto. 1 sec. M. P./E. M. E. e 1 sec. C., sob o comando do com. do E. Moto) marcha pelo itinerário **Secarias — Vimeiro**; no final do lanço ocupará **Vimeiro**, vigiando os caminhos para **Carrasqueira** e a estrada para **Toledo** para garantir a posse da ponte de **Vimeiro**.

— Patr. n.º 3: (1 sec. moto) marcha pelo itinerário **Secarias-Brejoeira — Póvoa de Além — Casalinho**, devendo no final do lanço ocupar as alturas a N. de **Pôrto do Rio** e defender a posse da ponte de **Maceira**. Ao atingir o seu objectivo fica às ordens do com. do E. Moto.

— Partida de **Coutada** às 05 h. 00. Vel. 20 quilómetros.

— Informações obrigatórias ao atingirem o final do lanço.

— Ligação sôbre a patr. n.º 2 segundo a transversal **A dos Cunhados—Sobreiro Curvo—Sarpigueira—Maceira.**

8 — Movimento do grosso:

a) Itinerário: estrada **Secarias—Vimeiro—Ventosa—Lourinhã;**

b) Ponto inicial: cruzamento de **Secarias;**

c) Horas de passagem:

— Escalão hipo:

2.º E. C. . . . . 06 h. 00
1.º E. C. . . . . 06 h. 03

— Escalão auto sob o comando do maj. F.:

E. M. E. . . . . 06 h. 22
1.ª Comp. At.
1.º e 2.º pel. M. P.
2.ª Comp. At.

d) Velocidade de marcha:

— Escalão hipo. . . . . 7 quilómetros
— Escalão auto. . . . . 15 »

e) No final do lanço o escalão hipo articular-se-há à direita e esquerda do seu itinerário com a testa junto à bifurcação para **Sobreiro Curvo.** O escalão auto aguarda ordens com a testa no caminho **Paradas — Bombardeira;**

f) Segurança do dispositivo:

— Guarda avançada: 1 pel./2.º E. C. que no final do lanço ocupará as alturas da margem esquerda do **Alcabrichel** a W. de **Carracais** () vigiando as direcções de **Martingil** e de **Caria.** Pas-

sagem no S. I. às 05 h. 50. Vel. 7 quilómetros;

— D. C. C. a cargo do pel. C. que cobrirá os dois escalões do grosso e em especial o escalão auto;

— D. C. A. a cargo do pel. D. C. A. que cobrirá o escalão auto.

9 — Atitude em caso de encontro com o inimigo: ofensiva.

10 — Postos avançados: cessam a sua missão de segurança ao serem ultrapassados pelo escalão de exploração.

IV — **Ligação:**

11 — P. C.: durante a marcha, na testa do escalão hipo; no final do 1.º lanço na bifurcação para **Sobreiro Curvo.**

12 — Transmissões:

a) C. A. I./6.ª Div. em **Ponte do Rol** a partir das 06 h. 00 de 2;

b) C. Tr. marcha com o T. C. 1/G. C. D. prevendo a abertura de um C. Tr. em **Vimeiro** a partir das 07 h. 00.

13 — Agente de ligação: o oficial de ligação acompanhado de 2 estafetas moto mantém a sua missão de ligação junto do Dest. Av. n.º 2.

V — **Serviços:**

14 — Trens:

— T. C. 1/G. C. D. marcha à retaguarda do escalão auto.

— T. C. 2 reünidos aguardam ordens em **Coutada** prevendo a sua deslocação a partir das 07 h. 00.

15 — S. Rep.: centro de reünião de viaturas avariadas em **S. Pedro da Cadeira.** Eixo de desempanagem, o itinerário do grosso.

O Com. do G. C. D. 6
F...
Ten.-cor.

No próximo número trataremos das ordens dadas pelo Com. do G. C. D. 6 para a execução do novo lanço a realizar, supondo que o 1.º lanço foi executado sem ter sido encontrado o inimigo.

Propomo-nos também abordar o desempenho da missão confiada a uma das patrulhas de exploração lançadas para a execução dêsse novo lanço.

A QUESTÃO CAVALAR

pelo Dr. RUY D'ANDRADE

SOLICITADO a colaborar na *Revista da Cavalaria,* hesitei certo tempo acêrca do assunto que conviria tratar, no final pareceu-me melhor vir expôr como se encontra, entre nós, o problema do cavalo.

Vou enunciar o tema que me proponho estudar com o desenvolvimento requerido.

É êle o do número e qualidade dos solípedes que existem no nosso país e se tal corresponde ao que necessitaremos nas várias emergências que podem apresentar-se.

Para examinar o problema, no que respeita a recursos, valer-me-ei de exemplos conhecidos, de números e de comparações.

Com respeito à qualidade servir-me-ei de dados baseados em factos conhecidos e de exemplos apropriados.

Para esclarecer a questão terei de observá-la sob vários aspectos e de pô-la à vista dos meus leitores debaixo de diferentes prismas, de carácter geral alguns, e particular outros.

Uma das observações preliminares que farei servirá para desfazer a opinião que o motor animal já não tem possibilidades em confronto com a espécie de motorização actual.

Estamos de facto na idade do motor, aplicado tanto nos usos civis, como nos militares. E assim o encontramos a cada passo, em tempo de paz, debaixo da forma de automóveis e camiões nos transportes por estrada, de tractores nos

trabalhos agrícolas, e também no transporte de homens, animais, munições e impedimenta da tropa; como os vemos utilizados nos carros blindados e de assalto, ligeiros e pesados, destinados à guerra.

Êste emprêgo tão vasto, nêstes vários campos, pode fazer supôr que o cavalo e a mula desapareceram da vida civil e militar, ou que, pelo menos diminuiram em número importante.

Ouve-se muitas vezes dizer: «Agora já não há cavalos. A aveia e as outras rações já não se gastam porque já não há cavalos...» etc.

Esta opinião é errónea. A impressão que já não há emprêgo para solípedes é dada à gente das cidades pelo facto de não verem nas mesmas circular o número de viaturas hipomóveis de antanho, e como os citadinos pouco saem para os campos, e quando saem pouco olham, e de resto difícil lhes seria vêr, esta impressão avoluma-se.

Por isso quando êles legislam, quási sempre tratam êste assunto como de somenos importância e tendem a agravá-lo com faltas de atenção a problemas importantes e com a imposição de taxas e restrições que ainda mais ferem uma actividade, que, pelo contrário, deveria ser auxiliada e acarinhada porque é importante para as necessidades civis e militares. Mas, quanto a solípedes, os seus produtores e utilizadores, pouca ou nenhuma voz podem fazer chegar às entidades legislativas, predominando assim os interêsses dos importadores de veículos e de combustíveis, mais atrevidos e com mais fácil acesso junto das entidades que podem legislar.

Para mostrar a importância dêste problema bastaria observar que o número de veículos automóveis, em uso, circulantes nas nossas estradas, deve orçar por trinta mil, dos quais dois terços ligeiros e o resto pesados, e que os transportes hipomóveis rápidos pode dizer-se que desapareceram.

Na agricultura, os tractores, que fizeram a sua aparição no tempo da Grande Guerra, bem reduzidamente e a custo se têm conservado, especialmente, quando ao serviço de tracção, podem aliar o emprêgo como motores fixos, por exemplo, para tirar água dos arrozais ou para accionar debulhadoras.

Com êste aumento de motorização lógico seria que concomitantemente o número de solípedes tivesse diminuído, pelo menos no campo civil.

Vice-versa a esta dedução, as estatísticas nacionais mostram-nos um facto surpreendente.

Em 1880	existiam	80.000	cavalos	e em	1937	existiam	97 000
»	»	»	50.000	mulas	»	»	»	100.000
»	»	»	135.000	burros	»	»	»	240.000

em números redondos e aproximados; quere dizer, que se em 1880 havia em conjunto 265.000 solípedes, em 1937 havia 437.000, isto é, um aumento de 60 % em 57 anos. Assim, com a percentagem determinada nós vemos que a 100 solípedes em 1880 devem corresponder 164 no actual ano de 1940.

Como se explica êste facto perante as premissas expostas e o desaparecimento da tracção hipomóvel nas estradas?

É que a agricultura Portuguesa se desenvolveu extraordinàriamente, passando de uma produção trigueira de 350 milhões de kilos anuais para 500 milhões, obrigada esta a desenvolver-se pelo aumento de população que em 50 anos subiu de 4,5 milhões para 7 e pelo alargamento a muita população urbanizada do uso do pão de trigo, tornado muito sedutoramente alvo pelas habilidades da grande moagem.

A variação da população hípica foi devida também ao facto que muita tracção bovina dantes alimentada pelo sistema pastoril, foi substituída, por causa da restrição dos pastos, pela tracção hipomóvel, estabulada e alimentada com os resíduos que, forçadamente, a cultura cerealífera deixa — palhas e cereais diversos segundo as rotações usadas.

Estes factos demonstram que não é verdade que o efectivo eqüino tenha diminuído. Ao contrário. Em Portugal êste efectivo tem quási duplicado.

Mas êste fenómeno não é só nosso.

O efectivo cavalar do mundo tem-se mantido sensivelmente, porque o que regula o seu número é o seu emprêgo na agricultura.

Depois da Grande Guerra o período de maior depressão na produção eqüina foi por volta de 1924 a 26, depois come-

çou de novo a crescer o número de solípedes em quási tôda a parte.

É contudo inferior aos efectivos antigos, na Rússia, onde o facto da diminuïção foi devido à destruïção da agricultura pela acção deprimente resultante da economia bolchevista. Foram desastrados nas concepções.

É também mais fraco nos Estados Unidos, onde, porém, o número de solípedes está aumentando novamente como indicam os índices dos nascimentos anuais. A depressão foi devida ao uso invariante da máquina e à barateza do combustível, ao carácter industrial e extensivo da agricultura cerealífera, o que permite o uso de grandes máquinas, justificadas estas com os elevados salários dos operários e, especialmente, à grave crise agrícola que trouxe consigo o abandono de muitas terras.

Para esta crise teve grande influência justamente o abandono do uso do cávalo na agricultura, porque deixando disponíveis muitos terrenos, que eram destinados à manutenção de cavalos, êstes terrenos foram destinados a culturas que já por si estavam em crise, matando-as; além de que cessou a actividade produtora dos cavalos e destruiu os capitais empregados nêstes e nos seus alimentos, desvalorizou êstes e os seus subprodutos de outras culturas com os quais os cavalos também se alimentavam, e levou os lavradores a despenderem com máquinas e combustíveis capitais que assim emigraram do campo agrícola para o industrial, empobrecendo o primeiro. Segundo um estudo estatístico do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos da América, êste facto é considerado como o que mais concorreu para a crise agrícola, pois fez abandonar a determinada cultura, e levar a concorrer com outros, cêrca de 18 milhões de Acres.

Tem uma leve diminuïção o efectivo de solípedes na Inglaterra, onde depois do tratado de Otawa a agricultura inglesa retrocedeu a favor da agricultura colonial.

Manteve-se, mas transformou-se, no tipo, a criação cavalar francesa, que tende a ser quási tôda de tiro pesado. Á mobilização actual faltaram em França 80.000 cavalos e por isso êste país teve de recorrer à África do Norte, e até a Portugal actualmente.

Transformou-se em animais de tiro pesado e mulateiro na Itália, mantendo-se sensìvelmente o efectivo total.

Em Espanha a guerra civil afectou grandemente a criação cavalar.

Na Alemanha tinha chegado ao nível mais elevado e aumentava.

No resto do mundo mantem-se.

Entre nós vimos como ela tem aumentado.

Isto que digo refere-se ao estado da questão no campo civil.

Nêste campo está ligada estrictamente ao desenvolvimento da agricultura e interessa-lhe grandemente.

A população cavalar, mulateira e asinina aumenta com o acréscimo da população humana, com a conseqüente expansão da superfície das terras cultivadas, aumenta com a intensificação das culturas, dos transportes de géneros dentro dos terrenos cultivados, aumenta com o parcelamento da propriedade, aumenta com a diminuïção da cultura extensiva e com a diminuïção de pastos e a conseqüente necessidade de estabulação.

É útil que ela se mantenha porque utiliza sub-produtos que sem ela seriam desvalorizados, produz estrumes insubstituíveis, faz com que se não exporte capital para compra de máquinas e combustíveis, equilibra as rotações agrícolas, diminue o desgaste de amortizações, especialmente agora, que a hipofagia está entrando nos usos dos Portugueses (comem-se 4.000 cavalos por ano e ainda não se entrou com as muares), faz com que cavalos tarados e velhos ainda tenham valôr e mantém um capital importante (mais de 300.000 contos) e dá logar a um giro de negócios não desprezível, com a sua produção, comércio, alimentação, ferração, arreios, carros, apetrechos de lavoura, etc., etc., e finalmente garante a possibilidade de mobilização do exército e a defesa da nação.

Desta parte, porém, me ocuparei nos artigos a seguir.

Pelo expôsto creio que fica suficientemente demonstrada a importância que o assunto deve merecer ao nosso país, e julgo que tratar dêle não me afasta daquêles que interessam aos leitores da Revista.

Campeonato do Cavalo de Guerra

pelo Capitão CORREIA BARRENTO

Campeonato do Cavalo de Guerra reune todos os géneros de equitação, e põe à prova as qualidades que devem ser pedidas aos oficiais de cavalaria, na preparação do seu cavalo como arma.

É portanto de tôdas as manifestações hípicas, aquela que mais interesse lhes deve despertar.

Aproxima-se um novo Campeonato, o de 1940, e estamos certos que, com a distribuição de cavalos argentinos, vai aumentar ainda mais o interesse por esta prova.

Ela exige uma preparação cuidada e duradoira para que o nosso animal possa disputar essa prova em boas condições e o cavaleiro saiba, antes de a realizar, como a vai fazer e o que pode exigir à sua montada.

Lembrou-nos por isso que seria oportuno dizer algumas palavras sôbre o assunto, na intenção de que os novos encontrem nelas, um auxílio para o seu trabalho.

Temos apenas em vista lançar uma base, que não constituindo novidade alguma, poderá servir, no entanto, para orientar aqueles que nunca tomaram parte nestas provas.

Podemos considerar 3 operações principais a efectuar, para a sua realização a saber:

A escolha do animal;
O treino;
A prova.

A escolha

A escolha do animal não pode ser feita ao acaso, mas sim de acôrdo com o trabalho que com êle temos de executar e portanto deve aquêle estar em estado de suportar os treinos a que temos de o sujeitar.

Vamos para isso analisar, duma maneira geral, os exercícios e, simultâneamente, os requisitos a que deve obedecer tal escolha, subordinada a esta, naturalmente, às espécies de trabalho a executar.

1.º dia: — Prova de ensino

O animal necessita ter algum arranjo em picadeiro para a poder fazer, e com facilidade se conduzir nas restantes.

2.º dia: — Prova de fundo

Tem que ser capaz de marchar por estradas e caminhos com a velocidade de 200 metros por minuto, sendo 30 minutos na 1.ª parte e 50 na 2.ª; tem que fazer um percurso de 8.000 metros através do campo com a velocidade de 450 m. p. m., ou seja em 17 minutos e 46 segundos, transpondo 25 obstáculos; tem que fazer um percurso de steeple de 4.000 metros com a velocidade de 600 m. p. m., ou seja durante 6 minutos e 40 segundos, seguidos imediatamente de 2.000 metros de pista rasa a 333 m. p. m., ou seja em 6 minutos.

Neste segundo dia à tarde, é inspeccionado, devendo portanto estar em bom estado, relativamente fresco, não só para poder ser admitido à prova do dia seguinte, como também para a cumprir.

3.º dia: — Prova de obstáculos

Tem que fazer um percurso de 12 obstáculos com a altura máxima de 1,m10 numa extensão de 1.200 metros com a velocidade de 375 m. p. m., ou seja em 3 minutos.

Observada assim a prova estamos orientados para fazer a nossa escolha, que no entanto é difícil, por não existir animal algum com tôdas estas condições naturais.

Temos porém que pensar que devemos exigir ao nosso animal aquelas aptidões e qualidades que o trabalho só por si não lhe poderia dar.

Acima de tudo devemos procurar um animal que galope, tenha fundo, membros sãos, coma bem e gose saúde.

O facto de os seus andamentos não estarem ritmados, não ser franco aos obstáculos e não ter ensino, não deve constituir preocupação principal na escolha, pois isso podemo-lo conseguir com um trabalho cuidadoso e aturado.

O treino

Feita a escolha, vamos iniciar os treinos e para que sigâmos uma boa orientação é necessário observar novamente, mas então no detalhe, as várias provas.

Prova de ensino:

Esta prova tem por fim mostrar a facilidade do cavalo, seu equilíbrio e docilidade às ajudas do cavaleiro — cavalo franco às pernas, ligeiro na mão —.

É uma prova em que não é pedida ao animal, concentração alguma mas, simplesmente, a ligeireza proveniente da ginástica que aquela exige e muito especialmente a extensão, regularidade e franqueza dos andamentos.

Sôbre o que temos a fazer para atingir êste fim, foi assunto já tratado, duma maneira geral do nosso número anterior, a propósito dos cavalos argentinos, achando desnecessário repeti-lo portanto.

Esta preparação está ao alcance de todos os oficiais de cavalaria, mas só se consegue com um trabalho constante, com as observações feitas sôbre o arreio e com o auxílio de

todos aqueles que, com um pouco de mais prática, nos possam ajudar.

Em tôdas as Unidades existem oficiais nestas condições e é portanto a êles que devemos pedir o seu valioso auxílio para nos ensinar, orientar e fazer desvanecer os desânimos de que sempre somos invadidos no decurso do ensino.

Não deveis mecanizar o animal a fazer a reprise pedida na prova, pois, cavalo e cavaleiro começam a ser prejudicados pela memória do primeiro; o cavalo começa a adivinhar a ordem dos exercícios e a deixar portanto de actuar pelas ajudas do cavaleiro, êste deixa de empregar as ajudas precisas, por já não serem necessárias.

O ensino assim deixa de ser sólido, para se transformar em entendimento, que falha sempre no momento mais perigoso — dia da prova —.

No estudo desta prova deveis ter em atenção, não só os trabalhos pedidos, mas especialmente as ideias directrizes que presidem à maneira de os classificar e os coeficientes atribuidos.

Reparai bem e vêde que alguns exercícios têm coeficiente 20 a par de outros que apenas têm 5, conforme o exemplo do quadro abaixo:

Exercícios	Cotização e ideias directivas que devem determinar a nota a atribuir a cada movimento.	Coeficientes
2 — Passagem de mão em diagonal ao passo alongado	2 — regularidade, amplitude, actividade do passo largo.	20
8 — Passagem de mão em diagonal ao trote largo, levado ao máximo de extensão	8 — facilidade, franqueza da transição do trote ordinário ao trote largo Regularidade, amplitude, energia do trote largo.	20
11 — Trote curto.	11 — transição do trote alongado ao trote curto sua cadência.	5
12 — Serpentina.	12 — maneabilidade, facilidade, equilíbrio do cavalo nas mudanças de direcção.	20

Campeonato de Cavalo de Guerra

1939

O Tenente Hermínio Rosas, da E. P. C., montando o cavalo «Solteirão» (Coudelaria Romão Robral), 1.º classificado na 2.ª Série, e vencedor do Campeonato de Cavalo de Guerra em 1939

Não esqueçais o que a prova pede em especial — franqueza e extensão dos andamentos, equilíbrio e obediência — e assim, fazei incidir sôbre êsses exercícios a vossa especial atenção. Se assim fizerdes, estamos certos, que caminhais bem e dentro da verdadeira orientação.

A muitos oficiais que têm concorrido ao Campeonato tem surpreendido certamente a alta valorização de alguns concorrentes em comparação com outros que fizeram a prova de ensino com maior exatidão.

Prova de fundo:

Esta prova tem por fim mostrar o grau de robustez que deve possuir o cavalo de guerra quando bem treinado e levado ao máximo da sua condição.

Faz sobressair ao mesmo tempo, no cavaleiro, as suas qualidades de resistência, os conhecimentos sôbre o emprêgo do cavalo através do campo.

Também nesta prova são postos em destaque, o espírito de decisão, coragem e despreendimento pelo perigo, a par da perseverança, calma, utilização judiciosa dos andamentos do cavalo, evitando excessos de fadiga e o saber pedir o máximo esfôrço no momento oportuno. Estas qualidades são absolutamente necessárias ao oficial de cavalaria.

A prova de fundo consta de: provas de gastamento (marchas), provas de velocidade (steeple), provas de resistência (cross), cujas extensões e velocidades já atrás citámos e que são executadas sucessivamente com intervalos de 5 minutos, aproximadamente, de prova para prova e cuja ordem é a seguinte: marcha de 6 km., cross de 8.000 metros, marcha de 10 km., steeple de 4.000 metros seguido imediatamente de 2.000 metros de percurso em pista rasa.

Para as marchas temos que procurar, acima de tudo, o ritmo dos andamentos. Um animal com os andamentos bem ritmados fa-las sem esfôrço, pois os seus membros movem-se automàticamente sem que o cérebro entre em acção para os fazer actuar, tal como uma pessôa pode percorrer grandes distâncias sem dar por isso, absôrto por qualquer leitura.

Metade dessa distância em terreno variado no qual seja necessário verificar onde se põem os pés, ou quando se tenha

de acompanhar alguem com um passo mais largo ou mais curto do que aquêle a que se está habituado, produz um cansaço muito grande.

O animal só tem os andamentos ritmados quando percorre mais ou menos as mesmas distâncias, sempre em iguais espaços de tempo, sem lutar com a mão do cavaleiro e sem que êste tenha necessidade de o empurrar.

Êste ritmo obtém-se, pela conservação prolongada do andamento normal do cavalo e muito especialmente no passo e trote, andamentos de marcha por excelência; não devemos procurar o ritmo com uma velocidade menor do que aquela que é hábito no animal, muitas vezes porém, necessitaremos de aumentar o andamento normal ou melhor, activá-lo, pela tendência que alguns têm em afrouxar, pelo adormecimento que lhes provoca o trabalho lento e muito prolongado.

Procuremos então, o ritmo do andamento sôbre uma velocidade um pouco superior áquela que é exigida na prova. As distâncias percorridas nos treinos devem ser bastante maiores que aquelas que temos de fazer no Campeonato.

Como sabeis, as provas de estrada não trazem benefício algum na classificação, por serem feitas em menos tempo do que o exigido, mas, isto representa um maior período de descanso e portanto uma melhor disposição para a prova seguinte.

Nos percursos de velocidade e resistência deve-se procurar desde o início velocidade superior às que queremos dar na prova final, sempre sôbre distâncias muito curtas e que vão aumentando a pouco e pouco, nunca atingindo, e muito menos ultrapassando, aquela que finalmente temos que percorrer.

Assim, por exemplo: na prova de cross que deve ser feita com a velocidade de 450 m. p. m., devemos fazer o treino com uma velocidade nunca inferior a 475 m. p. m.; sendo a duração permitida da prova de 17 m. e 46 s. devemos fazer no final do treino francamente os 12 minutos e duas ou três vezes os 15 m. nunca indo além dêstes tempos com aquela velocidade.

Num animal em que o galope fôr superior a 475 m. p. m., nunca procurar fazer menos, mas treiná-lo dentro dos tempos atrás indicados.

As provas de cross e de steeple são as únicas que têm benefício de pontuação, aquelas em que podemos compensar qualquer diferença que tenha havido na prova de ensino, mas esta compensação tem de ser bem ponderada, para que não provoque um esfôrço demasiado no animal e prejudique as restantes provas.

O cavaleiro deve saber perfeitamente quais as velocidades máximas que o seu animal pode dar e portanto de ante-mão, se tem, ou não, possibilidades de poder conquistar um logar melhor.

O que fazer para treinar o nosso animal nos obstáculos do cross e do steeple?

É bastante difícil tratar êste assunto pelas variantes que se observam de animal para animal, e portanto os processos a empregar nunca podem constituir uma regra.

Vamos, porém, orientar o nosso trabalho, partindo do fim para o princípio: Pretendemos um animal que olhe para os obstáculos, que os aborde de pescoço estendido e em equilíbrio suficiente para prolongar ou encurtar as suas últimas passadas, por sua iniciativa ou mando do cavaleiro e capaz de mudar de direcção, logo em seguida à passagem do obstáculo.

— Necessita êle estar equilibrado para poder jogar com o seu pêso.

— Necessita sair perfeitamente às pernas para poder alongar a sua passada e conservar-se encostado, ou para que uma diminuïção, pedida pelo cavaleiro, seja conseguida sem luta e sem perda de equilíbrio.

Necessita estar franco e seguir no caminho que o cavaleiro lhe indicar desembaraçando-se de todos os obstáculos que lhe surjam, transmitindo-lhe o cavaleiro, apenas, o desejo de os ultrapassar.

As duas primeiras exigências conseguem-se com o trabalho preconizado para a prova de ensino, faltando-nos portanto falar na maneira de atingir a última.

Se o animal é excitável e costuma abordar os obstáculos de cabeça no ar, sem se equilibrar para os transpôr, saindo deles como um louco, é recomendável o andar através do campo, a passo e ir aumentando as exigências das dimensões dos obstáculos até que, tenha que fazer esfôrço para os saltar

Campeonato de Cavalo de Guerra

1939

O capitão Peixoto da Silva, da E. P. C., montando a cavalo «Lille-One» (Coudelaria Sobral), primeiro classificado na 1.ª Série do Campeonato de Cavalo de Guerra de 1939

e que necessite, portanto, estender o pescôço para os medir, equilibrar-se, sentar-se e flexionar os seus curvilhões para se lançar para o lado oposto.

No fim de algum tempo, insistindo neste trabalho, aprende a saltar e poderá então, abordar todos os obstáculos em galope largo.

Se o animal tem tendência para diminuir o andamento, fazei o treino sôbre obstáculos fáceis, de largura média, empregando nas últimas passadas todos os meios ao vosso alcance para que êle «cresça» para os obstáculos e os aborde sempre em velocidade crescente. Não quere isto dizer que o animal venha em grandes correrias, pois até se deve procurar o contrário; se o animal se sentir muito empurrado e portanto prestes a perder o equilíbrio normal, resta-lhe como único recurso, o diminuir a velocidade do seu andamento (ficando-se), atingindo em geral o limite desta diminuição justamente no momento em que nós queriamos o contrário — junto ao obstáculo.

O cavalo deve vir calmo só se *empurrando* nas últimas passadas, mas nessa altura, com a máxima energia, violência até se preciso fôr.

Nos obtáculos do steeple devemos procurar, como ideal, que sejam passados, sem perda alguma de velocidade e o mínimo de altura. A própria pista faz criar nos animais êste gôsto e portanto é necessário nunca o contrariar, mas antes até cultivar-lho.

É conveniente fazer bastantes treinos sôbre obstáculos muito pequenos e largos até o animal adquirir o hábito de os passar rasando, porque então, podemos abordar os mais altos sem receio de o cavalo diminuir de velocidade para os transpôr.

Prova de obstáculos:

Não é uma prova ordinária de concurso hípico. É destinada a mostrar, simplesmente, que os animais conservam, no dia seguinte ao de um grande esfôrço, a souplesse e a energia indispensáveis a todo o bom cavalo de guerra, para continuar o seu serviço.

Nêstes treinos, devemos procurar, acima de tudo, a franqueza e a calma, pois temos que contar que no dia da prova são estas duas qualidades as que mais falham, em virtude do cansaço que o animal sofreu no dia anterior. Êste cansaço provoca a recusa ao esfôrço de saltar e a precipitação para se não encostar, permitindo-lhe arrastar os posteriores.

Podemos tomar em conta o trabalho indicado para os obstáculos da prova de cross, que muito nos auxiliará para esta.

*

Todo o treino deve terminar pelo menos 8 dias antes do Campeonato dando depois ao animal, apenas, um trabalho lento, a-fim-de ganhar umas reservas para queimar no dia da prova.

Forçôso é ter em muita atenção a alimentação e os cuidados higiénicos durante todo o treino, nos quais não falamos por êste assunto estar sendo tratado na Revista.

A prova

Ensino :

Neste dia nada tendes a ensinar, mas simplesmente mostrar aquilo que a vossa montada aprendeu nos treinos. Sêde transigente quando surgir qualquer resistência.

Apelái para tôda a vossa calma, e se a apresentação não estiver correndo como era de esperar, não vos irriteis para a não prejudicar mais.

Fundo :

Não alterar sôbre qualquer pretexto o ritmo dos andamentos em que treinamos o nosso cavalo. Se necessário fôr, é preferível passar ao andamento imediato quando tenhamos de andar mais depressa.

Nas provas de velocidade e resistência, pedir neste dia o esfôrço máximo no tempo de duração, mas nunca em velocidade maior do que aquela em que cadenciamos o nosso animal; se êste fôr muito nervoso, poupá-lo de princípio, sem o contrariar pois o esgota, para só pedir o esfôrço no final.

Só no decorrer da prova podemos resolver finalmente a maneira de a fazer, pois muitas vezes, uma alteração grande ao nosso plano, representa a vitória e então, nessa altura não há que hesitar.

Obstáculos:

Antes de tomardes parte nesta prova tendes que «aquecer» o vosso animal, para que os músculos fiquem nas melhores condições de trabalho.

Não vos esqueçais, porém, que a vossa montada está cansada e que portanto, êsse aquecimento, precisa ser feito sem grande fadiga muscular.

*

Redobrar nestes dias os cuidados higiénicos; se tiverdes habituado o vosso animal a beber água açucarada é dar-lha no fim das provas de galope. O repouso absoluto, se possível for sem arreio e cabeçada, é o melhor reconstituinte.

Logo que a respiração comece a normalizar-se evitai ter o animal parado em sítio ventoso.

No fim destas provas, fazer-lhe uma limpeza muito rápida, refrescar-lhe os cascos e conduzi-lo ao seu lugar onde o deve esperar uma boa cama e o maior sossêgo.

Resultados do Campeonato do Cavalo de Guerra de 1939

Inscritos 28
Desistiram na 1.ª prova 1
» » 2.ª » 5
Reprovados no 2.º exame ou desclassificados na 3.ª prova 9
Completaram o Campeonato 13

Os prémios foram distribuidos conforme se indica no quadro seguinte:

Classificação geral	Cavaleiros	Unidade	Cavalos	Coudelaria	Classificação por séries		Pontos de penalização
1.º	Ten. Hermínio Rosas . . .	E. P. C.	Solteirão	Romão Robral	—	1.º	16,9
2.º	Ten. Peixoto da Silva . .	E. P. C.	Little-One	Conde de Sobral	1.º	—	17,9
3.º	Cap. Luís Deslandes . . .	E. P. C.	Képi	Anglo-normando	2.º	—	53,8
4.º	Ten. Silva Pais	E. P C.	Ondit	Anglo-árabe	3.º	—	74,9
5.º	Ten José Carvalhosa . .	G. N. R.	Urtigão	Isidoro Plácido	—	2.º	77,2
6.º	Ten. Travassos Lopes .	E. P. C.	Sultão	Freire	—	3.º	78,8
7.º	Alf. Mário Andrade . . .	E. P. C.	Cravo	Silveira	—	4.º	104,6
8.º	Ten. Correia Barrento . .	E. P. C.	Truidú	António Rodrigues Duarte	—	5.º	130,2

(Continua)

"Gabinete do Veterinário"

Honra-se a Revista da Cavalaria *com o início, nêste número, da muito apreciada colaboração por parte da Escola Superior de Medecina Veterinária. O distinto Médico Veterinário que hoje comnosco colabora é um dos seus mais distintos professores.*

O crescimento dos cascos dos cavalos

pelo Prof. Dr. ALFREDO NEVES E CASTRO

O casco, produção córnea da extremidade do dedo dos equinos, é formado à custa duma membrana que continua o tegumento cutâneo e tem por função proteger as partes moles que reveste, assim como atenuar as pressões que são transmitidas às falanges e as reacções que se produzem no momento do apoio.

Importantíssimas são, portanto, as funções que desempenha e por êsse motivo, nunca é de mais chamar a atenção de todos que se interessam por cavalos, para a necessidade que ha de se conhecer a maneira como se deve proteger a formação e o crescimento dêste orgão, para que seja conservada a sua indispensável integridade.

A membrana matriz do casco, tem uma constituïção especial que lhe permite produzir tecido córneo com caracté-

res diferentes, consoante a região considerada e tem a alimentá-la uma riquíssima rêde vascular que lhe assegura uma perfeita e abundante circulação sanguínea. Uma vez que se modifique o equilíbrio circulatório desta membrana, imediatamente surgem alterações da sua faculdade de produzir substância córnea, donde resultam as irregularidades e anomalias que tão freqüentemente se observam nos cascos.

Para que seja perfeita a irrigação sanguínea da membrana matriz, é necessário que o aparelho circulatório esteja normal, que não haja distribuïção irregular de pressões e reacções pelas várias partes do casco, que não se inflamem os tecidos sôbre os quais ela assenta e além disso, que se mantenha perfeito o jogo de dilatação e aperto dos talões, que constitue como que um mecanismo complementar da actividade cardíaca, indispensável à perfeita circulação na extremidade dos membros durante o movimento.

Quando um casco faz o apoio no solo, a almofadinha plantar, protegida pela ranilha, sofre um esmagamento, que determina o afastamento dos talões e diminue a compressão dos tecidos moles interiores, o que facilita a circulação do sangue. Logo que o membro se eleva, porque termina o esmagamento da ranilha e conseqüentemente a acção da fôrça dilatadora dos talões, êstes voltam à sua posição primitiva, restringindo-se o casco e tornando-se mais difícil a passagem do sangue.

Portanto, tudo quanto possa contrariar êste mecanismo de dilatação e aperto dos talões prejudicará o regimen circulatório dos tecidos moles do casco, donde resultará uma irregular produção córnea, quer geral, quer localizada a certas regiões. É por esta razão que os cascos não devem ser desbastados na ranilha e nas barras no momento da ferração, para que a fôrça expansiva possa ser mais eficazmente transmitida.

Por motivo idêntico, as ferraduras não devem ser muito espessas, para que a ranilha possa ser esmagada contra o solo, o que assegura uma mais forte dilatação dos talões e também, pela mesma razão, os cravos das ferraduras não devem ser aplicados muito à parte posterior da taipa.

Precisamente porque da perfeita irrigação sanguínea e conseqüente nutrição dos tecidos depende a bôa produção

de substância córnea, compreende-se o motivo porque os cascos crescem mais nos animais novos, do que nos velhos; nos de temperamento nervoso ou sanguíneo, do que nos linfáticos; na primavera e no verão, do que no inverno; nos que se alimentam mais abundantemente, do que nos insuficientemente alimentados; nos sadios, do que nos doentes; nos que fazem mais exercício, do que nos que se encontram imobilizados durante muito tempo, etc., etc.

Nos animais novos, o crescimento do casco é mais rápido, não só porque a circulação sanguínea geral se faz em melhores condições do que nos velhos, mas também porque é mais perfeita a assimilação dos produtos indispensáveis à actividade das celulas encarregadas da elaboração da substância córnea.

Enquanto num animal novo tôda a taipa se renova em 8 meses, nos velhos pode levar 12 meses e mesmo mais.

Por motivos análogos, se compreende a razão pela qual nos animais sadios o crescimento dos cascos se faz mais ràpidamente do que nos doentes.

Visto que a circulação sanguínea à periferia do corpo é mais intensa na primavera e no verão do que no inverno e ainda por outras circunstâncias, justifica-se perfeitamente o motivo porque, durante esta última estação do ano, o crescimento do casco é mais lento.

A influência do regimen alimentar, é muito importante não só para o crescimento, mas também para a consistência do casco.

A alimentação abundante, tendo como base o feno, a aveia, a fava e o milho, concorre para a produção dum casco duro e resistente. Pelo contrário, um regimen alimentar composto de palha, folhas sêcas e feno proveniente de terrenos húmidos, embora favoreça o crescimento do casco, torna-o pouco resistente.

Certas plantas podem provocar alterações da queratogenese e em alguns animais tem-se notado uma intolerância para a cevada, o trigo e o milho, que se manifesta por uma irregularidade da produção córnea, sobretudo ao nível da sola, donde resulta um adelgaçamento desta região, que expõe a acidentes motivados pela falta de protecção dos tecidos vivos por ela revestidos.

De fundamental importância para a produção córnea é o exercício realizado pelos animais, e a natureza do terreno sôbre o qual trabalham.

A falta de exercício, não só retarda o crescimento do casco como também o torna irregular. Um simples exame da superfície da taipa dos animais imobilizados durante largo período de tempo nas cavalariças, permitirá verificar-se que ela se encontra com refêgos salientes separados por sulcos profundos, correspondendo estes sulcos aos períodos de imobilização, ou seja, de deficiente circulação.

Pelo contrário, os equinos que são submetidos a um exercício metódico e que não manifestam defeitos de aprumos, apresentam uma taipa de superfície regular, com ligeiras ondulações separadas por depressões quási imperceptíveis, o que traduz uma produção cornea normal, conseqüência de uma boa nutrição da matriz.

A natureza do terreno sôbre o qual os animais trabalham influe nitidamente sôbre a actividade das células encarregadas da formação do casco.

Nos terrenos sêcos e duros, as reacções que se produzem no momento do apoio são mais intensas, o que naturalmente concorrerá para uma circulação sanguínea mais activa ao nível da matriz do casco, ao passo que nos terrenos moles, a produção córnea é mais deficiente por falta dessa reacção. Visto que o crescimento do casco depende do estado circulatório da sua matriz, tôdas as causas que determinem uma irregular distribuïção das pressões e reacções que sôbre ela se fazem sentir, provocarão imediatamente deficiência de actividadade das zonas mais sobrecarregadas, porque a circulação se realizará aí com mais dificuldade.

Responsáveis pelo desequilíbrio circulatório do casco, são os freqüentes defeitos de aprumo dos membros que determinam a deslocação do centro das pressões, assim como os processos inflamatórios agudos ou crónicos dos órgãos nêle contidos.

O conhecimento das causas modificadoras da queratogenese, permite-nos, portanto, apreciar por um simples exame se um casco é normal, ou não e, ao mesmo tempo, pode fornecer-nos elementos de valor para a avaliação do estado sanitário dos animais.

Num próximo artigo referir-nos-emos a êste assunto.

BOLETIM DA E.P.C.

Sapadores

pelo Capitão PEIXOTO DA SILVA

A existência dos sapadores nas tropas de cavalaria não é produto das gerações modernas. É ideia já muito antiga com larga justificação nas lutas de outros tempos, que abriu a bem dizer o caminho às outras especialidades dentro da nossa arma. Ou porque o número de adeptos e seus simpatizantes não seja grande, ou porque a sua organização se torne pela variedade dos materiais que exige, assaz complicada nas unidades da nossa arma, o culto pela instrução de sapadores na cavalaria não acompanhou como era de esperar os progressos que se registaram depois de 1918 em quási todos os outros ramos da nossa actividade.

A nossa Escola, laboratório por assim dizer de todos os estudos que interessam à arma ainda se não pronunciou sôbre êste assunto. As suas ocupações têm sido muitas e pouco tempo lhe tem sobrado para dedicar aos sapadores a atenção que a sua técnica merece.

Até aqui pela antiga organização da Escola os sapadores não tinham as suas unidades constituídas. Pertenciam nos esquadrões a cavalo a determinados lugares das esquadras de exploradores desempenhando simultâneamente funções de explorador e Sapadores mas tendo como funções primordiais as primeiras. Nestas circunstâncias não era missão da Escola educá-los no único sentido de fazer dêles «especialistas». Mas hoje que a sua nova organização determina a existência de um esquadrão só de especialistas ao qual pertence um pelotão de sapadores e um pelotão de transmissões, o espírito que deve presidir à formação do especialista está naturalmente indicado que seja outro.

O soldado sapador, sinaleiro ou observador deve ser um indivíduo exclusivamente absorvido na prática dos trabalhos que lhe podem ser pedidos e então passarão a ser êstes funções primordiais para tudo mais ser secundário.

No novo lugar que ocupo na Escola cabe-me agora a mim a obrigação de impulsionar todos os trabalhos do ramo da técnica e por isso tomei como ponto de partida aquêle que considero o mais atrazado de todos os «Sapadores».

Não terá no entanto grande utilidade o nosso esfôrço se não nos forem fornecidas as facilidades e os meios materiais que êste esquadrão necessita para que êle se torne como unidade de ensino que é um esquadrão modelar.

Enquanto a mim na qualidade de seu comandante posso quando muito estudar, escrever, instruir, planear a sua organização mas nada mais.

A aquisição do material que constitue um dos dados principais do problema nem sequer de nós depende. Depende quando muito de nós provocar das entidades competentes o seu fornecimento, mas isso mesmo já foi feito e... há já bastante tempo.

Tomando como base a constituïção que os novos quadros orgânicos nos dão do pelotão de sapadores com três viaturas auto para o transporte de material e ferramenta, e as missões que normalmente competem à cavalaria, fácil é chegar a uma conclusão mais ou menos acertada sôbre o material que modernamente aquelas unidades deverão possuir.

São sobretudo nas missões verdadeiramente cavaleiras da descoberta que nós devemos encarar em primeiro lugar o emprêgo das unidades de sapadores e por isso não muito grande se pode considerar a nossa exigência se englobarmos dentro de todo o seu material aquêle que pelo menos lhe possa permitir resolver uma situação difícil em face dum curso de água ou executar as pequenas destruïções e obstruções que podem ser pedidas à nossa arma.

Por outro lado a falta de tempo que geralmente caracteriza as operações das tropas de cavalaria, só muito raramente permitindo trabalhos de organização de terreno não menos é para considerar. A sua vulnerabilidade consideràvelmente aumentada com a enorme profusão dos seus modernos meios levam-nos a prepará-la com processos rápidos e práticos contra a observação terrestre e aérea inimiga. Por esta razão justificado fica também o largo emprêgo que deverá fazer-se da camuflagem e por conseqüência a necessidade de dotá-la de pessoal e material apropriado do qual uma grande parte certamente aos pelotões de Sapadores pertencerá.

Encarando outras situações não menos vulgares em que a cavalaria se pode encontrar, se nos lembrarmos dos enormes efectivos em pessoal habilitado necessários à execução de determinados trabalhos de organização do terreno a cargo das tropas de engenharia das G. U. que estas só por si não podem fornecer, depressa se reconhece a necessidade e natureza do restante material que os pelotões de sapadores deverão possuir.

Fácil também seria elaborar como resultado da aplicação dos princípios técnicos de execução aos seus diferentes trabalhos, um quadro do quantitativo do material e ferramenta indispensável ao pelotão de sapadores; e seria possível apresentá-lo já se o seu lugar lhe não ficasse guardado para ocasião mais própria ao tratarmos da sua composição detalhada.

Por enquanto, como base de instrução, nada temos a não ser o pessoal e apenas a escassa ferramenta que à sombra de alguns trabalhos de urgência, nesta unidade, podemos adquirir.

Esperemos no entanto que muito em breve estas deficiências sejam resolvidas, para que a instrução não paralize, ou se torne inútil por excesso de teoria.

A eficiência do Sapador de Cavalaria em geral, cumpre-me defeni-lo bem, não é só conseqüência da existência ou falta de material; depende de um factor não menos importante: a finalidade com que a instrução desta especialidade se ministra.

Actualmente, como nestes últimos tempos, tem-se verificado que, a instrução de sapadores ministra-se mas sem finalidade alguma, isto é, sem a preocupação de tornar o sapador de cavalaria útil de facto. Para haver finalidade é necessário antes de mais nada que uma doutrina segura àcêrca da orientação a seguir se estabeleça, se uniformize e difunda.

Para êste efeito um Curso de Sapadores funciona na E. P. E. há já perto de uma duzia de anos e a instrução de Sapadores ao contrário do que acontece com a de metralhadoras e outras que só de nós dependem, ainda não progrediu absolutamente nada.

O seu objectivo não é a bem dizer o que interessa.

Executam-se trabalhos que ocupam durante muito tempo o nosso pessoal que até lá se desloca e cuja utilidade prática é para nós nula e deixam de se executar outros em que muito nos conviria praticar para bem do desenvolvimento desta especialidade nas unidades de cavalaria. Os oficiais saem de lá é certo com uma enorme bagagem de conhecimentos técnicos, mas deixam de levar consigo o principal, a organização da instrução sem a qual não se pode elaborar um programa de instrução comum, capaz de satisfazer as verdadeiras necessidades da Arma debaixo dêste ponto de vista.

Uma vez assim, nas unidades, sem Regulamento, entregues a si próprios os oficiais especializados limitam-se quando muito a reproduzir o que na E. P. E. viram fazer, continuando assim a cultivar involuntàriamente êste êrro em que se caiu.

A preparação conscienciosa do Sapador de Cavalaria tal como a preparação dos seus restantes especialistas só pode nascer num só sítio — na Escola da sua Arma.

Enquanto êste *desideratum* se não conseguir com o funcionamento do Curso de Sapadores na E. P. C. o problema da eficiência das nossas unidades de sapadores não se resolve.

Até que novas medidas tendentes a beneficiá-las sejam tomadas tal como a elaboração do necessário Regulamento limitamo-nos nós a apresentar aos interessados por intermédio da nossa Revista algumas considerações de ordem tática e técnica que embora nenhuma outra utilidade tenham, constituirão pelo menos campo de estudo e de discussão dêste assunto.

A instrução prática de tiro na recruta

(Continuação)

pelo alferes MÁRIO M. DE ANDRADE

Programas

O método e a progressividade prática de tiro, que constitue a 1.ª parte do nosso trabalho está portanto elaborada. Vamos agora indicar como pensamos que deva fazer-se a distribuïção dos diversos assuntos pelas 15 semanas de duração da escola de recrutas, a-fim-de aproveitar no máximo, tão reduzido tempo. Os programas semanais poderão ser os seguintes:

1.ª Semana

Sendo como se sabe, dedicada à encorporação e à familiarização dos recrutas com a vida do quartel, sempre tão diferente daquela que a Nação lhes exigiu que abandonassem durante um certo tempo, não comporta instrução a considerar.

2.ª Semana

Espingarda — Breve noção do seu funcionamento.
Tiro — Breve noção teórico-prática.

3.ª Semana

Espingarda — Nomenclatura resumida e instrução sôbre o trato antes e depois do tiro.
Tiro — *a)* Noções de tiro; noção rudimentar do funcionamento da espingarda 7,9 m/937.
b) Instrução preliminar de tiro: exercícios de pontaria, Vd. 1) de A).

4.ª Semana

Espingarda — *a)* Nomenclatura sumária e trato. *b)* Manejo de fogo; munições que utiliza; encher e esvaziar carregadores (movimentos à vista).

Tiro — a) Noções de tiro: ideia sumária de sua causa, seus efeitos e sua observação.

b) Instrução preliminar de tiro: exercícios de pontaria (pontaria com as armas nos cavaletes e instrução de triangulação a cargo exclusivo dos oficiais e de graduados escolhidos), manejo de alça e manejo de gatilho, Vd. 1) de A).

5.ª Semana

Espingarda — Como na semana anterior (aperfeiçoamento).

Tiro — Como na semana anterior (aperfeiçoamento) e mais tiro reduzido com as carabinas de ar comprimido.

6.ª Semana

Espingarda — Nomenclatura e trato; funcionamento; espécies de munições, encher e esvaziar carregadores, carregar e descarregar a arma com os olhos vendados.

Tiro — a) Instrução preliminar: aplicação e aperfeiçoamento das instruções anteriores.

b) Tiro reduzido (aperfeiçoamento).

7.ª Semana

Espingarda — Como na semana anterior e mais execução completa do manejo de fogo com os olhos vendados.

Tiro — Tiro com cartuchos de bala simulada.

8.ª Semana

Espingarda — Como na semana anterior.

Tiro — Tiro real: tiro de adaptação na Carreira de tiro reduzida.

9.ª Semana

Espingarda — Manejo de fogo em tôdas as posições regulamentares com carregadores de cartuchos simulados (olhos vendados).

Tiro — Tiro real: continuação do tiro de adaptação.

10.ª Semana

Espingarda — Desenvolvimento da instrução geral de espingarda.

Tiro — Tiro real: início do tiro de 2.ª classe, 1.ª classe e tiro especial.

11.ª Semana

Tiro — Continuação do tiro real.

12.ª Semana

Tiro — Tiro a cavalo feito com cartuchos de bala simulada.

A instrução de tiro de espingarda está pràticamente terminada. Faltam-nos três semanas que serão aproveitadas para o tiro de espingarda-metralhadora e para o tiro de pistola. Seguindo o exposto neste trabalho, obtive os seguintes resultados num esquadrão de cento e quarenta e um recrutas que comandei e instruí no ano transacto:

Atiradores de 3.ª classe	5
Atiradores de 2.ª classe	80
Atiradores de 1.ª classe	51
Atiradores especiais	5

E termino transcrevendo um período da nota-Circular 63/17 da D. A. I. de 7/2/938:

«Em face da nova orientação da instrução de tiro compreende-se quantos cuidados o pessoal instrutor deve pôr no serviço da sua execução metódica e quantos serviços prestará à causa do tiro, o instrutor paciente e persistente capaz de desviar da antiga classificação de *inapto* — já abolida pelo seu sentido desmoraliza te — instruendos que uma instrução cuidada e auxiliada em todos os detalhes pode colocar pelo menos, entre os atiradores de 2.ª classe».

Actividade Escolar

Poules hípicas

Tarde, muito tarde, devido ao rigoroso inverno que acaba de nos deixar — se é que na verdade se foi embora de vez — começaram as poules hípicas que é costume realizar com vista aos concursos hípicos que se seguem pelo ano adeante.

O regulamento destas provas, de cuja organização foi encarregado o capitão Deslandes, apresenta umas certas novidades que achamos interessante registar.

As poules são semanais e serão realizadas, salvo motivo imprevisto, todos os sábados. Em cada uma delas há uma prova para sargentos, uma prova para aspirantes tirocinantes e duas outras para oficiais, numa das quais só podem concorrer cavalos argentinos.

Compreende-se bem que se façam provas separadas para estes últimos animais porque, tendo sido distribuídos há pouco tempo aos seus cavaleiros, ainda são todos *principiantes*, não podendo nem devendo concorrer com cavalos feitos.

Murmura-se e diz-se que há *risonhas promessas* nestes bichos que são as grandes esperanças de muitos oficiais de cavalaria; por cá, pela E. P. C., o inverno tem prejudicado o trabalho pelo que ainda não se pode ajuizar com segurança.

Em cada uma das provas enumeradas se disputa mensalmente uma taça a atribuir ao cavaleiro que, no mesmo cavalo, totalize maior número de pontos nas poules realizadas durante o mês. Para a classificação são atribuídos em cada poule 20 valores ao primeiro classificado, 19 ao segundo, 18 ao terceiro, etc., até ao 10.º Desta maneira há muita gente que alimenta esperanças durante um mês...

*

A primeira poule do ano realizou-se no dia 6 de Abril e teve um brilho e animação dignos de nota, brilho que lhe emprestou a muito estimada presença com que nos quis honrar o Ex.mo Sr. General Latino, ilustre Director da Arma

de Cavalaria, e animação dada pela assistência e concorrentes.

O campo de obstáculos, que acabou de sofrer um arranjo ainda não pôde ser utilizado como era para desejar; em todo o caso o seu aspecto era agradável e apresentava alguns obstáculos *internacionais*, modelos do ano passado, mandados executar segundo planos do tenente Reimão Nogueira.

Havia um muro encarnado, de tacos de madeira com raminhos de verdura nas juntas que era mesmo uma *competência*... Havia também uns muros de madeira, pintados dum verde esquisito, constituindo uma espécie de oxer, que causaram apreensão aos cavaleiros pela novidade que representavam para as suas montadas, mas a que estas não *ligaram*... por aí além.

A 1.ª prova efectuada foi a de *sargentos* que teve 34 inscrições e deu os seguintes resultados, todos sem faltas:

1.º — Furriel Nunes da Silva em *Esperto*;
2.º — 1.º Sarg. Rocha e Cunha em *Delgado*;
3.º — 2.º Sarg. Valentim em *Voisin*;
4.º — Furriel J. António Pinto em *Solidó*;
5.º — Furriel Matos em *Urano*.

A 2.ª prova — *Aspirantes Tirocinantes* — para cavalos argentinos, teve os seguintes resultados:

1.º — Freire de Andrade em *Abotoador*, sem faltas;
2.º — Tavares em *Abarcador*, sem faltas;
3.º — Avelar em *Abadessa*, com 3 faltas;
4.º — Cavaleiro em *Abragado*, com 4 faltas.

Na 3.ª prova — *Oficiais* — hove 20 inscrições, tendo nela tomado parte dois tenentes do R. C. F. do Entroncamento. Verificaram-se os seguintes resultados:

1.º — Capitão Deslandes no *Kajú*, sem faltas;
2.º — Alferes Leote no *Ornato*, sem faltas;
3.º — Tenente Ramires no *Tzar*, sem faltas;
4.º — Alferes Miranda Dias no *Belin*, com 3 faltas;
5.º — Alferes Cordeiro no *Iboto*, com 4 faltas;
6.º — Major M. Cunha no *Ségur*, com 4 faltas;

A prova «Oficiais» montando cavalos argentinos foi substituída por uma espécie de apresentação destas montadas com alguns saltos isolados sem obrigatoriedade de percurso.

Na segunda poule realizada no dia 13, com os seguintes resultados:

Prova de Sargentos

1.º — Furriel Nunes da Silva em *Esperto;*
2.º — Furriel Ramos em *Terror;*
3.º — 2.º Sarg. Farto em *Chaveco;*
4.º — Furriel Godofredo Pinto em *Ural;*
5.º — Furriel J. A. Pinto em *Virtuoso,* todos sem faltas.

Prova de Aspirantes Tirocinantes

1.º — Freire de Andrade em *Abotoador,* sem faltas;
2.º — Prazeres Júlio em *Acabado,* com 3 faltas;
3.º — Rhodes Sérgio em *Barrufo,* com 4 faltas;
4.º — Avelar em *Abadessa,* com 7 faltas.

Prova de Oficiais

1.º — Tenente Reimão Nogueira em *Beaulieu,* sem faltas;
2.º — Tenente picador Mateus em *Surrao,* sem faltas;
3.º — Alferes Miranda Dias em *Belin,* com 4 faltas;
4.º — Alferes Leote em *Ornato,* com 4 faltas;
5.º — Capitão Deslandes em *Kajú,* com 4 faltas;
6.º — Alferes Andrade em *Ulme,* com 4 faltas.

Duas tardes bem passadas dêste ano de 1940.

Jornais revistas livros

Guerra! . . . De quem a culpa?

por Armando Páscoa

Com êste título apresenta o nosso camarada Tenente Armando Páscoa um interessante e cuidado trabalho dividido em 5 capítulos, alguns talvez exageradamente filosóficos, mas todos de flagrante oportunidade.

Pondo inicialmente em confronto duas afirmações contraditórias quanto às responsabilidades da guerra actual, uma do 1.º ministro inglês e outra do chanceler alemão, prossegue em novo capítulo, que intitula «Da paz e da guerra», citando alguns factos históricos que entremeia de considerações bastante equilibradas.

Nos capítulos seguintes, «Psicologia da guerra actual» e «Estratégia política e estratégia económica», acentua com felicidade o tumultuar de idealismos, de paixões e de interesses que levaram à guerra e reforça as suas considerações à custa de exemplos bem escolhidos, que demonstram um meticuloso trabalho de preparação.

O capítulo imediato, «Os exércitos factor moral das civilizações» é precedido de umas palavras do Dr. Oliveira Salazar adequadas ao título do capítulo e finalmente com *Onda Vermelha* encerra o Tenente Armando Páscoa o seu curioso trabalho, que julgamos francamente merecedor de elogio, muito embora o autor use e abuse, por vezes, de um estilo que não pode considerar-se da predilecção do grande público, por não poder ser por êste fácilmente interpretável.

E assim, pode acontecer que, alguns, ao chegar ao fim, fiquem sem perceber «de quem a culpa»?

Cadernos de Infantaria

Iniciou a *Revista de Infantaria*, em Novembro de 1938, a publicação dos *Cadernos de Infantaria* muito úteis para quem tem que instruir soldados.

Recebemos o Caderno n.º 5 intitulado *A espingarda 7m,9 m/937*. Contém a numenclatura, trata da desmontagem e montagem e dos cuidados

de conservação e limpeza da nova arma. É esta publicação completada com muitas figuras elucidativas.

Os cadernos n.os 3 *Organização do Terreno,* n.º 4 *Nós e Ligações,* e o N.º 5 que acabamos de receber, são publicações que interessam a tôdas as armas.

Cavalry Journal — (Maio de 1939)

A segurança das unidades mecanizadas em marcha

«Os progressos da ciência influiram sempre extraordinàriamente no resultado final de tôdas as guerras. Na última, as potências centrais introduziram como novo factor os batalhões de metralhadoras, que deram sem dúvida óptimos resultados, enquanto nós não conseguimos carros de combate em número suficiente para lhes opor e os neutralizar. Mais tarde os sábios da Alemanha produziram várias espécies de gases tóxicos, e a guerra química, que surgiu de surprêsa, causou os efeitos mais eficazes enquanto não pudemos prover as nossas tropas de eficientes máscaras anti-gás.

«Desde 1918, as nações procuram tirar o maior proveito possível de tôdas as invenções para lhes dar a devida aplicação em guerras futuras e, parece, tôdas concordam em que as unidades mecanizadas desempenharão nelas um papel muitíssimo importante.

«Hoje, que todos os exércitos estão parcialmente mecanizados, os Estados Maiores empenham-se em procurar os meios de contrariar ou de anular o perigo dos ataques levados a efeito por tais engenhos. Os canhões anti-carro, com a bala perfurante, serão sem dúvida de muito valor; mas é muito provável que sejam encontrados outros processos para os inutilizar.

«O ponto fraco das unidades mecanizadas, em marcha, parece estar num ataque levado a efeito enquanto atravessam um desfiladeiro, e, tanto mais, por não possuirem meios adequados para garantir a sua segurança, nem de colher informações sôbre os movimentos do inimigo. Não é prudente confiar inteiramente na *Royal Air Force,* visto que, durante a noite, quando haja nevoeiro, ou em terreno muito arborizado, os seus aviões nada podem fazer.

«O problema não é de fácil solução.

«Sôbre as estradas e caminhos, os motociclistas prestariam valiosos serviços; mas presentemente, não tem sido atribuída qualquer dotação dêstes elementos às unidades mecanizadas para aquêle fim especial.

«Todavia, quando estas, deixando as estradas, tenham de subir aos montes, ou, em qualquer caso, atravessar pequenos bosques e florestas, mais alguma coisa se torna indispensável e que os motociclistas não podem fazer. Está em marcha a idea de que tôdas as unidades mecanizadas transportem consigo uma ou duas *horse-boxes.*

«Êstes cavalos e respectivos cavaleiros, sempre equipados e prontos, poderiam ser desembarcados em menos de cinco minutos, e, em menos

de meia hora, fornecer ao respectivo Comando da unidade mecanizada a desejada informação positiva ou negativa, actuando dentro dum raio de acção de cinco milhas. Os cavalos depressa se habituariam àquele meio de transporte e a sua recolha causaria uma demora insignificante. O acréscimo de profundidade resultante das *horse-boxes* seria bem compensado pe'os serviços prestados por tais elementos.

«As unidades mecanizadas podem percorrer 100 milhas ou mais nas 24 horas, uma vez cobertas na frente; mas, em território inimigo deverão contar com as emboscadas prèviamente preparadas. Alguma coisa há a fazer para as evitar. A procura de informações durante a noite requere um treino especial, e dificilmente se podem esperar bons resultados, se as patrulhas não tiverem sido habituadas a trabalhar em tais circunstâncias.

«Na guerra da África do Sul, as nossas tropas dos Domínios forneceram-nos admiráveis exploradores, os quais, chegando a penetrar nos acampamentos inimigos, nos faziam interessantes relatórios, logo ao romper do dia seguinte.

«Alguns soldados desta natureza, adstritos às unidades mecanizadas, não só con orreriam para a sua segurança, como obteriam informações preciosas, habilitando o Comando a formular os seus planos».

Êste artigo assinado por «An Old Has-Been» e, portanto, por um velho cavaleiro da nossa antiga Aliada, é duplamente interessante e põe bem em evidência até que ponto a cavalaria a cavalo pode prestar os seus preciosos serviços a dentro dum exército moderno.

Quantas surprêsas nos pode ainda trazer a guerra actual?!

Esta, do carro de combate ou auto-metralhadora *porta-cavalos* — chamemos-lhe assim por analogia com os barcos porta-aviões — tem o seu quê de saboroso e reconfortante para aquêles que nunca descreram do *cavalo-aveia.*

Fevereiro de 1940.

A. P. R.

Sempre a horas

com um

AUSTIN

OS NOVOS

AUSTIN '8' e '10'

SÃO AINDA MAIS

Económicos, cómodos e espaçosos

DISTRIBUIDORES GERAIS EM PORTUGAL:

J. J. GONÇALVES, Sucessores

90, R. Rodrigues Sampaio — LISBOA

130, R. Alexandre Braga — PORTO

Sociedade Anónima Concessionária

DA

Refinação de Petróleos em Portugal

S. A. R. L.

SACOR

CAPITAL 15.000.000 ESC.

* * *

Refinaria — Lisboa

Casal das Rôlas — CABO RUIVO

TELEF. 38 306
307
308

* * *

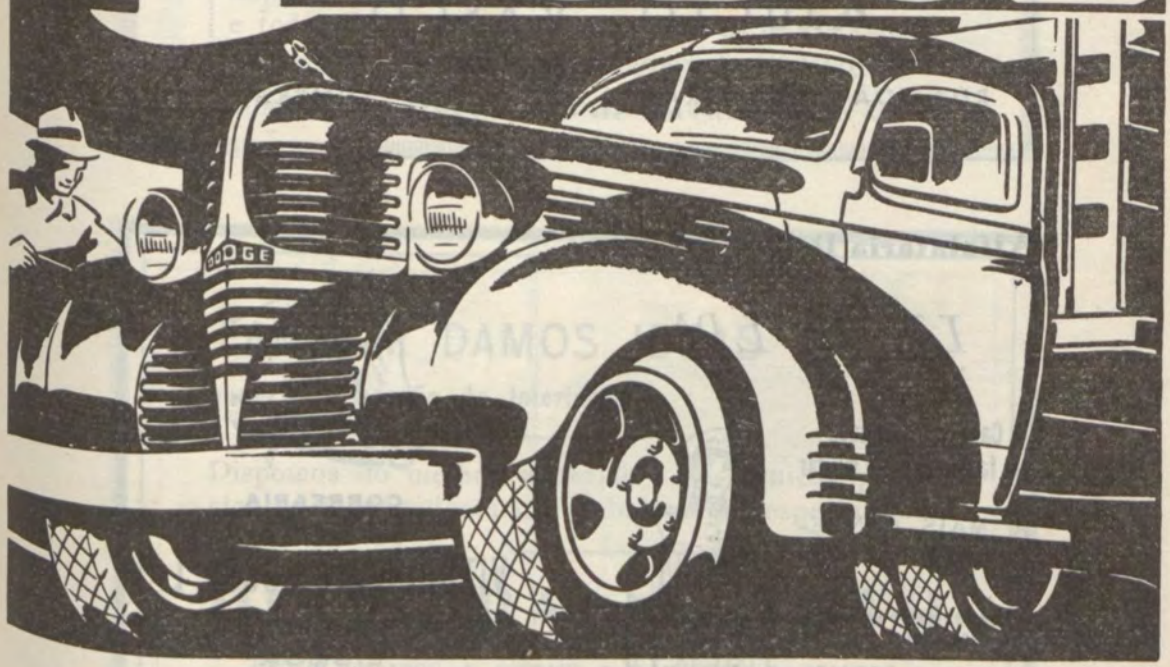
TELEGRAMAS **SACOR — LISBOA**

TELEF. 28 035
036
037
038
039

Rua do Alecrim, 57 — LISBOA

Camionetes, camions e tractores para tôdas as tonelagens : : Chassis com 4 rodas motoras para todos os terrenos : : Ambulâncias, prontos-socorros, carros oficina, reboques e semi-reboques

1940 DODGE



S P I D A

Sociedade Peninsular Industrial de Automóveis, L.da

67, R. Alexandre Herculano — LISBOA — 27, R. Rodrigo da Fonseca

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor no Centro e Sul do País:

BEBA

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica; gaso-carbónica natural

AJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49 ◇ COIMBRA

Alfaiataria Paris

LEAL, L.DA

Casa especializada em fardamentos à militar

A MAIS CONHECIDA DO PAÍS

Fardamentos de gabardine 550$, 600$, 700$

PELIÇAS 600$ e 700$

Capotes 400$

Gabardines, desde 450$

SECÇÃO CIVIL:

Gabardines, Sobretudos e Fatos desde 300$, a feitio e por medida.

106, R. S. Nicolau, 108 — LISBOA

(Entre a R. do Ouro e R. do Crucifixo)

CORREARIA

— DE —

VITORINO DE SOUSA, L.DA

200, RUA DOS CORREEIROS, 202

LISBOA

O mais variado sortido de arreios para cavalaria e seus componentes

Casa especializada em polainas em todos os géneros

Tomam-se encomendas de todos os artigos de correaria

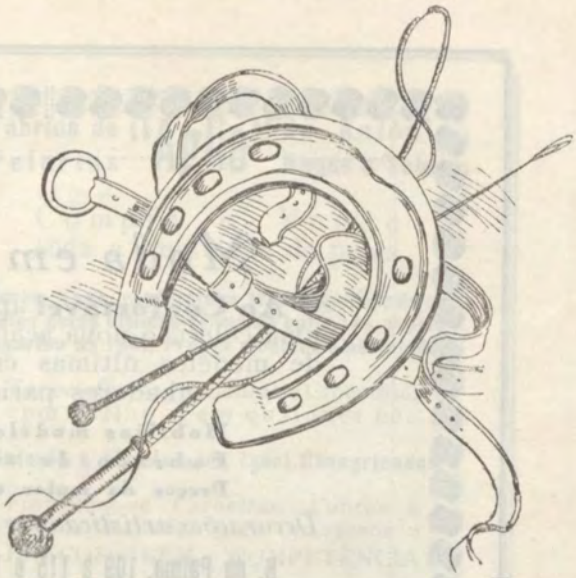
Francisco Serra

Seleiro-Correeiro do Exército

*

Quartel do Regimento
de Artilharia Ligeira
N.º 3

*



CAMPOLIDE — LISBOA

ARREIOS DE CAVALARIA

Especialista em selins de obstáculos, e de corridas e todos os seus componentes — Joelheiras — Caneleiras — Coloches e todos os artigos da especialidade

Forneccedor do Regimento de Cavalaria da G. N. R.

TAMBÉM DAMOS IDEAS

para a decoração de interiores

Dispomos do melhor material e de técnicos profissionais habilitados para trabalhos da especialidade

OLIVEIRA & PINTO

PAPÉIS PINTADOS ◇ VITRAIS ◇ DAMASCOS ◇ VELUDOS
CRETONES ◇ ESTORES ◇ «RIDEAUX»
OLEADOS ◇ PASSADEIRAS ◇ «CARPETTES»

Telefone: PBX 2 5944
Endereço telegráfico: TEJO

168, 170-R. da Prata-170, 172
Lojas e 1.º andar

75, 77-R. dos Douradores-79, 81
Armazéns

Moda em Paris

O **Ao Confortável** apresenta a V. Ex.ª uma colecção nova acabada de executar, de modêlos últimas criações de desenhadores parisienses.

Mobílias modêlos de hoje
Fabrico de confiança
Preços da maior concorrência

Decorações artísticas por orçamentos grátis

R. da Palma, 109 a 113 e 115, 1.º (dt.º esq.)

NASCIMENTO PIEDADE

Aliança Comercial Vidreira, Limitada

ARMAZÉM de louças de Sacavém, porcelana, esmalte, alumínio e ferro fundido. Vidraria lisa, moldada, lapidada, fantasia, e farmácia. Vidraça, garrafões e talheres. Artigos de zinco e ferro zincado. Ferros de engomar, lavatórios, etc., etc.

29, 1.º, CALÇADA DO GARCIA, 31 E 31-A

Lisboa Telef. 2 7457

ESTÊRRO

Alfaiate especializado em fardamentos para o Exército, Legião Portuguesa e Marinha

Secção Civil

Rua Arco do Bandeira, 92-1.º
Telefone 2 8923

Calçada da Ajuda, 127
Telefone-Belém 81-184

Joaquim Ferreira Cabaço

Oficina de Serralheiro e Carpinteiro de Carroças

Encarrega-se de todos os trabalhos concernentes à sua arte

R. Particular, J. F. C. (Ao Arco do Carvalhão)

Fábrica de Pelarias **"Aglia"** de António Augusto Teles

Compra e Vende
tôda a qualidade de peles

Curte, tinge, confecciona tôda a qualidade de peles pelas últimas fórmulas químicas, e pelo figurino de 1941. Preços módicos e perfeição.

Especializado em Cobras e Crocodilos com brilho e em qualquer côr.

Pinturas à pistola sem, igual Changrinados.

Fornecem-se Carneiras, Cobras e Couros atanados para Concursos a PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

FÁBRICA: POÇO DO BISPO
Rua José do Patrocínio, A N
L I S B O A

Telef. 3 8 1 5 7

Selaria e Correaria
de
GUILHERME FERREIRA GOMES
Casa fundada em 1885
Tôrres Novas

ESPECIALIDADE EM SELINS DE OBSTÁCULOS, CORRIDAS, AMAZONAS E SEUS COMPONENTES

Trabalhos em quaisquer artigos de couro

Fornecedor da Escola de Cavalaria e outros estabelecimentos militares

BANACÁO

O MELHOR DOS ALIMENTOS

Produto português para os portugueses

O BANACÁO é preferido para a 1.ª refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.ª refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigôr nos exercícios físicos que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÁO sempre BANACÁO

LABOR OMNIA VINCIT JJF

FARINHA LACTO-BULGARA

O produto de confiança para crianças, adultos e convalescentes como o atestam milhares de atestados que possuímos, alguns dos quais de médicos ilustres no continente, ilhas e colónias

Preparação do

LABORATÓRIO FARMACOLÓGICO DE LISBOA

Rua Filipe da Mata, 30 — Teleg. IODAL

Farmácia: R. Alves Correia, 187

Agência no Pôrto: R. Mousinho da Silveira, 300

TELEFONES:

Sede, 4 2620 Farmácia, 2 6478 Agência do Pôrto, 6 380

ALFAIATARIA

J. Camacho

R. da Prata, 29-2.º Telefone 2 6512

Lisboa

Casa especializada em Fardamentos Militares

Completo sortido em Gabardines, tricots e panos para peliças, nacionais e estrangeiros

Sempre as últimas novidades em tecidos para fatos, sobretudos, etc.

Bertrand

(IRMÃOS LTD.)

Gravura
Typografia
Offsset
Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — LISBOA

Telef. 2 1368 e 2 1227

Barbosa & Costa, L.da

Mobílias

Estofos

Decorações

DEPOSITÁRIOS
DO TAPETE

HALCÁ

Largo Rafael Bordalo Pinheiro, 7 a 12

L I S B O A

Telefone 2 3 5 6 2

BORGES

A Melhor Marca de Vinhos do Porto

BORGES

A Melhor Marca de Vinhos de meza

BORGES

A Melhor Marca de Vinhos Espumantes

BORGES

A Melhor Marca de Brandy

ANTÓNIO CASANOVAS AUGUSTINE

CORRECTOR OFICIAL

Câmbios, Fundos Públicos
e Mercadorias

Rua da Conceição, 133

Tefone { **Estado. 54** / **Rêde . . 2 2280**

Bôlsa de Mercadorias

P. do Comércio

Telefone { 2 8182 / 2 8615

L I S B O A

BICICLETAS

12 PRESTAÇÕES

Mensais
e
iguais
sem
aumento
de
preços

Peçam Tabelas dos NOVOS PREÇOS

PNEUS MICHELIN

ARMANDO CRESPO

116, R. do Crucifixo -- Tel. 2 7027

LISBOA

Prefira:

LUMIAR

a lâmpada económica e de qualidade superior.

E. N. A. E.

Motôres eléctricos - Transformadores - Geradores

FABRICO NACIONAL

Emprêsa Nacional de Aparelhagem Electrica

Avenida 24 de Julho, 158 — LISBOA

Telefones 6 2177-6 2178 **Telegramas: LAMPAR**

Dansk Industri Syndikat

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A

J. Emilio Mateus

Calçada de Sant'Ana, 168

LISBOA ——— *TELEF. 44303*

Instalações completas e fornecimento de:

Telefones

Campainhas

Sinalização luminosa

etc.

TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS

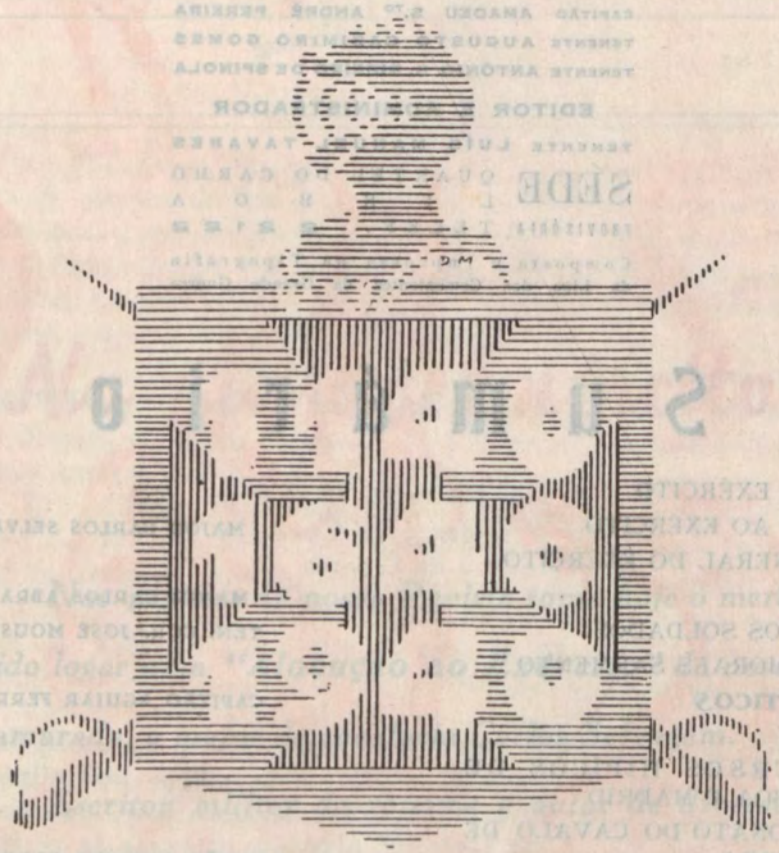
EM TODOS OS GÉNEROS

Calçada dos Caetanos, 18

TELEFONE 21450

ORÇAMENTOS GRÁTIS

Revista de Cavalaria



Não vos hão de faltar, gente famosa,
Honra, valor, e fama gloriosa.

Lusíadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE PROVISÓRIA — QUARTEL DO CARMO, LISBOA, TELEF. 2 21 22

Composta e impressa na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

NO DIA DO EXÉRCITO		331
ALOCUÇÃO AO EXÉRCITO	MAJOR CARLOS SELVAGEM	332
MAJOR GENERAL DO EXÉRCITO		350
COMANDAR	MAJOR CARLOS ABRANTES	351
PREPAREMOS SOLDADOS	TEN. COR. JOSÉ MOUSINHO	361
GENERAL MORAES SARMENTO		368
TEMAS TÁTICOS	CAPITÃO AGUIAR FERREIRA	369
HIPISMO:		
CONCURSOS HIPICOS DE LISBOA E MADRID	S. A.	373
CAMPEONATO DO CAVALO DE GUERRA	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	384
A QUESTÃO CAVALAR	DR. RUY D'ANDRADE	389
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	TEN. MÉD. VET. PROSTES DA FONSECA	393
BOLETIM DA E. P. C.		
SAPADORES	CAPITÃO PEIXOTO DA SILVA	399
ACTIVIDADE ESCOLAR		406
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		411

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

6678

Revista da Cavalaria

N.º 5 Julho

No dia do Exército

Nas páginas da nossa Revista toma hoje o merecido logar uma ***"Alocução ao Exército"*** *do nosso camarada, o major de cavalaria Carlos Selvagem.*

Escritor militar de renome e autor de diversos trabalhos em que o seu ardente coração de português marca uma personalidade de destaque, a publicação da vibrante oração que proferiu na Sessão Solene, realizada em Lisboa no "Dia do Exército", honra a Cavalaria Portuguesa, o autor e as páginas da nossa Revista.

Alocução ao Exército

no dia 28 de Maio de 1940

pelo Major CARLOS SELVAGEM

Senhor Presidente da Rèpública
Senhor Presidente do Conselho
e Ministro da Guerra
Senhor Ministro da Marinha

POR motivos que não tento discernir, foi-me designado o penoso e melindroso encargo de proferir aqui, hoje, em nome do Exército, algumas palavras de exaltação da nossa fé patriótica e de lealismo e homenagem aos legítimos chefes do Exército e da Nação.

Assim, pois, um dos mais humildes soldados de Portugal se vê inesperadamente guindado à dignidade efémera de intérprete e porta-voz da grande comunidade militar do País — intérprete dos seus sentimentos mais profundos e porta-voz das suas mais nobres aspirações.

Investido na dignidade dum tal mandato, que nem sei se terei fôrças de cumprir, a minha missão é, nêste momento, particularmente delicada e árdua. Na medida das minhas fôrças, esforçar-me-ei por cumpri-la o melhor que

souber e puder, ainda que me não faça ilusões sôbre a tremenda responsabilidade que me foi confiada, mais particularmente grave na hora que se está vivendo.

Senhor Presidente da Rèpública

A convite de Sua Ex.ª o Ministro da Guerra, aqui nos reünimos para celebrarmos singelamente o dia do Exército, sem mais pompas que a nossa farda de soldados, nem mais programas que o duma grande afirmação de fé no ressurgimento e nos destinos da nossa Pátria.

A data escolhida foi, simbòlicamente, a do aniversário duma decisiva intervenção do Exército na política interna da Nação. E, talvez por um oculto preságio dos nossos destinos, quiz o Acaso — que é a noção agnóstica dos desígnios da Providência — que viéssemos a celebrar esta festiva reünião da Família Militar justamente ao som da mais infernal fanfarra de canhões e do mais fragoroso concertante de batalha que jàmais se tinham feito ouvir nos plainos célebres da Europa, onde por fatalidade geográfica, desde o fundo dos séculos se têm vindo a jogar sempre os destinos do Mundo e da Humanidade.

A hora que é, pois, de festa para nós, Portugueses, é de apocalítica tragédia para o comum dos povos europeus.

Enquanto a nossos olhos esplende a calma dum meio-dia de paz e de plenitude, lá longe, nos campos de batalha da Europa uma espécie de crepúsculo dantêsco ameaça ensombrar e mergulhar todo o Mundo no cáos duma noite de Walpurgis, donde se não sabe quais as conquistas do génio humano que voltarão a emergir, vitoriosas e aladas, no alvorecer duma nova idade da História.

A nossa festa votiva de família assume, assim, no interior, um significado que não mais poderá ser banido da tábua de valores da nossa moral colectiva, e recebe do exterior uma consagração que tem tanto de trágico e desesperado, como de oportuno e carregado de preságios.

É dêsse significado interno e dessa consagração do exterior que eu nesta hora solene pretendo deduzir, em resu-

mos nítidos e concisos, os sentimentos que mais conturbam a nossa consciência comum de soldados e todo o tumulto de ideais, aspirações e anciedades que se agitam no nosso coração de Portugueses.

Na minha consciência as perscrutei; e pela minha consciência julgo aferir o que fermenta na consciência dos outros. Se na pobreza das minhas palavras conseguir exprimir, por símbolos exactos, o tumulto dessas vozes íntimas de nós todos, terei honradamente cumprido o meu difícil encargo. E o sentimento do dever cumprido será o prémio que me bastará.

Mas que, antes, as minhas primeiras palavras sejam de saüdação a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Rèpública, que se dignou com a sua presença, conferir a esta assembléa de soldados a austeridade, a dignidade e a grandeza que são o seu ambiente mais próprio.

Vossa Excelência que, no acto do julgamento célebre, não hesitou em, do alto do pretório, arrojar às faces dos dominadores do dia o candente libelo das quatro palavras fatídicas — «*A Pátria está doente*» —; Vossa Excelência que dêsse candente libelo fez o seu grito de guerra e, jogando conscienciosamente a honra e a vida, lançou com êle um desesperado apêlo às armas, que veio a salvar a Pátria; Vossa Excelência que, depois, em catorze anos de magistratura suprema da Nação, tem vindo a sustentar valentemente a mais áspera das batalhas sem fim, serenamente afrontando tôdas as responsabilidades e perigos do seu pôsto do comando e ganhando discretamente as mais fecundas vitórias da paz; Vossa Excelência, que, por tudo isso, ainda mais que pelas suas estrêlas de general, é hoje o mais nobre, firme, leal e valoroso dos soldados portugueses que pela honra e glória da Pátria tem lutado; Vossa Excelência, meu general, deve sentir-se bem, por direito próprio, presidindo a esta assembléa de soldados que no exemplo da sua vida profissional encontrarão vasta matéria de meditação sôbre a grandeza e servidões dêste nobre e duro ofício das armas.

Em nome do Exército, meu general, saúdo, pois, em Vossa Excelência o puro tipo do soldado *sans peur et sans reproche* que por essa simples qualidade, pela clara inteli-

gência acurada no exercício da profissão, pelo culto e pela prática de tôdas as grandes virtudes militares — a hombriedade, a modéstia, a lealdade, a firmeza, a isenção, a coragem, o sentimento da honra e do dever — ascendeu verticalmente, como os antigos chefes godos, de simples chefe militar à dignidade suprema de Chefe do Estado, e que no exercício dessa chefatura tão dignamente a honrou que não mais poderá sair das páginas da nossa história.

E nêsse preito de menagem não é possível deixar de associar a alta personalidade política do Senhor Presidente do Conselho que, sob a égide da confiança de Vossa Excelência, poude levar a cabo a árdua emprêsa de restaurador da fazenda e da honra da Nação, entroncando na linhagem dos grandes homens de Estado que, através dos séculos, foram os maiores obreiros da grandeza e da eternidade da Pátria.

Senhor Ministro da Guerra

Com a designação da data de hoje para o dia do Exército, quis, decerto, Vossa Excelência, intencionalmente, pôr em relêvo o alto significado da vitoriosa intervenção do Exército na vida política da Nação em 1926.

E, com efeito, bem merecia o Exército essa consagração pública de iniciativa de Vossa Excelência.

Pela sua estrutura orgânica, pela sua psicologia própria, pela antiguïdade e nobreza das suas tradições e sobretudo pela gerarquia da sua função social, o Exército, como organismo vivo que é, imutável na sua essência moral e na sua consciência colectiva, constitue, hoje como sempre, independentemente do seu potencial de fôrça material, um reservatório de energias morais e de virtudes cívicas que o situam inconfundìvelmente num plano sobranceiro a todos os outros organismos, instituïções ou classes da Nação.

Indispensável ao corpo social pela necessidade imanente duma organização de fôrça, posta ao serviço dos fins ideais da Nação, a sua única condição de vida reside em certa

regra de obediência rígida e um transcendente código de honra que, sendo ao mesmo tempo o seu duro voto de servidão e o seu melhor título de nobreza, lhe instila um orgulho e um sentimento de casta, indispensáveis à sua vida moral e sem os quais de nada serviria a parcela de soberania que o Estado forçosamente lhe delega e que é inerente e andou sempre adstrita a tôdas as castas aristocráticas.

Casta aristocrática, sem dúvida, embora *casta aberta*, como é imperativo dos nossos tempos democráticos; mas casta aristocrática no melhor sentido da palavra, no sentido próprio do termo, consoante o étimo da raiz grega — *aristoi* —, os excelentes, os melhores.

Na base do serviço universal e obrigatório os exércitos democráticos de hoje, meros ginásios por onde passa, periòdicamente, na idade própria, tôda a mocidade válida da Nação, têm a sua armadura inquebrável nos quadros profissionais dos seus altos comandos e do seu corpo de oficiais e graduados de carreira.

São esses quadros, em rigor, a sua ossatura viva, dinâmica, permanente; e, como depositários das tradições, glórias e honra das armas, são êles também o seu cérebro e a sua alma; em termos que um Exército ideal, para idealmente cumprir a sua missão, deveria recrutar os seus quadros entre os melhores filhos da Pátria, selecionando-os e apurando-os depois até fazer deles os seus melhores cidadãos: — os mais robustos, os mais dextros, os mais corajosos, os mais leais, os mais estoicos, os mais devotados ao bem comum, os de mais larga compreensão humana, de maior nobreza moral, de maior firmeza de carácter, do mais alto sentimento da honra, de mais acurada sensibilidade, de mais espartano desinteresse.

Assim o exigem os complexos e pesados sacrifícios do tempo de guerra e sobretudo os próprios trabalhos exaustivos e obscuros da instrução e preparação técnica e moral em tempo de paz, que são, em rigor, as únicas actividades que normalmente competem ao Exército.

Mas êsse conceito do moderno Direito Público está sujeito, como tôdas as verdades abstratas, a severas correcções na prática, impostas pelas realidades, pelos climas sociais e pelas próprias latitudes geográficas e políticas dos povos;

e «*classificar a fôrça armada apenas como orgão de defeza dos povos*, diz um tratadista ilustre, *é dar-lhe uma classificação e uma função incompletas, que ainda assim mais se coadunariam, embora não completamente com o carácter e função do Exército na actualidade, mas que de modo algum seria a definição da fôrça armada através dos tempos*».

Assim, em países como Portugal, cuja vida histórica foi sempre mais ou menos conduzida pelo génio e pela energia de chefes responsáveis e andou sempre mais ou menos ligada à sorte caprichosa, à sorte vária das armas; em países como Portugal, escassos de população e de riqueza, que não dispõem dos ressortes políticos e culturais, nem dos recursos económicos e financeiros de outros povos mais ricos, mais fortes e mais cultos, o Exército, sobretudo depois de abolido o antigo regime, nunca poude ser apenas uma simples organização técnica de defeza do território, passiva e muda como um autómato perante os graves problemas políticos do país — problemas que, em regra, se têm debatido sempre entre minorias ambiciosas, atrevidas e astutas que, já pela viciação de sufrágio, já por outras causas circunstanciais, representam muito ilusòriamente o *país real*, por não serem mais que sindicatos de interesses, clientelas de província, oligarquias abusivamente detentoras ou usurpadoras das melhores posições estratégicas do *país legal*.

Bem consideradas as coisas, essas oligarquias, sindicatos ou clientelas, agrupadas ou não em partidos políticos ou em clans plutocráticos, nunca revelaram as características de verdadeiras élites. Nenhuma sociedade bem constituída pode subsistir, perdurar, realizar os seus fins ideais, sem o comando ou a orientação suprema de verdadeiras élites.

Entre nós, só o Exército, pelas condições peculiares da sua vida orgânica e pelas leis históricas da evolução do meio pode constituir modernamente uma verdadeira élite social.

Se o Exército abdicar dessa altíssima função, ou não se propuzer as responsabilidades duma verdadeira élite, tanto pior para êle e tanto pior para o futuro da Pátria.

Em França, em Inglaterra, na Itália, noutros países menores do centro e norte da Europa, o Exército, sem o carácter de élite dominante, embora participante da sua élite social, terá podido e deverá, talvez, confinar-se estrita-

mente à sua função profissional. «*Seria exorbitar do seu papel, invadir outras atribuïções, substituir-se ao organismo de direcção e causar por êsse facto graves perturbações na vida do País*, — escreveu A. Gavet, na sua lúcida «*Arte de comandar*» — *se pretendesse arvorar-se em juiz das intenções da Nação*». É a doutrina do tipo perfeito da fórmula francesa «*L'Armée, la grande muette*» ou, como o definia Vigny, «*o grande soberano solitário, crucificado e torturado em sua corôa de espinhos da disciplina*», e surdo, quieto, calado perante o remoinho do incessante fluxo e refluxo das grandes correntes de opinião pública e das suas grandes assembleias políticas.

Êsses grandes povos dispõem de outros recursos mentais, materiais e morais, de outras tradições, de outras fôrças orgânicas, representativas do somatório de consciências e vontades da Nação, que lhes permitem resolver exclusivamente no quadro das suas instituïções civis os complexos problemas colectivos.

Em Portugal — e decerto, mesmo em Espanha, pelas mesmas causas intrinsecas, ou seja, pelas leis da sua formação histórica, pela grandeza das tarefas cometidas ao seu génio peninsular, pela sua tradição de misticismo militante e até pela escassa lucidez crítica da consciência cívica das massas — o Exército terá de ser sempre, pelo menos enquanto perdurar uma Europa de sistemas nacionais autónomos, a *última ratio* ou, para falar à moderna, o último refúgio e recurso da consciência nacional, o último cartucho a empenhar na batalha das ideias, dos problemas e dos destinos nacionais.

Isto, claro, não se pode exarar no texto das constituïções. E para obstar às *graves desordens* de que fala Gavet, é necessário que nas suas zonas pensantes êsse tipo de Exército tenha sempre bem presente o alto sentido do seu decôro e das suas responsabilidades sociais, e que, por um prodigioso equilíbrio de bom-senso e de intuïção cavalheiresca, a sua consciência colectiva se mantenha sempre atenta à noção exacta das limitações que o interêsse permanente da Nação lhe impõe, que os imperativos da história fixam e que as necessidades do futuro lhe ditam, para que em nenhum momento resvale ignominiosamente da sua altura de

paladino, fiador da paz, da honra e da segurança colectivas, nos desmandos dum vulgar bando de aventureiros sem pátria, sem honra e sem lei.

Em contrapartida, é também necessário que, por sua parte a Nação assegure o prestígio do Exército, manifestando-lhe o respeito devido à nobreza das suas fôrças morais e uma confiança inabalável no potencial das suas virtudes.

Reciprocidade absoluta de confiança e de respeito entre a minoria armada da Nação e a sua grande massa produtora — eis os termos do binário que condicionam entre nós o equilíbrio, o dinamismo, a vitalidade orgânica da Nação.

Assim, pelo menos, no-lo ensina, em Portugal como em Espanha uma história que é dos nossos dias, e no-lo confirma ao longo dos séculos a história nacional desde a fundação da Monarquia até hoje.

Êste Reino foi obra de soldados — disse-o Mousinho, um dos grandes soldados de Portugal, numa carta célebre a um príncipe infeliz.

E em verdade, foi pela conjuração dos barões de Entre Douro e Minho — os chefes-militares de então — que, na opinião de Herculano, em princípios do século XII, o conde de Portugal, Afonso Henriques, foi alçado Rei, e poude fundar depois a Monarquia.

Um século mais tarde, foi pela vontade unânime dos chefes militares de então, — inclusivé os mestres das Ordens Militares — que o Conde de Bolonha, D. Afonso, destronou o valoroso cavaleiro mas fraco rei D. Sancho, seu irmão, para se pôr termo à anarquia que dilacerava e ameaçava de morte o incipiente Estado cristão.

Foi depois, no reinado seguinte, pela organização regular do primeiro exército do Rei, de tropas concelhias e aconteadas, e pela nacionalização das Ordens Militares internacionais, que D. Diniz poude emfim firmar em bases sólidas a autoridade eminente da corôa e, com ela, as liberdades públicas, a paz interna, a fôrça e a prosperidade do Reino.

Foi, mais tarde, com o potencial da Nação e com o esfôrço de grandes chefes militares como Nun'Alvares e outros companheiros do Mestre de Avis, que o Reino cobrou definitivamente o seu direito à independência, e, com a nova dinastia, deu novos rumos aos seus destinos.

Por essa época um grande conflito se declarou entre o poder civil, representado pelo Doutor João das Regras, e o poder militar, representado pelo glorioso Condestável. Tão grave foi o conflito que levou grande parte dos heróis da Independência a homiziarem-se por algum tempo.

Por fim, uma trégua se fez; e foi só então, depois da aprovação dêsses grandes chefes militares no célebre conselho de Tôrres Vedras, que o Rei, ao cavalheirêsco apêlo de «Ruços, além!», decidiu a ida a Ceuta, expedição militar que marca o início do ciclo das navegações e da expansão marítima da Nação, que foi o seu deslumbrante destino.

Durante os dois séculos heróicos das Navegações e das Conquistas, foi a élite militar da grei que, em terra e no mar, sob o comando único dos monarcas, assegurou à Nação o seu poderio imperial e a realização duma transcendente emprêsa colectiva que para sempre modificou os destinos da Humanidade e do Mundo; e, mais tarde, o próprio suicídio glorioso dessa dinastia de Aviz, no planino de Alcácer Kibir, é decidido e consumado ainda com o voto e sacrifício quási consciente de grandes chefes militares, cobertos de glória e de cicatrizes em Marrocos, na Índia, nos confins do Mundo.

A restauração da autonomia só poude ser levada a cabo pelo consenso e pelo concurso dos grandes chefes militares e pelo exaustivo esfôrço das fôrças militares do Reino e do Ultramar, em 28 anos de acção diplomática e de guerra consecutiva em três continentes.

Em todo o século XVIII a doutrina do equilíbrio europeu fez do Exército um mero instrumento passivo e mercenário da acção diplomática dos reis. E, por isso, quando nos começos do século XIX a tormenta napoleónica se abateu fulminante sôbre o Reino, é o abastardamento moral e político das instituïções militares a causa fundamental da vergonha das humilhações e dos horrores das invasões de que o reino padece durante cêrca de dez anos; mas, graças à reorganização do seu Exército e à restauração das suas virtudes militares — embora sob um comando estrangeiro, por falta de uma élite militar nacional — a Nação realiza o milagre de expulsar do solo e ferir de asa para sempre as águias imperiais.

Em tôda a primeira metade do século XIX, nas convulsões dolorosas que condicionaram entre nós — como, de resto, em tôda a parte — a implantação do sistema representativo, é mais do que nunca o Exército, já regular e nacional, que decide das grandes questões e que por fim restabelece a ordem e assegura ao país, com a Regeneração, um largo período de trabalho e de progresso.

Reconduzida então a Nação, por fatalidade histórica, ao seu pendor ultramarino e vocação colonizadora, é ainda o Exército de terra e mar, pelo seu infantigável esfôrco em África, tanto administrativo, como militar, ora obscuro, ora retumbante, que leva a cabo a imensa tarefa da submissão dos potentados rebeldes e realiza êsse outro milagre da ocupação e da posse de territórios imensos, as mais das vezes contestados por poderosas nações estrangeiras, aí firmando definitivamente a soberania e a honra da bandeira.

Abolida a monarquia, por uma ofensiva passional e violenta das massas populares, cujos motivos ideológicos os próprios partidos do regimen se recusavam a renegar, o Exército mantém uma atitude mais ou menos passiva perante essa transformação política por supô-la ditada pela vontade expressa da Nação ou das suas élites; mas não tardou o Exército a reagir contra os desmandos e desvários dum regimen que, por inaptidão congénita, carência de élites ou exigências ideológicas, se revelava contrário ao espírito, às tradições, à história e aos interêsses da Nação e se mostrava incapaz de assegurar a sua continuídade histórica.

Dêsse irredutível e permanente conflito entre os dirigentes da República e a consciência do Exército, resultaram os sucessivos sobressaltos e colapsos na vida do regimen que vieram a ter o seu remate no movimento militar de Maio de 1926, em que o Exército, a-pesar-de empobrecido, desmantelado, quási aviltado, consubstanciando e fazendo-se o intérpre das aspirações e das anciedades da grande massa do país, conseguiu, num supremo esfôrço pôr cobro à orgia governativa, à anarquia demagógica, à onda de dissolução que tudo ameaçava, e estabelecer emfim, sustentada pelas armas, a única plataforma em que já era possível tentar-se, pelo menos, a inadiável obra de salvação nacional.

Se êsses oito séculos de vida histórica, tão sucintamente aqui evocados, são a nossa única realidade política a considerar, e se dessa única realidade (e não de quaisquer abstrações ideológicas, estranhas e antagónicas à índole e aos interêsses da Nação) têm de extrair-se as leis naturais do seu direito e da sua evolução política, julgo bastante esta singela rememoração de factos históricos para tornar legítima a decisiva intervenção do Exército em Maio de 1926 e se regeitarem todos os conceitos e abstracções de direito público que pretendem condená-la como um abuso de fôrça, como um delito de classe ou como um atentado político contra a vontade do País.

E foi, certamente inspirado nesta ordem de ideias e fazendo-se o alto intérprete desta lei histórica da Nação que Vossa Excelência, com a sua dúpla autoridade de professor catedrático e Presidente do Conselho de Ministros, repetidas vezes tem afirmado em discursos que hoje correm mundo, que o Exército, hoje como ontem, como há oito anos, como há catorze anos, «*tem a sua honra e a sua responsabilidade comprometidas na execução do pensamento renovador que presidiu ao movimento militar de 28 de Maio de 1926*».

Há precisamente seis anos, em 28 de Maio de 1934, tornou Vossa Excelência a afirmá-lo, por outras palavras. «*Apelou a Nação para o Exército no momento em que êle era já a única fôrça com alguma coesão que poderia opôr-se à desagregação geral. O Exército cumpriu. Desde então tem continuado a cumprir, tem continuado a vencer.*

Dia e noite, pela sua vigilância, o Govêrno tem trabalhado e o País tem podido trabalhar e gosar o seu descanço, tão descuidado e, por vezes, tão egoista, como se a êle próprio não competisse também algum esfôrço para aliviar tão pesado encargo».

«*O Exército meteu ombros a uma grande obra ao instituir a Ditadura Nacional. Depois de implantá-la, conservou-a, defendeu-a, vela por ela instante a instante, e de quando em quando gosta de saber em que altura vai*».

Êsse interêsse era, decerto, o dever do Exército, porquanto, ainda no pesamento de Vossa Excelência, em Maio de 1932, «*se o Exército não tem que fazer política, nem obrigação de apoiar determinados govêrnos, deve ser*

todavia até ao fim a garantia e o penhor da salvação nacional. E é preciso ir até ao fim, — porque assim o exigem a memória dos iniciadores do 28 de Maio, os destinos da nossa Pátria e a honra do Exército».

Com a consagração do dia de hoje ao Exército, ratificou Vossa Excelência por acto público, os sucessivos preitos de justiça que, por palavras, lhe tem rendido.

O Exército não saberá esquecê-lo. No seu código de honra colectiva inscreverá mais êsse dever de classe. E na medida em que o interêsse nacional ou o apêlo da Nação o indicarem, continuará de sentinela à execução da obra de ressurgimento nacional, iniciada em 28 de Maio de 1926.

Senhores Generais:
Meus camaradas:

Como depositários da honra das armas e das gloriosas tradições militares do País seria quási pueril e injurioso para nós outros, oficiais de carreira, que neste dia nos limitássemos a considerar e glorificar o Exército como simples sentinela e guarda pretoriana do poder civil.

Tornar-se-ia absurdo abstrair do carácter quási sagrado da sua missão, tentando reduzi-lo a uma função mèramente policial que, por natureza mercenária, pouco pode ter de comum com a beleza moral da servidão militar.

Se é, pois, evidente que entre nós o Exército não pode ser olhado apenas como um órgão técnico da defesa exterior, é, todavia, principalmente como fiador e defensor do solo e da independência que o devemos servir e amar.

A sua função essencial, os seus fins ideais são e serão em todos os tempos a paciente preparação para a guerra e a condução enérgica da guerra em todos os campos e fronteiras onde a honra e a defesa do nosso direito o chamarem.

As horas febris que se estão vivendo, são mais de actos que de palavras. Nestes momentos as palavras só valem na medida em que preparam ou condicionam actos. Tornam-se assim inoportunas, impertinentes, mais que temerárias, tôdas as considerações de ordem crítica que cada qual tente deduzir do desenrolar de acontecimentos que marcham como uma flecha direitos a uma meta.

Nós, portugueses, tão longe sempre dos teatros tradicionais dêstes conflitos, se pudémos conservar-nos alheios à guerra religiosa dos Trinta Anos, graças à admiravel unidade nacional que a Monarquia Católica soubera entretanto manter entre nós, não conseguimos já preservar-nos dos horrores das invasões dos soldados da Revolução, sobretudo pela desagregação da unidade nacional que entre nós provocára a infiltração dos princípios libertários da Enciclopédia.

Presentemente, bastante longe do teatro do conflito, e de todo alheios às suas causas determinantes, nada parece ameaçar-nos directamente no jógo de paixões e fôrças que se entrechocam. Á prodigiosa acção diplomática, desenvolvida pelo Govêrno da Nação desde a primeira fase ou prólogo desta Grande Guerra (que a bem dizer deflagrou aqui à nossa porta, no coração da Península) devemos nós todos os benefícios duma paz inalterável ao longo das nossas fronteiras, quer no Continente, quer no Ultramar. Por uma justa compreensão do verdadeiro interesse nacional, e por um tacto inexcedível na condução das negociações diplomáticas, a nossa posição perante o actual conflito europeu, definida e conduzida pelo Govêrno em claros termos de perfeita elegância e dignidade, tem-nos até hoje colocado ao abrigo da assoladora tormenta.

Para que venha a ser completa e definitiva a vitória da nossa paz e do nosso direito, é, pois, indispensável que a essa actuação do Govêrno responsável continue a corresponder uma unidade nacional cada vez mais perfeita, a mais indestrutível coesão das vontades, a união sagrada das almas e dos espíritos, em tôrno da bandeira de princípios que o Govêrno tem à sua guarda e que o Exército desfraldou, há catorze anos, na sua marcha vitoriosa sôbre a capital da República.

Já durante os três atormentados anos da Guerra civil de Espanha a ordem que inalteràvelmente reinou nas nossas fronteiras e no interior do País não pode atribuir-se nem a meios de defesa exterior que tivéssemos mobilizado, nem a actos de repressão interna que não foram necessários.

Nessa dura emergência, a melhor armadura da Nação foi o milagre da sua calma e decidida vontade de conservar à *outrance* a sua independência, o seu direito e a nova

ordem estabelecida em 1926. Foi o milagre dessa espontânea unidade nacional, cerrando fileiras detrás do seu Govêrno, que mais uma vez evitou que nos víssemos também precipitados no trágico e desesperado complexo ibérico, no devorador incêndio que durante três anos lavrou com ináudita violência, aqui, a dois passos de nós, no coração da Península.

Lográmos nós, meus senhores, pelo prodigioso equilíbrio do nosso génio político, conciliar o idealismo cristão que informa tôda a nossa histórica lusitanidade com os princípios colectivistas que hoje desfraldam uma bandeira de guerra. Conseguimos nós também, no jôgo das fôrças internacionais, e escudados apenas no nosso direito e na nossa razão, situar-nos, sem violação da nossa consciência nem diminuição da nossa dignidade, numa posição de neutralidade perfeita que tem sido lealmente e escrupulosamente mantida.

Portanto, nem por exigências ideológicas, nem por conveniências estratégicas, nada temos que ver com o gigantesco conflito. Mas seja qual fôr o rumo que as coisas tomarem, a melhor armadura defensiva da Nação, estará menos na fôrça material das armas, — que no entanto são indispensáveis — do que na perfeita unidade nacional em tôrno do seu Govêrno responsável, a que preside o génio político do Senhor Presidente do Conselho, sob a autoridade eminente do Chefe do Estado, soldado como nós, espelho de cavalheirismo e austeridade militar e que em catorze anos de magistratura suprema nem um só instante ainda se desviou do rumo dos mais altos e sagrados interesses da Pátria.

Todos nós temos sido as pávidas testemunhas do que a simples fôrça das armas, desamparada duma perfeita unidade nacional no interior, poude valer a todos os povos pequenos, arrastados, mau grado seu, na voragem; e todos assistimos também ao inesquecível espectáculo dum povo minúsculo e mal armado cuja unidade nacional e extraordinária coragem conseguiram reeditar o milagre das Termópilas, opondo uma barreira de peitos à investida dum colosso que se não deixar de o mutilar, sangrando por mil feridas, não lhe abateu contudo o ânimo viril nem o reduziu, pelo menos, à escravidão total.

Meditemos um pouco na sorte dessas pequenas e delicadas construções nacionais que levaram séculos a erigir, a preservar, a aperfeiçoar com infinitos extremos de carinho e acrisolado amor.

Também nós temos um precioso património, uma gloriosa e inestimável herança de séculos a defender e a transmitir, intactas.

Temos êste solo sagrado, nosso berço e nossa sepultura, que não é vasto nem rico, mas que é o solar duma raça que levou a cabo uma das mais generosas e espantosas Epopeias do heroísmo humano; temos uma história de oito séculos, iluminada de clarões, batida por tempestades, beijada de auroras, sulcada de tragédias e coroada de estrêlas, história que é ao mesmo tempo um enternecido poema de amor e um maravilhoso romance de cavaleiro andante que deu a vida por mil vidas e *a deixou pelo mundo em pedaços repartida;* temos um povo, um sangue e uma raça, que pelo seu espiritualismo, pela sua vitalidade, pela sua universalidade tem sabido dignificar a espécie humana; temos uma língua que é um precioso instrumento de lirismo, de sensibilidade, de pensamento e de cultura, que já deu o seu contributo à claridade e à beleza do Mundo; temos enfim, uma doutrina da Vida, um estilo de vida, um conceito original da vida, todo impregnado dum alto sentido de justiça, de solidariedade, de compreensão e simpatia humanas, cuja táboa de hierarquias e de valores constitue a arca-santa do que podemos chamar a nossa civilização — a lusitanidade.

Nesse lar terreno e espiritual vivemos inalteràvelmente há séculos. Cada povo — escreve um pensador espanhol contemporâneo — é um estilo de vida, um ensaio original duma maneira de viver, que modifica a matéria em tôrno de si e cujo pleno desenvolvimento enriquece incalculàvelmente o conteúdo moral e estético do Mundo; e o historiador galego Altamira, ao tratar do caso português na evolução da Europa mediéva, diz que *«Portugal pretendeu constituir como que um mundo àparte; e o conseguiu».*

Conceito de vida que nada tem de contundente, de dissolvente, de perturbador, que não pretende impôr a ninguém os seus postulados, que não ameaça ninguém nos seus direitos e que só tem desejado sempre colaborar

generosamente, desinteressadamente, na obra da harmonia, perfeição e civilização do globo — é êsse mundo àparte, êsse modo original de civilização, êsse lusitanismo, o património sagrado que, com a plena autonomia, temos a conservar e a defender.

Á Nação compete conservá-lo, como ao Exército pertence defendê-lo.

Mas não tenhamos ilusões. Para que nesta hora trágica e convulsa o Exército possa defendê-lo é indispensável que a Nação saiba conservar a sua perfeita unidade, mercê de todos os sacrifícios e abnegações da disciplina, mantendo a mais imperturbável calma e inabalável confiança, cerrando fileiras na mais espontânea união sagrada em tôrno da bandeira desfraldada em 28 de Maio de 1926.

A essa coesão afectiva, moral e cívica, a essa intacta unidade histórica no sangue, na língua e no sentimento, devemos nós, mais do que à fôrça material das armas, a solidez *da nossa pequena casa lusitana* ao longo dos tempos, a salvação do nosso pequeno batel através de tão desvairadas tormentas, a vitória de tôdas as nossas fulgurantes emprêsas colectivas, a mais nobre e fecunda das quais é êsse ovante império do Brasil, uno, imenso e livre, de que uma Embaixada especial trouxe até junto de nós a palpitação do mesmo imenso e lusitano coração.

E ao Exército, a quem há catorze anos se ficou também devendo o acto de fôrça que dalgum modo restabeleceu uma unidade nacional por muitos modos ameaçada, ao Exército cabe ainda um largo papel de colaborador nessa tarefa silenciosa e tenaz da mobilização dos espíritos.

Pelo seu feixe de fôrças morais, pela sua prática de virtudes cívicas, como depositário, por excelência, de todos os segredos da técnica de disciplina social, é êle, entre nós, um dos mais eficientes instrumentos de conservação e afinação dessa unidade moral da Nação. Amparado e confiado nessa fôrça, ao mesmo tempo delicada e potente, o Exército saberá manter-se calmo e firme, atento à primeira voz, para operar onde quer que a dignidade e o interêsse da Nação o chamarem.

Portugal, conquanto obra de soldados, nunca foi um Estado militarista, mas soube ser sempre soldado, e como

os melhores, nas horas decisivas e mesmo mais duvidosas em que foi necessário saber sê-lo.

«*No homem do povo em Portugal* — escreve Mousinho com a sua especial autoridade — *encontra-se as qualidades do soldado: a resignação, a coragem disciplinada e fria, a confiança nos superiores, e mais que tudo, a subordinação que é a primeira dentre as virtudes militares*».

«*O povo português* — escreve outro camarada ilustre dos nossos dias — *quando graves crises se manifestam, e desde que seja bem comandado e dirigido, dá bons soldados, capazes dos maiores heroísmos, sacrificando-se abnegadamente, resolutamente*».

Com tal matéria-prima, se a nossa história regista às vezes desfalecimentos de ordem militar, é só nos momentos em que o interior, dividido por paixões, propagandas ou doutrinas, não afirma aquela tersa e viril vontade de vencer de todos os corações que pulsam como um só coração, e de todos os cérebros que pensam como um só cérebro.

Mas quando, como em 1808, o grito de libertação do povo espanhol soltado em Aranjuez, amalgamou no mesmo amor feroz da independência da Península o amor sagrado da nossa independência e fez também, erguer o nosso povo num leanino impulso de unidade nacional, Portugal, a-pesar-de aviltado, desarmado e ocupado então pelo invasor, soube ser outra vez soldado e escrever com o seu sangue e o seu sacrifício algumas das mais belas páginas da bravura lusitana.

Essa atmosfera ígnea de paixão patriótica, essa calma fôrça da unidade nacional é que se tornam indispensáveis ao Exército devidamente armado para cumprir, em qualquer caso o seu dever.

O Exército, como já se disse, não é um organismo extrínseco e estranho ao corpo da Nação, que possa viver uma vida àparte da vida da Nação.

A sua seiva promana das próprias raízes profundas da grei; e a sua função e o seu mérito consistem em emulsionar essas energias no laboratório da sua experiência técnica e transformá-las no crisol das suas virtudes cívicas, em termos de as tornar fôrças dúcteis e úteis à defesa de todo o corpo social. Do estado de pureza dessas seivas depende o potencial da sua fôrça ulterior.

Senhor Presidente da República
Senhores Ministros da Guerra e da Marinha
Senhores oficiais generais,
Meus camaradas:

Não sei por que motivo, repito, tocou-me hoje a honra e a pesadíssima responsabilidade de falar e sentir em voz alta em nome do Exército.

Não sei se a minha voz soube exprimir em claros símbolos, todo o mundo informe de anciedades, de incertezas, de aspirações que tumultuam no coração e no pensamento do Exército.

O que julgo poder afirmar afoitamente é que uma inquebrantável solidariedade, uma unanimidade indissolúvel, a mais austera consciência dos seus deveres, um infatigável afan de instrução e trabalho, a maior elevação moral e o mesmo espírito de abnegação, de renúncia e de sacrifício pelo prestígio das instituïções militares e pelo esplendor da Pátria, são os elos da cadeia que unem na mesma niveladora camaradagem os homens que têm a honra de envergar a farda de oficial do Exército Português, constituindo uma parcela, ou melhor, como que o gérmen e o módulo dessa indissolúvel unidade nacional, tão indispensável à Nação perante o actual conflito europeu.

E uma única certeza tenho nêste momento, como intérprete dos sentimentos do Exército, aqui representados pelo grosso dos seus quadros de tôdas as armas e patentes.

É que se desta improvisada tribuna me fôsse permitido agora invocar em voz alta um juramento de fidelidade à bandeira: — «*Juro pela minha honra, servir a minha Pátria e lutar pela sua independência e pela integridade dos seus territórios; respeitar a constituïção e as leis do meu País; observar rigorosamente a disciplina militar; obedecer aos meus chefes; ser fiel aos princípios de honra do Exército português e cumprir zelosamente as funções que me forem confiadas, mesmo com sacrifício da própria vida*», de todos os peitos, de tôdas as bôcas, de tôdas as almas sairiam um só brado, uma só voz, estuante de fervor, de entusiasmo, de calma resolução, de apaixonada seriedade:

«Juro pela minha honra!»

Major General do Exército

Pelo Govêrno da Nação foi escolhido para o alto cargo de Major General do Exército S. Ex.ª o General Carlos Maria Pereira dos Santos, em virtude de ter passado à situação de reserva S. Ex.ª o General Júlio Ernesto de Moraes Sarmento.

Oficial distinto oriundo da Infantaria, afirmou durante a sua carreira, quer como oficial da Arma, quer como oficial do Estado Maior, cujo curso possue, notáveis qualidades de pedagogo militar, sendo altamente considerado.

Ultimamente desempenhava com muito brilho as funções de Director da arma de Infantaria.

Ao novo Major General do Exército, a **Revista da Cavalaria,** *apresenta os seus cumprimentos e tributa as suas homenagens de respeito e elevada consideração.*

General Pereira dos Santos

Major General do Exército

Pelo Govêrno da Nação foi escolhido para o alto cargo de Major General do Exército S. Ex.ª o General Carlos Maria Pereira dos Santos, em virtude de ter passado à situação de reserva S. Ex.ª o General Júlio Ernesto de Moraes Sarmento.

Oficial distinto oriundo da Infantaria, afirmou durante a sua carreira, quer como oficial da Arma, quer como oficial do Estado Maior, cujo curso possue, notáveis qualidades de pedagogo militar, sendo altamente considerado.

Ultimamente desempenhava com muito brilho as funções de Director da arma de Infantaria.

Ao novo Major General do Exército, a ***Revista da Cavalaria,*** *apresenta os seus cumprimentos e tributa as suas homenagens de respeito e elevada consideração.*

General Pereira dos Santos

BIBLIOTECA DO EXÉ

COMANDAR

ESBÔÇO DO CHEFE

Pelo Major CARLOS ABRANTES

BIBLIOTECA MILITAR

I — Explicação Prévia

A base do estudo assenta no princípio de que:

«Para aprender é preciso compreender».

PARTINDO dêste princípio qualquer acto, qualquer disposição ou prescrição tem sempre uma razão de ser, um motivo que explica a sua existência.

Para saber explicar é preciso investigar, é preciso ser curioso, e é nesta ânsia de investigar e de ser curioso, que reside a origem de todo o progresso e de todo o ensino; é curioso que a criança, que não sabe nada, possue instintivamente aquela curiosidade, aquela vontade de aprender, e o adulto em geral não sente a sua utilidade senão com um certo esfôrço.

Isto vem a-propósito de que, considerando-me algum daquêles que por um méro acaso demorem a sua atenção

sôbre o título destas modestíssimas linhas, eu nesse logar preguntaria:

A que propósito vem êste artigo?

Porque foi escolhido êste assunto?

Porque lhe foi dado êste título?

Foi portanto para poder responder a estas preguntas que achamos necessário esta explicação prévia. Oxalá consigamos os nossos desejos.

A que propósito vem êste artigo?

Devido a um grupo de valorosos camaradas, cheios de fé e de abnegação apareceu a *Revista da Cavalaria* a revista daquela Arma quási sempre tão mal compreendida, daquela Arma que dizem estar moribunda, daquela Arma que é considerada como uma cousa supérflua.

Nestas condições é para admirar a coragem dêsses cavaleiros, que firmes na sua sela, firmes sôbre o obstáculo a vencer, não temeram o arrojo da emprêsa; e, porque um deles me fez notar o dever, a obrigação de todos contribuirmos para a existência dessa obra, eis porque me encontro aqui arrastado por aquela Fé que os anima, conscio de que *todos* se apresentarão igualmente, e aparecendo *todos,* não poderiamos faltar.

Honny soit qui mal y pense.

É pouco o que se dá? Não, é muito pouco. Mas o que dá o que tem, a mais não é obrigado...

E passemos à segunda questão: Porque foi escolhido êste assunto:

Êste assunto foi escolhido por me parecer que interessaria a todos, pois todos dentro da sua esfera de acção exercem o comando, todos são chefes, todos têm uma quota parte de poder, de autoridade que lhes é necessária para exercerem as suas funções, e porque o «Comandar» encarado debaixo do ponto de vista prático, pode-se definir dizendo que é a *Arte profissional do oficial.*

Êste assunto foi escolhido porque nas nossas Escolas pouco ou nada nos é dito àcêrca da nossa educação e

preparação para bem se exercer a função de *Chefe,* que tem de *saber,* que tem de *instruir,* que tem de *comandar,* que tem de *arrastar.*

Os princípios que nos hão-de guiar nas mil e uma «nuances» dos diferentes problemas morais, com que deparamos no desempenho da nossa vida profissional, são normalmente desconhecidos; o que sabemos é quási sempre devido ao nosso instinto, e isto para aquêles que para isso têm o espírito aberto e o coração bem ao largo.

Julgo que a razão desta ausência de ensinamentos reside em que, para ensinar, é preciso saber e a ciência de comando é infinitamente rara; há a ter em conta ainda, que assuntos de natureza moral e subjectiva não se prestam a exames, pois o valor útil do conhecimento desta matéria, consiste na convicção daquêle que as possue e não na maneira de a expôr.

Pode portanto suceder, que um oficial termine a sua carreira sem nunca ter sabido comandar, e que a-pesar das suas melhores intenções, quando falho de estudo e principalmente de reflexão, tenha exercido o comando duma maneira detestável.

Não se trata duma questão em ligação com a tática. Esta, todos o sabemos, está constantemente modificando-se.

Queremos, ou por outra pretendiamos, abordar o problema do comando, onde há princípios primordiais, basilares, para os quais o tempo não tem acção, e que desejariamos focar. Estes princípios têm de residir dentro de nós, de maneira a poder aplicá-los instintivamente em qualquer emergência, sem necessidade de esfôrço de memória, sem necessidade de se procurar no catálogo, qual o princípio a aplicar nos mil e um casos da nossa vida profissional.

A acção do chefe tem de exercer-se, tal como no cavaleiro, por reflexas, educadas no estudo, na observação, na prática e, sobretudo, na consciência e respeito pela profissão. De contrário, êsses princípios serão observados como tôdas as prescrições e determinações de uso corrente e de valor secundário, como sejam por exemplo, aquelas que nos obrigam a ter um uniforme de um determinado feitio e padrão, ou a comparecer, a uma determinada hora, num determinado serviço.

Mas... quando se trata de um acto grave, quando é preciso, por exemplo, arriscar a vida dos homens que nos foram confiados... o princípio que nos deve guiar, não terá valor, se êle não fôr estabelecido pessoal e convictamente, de maneira a satisfazer cabalmente o nosso ser moral.

Por tudo isto nos pareceu ser êste assunto de interêsse, e apresentando-o, apenas pretendemos agitar uma questão, que outros ampliarão e colocarão no devido logar, e com tudo isto ser útil de uma maneira geral à arma e muito especialmente àquêles que nela vão ingressar, cheios de ardor, de fé, de entusiasmo, daquêle entusiasmo dos vinte anos, que nos faz ver o nosso cavalo, como sendo o melhor do mundo. São para êsses as minhas considerações, pois só a êsses, me atreveria a dirigir.

Finalmente responderemos à terceira e última pregunta: Porque lhe foi dado êste título?

Escolhemos o assunto, gizamos o seu esqueleto e marcámos o caminho a percorrer. Mas... cousa terrível, era necessário um rótulo, um título, era necessário uma ou mais palavras com que encabeçasse êste humilde e insignificante trabalho.

O título como a capa de um livro é a mão amiga a que nos amparamos ao lançarmos as nossas idéas, os nossos pensamentos à rude crítica da multidão, que é tanto mais para temer, quanto é certo que a multidão é como tal, irresponsável, anónima e quási sempre... cobarde. A felicidade da escolha de um título, que é apenas uma aparência, é meio caminho andado para se captar a benevolência de quem nos vai escutar ou lêr.

E porque o assunto é extremamente vago e subjectivo e ainda porque pode aparecer — sem o ser — pretencioso, ainda maiores foram as dificuldades.

E eis-me cheio de audácia a baptizar estas linhas com a pomposa designação de «Comandar» mas logo a seguir reconsiderámos e achámos que o termo era grande de mais para a insignificância da obra, que era um artístico capitel para uma tôsca coluna e assim lhe puzemos o sub-título de

«Esbôço do chefe» a restringir, a dizer que aquilo era... força de expressão.

Teremos conseguido satisfazer a curiosidade do inquiridor?

Receamos que não, e isso apenas devido à insignificância do respondente.

E para terminar esta já longa explicação prévia, passamos a apresentar o sumário do que pretendemos expôr, isto é, os pontos desta vastíssima matéria que procuramos focar, e que definirão a linha, a *corda* a que nos procuraremos encostar, para seguir a nossa pista, o nosso caminho, sem o perigo de nos perdermos, na vastidão do assunto.

E assim teremos:

I — A formação do chefe
II — A alma do chefe
III — O papel do chefe:

a) Instruir
b) comandar
c) arrastar

E aquêles que por um mero acaso nos leiam, que nos perdôem a ousadia e o atrevimento, porque nós prometemos não *tornar mais.*

I — A formação do chefe

Já vai longe o tempo em que o espírito aventureiro era o suficiente para fazer um oficial; assim, no tempo dos exércitos mercenários, à multidão anónima era-lhe indiferente o que se passava a dentro das casernas; a dignidade e moralidade dos oficiais dêsses tempos, importava-lhe pouco; sabiam que eram bravos e isso lhe bastava.

Hoje, com o sistema da nação armada, a nação exige aos chefes a totalidade das qualidades necessárias, para que êsses chefes lhes inspirem confiança e como base dessa confiança, natural é que venha a exigência do seu saber

profissional. Teremos então que o chefe tem de proceder à sua formação, isto é, tem de adquirir uma certa dose de conhecimentos científicos, históricos ou literários, que lhe dêem uma cultura geral bastante desenvolvida, de maneira a aproveitar os conhecimentos adquiridos *tendo em vista sempre* utilizá-los na sua formação profissional.

Não é aqui o lugar de analisar o funcionamento e rendimentos das nossas escolas debaixo dêste ponto de vista. Diremos apenas que será bem desempenhada a sua missão de preparação se tiverem dado aos futuros chefes uma boa base de trabalho, um método, uma primeira documentação e sobretudo o gôsto do estudo. E isto mesmo não basta porque o primeiro instrumento que terão de manejar, ao sair da Escola, é o homem, é o soldado, isto é, um indivíduo que já não é o camarada do curso, mas sim um subordinado de quem deverão gostar para o compreender e compreender para bem o conduzir. A formação do chefe interessa portanto conhecer os princípios elementares da conduta de homens. A formação do chefe reside portanto, na ampliação, no desenvolvimento dos elementos de trabalho que lhe foram fornecidos nas escolas, sôbre os quais tem de meditar largamente; reside, em experimentar na prática os ensinamentos recebidos e reside sobretudo, em bem se conhecer, para se aperfeiçoar e para afirmar e afinar o seu carácter, porque afinal de contas é com o seu carácter que êle tem de contar, quando um dia se encontrar perante os grandes problemas que lhe hão-de ser postos em combate.

Concretizemos:

O emprêgo normal da cavalaria resume-se em duas actividades essenciais: a descoberta e o combate, quer êste seja travado em conseqüência da exploração, ou como intervenção na batalha em circunstâncias particulares.

Qualquer destas duas actividades têm por fundo, situações incertas ou que podem ràpidamente mudar, condições muitas vezes imperativas de espaço, de tempo e de meios, uma acção isolada ou pelo menos consideràvelmente destacada da das outras unidades, em que o chefe se encontra só; ora êste conjunto de circunstâncias exige da parte do comando uma soma notável de qualidades e uma preparação levada ao extremo.

O comando de uma unidade em descoberta trabalha normalmente no desconhecido, desconhecimento quási sempre do terreno, desconhecimento do inimigo sôbre o qual êle próprio tem de investigar, para o que terá de travar muita vez combate, que tem de saber conduzir.

Tem de saber apreciar devidamente as informações obtidas, pois do seu valor real dependerá muitas vezes o sucesso da batalha.

Comandar na descoberta quere dizer coordenar os diferentes elementos no espaço e dirigi-los para os logares e nos momentos de maior rendimento.

Se a isto juntarmos o ambiente específico da descoberta, tendente a excitar a tensão nervosa daquêle que marcha para o obscuro, fácil será apreciar e avaliar a intuïção rápida e a prontidão de concepções, que serão necessárias para que as decisões sejam instantâneas e as ordens oportunas; mas a necessidade da *rapidez* não deve ter influência prejudicial no *bem* feito e a preocupação minuciosa do bem feito não deve ir em detrimento da rapidez.

E por aqui poderemos avaliar o grau e a têmpera da formação do chefe.

Mas há mais ainda. Uma vez o contacto tomado, os tiros serão numerosos e o crepitar das metralhadoras será enervante. É preciso combater. A escolha do momento, da direcção e da importância do esfôrço, será encontrada na resolução duma equação a muitas incógnitas, em que os elementos dados nunca serão suficientes, nem suficientemente satisfatórios.

E o comando superior está longe e muitas vezes sem possibilidade de intervir directa e ràpidamente por ordens ou sugestões. E é preciso *actuar!*

É êste o momento em que, talvez mais que os dotes intelectuais, deve entrar em jôgo o carácter do chefe, o que tudo será uma conseqüência duma grande preparação havida.

A cavalaria é um instrumento complexo e delicado, criada para acções violentas mas rápidas, que se arruína muito depressa, arriscando-se a esgotar-se antes de ter executado a missão, se houver hesitações.

A cavalaria é composta de elementos heterogéneos, que tornam particularmente difícil a acção do comando, que deve

ter um conhecimento perfeito e inteligente das possibilidades dos diferentes meios.

Para bem se haver nesta atmosfera de crise e de confusão é necessário que o chefe possua uma alta capacidade profissional e uma grande intuïção, para que dum exame fragmentário da situação, deva e saiba tirar os elementos suficientes para decidir o ponto de aplicação do esfôrço principal, do que dependerá o resultado da acção. A *formação do chefe* é a conseqüência de muitos anos duma preparação cuidada e duma instrução inteligente, que deve frutificar em algumas horas, em alguns minutos, numa acção harmoniosa conduzida por um só homem, o chefe, e traduzida em actos pela sua tropa.

Deve portanto o oficial preparar-se e instruir-se se quiser cumprir; é nos momentos difíceis, que se faz a colheita do que se semeou. Uma das maiores felicidades que deve ambicionar um oficial que princípia a sua carreira, é ser colocado numa unidade que cumpra bem e onde ficará sob as ordens de chefes cultos e hábeis. Deve aproveitar essa situação para se instruir a fundo, para adquirir bons hábitos, pois mais tarde verá que não perdeu o seu tempo; as primeiras lições têm uma grande influência na nossa carreira.

II — A alma do chefe

As caracteristicas que em conjunto dão o índice de um indivíduo, que definem o seu valor, podem ser arrumadas em duas categorias: as que dizem respeito ao seu corpo, à sua fisiologia, à matéria e que definem o valor físico do sêr em causa e as de natureza subjectiva, como a inteligência, a coragem, o carácter, etc., etc., que definem o seu valor moral. A natureza do homem é constituída por faculdades que constituem o seu poder animal, e por outras que dão o valor da sua têmpera; é constituída por duas partes a que Xavier de Maistre chamou a *besta* e a *alma*.

Todos nós cavaleiros sabemos bem os inconvenientes e os insucessos resultantes dum desiquilíbrio, da supremacia de um daquêles factores sôbre o outro. Quanta costela par-

tida, não tem como causa a supremacia da alma sôbre a besta e... vice-versa. Quanta desilusão, quantos trambulhões na vida, não são motivados, pelo facto, de não se ser constituído nas condições do velho rifão «Mens sana in corpore sana».

Ora o chefe, como qualquer outro sêr, não poderá fugir a satisfazer a esta condição e nêle, mais do que em qualquer outro, deve existir o máximo equilíbrio entre o seu físico e o seu espírito; com bons pés, bons olhos e um óptimo estômago, deve possuir uma bem temperada alma, e da junção dos dois ingredientes, físico e espírito, depois de bem agitados, sairá uma mistura, a que poderemos pôr o rótulo: — Carácter —.

A alma do chefe tem como seu expoente máximo o *carácter* e é o carácter que nos momentos duros, controla a carcassa que treme e o espírito que hesita.

A alma do chefe será talvez um mixto maravilhoso de arrôjo e de modéstia, um inexplicável estado de equilíbrio entre qualidades opostas. É necessária a ousadia e não é menos necessária a moderação. Sem dúvida que parece difícil que uma tal mistura seja possivel, mas de facto ela existe nos grandes soldados, e é por isso mesmo que êles são grandes soldados, e porque esta mistura é rara, resulta que raros serão os grandes homens.

Há muitos homens inteligentes, há muitos homens audaciosos, há muitos homens prudentes, mas há poucos homens completos.

Napoleão escreveu que o carácter sem a inteligência vale mais que a inteligência sem carácter. A-propósito diremos: um pouco de inteligência impulsionada por um coração ardente irá mais longe que um belo génio ao serviço de uma alma fria.

A alma do chefe deve dar-lhe uma feição mais de artista que de homem de ciência e isto porque no fundo existe mais a arte militar do que a ciência militar. É preciso elasticidade na adopção e execução das regras. Por exemplo; diz-se ao infante: — Não deveis colar aos carros para evitar a artilharia que os tomará como alvos. Logo a seguir, acrescenta-se: deveis progredir imediatamente atrás do carro para ocupar o abrigo que êle acaba de assegurar. Como combinar

as duas indicações contrárias? Como o artista, que sabe ser verdadeiro, sem ser fotográfico, o que consegue por uma boa dosagem, pelo tacto e pelo... bom gosto.

Na acção não existe a verdade absoluta, procura-se apenas o que se pode fazer num dado e preciso momento. Uma solução medíocre imediata vale mais que uma solução perfeita, executada ao cabo de oito dias. Há momentos que decidem de milhares de vidas. É necessário que o chefe tenha uma alma que *sinta* o momento favorável, tal como o cavaleiro *sente* o momento e a modalidade da intervenção.

É da alma do chefe que sai o fluído que vai animar a alma dos combatentes, e que faz criar aquela confiança que origina a verdadeira disciplina, a disciplina inteligente e devotada, graças à qual se desenvolvem as iniciativas concordantes que dão a quem comanda a certeza, de que as suas ordens serão cumpridas e executadas conforme o seu espírito e não ùnicamente à letra.

Sintetizando estas considerações, uma frase do marechal Foch: — A técnica é assunto para os estados maiores; o chefe, deve fornecer a alma e o moral.

Preparemos Soldados

Pelo Ten.-Cor. JOSÉ MOUSINHO

...Pouca tática, muita sorte e um bocadinho de crista.

ASSIM definiu Joaquim Mousinho a sua acção na prisão do Gungunhana uma carta ao General de Cavalaria José Diogo Mousinho em resposta a uma outra em que êste último o felicitava.

*

Num exercício, há pouco realizado, encontrei-me no campo em que êste tinha lugar com o meu camarada e amigo tenente António Spinola. A propósito dos esboços, cartas topográficas diversas, temas e ordens escritas à máquina, nas mãos de uns e outros, surgiram as seguintes frases «Na guerra vence mais depressa o que mais tenaz vontade de vencer tiver.

«Aquêle que durante a paz educar essa vontade, aquêle que bem tiver cultivado a sua voluntariedade e fôr um

condutor de homens, vencerá sempre com ciência, sem ela e até contra ela, porque o seu querer é mais forte do que a morte».

Isso me levou a citar, nessa ocasião, as palavras de Joaquim Mousinho, palavras que epigrafam êste artigo.

*

É no exercício do comando, no contacto permanente com os homens com que teremos de fazer a guerra, que podemos aprender a assumir responsabilidades, a ter a intuição da fôrça de que dispomos, a saber trabalhar a massa humana, a saber arrastá-la, quando fôr preciso, para o maior dos sacrifícios, como também para a maior das glórias — «morrer pela Pátria».

*

Não será perigoso afastarmo-nos do contacto dos homens?

Não será mais pernicioso do que vantajoso profundar teórica e demasiadamente o estudo de assuntos táticos, naturalmente abstrato, e, em regra inaplicável porque se não consideraram os factores morais no grau exacto; porque os meios, na prática, não são aquêles que os quadros orgânicos, em geral copiados, prescrevem; porque o que será excelente num exército estrangeiro será pouco acomodável ao nosso; enfim porque o céu de Portugal cobre um território onde nascem, se criam e morrem os Portugueses?

Não seria preferível procurar mais o desembaraço físico, o à vontade perante o soldado, o desenvolvimento das qualidades innatas do bom militar, golpe de vista, prontidão na resolução, firmeza na execução, consciência da fôrça disponível?

Não serão isto qualidades primárias no homem de guerra?

A decisão, o espírito de sacrifício, a coragem física e moral, sem a qual um homem deixa de ser homem para ser

um farrapo, são qualidades que reputamos indispensáveis no verdadeiro militar, quer êle seja um simples soldado, quer tenha as estrêlas de general.

Não será de admitir que um homem inteligente, com uma bagagem científica de considerar, profundo mesmo em questões de tática e estratégia, seja pela indecisão do seu carácter, pela sua falta de vigor físico e de energia moral, incapaz de comandar homens, de os lançar por uma rápida e corajosa decisão, numa ousada empresa, que, hoje, mais do que nunca, os possa levar à victória?

Não continuará a lavrar uma confusão nos nossos espíritos não distinguindo entre o papel de um oficial do Estado Maior e o de um comandante de tropas? Não erraremos, talvês, se afirmarmos que dificilmente, no mesmo militar, se pode encontrar simultâneamente o meticuloso e inteligente oficial do Estado Maior e o não menos inteligente, mas corajoso e decidido comandante de tropas.

Não é em trabalhos de gabinete que se aprende a formular, e a pôr em marcha uma decisão instantânea. Não é no gabinete que podemos preparar o corpo e a alma para todos os embates, para tôdas as fadigas físicas e morais.

Que de energia física e de grandesa da alma é preciso dispôr para que no momento de ter logar uma rápida e arrojada decisão, o corpo, ou alma não fraquejem! Quanta coragem física e moral a despender para agir de forma a alcançar a vitória! Costuma-se dizer «Dos fracos não reza a história».

Em nenhumas outras circunstâncias mais do que na guerra, êste dito tem razão de ser. O fraco apaga-se, o forte relampeja. O fraco perde a consciência e pode ser um sábio em coisas da guerra, mas obrará, se é que fôr capaz disso, e a atrapalhação lho permitir, como um inconsciente. Bastará para isso que uma pequenina dificuldade entrave o plano preconcebido. O forte, isto é, aquêle cuja fortaleza de ânimo cresce com as contrariedades, e tanto mais quanto estas se acentuem, obrará prodígios. Êle terá a intuição do que é preciso fazer e, embora a sua resolução possa não ser a melhor, pô-la-á em execução com uma tão feroz energia, com uma certeza tal de vencer, que os seus subordinados, electrizados, se possuirão da mesma fé e vencerão com êle.

*

Não seria lógico que creassemos uma doutrina de guerra, nossa, muito nossa? Uma doutrina portuguesa, para uso dos portugueses?

O estudo das nossas campanhas do passado, o perfeito conhecimento dos nossos factos históricos e dos ambientes em que se desenrolaram, a meditação sôbre as grandes crises da nossa história e das acções de vulto em que entrámos nas diferentes épocas, tudo isso acompanhado do conhecimento dos meios de combate mais modernos e que mais apropriados se mostrassem à maneira de ser portuguesa daria uma sólida base de actuação a quem de direito competisse êsse estudo.

Isso sim, isso teria razão de ser.

Dir-se-ia — «Mas tal seria estar a inventar e não há necessidade de inventar o que está feito pelos outros».

E nós responderiamos. Para que nos serve copiar, se nós não podemos fazer uma ideia prática daquilo que copiamos?

Para que procurar traduzir um poema heróico escrito em língua estranha?

*

Não será êrro desviar das unidades os elementos normais dos seus quadros, e os seus comandos, para os ocupar em estudos abstratos que jámais aproveitarão? Tais estudos serão decerto muito interessantes e certamente muito proveitosos para oficiais do Estado Maior, mas, para o exercício do comando das unidades elementares, quere-nos parecer que interessam somenos.

O que mais importa a essas unidades elementares é que os seus oficiais sejam condutores dos seus homens, que os conheçam, que os eduquem nos sentimentos de virtude e de honra militar, e que saibam tirar partido daquilo que menos se vê tirar nesses estudos de gabinete — o terreno,

quer sob o ponto de vista da sua configuração, quer dos cobertos, ou abrigos naturais, que ofereça.

São êstes oficiais que têem de dirigir, dentro do quadro em que se movem, os seus subordinados, conduzindo-os, mais do que impulsionando-os, no mais terrível episódio social que é hoje «a batalha».

É possível que quem nunca entrou em fogo ignore quão difícil é, no fragor do combate, manter a serenidade de espírito, a calma refletida, para comandar com acerto, para tomar, quási por intuição, as rápidas e enérgicas disposições para progredir, para triunfar emfim.

Acima de tudo é preciso desenvolver uma tenaz energia e manter um domínio completo de si próprio, porque, do lado oposto, pode haver uma vontade igual à nossa, porém, nunca superior, porque tal não podemos admitir.

E, no conflito dessas duas vontades, vencerá a mais forte, que deve ser sempre a nossa. Ora essa vontade, é que não é possível existir em quem não tenha um corpo são e uma alma sã. Um corpo enfermo, ou uma alma menos sã, são, por si, condições de inferioridade tais, que é difícil conceber que nele e nela se encontre o valor, a energia, o espírito de decisão e a coragem, que é mister possuir-se para vencer.

Isto nos permite lamentar aquêles que no remanso do gabinete profundam os assuntos militares, entregando-se a locubrações que, por assim dizer, transformam a arte da guerra em ciência militar filosófica, mas que, por falta de consideração dos factores morais, ou mesmo materiais, se arriscam a ver falhar a sua — aceitamo-lo — grandiosa, mas nunca genial, concepção. Reconhecida a falha êles levarão, então, muitas horas, e até dias, para remodelar os magníficos planos concebidos, à procura de uma nova solução no papel. Êsses devem-se deixar ficar para trás no momento da acção porque, na verdade, são incapazes de dirigir o combate, de tomar a decisão louca que salva, de acudir presto e com corajosa energia a um ponto fraco. A sua missão consideraram-na terminada logo que conseguiram elaborar e publicar a ordem para o combate. O que vier depois, isso é com aquêles que receberam a ordem.

«Que se desembrulhem, pois que é êsse o seu papel».

Um dia em que tive a dita de falar com o mais luminoso espírito por mim conhecido, disse-lhe assim:

Um homem inteligente, habituado a trabalhar com a sua cabeça, embora com uma formação intelectual diferente da do militar de carreira, um advogado, por exemplo, treinado no estudo e na interpretação das leis, poderia em 6 meses preparar-se para dar as provas de aptidão que são exigidas no nosso Exército, e nelas obter plena aprovação. E êsse espírito superior, que, num momento, apreende as mais complexas questões, sorriu da minha ousada afirmação, mas não mostrou dela discordar.

Que os meus camaradas me perdôem a rude franqueza com que lhes apresento a minha opinião. Essa franqueza no exprimir-me, tratando de assuntos sérios, e embora uma ou outra vez tal me possa acarretar dissabores, ou sugeitar a críticas, é característica de que me não poderia desfazer, ainda que o quizesse, mas com a qual vivo satisfeito.

Penso eu que a carreira das armas, quando seguida como simples modo de vida, revela, da parte de quem a segue, fraca inteligência. E porquê?

Porque qualquer homem de regular capacidade em qualquer outra carreira obterá melhores proventos.

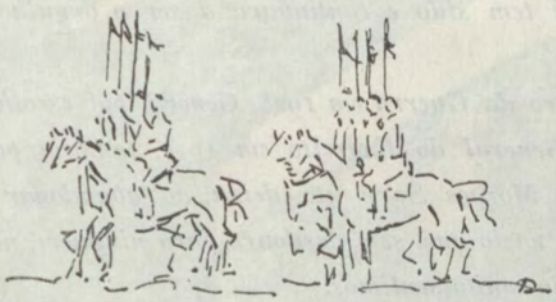
Quando a profissão militar é seguida por inclinação, já o caso é diferente. Pode-se ser mais, ou menos, inteligente, pode-se ter maior, ou menor, capacidade, mas no bom militar haverá sempre o sentimento de obediência às ordens, o respeito pela hierarquia, o espírito, sublimado, de sacrifício. O bom militar dará tudo sem nada pedir, contentar-se-á, e orgulhar-se-á, com uma palavra, um gesto de louvor, mesmo até com a simples consciência do dever cumprido, isto é, com as pequenas compensações morais. A divisa do verdadeiro soldado é simples e curta — Cumprir.

E quem diz cumprir, diz ter um só pensamento, uma só fé, um único e ardente desejo — Defender a Pátria e por ela morrer quando fôr preciso.

Penso mais que, no dia em que um soldado sinta que não sabe servir a sua Pátria, êle deve abandonar a sua farda, deixar a sua profissão, porque só considerando esta como um sacerdócio é que um homem, que seja homem, pode e deve ser soldado.

Preparemos pois soldados, não pretendamos sábios em demasia: Reservem-se os papiros para alguns eleitos.

É o nosso ardente desejo.



General Moraes Sarmento

Passou à situação de reserva, a seu pedido, S. Ex.ª o General Júlio Ernesto de Moraes Sarmento, deixando assim o alto cargo de Major General do Exército, que exercia há cinco anos.

Oriundo da arma de cavalaria, foi durante muitos anos professor da Escola do Exército, onde deixou bem marcada a sua personalidade. Centenas de oficiais da nossa arma conservam bem viva ainda a recordação do desvelado interêsse com que sempre os guiou e orientou, procurando incutir-lhes em todos os momentos o espírito tão profundamente cavaleiro que sempre tem sido e continuará a ser o orgulho da nossa arma.

Ministro da Guerra em 1928, General por escolha em 1933 e Major General do Exército em 1935, também por escolha, o General Moraes Sarmento deixa, ao abandonar o serviço activo, um vazio que, sem desdouro para ninguém, nós oficiais de cavalaria muito sentimos.

A integridade do seu carácter, lealdade e nobreza de sentimentos, aliados a uma noção precisa do dever militar; a vontade disciplinada e firme, a elegância moral com que norteou sempre todos os seus actos, na superior intenção de Bem Servir o Exército, tornam-no credor da nossa mais elevada consideração e respeito.

A **Revista da Cavalaria** *presta, pois, as homenagens que são devidas ao ilustre oficial que, com galhardia e intemerata energia, tanto pugnou pelo prestígio das instituições militares.*

General Moraes Sarmento

General Moraes Sarmento

Passou à situação de reserva, a seu pedido, S. Ex.ª o General Júlio Ernesto de Moraes Sarmento, deixando assim o alto cargo de Major General do Exército, que exercia há cinco anos.

Oriundo da arma de cavalaria, foi durante muitos anos professor da Escola do Exército, onde deixou bem marcada a sua personalidade. Centenas de oficiais da nossa arma conservam bem viva ainda a recordação do desvelado interêsse com que sempre os guiou e orientou, procurando incutir-lhes em todos os momentos o espírito tão profundamente cavaleiro que sempre tem sido e continuará a ser o orgulho da nossa arma.

Ministro da Guerra em 1928, General por escolha em 1933 e Major General do Exército em 1935, também por escolha, o General Moraes Sarmento deixa, ao abandonar o serviço activo, um vazio que, sem desdouro para ninguém, nós oficiais de cavalaria muito sentimos.

A integridade do seu carácter, lealdade e nobreza de sentimentos, aliados a uma noção precisa do dever militar; a vontade disciplinada e firme, a elegância moral com que norteou sempre todos os seus actos, na superior intenção de Bem Servir o Exército, tornam-no credor da nossa mais elevada consideração e respeito.

A **Revista da Cavalaria** *presta, pois, as homenagens que são devidas ao ilustre oficial que, com galhardia e intemerata energia, tanto pugnou pelo prestígio das instituições militares.*

General Moraes Sarmento

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Temas tácticos

pelo Capitão AGUIAR FERREIRA

A resolução do Tema n.º 1

(Continuação)

escalão de exploração do G. C. D. 6 iniciou a sua progressão às 5 h. de 2, tendo comunicado às 5 h. 40 que havia atingido e ocupado os seus objectivos sem que o inimigo tivesse sido assinalado. Esta comunicação foi recebida pelo Com. do G. C. D. às 5 h. 55 por estafeta moto, e às 6 h. o escalão hipo do grosso pôs-se em movimento, como estava previsto.

Ás 6 h. 50 o Com. recebe a seguinte comunicação da flecha lançada sôbre **Lourinhã**:

G. C. D. 6
1.º pel. moto
N.º...

Lourinhã
2/V/...
às 06 h. 30

Missão recebida: flecha sôbre **Lourinhã.**
Composição: 1.º pel. moto menos 1 sec.

Patrulha inimiga de 6 cavaleiros ocupava **Lourinhã** às 06 h. 00 tendo retirado para as alturas de **Portela** à nossa aproximação. Informações das autoridades civis dizem que elementos inimigos a cavalo atingiram **Turcifal de Baixo** e **Sobral** na manhã de hoje, 2.

Mantenho-me em **Lourinhã**, ocupando as duas pontes sôbre a ribeira.

O Com. da flecha
F...
Alferes

Ás 7 h. o G. C. D. 6 encontrava-se articulado como tinha sido determinado na Ordem inicial de movimento:

— a flecha moto, em **Lourinhã**;
— o escalão de exploração moto, sôbre a rib. de **Alcabrichel**, guardando as passagens da rib. em **A dos Cunhados**, **Vimeiro** e **Maceira**;
— o escalão hipo, com a testa na bifurcação para **Sobreiro Curvo**;
— o escalão auto com a testa no caminho **Paradas — Bombardeira.**

Das informações recebidas parece poder concluir-se que a zona a S. da rib. de **Lourinhã** está *ainda* limpa de elementos inimigos, mas estes vão estendendo para S. a sua acção de investigação, por enquanto cautelosa, mas que ràpidamente pode tornar-se premente.

Para o G. C. D. 6 trata-se de alcançar a rib. de **Lourinhã** (missão recebida) com a rapidez necessária e as cautelas indispensáveis. Logo, enviar para **Marteleira** um novo elemento moto que intercepte a direcção **Sobral — Miragaia**

— **Marteleira**, e lançar patrulhas a cavalo que explorem o terreno por forma a assegurar o cumprimento da missão de exploração recebida e cobrir o movimento do escalão de combate do G. Cav.

As direcções principais a explorar são:

— **A dos Cunhados — Cabeça Gorda — Marteleira;**
— **Vimeiro — Ventosa — Lourinhã;**
— **Maceira — Riba Mar — Atalaia — Areia Branca.**

Dada a possibilidade de encontro com elementos inimigos e a extenção da frente a explorar, estas patrulhas deverão dispôr de armas automáticas e de suficientes exploradores. A patrulha da direita por excêntrica, e a central por cobrir directamente o grosso deverão ter mais fôrça que a da esquerda. A rib. de **Lourinhã** deve ser atingida em dois lanços como está determinado na Ideia de manobra inicial.

Assegurada já a posse da rib. de **Alcabrichel** (missão mínima recebida), esta não deve ser abandonada enquanto não tivermos lançado mão da rib. de **Lourinhã**, antes pelo contrário deve o Com. prever o refôrço dos elementos moto que ocupam já as passagens em **A dos Cunhados, Vimeiro** e **Maceira**, para o caso, possível, de os elementos que vão progredir serem obrigados a retirar.

O Com. do G. C. D. 6 daria pois às 7 h. 10 ordens particulares que o seu adjunto compilaria sob a forma geral seguinte:

II C. E.
G. C. D. 6
N.º...

Bif. para **Sobreiro Curvo**
2/V/...
às 07 h. 10

Ordem de operações n.º...

I — Elementos inimigos parece terem atingido **Sobral** e **Turcifal de Baixo** sôbre a rib. de **Seixal**. Uma patrulha a cavalo inimiga ocupava às 06 h. 00 **Lourinhã**, tendo retirado para as alturas de **Portela** à aproximação da nossa flecha que ocupa as duas pontes sôbre a rib. da **Lourinhã** junto a esta povoação.

II — O G. C. D. 6 vai prosseguir o movimento para N. a-fim-de atingir a rib. de **Lourinhã.**

III — 1 sec. moto marcha imediatamente a ocupar a povoação de **Marteleira,** interceptando as direcções **Miragaia — Marteleira** e **Nadrupe — Marteleira.** Vel. 20 km.

IV — 1 pel./2.º E. C. marcha imediatamente por **A dos Cunhados — Carrasqueira — Marteleira** com a missão de explorar o terreno 1000 m. para cada lado do seu itinerário, devendo aguardar ordens ao atingir **Carrasqueira.** Vel. 6 km.

1 pel./2.º E. C. marcha imediatamento por **Vimeiro — Ventosa — Lourinhã** com a missão de explorar o terreno 1000 m. para cada lado do seu itinerário, devendo aguardar ordens em **Ventosa.** Vel. 6 km.

1 sec./2.º E. C. marcha imediatamente por **Maceira — Ribamar — Atalaia — Areia Branca** com a missão de explorar 500 m. para cada lado do seu itinerário, devendo aguardar ordens ao atingir **Ribamar.** Vel. 6 km.

V — O escalão hipo sob o meu comando directo marcha por **Vimeiro — Ventosa — Lourinhã.** Partida às 07 h. 30. Vel. 6 km.

VI — Escalão auto sob o comando do major F...:

— O E. Moto mantém a posse das passagens de **A dos Cunhados, Vimeiro** e **Maceira.**

— A 1.ª Comp. At. e 1.º pel. M. P. a. t. prevê a ocupação das alturas a W. de **Vimeiro.**

— A 2.ª Comp. At. e 2.º pel. M. P. a. t. prevê a ocupação das alturas a W. de **A dos Cunhados.**

VII — P. C.: marcho na testa do escalão hipo.

O Com. do G. C. D. 6
F...
Ten.-cor.

Ás 8 h. a patrulha n.º 5 (3.º/2.º E. C.) atingiu as alturas de **Ventosa,** onde às 8 h. 20 recebe ordem para continuar a sua progressão sôbre **Lourinhã.**

Trabalhos a executar: (carta 1/25.000 n.º 53 e 58).

— Dispositivo da patr. n.º 5 enquanto aguardava ordens nas alturas de **Ventosa.**

— Desempenho da missão dada à patr. n.º 5 na sua progressão de **Ventosa** sôbre **Lourinhã.**

Concursos hípicos de Lisboa e Madrid

Crónica por S. A.

OS passados meses de Maio e Junho realizaram-se estes dois concursos, com intercâmbio de équipas militares representativas de Espanha e Portugal.

Parecendo-nos desnecessário descriminar os seus resultados, já conhecidos através do *Boletim da S. H. P.* e dos jornais, especialmente no que se refere ao de Lisboa, vamos contudo procurar fazer um pequeno balanço com dados numéricos que servirá para pôr em evidência os resultados dêste ano.

Antes, porém, cumpre-nos pôr em destaque que os resultados obtidos, a organização do concurso e o que nêle nos foi dado ver e apreciar, agradou.

Provas fortes, obstáculos bons e por vezes difíceis, o que tornou a disputa interessante e renhida, especialmente no Grande Prémio, um dos maiores (em obstáculos...) senão o maior que temos visto disputar no País.

A-par de bastantes oficiais novos, alguns dêles milicianos, vimos com agrado aparecer êste ano um grupo de oficiais de artilharia que, salvo a excepção feita pelo tenente Mena e Silva, nos tinhamos habituado a perder de vista. Bom augúrio para os próximos concursos, que esperamos ver mais freqüentados ainda.

A lastimar, apenas duas coisas: que a situação internacional não permitisse a vinda de outra équipa estrangeira,

pois em face dos beneficiosos resultados por êles obtidos no ano anterior, previramos a presença dos cavaleiros italianos, que falhou; e, ainda, que a totalidade dos prémios das provas internacionais houvesse diminuído êste ano de 3.200$00 (!)

Concurso Hípico Internacional de Lisboa

A équipa espanhola que no corrente ano nos visitou era constituída por quatro cavaleiros montando oito animais já concursados e conhecedores das pistas internacionais, com os quais ganharam 7.300$00 dos 25.800$00 que constituía a totalidade dos prémios das provas em que correram.

Êstes números, parecendo apavorantes se pensarmos que só 17 % dos cavalos obtiveram 28,3 % da importância dos prémios, nada significa, pois que forçosamente há-de haver sempre muitos cavalos que nada ganham (ou só ganham aquilo que aprendem...). Alguma coisa porém se pode concluir de verdadeiro, se puzermos em confronto os prémios ganhos pelos cavalos espanhóis com os obtidos pelos oito melhores cavalos que se lhe opuzeram nas provas internacionais e que foram:

Chaimite, que ganhou	4.166$00
Fossette, que ganhou	2.200$00
Saladino, que ganhou	2.000$00
Negro, que ganhou	1.750$00
Namir, que ganhou	1.616$00
Alvor, que ganhou	950$00
Merle Blanc, que ganhou	600$00
Magul (Rolito ou *Bábá)*, que ganhou	500$00

numa totalidade de 13.782$00 e o que representa 53,4 % da importância dos prémios, ficando assim apenas 18,3 % para repartir pelos melhores dos restantes 64 % de cavalos.

Duas conclusões podemos já tirar dêstes resultados, a saber:

— Os prémios obtidos pelos nossos oito melhores cavalos representam quási o dôbro dos obtidos pelos oito cavalos espanhóis;

Concurso Hipico Internacional de Lisboa
(1940)

O capitão Machado Faria, montando o cavalo «Chaimite»
em que ganhou o «Grande Prémio de Lisboa»

O comandante Cabanilkas, montando o cavalo «Patanero»
em que ganhou o prémio «Império Português»

Concurso Hipico Internacional de Lisboa
(1940)

O tenente José Carvalkosa, montando a égua «Fossete» *em que ganhou a «Taça S. H. P.-1940» concedida ao cavaleiro mais classificado em tôdas as provas do Concurso*

O sargento José Graça, montando o cavalo «Régulo» *em que ganhou pela 3.ª vez a «Prova Militar», destinada a Sargentos*

— No grupo de cavalos citado não aparecem três dos que foram adquiridos especialmente para nossa representação, um dos quais *(Adail)* por motivo de doença recente só apareceu numa das provas, e outro *(Saüdade)* não ganhou prémios pecuniários, mas que se classificou 3.º na Taça de Honra. Como, não obstante, a todos êles vimos saltar bem e bem montados, como se provou posteriormente em Madrid, concluiremos que além dêstes outros há também bons, mas que nada perderiamos se o Estado voltasse a olhar com carinho um desporto como êste, tão considerado lá fora, adquirindo mais alguns cavalos especializados em concursos hípicos.

Porque os números apresentados talvez não satisfaçam os mais exigentes, atendendo a que não há igualdade entre os prémios das várias provas, e também porque na Taça de Honra não houve prémios pecuniários (os únicos que considerámos), para êsses elaborámos o quadro junto, onde se

Prémios	PROVAS INTERNACIONAIS							Esp.		Port.	
	Omnium	Caça	Império	G. Prémio	Regularidade	Équipas	Taça de Honra	Prémios	Pontuação	Prémios	Pontuação
1.º	P	E	E	P	E	P	P	3	60	4	80
2.º	P E P	P	P	P	—	—	E	2	38	5	95
3.º	—	P	P	E	E	E	*(a)*	3	54	2	36
4.º	—	E	P	P	—	E	E	3	51	2	34
5.º	P P	E P	P	P	—	-	E	1	16	4	64
6.º	—	—	E	P	—	—	—	1	15	1	15
7.º	—	P	—	P	—	—	—	—	—	2	28
8.º	—	P	P	E	—	—	—	1	13	2	26
9.º	—	—	—	E	—	—	—	1	12	—	—
10.º	—	—	—	E	—	—	—	1	11	—	—
11.º	E	—	—	—	—	—	—	1	10	—	—
12.º	E	P	—	—	—	—	—	1	9	1	9

(a) Foi ganho por *Saüdade*, que não tem prémios pecuniários.

podem verificar, para os mesmos cavalos, os prémios ganhos por espanhóis (E) e por portugueses (P), valorizados, o 1.º em 20, o 2.º em 19, o 3.º em 18, etc.

Por êle se pode ver que os cavaleiros portugueses totalizaram 387 pontos e os espanhóis 289. Os resultados confirmam-se.

Concurso Hípico Internacional de Madrid

São relativamente poucos os elementos de que dispomos para fazer um estudo comparativo semelhante ao apresentado para C. H. I. de Lisboa, pois faltam-nos os nomes dos cavalos espanhóis classificados, o mais importante para tal.

A equipa que nos representou, chefiada pelo Sr. Tenente-coronel José Mousinho d'Albuquerque, era constituída pelos Srs. Capitães Sousa Coutinho, montando *Merle Blanc* e *Rolito*, Correia Barrento, montando *Adaíl* e *Magul*, Machado Faria, montando *Chaimite* e *Sado* e pelo Tenente José Carvalhosa, montando *Fossette* e *Saüdade*.

Há, como se vê, um novo internacional, o Tenente Carvalhosa, que não desmereceu a opinião que sôbre êle já tinhamos formado, aparecendo de novo, com o que muito rejubilamos, o Capitão Barrento, que andava afastado das disputas internacionais e que continúa a ser o mesmo cavaleiro de sempre; quanto aos outros dois são demasiado conhecidos para que seja necessária qualquer referência especial.

Boa representação, bom conjunto e conscientes das responsabilidades de rehabilitação em face do desaire do ano passado: o nome de Portugal não podia estar em melhores mãos.

Os resultados obtidos, que adiante transcrevemos, foram diminuídos grandemente com a falta de *Fossette*, o nosso melhor animal, que tendo adoecido no primeiro dia, não voltou a correr.

E pena foi porque, então, seria uma brilhante vitória.

Pelo quadro que apresentamos a seguir e que está elaborado em bases semelhantes ao que fizemos anteriormente, pode verificar-se que apenas em 5 provas e com 7 cavalos utilizáveis, aos cavaleiros portugueses competiam 225 pontos ganhando (numa média de 80 concorrentes) 25 % da

totalidade da importância dos prémios, 6 laços e 3 taças sendo uma delas a Taça de Oiro da Península, que não figura no quadro e na disputa da qual se distinguiram *Merle Blanc* e *Saüdade*. E, com um bocadinho de sorte, o 2.º prémio da Taça Generalíssimo ganho por *Chaimite* teria sido um 1.º se $^{2}/_{5}$ de segundo não fôssem o último obstáculo a vencer...

	Deputação Provincial	Caça	Cavalaria Espanhola	Taça Generalíssimo	Grande Prémio	Prémios obtidos	Pontuação
1.º	*Adail*	—	*Adail*	—	—	2	40
2.º	—	—	—	*Chaimite*	—	1	19
3.º	*Magul*	*Magul*	*Merle-Blanc*	—	—	3	54
4.º	—	—	—	—	*Saüdade*	1	17
5.º	—	—	—	—	—	—	—
6.º	—	—	—	—	—	—	—
7.º	—	—	*Magul*	—	*Magul*	2	28
8.º	—	—	—	*Sado*	—	1	13
9.º	*Sado*	—	—	—	—	1	12
10.º	—	*Saüdade*	—	—	—	1	11
11.º	—	—	—	—	*Merle-Blanc*	1	10
12.º	—	—	—	—	—	—	—
13.º	*Saüdade*	—	—	—	—	1	8
14.º	—	*Merle-Blanc*	—	—	—	1	7
15.º	—	*Rolito*	—	—	—	1	6
Laços	*Chaimite*	—	*Adail* *Saüdade* *Merle-Blanc*	*Sado* *Chaimite*	—	—	—

E, para terminar, vamos dar a palavra aos componentes da nossa equipa a quem pedimos opinião sôbre freqüência ao C. H. de Lisboa, sua organização e sugestões a apresentar, fechando, propositadamente com algumas palavras do Ex.mo

Ten. coronel Mousinho de Albuquerque, chefe da referida equipa e digno presidente da S. H. P.

Não damos a essas palavras o carácter de entrevista, não só porque o não tiveram, mas porque não convém tirar-lhes ou deturpar-lhes o verdadeiro sentido, diminuíndo-lhes o seu justo valor. Ficam como nos chegaram às mãos.

*

Capitão Sousa Coutinho: — Todo o desporto, mercê do imprevisto, da audácia e do perigo, educa-nos sobremaneira o sistema nervoso e conseqùentemente o nosso moral. O desporto tem seus perigos, maiores ou menores consoante a sua modalidade e conforme os seus executantes. Na parte do desporto eqüestre que diz respeito a concursos hípicos, quer na preparação do cavaleiro, quer na do cavalo, aparecem e desenvolvem-se qualidades de carácter moral tais como presença de espírito e decisão, e de carácter físico, como golpe de vista e desembaraço. E porque tôdas elas são qualidades essenciais para um chefe, em todos os exércitos do mundo se pratica tal modalidade de desporto, sendo curioso notar que, com raras excepções, em todos os países aparecem as mesmas dificuldades que entre nós, quer sob o ponto de vista técnico, quer financeiro.

Contudo alguma coisa entre nós se tem feito e, desta forma, se tem conseguido fazer defrontar equipas portuguesas com outras bem conhecidas de vários países. Dessas competições só tem resultado e felizmente, o prestígio e bom nome para Portugal.

Convém porém frizar que tais empreendimentos têm sido coroados de êxito baseado no facto de preparações prévias e adequadas que apenas se podem conseguir com o máximo do seu rendimento nos concursos hípicos públicos, onde automàticamente se faz a selecção de cavalos e cavaleiros.

Não digo que num país como o nosso se possa conseguir a organização de número elevado de concursos hípicos oficiais: mas quatro ou cinco não será demais e mesmo dois dêstes podem ter o caracter de reservados a oficiais do exército.

Sem ter talvez receio de me enganar, posso dizer que as nossas equipas que participaram conseguindo maiores êxitos em provas no estrangeiro, foram aquelas que, embora por vezes com elementos mais fracos em cavalos, os tinham em treino mais seguro devido ao número de concursos existentes no País.

A organização dêstes vários concursos era por vezes fraca, mas desde que o seu número fôsse limitado ao que julgo indispensável e já indicado, poderiam ter uma organização obrigatória assente em bases materiais e técnicas bem definidas.

Nos vários concursos não seria mau existir sempre uma prova para cavalos principiantes, em que os obstáculos fôssem pequenos mas fixos quanto possível. Lembro também a necessidade de, para bem fazer cumprir o regulamento da F. E. I., estarem os percursos bem medidos em extensão e a velocidade mínima marcada.

A falta de concursos hípicos traz consigo o aparecimento de certos defeitos que, por vezes, vão recair nos próprios cavaleiros. Assim desaparece parte do treino tanto do cavaleiro como do cavalo, pois que o estímulo consegue-se em parte em ligação com o amor próprio que, nêste caso, apenas é posto em foco desde que haja competição.

Com a falta de treino, como em qualquer desporto, acontece falhar o desportista tanto sob o ponto de vista técnico como moral e, portanto, devem evitar-se tão graves inconvenientes.

*

Capitão Correia Barrento: — Pouco tenho a dizer-vos. Fiquei êste ano com a impressão de que a actividade dos concursos hípicos tende a melhorar no nosso país, pois que, felizmente a concorrência dêste ano ao C. H. de Lisboa não diminuiu e deixou-me bôas esperanças, havendo a registar até, o aparecimento de vários oficiais de artilharia. Sôbre cavalos, pouco ou nada há de novo: aguardemos o novo ano a ver se aparecem alguns argentinos.

Quanto à organização de concursos volto a insistir na opinião que deixei na crónica que o ano passado fiz para a

Revista sôbre o C. H. de Lisboa — é necessário pensar nos concorrentes e no público. Pensar nos concorrentes, arranjando várias provas, umas mais difíceis e com prémios bons, outras com prémios menores e mais abundantes, e limitando as inscrições de maneira que um cavalo não possa disputar os prémios de tôdas as provas... é necessário entusiasmar os concorrentes que não têm cavalos bons, arranjando provas só para êles. Pensar no público arranjando provas variadas, não muito prolongadas, fazendo os intervalos entre as provas o mais pequenos possível e estabelecendo um preço de bilhetes acessível, com apostas sôbre o cavalo ganhador, etc. E julgo que basta.

*

Capitão Machado de Faria: — As noventa e tantas inscrições na *Omnium* são indício de que volta a haver entusiasmo por um desporto que tantas vantagens tem para os oficiais.

A remonta de argentinos veio na verdade animar os cavaleiros, na esperança de melhores montadas para desporto. Mas por falta de tempo ou por dificuldade de ensino essa esperança ainda não se realizou: os dois ou três cavalos argentinos que debutaram em Lisboa não marcaram por qualquer qualidade apreciável. Mas porque os há de categoria, esperamos mais um ano, pelo menos...

No que respeita a cavaleiros, nota-se sobretudo falta de uniformidade de *monte* e por vezes mesmo uma *monte* pouco aceitável. O pouco que se monta — e para C. H. é necessário sobretudo montar-se muito — e as poucas qualidades que a maioria dos cavalos nacionais tem para êste desporto, devem ser as principais causas dos defeitos apontados.

A organização do C. H. de Lisboa tem melhorado bastante nos últimos dois anos e certamente de futuro esta melhoria acentuar-se-á cuidando-se sobretudo da pista, distribuïção de provas, inscrições e distribuïção de prémios: basta enumerar o que se pretende.

E, para terminar, direi que os C. H. vão pouco a pouco rareando por falta de apoio oficial e por falta de assistência. Os poucos que se realizam ainda, exceptuando o de Lisboa,

Concurso Hipico Internacional de Madrid
(1940)

O capitão Correia Barrento recebendo a «Taça Deputação Provincial»

O capitão Correia Barrento, montando o cavalo «Adail» no último obstáculo da prova em que ganhou a «Taça da Cavalaria Espanhola»

Concurso Hipico Internacional de Madrid
(1940)

O capitão Correia Barrento, recebendo a «Taça Cavalaria Espanhola»

O capitão Marquês do Funchal, montando o cavalo «Merle-Blanc» *em que se distinguiu na conquista da «Taça de Ouro da Peninsula»*

têm uma organização deficientíssima e neste capítulo não há dúvida de que se têm feito progressos negativos...

Se os C. H. forem encarados como uma necessidade, torna-se urgente que as instâncias oficiais auxiliem a sua realização e organização porque, caso contrário, dentro em pouco desaparecerão.

*

Tenente José Carvalhosa: — A-pesar-de concursar há pouco tempo, foi êste o ano em que encontrei um conjunto melhor de cavalos, quer o grupo dos cavalos internacionais comprados em França e que êste ano deram maior rendimento, quer dos cavalos já concursados e que êste ano apareceram em muito boa forma: entre os novos, alguns mostrando qualidades e aptidão.

De resto o Grande Prémio, que foi certamente das provas mais fortes disputadas no nosso país permitiam bem avaliar das boas qualidades dos cavalos e cavaleiros. A juntar a tudo isto, ainda a satisfação de vermos um grupo de rapazes da Escola de Artilharia.

Quanto à actividade dêste desporto no nosso país, acho que tem sido muito limitada, talvez porque muito limitado tem sido o número de concursos hípicos oficiais. Êste desporto, por ser dos mais salutares e distintos, deveria merecer especial atenção do Ministério da Guerra, de maneira a que se criassem mais C. H. oficiais, mesmo em terras onde não existem, para não os restringir a certas zonas do país, deixando para as outras apenas o foot-ball. Seria até uma propaganda de carácter militar bem necessária.

E para acabar, lembro duas coisas: a vantagem que haveria em que o alto-falante que trabalhou no 1.º dia do concurso, passe a trabalhar também nos restantes, o que facilita o trabalho do público que se interessa; e que de futuro a prova de equipas seja feita como em Espanha — só para equipas das unidades militares; e... se não fôsse abusar, ainda que acontecesse o que é justo na *Nacional*, que tal prova se destinasse a cavalos nacionais, montados por cavaleiros nacionais (assim é também em Espanha).

Tenente-Coronel José Mousinho de Albuquerque: — Pede-me a *Revista da Cavalaria* umas palavras sôbre os concursos de Lisboa e Madrid. O pedido é feito às 5 da tarde para estar satisfeito no dia seguinte ao meio dia. Efeitos já da motorização. E' assim, com a mesma rapidez com que em moto se segue à busca da informação, que estas linhas são escritas.

Lisboa 4 de março; tôdas as espécies de dificuldades para a realização do concurso. Os derrotistas estão em via de triunfar. A S. H. P. trabalha activamente, enèrgicamente. A discórdia, micróbio que andava pelo ar, tenta penetrar no seu seio: fortes injecções expulsam-na. O ar desanuvia-se, o Ministério da Guerra auxilia-nos e a 23 de Maio realiza-se o Concurso Internacional de Lisboa.

Uma brilhante e forte equipa espanhola vem ao nosso concurso. Quatro excelentes cavaleiros, o melhor de Espanha, e oito cavalos dos quais sete magníficos. Os nossos cavaleiros vão mostrar quanto valem pois os adversários são fortes. Resultados, todos os conhecem: ganhou quem devia ganhar. A equipa portuguesa internacional começou em Lisboa a mostrar o que valia. Cavalos e cavaleiros magníficos.

Que desgostos êsses cavalos deram a muita gente! Os seus cavaleiros mostraram bem que eram iguais aos melhores. Esta é a verdade, antes que isso pese a alguns.

Muita gente nova e com vontade de ganhar, e entre êles alguns com classe para virem a ser internacionais. Cavalos novos bons, poucos: faltaram à chamada os argentinos. Entre os irlandeses alguns começam a revelar-se. Os cavalos não se preparam em oito dias: é preciso esperar, e saber esperar, é muitas vezes vencer.

Que para o ano muitas equipas venham a Lisboa. E' preciso que se saiba e que se demonstre que 1939 não foi uma derrota, foi um tropeção de que nos levantámos sem desdouro. As causas foram diversas... não as profundemos.

Madrid, renascida das cinzas, aparece-nos com o seu lindo e risonho aspecto. Amigos de sempre, abraços e franca camaradagem. Choramos os heroicos mortos e companheiros de tanta lide. Recepção cheia de festa, de alegria e de leal amizade.

Um grande esfôrço da R. S. H. E. para realizar o concurso. Os antigos campos transformados em campos de batalha não permitiam que se pudesse sequer pensar em lá se fazer o concurso. Mas, tinha que se fazer, e fez-se no campo militar de Carabanchel. Um lindo improviso com o bom gôsto e arte, apanágio dos espanhóis.

Tribunas cheias, o maior entusiasmo! A nossa bandeira é aclamada e nós acarinhados como irmãos. Tècnicamente, bom piso, bons obstáculos: nos primeiros dias pequenos, mas no último bem mais crescidos!

A équipa portuguesa teve, como há muito não encontro, um espírito de camaradagem e de combatividade e de vontade de vencer, dignas dos maiores elogios. Cavaleiros excelentes e decididos, representaram bem o valor dos cavaleiros portugueses. Em cinco provas ganhamos três, entre elas a Taça de Oiro da Península.

A Cavalaria portuguesa não se deixa matar.

Gente nova em Madrid, muita e boa; cavalos, poucos de futuro.

Continuemos a trabalhar. Rapazes novos, alma da cavalaria, não desanimem — trabalhem sempre. Quanto mais se motorizar a nossa arma, mais espírito cavaleiro é preciso ter. A cavalaria não morre, porque a cavalo ou no motor, no ar ou em terra, o cavaleiro representa e representará sempre, através de tôdas as idades, a honra, a aventura, a decisão e o desprêso pelo perigo. Hoje que as armas se confundem um pouco, tôdas elas têm que usar o brazão que é nosso, mas que deve ser também o de todo o exército português — Morte ou Glória.

Não tive tempo de ser mais extenso e ainda bem, dirão os leitores. Num próximo artigo, feito com tempo, permitir-me-ei dizer alguma coisa sôbre a preparação de cavalos para os concursos de hoje, a-propósito do concurso de Madrid.

Campeonato do Cavalo de Guerra

(Continuação do n.º 4)

pelo Capitão CORREIA BARRENTO

ESTA prova tem passado por várias modalidades, sempre com o fim de a aproximar das congeneres do Campeonato Olímpico.

Foi por isso que em 1929 se tornou o nosso Campeonato semelhante ao Olímpico, mais ou menos nos mesmos moldes que tem hoje.

Esta alteração prejudicou consideràvelmente a maior parte dos concorrentes, pois as classificações pertenciam sempre àqueles que montavam cavalos de sangue, não tendo os outros, e pode-se dizer a maior parte, esperança alguma nos resultados.

O interesse pelo Campeonato diminuiu consideràvelmente, pois a inscrição resumia-se aos oficiais que tinham algum animal de sangue e aos nomeados para representarem as unidades; êstes últimos disputavam a prova sem interesse algum, pois sabiam já de ante-mão que não podiam sequer cumprir as suas várias exigências.

Em 1936 foi o Campeonato dividido em duas séries e atribuídos 3 prémios à 1.ª — cavalos com 50 % ou mais de sangue inglês ou importados — e 4 prémios à 2.ª — cavalos com menos de 50 % de sangue inglês — e ainda mais um prémio volante a atribuir à série que tiver proporcionalmente maior número de inscrições.

Êste último prémio tem até agora pertencido sempre à segunda série, sendo de prevêr que possa mudar para a 1.ª com a inscrição de cavalos argentinos.

O entusiasmo por esta prova tornou a aumentar e começaram a concorrer além dos oficiais nomeados, muitos voluntários.

A êste entusiasmo se deve atribuir o facto de, já por duas vezes, serem vencedores absolutos do Campeonato concorrentes da 2.ª série. Em 1937 o cavalo «Zoobio» (Alter) montado pelo Tenente Hintze Ribeiro e em 1939 o cavalo «Solteirão» do Sindicato de Aljustrel (Romão Robral) montado pelo Tenente Hermínio Rosas.

Será natural que o Campeonato do Cavalo de Guerra se aproxime cada vez mais do Campeonato Olímpico, para que possamos estar orientados na maneira de realizar aquela prova olímpica e concorrer a ela se tivermos possibilidades.

Pareceu-nos interessante, depois de observarmos o Campeonato Olímpico, aplicar sôbre os dados do Campeonato realizado entre nós em 1939 o respectivo Regulamento.

A maior diferença entre os dois Campeonatos reside especialmente na classificação da prova de fundo, pois a de ensino e obstáculo são semelhantes.

A título de interêsse apresentamos em primeiro lugar os quadros comparativos das penalizações e beneficiações das provas de *cross* e *steeple* dos dois Campeonatos e finalmente o quadro com a aplicação do Regulamento do Campeonato Olímpico ao Campeonato de Cavalo de Guerra de 1939.

Deixamos aos nossos leitores as conclusões a tirar, pois tivemos a preocupação ao elaborar estes quadros de dar todos os elementos que possam interessar ao estudo detalhado a que cada um queira proceder.

Terminamos desejando que estes quadros e palavras tenham algum fim benéfico, ajudando os nossos leitores no trabalho a dar aos seus animais, para futuros Campeonatos.

Quadro comparativo das penalizações e beneficiações do R. C. C. G. e R. C. C. de

CROSS

PENALIZAÇÃO

R. C. C. G. — 17,5 por cada 5 s.

R. C. O. — 10 pontos por período começado de 5 s.

BENEFICIAÇÕES

R. C. C. G. — 2 pontos por cada 10 s. além da velocidade de 477 m. p. m.

R. C. O. — 3 pontos por cada 10 s. começados.

Tempo gasto	Pontos R. C. C. G.	Pontos R. C. O.	Tempo gasto	Pontos R. C. C. G.	Pontos R. C. O.
$17^m\ 46^s$	—	—	$17^m\ 46^s$	—	—
$17^m\ 47^s$	..	10	$17^m\ 45^s$	—	3
$17^m\ 52^s$	17,5	20	—	—	—
$17^m\ 57^s$	35	30	—	—	—
—	—	—	$16^m\ 45^s$	2	21
$18^m\ 47^s$	210	130	—	—	—
—	—	—	$13^m\ 55^s$	36	72 (*)
$19^m\ 47^s$	420	250	—	—	—
—	—	—	$13^m\ 16^s$	44 (*)	—

(*) Máximo benefício.

STEEPLE

PENALIZAÇÃO

R. C. C. G. — 12,5 por cada 5 s.

R. C. O. — 10 pontos por período começado de 5 s.

BENEFICIAÇÃO

R. C. C. C. — 2 pontos por cada 10 s. além da velocidade de 624 m. p. m.

R. C. O. — 3 pontos por cada 5 s. começados.

Tempo gasto	Pontos R. C. C. C.	Pontos R. C. O.	Tempo gasto	Pontos R. C. C. C.	Pontos R. C. O.
$6^m\ 40^s$	—	—	$6^m\ 40^s$	—	—
$6^m\ 41^s$	—	10	—	—	—
—	—	—	$6^m\ 39^s$	—	3
$6^m\ 46^s$	12,5	20	—	—	—
—	—	—	$6^m\ 24^s$	2	12
$7^m\ 41^s$	150	130	—	—	—
—	—	—	$5^m\ 44^s$	18	36 (*)
—	—	—	$5^m\ 40^s$	20 (*)	—

(*) Máximo benefício.

Quadro resultante da aplicação dos Regulamentos do C. C. G. e C. O. ao Campeonato de 1939

NÚMEROS	CAVALEIROS	CAVALOS	P. Ensino Penalização		Estrada e pista rasa Penalização		PROVA DE FUNDO									Obstáculos penalização		Soma das penalizações		Soma das beneficiações		Pontos de penalização		Classificação geral	
								CROSS					STEEPLE												
								Penalização		Beneficiação			Penalização		Beneficiação											
			R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	Tempo gasto	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	Tempo gasto	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.	R. C. C. G.	R. C. O.
2	Alferes pic. José Mateus. .	*Surrão*	115,2	115,2			18′15″	87,5	60	❖	❖	6′47″ 3/5	12,5	20	❖	❖	10	10	225,2	205,2	❖	❖	225,2	205,2	11.º	11.º
6	Tenente Travassos Lopes .	*Sultão*	84,8	84,8			15′47″ 1/5	❖	❖	12	36	6′18″	❖	❖	4	15	10	10	94,8	94,8	16	51	78,8	43,8	6.º	5.º
7	Tenente José Carvalhosa .	*Urtigão*	58,7	58,7			16′33″	❖	❖	4	24	6′49″	12,5	20	❖	❖	10	10	81,2	88,7	4	24	77,2	64,7	5.º	6.º
9	Tenente Ferreira Durão . .	*Gardénia*	72,5	72,5	20	25	18′31″ 2/5	157,5	90	❖	❖	7′24″ 4/5	100	90	❖	❖	10	10	360	287,5	❖	❖	360	287,5	13.º	13.º
13	Tenente Correia Barrento .	*Turidú*	97,7	97,7			16′46″ 2/5	❖	❖	❖	18	6′45″	12,5	10	❖	❖	20	20	130,2	127,7	❖	18	130,2	109,7	8.º	8.º
14	Tenente Machado Faria . .	*Ben-Issick*	135,3	135,3			16′43″ 1/5	❖	❖	2	21	6′42″	❖	10	❖	❖	10	10	145,3	155,3	2	21	143,3	134,3	9.º	9.º
18	Tenente Fernando Pais . .	*Ondit*	80,9	80,9			16 10″	❖	❖	8	30	6′10″	❖	❖	8	18	10	10	90,9	90,9	16	48	74,9	42,9	4.º	4.º
19	Tenente Peixoto da Silva .	*Litle-One*	55,9	55,9			15′01″ 1/5	❖	❖	22	51	5′46″ 3/5	❖	❖	16	33	❖	❖	55,9	55,9	38	84	17,9	- 28,1	2.º	1.º
20	Tenente pic. Toscano . . .	*Viana*	64,1	64,1			17′36″ 2/5	❖	❖	❖	3	7′19″ 1/5	87,5	80	❖	❖	10	10	161,6	154,1	❖	3	161,6	151,1	10.º	10.º
22	Tenente Luiz Deslandes .	*Képi*	59,8	59,8			16′24″ 2/5	❖	❖	6	27	6′27″ 3/5	❖	❖	❖	9	❖	❖	59,8	59,8	6	36	53,8	23,8	3.º	3.º
26	Tenente Hermínio Rosas .	*Solteirão*	28,9	28,9			16′20″	❖	❖	6	27	6′12″	❖	❖	6	18	❖	❖	28 9	28,9	12	45	16,9	- 16,1	1.º	2.º
27	Alferes Furtado Leote. . .	*Colombo*	115,9	115,9			18′42″	192,5	120	❖	❖	6′18″ 1/5	❖	❖	4	15	10,5	10,5	318,9	246,4	4	15	314,9	231,4	12.º	12.º
28	Alferes Mário Andrade . .	*Cravo*	104,6	104,6			16′59″ 2/5	❖	❖	❖	15	6′32″ 3/5	❖	❖	❖	6	❖	❖	104,6	104,6	❖	21	104,6	83,6	7.º	7.º

Quadro resultante da aplicação dos Regulamentos do R. C. G. e R. C. C. ao Campeonato de 1939

N.os	CAVALEIROS	CAVALOS	Penalização R. C. C.	Penalização R. C. G.	Penalização por queda e lugar	Beneficiação	CROSS Tempo gasto	Penalização R. C. G.	Penalização R. C. C.
2	Alferes pic. José Mateus	Surda	115,2	115,2			18'19"	87,5	90
6	Tenente Travassos Lopes	Saludo	84,8	84,8			15'47"1/5	◇	◇
7	Tenente José Carvalhosa	Urrégelo	58,7	58,7			16'32"	◇	◇
9	Tenente Ferreira Dordio	Gardénia	72,5	72,5	20	25	18'31"1/5	157,5	90
13	Tenente Correia Barrento	Tarifa	97,7	97,7			16'40"1/5	◇	◇
14	Tenente Machado Faria	Bem-feita	135,8	135,8			16'17"1/5	◇	◇
18	Tenente Fernando Paes	Ondit	80,9	80,9			15'10"	◇	◇
19	Tenente Peixoto da Silva	Little-One	55,8	55,8			15'01"1/5	◇	◇
20	Tenente pic. Toscano	Fauno	64,1	64,1			15'30"1/5	◇	◇
22	Tenente Luiz Deslandes	[illegible]	55,8	55,8			16'24"1/5	◇	◇
26	Tenente Hermínio Rosas	Soberbo	28,0	28,0			16'01"	◇	◇
27	Alferes Furtado Leote	Colombo	112,0	112,0			18'13"	102,5	120
28	Alferes Mário Andrade	Cromo	104,0	104,0			16'53"1/5	◇	◇

A QUESTÃO CAVALAR

pelo Dr. RUY D'ANDRADE

VIMOS num artigo anterior qual o valor numérico da existência equina em Portugal.

No conjunto das várias espécies o número de cabeças aumentou em relação ao passado, embora tenha havido variações importantes em cada grupo.

Assim cresceu o número de muares e burros; manteve-se o de cavalos abaixo da marca — os garranos — e deminuiu os de marca ou acima da marca, isto é, os cavalos de primeira escolha.

É Portugal o país de menor população cavalar na Europa considerada esta tanto no que diz respeito à área territorial, como à densidade populacional humana do mesmo território.

Êste facto é devido: às escassas possibilidades pascigosas determinadas por muitos mêses de secura estiva; ao emprêgo nos trabalhos agrícolas, e na tracção por parte dos utilizadores mais pobres, das muares e dos burros; à utilização do trabalho braçal em larga escala (trabalhadores de enxada nas zonas de pequena propriedade e nos terrenos de montanha, sobretudo onde o nível de vida do trabalhador agrícola é tão baixo que lhe não permite ter como auxiliares animais.

Tudo isto concorre para que Portugal tenha o mais baixo índice na Europa quanto a existência cavalar.

Assim êste índice cavalar orça por 1,5 cabeças por quilómetro quadrado e por 1,2 cabeças por cada 100 habitantes.

Os países que na escala ascendente se seguem a Portugal são a Grécia, a Espanha e a Itália. Todos países meridionais. A França apresenta já uma percentagem mais ele-

vada, cêrca de dez por cento; na Alemanha antes da actual guerra cêrca de sete por cento.

O máximo assinalado na Europa era na Polónia e na Dinamarca com cifras entre catorze e dezoito por cento.

Mas para formar uma ideia mais exacta da nossa situação é preciso examinar com maior atenção os nossos números.

Os 90.000 cavalos portugueses compreendem 70.000 garranos (cavalos abaixo da marca) e 20.000 cavalos de marca (1m,48) e acima da marca.

Os cavalos de marca são pois apenas em número de três por cada 1.000 habitantes. Êste número é absolutamente insignificante.

Ainda é de considerar que a altura do cavalo de marca, isto é, do cavalo de altura já considerada utilizável para o serviço do exército é uma das mais baixas do mundo.

Êstes 20.000 cavalos de marca devem ser divididos em várias parcelas: cêrca de 6.000 estão encorporados no exército; as éguas registadas nos últimos anos nos serviços da Comissão Técnica de Remonta, orçam por 4 a 5.000; 5 a 6.000 são éguas não registadas destinadas à produção de gado muar, mas em boas condições de qualidade, senão de idade; o restante, 4 a 5.000 cabeças, inclue os cavalos utilizados nos serviços de agricultura, os empregados na tracção e principalmente os poldros e poldras que se estão a criar com 2, 3 e 4 anos mas que já atingiram a marca.

Êstes dados, que acabamos de apresentar, significam que o número de animais de marca existentes em Portugal, fóra do exército, não contando os poldros e as éguas reprodutoras de gado cavalar ou muar, se pode considerar quási inexistente.

Só pois são de tomar em conta os poldros e poldras que anualmente chegam à maturidade.

Quando a Comissão Técnica de Remonta funcionava orçavam por seiscentos, poldros e cavalos, os animais por ela adquiridos. Quási outro tanto ficava nas mãos dos produtores preenchendo as necessidades de criação cavalar e muar.

Examinando a questão da qualidade diremos:

A grande maioria dos cavalos de marca, excluindo os encorporados no exército, podem ser grupados em sucessivos

escalões de altura, de dois em dois centímetros, por exemplo, de 1,48 a 1,50; de 1,50 a 1,52; de 1,52 a 1,54, etc.

Verificaremos então que de escalão para escalão o número de cavalos grupados irá variando numa progressão decrescente. Assim se por hipótese o primeiro escalão contém 1.000 cabeças, o segundo terá, por exemplo, 800; o terceiro, admitamos, 600; o quarto, 400; o quinto, 200.

Imaginemos um tronco de pirâmides formado de tantos troncos sobrepostos, todos da mesma altura, quanto o número de escalões a considerar.

Ao tronco superior corresponderia o escalão de cavalos mais altos. Ao tronco base o dos mais baixos, mas ainda da marca (1,^{m}48 e dois centímetros acima). Quer dizer, quanto mais altos são os cavalos, menor é o seu número e êste número tem um valor tanto mais baixo quanto a altura aumenta em relação à marca, isto é, se afasta do tamanho médio atribuído ao cavalo de raça portuguesa, que, como vimos, corresponde à altura 1,^{m}48.

Preguntará alguém! Porque se traz esta indicação de altura para apreciação das qualidades dos nossos cavalos?

Será a altura o único índice de qualidade?

Responderemos. Não, não é. A seu tempo veremos como é que êste factor deverá ser apreciado, mas, para uma indicação sumária e rápida, êle poderá servir, visto que a altura se relaciona com as outras dimensões e o pêso dos animais.

Assim, podemos convencer-nos que os cavalos de melhor categoria estão na sua maior parte incluídos nos grupos mais próximos da marca, isto é, entre 1,^{m}48 e 1,^{m}54.

Há poucos cavalos que superem esta última medida, pelo que se podem dizer excepcionais e portanto raros.

*

Insistindo em observar êste índice de altura, admitamos, por um momento, que êle é o principal indicador do poder dos cavalos (e geralmente assim se verifica) sem nos preocuparmos com as raças em que se tenha cuidado do desenvolvimento artificial dos diâmetros transversais.

De resto êste desenvolvimento não é vulgar nos cavalos dos países do Sul, onde abunda mais o sangue berbere e árabe.

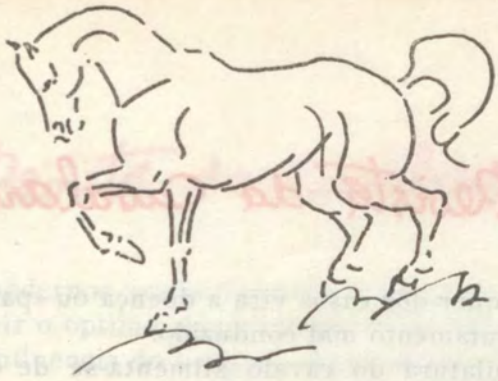
O que acabamos de dizer serve para demonstrar que os cavalos que existem no país, na mão dos particulares, são em regra pequenos, os mais pequenos que se produzem, e bem assim os mais fracos e tarados, isto é, aquêles que não são vendáveis ao Exército.

Os cavalos portugueses que se encontram fóra do Exército são na sua maioria inferiores ao tipo exigido para o seu serviço. E tanto assim é que o Estado, últimamente, teve de importar cêrca de 800 cavalos da Argentina quando quis cobrir o déficit que o Exército apresentava. Quere dizer o Estado reconheceu que havia déficit e que não era possível cobri-lo com os recursos existentes no país.

Justificada pois teria sido essa momentânea importação.

Tornada patente essa falta, é necessário que se remedeie o inconveniente, não com a renovação de importações, que se tornem crónicas, mas sim com medidas que atenuem ou, melhor, evitem os graves inconvenientes resultantes para a Nação.

Êste problema continuará a ser objecto de estudo subsequente tanto no que se refere ao número de cavalos, como à sua qualidade e condições de mobilização em face das necessidades militares.



"Gabinete do Veterinário"

A alimentação do cavalo

pelo tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA

UM dos assuntos que mais deve prender a atenção de todo aquêle que se dedicar à criação cavalar ou à utilização dêste nobre animal, é ,sem dúvida, a maneira higiénica e racional de forneceros alimentos a esta máquina que tantos serviços nos presta.

É, por isso, que nesta crónica nos propomos tratar, embora duma maneira geral, êste capítulo de higiene equina, de capital e sempre actual importância.

O motor vivo, ou «cavalo aveia», como hoje se usa chamar ao cavalo de guerra, para o distinguir da cavalo vapor, necessita, como ser vivo, de ser alimentado racionalmente e dentro dos princípios duma boa higiene.

Quer isto dizer, que não é conveniente estabelecer um arraçoamento para um cavalo ou grupo dêstes animais, olhando simplesmente ao factor económico, descurando das exigências fisiológicas da máquina viva que, para dar bom trabalho, necessita de ser sustentada por alimento compensador.

Seria o mesmo que não fornecer à máquina, carburante de boa qualidade, e mesmo um tipo, de óleo especial, para cada marca de motor.

Em qualquer dos casos virá a doença ou «panne», resultante dum tratamento mal conduzido.

A musculatura do cavalo alimenta-se de duas ordens principais de substâncias, retiradas de reino vegetal e contidas nas forragens sêcas ou verdes:

1.º *Compostos quaternários* de azoto, carbono, oxigénio e hidrogénio que constituem as *substâncias azotadas*, dentre as quais destacaremos os *albuminoides* e as *amidas*.

Enquanto que a albumina ou «carne vegetal» contém 16 % de azoto, as amidas encerram menor percentagem dêste mesmo elemento.

2.º *Substâncias ternárias* de oxigénio, hidrogénio e carbono não azotadas, portanto, que são, as gorduras, os *hidratos de carbono* e a *celulose*.

As primeiras, gordas ou oleosas, contêm 75 % de carbono, sendo por isso essencialmente carburantes, desenvolvendo grande quantidade de calor animal.

Dos hidratos de carbono destacam-se os *açúcares* o *amido* e as *gomas*.

São substâncias em geral soluveis em água e transformáveis em glicose, diferindo das gorduras por conterem menor percentagem de carbono e maior de oxigénio. São por isso também denominados «alimentos respiratórios».

A *celulose*, formada das paredes das células vegetais contribue, principalmente, para formar o volume da ração indispensável ao bom funcionamento do acto digestivo.

Finalmente, existem ainda materias inorgânicas ou minerais, sáis de enxofre, fósforo, cal, magnésia, potassa, ferro, etc., e, a água, que muitos dêstes sáis contém, todos indispensáveis à formação do esqueleto e ao seu desenvolvimento subseqüente.

É, pois, ao imenso laboratório vegetal onde devemos ir procurar os princípios imediatos necessários à formação e sustentação animal. E, pelos conhecimentos actuais, é ainda ao mesmo reino que se vão buscar as «vitaminas», substâncias principalmente indispensáveis à vida adolescente e aos animais em regime de reprodução.

Serão estas substâncias, existentes nas diferentes forragens destinadas à alimentação do cavalo, grupadas con-

forme os modernos conhecimentos zootécnicos que deverão constituir o óptimo arraçoamento dêste animal.

Sob a influência do oxigénio do ar introduzido no organismo pelo acto respiratório, êstes alimentos sofrem uma combustão perfeita.

Deminuindo a actividade muscular, a quantidade de oxigénio introduzido no organismo será menor, visto a actividade respiratória decrescer paralelamente, e os princípios terciários ou hidrocarbonados, sofrendo uma combustão incompleta, dão lugar a uma combinação menos oxigenada, que se depõe ou acumula na economia sob a forma de gordura.

Se a actividade muscular aumenta, os compostos hidrogenados decompõem-se e os depósitos de gordura são absorvidos a-fim-de proverem as perdas musculares.

Logo, com o aumento de trabalho muscular há mais consumo de oxigénio e maior produção de ácido carbónico, podendo chegar-se à inação muscular pelo excesso dêste último gás.

Ditas estas breves considerações àcêrca dos elementos indispensáveis ao funcionamento da máquina animal, compreende-se como com êles se deva constituir o arraçoamento do cavalo, grupando-os cientificamente e diferentemente conforme a idade, espécie, raça e género de trabalho que se lhe queira exigir.

Daqui, a diferença entre *ração de criação* — rica em vitaminas e constituída pelos alimentos mais digeríveis —; *ração de conservação* a fornecer ao animal adulto, quando em descanso e a *ração de trabalho,* onde se deve juntar um suplemento nutritivo reparador do trabalho dispendido.

A-par dêstes três tipos principais de arraçoamento normal, podem-se estabelecer arraçoamentos «higiénicos» ou «desportivos», «dietéticos» e de «reprodução», conforme o caso que se tenha em vista prevenir.

Nunca é demais acrescentar que qualquer arraçoamento deverá ser ministrado higiènicamente atendendo à boa qualidade das forragens, horário do penso e limpeza na sua distribuïção.

Qualquer negligência na higiene alimentar do cavalo, pode ocasionar-lhe sérios transtornos digestivos, denunciados por cólicas, tantas vezes graves e mortais.

O arraçoamento também muitas vezes é variável com as necessidades económicas da região, mas sendo assim, nunca deve ser esquecido o estudo prévio da combinação dos elementos existentes e mais baratos, com os quais se poderá obter uma ração, senão óptima, pelo menos racional, dentro dos limites estabelecidos pela prática zootécnica.

Passemos agora em breve revista as forragens mais ricas nos princípios nutritivos enumerados, com as quais se usa vulgarmente compôr a ração do cavalo no nosso País.

É de todos conhecida a preferência que se costuma dar à aveia como alimento do cavalo, por ser considerada o elemento, por excelência, produtor de energia desta máquina animal.

Não estão porém todos os zootécnistas de acôrdo em admitir a existência da «avenina», certo alcaloide, contido para alguns, na casca dêste cereal, dotado de propriedades excitantes específicas. Assim, enquanto Sanson defende a sua existência, outros químicos de autoridade reconhecida — Muntz. Balland, Baucher, etc., — não a admitem e Curot, médico-veterinário ilustre, nega igualmente a sua acção, fundamentando-se em inúmeras e interessantes experiências, realizadas em cavalos de corridas.

Êste autor, rebate assim a opinião de certos treinadores ingleses, baseados no velho aforismo «aveia é o cavalo» orgulhando-se de ministrarem quantidades exageradas — 18 l.! — de aveia, aos seus cavalos.

Não querendo nós diminuir o valor que indiscutìvelmente a aveia tem na ração do cavalo, temos também notado que, quando dada em excesso, e sem a correcção de outras forragens, cança o intestino, traduzindo-se êste estado pelo seu aparecimento em grãos intactos nas fezes do cavalo, que dela pouco aproveita.

Será então conveniente modificar a ração ou ministrá-la triturada ou molhada, vigiando sempre se o cavalo tem irregularidade dentária ou inflamação da bôca que prejudique a sua trituração.

Além de tudo, convém, ainda acrescentar a êste respeito que não é a aveia portuguesa igual àquela dada nalguns países, como elemento exclusivo da ração dos cavalos de desporto.

A cevada de há muito que é tida como o alimento base dos cavalos Peninsulares, não usando também os árabes outros alimentos secos que não sejam a palha e a cevada, ficando deles o conhecido aforismo «dá cevada e abusa».

Êste cereal mais espalhado na Europa do que a aveia, substitue esta na África e na Ásia na alimentação do cavalo. É tido como mais refrigerante e tão azotado como a aveia, tirando-se por isso bons benefícios no seu emprêgo, nos climas quentes.

Incrimina-se esta forragem de provocar indigestões e congestões pela resistência do seu grão à acção dos sucos digestivos, depois de incompletamente triturados, aconselhando-se por isso, distribui-lo esmagada ou triturada. No entretanto, como prova de reputação máxima que gozava êste cereal no último século, no arraçoamento do cavalo de guerra, é interessante citar o caso passado em 1809 com Lord Wellington, quando pedia a seu irmão, Marquês de Wellechy, o envio urgente de dinheiro para comprar cevada «único cereal que na Península se podia dar aos cavalos», atribuindo a grande mortalidade na cavalaria e artilharia inglesa à sua falta.

Cita-se também o facto do Duque de Berswick ter perdido, em 1704, dois terços da sua cavalaria, quando manobrava na Península, por não querer seguir os conselhos dos habitantes do País, dando cevada aos seus cavalos.

Deve seguir-se a *fava* nesta descrição por ser também alimento comumente empregado no nosso País, gozando também no estrangeiro de boa reputação. É o grão mais azotado de que se compõe a ração do cavalo e também dos mais apetecidos por estes animais.

O *milho* faz também parte, as mais das vezes, dos arraçoamentos e por si só constitue o elemento da ração do cavalo de corrida na América, onde é tido como óptimo alimento, muito digerível, a empregar, portanto, nos cavalos portadores de gastro-enterites, provenientes dos pensos exagerados de aveia.

Em Portugal, também costuma ser empregado no arraçoamento do cavalo, por se encontrar com abundância no centro e norte do país, sendo o seu preço compensador.

Como componente da ração devemos ainda falar do *feno* e da *palha* que, como já dissemos, formam o volume alimen-

tar, indispensável ao bom funcionamento do reservatório digestivo.

Os fenos, de valor alimentar diferente consoante a natureza das plantas que os compõem, época da colheita e maneira de conservação, constituem, sem dúvida, um bom alimento adjuvante para o cavalo. Servem também para preparar os «mashes» refrescantes e emolientes para os animais doentes ou depauperados que necessitam um suplemento alimentar fàcilmente digerível, comparável ao leite, a dar nas dietas do homem e dos animais.

Os higienistas, consideram uma parte do feno equivalente a duas de palha, sendo os melhores os das regiões montanhosas, que rivalizam com os bons fenos franceses.

As palhas mais apreciadas são as mais medulosas — dos trigos duros ou rijos — mais ricas em azoto.

Outros alimentos podem entrar na alimentação do cavalo, como por exemplo a alfarroba e o grão de bico, mas quanto à primeira, embora o seu valor nutritivo seja apreciável e se encontre em abundância na nossa província do Algarve, foi incriminada de produzir cólicas graves, motivadas pelas suas sementes, mesmo ministrada depois de macerada e em mistura com sêmea, quando constituiu elemento no arraçoamento dos solípedes do nosso Exército, sendo a segunda empregada no Ribatejo.

Não queremos, por hoje, levar mais além as nossas breves considerações e, por isso, não entramos mais detalhadamente nos tipos especiais de arraçoamento, regimes de verde, etc., etc.

A estes assuntos voltaremos numa crónica futura.

Julho de 1940

BOLETIM DA E. P. C.

Sapadores

Pelo Capitão PEIXOTO DA SILVA

ESPERAM certamente os interessados a continuação do artigo de Sapadores publicado ultimamente no Boletim da E. P. C.

É sobretudo aos comandantes dos pelotões e secções de sapadores e bem assim aos seus graduados que o assunto se destina. A todos chamamos a atenção de que, o que debaixo dêste ponto de vista se disser, não passa de uma idéia sugerida como base ainda sujeita à possibilidade de ser ou não aprovada. O nosso objectivo neste momento é contudo um; lançar a primeira pedra para a actualização da organização e funcionamento dos pelotões de sapadores de cavalaria e conseqüentemente fornecer àqueles que tenham de ensinar, uma doutrina que se generalize a tôdas as unidades da nossa arma.

Não podemos já beneficiar com esta iniciativa conforme era o nosso desejo a recruta deste ano. Esperemos para a próxima encorporação que o mesmo não aconteça, e até lá

façamos o que antes de mais nada se impõe «*organizar de molde com as suas novas necessidades os nossos pelotões de sapadores*». Devemos lembrar que dentro dêstes há um determinado material e uma determinada ferramenta que pelas suas dimensões e pêso pode ser transportado sôbre o cavalo. Encontra-se esta ferramenta e êste material devidamente agrupado em «cargas». A sua constituïção não foi feita ao acaso mas sim pensadamente, prevendo a hipótese sempre possível duma separação forçada entre cavalos e viaturas. Efectivamente, tal como as cargas estão constituídas, o sapador de cavalaria dispõe sempre consigo da ferramenta indispensável para encarar a possibilidade de pôr em execução, embora com maiores dificuldades, tôdas as operações inerentes aos trabalhos próprios da sua esféra de acção. Assim nunca terá de ficar imobilizado na rígida dependência dos meios que as viaturas lhe podem fornecer e por conseqüência, a secção inclusivé, pode com a sua actividade tornar-se sempre profícua.

Dividamos êste trabalho em duas partes.

A primeira compreendendo algumas considerações de ordem tática, a segunda algumas considerações de ordem técnica:

Primeira parte

a) *Generalidades*

O pelotão de sapadores de cavalaria é uma unidade especializada de que dispõem o Regimento e o Grupo de Cavalaria, e que tem por fim realizar dentro dos seus recursos materiais e conhecimentos técnicos, um certo número de trabalhos de campanha indispensáveis, cujo necessário desenvolvimento não está ao alcance das possibilidades da restante tropa da arma.

Há duas modalidades de pelotão de sapadores de cavalaria:

— *O pelotão de sapadores a cavalo.*
— *O pelotão de sapadores transportado.*

O primeiro faz parte dos Regimentos de Cavalaria ou dos Grupos de cavalaria, o segundo dos Regimentos Motorizados. Estas duas modalidades do pelotão só diferem entre si no meio de transporte utilizado pelo seu pessoal. Normalmente o pelotão de sapadores é constituído por duas secções de sapadores e uma de especialistas de gases que toma o nome de secção anti-gás; é comandado por um subalterno e tem, como auxiliares do Comando, três sargentos, dos quais dois são sapadores e um especializado em gases, fumos e chamas.

O pelotão de sapadores a cavalo utiliza o cavalo para transporte excepto o sargento e mais pessoal anti-gás, que são transportados numa viatura auto. O pelotão de sapadores motorizado utiliza o meio de transporte utilizado pela unidade a que pertence, podendo o pessoal anti-gás dispôr de motos simples ou com carro, ou ainda de viaturas todo o terreno sempre que por conveniência se julgue necessário empregar um dêstes meios de transporte.

Para o transporte de material, ferramenta e explosivos dispõem os pelotões de sapadores de viaturas autos e reboques, das quais uma será exclusiva do serviço de gases. As viaturas acompanham o pelotão sempre que êste actue longe da unidade a que pertence ou sempre que as circunstâncias do trabalho assim o exijam, mas encorporam-se normalmente no T. C. 1 do Regimento ou do Grupo de Cavalaria.

O pessoal montado dos pelotões de sapadores tem como armamento a espada e a espingarda com baioneta regulamentares para os exploradores dos pelotões de linha; ao pessoal anti-gás dêstes pelotões só não é distribuída a espada. O pessoal dos pelotões transportados é armado com espingarda e sabre-baioneta do modêlo usado pelos Regimentos Motorizados.

O pelotão de sapadores é uma unidade de trabalho sem contudo deixar de ser uma unidade eminentemente cavaleira capaz de em determinadas circunstâncias, fornecer ao Comando o concurso precioso do seu armamento. Êste emprêgo do pelotão é todavia de carácter absolutamente excepcional, sempre condicionado pela fadiga a que é sujeito um pessoal especializado de difícil substituïção. O coman-

dante de pelotão empregará as suas esquadras de sapadores reunidas, isoladas, ou formando agrupamentos eventuais que tomam o nome de «équipes» e que executam o trabalho sob a direcção dum dos graduados, de preferência um dos sargentos. O número e constituïção das equipes variam segundo a natureza do trabalho a realizar. Poderão ainda os sapadores ser empregados individualmente, como monitores das «équipes» de trabalhadores fornecidas pelos pelotões de linha para a execução de obras de grande envergadura. A équipe anti-gás actuará dividida em meias «équipes», em parelhas de exploradores ou excepcionalmente reunida. Cada um dos seus componentes poderá, também, ser empregado como monitor das «équipes» de sapadores ocupadas em trabalhos que se relacionem com o serviço de gases.

Sob o ponto de vista tático, igualmente o comandante de pelotão empregará as suas esquadras reunidas, isoladas ou formando agrupamentos eventuais.

Constituem-se assim:

Pelotão a cavalo (quando a cavalo):

— dois grupos de duas esquadras de exploradores e mais uma esquadra de atiradores constituída pela équipa anti-gás, à disposição do comandante de pelotão para o desempenho de qualquer serviço: ligação, etc.

Pelotão a cavalo (quando apeado):

— dois grupos de duas esquadras de atiradores, ficando uma quinta esquadra à disposição do comandante de pelotão;

— dois grupos compostos um por três e outro por duas esquadras.

O comandante do pelotão pode entregar o Comando de cada grupo a um sargento, ou comandar êle próprio directamente um dos grupos; o sargento ou sargentos que nêste caso ficam disponíveis serão empregados no Comando do grupo de cavalos desmontados ou em qualquer outra missão.

O comandante do pelotão de sapadores deve também procurar conservar as esquadras completas, esforçando-se,

junto do comandante do Regimento ou G. C., porque as baixas existentes sejam ràpidamente preenchidas semelhantemente ao que se dispõe na segunda parte do n.º 735 do nosso R. T.

Os homens assim encorporados como sapadores devem ser escolhidos, de preferência, entre os que na vida civil tinham algumas das seguintes profissões: barqueiro, carpinteiro, pedreiro, serralheiro, cabouqueiro, cordoeiro, assentador de via férrea, etc.; no preenchimento das vagas da equipa anti-gás devem utilizar-se sempre que possível soldados dum certo grau de cultura geral, e dentro dêstes, os que pela natureza das suas funções civis possam ràpidamente ser instruidos no serviço de gases.

Os pelotões de sapadores a cavalo ou transportados, no respeitante a meios de comando, formações, e evoluções de parada, e situações de marcha, estacionamento e combate, regular-se-ão pelo que está estabelecido para os pelotões de linha das mesmas caracteristicas, com as restrições seguintes:

O comandante do pelotão de sapadores não dispõe de clarim, de ferrador nem de agente de ligação.

Em parada e nas marchas de desfile, o pelotão far-se-á acompanhar sempre da sua équipe anti-gás, a qual, quando utiliza um meio de transporte que não é o dos sapadores, forma cinco metros à direita do pelotão nas linhas, e a igual distância à frente do comandante de pelotão nas colunas, sendo, em qualquer dos casos um sargento da especialidade a servir de guia (Figura n.º 1); quando o pessoal anti-gás

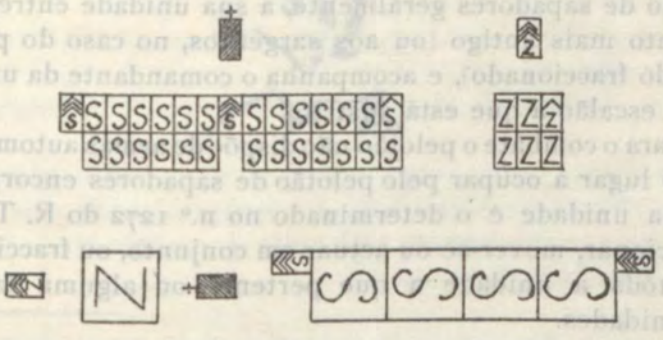


Fig. 1

dos pelotões transportados faz uso do mesmo meio de transporte dos sapadores encorpora-se no pelotão no lugar da esquadra base: o sargento anti-gás tomará então lugar de graduado centro, ou de cerrafila dêste, segundo o seu grau de antiguidade em relação ao sargento sapador mais antigo (Figura n.º 2).

Durante as marchas, a équipe anti-gás não provida do

FIG. 2

mesmo meio de transporte dos sapadores, acompanha em regra o T. C. 1 do Regimento ou G. C. podendo porém, acompanhar o pelotão no lugar estabelecido para as marchas de desfile.

Nas marchas de aproximação, deixa o comandante de pelotão de sapadores geralmente, a sua unidade entregue ao sargento mais antigo (ou aos sargentos, no caso do pelotão ter sido fraccionado), e acompanha o comandante da unidade ou do escalão a que está adstrito.

Para o combate o pelotão não dispõe de armas automáticas.

O lugar a ocupar pelo pelotão de sapadores encorporado na sua unidade é o determinado no n.º 1272 do R. T. Pode evolucionar, mover-se ou actuar em conjunto, ou fraccionado, com tôda a unidade a que pertence ou alguma das suas sub-unidades.

Aos pelotões de sapadores de cavalaria são inteiramente aplicáveis as disposições dos números 736, 737, 738, 742 e 743

do R. T. exceptuando, para os pelotões transportados, tudo o que ali se refere ao emprêgo do cavalo.

A instrução dos pelotões de sapadores compreende:

— a instrução especial, e
— a instrução geral de cavalaria,

ambas de valor igual, em harmonia com a que atrás ficou dito *(o pelotão de sapadores é uma unidade de trabalho sem contudo deixar de ser uma unidade eminentemente cavaleira)*.

A instrução especial é o objectivo dêste estudo, a instrução geral, tendo em vista os números 739, 740 e 741, far-se-à de acôrdo com os títulos IV e (1), conforme o pelotão é montado ou transportado.

(1) O Título que tratar dos pelotões de linha transportados.

Actividade Escolar

Poules hípicas

No mesmo ambiente de interêsse e entusiasmo prosseguiram as poules hípicas de que falámos no último número do Boletim.

Realizou-se em 22 de Abril a terceira e última dêsse mês, dando os resultados seguintes:

Prova de Sargentos *(34 inscrições, 9 obstáculos, 1m,10 de altura máxima).*

1.º — Sargento Valentim no *Voisin;*
2.º — Furriel Ramos no *Terror;*
3.º — Furriel J. A. Pinto no *Solidó;*
4.º — Furriel Matos no *Urano,*
5.º — Furriel Chamusca no *Mandarim,* todos sem faltas.

Prova de Aspirantes Tirocinantes *(7 inscrições, 11 obstáculos, 1 m. de altura máxima).*

1.º — Asp.te Freire de Andrade no *Abotoador,* sem faltas;
2.º — Aspirante Alves Pereira no *Acalentador,* sem faltas;
3.º — Aspirante Cavaleiro no *Abragado,* com 4 faltas.

Prova de Oficiais *(16 inscrições, 12 obstáculos 1m,30 de altura máxima).*

1.º — Tenente R. Nogueira no *Beaulieu,* sem faltas;
2.º — Alferes Cordeiro no *Iboto,* sem faltas;
3.º — Alferes Leote no *Ornato,* com 4 faltas;
4.º — Alferes Andrade no *Ulme,*
5.º — Tenente R. Nogueira no *Ondit.*

Conforme o regulamento da prova, procedeu-se à classificação pela maior totalização de pontos obtidos pelo mesmo cavaleiro nas três poules realizadas durante o mês.

O resultado da prova foi:

Prova de Sargentos: Furriel Nunes da Silva no *Esperto,* totalizando 55,5 pontos.

Prova de Aspirantes: Aspirante Freire de Andrade no *Abotoador*, com 42 pontos.

Prova de Oficiais: *Ex-aequo* Tenente R. Nogueira no *Beaulieu*, com 57 pontos e Alferes Leote no *Ornato*, com 57 pontos.

Procedeu-se à distribuição dos prémios — taças de prata — tendo a entrega dos trofeus, que foi feita pela Ex.mo Coronel Jara de Carvalho, dado lugar a quentes e fartos aplausos por parte dos concorrentes e da selecta assistência.

Claro está que a taça da «Prova de Oficiais» não se partiu ao meio; porque os campeões mereceram e mereceram bem, não houve remédio senão arranjar uma outra para aparelhar.

*

No mês de Maio também não foi possível realizar as quatro poules previstas, por causa do mau tempo.

O resultado do conjunto dos três que se puderam efectuar foi:

Oficiais:

Serie A — Alferes Leote no *Ornato*, com 59,5 pontos.
Serie B (a) — Capitão Durão no *Zoina*, com 57,5 pontos.

Aspirantes:

Aspirante Cavaleiro no *Abragado*, com 37 pontos.

Sargentos:

Furriel Matos no *Urano*, com 55,5 pontos;
» Caldeira na *Helvecia*, com 47 pontos;
» G. Pinto no *Ural*, 45,5 pontos.

(a) Prova destinada a cavalos argentinos.

Cursos de Comandantes de Grupo e de Comandantes de Esquadrão

Estão em plena actividade estes dois cursos preparatórios para acesso dos oficiais ao posto imediato.

O C. C. E. teve início no passado dia 1 de Junho e deve terminar no fim de Julho.

Freqüentam-no os tenentes, Snrs.: Campos Costa, F. Martins, Pereira Martinho, Vaz Vieira, Joaquim Ramos, Ramalho Xavier, Costa Botelho, F. Hintze Ribeiro, Cabral de Campos, J. Hintze Ribeiro, M. Nicolau, Travassos Lopes e Reymão Nogueira, sendo voluntários os 4 últimos.

O C. C. G. teve início no passado dia 15 de Junho e deve terminar também no fim do corrente mês.

É freqüentado pelos capitães, Snrs.: Vieira Sampaio, Mascarenhas da Piedade, Almeida Ribeiro, Charula de Melo, Raul Martinho, Leote do Rêgo e Amorim Melício, sendo voluntários os 3 últimos.

Estágio dos Candidatos ao Curso do Estado Maior

No dia 1 de Julho teve início na E. P. C. o estágio de 8 oficiais concorrentes ao Estado Maior.

A duração dêste curso é de 4 semanas devendo terminar portanto no fim do referido mês.

Bronze «Revista da Cavalaria»

Anunciamos para breve um concurso a disputar entre os sargentos assinantes da nossa Revista, sôbre um tema baseado na doutrina exposta no *Boletim da E. P. C.* pelo snr. capitão Ferreira Durão — *Patrulhas.*

O regulamento da prova será publicado no próximo número podendo desde já prevenir os concorrentes de que os mais valorizados obterão prémios pecuniários e o mais classificado no conjunto, receberá o *Bronze "Revista da Cavalaria".*

Movimento do Quadro Permanente da E. P. C.

Deixou o lugar de Comandante do 4.º esquadrão o Sr. Capitão Sérgio Vieira por ter sido nomeado para desempenhar o cargo de Governador Civil de Ponta Delgada.

Foi colocado na E. P. C. o Sr. Tenente José Maria Guedes Cabral de Campos, ùltimamente chegado das colónias onde estava prestando serviço. Ficou pertencendo ao 1.º esquadrão.

Foi promovido a 1.º Sargento para o quadro desta Escola ficando no 3.º esquadrão, o 2.º sargento J. A. Moreira da Silva.

Foi colocado no quadro da E. P. C. o 1.º sargento do R. C. 8 José Francisco Lareia, ficando no 4.º esquadrão.

Taça «General Latino»

Êste Ex.mo Senhor teve a gentilesa de oferecer à E. P. C. uma taça para os oficiais desta a disputarem como entendessem.

Á semelhança dos dois passados anos, realizaram-se nos últimos dias de Junho as provas para a disputa da referida taça da qual saiu vencedor o Ten. Travassos Lopes, montando o *Sultão*.

Esta prova na qual, segunda o Regulamento próprio, só podem tomar parte os cavalos incluídos na 2.ª Serie do C. C. G., consta de 3 partes:

1) Prova de Ensino (Igual à do C. C. Guerra).
2) Prova de Campo (Cinco kms. através do campo).
3) Prova de Obstáculos (No máximo a 1m,10 contando o tempo e sendo o percurso feito à vontade).

O primeiro classificado em cada prova (excepção feita à de ensino) tem 20 pontos e os restantes descem um ponto à medida que descem na classificação.

Para ganhar a taça é necessário vencer em dois anos seguidos ou em três alternados, tendo o vencedor de cada ano uma miniatura.

Dos 14 inscritos, por razões de ordem vária só concorreram 7, dos quais segue a classificação:

N.º	Postos	Nomes	Cavalos	1.º Dia Ensino	2.º Dia Campo		3.º Dia Obstáculos			Total	Classificação final
				Pontos	Tempo	Pontos	Faltas	Tempo	Pontos	Pontos	
1	Alf.	Leote	*Heroi*	11,5	$11^m\ 2^s\ 3/5$	15	—	$1^m\ 2^s\ 2/5$	17	43,5	4.º
2	Ten. P.	Mateus	*Surrão*	13,5	$10^m\ 33^s$	17	—	53^s	20	50,5	2.º
3	Ten.	Travassos	*Sultão*	12,5	$10^m\ 12^s\ 1/5$	20	—	55^s	19	51,5	1.º
4	Alf.	Andrade	*Cravo*	13	$10^m\ 30^s$	18	—	1^m	18	49	3.º
5	Ten.	Campos	*Dançarino*	13,5	$10^m\ 26^s\ 3/5$	19	14	$1^m\ 5^s\ 1/5$	16	42,5	5.º
6	Alf.	Cordeiro	*Dily*	10,5	$10^m\ 51^s$	16	8	—	—	—	—
7	Ten.	Reymão	*Ondit*	16	—	—	—	—	—	—	(a)

(a) Correu fora de prémio por o cavalo não estar dentro do regulamento da prova, desistindo depois por doença da montada.

Jornais revistas livros

Ejército — (*Revista Ilustrada de las Armas y Servicios*)

Recebemos e agradecemos os três primeiros números desta Revista.

Com a maior satisfação efectuamos a permuta tanto mais que se trata duma publicação que, honrando o Exército Espanhol, permite estreitar ainda mais um intercâmbio intelectual e profissional entre os exércitos Espanhol e Português.

Magnificamente impressa e ilustrada a *Revista do Exército Espanhol* contém uma colaboração excelente e digna do maior elogio.

Como prova do que afirmamos, o presente número da nossa Revista transcreve alguns excerptos colhidos na mesma Revista.

Breve notícia da Campanha da Polónia

pelo Major do C. E. M. José Correia Guedes

O livro *Breve notícia da Campanha da Polónia*, do Major do Corpo de Estado Maior, Snr. José Correia Guedes, é mais uma contribuïção valiosa de tão distinto oficial, para a biblioteca militar do nosso Exército.

Inícia êste trabalho, um breve mas consciencioso relato dos elementos constituitivos do potencial de guerra da Polónia e Alemanha. Ao estudo do factor histórico-político, sucede-se a apreciação dos meios: população, situação económica, potencial militar...

Seguidamente, a mobilização e o relato das batalhas sucessivas até à capitulação da Pátria de Pilsudski.

A *Conclusão*, capítulo sintético e expressivo, fala-nos da preparação da Nação para a guerra, em termos de flagrante oportunidade.

«As operações da campanha germano-polaca apresentam caracteristicas de uma guerra total, em que os combates se desenrolam não sómente nas frentes de batalha, mas em todo o território. Dêste modo, os países não deverão esquecer que não lhes basta defender as suas fronteiras, mas também todos os centros de actividade e que o moral da população que trabalha à retaguarda deverá ser o do soldado que combate na frente».

Termina com a transcrição dos comunicados alemão e polaco, durante os dias da guerra.

C. G.

Revue Militaire Suisse—(Fevereiro de 1940)

Ensinamentos da guerra da Finlândia

A batalha de rotura no istmo de Carélia, traz à imaginação recordações da guerra de 1914-1918.

Estas acções, puramente frontais, excluem tôda a surprêsa e conduzem ùnicamente à formação de bolsas na frente adversa pelo assaltante, para obter possibilidades de manobra.

Esta batalha foi conduzida segundo as regras táticas mais modernas, mas as grandes unidades de carros, como na Polónia, não conseguiram obter a decisão, sendo detidas pelos obstáculos naturais e artificiais, que cobriam a linha Mannerhein. O processo seguido foi em geral, o seguinte: preparação da Artilharia sôbre as Obras; neutralização por bombardeamentos aéreos no momento de alongar o tiro; progressão da Infantaria protegida por vagas de carros, por nuvens de fumo e por vezes, pelos dois meios simultaneamente.

O emprêgo de trenós blindados, rebocados por carros, não parece ter dado bom resultado, pelo facto da sua grande vulnerabilidade à Artilharia.

A meio de Janeiro mudou por completo a forma de actividade da Aviação, que utilizada a princípio, de um modo intermitente, passou a actuar duma forma macissa e sem solução de continuidade com o objectivo de paralizar a vida na Finlândia. É preciso reconhecer que êste sistema logrou bom êxito, e que os contínuos alarmes impediram tôda a espécie de trabalhos; a população civil, a-pesar-da sua serenidade e da sua disciplina viu-se submetida a duras provas.

Os paraquedistas não deram resultado eficaz, sendo fácilmente capturados pelas patrulhas enviadas à sua descoberta.

A precisão do bombardeamento em vôo planado é muito inferior à do vôo picado, praticada com incomparável mestria pelos alemães na Polónia.

Em muitas ocasiões, as fôrças aéreas bombardearam dum modo verdadeiramente caprichoso, dando a sensação de desconhecer os objectivos.

É interessante assinalar o rápido desgaste do material de defesa contra aéronaves, que diminuiu consideràvelmente a eficiencia da artilharia anti-aérea.

Pôs-se em evidência, que a existência de abrigos contra os bombardeiros, é o único meio de garantir a disciplina e a tranquilidade da população civil nos alarmes.

Os melhores abrigos são as trincheiras profundas em zig-zag, cobertas de tóros de madeira, os grandes prédios e as caves com dupla saída.

A campanha da Finlândia é a confirmação de que a-pesar-da potência dos modernos armamentos, um Exército reduzido, mas com moral elevado, apoiando-se em organizações defensivas profundas, pode resistir durante muito tempo a um inimigo superior em número e em meios.

C. G.

Ejèrcito — (Abril de 1940)

Ensinamentos da Guerra na Polónia

A) *Unidades couraçadas e unidades motorizadas*

Os dados que recolheram os observadores da brilhante campanha realizada pela Alemanha na Polónia, permitem tirar alguns ensinamentos embora devam ser acolhidos com uma certa reserva, visto que o número daquêles dados não é ainda suficiente para permitir dar ao estudo as necessárias garantias de exactidão.

Comprovou-se em quási todos os casos, a-pesar-das condições de inferioridade da Defesa, que, onde esta existiu, os carros não conseguiram romper a frente.

As armas anti-carros e os obstáculos que uma mediana previsão pode preparar são o suficiente para deter ou por o menos entravar sèriamente a acção dos carros.

Isto parece confirmar outras opiniões, que, se bem que se refiram mais pròpriamente à acção de Infantaria de Acompanhamento dos Carros, vêm reforçar, afinal a afirmação de que as unidades couraçadas por si só não rompem as frentes.

Alguns creem ter tirado ensinamento de que na prática a Infantaria ainda que motorizada não chega a seguir os carros no seu ataque, não só pelo seu diverso coeficiente de vulnerabilidade como ainda por ter de transpôr os obstáculos do terreno por forma diversa. Umas tantas casamatas em beton e uma linha de obstáculos no terreno conseguiram rechaçar o ataque frontal dum Regimento de Carros levado a efeito numa frente menor que a designada para uma Divisão. Claro está que na presente acção tratava-se sòmente de carros ligeiros, mas isto só pode influir nas condições que têm de reünir os obstáculos, que se construam; nem por isso aquêles ficam menos expostos ao efeito dos projécteis modernos da artilharia, peças anti-carro, metralhadora ou espingarda-metralhadora.

Tudo isto leva a crer que em breve se pensará numa nova organização da Companhia de Infantaria composta de 12 secções, cada uma delas com uma metralhadora pesada e uma dotada em especial com uma espingarda anti-tanque.

Muitas opiniões autorizadas inclinam-se a crer que a rotura só pode ser feita pela infantaria, pela forma conhecida e preconizada, depois de intensa preparação de Artilharia e de Aviação, com o auxílio dos carros, sem deixar a estes de nenhuma maneira tôda a acção.

Claro está que a concepção que na Alemanha se tem da preparação de Artilharia quanto à sua intensidade e cadência de fogo, reside na extraordinária violência dêste, cujo resultado é a destruïção completa sobretudo de localidades tomadas como ponto de apoio, para o que contribue também a Aviação embora, segundo testemunhas presenciais, os efeitos da Aviação, tenham sido menores que os da Artilharia.

Por outro lado, as unidades couraçadas e motorizadas provaram como exploradores do êxito; para colmatar a brecha aberta, penetrar na linha defensiva inimiga e destruir as suas organizações, são aquelas as únicas que podem empregar-se.

Nesta missão prestaram enormes serviços aniquilando materialmente o inimigo logo que a sua resistência foi vencida e impedindo tôda e qualquer possibilidade de reacção.

B) *Emprêgo da Cavalaria*

Como conseqüência desta guerra torna a ter actualidade o tema já tão debatido sôbre o valor da Cavalaria.

No exército alemão a Cavalaria, como tal, só figura na organização de tempo de paz, pois, exceptuando uma brigada de cavalaria independente que pertence orgânicamente ao distrito militar da Prússia Oriental os demais regimentos quer de cavalaria mixta, quer de sabres, ficavam em tempo de guerra afectos ao Corpos de Exércitos e Divisões, constituindo os seus grupos de exploração. Estas unidades têm tantos elementos motorizados, que dificilmente se podem considerar como de Cavalaria não só quanto aos seus meios de combater e transporte como ainda pelo que se refere à sua mobilidade, independência de elementos de vida e combate, e também pela missão de exploração estratégica ou de segurança tática em que se empregam segundo os casos.

Mais ensinamentos poderiam deduzir-se do emprêgo desta Arma pelos polacos, tanto mais que dispunham nada menos, que de 15 Brigadas; no entanto o seu comando e emprêgo foram tão maus que nada se pode concluir.

Pela índole da campanha, pela sua mobilidade e pela velocidade com que se deslocavam as divisões alemãs, houve inúmeras ocasiões em que a Cavalaria Polaca poderia ter intervido com tôdas as probabilidades de êxito, se tivesse tido mais decisão e melhor comando.

Poderia ter ameaçado flancos, cortado linhas de comunicações, hostilizado e até interrompido a marcha de combóios, em uma palavra — tornar impossível a vida na retaguarda—tudo isto secundado pela população civil que, como é natural, lhes era favorável e lhes facilitaria por isso o manter-se em boas condições na região onde operasse.

Um exemplo disto foi a batalha de «Kutno» ou do «Rio Bzura». O 8.º Exército comandado pelo General Von Blaskowitz e que constituía a esquerda do grupo de Exércitos que operavam na Silésia, encontrou-se com tôdas as divisões polacas que retiravam da bôlsa de Posen e do Corredor, num dos flancos. Ainda que isto não fôsse na realidade nenhuma surprêsa, ao princípio não acreditou o comando alemão que os contingentes polacos pudessem ser tão numerosos naquela frente. Mandaram-se-lhe alguns reforços mas não os suficientes para que a situação deixasse de ser delicada como o foi durante os dias 10, 11 e 12 de Setembro entre o rio «Bzura» e Leczyca, ao norte de Lodz. O General Von Blaskowitz tinha o seu exército, em marcha ofensiva, de Lodz a Varsóvia.

A Cavalaria Alemã na Campanha da Polónia

(1939)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Uma patrulha a cavalo em exploração

Uma patrulha motorizada em reconhecimento

A Cavalaria Alemã na Campanha da Polónia

(1939)

Ao romper do dia, marcha para o inimigo

Acampamento de tropas na charneca de Tucheler.
Em primeiro plano um pelotão de cavalaria iniciando a marcha

Quatro divisões destacadas iam vencendo a resistência do inimigo, enquanto que outras três em dispositivo de marcha se mantinham em reserva. Demais estas últimas faziam de Guarda de Flanco do Exército cobrindo uma frente de 90 kilómetros. Nestas condições começou a Cavalaria Polaca a efectuar os seus ataques sôbre o dito flanco. Mas estes ataques eram tão faltos de decisão e energia, que não fizeram mais que atrair a atenção, assinalando o perigo, mas sem chegar a constituí-lo. Se essa Cavalaria Polaca se tem resolvido a empreender uma acção de envergadura com a decisão de sacrificar-se, (tanto mais que condenada como estava, não fazia mais do que vender cara a pele) com a ousadia que deve caracterizar essa arma, e ataca o território do Reich sôbre Breslau, cujo caminho estava completamente livre, tinha conseguido um êxito tal, que, ainda que êste não fôsse mais que moral, a batalha de «Bzura» poderia ter tido conseqüências muito diferentes daquelas que depois teve.

Nesta batalha, que é uma das maiores batalhas de aniquilação da história, cairam presioneiros 200.000 polacos com todo o seu material e todos os seus comandos, entre eles o General Comandante do Exército.

Alguma culpa que não justifica mas que atenua o mau emprêgo da Cavalaria Polaca tem-na — a propaganda política.

Esta fez crêr ao povo que o material de guerra alemão era simulado, e que os tanques eram pouco menos que madeira ou cartão (isto é autentico).

Assim viu-se que esquadrões de Cavalaria com a lança em riste carregaram contra unidades de Carros com o resultado que pode supôr-se.

Isto que pode parecer exagerado e produto de fantasia de relatos é històricamente autêntico.

C) *As grandes unidades*

A grande velocidade com que foi feita esta Campanha fez com que tivesse sido muito difícil manter as ligações, ainda que estas tenham funcionado muito bem e quási com a proficiência que delas se esperava. Contudo em determinados momentos foi difícil ao Comando manter o contacto com tôdas as unidades ou escalões da sua divisão ou corpo de Exército.

Por vezes foi preciso que o general da Divisão acompanhado por dois ou três oficiais do seu Estado Maior chegasse às suas linhas mais avançadas para poder julgar por si próprio a situação e poder dar as suas determinações.

Ao adiantar-se perdia a ligação com as suas unidades ou pelo menos com algumas delas, pelo que quando chegava o momento de tomar uma decisão, não dispunha de tropas que podessem executar as suas ordens com a máxima rapidez que o caso requeria.

Para evitar isto, fazia-se acompanhar por algumas unidades de primeira urgência e de grande mobilidade cuja composição era variável, segundo os casos, mas que se pode comparar com a dos grupos de exploração que neste país a cada divisão compete, quere dizer os carros

blindados de exploração, os esquadrões pesados motorizados, o equivalente a uma companhia de atiradores motorizada, o equivalente a umbatalhão de Infantaria sôbre Camions, Artilharia Ligeira, uma Secção de Sapadores também motorizada, quere dizer uma pequena divisão dentro da própria divisão. Isto deu muito bons resultados e parece que em numerosos casos se lançou mão dêste sistema quando se tratava de tomar uma atitude rápida em face duma situação imprevista e criada pela rapidez do avanço.

O processo em si não é novo, pois é aproximadamente assim que se constitue o grosso das vanguardas das grandes divisões; contudo na Alemanha, as vanguardas estão melhor constituidas pelos grupos de exploração que, dada a sua missão, estão mais distanciados ou penetraram até nas linhas inimigas e por isso não podem ser utilizados pelo general da Divisão no momento que há de ser desde logo, um momento de crise ou de exploração dum êxito que se produz inesperadamente.

É por isso de ter em consideração que a norma de condução das grandes unidades naquêle país é, ao contrário daquilo que se pensa, de grande independência, deixando-se ao comandante da Divisão ou Corpo de Exército a máxima iniciativa, informando-se o mais possível da situação de conjunto e dos projectos do Comando Superior. Isto repetiu-se muitas vezes durante a Campanha da Polónia e as resoluções tomadas usando êste procedimento foram, na maioria dos casos, decisivas em favor da situação de conjunto, pois que, pela envergadura da concepção estratégica era difícil indicar diàriamente direcção e objectivos.

É muito possível que como conseqüência, se passe a dotar cada grande unidade de um grupo, a que poderemos chamar «operativo», com o mesmo efectivo que já dispõe o grupo de exploração.

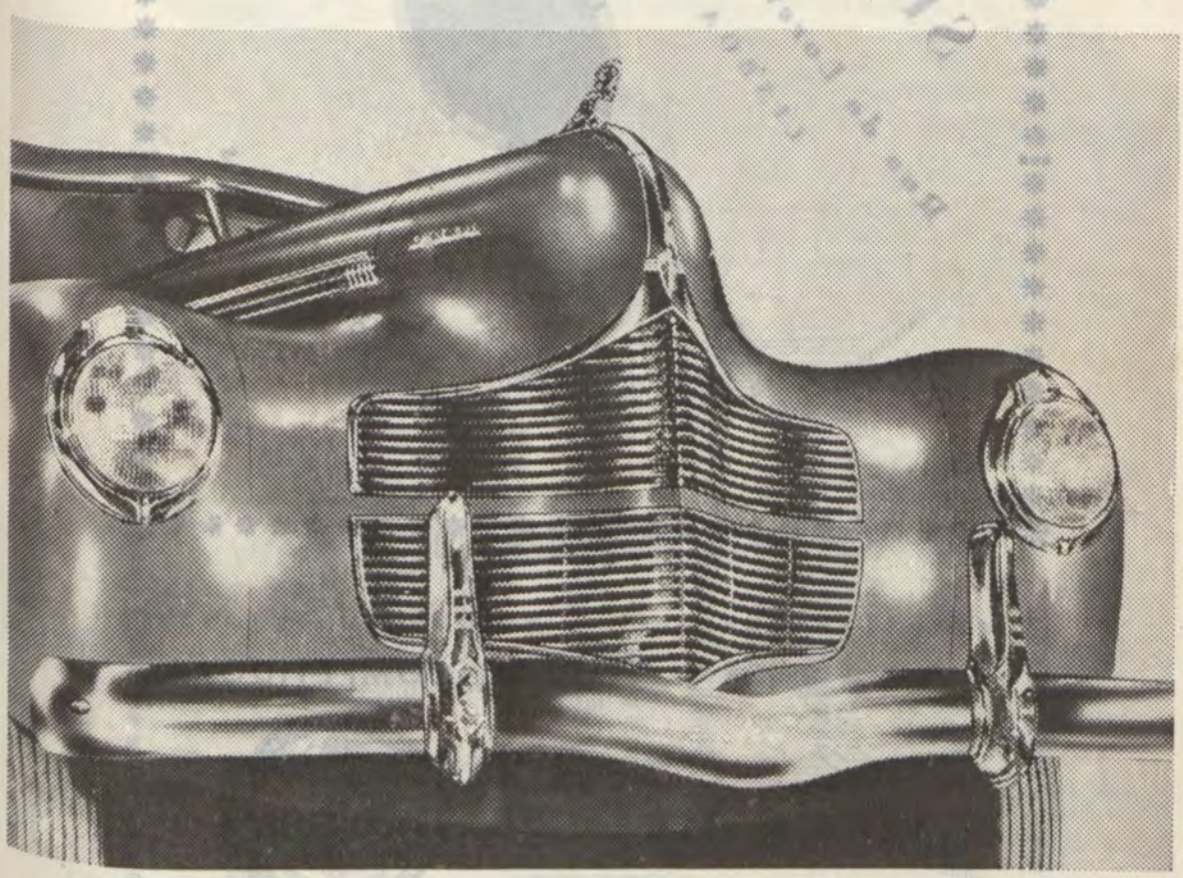
Estas acções pessoais do Comandante de Divisão são muito estimuladas no Exército Alemão e são em caso de êxito premiadas com a máxima recompensa, mas paralelamente punidas com sanções graves correspondentes ao fracasso resultante do insucesso, ou de má apreciação da situação.

Ultimamente o Fuhrer impôs pessoalmente a mais alta condecoração militar, que na actual campanha é a Comenda da Ordem de Ferro, a vários Generais de Divisão e Corpo de Exército, por terem efectuado actos análogos, os quais se repetem constantemente e são muito apreciados pela opinião e pelo Alto Comando.

Isto obedece ao desejo de imprimir à doutrina do exército alemão um espírito ofensivo de ousadia e valor que concorda com outra série de características que se encontram na sua organização e nos regulamentos. Claro está que nunca se deve esquecer que a Campanha da Polónia foi excepcional, que não voltará a repetir-se jámais na história, e que seria grave êrro deduzir dela excessivo número de ensinamentos que poderiam levar a uma falsa utilização no futuro dos actuais meios de combate.

A. C.

DODGE 1940



Segurança // Comodidade // Economia

Peça uma demonstração do novo DODGE aos seus

AGENTES

S. P. I. D. A.

Sociedade Peninsular Industrial de Automóveis, Lda.

67, Rua Alexandre Herculano LISBOA 27, Rua Rodrigo da Fonseca

SPRIL

Rua do Loreto, 34-2.º

LISBOA

Artigos para todos os desportos

LOTARIAS

Os cambistas

Campião & C.ª

Têm sempre à venda bilhetes e suas fracções para tôdas as Lotarias

116

Rua do Amparo

LISBOA

A COMPETIDORA

ESPELHOS E MOLDURAS
A COMPETIDORA
LISBOA - PORTO
VIDROS LOUÇAS E CRISTAIS

DE

JOSÉ PEDRO GOMES, LIMITADA

Sede

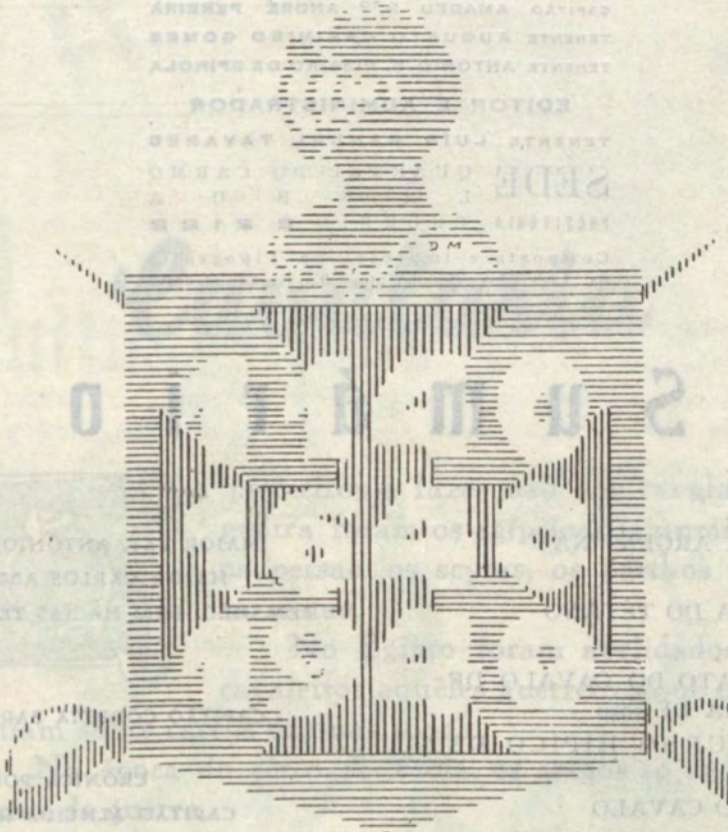
161, Rua dos Correeiros, 181

Telefone 2 7689
Caixa Postal 101
Telegramas — COMPETIDORA — Lisboa
Código — RIBEIRO

Vidros de tôdas as qualidades

Fabricantes e revendedores

Encarregam-se de todos os trabalhos de colocação de vidros em qualquer ponto do país



. . . . . .

Não vos hão de faltar, gente famosa,
Honra, valor, & fama gloriosa.

Lusiadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE QUARTEL DO CARMO
LISBOA
PROVISÓRIA TELEF. 2 21 22

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

CAVALARIA		441
REMOMTA NA ARGENTINA	MAJOR VET. ANTÓNIO LEBRE	442
COMANDAR	MAJOR CARLOS ABRANTES	453
A PROFILAXIA DO TÉTANO	TEN. MÉD. LUIZ MACIAS TEIXEIRA	467
HIPISMO:		
CAMPEONATO DO CAVALO DE GUERRA DE 1940	CAPITÃO CORREIA BARRENTO	472
IV CONCURSO HIPÍCO DE CASCAIS	CRÓNICA POR P. R.	479
ENSINO DO CAVALO	CAPITÃO ALMEIDA RIBEIRO	483
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	TEN. MÉD. VET. PROSTES DA FONSECA	493
BOLETIM DA E. P. C.		
TRANSPORTE DA ESPINGARDA A CAVALO	MAJOR MÁRIO RAMIRES	499
PATRULHAS	CAPITÃO A. FERREIRA DURÃO	502
ACTIVIDADE ESCOLAR		511
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		517

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

6678 Nº 6678

Revista da Cavalaria

N.º 6 Setembro

Cavalaria

OS primeiros a fazer uso dos cavalos de guerra foram os egípcios, os numidas, os persas, os scytas, os parthos e os sarmatas.

No Egipto foram apelidados de cavaleiros aquêles guerreiros que combatiam sôbre carros de duas rodas.

Na época do cêrco de Troia, os gregos só tinham carros de guerra.

O primeiro corpo de cavalaria romana tinha apenas trezentos cavaleiros.

César opôs à terrível cavalaria gauleza os seus cavaleiros germanos.

Montou-se a cavalo sem sela até Constantino e sem estribos até à invasão dos francos.

Os numidas do exército de Anibal tinham dois cavalos lançando-se no combate de um para outro.

Algumas vezes a cada cavaleiro germano estava ligado um infante que com êle carregava suspenso à crina do cavalo.

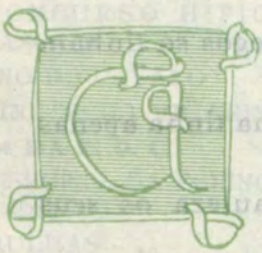
Remonta na Argentina

III

Do Rio a Buenos-Aires

CRÓNICA DE VIAGEM

pelo Major-Veterinário ANTÓNIO LEBRE



NOITECEU. Vamos deixar o Rio, a grande capital Federal, cidade de movimento estonteante, colorido e luz, não porém, sem termos recebido a bordo, com bem justificada surpresa, correspondência de Buenos Aires. Em grande envelope lacrado, lindos motivos e *Memória Descritiva,* do Alvear Palace Hotel, o mais luxuoso, cómodo e elegante da Capital, em clássico estilo sevilhano.

É assim a propaganda ... argentina! ...

Disfruta a fama, o Rio de Janeiro, de ser a mais bem iluminada dentre tôdas as grandes capitais.

Não temos elementos de contrôle, que o permitam contestar ou afirmar, mas que é feérica a sua iluminação, dizem-no a unanimidade de opiniões.

Observar, do mar alto, a grande capital, que a Natureza tornou a mais caprichosa e excêntrica das cidades, é viver momentos de emoção, de sonho e fantasia.

Se a iluminação do coração do grande Império, é surpreendente, a das praias e praças, contornando a sinuosa periferia da Baía, que elevações graníticas limitam, é grandiosa e bela, não sendo estranhos ao efeito cénico que se observa, a dispersão dos arranha céus, que imprimem uma faceta ao Rio, que denota progresso e grandeza.

Como proeminências que se assinalam pelos seus lumes, citaremos o *Pão do Açúcar,* com o seu elevador aéreo.

E, sobressaindo, como que numa visão de sonho apoteótico, aparece-nos, dominando tôda a capital Federal, lá no alto do Corcovado, iluminado por potentes projectores, a imagem grandiosa do Cristo Redentor.

Focada a largos traços, esta visão nocturna da capital do grande Império Brasileiro, uma noite perpassa, e um dia, uma manhã já rompe para nós, em águas do Estuário de Santos.

Apresenta-se-nos límpido, o céu da manhã de 18 de Janeiro de 938. Um sol acariciador, ilumina já, suavemente, as elevações montanhosas, como que nascidas das próprias águas oceânicas.

Outras elevações que seguem, e a entrada da grande baía e estuário de Santos se delínia e espraia.

O porto acostável de Santos é abordado, descrevendo-se um longo e verdadeiro zig-zag.

O fundo da baía apresenta-se-nos emoldurado, com as modernas e excelentes praias de Guarujá a um lado, e as Praia Grande, S. Vicente da Praia, José Menino e Gonzaga, a outro.

O cais, no seu conjunto, à-parte a série dos seus potentes e numerosos guindastes, não nos impressiona sobremaneira, carecendo de ser modernizado nas suas instalações. Porém, os armazens que o circundam, pelo seu elevadíssimo número e extensão em quilómetros que ocupam, dão-nos a ideia do extraordinário movimento e valor comercial, que representa êste entrepôsto do grande e rico Interland de S. Paulo.

A cidade, percorridas as suas rectilíneas artérias, apresenta-se-nos como importante centro comercial, que dá

Cidade de Santos

acesso a todos os produtos vindos do interior e que se escôam pelo seu porto.

A vida mundana de Santos, faz-se nas praias, onde chega a viação eléctrica e para onde convergem tôdas as atenções na hora que passa.

Reunem as praias de Santos, freqüentadas pelos Paulistas, como características inconfundíveis, a suavidade de declive para o mar, a sua grande extensão e profundidade, com piso de fina areia, não movediça, com notável coesão, qual outra Praia da Rocha, facto que permite a prática de jogos desportivos, tendo como característica máxima a predominância da bicicleta, que uma população de jovens, ultra-modernas, aproveita como exercício dos mais salutares, não descurando as corridas pedestres, que lhe dão destreza ... motivo de elegância! ...

É êste conjunto de Praias, cujos nomes já citámos, servido também por auto-omnibus, que circulam em ampla avenida marginal, ajardinada e arborizada.

Como pano de fundo, como *écran* dêste conjunto de Praias, vêem-se lá ao largo, em pleno oceano, morros proeminentes, aflorações graníticas arborizadas, que constituem no seu todo, um panorama interessante, cheio de frescura e beleza. Ladeando a avenida marginal, vêem-se casas modernas, de boa arquitectura portuguesa, com jardins e sebes vivas, a que não são estranhas as *boganwile* e trepadeiras similares às de Portugal, verificando-se também a existência de cedros, eucaliptos, mangueiras, arbustos e sub-arbustos, de adôrno.

Os extensíssimos aglomerados de casas, que constituem as várias praias, têm como tipo a casa-terrea, com rés-do-chão alto e bom pé direito.

Os alinhamentos são rectilíneos e os pavimentos são asfaltados.

Não é acentuadamente flutuante, a população dêstes centros da beira-mar, pois o usual é viver fóra do centro comercial de Santos, da cidade antiga. O Casino «Monserrate» servido por elevador, ocupa uma notável proeminência, donde se disfrutam todos os panoramas de Santos, cidade que, isenta de arranha-céus, ocupa uma ampla planície, mas não tem grandiosidade; faltam-lhe os motivos impressionantes.

Uma linha férrea, de via dupla, liga esta cidade do litoral, com S. Paulo, cidade do planalto.

Até à fralda da «Serra do Mar», é esta via ferro-carril ladeada numa extensão de cêrca de 30 quilómetros, por uma auto-estrada, que sobe depois a serra no mais interessante e íngreme zig-zag.

Pela via férrea, é a serra galgada, por cremalheira, dada a diferença de nível, entre a grande planície e estuário de Santos, e o cimo da serra, a uma altitude de cêrca de 700 m.

O panorama que se disfruta, olhando a cidade de Santos, do cimo da serra, ou da meia encosta, é surpreendente, desenrolando-se à nossa vista o emaranhado e caprichoso sistema hidrográfico da sua baía, com o seu porto e cais acostável, e a grande planície de culturas, nomeadamente plantações de bananeiras, cujos cachos verdarengos, se verifica serem exportados pelo porto, em grande escala.

Da meia encosta e cimo da serra, dois restaurants-bar, servem de miradouro, admirando-se dêste último a descida precipitada e impetuosa da água excedente da represa, que alimenta, na fralda da serra, a central eléctrica, que fornece para Santos e S. Paulo, a preço irrisório, tôda a luz

S. Paulo... Progressivo

e energia eléctrica. Observada de noite do mar alto a cidade e a serra, constata-se a iluminação profusa das praias, a do Casino Monserrate lá no alto do seu monte, a iluminação em zig-zag da estrada da «Serra do Mar», e a das condutas da água, em traçado rectilínio, de belos efeitos de óptica.

Galgada a serra, deixa-se o pavimento de cimento, para se entrar em estrada de *macadam,* que atravessa um extenso *plateau,* cujas depressões, foram transformadas numa série ininterrupta de lagôas, alimentadas por rios e riachos, a que o homem desviou os cursos, para abastecer a Central, que fornece a luz e a energia.

Percorrida no trajecto a povoação de São Bernardo, não tardamos a abordar o Ipiranga, com o seu monumento grandioso da Independência, os seus jardins e Museu Histórico ao cimo, em edifício magestoso.

Percorrem-se avenidas e entra-se no coração da capital do Estado de S. Paulo, com o seu movimento desusado, com os seus arranha-céus, com as suas avenidas, de encanto e grandeza admirável, como as dos Paulistas, com os seus bairros de milionários, cujas edificações surgem de entre a vegetação exuberante e notável e agradabilíssima policromia das suas flôres.

Os seus jardins, os seus parques, denotam grandeza e bom gôsto.

A vida na cidade é febril, e o formigueiro humano, desloca-se com um objectivo na mente, com a preocupação de um serviço, de um negócio em realização.

O Posto Zootécnico, com os seus edifícios para exposições periódicas de animais; os seus numerosos e variados pavilhões, simples e higiénicos, dispersos com notável bom gôsto através das encostas relvadas e floridas, por entre manchas ou tufos de vegetação arbórea ou arbustiva, dão ao visitante uma impressão agradabilíssima.

Os reprodutores equinos — pura raça inglesa, árabe e mangabala, — pecam por velhice ou gastamento, necessitando ser substituídos, indicando-nos o seu empastamento, falta de trabalho.

As famílias de caprinos, importadas recentemente da Holanda, que surpreendemos, recebendo banhos envolven-

tes, sob forma de chuva, de soluções antisépticas, em cabine própria, estão sofrendo as conseqüências da aclimatação.

A pequena vacaria modêlo, modernamente apetrechada, é povoada por touros e vacas holandesas, mungidas mecânicamente.

O seu aquário, possuidor de não elevado número de exemplares, é de linhas sóbrias e higiénica construção.

O seu Parque Zoológico, com a sua variada e numerosa colecção de cobras, constitue um estabelecimento *sui-generis,* onde se fabricam todos os soros anti-venenosos para o Brasil.

Os grandes frigoríficos, Armour e Continental, dêste rico Estado, ficam no Interior do seu Interland — situados junto aos rios Tieté e Pinheiro, respectivamente.

Os quartos dos novilhos Shorthon e Hereford e outras raças precoces, são transportados em vagons frigoríficos, dos estabelecimentos de origem para o Porto de Santos, onde é feito o transbordo, para rápidos via Londres, a que assistimos como técnico interessado, que regista as suas observações.

Apreciada a cidade de Santos sôbre o ponto de vista da sua extensão e movimento, ela é superior à nossa do Porto, mas àquela falta a beleza incomparável do rio Douro, e o património artístico da nossa segunda capital.

Montevideu

Ja se divisam no horizonte, nas extremidades longínquas, nas línguas de terra que localizam a capital do Uruguai, maciços arbóreos, de natureza para nós desconhecida, após dois dias e uma noite de viagem, desde a largada de Santos para Montevideu, que se aproxima.

Antes de entrarmos, nos seu porto, permitam-nos o fazermos um rápido resumo histórico do Uruguai:

Resenha Histórica

O território que ocupa actualmente a República do Uruguai, foi descoberto por Solis em 1510.

Como seu continuador vem Gaboto, que deu ao chamado *Mar Dulce,* o nome de *Rio de La Plata,* por julgar, segundo pesquisas dos indígenas, que continha êste metal.

Praia de Montevideu (Edificios)

Os portugueses, desejosos de estender os seus domínios, fundam, em terras do Uruguai, a cidade de Colónia, que deu motivo a repetidas lutas entre êles e os espanhois. Para impedir o avanço dos portugueses, o Governador Zabala, funda a cidade de Montevideu em 1726, que mais tarde foi tomada, bem como Buenos Aires, pelos ingleses, que pouco depois retiravam de La Plata, vencidos pelos nativos e espanhois.

Em 1816, aguerridas hostes lusitanas, invadem o Uruguai. Artigas, organiza uma desesperada resistência, de que nada valeu perante a imensa superioridade do exército português. Entretanto, solicita ajuda a Buenos Aires, que põe como condição, passar a parte ocidental a ser província argentina. Artigas, nobremente, recusou tal auxílio, a trôco da liberdade. Vencido, retirou-se para o destêrro, com a dor de saber a sua pátria em mãos de estranhos.

Pouco depois, o Brasil separava-se de Portugal, e o Uruguai passava com o nome de Província Cisplatina para o domínio daquele. Mas os orientais, não se conformavam com tal situação e, assim, organizam uma expedição libertadora, constituída de início por 33 homens, que deram começo a uma cruzada homérica. Partem em Abril de 1835, levando como lema na sua bandeira *liberdade ou morte.*

Com a derrota dos exércitos imperiais do Brasil, foi eleito, presidente da República do Uruguai, o general Rivera, esforçado paladino da sua independência.

Porto de Montevideu

Encontra-se circunscrito êste porto, por molhes artificiais, a uma pequena parte da ampla baía, cuja periferia forma um notável semi-círculo.

Afigura-se-nos tratar-se de um porto abrigado. O seu cais e o seu apetrechamento, constitue um conjunto muito bem delineado, sendo para nós o mais moderno e mais bem ordenado de todos os que temos visitado.

Para permitir, num menor espaço, a atracação de mais elevado número de vapores ao mesmo tempo, partem em sentido perpendicular ao cais principal, outros secundários, quais dentes poderosos, que oferecem duas faces aos navios que a êles vêm acostar.

A cidade encontra-se implantada em tôda a periferia da baía, mas o centro comercial por excelência, e mesmo a parte mais moderna, com os seus monumentos eqüestres ao Presidente Artigas, e ao fundador do Uruguai, estão localizados junto ao porto.

A pequena parte que vimos da cidade, circunvizinha do cais, é moderna nas suas construções, mas os seus arranha-céus, têm uma arquitectura menos sóbria do que os do Rio; as suas linhas fogem mais da forma rectangular, são mais aristocráticos. É nesta capital, que se encontra construido o mais alto arranha-céus de tôda a América do Sul, sendo de notável elegância arquitectónica.

A fisionomia de Montevideu, a «tez» da sua parte comercial, apresenta-se tisnada, a sua côr é macilenta, facto que deverá ter origem no fumo dos vapores que ali fundeiam constantemente, no pó do carvão que se desprende e projecta contra as paredes rugosas dos edifícios.

Montevideu, como centro de vida mundana é um meio pequeno, podendo dizer-se que da uma para as duas horas da manhã, a vida da cidade paralisa, para começar na manhã seguinte.

Constatámos que uma boa parte do transporte dos produtos, se realiza ainda por veículos hipomóveis, galeras e carroças, que distribuem muitas delas, leite

Montevideu — Trecho dum Lago

higienizado aos domicílios. São tiradas por cavalos de tipo ligeiro ao lado de animais de tipo Percheron, engatados, ordinàriamente emparelhados, verificando-se também a tracção feita pelo gado muar, mas sólidos e possantes animais. A hora matutina a que visitamos esta parte da cidade, não nos permitiu observá-la sôbre o seu aspecto de movimento, mas os eléctricos andam, com os auto-omnibus, par a par, em concorrência.

Veio visitar-nos a bordo, manhã cedo, o consul de Portugal em Montevideu, Ex.mo Sr. Francisco de Nápoles, tendo tido conhecimento da nossa viagem, por telegrama do Rio, para a Imprensa de Buenos Aires. Êste nosso representante diplomático, residente ali há mais de 20 anos, foi de uma grande amabilidade, prometendo-nos para o regresso, acompanhar-nos numa demorada digressão pela cidade e pelos parques, onde observámos lindas païsagens à beira dos lagos.

Esta providencial visita, foi por nós logo aproveitada, para solicitar, o colhermos, nos departamentos oficiais da Ganadaria, respostas ao inquérito a que já aludimos.

Uma bôa parte da população do Uruguai, informam-nos, preocupa-se especialmente com dois assuntos: Política e Foot-Ball — tendo já havido, por causa de determinado encontro dêste jogo, entre o Uruguai e a Argentina... um corte de relações diplomáticas!... Verifica-se, assim, quão grande é o entusiásmo, entre êstes povos, por tal desporto. Os uruguaios, que foram os campeões internacionais, parece terem cedido o lugar aos argentinos.

O rio de La Plata, constitue desde a sua foz até Buenos Aires, um verdadeiro estuário, um braço de mar, cuja largura na sua bôca oceânica, poderá ser computada em elevado número de milhas, conservando até ao porto artificial de Buenos Aires, uma largura que podemos classificar ainda de notabilíssima.

Á saída de Montevideu, a rota, na boca oceânica do Rio de La Plata, é muitíssimo balisada, durante um longo trajecto, possivelmente, em virtude de bancos de areia, que o mar projecta pelo estuário. A navegação é verdadeiramente extraordinária entre Montevideu e Buenos Aires, não se estando um só momento, sem cruzar com barcos de pequena cabotagem, além de muitos outros de longo curso.

Chegada a Buenos-Aires

O nosso transporte desce ainda com marcha apressada, o grandioso estuário do Rio de La Plata, de águas barrentas.

Lá num longínquo poente, de um fundo apoteótico, num contra luz indescritível e belo, o sol límpido da tarde, permite, ainda que a custo, descortinarmos já a silhueta bela, feérica e enorme, da grande capital federal da República Argentina.

Na sua planura absoluta, sobressáem aqui e além as chaminés das fábricas e edifícios altaneiros.

O quadro apresenta-se-nos já, em bem delineadas linhas, linhas de superfície, dada a ausência de elevações.

Á entrada, num recanto à esquerda, elevado número de pequenas e elegantes embarcações, pequenos hiates, lanchas automóveis, barcos de vela, num conjunto belo e harmonioso, constituem elementos de desporto de um Hiate Club de Pescadores!... No molhe que lhes fica sobranceiro, e que vamos contornando, num recinto arborizado, donde rescende frescura, uma brisa fresca, perpassa por entre uma assistência elegante e selecta, gente de bom tom, que procura à beira rio a frescura que êste lhes oferece, e aprecia os quadros vivos e movimentados do cais.

O *Alcantara* aguarda à esquerda, a nossa chegada para levantar ferro. São sete horas da tarde. Nove horas de viagem desde Montevideu. Dois possantes rebocadores, estão já de pressão máxima das suas caldeiras e cabos lançados àquele colossal e elegante transporte, que em movimento contínuo e acelerado, põe em contacto constantemente, à semelhança de outros transatlânticos, Londres e Buenos Aires.

Fazem-se a bordo as últimas despedidas. Está atracado o nosso transporte. Como primeira visita, aparece-nos o consul de Portugal, Ex.mo Sr. Carlos A. A. Cotelo, ilustre Conselheiro Comercial da Legação de Portugal. Procura-nos afanosamente, para nos dar as boas vindas, para nos apresentar cumprimentos.

Num requinte de gentileza, oferece-nos os seus serviços, e mostra-nos, não obstante não o termos prevenido da nossa chegada, que tudo estava preparado relativamente a

alojamentos. Uma tal amabilidade, permitiu-nos a nossa imediata, cómoda e definitiva instalação, na cidade *terminus* desta nossa viagem.

Cumpridas, rápida e fàcilmente as formalidades aduaneiras, entramos em contacto com a cidade, com os seus três milhões de habitantes!... O quadro apresenta-se-nos dinâmico, sentindo-nos como que perdidos, inadvertidamente arrastados, para o grande turbilhão do seu surpreendente movimento, iluminado por lumes poderosos e brilhantes.

É de estupefacção, a surpresa que nos causa o efeito feérico dos reclamos luminosos, de alacres côres, que se estendem pelo espaço além, pelas rectilíneas artérias, que não têm fim, que não mais acabam!...

Sentimo-nos aturdidos, como que mergulhados na grande capital Federal, cosmopolita, insondável nas suas riquezas, nos seus mistérios, que procuraremos desvendar, ainda que oprimidos, perante os seus modernos arranha-céus, que olhamos... face voltada ao céu!...

... que olhamos... face voltada ao Céu

COMANDAR

ESBÔÇO DO CHEFE

(Continuação)

Pelo Major CARLOS ABRANTES

III — O papel do chefe

a) — INSTRUIR

Instruir é, em tempo de paz, o principal papel dos quadros.

HOJE, pelo princípio da Nação Armada, os exércitos contam com uma amálgama heterogénea, onde se encontram as mais variadas profissões, as mais diferentes psicologias, sistemas de educação, de princípios divergentes, por vezes até opostos, tornando-se necessário que esta multidão, — para que ela não constitua uma prêsa fácil para o adversário —, seja uniformizada por uma mesma educação; que a todos dê, uma mesma decisão, uma mesma perseverança, um mesmo entusiasmo e espírito de sacrifício, sem que os mais perfeitos materiais de nada valem.

Torna-se também necessário dar a todos e conforme o seu grau hierárquico um conhecimento perfeito e lógico de todos os princípios que regem as operações militares, desde as mais elementares às mais altas concepções estratégicas, e um não menos conhecimento racional dos materiais existentes e da sua aplicação.

Inspirar a vontade de vencer e ensinar os meios de o conseguir eis o fim da instrução, que tem como elementos essenciais, a instrução militar, a preparação física e a educação moral.

E porque, quem ministra tôda esta instrução, quem faz a educação militar de todos que passam pelas fileiras, são os quadros, — os chefes — resulta que do valor intelectual e moral dêstes, dependerá a boa instrução do exército e consequèntemente, a sua fôrça e coesão, isto é, a todo aquêle que desempenha as funções de chefe é-lhe tàcitamente imposto o dever de instruir, de ensinar, pelo que terá de saber o que tem de ensinar e como deve ensinar; em última análise tem de ser um educador.

Os processos pedagógicos, assentam em regras gerais, que exigem na sua aplicação um pouco de sentimento, que condimente a maior ou menor intensidade dos princípios a aplicar, e conforme os objectivos a alcançar e sobretudo tendo em vista os indivíduos a instruir e o meio em que vivem.

Os objectivos a alcançar, no nosso caso, sintetizam-se dizendo que *a preparação para a guerra é o fim único de tôda a instrução.* A instrução militar tem por fim essencial criar nos combatentes *reflexas*, que os levem a executar instintivamente, no meio emotivo do combate, o que aprenderam em tempo de paz. Estas reflexas, são até certo ponto de carácter físico nos soldados e revestem nos quadros um carácter intelectual mais acentuado, dando uma certa margem à iniciativa.

Da análise dos indivíduos a instruir e do seu meio e aplicada à gente portuguesa, conclue Salazar dizendo:

...«Pesa conjuntamente com êsses defeitos uma educação viciosa, que nos não dá o rendimento preciso. O processo desta está feito e são por demais conhecidas as críticas dos nossos raros educadores. Em resumo pode dizer-se o se-

guinte: do físico, do animal, sede das faculdades humanas que pode equilibrar ou desiquilibrar estas, esterilizá-las ou deixá-las produzir, quási não temos cuidado; da vontade, motor mola real da máquina viva que é o homem, não nos temos preocupado nada; quanto à inteligência, procuramos forçando a memória, enchê-la de noções feitas, umas verdadeiras outras falsas, desenvolvemos a cultura à custa da investigação, a passividade do espírito à custa da iniciativa».

É realmente notória a maneira como nos são ensinadas as coisas. Desde as primeiras letras até à obtenção da almejada carta de curso, é à memória que nos é exigido o maior esfôrço, por vezes de uma maneira violenta e desanimadora. Lições enormes, assuntos áridos precedidos de uma longa história progressa, uma ausência quási absoluta da aplicação prática das teorias dificilmente digeridas, devido à falta de tempo, para a média dos alunos ou instruendos; juntemos a isto a falta de bons compêndios, que numa linguagem clara, precisa e concisa, concretizem as ideias a adquirir, a fixar, a digerir.

Já, ao iniciarmos estas linhas, dissemos que para aprender é condição indispensável compreender; é ao instrutor, que compete facilitar a compreensão daquilo que se ensina, pois se assim não fôsse necessário, bastaria muito simplesmente decorar os tratados, tornando-se dispensáveis os mestres.

São êstes, que com o seu saber, adquirido numa cuidada preparação e numa prática mais ou menos longa, desbravam o terreno que tem de ser calcurriado, pelos que estão a aprender, ganhando-se assim tempo e facilitando o progresso.

Não percamos tempo com grandes deduções científicas, pois na nossa profissão, interessa mais e sobretudo adquirir e conservar o sentimento do momento oportuno, daquêle instante fugitivo, que se sente e não se explica, adquirir o hábito de *actuar sempre* nas mais variadíssimas circunstâncias, que nos levam por vezes a actuar da mesma maneira em condições opostas. Sejamos modestos mas exigentes nos fins a atingir.

Como conclusão do quadro que anteriormente expuzemos, Salazar indica os objectivos a conseguir, os fins a atin-

gir, para modificarmos a nossa educação, e conseqüentemente o valor da nossa colectividade, da nossa nacionalidade:

...«Podemos contentar-nos com o seguinte: que em vez de atletas ou raquíticos nos dêem simplesmente homens sádios; que em vez de tímidos, interesseiros, agitados, nos dêem homens de vontade recta, calma, paciente e tenaz e que no domínio da inteligência, o saber seja apenas uma indefinida, inesgotável capacidade de estudar e descobrir as coisas novas que ainda não vêm nos livros».

Para exercer a função de instruir, o chefe tem de saber ensinar e para isto tem de saber:

1.º O que deve ensinar;
2.º Como deve ensinar.

Ao iniciarmos qualquer tarefa torna-se necessário que procedamos como o pombo correio, quando é largado da gaiola, que antes de se lançar na rota, sobe, dá umas voltas indeciso, procura orientar-se e sacudir o torpôr da inação, para depois, seguro da direcção, iniciar a marcha.

Êste trabalho preliminar, permite que ao desempenharmos a função de instrutor não o façamos, sem termos prèviamente fixado bem nitidamente no nosso espírito aquilo que desejamos transmitir, fazer compreender e fixar aos outros, pois de contrário o trabalho será perdido por falta de método e com prejuízo de perda de tempo, aplicado em cousas inúteis para o fim em vista, o que se reflete nos instruendos com um excesso de trabalho desnecessário e fatigante.

Sendo o exército destinado a fazer a guerra, terá portanto em tempo de paz, de orientar tôda a sua preparação de maneira a que todos estejam preparados para executar o combate. Portanto tudo que se deve ensinar, tôda a instrução a ministrar, deve ser orientada e conduzida, para colocar o indivíduo nas melhores condições de fazer a guerra, de combater, despresando tôdas aquelas coisas inúteis, supérfluas e desnecessárias sendo assim qualificadas tôdas aquelas que não obedecerem àquela orientação.

Ensinar, instruir é antes de tudo fazer compreender, é explicar, dando sempre o «porquê», o motivo de tudo que se expõe. É êste «porquê» que todo o chefe, que todo o instrutor, deve impôr a si próprio ao fazer a sua preparação; êste simples «porquê» é a chave do mecanismo do estudo, porque obriga ao raciocínio e à reflexão e porque dá a explicação, aliviando assim a memória, que bem precisamos dela para muitas outras coisas.

Esta mesma orientação deve seguir o instrutor para com o instruendo, mas tendo aquêle em conta, que não deve dar a êste, pronta e imediatamente a explicação de tudo, pois desta maneira não será cultivado o poder de raciocínio do instruendo, mas sim um pouco a sua memória. O verdadeiro ensino, para que seja aproveitável, deve ser feito de maneira a levar o instruendo, insensìvelmente, a dar a explicação, o «porquê» da pregunta em questão; o instrutor, por uma série de preguntas bem conduzidas, deve procurar conseguir que o instruendo encontre, êle próprio a solução; assim não estará inerte, perante o raciocínio do instrutor, estará atento e irá refletindo.

Além de se saber exprimir, de se fazer compreender e de saber explicar, é sobretudo necessário, que o instrutor saiba exemplificar.

O mostrar como as coisas se fazem, poupa muito tempo e longos discursos, exigindo que o instrutor seja um executante perfeito, razão porque, todo o chefe deve ser na maior extensão do termo um modêlo vivo; a parte da instrução que diz respeito, à correcção de atitudes e de uniformes, à disciplina e às manifestações de moral, como carácter, lealdade, coragem, etc., etc., só com a exemplificação permanente e constante dos chefes, pode ser ministrada.

Deve o instrutor procurar amenisar a instrução, tornando-a atraente e agradável em vez de ser um fardo, incómodo de suportar.

Para ensinar é preciso repetir e isto exige uma paciência e uma perseverança, que por vezes se torna pouco atraente; devemos lembrarmo-nos nesses momentos, das dificuldades que tivemos e sentimos, quando aprendiamos.

Todo o chefe deve ser um psicólogo e lembrar-se que cada indivíduo tem a sua personalidade; enquanto um é

inteligente, e compreende depressa, outro é bastante fraco de espírito e precisa de ser incitado; um é trabalhador, outro será preguiçoso. Pertence ao chefe, ao instrutor, apreciar devidamente todos estes dados, fazer vibrar a corda sensível, actuando nuns pela emulação e pelo amor próprio e noutros pela fôrça e pela punição.

Esta diferença de tratamento, exige uma maleabilidade de actuação, que se pode adquirir fàcilmente, se se tem interêsse, se se tem crença pela sua profissão.

b) — COMANDAR

André Gavet no seu magistral e sempre actualizado livro *L'Art de comander*, faz no início a seguinte afirmação:

A arte de comandar é a arte profissional do oficial.

Daqui conclue-se:

1.º O oficial — é todo aquêle que executa a profissão de comandar.

2.º A inaptidão para o comando é no oficial um vício redibitório absoluto, porque é precisamente exclusivo da sua função.

É deveras difícil encontrar um sinónimo que sintetise, que defina precisamente a função de comandar, tanto mais que êste termo aplica-se, infelizmente, a muitas acções diferentes.

Comanda-se à tropa uma determinada acção, uma manobra, uma marcha, e isto não só em campanha mas também em tempo de paz, como instrução.

Comanda-se uma unidade em tempo de paz, de maneira a instruí-la, a discipliná-la, a dar-lhe e conservar-lhe todo o seu valor, o que é bem diferente do comando da mesma tropa debaixo de fogo, no assalto.

O chefe ordena certas coisas, ensina ou aconselha outras; comanda a sua unidade durante o combate; administra-a, instrue-a, governa-a sempre, sendo êste último termo talvez, o de maior aplicação, pois na realidade o chefe tem a seu

cargo tudo que diz respeito à sua tropa; direitos e deveres, serviço, ordem, conduta, moral, instrução, etc., etc., sendo necessário empregar meios diferentes, para estas diferentes acções do comando; a instrução não se consegue apenas por uma série de ordens e o valor não se obtem pela fôrça da repressão.

Governar, comandar uma unidade, é coisa singularmente difícil, ainda mais nos tempos correntes, é coisa que poucos conseguem duma maneira francamente satisfatória; será necessário que o chefe tenha uma noção exacta da função de comandar, que tenha uma visão bastante nítida do fim a atingir; ter igualmente a fôrça moral necessária, para marchar direito àquêle fim, vencendo todos os obstáculos, e que seja possuidor ainda, de qualquer coisa que o excite a consagrar tôdas as suas fôrças à sua obra, quere dizer: deverá ser *Inteligente,* ter *Carácter* e *Devoção.*

Sendo a tropa uma organização destinada a agir, ela será então uma fôrça que só actuará, quando posta em movimento, isto é, quando comandada; comandar será então actuar. É esta a razão porque se diz, que de tôdas as faltas que um chefe pode cometer, a mais infamante, a que mancha a sua honra, é a inacção.

O exército tem como razão de ser e por função, a guerra, o que constitue um dever para com a Nação, pelo que assegurar aquela função, será para nós um dever. Êste dever num sentido, numa direcção é *Comando* e pela mesma razão se é tomado noutro sentido, é *obediência;* comandar e obedecer são manifestações desiguais em conseqüências, mas idênticas na origem; há tanta obrigação em obedecer, como em comandar, pois não são mais do que manifestações diferentes dum mesmo dever comum, em conseqüência da estrutura orgânica do exército.

Na nossa profissão o nosso valor é medido não pelo pêso dos galões, não pela nossa função, mas sim pela maneira como a desempenhamos. A arte de mandar, a arte de conduzir homens, não é hoje mais do que uma arte de ganhar vontades, e que se regula por dois princípios, cujo equilíbrio, embora difícil, deve-se procurar obter: *ser firme* e *ser benevolente.* É preciso ter-se afeição pelos que dirigimos, pelos

que comandamos, mas, sem lhes dizer... sem nunca lhes dizer.

Não são os galões dos diferentes postos que fazem com que a obediência seja decisiva, visto que o comando e obediência não são mais do que manifestações diferentes dum mesmo dever comum; o comando por um lado, a obediência por outro, são coisas impessoais, visto que não somos mais do que os representantes bem efémeros, dos direitos e deveres do grau que ocupamos.

Entre o superior que fala e o inferior que escuta há sempre uma terceira pessoa, um intermediário invisível, que vulgarmente se chama **Serviço** e que é o dever militar, que se reparte e se subdivide por homens de diferentes graduações que actuam debaixo duma mesma impressão moral comum.

Sendo assim, o chefe, deverá procurar conseguir a abstracção quási completa da sua pessoa no desempenho da sua função, tendo como guia, o princípio absoluto da igualdade de todos perante o dever comum, dever que se impõe com igual rigor nos diferentes graus hierárquicos, e nunca pensar que a categoria do lugar que ocupa, faz dêle um ser à-parte, colocado num trono, ao qual o dever não se atreveria a lá chegar. A igualdade perante o dever é uma das leis essenciais do exército; o chefe não pode prejudicar o serviço em proveito de ninguém e todos para êle devem ser iguais perante o cumprimento dêsse dever. A autoridade que nos é dada, seria falseada, se a empregássemos como um meio de distribuir favores.

E eis porque sendo o comando um acto impessoal, são completamente inadmissíveis, no desempenho dessa função, as atitudes arrogantes e a procura da popularidade. Que entre o chefe e os seus subordinados, pela fôrça do tempo, pelo valor de ambos, pelo mesmo interêsse, se estabeleça uma afeição recíproca, mais íntima, mais expansiva do que aquela que é exigida pelos nossos regulamentos, é natural, é bom e é mesmo para desejar, mas nunca deve constituir um objectivo a procurar alcançar. Os sentimentos nascem involuntàriamente por si, se o meio é propício, mas nunca poderão obrigatòriamente ser alcançados ou procurados, por processos mais ou menos artificiais, baseados numa captação facciosa.

Como se comandará?

Julgo não ser possível regrar as condições necessárias à acção do comando, porque... comanda-se à nossa maneira, comanda-se com o nosso temperamento, com o nosso coração que... também tem as suas razões.

Comandar, dizia o Marechal Foch, não é nada; o que é preciso é compreender o melhor possível aquêles que nos rodeiam e fazer com que êles nos compreendam bem.

Conseguir que nos compreendamos bem é todo o segrêdo da vida.

Comandar é ter o tacto e o bom senso suficiente para lidar com inferiores que se deve desejar que sejam enérgicos, cheios de vontade, de coragem e de bravura, que sejam uma espécie de armas cortantes que exigem cuidado tanto para as manejar como para as conservar.

Comandar é conseguir que os seus subordinados concorram com tôdas as suas fôrças para a obra comum, dando-lhes parte na acção, à qual êles têm direito; o chefe deve fixar o fim a atingir, dando ao subordinado a liberdade da escolha dos meios, com a condição de atingir o fim que lhe foi marcado.

Comandar é actuar, é agir, é ter iniciativa, isto é, é exercer livremente a sua actividade no quadro da ordem recebida, é tomar tôdas as disposições, que o chefe por qualquer razão não fixou.

Não podemos pensar em comandar os outros antes de sabermos comandar-nos a nós mesmos, antes de sabermos guardar em tôdas as circunstâncias a nossa fôrça de caracter e o nosso sangue-frio; para obter obediência, é preciso antes de tudo saber obedecer.

Como chefes, como graduados, temos simultaneamente de comandar e de obedecer, e em qualquer destas circunstâncias cumprimos sempre o nosso dever militar, o nosso dever nacional.

Devemos compreender bem a diferença que há entre a subordinação resultante das prerogativas da graduação e a obediência consciente obtida pelos chefes, cheios de probidade, de bom senso, de franqueza, de inteligência, de coragem e de caracter, que os torna dignos de *Comandar*.

c) — ARRASTAR

Vimos que para instruir, o chefe deve possuir qualidades de inteligência, de ordem e de método; o comandar implica previsão, clareza de espírito, um conhecimento profundo dos homens, tacto e ponderação. Tôdas estas qualidades se tornam inúteis se no inferno de fôgo e do sofrimento o chefe não possuir uma inquebrantável fôrça de carácter, um coração bem temperado e se não estiver fanatizado por um grande espírito de abnegação e de sacrifício.

Nos duros transes do combate todo o homem mais ou menos deprimido, sente tremer a sua fraca carcassa, sente o mêdo, que é uma das manifestações de instinto de conservação, que é uma protecção contra a morte, que é um sentimento nato que todos possuímos. Ney, o bravo dos bravos, disse que era três vezes farçante, aquêle que se vangloriava de nunca ter sentido o mêdo.

Mêdo e cobardia são coisas muito diferentes; pode-se ser um bravo e ter mêdo. A cobardia, escreveu Ernest Legouvé, é o mêdo consentido; a coragem é o mêdo vencido.

Ora os chefes são homens como os outros, amassados com o mesmo barro, mas não têm o direito de se mostrarem insignificantes ou comovidos na presença do inimigo. Devem, a-pesar dos tremores do seu corpo, conservar a cabeça fria e o espírito lúcido, para poderem prever, dar ordens e verificarem a respectiva execução. Devem conservarem-se senhores dos seus pensamentos e dos seus actos, para bem poderem desempenhar o seu papel de condutor de homens, para poderem contagiar com o seu moral a tropa que comandam, para *arrastarem* os corações dos que fraquejam; e, para *arrastar,* necessário se torna que o chefe tenha os seus homens na sua mão de maneira que os mova, como se fôssem um só homem, que se apodere da vontade dêles para a transformar numa só, a sua; é necessário que a sua tropa faça corpo com êle, que o seu pensamento seja o da tropa, e a sua confiança seja a que êle inspire, e esta seja tal, que baste a sua presença para tranquilizar o soldado.

Como sempre, o chefe terá no combate, que dar o exemplo, para o que deve contar em si com uma fôrça de carácter,

para que na sua cara e nas suas atitudes, êle nunca manifeste o seu sofrimento e as suas preocupações, de maneira a poder trair o que lhe vai na alma.

É assim que êle desempenhará a sua tarefa mais delicada, o seu primeiro dever, e que é, manter no mais alto grau o moral da sua tropa através de todos os precalços.

O chefe deve ter sempre a idéa do valor da sua presença e que ela é condição indispensável, se deseja arrastar a sua tropa. A influência da presença de um corpo sôbre um pensamento é por assim dizer o lastro que faz avultar o valor subjectivo da idéa.

Todos os homens de negócio, falam na diferença dos resultados obtidos com uma visita ou por meio de uma carta; esta comunica integralmente o conteúdo do pensamento, mas o certo é que deixa evaporar aquilo que o som da voz, a centelha do olhar revelam. Não se consegue por vezes dizer aquilo que se sente.

O chefe deve possuir aquela calma que é conseqüência do somatório das suas qualidades, que lhe permitam ter confiança em si; deve ter nos momentos críticos aquêle sangue frio comparável com a atitude do gato, que atacado por um cão, consegue conservá-lo a distância fixando o seu irreconciliável inimigo apenas com o seu olhar.

Se num teatro ou num navio a arder, um grande homem de vontade firme e de voz forte, domina a multidão, anima os que lhe estão perto, dá ordens e disciplina as torrentes, é possível que as conseqüências sejam bem menores do que, se a mesma multidão, não tiver um condutor, que se lhe imponha, que lhe dê as ordens, que a comande, um chefe que com a sua presença e com as suas decisões enérgicas, ajunte aquela ordem muda, que é o *exemplo*.

Nos momentos difíceis o chefe deverá ser como aquêles «chauffeurs», que nas encruzilhadas, pela sua vontade firme marcam uma direcção e conservam-na, enquanto os outros prudentemente se alinham dando-lhe logar.

A hesitação nestes casos é cem vezes mais perigosa do que a audácia.

Se a figura do chefe é quási sempre observada, ela será certamente prescutada nos momentos de crise, tornando-se necessário que o chefe não permita a leitura das páginas mais

íntimas da sua alma, senão quando êle o quiser e achar até conveniente.

Não nos devemos esquecer que não é fácil, para não dizer impossível, ocultar as nossas fraquezas ao soldado; êle conhece-nos melhor do que nós a nós mesmos, devendo portanto empregar o nosso tempo em corrigir as nossas deficiências e não em pretender ocultá-las.

Para se conseguir alcançar os objectivos expostos terá de se fazer a educação da coragem, que em tempo de paz se poderá até certo ponto fazer, educando a vontade.

Os chefes, considerando a sua missão, a sua educação moral superior, as circunstâncias em que se móvem, são indesculpáveis se não conseguem reagir contra a sua emoção e vencê-la. Devem procurar esta vitoria, para o que é condição indispensável, *querê-la* e *criá-la* por si mesmo, para o que, como base de partida, devem procurar fazer o seu próprio conhecimento, conhecer todos os seus defeitos, todos os seus desfalecimentos e recusá-los; reconstruir-se tal como se deseja, lentamente, porque um amontoado de esforços minúsculos, faz grandes edifícios. Deve ter sempre bem presente que o acidente virá no momento mais imprevisto e que para se estar sempre pronto, é necessário criar boas reflexas, actuar sempre, trabalhar constantemente no sentido de se preparar para o imprevisto.

Ter as suas reflexas educadas de modo que nos períodos de crise tire os melhores rendimentos dos seus conhecimentos; ter a energia, a fôrça de vontade para actuar e ter moral para poder encarar com calma e sangue frio as dificuldades, moral que deve sobrar ainda para arrastar a sua tropa; êste conjunto de atributos podem apresentar-se em síntese, dizendo que o chefe tem de ser valente.

Valente mas não «*têzo*» como dizia o comandante Ferreira do Amaral.

Daqui resulta a necessidade, a obrigação para o chefe de se treinar a domar os seus nervos, de resistir às paixões, de desenvolver ao máximo o seu poder de «*querer*» para o aplicar na obtenção mais perfeita possível do fim a atingir, de se violentar — passe o termo — contrariando tôdas aquelas cómodas tendências que o convidam capciosamente a afas-

tar-se do fim em vista e que em definitivo será colocar-se de maneira a domar, a vencer o mêdo, visto que a coragem não é conferida ao chefe em virtude de uma promoção. É para obter esta faculdade de poder querer, de se domar, que é aconselhada a prática dos desportos mais ou menos perigosos, tais como a equitação, o automobilismo, a aviação, que dão aos indivíduos o gôsto, o prazer de brincar com o perigo e de provocar reacções corajosas e eficazes.

O estudo da vida dos grandes chefes e em particular o exame das suas qualidades pròpriamente morais, de vontade e de ascendente, que caracterizam os condutores de homens, quer êles sejam civis ou militares, dar-nos-há a resposta a tôdas as preguntas que o nosso espírito poderá formular na ânsia natural — e para desejar — de querer dar à nossa alma aquela têmpera que faz com que o caracter sem inteligência, valha mais que a inteligência sem carácter.

Resumindo tôdas estas considerações, temos que para se ser um chefe é preciso educar a vontade, treinar o «querer», para se ser senhor de si mesmo e pilotar-se de verdade em tôdas as emergências da vida; é preciso lutar contra o comodismo e contra tôdas as más paixões; é necessário e a todo o custo desenvolver a sua cultura geral, base da educação moral e do prestigio; procurar não perder tôdas as ocasiões, em que possa pôr à prova a sua coragem e habituar-se a ter prazer em confraternizar com o perigo.

Ser chefe é ter fôrça moral, ter vontade, ter falsa dureza, ter aparente insensibilidade para disciplinar. Procurar imitar estas qualidades, mas ficar-se numa severidade simplesmente formal e espectaculosa, ser rispido, dar ordens gritadas e repercussões intempestivas é criar uma armadura de papelão que ninguém respeita, que a ninguém intimida; querer ser uma boa pessoa, anciosa de ternura e de companheirismo, fugir às dificuldades torneando-as, incapaz de as abordar cara a cara, tudo isto poderá por vezes parecer ser prático ou útil, mas em última análise é ser... cobarde.

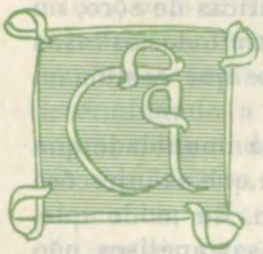
E para terminar estas já longas considerações e tanto mais longas quanto é certo que foram expostas sem a elevação e o estilo que a matéria requeria e que ao apresentá-las

outro objectivo não houve que não fôsse agitar um assunto que me parece ter direito não só à atenção de todos, mas ainda que outros a êle se dediquem e o apresentem com o brilho e o valor de que êle é merecedor; e para terminar, diziamos nós, lançamos mão de uma das muitas e expressivas proclamações de Napoleão:

— *Oficiais, deveis antes de tudo e acima de tudo, saber conservar na mão a vossa gente; proceder de maneira que os vossos homens não conheçam outra voz que não seja a vossa, outra vontade que não seja a vossa vontade; que em tôdas as circunstâncias difíceis, os seus olhos e os seus pensamentos se voltem instintivamente para vós, para que vós decideis o que há a fazer, para que vós, os arrasteis. Então formareis com êles, um corpo com uma só alma.*

A PROFILAXIA DO TÉTANO

pelo Tenente-médico LUIZ MACIAS TEIXEIRA



Profilaxia do Tétano, é um problema que tem causado discussões no meio médico e apreciáveis sensaborias no meio militar.

Todos sabemos a relutância com que o nosso soldado e o nosso oficial se submetem a receber as injecções de sôro anti-tetânico...

Essa relutância, por assim dizer instinctiva, tem a sua justificação...

Não é apenas o mêdo duma crise de urticária, mais ou menos incómoda, e mais ou menos passageira; é também a noção — consciente nuns, quási consciente ou sub-consciente noutros — de que uma substância, como o sôro, capaz de provocar tais acidentes de uma maneira quási imprevista, pode ser também capaz de provocar outros mais graves e igualmente imprevizíveis.

E de facto, além das crises séricas que se traduzem em simples urticárias, a literatura médica regista outros acidentes mais graves e que, nem por serem extremamente raros, deixam de existir e de causar dano.

Muitos dêles, é certo, devem ser atribuidos a êrros cometidos na aplicação da injecção do sôro anti-tetânico; mas um grande número dêles deve reconhecer por causa o próprio sôro...

As paralisias, sôbretudo as dos membros superiores, de tão demorada evolução, e que, depois de retrocederem, deixam ainda atrofias musculares notáveis; as simples nevrites, contrastando com as formas poli-nevríticas, pseudo-tabéticas; as dores articulares, as crises de vómitos, de diarreia, etc., as localizações raras de orquite, de pleurisia de hepa-

tite, e de édema pulmonar etc., de origem sérica; os casos de morte por anafilaxia, consecutiva a uma injecção de sôro ant-tetânico, um dos quais citado recentemente por Mazel e Guilleminet nos *Anais de Medicina Legal* de Lyon (Nov.º e Dez.º de 1939) sem que uma prévia injecção de qualquer sôro viesse explicar a preparação do terreno; todos estes são acidentes que nos obrigam a meditar, e justificativos dos receios de muitas pessoas.

Mas não são apenas estes factos que vêm impôr uma revisão do problema das injecções sistemáticas de sôro, ou dizendo melhor, de sôro-terápia preventiva em todos os casos de ferida provocada por acidentes, como os que costumam dar-se na instrução eqüestre.

A própria actividade do sôro, a própria imunidade que êle pode produzir, vai diminuindo à medida que as injecções se vão multiplicando no mesmo indivíduo, de modo que, chega uma ocasião em que as mais minuciosas análises, não conseguem dosear no sangue, quantidades de corpos imunizantes capazes de se opôr ao desenvolvimento de uma infecção tetânica.

Se os 10 ou os 20 cent. cub. de sôro são suficientes para uma primeira ou uma segunda injecção, deixam de o ser para uma terceira ou uma quarta.

Parece que o organismo adquire uma propriedade de eliminar ràpidamente as anti-toxinas que lhe são fornecidas por estes processos de imunização passiva, e que essa rapidez de eliminação cresce, não apenas com a repetição de injecções de sôro específico, mas até com as injecções de soros diferentes do anti-tetânico.

Por outro lado temos de verificar que a acção imunizante do sôro é de curta duração, e que no decurso da Grande Guerra, surgiram casos de tétano cêrca de três meses depois da ferida ter sido produzida...

Autores como Lumière, Bruce, Bazy, Loermitte, etc., citam casos de tétanos post-séricos, sobrevindo em indivíduos que sofreram mais do que uma injecção.

Em 1931, a Academia Francesa de Medicina julgou conveniente ocupar-se do assunto, procurando responder às preguntas do Professor Hartmann, que desejava poder precisar bem os casos em que a injecção de sôro estaria abso-

lutamente indicada, e aquêles em que a sua indicação não fôsse formal e em que a responsabilidade dos médicos não podesse ser levada aos tribunais.

A comissão da Academia, tendo por relator o Professor Gosset, terminou por dar simples pareceres sôbre o assunto, e que estão muito longe de constituir regras imperativas.

Mas hoje a situação mudou.

Os trabalhos de Ramon sôbre as anatoxinas, a descoberta da anatoxina tetânica e das vacinas simples ou associadas, veio abrir novos horizontes à profilaxia do tétano, e permitiu resolver o problema.

Muito bem o reconheceu o nosso Ministério da Guerra, determinando a obrigatoriedade da vacinação anti-tetânica mixta, e seguindo neste caminho outros países, tais como os Estados Unidos, a República Argentina, a China, o Japão, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra, a U. R. S. S., a Dinamarca, etc., países estes onde a prática das vacinações anti-tetânicas tem sido feita com óptimos resultados.

Depois de aturados trabalhos e de terem verificado que o homem não tem, para o bacilo do tétano, uma imunidade natural como pode ter para outros micróbios, Ramon, em colaboração com Laffaille, conseguiu despertar nos animais uma imunização anti-tetânica activa, por injecção da sua anatoxina.

Desde 1924 para cá, os estudos de aperfeiçoamento têm prosseguido sem descanço ou desfalecimento.

Em breve foram determinadas as condições biológicas da vacinação anti-tetânica no homem e nos animais, e bem assim o número, o volume e o intervalo que deveria separar a aplicação de cada dose.

Em 1926, Ramon e Zoeller (da Escola de Medicina Militar de Val de Grace) observaram que o mecanismo da imunização activa pela vacina, era bem diferente e inverso do que o verificado com as injecções de sôro-anti-tetânico.

Quando se tratava da imunização pela anatoxina, a repetição de doses com intervalos de tempo apreciáveis, aumentava a imunidade produzida, ao passo que, com o sôro, a repetição das doses diminuia mais e mais a intensidade e a duração da imunidade conferida pela primeira injecção.

Verificaram ainda que a repetição de doses vacinantes, feita a longos intervalos, vinha despertar e acrescer o grau de imunização dos indivíduos anteriormente vacinados, e nos quais a quantidade de anti-corpos houvesse diminuído.

Mas isto tudo, ainda não chegava... Era também necessário saber qual a duração desta imunidade, ou dizendo melhor, qual o período de efeito útil e eficaz desta vacina.

Examinando indivíduos vacinados cinco, sete e até nove anos antes, Ramon tem podido verificar a existência de uma quantidade notável de anti-toxina, quási sempre suficiente para assegurar a protecção do indivíduo contra uma inoculação tetânica.

Estudos mais recentes (1937) de Jones e James Moss, vieram ainda demonstrar que a imunização, obtida uma vez, podia ser aumentada muito tempo depois, por uma nova injecção chamada de *reactivação*.

Estes investigadores mostraram que a dose de anti-toxina, medida quatro semanas depois da injecção de reactivação, chegava a ser 55 vezes maior do que antes da injecção.

Uma injecção de reactivação dada cada 5 anos, parece ser suficiente para manter o organismo num estado de defeza perfeito.

Estes factos justificam bem as palavras de Ramon, quando afirma que «a imunidade gerada pela anatoxina tetânica é suficientemente durável para impôr êste método de vacinação, na profilaxia individual e na colectiva, do tétano».

«O valor da injecção de reactivação foi também verificado em militares anteriormente vacinados».

Ramon e Zoeller, retomando as experiências de Glenny, verificaram, em 1925, que certas substâncias, quando adicionadas, à vacina, aumentavam o valor anti-tóxico do sôro dos animais em que eram aplicadas.

Nasceu assim a ideia das vacinas associadas, uzando-se a anatoxina diftérica e a vacina anti-tífica, cuja associação se provou ser eficaz e reforçadora das acções imunizantes de cada uma delas tomada isoladamente.

Os ensaios desta vacina, feitos no Exército Francês, por determinação do General médico Rouvillois, e sob a direcção

do General médico Morvan, foram concludentes, e, em 15 de Agosto de 1936, uma lei tornava obrigatória a vacinação mixta, para o Exército de Terra, Mar e Ar.

Nesse mesmo ano, foram vacinados 400.000 homens.

Um ano antes já a Academia de Cirurgia tinha preconizado a adopção desta vacina mixta, não só para o Exército, mas ainda para as pessoas cuja profissão as expozesse particularmente à infecção tetânica (empregados ferroviários, etc.) e ainda para as crianças das escolas.

De facto, as pequenas reacções febris que estas vacinas ocasionam, e os pequenos incómodos que se lhe seguem, não são habitualmente maiores do que os observados com a simples vacina anti-variólica, e podem ser suportados pela criança, e até pela própria mulher grávida.

A vacina anti-tetânica pode também ser associada ao sôro. É o que deve fazer-se sempre que um indivíduo seja ferido sem que tenha sido prèviamente vacinado.

Chama-se a esta prática «vacinação anti-tetânica de urgência», na qual a vacinação activa, pela vacina, vem prolongar e reforçar a vacinação passiva pelo sôro.

A imunização pela vacina mixta, tanto como pela vacina simples, exige a aplicação de três doses, com três semanas de intervalo entre cada dose, embora alguns países tenham modificado esta regra, modificando ao mesmo tempo, a composição da vacina.

No nosso país usa-se apenas a vacinação mixta anti-tetânica, anti-tífica paratífica A. B.

Seja como fôr, o certo é que actualmente a prática das injecções vacinantes foi decretada no nosso Exército, e a aplicação das vacinas mixtas encontra-se inteiramente justificada e deve ser sistemàticamente seguida nos indivíduos e nas colectividades mais expostas à infecção tetânica.

A vacinação pela anatoxina tetânica, pelo processo das vacinas associadas, permite realizar nas melhores condições a profilaxia individual e colectiva do tétano, na espécie humana.

Que a Cavalaria Portuguesa possa continuar a beneficiar desta acertada determinação, são os votos que posso formular, e que, em breve, à vacinação anti-tetânica e anti-tífica A. B., possa juntar-se a anti-diftérica.

O Campeonato do Cavalo de Guerra de 1940

pelo Capitão CORREIA BARRENTO

A organização desta grande prova, falámos já detalhadamente nos dois últimos números da nossa Revista, limitando-nos, portanto agora, a fazer apenas, a descrição do último Campeonato, acompanhada de algumas apreciações que o decorrer da prova nos sugeriu.

Estavamos convencidos que o interesse pelo Campeonato iria aumentar, em virtude da remonta ùltimamente feita na Argentina, satisfazendo-nos muitíssimo, ver confirmada essa nossa previsão.

Como sabeis, o C. C. G. é uma prova bastante violenta e que exige, para ser feita em boas condições, uma grande e cuidadosa preparação do cavalo e do cavaleiro. É a prova modêlo do oficial de cavalaria, aquela a que todos devemos concorrer com interesse, aspirando, pelo menos, completá-la, o que só por si constitue já, sem dúvida, recompensa do trabalho que a sua preparação nos exigiu.

Os resultados do C. C. G. de 1940 foram, incontestàvelmente, muito satisfatórios: dos 39 cavalos inscritos — 16 na 1.ª serie e 23 na 2.ª — 31 completaram a prova, ou seja, apro-

ximadamente 80% dos inscritos. No exame feito aos cavalos, depois da prova de fundo, nenhum foi reprovado, facto que não podemos deixar de pôr em destaque, por êle nos demonstrar a boa preparação dos cavalos e a forma criteriosa como os seus cavaleiros, de uma maneira geral, os conduziram na prova. Neste campeonato, tomaram parte já 7 cavalos argentinos — vidé quadro, o nome seguido da letra (A) — dos quais, 3, cumpriram as velocidades exigidas na prova de fundo e um cumpriu a do cross e foi penalizado no steeple.

A melhor prova de fundo, pertenceu a um cavalo argentino e foi também um outro argentino, o animal mais beneficiado no steeple.

Em nossa opinião foi pois animadora a estreia dêstes cavalos, o que vem fortificar as esperanças que nêles puzémos e fazer-nos crer que, no Campeonato de 1941, muitos mais apareçam. Concorreram ao último Campeonato 5 oficiais milicianos facto que também notamos com prazer e que atesta da parte dêsses oficiais, incontestàvelmente, a nítida compreensão do espírito da Arma a que pertencem.

Não podemos também deixar de nos referir e com admiração, ao espírito desportivo de alguns concorrentes que, montando animais inferiores conseguiram, contudo, completar o Campeonato.

A nossa admiração, aliás bem merecida, por todos êstes oficiais não pode no entanto deixar de incidir especialmente no capitão sr. Ribeiro de Carvalho, que com um cavalo de péssimas qualidades conseguiu levar o Campeonato até final, montando em tôdas as provas com a alma dum alferes...

Camaradas de tal têmpera, honram-nos a nós cavaleiros, e não podemos deixar de ceder ao desejo de focar com entusiasmo a sua acção, para que sirva de exemplo e por ser de inteira justiça fazê-lo.

A par dêstes factos e dado o interesse com que observamos todos êstes assuntos, registamos, também, da parte de alguns concorrentes certas faltas, que os devem ter prejudicado. Abordando êste assunto, embora ao de leve, temos, apenas em vista, indicar a maneira de remediar êsses erros, servindo-nos para tal da nossa própria experiência.

Os cavalos apresentaram-se bem, de uma maneira geral, na prova de ensino, notando-se melhoria em relação aos anos anteriores.

Nas marchas de estrada, porém, notamos algumas velocidades demasiado rápidas; na segunda estrada foram atingidas velocidades de 300 m. p. m.!

Ora, esta velocidade só pode ser alcançada, à custa de esfôrço do animal, que vem já cansado da prova de cross e que deve aproveitar o andamento em que foi ritmado para normalizar a respiração, o que estamos certos, não será fácil suceder dentro desta marcha exagerada.

Além disso, o facto de terminar mais cedo a prova de estrada, só aumenta o intervalo entre o fim desta e o início da do steeple o que, quanto a nós, apenas trás desvantagem. Os músculos do animal tornam-se adormecidos, por ser demasiado o espaço do tempo de inacção e, para voltarem a adquirir as boas condições de trabalho, é necessário algum exercício, o que só se consegue, portanto, já dentro da prova de steeple.

Por êstes excessos e ainda por a certos animais se ter pedido mais do que as suas fôrças podiam dar, foram bastantes cavalos penalizados na prova de steeple, embora tenham a atenuante de a pista estar cada vez mais pesada e muitos concorrentes terem feito a prova debaixo duma chuva torrencial.

A prova de obstáculos teve explêndidos resultados e mostrou bem que os cavalos tinham ficado em bom estado depois da prova de fundo.

Foram vários os percursos limpos e não houve nenhuma desclassificação; só alguns cavalos foram penalizados pelo tempo mas... não seria culpa dos seus cavaleiros?...

Campeonato do Cavalo de Guerra

1940

N.º DOS CONCORRENTES	POSTOS	CAVALEIROS	UNIDADES	CAVALOS	SÉRIES	1.ª PROVA **Ensino**		2.ª PROVA — **Fundo**											3.ª PROVA **Obstáculos**		CLASSIFICAÇÃO POR SÉRIES		CLASSIFICAÇÃO GERAL
								1.ª ESTRADA		CROSS			2.ª ESTRADA		STEEPLE			PISTA RASA						
						Valorização	Penalização	Tempo	Penalização	Tempo	Penalização	Beneficiação	Tempo	Penalização	Tempo	Penalização	Beneficiação	Tempo	Penalização	Tempo	Penalização	1.ª	2.ª	
1	Ten.	Alves Carvalhosa . . .	G. N. R.	*Moulineux*	1.ª	266,5	133,5	m 28	❖	m s 16 21	❖	6	m 44	❖	m s 6 14 2/5	❖	6	m s 4 23	❖	m s 2 35	❖	3.º	❖	7.º
2	Alf.	Nascimento	E. P. C.	*Jallouze*	»	215,3	184,7	25	❖	15 48 3/5	❖	12	41	❖	6 22 4/5	❖	2	4 05 1/5	❖	2 50	10	7.º	❖	11.º
3	Cap.	Ivens Ferraz	R. C. 2	*Avante (A)*	»	209	191	25	❖	17 15 3/5	❖	❖	42	❖	6 10 1/5	❖	8	4 09 1/5	❖	2 46	❖	8.º	❖	12.º
4	Alf. Milic.	Castelo Branco	R. C. 2	*Ginasta (A)*	»	199,9	200,1	23	❖	20 53	647,5	❖	40	❖	7 06 1/5	62,5	❖	4 25	❖	2 45	10	15.º	❖	30.º
5	Alf.	Rabaça	G. N. R.	*Gendarme*	»	177,9	222,1	19	❖	18 02	52,5	❖	35	❖	6 44 2/5	❖	❖	3 30 3/5	❖	2 58	30	11.º	❖	23.º
6	Alf.	Furtado Leite	E. P. C.	*Julliene*	»	269,2	130,8	21	❖	16 08 3/5	❖	8	35	❖	6 51 1/5	25	❖	3 49 4/5	❖	2 43	❖	4.º	❖	8.º
7	Cap.	Oliveira Reis	R. C. 2	*Urdido (A)*	»	195,9	204,1	24	❖	17 10 2/5	❖	❖	42	❖	6 31 2/5	❖	❖	4 16 4/5	❖	3	20,5	9.º	❖	17.º
8	Alf.	Ramos	R. C. 2	*Upa (A)*	»	164	236	20	❖	18 04 3/5	52,5	❖	38	❖	6 49	12,5	❖	3 43 1/5	❖	2 54	20	13.º	❖	26.º
9	Cap.	Correia Barrento . . .	D. R.	*Barilizão (A)*	»	303	97	23	❖	15 38	❖	14	41	❖	6 25 2/5	❖	❖	3 57 3/5	❖	2 38	10	2.º	❖	5.º
10	Ten.	Reymão Nogueira . .	E. P. C.	*Ondit*	»	359,2	40,8	22	❖	17 08 3/5	❖	❖	38	❖	6 33 1/5	❖	❖	3 58 1/5	❖	2 45	❖	1.º	❖	1.º
11	Ten.	Costa Gomes	G. N. R.	*Malaguêta*	»	247,1	152,9	28	❖	17 14 1/5	❖	❖	40	❖	6 29	❖	❖	4 22 1/5	❖	2 25	10	5.º	❖	9.º
12	Alf.	Vasco Cordeiro	E. P. C.	*Dilly*	»	223,9	171,1	25	❖	15 31 3/5	❖	16	40	❖	6 46 3/5	12,5	❖	4 16 3/5	❖	2 43	❖	6.º	❖	10.º
13	Ten. Pic.	Gomes	R. C. 2	*Sol (A)*	»	241,2	158,8	21	❖	18 17 4/5	105	❖	38	❖	7 04	50	❖	3 36 4/5	❖	2 49	❖	12.º	❖	25.º
14	Ten. Pic.	Frazão	G. N. R.	*Vol au Vent*	»	329,4	70,6	20	❖	20 53	647,5	❖	36	❖	6 41	❖	❖	3 23 3/5	❖	2 59	❖	14.º	❖	28.º
16	Ten. Pic.	Ramos Toscano . . .	R. C. 5	*Feno (A)*	»	305	95	20	❖	16 12 1/5	❖	8	43	❖	7 25	112,5	❖	3 57	❖	3	40,5	10.º	❖	20.º
17	Ten.	António Spinola . . .	G. N. R.	*Urtigão*	2.ª	348,7	51,3	25	❖	16 44 1/5	❖	2	43	❖	7 45 2/5	162,5	❖	3 59 3/5	❖	2 53	❖	❖	8.º	16.º
18	Alf.	Martins Soares	R. C. 6	*Tordilho*	»	223,6	176,4	24	❖	17 39 4/5	❖	❖	40	❖	7 04 1/5	50	❖	4 05 4/5	❖	2 44	❖	❖	9.º	18.º
19	Cap.	Semedo	R. C. 8	*Tamboril*	»	272,8	127,2	21	❖	19 12 3/5	297	❖	40	❖	7 04 1/5	50	❖	4 09	❖	3 04	1	❖	14.º	27.º
20	Alf.	Marques Andrade . .	E. P. C.	*Cravo*	»	249,9	150,1	21	❖	17 37 3/5	❖	❖	42	❖	6 56 4/5	37,5	❖	4 15 1/5	❖	2 39	❖	❖	5.º	13.º
21	Ten.	Herminio Rosas . .	E. P. C.	*Solteirão*	»	367	33	20	❖	16 04	❖	10	40	❖	6 57 3/5	37,5	❖	3 57 1/5	❖	2 34	❖	❖	3.º	4.º
22	Ten.	Nicolau	R. C. 2	*Ureo*	»	265,2	134,8	19	❖	18 08	70	❖	35	❖	10 29 1/5	562,5	❖	5 49	❖	2 29	20	❖	15.º	29.º
25	Alf.	Banazol	R. C. 1	*Picanço*	»	297,3	102,7	19	❖	16 32 2/5	❖	4	39	❖	7 46 1/5	162,5	❖	3 49	❖	2 39	❖	❖	11.º	21.º
26	Alf.	Grave	R. C. 3	*Kissengo*	»	265,8	134,2	21	❖	17 24 1/5	❖	❖	34	❖	7 10 3/5	75	❖	3 41 2/5	❖	2 35	❖	❖	6.º	14.º
27	Cap.	Ribeiro de Carvalho .	R. C. 5	*Vádio*	»	262,7	137,3	21	❖	21 08	700	❖	41	❖	9 14 4/5	375	❖	7 12 1/5	70	2 38	30	❖	16.º	31.º
28	Alf.	Valadas Junior	R. C. 3	*Campino*	»	342,5	57,5	24	❖	16 10 3/5	❖	8	44	❖	6 41 4/5	❖	❖	3 51	❖	2 46	❖	❖	1.º	2.º
29	Alf. Milic.	Coelho da Silva . . .	R. C. 1	*Esquecida*	»	224	176	20	❖	15 45 1/5	❖	14	41	❖	7 18	87,5	❖	3 24	❖	3 12	33	❖	12.º	22.º
31	Alf. Milic.	Seara	R. C. 1	*Vizionária*	»	211	189	19	❖	15 50	❖	12	31	❖	7 00	50	❖	3 29 3/5	❖	3 08	2	❖	10.º	19.º
34	Ten.	Ramos	R. C. 1	*Havestia*	»	279,7	120,3	20	❖	17 39	❖	❖	36	❖	7 54 4/5	175	❖	3 53 4/5	❖	2 37	10	❖	13.º	24.º
37	Ten.	Botelho	G. N. R	*Unicante*	»	274,6	125,4	21	❖	15 59 1/5	❖	10	39	❖	6 37 4/5	❖	❖	3 35 1/5	❖	2 41	❖	❖	4.º	6.º
38	Ten.	Xavier	G. N. R.	*Fiónia*	»	289	111	19	❖	15 46 4/5	❖	12	35	❖	7 26 3/5	112,5	❖	4 05	❖	2 39	❖	❖	7.º	15.º
39	Ten.	Travassos Lopes . .	E. P. C.	*Sultão*	»	345,4	54,6	21	❖	15 55	❖	12	38	❖	6 47 4/5	12,5	❖	4 26 4/5	❖	2 32	❖	❖	2.º	3.º

TECA DO EXÉRCITO

Os oito prémios do Campeonato foram distribuídos conforme indica o quadro seguinte:

Classificação geral	Cavaleiros	Unidade	Cavalos	Coudelaria	Classificação por series		Pontos de penalização
					1.ª	2.ª	
1.º	Ten. Reimão Nogueira	E. P. C.	*Ondit*	Anglo-Arabe	1.º	—	40,8
2.º	Alf. Valadas Júnior	R. C. 3	*Campino*		—	1.º	49,5
3.º	Ten. Travassos Lopes	E. P. C.	*Sultão*	Freire	—	2.º	55,1
4.º	Ten. Hermínio Rosas	E. P. C.	*Solteirão*	Romão Robral	—	3.º	60,5
5.º	Cap. Correia Barrento	D. R.	*Barilizão*	Argentino	2.º	—	93
6.º	Ten. Carlos Botelho	G. N. R.	*Ulicante*		—	4.º	115,4
7.º	Ten. José Carvalhosa	G. N. R.	*Moulineux*		3.º	—	121,5
13.º	Alf. Mário Andrade	E. P. C.	*Cravo*	Silveira	—	5.º	187,6

Pensando na maneira de atenuar o inconveniente da preponderância da prova de ensino sôbre as restantes provas do campeonato alvitrámos substituir as penalizações e beneficiações do nosso regulamento pelas estabelecidas no regulamento do campeonato olímpico.

Aplicando porém aos resultados do C. C. G. de 1940 o R. C. O., fomos forçados a concluir que a prova de ensino, nem mesmo assim, perdia a sua preponderância.

Como a nossa opinião, faz parte da opinião geral, que a prova de fundo — especialmente o cross — é que deve decidir o resultado do campeonato, sugerimos a seguinte alteração no seu regulamento:

A prova de ensino será feita e valorizada como actualmente mas a classificação far-se-á segundo o estabelecido no quadro seguinte:

Valorização		Penalização
até 50 pontos	(muito mau)	300 pontos
» 100 »	(mau).	250 »
» 200 »	(regular)	100 »
» 300 »	(bom).	80 »
» 400 »	(muito bom)	60 »

Na prova de fundo e obstáculos aplicavamos as penalizações e beneficiações do R. C. O.

Pensamos que, com esta alteração. solucionamos o caso sem nas afastarmos do campeonato olímpico, prova que devemos acompanhar, para estarmos aptos a ela concorrer, caso tenhamos elementos para isso.

No número 5 da nossa revista publicámos o quadro com as penalizações e beneficiações do R. C. O.

A êste artigo juntamos também um quadro com os resultados do C. C. G. de 1940.

Ficam pois, os nossos leitores, com todos os elementos precisos para poderem apreciar as nossas opiniões e até nos emitirem as suas, o que nos seria muito agradável e mesmo de todo o interêsse para todos nós cavaleiros.

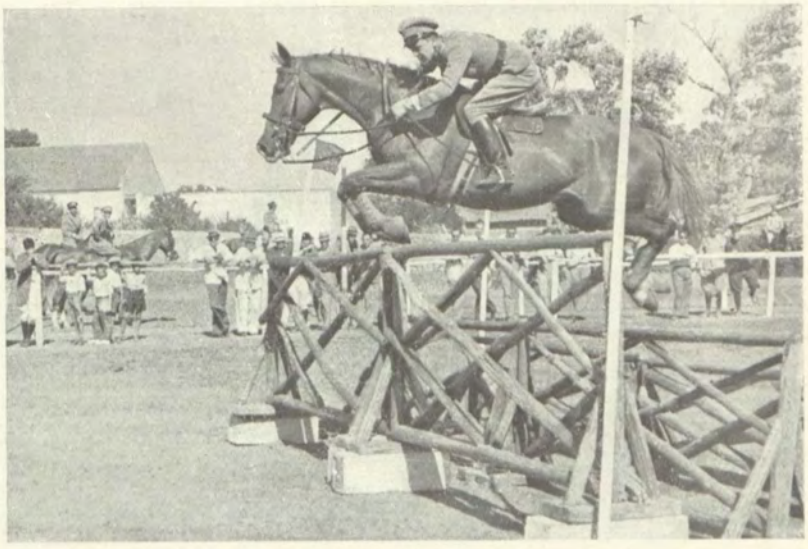
Campeonato do Cavalo de Guerra
(1940)

O Tenente Malheiro Reimão montando o cavalo Ondit *1.º classificado na 1.ª Serie, e vencedor do Campeonato do Cavalo de Guerra em 1940*

O Alferes Valadas Júnior, montando o cavalo Campino, *primeiro classificado na 2.ª Serie do Campeonato do Cavalo de Guerra em 1940*

Concurso Hípico de Cascais
(1940)

Willy Deffense, recebe das mãos de S. Ex.ª o Presidente da República, a Taça «Embaixador de S. M. Britânica»



O Capitão Correia Barrento montando o cavalo Magul *em que ganhou a Taça «G. N. R.»*

IV Concurso Hípico de Cascais

Crónica por P. R.

O campo do Parque da Gandarinha, em Cascais, realizaram-se nos dias 24 e 25 de Agosto as provas do IV Concurso Hípico de Cascais, promovido pela respectiva Sociedade de Propaganda e patrocinado pela Sociedade Hípica Portuguesa.

Assistiram às provas S. Ex.ª o Presidente da Rèpública, os Snrs. Embaixador de Inglaterra, Ministro do Comércio e Indústria, Generais Amilcar Mota e Ivens Ferraz, autoridades de Cascais e numeroso público que sôbretudo no segundo dia de provas enchia por completo o recinto.

Com êste Concurso — o 2.º do ano — parece estar terminada a época hípica de 1940 e assim aquêles que tiveram a «infelicidade» de adquirir pelos cavalos alguma querença, vêem esta cada vez mais estimulada... Entretanto, verifica-se que o entusiasmo e a «carolice» não é menor, como fàcilmente se vê pelo número de concorrentes que compareceram à chamada a êste Concurso.

Tôdas as provas foram muito bem disputadas; a organização boa, percursos fáceis — talvez demais, sôbretudo na «Omnium» e «Caça» —; a reparar apenas a já habitual irregularidade do piso do Campo e ainda a «violência» de os cavalos adquiridos pelo Estado para representação do País em provas internacionais, tomarem parte num concurso desta natureza, donde a «obrigação» que se apresenta para

muitos concorrentes, de continuarem a adquirir conhecimentos e a pagar inscrições, porquanto dispondo o Concurso, nas provas de inscrição geral, de 18 prémios pecuniários na sua totalidade, constata-se que 7 foram ganhos por tais cavalos, isto é, cêrca de 40 %.

Antes de descriminarmos os resultados dêste Concurso, fazemos votos para que a época não tivesse sido encerrada com êle e sim que a Sociedade Hípica Portuguesa, entidade a quem se deve tantos serviços prestados ao Hípismo e que por êle tanto tem pugnado, se abalance, à realização dum Concurso Hípico no Outono, satisfazendo desta forma a vontade de todos os cavaleiros que viram um ano de uma actividade hípica, tão limitada, por causas quási desconhecidas.

RESULTADOS

IV Concurso Hípico de Cascais

1.º Dia — Sábado, 24 de Setembro de 1940

I — Taça «Duque de Palmela»
(Omnium)

Concorrentes: 52 — Obstáculos: 12 — Saltos: 14 — Altura máxima: 1m,20 — Handicap.

Classificação	Prémios	CAVALEIROS	CAVALOS	Pontos	Tempo
					m s
1.º	500$00 e Taça	Machado Faria	*Chaimite (ex-Kirch)*	0	1 06
2.º	400$00	José Carvalhosa	*Fossette*	0	1 08 4/5
3.º	300$00	António Xavier	*Fiónia*	0	1 09
4.º	200$00	Pascoal Rodrigues	*Namir*	0	1 09 2/5
5.º	200$00	Nuno de Morais	*Fly*	0	1 10 1/5
6.º	100$00	Correia Barrento	*Magul*	0	1 11 2/5
7.º	100$00	José Carvalhosa	*Saüdade (ex-Ecuyère)*	0	1 11 4/5
8.º	100$00	António Spinola	*Macontene*	0	1 13
9.º	100$00	António Crêspo	*Régulo*	0	1 15 1/5
10.º	100$00	Henrique Calado	*Único*	0	1 15 2/5

Laços — Henrique Vollner, *Saladino* — Oliveira Reis, *Navi* — Sacadura Cabral, *Bonito* — Mena e Silva, *Brioso*.

II — Prova «Ministério da Agricultura»
(Nacional)

Concorrentes: 29 — Obstáculos: 12 — Saltos: 14 — Altura máxima: 1m,30 — Handicap.

Classificação	Prémios	CAVALEIROS	CAVALOS	Pontos	Tempo
					m s
1.º	500$00	Mena e Silva . . .	*Brioso*	0	1 02 1/5
2.º	350$00	Júlio Cardoso . . .	*Soja*	0	1 03 2/5
3.º	250$00	Helder Martins .	*Rabino*	0	1 11
4.º	200$00	Helder Martins . .	*Paloia*	0	1 11 2/5
5.º	100$00	Magalhães Correia .	*Tarass*	3	1 24
6.º	100$00	Henrique Calado . .	*Lamourim*	3	1 36 3/5
7.º	100$00	António Xavier . .	*Fiónia*	4	1 02 4/5

Laços - Henrique Calado, *Único* — Fernando Alegrete, *Namur* — Sacadura Cabral, *Bonito.*

2.º Dia — Domingo, 25 de Agosto de 1940

I — Taça «Embaixador de S. M. Britânica»

Concorrentes: 34 — Obstáculos: 14 — Saltos: 18 — Altura máxima: 1m,40.

Classificação	Prémios	CAVALEIROS	CAVALOS	Pontos	Tempo
					m s
1.º	Taça	Willy Deffense . .	*Negro*	0	1 01 3/5
2.º	Taça	José Carvalhosa .	*Fossette*	0	1 02 1/5
3.º	Taça	Correia Barrento .	*Magul*	0	1 03 2/5
4.os	Taça	Mena e Silva . . .	*Brioso*	0	1 05
	Taça	Júlio Cardoso . . .	*Soja*	0	1 05
6.º	Taça	Henrique Calado . .	*Único*	0	1 06 2/5

Laços — Henrique Vollner, *Gaucho* — António Crêspo, *Régulo* — Machado Faria, *Chaimite* — Costa Pina, *Manfiel.*

II — Taça «Principe Eduardo, Duque de Windsor»

(Caça)

Concorrentes: 51 — Obstáculos: 12 — Saltos: 14 — Altura máxima: $1^{m},20$.

Classificação	Prémios	CAVALEIROS	CAVALOS	Pontos	Tempo	Total
					m s	m s
1.º	500$00 e Taça	Pascoal Rodrigues	*Namir*	0	1 01 2/5	1 01 2/5
2.º	350$00	Mena e Silva	*Brioso*	0	1 02 4/5	1 02 4/5
3.º	250$00	Correia Barrento	*Magul*	0	1 03	1 03
4.º	200$00	José Carvalhosa	*Fossette*	4	0 59	1 14
5.º	100$00	Machado Faria	*Chainnite*	4	1 02 2/5	1 17 2/5
6.º	100$00	Correia Barrento	*Adail*	4	1 02 3/5	1 17 3/5
7.º	100$00	José Carvalhosa	*Saüdade*	4	1 03	1 18
8.º	100$00	Helder Martins	*Paloia*	4	1 03 2/5	1 18 2/5

Laços — Machado Faria, *Sado* — Willy Deffense, *Negro* — Nuno de Morais, *Rajah* — Henrique Margaride, *Rolito*.

Taça G. N. R.

Oferecida pelo Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, iniciou-se a disputa dêste lindo troféu cujo regulamento obriga a ser disputado em três anos seguidos, ficando, ao fim do terceiro ano, na posse definitiva do cavaleiro que, durante os três anos, obtenha o menor número de faltas e, em igualdade de faltas o menor tempo; as provas para a Taça só são contadas entre as da inscrição geral.

Ao cavaleiro primeiro classificado em cada ano, é oferecida uma miniatura.

No concurso dêste ano, Correia Barrento com *Magul*, tendo feito os três percursos sem faltas e no menor tempo total, classificou-se em primeiro logar.

Ensino do Cavalo

Pelo Capitão ALMEIDA RIBEIRO

ANTES de entrar, pròpriamente no assunto que escolhi, *Ensino do Cavalo,* algumas considerações julgo dever fazer.

Estes simples apontamentos que hoje aparecem em público são dirigidos aos novos, àqueles que de alma e coração desejem dedicar-se ao ensino do cavalo. Só êles poderão aproveitar alguma coisa. Os outros, os que sabem mais do que eu nada aproveitam. A êsses peço os seus conselhos e que me indiquem as faltas, pois aos que por sistema só dizem mal de tudo e de todos dispenso os comentários.

O ensino do cavalo assenta numa base científica. O «modus faciendi» é a parte artística e essa não se aprende nos livros; nasce com o indivíduo, mas deve ser cultivada e portanto aperfeiçoada.

Fui levado a escrever estes apontamentos porque há 30 anos trabalho no ensino de cavalos e as dificuldades encontradas têm sido inúmeras sem que ninguém mas resolvesse. Em tôdas as artes isto sucede. Pouco se tem escrito em Portugal sôbre equitação e os que a ela se dedicam, uns, cheios de habilidade não possuem cultura suficiente para poderem explicarem o que executam, outros, por preguiça ou por outra razão que desconheço, nada têm escrito e assim morre com êles todo o seu trabalho, tôda a sua arte sem nada transmitirem aos novos. O único livro de equitação, em português é o do Coronel Júlio de Oliveira.

A equitação (Ensino) não é intuitiva. Necessita de muito estudo, meditação, espírito de observação muito desenvolvido e... saber. Alguns supõem que também é necessário paciência. Não. A paciência vem com os conhecimentos adquiridos. Não tem paciência aquêle que não sabendo como

há-de exigir do cavalo, se agarra a esta comoda desculpa. É freqüente e quási geral, atirar tôdas as culpas para o cavalo. Desde que apareceram em Portugal os cavalos de sangue Inglês, oiço dizer que os outros cavalos não têm sangue. Não têm a coragem de confessar ou não percebem, que a falta de sangue é do cavaleiro.

A equitação é a arte de saber esperar. Não pode ser abraçada pelos snobs, pelos invejosos ou pelos vaidosos. São necessárias certas qualidades especiais. Para instruir, mesmo pouco que seja, é necessário saber muito. O cavaleiro tem que ser, pelo menos, um pouco mais inteligente que o cavalo que monta. Um burro nunca poderá ensinar um cavalo.

Pode vence-lo, martiriza-lo, porém ensiná-lo, não.

Partindo dêste princípio, no que julgo não ser muito exigente, dirijo-me aos novos oferecendo-lhes êste modesto e despretencioso trabalho.

O estado lastimoso, quanto a ensino, como se apresentam a maioria dos cavalos em público, é o motivo das minhas considerações.

Refiro-me em especial aos concursos hípicos por ser o ramo de equitação que os nossos cavaleiros mais praticam.

Seja qual fôr, porém, o ramo de equitação a que o cavalo se destina o ensino terá um papel importante, até mesmo principal.

As mudanças de direcção, o aumento e diminuïção dos andamentos, numa palavra, a sujeição, contribuem para o aproveitamento das suas faculdades.

Não quero com isto dizer que se ensine um cavalo em Alta-Escola para o utilizar em concursos. Não. O que desejaria ver em concursos seria todos os cavalos ensinados e trabalhados em equilíbrio horizontal, obedecendo prontamente e com facilidade às dificuldades do percurso.

Preconizo o emprego e uso do bridão no campo de obstáculos. O freio é um instrumento de ensino, o bridão de ensino e utilização. Não quero com isto dizer que alguns cavalos não necessitem do emprego do freio em campo de obstáculos, mas de um freio, que não lhe tire faculdades e recursos tão necessários na maioria das ocasiões.

O freio «Polo» satisfaz, mas deve ser acompanhado do bridão; só freio, nunca... nem mesmo espanhol. Cavalos há que se apresentam na pista de obstáculos com verdadeiros instrumentos de tortura. Se o cavalo consegue assim mesmo naquela «inquisição permanente» saltar e limpar, o que faria se pudesse dispor de si e empregar-se a fundo?

O salto em si é «educação», a sua condução é ensino.

Julgo que o cavalo ensinado, dirigido e governado com facilidade ou seja aquêle que possue um ensino são, mesmo elementar, é aquele que mais convém e mais apto está a responder às exigências do cavaleiro.

São metidos a saltos cavalos que com dificuldade se deslocam.

Se êsses cavalos tivessem anteriormente, sido submetidos a ensino, ginasticados e devidamente equilibrados, o seu rendimento seria maior.

Antes do ensino há o desbaste, que tem capital importância para em seguida o aproveitarmos pròpriamente em qualquer ramo de desporto.

O desbaste dum cavalo requere muitas qualidades da parte do cavaleiro; muitos supõem ser o desbaste ensino preliminar. Assim é, mas falta mais alguma coisa.

O desbaste coíncide com o período de aclimação, se o cavalo é de origem estrangeira, e nêle está incluído tratamento, alimentação, preceitos de higiene, ferração etc., numa palavra, tudo quanto possa ter influência em benefício do «estado do cavalo».

O cavalo desbastado é aquele que gozando saúde, se alimenta bem e teve como tratador um homem que o olhou não como uma coisa mas como um animal que necessita de cuidados e sôbre o qual a qualidade do tratador tem um papel importante.

Limpar um cavalo como quem limpa uma mesa, tratar dêle como se regam flores num jardim, sem se interessar pelo seu bem estar pela sua alimentação, ferração e saúde geral são os atributos dum mau tratador.

O cavalo bem desbastado é aquele que teve a sorte de possuir um bom tratador e um cavaleiro sabedor, nada apressado, que subordinou o trabalho ao estado geral do seu cavalo.

Apresenta-se a marchar francamente nos três andamentos de pescoço estendido, calmo, recebendo sem contrariedade a acção da mão, e respondendo à acção das pernas.

No desbaste as rédeas empregadas não deverão ter acção sôbre a garupa; quando começarem a ter iniciou-se o *Ensino*.

Ensino do cavalo

Considero o cavalo desbastado. Não obedece às rédeas que tenham acção sôbre a garupa.

Exijo ao montar completa imobilidade do cavalo. Depois de montado continua imóvel; em seguida marcha a passo em frente e só então tomo qualquer das pistas do picadeiro. Nunca trabalho junto à parede.

A parede serve-me de guia, para mim, não para o cavalo Adiantei e progredi no ensino com êste cuidado. Habituei-me com facilidade a marchar com o cavalo direito e a trabalhar com as duas pernas porque sucedia-me muitas vezes trabalhar com a perna do lado de dentro e a outra era substituída pela parede do picadeiro.

A maior dificuldade tem-se manifestado no desacôrdo entre a acção da perna e da mão.

Com a ideia fixa de que a perna devia actuar continuamente, exagerava o seu emprêgo, dando o seguinte resultado: actuar com a perna em excesso, mão a tirar êsse excesso em demasia e outra vez acção da perna, não passando disto.

Resultado o cavalo pesando na mão e não entrando com as pernas: Garupa no ar.

Agora, mais experiente, faço o seguinte: em qualquer andamento as pernas vão numa atitude que poderei denominar de *àlerta*; só actuam quando o movimento tende a extinguir-se; desde que o cavalo mantenha o movimento não actuo com as pernas. Os resultados obtidos foram satisfatórios.

A graduação da actuação das pernas ainda continua sendo a minha preocupação e a grande dificuldade. Só então compreendi por que têm falhado as várias tentativas de ensinar em alta escola um cavalo em bridão. Foi tarde, mas

emfim, sempre me apercebi duma falta grande que vinha comentando há muito — luta entre a perna e a mão.

Na Idade Média o cavalo era conduzido ùnicamente com a mão. A maneira de montar, pernas afastadas do cavalo, só mais tarde foi modificada e deve-se a Baucher o emprêgo das pernas no ensino e condução do cavalo. Assim foram postas de parte essa variedade de freios de que os antigos se utilizavam no ensino e aproveitamento do seu cavalo, necessários pela ausência da acção das pernas.

No início do ensino escôlho os exercícios que julgo mais apropriados ao cavalo e elimino aquêles que podem demorar ou prejudicar o ensino.

Posto o cavalo a andar calmo e franco para a frente procuro endireitá-lo.

O ter que endireitar reconheço pela resistência desigual que me oferece nas barras.

O cavalo, entorta-se por detrás eu endireito-o pela frente opondo as espáduas à garupa, obrigando-o a percorrer com os pés a mesma pista que percorreu com as mãos.

O cavalo por deficiência física entra desigualmente com as pernas cobrindo mais terreno com uma do que com a outra o que vulgarmente se diz — *atraza uma perna.*

O reflexo aparece na barra correspondente; assim o cavalo que atraza a perna esquerda resiste mais da barra esquerda e se essa resistência é acentuada dá a face para o lado direito.

O cavaleiro com pouca prática supõe que obrigando com a perna direita a garupa a desviar-se para a esquerda a fixa neste lado. Puro engano. Assim que a perna direita deixa de actuar, a garupa volta à sua posição primitiva. A rédea esquerda, com o auxílio da minha perna esquerda, é que há-de obrigar a perna esquerda do cavalo a entrar mais para debaixo do corpo.

Poderá isto fazer confusão, porém, se o cavaleiro trabalhar em círculo para a mão esquerda e se atender à mecânica dos andamentos verificará que assim é, e depois de alguns dias de trabalho constatará esta afirmação.

O cavalo que resiste das duas barras atraza as duas pernas.

Eu bem sei que ao dizer que um cavalo atraza tal perna é em relação à outra e ao entrar com as duas igualmente,

não há diferença de resistência nas barras o que pode haver é uma resistência grande e igual nas duas e portanto a dificuldade de saber até onde as pernas devem entrar.

Não tenho ponto de referência para a entrada das pernas, mas tenho uma indicação na mão, — *o quanto êle resiste à acção da mão.*

O cavalo desbastado pouco conhece de ajudas.

Inicio então o meu trabalho pelas ajudas laterais: *rédea* e *perna do mesmo lado.*

Aproveito os dias bons de sol para trabalhar no exterior e nos dias de chuva trabalho em picadeiro coberto.

Insisto no trabalho natural, voltas, meias-voltas e paragens; na paragem imobilidade completa e durante um minuto pelo menos.

No trabalho natural o cavalo percorre com os pés a mesma pista que percorreu com as mãos.

Com o aumento e deminuïção dos andamentos ginastico o cavalo no sentido longitudinal, com as voltas e meias voltas no sentido transversal.

Mobilizo-lhe a garupa à mão a pé e depois, montado, com a perna. Conseguida a mobilização da garupa insisto nas meias voltas invertidas obrigando a garupa a rodar para fóra e assim começo a preparação para a rotação inversa à qual se segue o trabalho de espáduas a dentro.

No começo é natural encontrar dificuldade em distinguir qual das pernas o cavalo *atraza* e o seu reflexo *resistência, na barra* do mesmo lado.

Fazendo voltas o cavaleiro pouco experiente talvez se aperceba melhor.

Como ao avançar duma perna corresponde o avanço da diagonal a que a perna pertence, ao avançar da perna direita corresponde o avanço da diagonal esquerda. Como o cavalo que avança a perna direita fica com a coluna vertebral côncava para a direita, a espádua esquerda suporta mais pêso. Por êste facto, o cavalo ao voltar para a esquerda descai sôbre a espádua esquerda precipitando a volta pelo facto de ter fugido com a garupa para a direita.

Sempre que há luta entre as espáduas e a garupa, esta vence sempre.

É curioso verificar que a grande maioria dos cavaleiros não atende a êste princípio do que resulta cometer êrros e insistir nos mesmos.

Assim um cavalo que se furta mais fàcilmente ao salto para a esquerda deve ser obrigado a abordar o salto a galope na mão esquerda. E a razão é simples: O cavalo põe a garupa do lado da mão em que galopa. Assim, o cavalo a galope na mão direita leva a garupa na direita e inversamente o cavalo quando galopa na mão esquerda leva a garupa na esquerda.

Como conseqüência, a espádua da diagonal associada no galope vai mais sobrecarregada do que a outra.

Se o cavalo por sistema se furta para a esquerda e eu abordo o salto a galope na direita, como êle leva a garupa na direita e a espádua esquerda mais sobrecarregada do que a direita, facilito-lhe a furta em vez de a dificultar, o que não acontece se abordar o salto a galope na mão esquerda.

É necessário atender a estes pequenos *nadas* que muitos classificam de filosofia e outros de «chinezice», mas que infelizmente constituem bases dum ensino racional e bem orientado.

De facto, não se deve fazer ciência onde ela não existe mas não devemos pôr de parte o nosso raciocínio.

Depois de mobilizada a garupa e o cavalo executar sem dificuldade a rotação inversa que se seguiu à meia volta invertida, passo ao trabalho de espáduas a dentro ao longo da parede do picadeiro.

Em vez de manter o cavalo direito de espáduas e de garupa sôbre a linha recta ao longo da parede, obrigo-o a dar a cabeça e as espáduas para dentro, percorrendo estas uma linha e a garupa outra, paralelas entre si e à parede do picadeiro.

Se o cavalo tem dificuldade em executar êste exercício ao longo da parede, meto-o em círculo e trabalho com mais insistência do lado da perna mais atrazada, isto é, do lado em que sinto mais resistência na barra, aumentando depois o ráio do círculo.

O trabalho de espáduas a dentro é um exercício preliminar com o fim de igualar e preparar para outros exercícios,

principalmente para as figuras clássicas de picadeiro. Dêste exercício tem-me saído quási todos: ladear, recuar, garupa à parede, etc.

O trabalho de espáduas a dentro é exigido com rédea e perna do mesmo lado.

Cuidado: que o cavalo ao cruzar os membros posteriores cruze também os anteriores, avançando sempre.

Quando em círculo, tiro-o para o lado — *marcha lateral* — exercício preliminar do ladear e no qual não posso obter rigor técnico, em virtude da ajuda ser lateral. Não pode haver rigor técnico num exercício em que o cavalo dá a face para o lado contrário ao do movimento. (Suponho que não apresentem a dúvida no recuar).

O trabalho de espáduas a dentro difere do trabalho de garupa à parede em que o primeiro é exigido com ajuda lateral e o segundo com ajuda diagonal.

A actuação da perna tem um momento único; deve-se actuar com a perna a tempo e só nesse momento.

No trabalho em círculo quando se tem pouco tacto eqüestre podemo-nos guiar pelo apoio dos membros, preocupação que depois com o tempo desaparece.

Nos trabalhos em círculo é fácil de ver êsse momento; a perna do lado de dentro actua no fim do apoio da mão de dentro. Porque será assim? Porque nesse momento a perna do mesmo lado distendida vai para entrar; nessa altura é que eu actuo com a perna.

O princípio é o mesmo no trabalho a direito, e hoje não tenho essa preocupação, actuo nessa altura sem me preocupar com as mãos ou pernas do cavalo.

Tenho falado em perna e não em pernas dando a impressão que trabalho só com uma, o que condenei de entrada. Não. Quando falo de tal perna refiro-me à perna activa, a outra também actua muitas vezes passivamente, outras activamente mais até que a primeira porque a perna do lado de fóra atira o cavalo para a frente.

O passo é o andamento que mais cultivo no desenvolvimento do tacto eqüestre, por ser aquêle em que sinto mais dificuldade em impulsionar o cavalo e em sentir as resistências menores.

Resistências que me aparecem depois nos outros andamentos o que denota deficiência da minha parte.

Quantas vezes me sucede supôr o cavalo a executar um determinado número de exercícios com correcção a passo, e quando tomo o trote as resistências aparecem; é sinal de que as lições foram mal dadas.

Depois de o cavalo executar com facilidade o trabalho de espáduas a dentro e a marcha lateral, tiro-o para o meio do picadeiro e executo o recuar.

Para o fazer recuar mobilizo-lhe a garupa para qualquer dos lados e actuando com a mão puxo-o ligeiramente para trás; o cavalo dá uns passos a recuar; avanço e faço festas.

Não premeio com festas o cavalo parando ou diminuindo o andamento pelo contrário sempre que faço festas ao cavalo, aumento o andamento e cedo a mão.

Executando o cavalo o exercício de espáduas a dentro e para ambas as mãos a passo, tomo o trote; exijo a marcha lateral nos dois andamentos. Insisto no recuar e nas paragens com imobilidade completa.

Em todos os exercícios e durante o ensino *não me preocupo com a atitude da frente* porque a frente tomará a colocação que deve tomar, quando as resistências da garupa desaparecerem e, desaparecidas estas, êle firmará a frente, ficando com a colocação definitiva.

Obtida a obediência às ajudas laterais substituo-as pelas ajudas diagonais e assim obtenho o ladear, o trabalho de garupa à parede, etc.

Não quero dizer com isto que mais tarde, estando o cavalo já avançado no ensino, eu não recorra às ajudas laterais porque estas impõem a nossa vontade mais enèrgicamente do que as ajudas diagonais, posto que o efeito de ambas seja diagonal.

Depois do cavalo executar com *facilidade e correcção* os exercícios indicados, passo às rotações sôbre a garupa, exercício que eu considero a chave de tôda a equitação, curta ou horizontal.

Disse facilidade e correcção porque muitas vezes se confundem.

É freqüente ouvir dizer que tal cavalo volta bem, com *correcção*, para a direita e mal para a esquerda. Não, êle não volta bem para a direita, volta mais fàcilmente para a direita e

dificilmente para a esquerda, porque se o cavalo voltasse correctamente para a direita voltaria correctamente para a esquerda.

Em tôdas as lições, no picadeiro ou no exterior, tenho o cuidado de não exagerar no tempo de duração nem nas exigências, para que a fadiga não apareça. A fadiga é a pior resistência que o cavalo me pode apresentar.

Só tem um remédio — *o descanço.*

Como se defende o cavalo quando está fatigado? Ou foge à acção da mão aumentando ou mudando o andamento, ou então pára e imobiliza-se, o que é muito pior.

Por isso, assim que o cavalo apresenta ligeiros sintomas de fadiga, termino a lição.

Em picadeiro as minhas lições não vão àlém de meia hora. Prefiro dar duas lições num dia a prolongá-las.

No exterior, o trabalho pode ir até 3 ou 4 horas o máximo.

Cada um visa o seu fim.

Para análise ou estudo do cavaleiro só no picadeiro coberto.

No picadeiro o cavalo entrega-se ao cavaleiro, no exterior o cavalo vai entregue a si próprio.

O trabalho no exterior fatiga menos o cavalo e por isso pode ser mais prolongado.

Como já disse, a equitação é a arte de saber esperar, aquela onde se adquire o hábito de se ter confiança em si próprio. Na equitação não se pode improvisar.

Se adiantamos ràpidamente, esperamos depois muito mais tempo e os resultados são contraproducentes.

É necessário dar tempo ao tempo.

Em tôdas as lições preocupo-me com a qualidade e não com a quantidade. A primeira dá-nos um cavalo ensinado, a segunda um cavalo amestrado.

O primeiro cavalo é apresentado pelo equitador o segundo pelo que trabalha no circo.

A esta primeira parte do meu trabalho dei-lhe o nome de generalidades onde suponho ter apresentado duma maneira geral a orientação até agora seguida. Nos outros capítulos entrarei mais detalhadamente nos vários assuntos e pretendo desfazer ou aclarar quaisquer dúvidas na matéria até agora exposta.

(Continua)

"Gabinete do Veterinário"

A alimentação do cavalo

Arraçoamentos Especiais

pelo tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA

OCUPÁMO-NOS, na nossa crónica anterior, da Alimentação do Cavalo duma maneira geral, continuando hoje êste importante capítulo de higiene equïna, na parte alimentar dos cavalos de desporto ou daqueles outros que necessitem um regime especial.

Não pretendemos transcrever o que tanto se encontra publicado sôbre o tratamento seguido no estrangeiro pelos treinadores de cavalos de corrida, porque o nosso meio é bem diferente e disparatado se nos afigura procurar alimentar cavalos com arraçoamentos pouco práticos, entre nós, não seguindo também os complementares cuidados de higiene e treino. Daí o darmos, em breves linhas, nota do que se aconselha lá fóra fazer neste capítulo, descrevendo o que nos parece mais lógico aproveitar, em relação às restrictas exigências, que, infelizmente, em Portugal, são pedidas no decurso da preparação das nossas provas hípicas.

É sabido, que as corridas de cavalos de todo falharam no nosso meio, por virtude de causas variadíssimas que não cabem na índole desta crónica, e que só as provas de obstáculos se mantêm, mercê do esfôrço de alguns dos seus mais fiéis adeptos e praticantes.

Será, portanto, para a preparação alimentar do cavalo para êste género de exercício, que vai incidir a nossa maior atenção.

Para qualquer género de trabalho, que se pretenda exigir da máquina viva, impõe-se estabelecer um cuidadoso treino dos seus músculos e órgãos internos.

É à chamada «ginástica funcional» que devemos ir buscar a «condição» para o perfeito desempenho dêste ou daquêle trabalho.

Ora, de entre tôdas as funções orgânicas, a que mais importa considerar, por necessitar maior ginástica funcional, é, sem dúvida, a da digestão, que, em funcionamento solidário com a da respiração e da circulação, completam o maravilhoso conjunto conhecido sob o nome de *função de nutrição.*

Por outro lado, a ginástica funcional destas funções primordiais à vida, só se consegue exercer, de facto, fornecendo à maquina viva, alimentos próprios e diferentes para cada género de exercício que se lhe queira exigir.

Antigamente, julgava-se que eram exclusivamente os princípios ternários, fonte essencial de calor, aquêles onde deviamos ir procurar os elementos produtores da energia muscular. Hoje, porém, sabe-se não ser assim, atribuindo-se às substâncias albuminoides além dum papel conservador e renovador da matéria viva, graças ao azote que contêm, o de fornecedoras de potencial energético por transformação em produto ternário — hidrátos de carbono.

Está-se hoje também de acôrdo em admitir que é o glicogénio absorvido ràpidamente do sangue pelos músculos, o elemento directamente utilizado na produção de trabalho.

Assim, se a alimentação fornecida ao cavalo fôr rica em hidrocarbonados, estes, serão imediatamente consumidos pelo seu organismo, em caso contrário, êle próprio se encarregará de transformar em hidrátos de carbono os albuminóides e as gorduras que lhe forem fornecidas.

A missão do técnico, a quem fôr dada a factura do arraçoamento especial, será, portanto, combinar com equilíbrio, numa proporção óptima, as substâncias azotadas e não azotadas, sempre tendo em consideração as condições orgânicas do animal em questão e a índole do trabalho que se lhe queria exigir.

Ditas estas breves considerações, de entroito indispensável ao que vamos tratar agora, vejamos como alimentar o cavalo de desporto.

Já fizemos referências à aveia como alimento bom mas perigoso, quando dado em excesso e sem a necessária correcção doutra forragem. Descrevemos, igualmente, a crítica severa a que Curot sujeita êste cereal, chegando a concluir que a hipotética «avenina» que, para muitos lhe dava uma excelência no potencial energético, não existe senão na imaginação de tantos treinadores que usam e abusam desa forragem na alimentação dos seus cavalos de corridas.

Voltamos a repetir que julgamos a aveia um bom alimento base, a dar aos cavalos de desporto em combinação com a fava, vigiando sempre a função digestiva dêstes animais, pesquizando nas suas fezes se o cereal aparece por digerir, tendo sempre o cuidado de ministrar duas ou três vezes por semana uma dose tónica de sulfato de sódio, só, ou em mistura com bicarbonato. Pela observação que temos feito em cavalos importados e que de fóra veem habituados a uma alimentação exclusiva de aveia e feno, podemos afirmar ser necessário modificar-lhes com relativa freqüência o seu rigime alimentar, se os quisermos ter de aparelho digestivo íntegro. Será pela má qualidade da nossa aveia, ou, como Curot afirma pelo abuso exclusivo dêste cereal?

Igualmente temos observado que, em animais sujeitos a arraçoamento mixto aveia-fava, basta suprimir temporàriamente o primeiro elemento da ração, para curar algumas diarreias rebeldes a todo o tratamento medicamentoso.

Sômos levados portanto a concluir que a aveia dada durante muito tempo e em quantidade suficiente para só dela tirarmos o potencial energético, irrita o intestino, inconveniente que em parte se atenua, dando-a triturada.

A alimentação do cavalo de desporto deverá ser feita por rações múltiplas dadas por todo o dia intervaladas com as horas do treino a efectuar.

A quantidade de aveia não deve exceder 4 a 5 kg. dada em três ou quatro pensos.

Achamos insensato dar ao animal a faculdade de instituir, pela sua voracidade, a quantidade de ração que

lhe deve ser dada, e ainda mais o costume de «proteger» com alguma medida a mais, êste ou aquêle cavalo de desporto.

Cairemos no que os franceses chamam; com grande propriedade, «claquage à la mongeoire» doença tida tão grave, como a tendinite contraida na corrida.

Como para o homem desportista o horário dos pensos deverá ser instituído em paralelo com o trabalho de treino. Assim, a primeira ração deverá ser distribuída de manhã depois da chegada do primeiro treino, que se aconselha ser cedo. Depois, estabelecem-se duas distribuições pelo meio-dia e pela tarde, sendo a última próxima ao anoitecer. Deverá, portanto, evitar-se a produção de estados plétóricos, por uma refeição exagerada provocadora de gastro-enterite denunciadora da «surmenage» digestiva.

A água, por seu turno, deverá ser distribuída em regime permanente, o que evita a grande ingestão de quantidade líquida, que ocasiona com freqüência cólicas funestas.

Está bem de ver que nós nestas notas, referimo-nos sempre ao regime a seguir por cavalos de desporto particulares onde os cuidados poderão ser maiores em matéria de tratamento especial do que aquêles sujeitos a um regime geral de aquartelamento. Para estes haverá a interferência do médico-veterinário da Unidade, que sôbre cada caso individual formulará regime adequado.

Durante as viagens para as provas hípicas convém modificar um tanto a ração alimentar, diminuindo a massa de grão, ministrando antes ao animal alimentos refrescantes — cenoura, verde, «mashes» — juntando sempre uma dose tónica de sulfato de sódio.

Evitar-se-há assim a produção de processos congestivos, sobretudo a podofilite que se tem registado freqùentemente em animais sujeitos a longos períodos de repouso com uma alimentação abundante.

Também é de aconselhar a diminuir um pouco a ração na manhã da prova, principalmente o volume de feno ou palha e água, com o fim de não dificultar a mecânica respiratória, no decorrer do percuso. Muito se aconselha no estrangeiro, e nós já o temos experimentado também, a administração do açúcar em natureza ou alimentos açuca-

rados. Vasta literatura existe sôbre o papel do açúcar como alimento do músculo, estando provado que é a esta substância e não aos azotados que se deve ir procurar a fonte do calor animal.

De facto, desde Claude Bernard, que se admite, como evidente, o papel de glicogénio no trabalho muscular estando o coeficiente de consumo desta substância aumentado para trinta e oito vezes, em relação ao músculo em repouso.

Daqui, a ideia de fornecer directamente ao organismo por intermédio do açúcar alimentar o glicogénio indispensável ao esfôrço do músculo, reduzindo-se assim o trabalho disgestivo.

Não se quere com isto dizer que por si só o açucar deva fornecer a energia necessária mas antes será dado em complemento dos albuminóides e gorduras, que mesmo ajuda a digerir.

Como substância solúvel na água êle poupa ao estômago o trabalho dos sucos digestivos, penetrando directamente através da mucosa intestinal na corrente circulatória donde é levado ràpidamente ao músculo, que é excitado, não por intermédio do sistema nervoso, mas pela combustão directa do açúcar, não acarretando, portanto, maior esfôrço orgânico. O açúcar ou «carvão do músculo» actua, além de tudo, como tónico do tubo digestivo estando portanto indicado, nos animais com pouco apetite.

A dóse diária deverá variar de 500 gr. a 1 k,5 podendo ser tomada na água de bebida no «mash» ou mesmo em natureza.

Encontra-se no comércio sob a forma de açucar mascavado, de preço mais acessível.

Para complemento destas considerações resta-nos falar dos «mashes» ou «palhadas» tão conhecidas no nosso meio hípico, como suplemento alimentar a dar aos cavalos do tipo de que estamos falando.

Chamam-se «palhadas» certas preparações alimentares concentradas, feitas com substâncias de fácil digestão, a ministrar aos animais que necessitam dum suplemento nutritivo.

A vulgar palhada faz-se com feno ou palha cortada que se entremeia com a aveia, farinha ou sêmea, sal ou sulfato

de soda e linhaça em grão. Cheio um balde com estes elementos vertem-se sôbre êles alguns litros de água fervente, tapa-se e deixa-se em cozedura durante algumas horas, findas as quais se oferece ao animal.

Deve haver o maior cuidado na confecção do «mash», não empregando farinha «ardida» e limpando sempre cuidadosamente a manjedoura do animal antes de lhe ser oferecido êste alimento. Sobretudo no verão é freqüente «azedar» passadas poucas horas, sendo portanto mais conveniente fazer pouca porção de cada vez, de maneira a ser sempre consumida fresca.

Não é demais repetir que a palhada substitui o leite dado às pessoas doentes e depauperadas, havendo animais que não a aceitam bem, a princípio, sendo necessário estudar a melhor maneira de lhe ser ministrada, vencendo assim a sua natural inapetência.

Quando empregarmos a sêmea ou farêlo é de aconselhar adicionar esta substância sòmente no acto da distribuïção para evitar que seja destruído, pelo calor, o seu princípio activo — a «fitina». A linhaça deve ter maior emprego no inverno, quando é necessário fornecer maior número de calorias ao organismo, sendo um bom elemento emoliente para o intestino.

As cenouras também devem ser dadas como alimento refrescante e aperitivo, cortadas sempre no seu comprimento para evitar obstruções do esófago, como já tem sucedido, quando mal administradas.

Concluíndo: qual deverá então ser o regime do cavalo de desporto, duma maneira geral?

— Ração de grão triturada, de base aveia ou cevada, conforme as circunstâncias, onde pode entrar também a fava e o milho, dada em quatro pensos, ministrando-se o verde mixto na época própria. A água, deve ser oferecida permanentemente e será instituído um regime refrescante de cenouras e energético de açúcar nas épocas de treinos e provas. Poder-se-ha também, com vantagem, recorrer à administração de «palhadas» e sempre periòdicamente duas a três vezes por semana dar um punhado de sulfato de soda. Por último, a maior vigilância deverá ser exercida sôbre as fezes do animal verificando-se se aparecem grãos por digerir.

BOLETIM DA L. P. C.

Transporte da espingarda a cavalo

pelo major MÁRIO RAMIRES

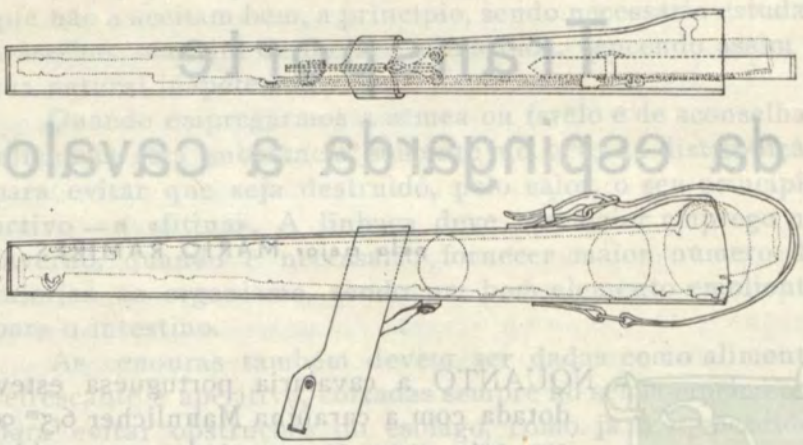
ENQUANTO a cavalaria portuguesa esteve dotada com a carabina Mannlicher 6,5m/96, era esta arma transportada num coldre, suspenso do lado direito do arreio e colocado de forma que quási não prejudicava os movimentos do cavalo e cavaleiro nem mesmo, por forma apreciável, na transposição de obstáculos, pois que a parte inferior distava 70 cm. do solo, aproximadamente, quando transportada por um cavalo de 1,5 m. de altura. Era um processo de transporte que se podia considerar satisfatório.

Com a adopção da espingarda Mauser 7,9m/937, arma bastante mais comprida que a carabina e difícil, senão impossivel, de ser conduzida no antigo coldre, surgiu para a cavalaria um problema que parece ainda estar por resolver: — transporte em coldre ou tranporte em bandoleira?

Muito se tem falado e escrito sôbre tal assunto e como êle até certo ponto ainda não está arrumado, e ainda pelo motivo de haver duas sentenças onde houver duas cabeças... a coisa promete continuar.

Os adeptos de cada um dos dois sistemas têm seus argumentos de maior ou menor valia: a mais íntima ligação entre o homem e a arma, a dificuldade de movimentos do cavalo, a fadiga e traumatismos, nos cavaleiros, etc., etc.

E como não há dois sem três, aparece na discussão quem preconize nem mais nem menos do que a substituïção da espingarda actual por outra do mesmo calibre, mas mais curta, idêntica à antiga carabina.



A discussão à volta do assunto não deve ser estéril e é até louvável por ser bem intencionada, pois o fim que a todos move não é outro senão o de melhorar as condições de vida da nossa arma, a cavalaria.

As entidades superiores, não fazendo juizo apenas pelas palavras e argumentos dos que discutem, ordenaram que fôssem feitas várias experiências nesta E. P. C. e diversas unidades de cavalaria a-fim-de melhor poder ser escolhido e regulamentado o sistema de transporte mais conveniente.

No que diz respeito a coldres experimentaram-se vários modêlos na E. P. C. e entre êles um que julgamos em condições de dar bons resultados e no qual são fàcilmente

transformáveis os outros que ainda se encontram em serviço (m/917 e m/935). O desenho que acompanha estas notas representa dois cortes longitudinais dêsse modêlo e dá ideia completa da sua conformação.

As características principais do referido modêlo são:

a) ajustamento da espingarda ao coldre evitando laqueios e oscilações;

b) protecção da arma desde a boca do cano até à noz (parte posterior da culatra);

c) impossibilidade de a arma bater no fundo do coldre e, conseqùentemente, de o arruinar, como acontecia no m/97: tal característica é obtida à custa do apoio do guarda mato adoptado ao coldre.

Além disto êste coldre é menos pesado que os outros e a distância a que a ponta fica do solo é de dois a quatro centímetros menor.

Patrulhas

(Continuação do n.º 3)

pelo Capitão A. FERREIRA DURÃO

5) — *Patrulhas de ligação*

Generalidades

ligação pode ser feita em dois sentidos: no da profundidade e no da frente. No primeiro caso a ligação designa-se por axial e no segundo por lateral podendo esta apresentar ainda duas modalidades — a ligação intermitente e a ligação permanente.

A ligação axial faz-se entre duas unidades ou formações que sigam o mesmo itinerário e está sempre a cargo da fôrça que marcha à retaguarda que, para isso, destaca, para junto da que a precede, uma patrulha cujos componentes têm a designação de balizadores.

A ligação lateral faz-se entre duas unidades ou formações que marcham por itinerários contíguos e sensìvelmente paralelos. Nas marchas longe do inimigo ou à retaguarda duma frente estabilizada é intermitente e executa-se normalmente no final dos lanços determinados, por meio de patrulhas ou de estafetas destacadas de uma ou das duas unidades que se devem ligar. Nas marchas na proximidade imediata do inimigo, nas de aproximação e em combate, a ligação deve ter carácter permanente e ser executada por patrulhas destacadas também por uma ou pelas duas unidades contíguas.

Patrulha de ligação axial

Missão: Conservar a ligação entre a fôrça que a destacou e a que a precede de forma a que ambas sigam o mesmo itinerário e mantenham entre si a mesma distância durante a marcha.

Comando: Cabo ou arvorado.

Efectivo: O que o Comandante da fôrça que destaca a patrulha preveja necessário para o desempenho da missão. Normalmente 3 cavaleiros a 1 esquadra.

Zona de acção e distância a que opera: A zona de acção reduz-se ao itinerário seguido pela fôrça que marcha à frente devendo o grosso da patrulha manter a ligação à vista com aquela.

Dependência: A patrulha de ligação depende em tôdas as circunstâncias da fôrça para junto da qual foi destacada seguindo o mesmo itinerário e utilizando a mesma velocidade de marcha.

Informações: Além das que presta à unidade que a destacou pelo desempenho do seu serviço, indicando-lhe o itinerário e a velocidade de marcha da fôrça que a precede, deve informar o Comandante da fôrça junto de que trabalha de tôdas as notícias que lhe venham da sua unidade por intermédio dos balizadores que vão recolhendo e ainda das que estas podem dar sôbre a presença ou movimentos do inimigo no espaço que medeia entre as duas fôrças.

Execução do serviço: Recebida a ordem, que lhe deve prescrever o itinerário, a velocidade de marcha prevista para a coluna e o efectivo da patrulha, o Comandante apresenta-se com ela ao Comandante da unidade ou fracção que deverá preceder na marcha aquela que o destacou e recebe a indicação da hora da partida. Durante a marcha a patrulha conserva-se reünida não perdendo a ligação à vista com a fôrça com que trabalha e vai deixando sôbre o itinerário, nos pontos julgados convenientes, balizadores com a missão de esperar a aproximação da fôrça que marcha à retaguarda e indicar-lhe, por gestos ou informação verbal o itinerário seguido pela fôrça que vai à frente.

Para a colocação dos balizadores deve o Comandante da patrulha basear-se nas seguintes regras:

Só é necessária a balizagem quando:

1) O itinerário passa da via de comunicação que se seguia para outra de importância superior ou inferior.

2) O itinerário segue uma via de comunicação que se cruza ou bifurca com outra de igual categoria.

3) O itinerário deixa a via de comunicação que se segue para passar ao terreno variado ou vice-versa. A marcha em terreno variado exige uma balizagem muito cuidadosa para o que se torna necessária, sobretudo nos terrenos muito acidentados ou cobertos, a ligação à vista entre os balizadores.

A figura 1 dá exemplos da maneira como se executa o serviço de balizagem. Assim a fôrça F saiu do estacionamento E e marchou pelo itinerário indicado. A patrulha de ligação P acompanhou-a e vai fazendo a balizagem. No ponto 1 deixou o 1.º balizador porque a fôrça F passa da estrada de macadam para a alcatroada e em 2 deixou o 2.º porque passa desta para um caminho. Em 3 deixa o 3.º balizador porque é uma bifurcação de duas vias de comunicação de igual categoria. Em 4 não é necessário balizagem porque se continua pelo caminho que se vinha seguindo. Em 5 a fôrça F deixa o caminho e marcha pelo campo por isso fica um balizador em 5, outro em 6 e outro em 7. Quando em 8 a fôrça F torna a meter à estrada fica um balizador nesse ponto a indicar a direcção seguida.

Vejamos agora como procedem os balizadores. O 1.º balizador deixado em 1 estaciona nesse ponto depois de ter verificado cuidadosamente a direcção seguida pela patrulha a que pertence e aguarda a chegada da fôrça R. Logo que a avista faz sinal de atenção e indica, tantas vezes quantas as necessárias até lhe darem o sinal de entendido, a direcção a seguir. Se da fôrça R o não viram ou lhe não respondem espera que ela atinja o ponto onde se encontra e informa verbalmente sôbre o caminho a seguir. Depois tenta reünir à sua patrulha no andamento que lhe foi determinado e pelo itinerário que ela seguia. Ao chegar a 2 o balizador n.º 1 encontra o n.º 2; êste indica-lhe a nova direcção de marcha como atrás se disse e recolhe à patrulha ficando o balizador n.º 1 no posto do n.º 2 até ser novamente atingido pela fôrça R. O n.º 2, se encontra o n.º 3 no seu caminho, procede como se indicou anteriormente e assim sucessivamente.

Atitude para com o inimigo: A patrulha de ligação, dependendo em absoluto da fôrça junto de que trabalha, regula a sua atitude por esta e combate sempre com ela.

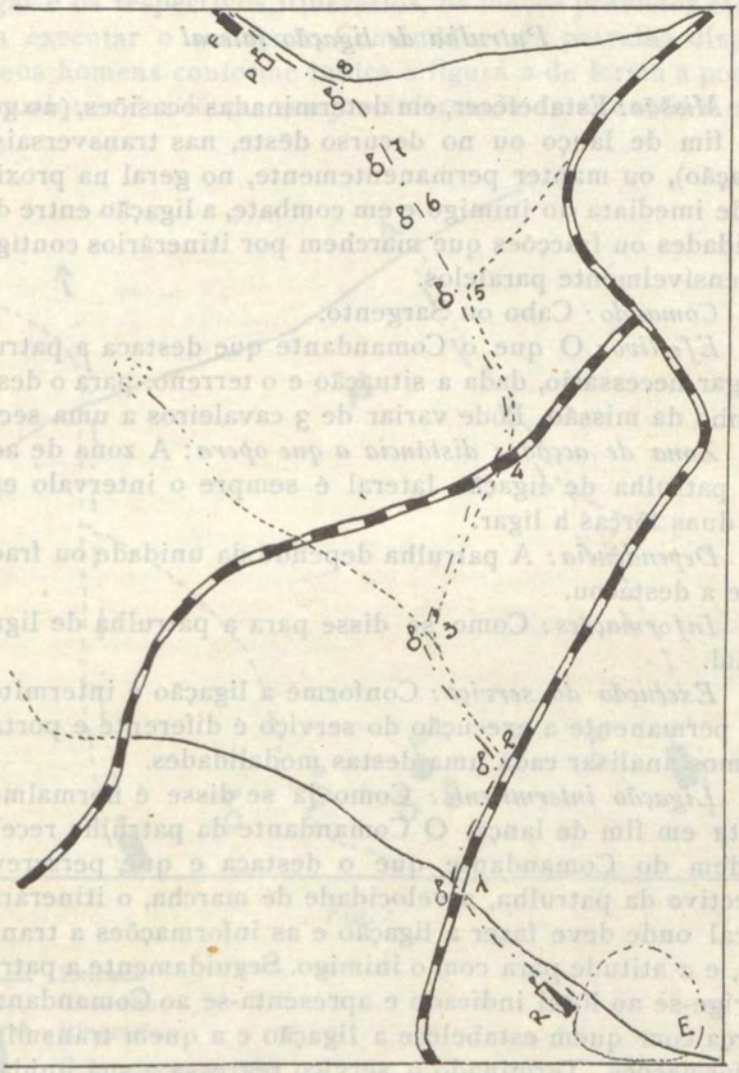


Fig. 1

Estrada alcatroada
Estrada a «macadam»
Caminho
Itinerário

F Fôrça que marcha à frente
P Patrulha de ligação
δ Balisador
R Fôrça que marcha à retaguarda

Patrulha de ligação lateral

Missão: Estabelecer, em determinadas ocasiões, (no geral em fim de lanço ou no decurso dêste, nas transversais de ligação), ou manter permanentemente, no geral na proximidade imediata do inimigo e em combate, a ligação entre duas unidades ou fracções que marchem por itinerários contiguos e sensivelmente paralelos.

Comando: Cabo ou Sargento.

Efectivo: O que o Comandante que destaca a patrulha julgar necessário, dada a situação e o terreno, para o desempenho da missão. Pode variar de 3 cavaleiros a uma secção.

Zona de acção e distância a que opera: A zona de acção da patrulha de ligação lateral é sempre o intervalo entre as duas fôrças a ligar.

Dependência: A patrulha depende da unidade ou fracção que a destacou.

Informações: Como se disse para a patrulha de ligação axial.

Execução do serviço: Conforme a ligação é intermitente ou permanente a execução do serviço é diferente e portanto vamos analisar cada uma destas modalidades.

Ligação intermitente: Como já se disse é normalmente feita em fim de lanço. O Comandante da patrulha recebe a ordem do Comandante que o destaca e que perscreve o efectivo da patrulha, a velocidade de marcha, o itinerário, o local onde deve fazer a ligação e as informações a transmitir, e a atitude para com o inimigo. Seguidamente a patrulha dirige-se ao local indicado e apresenta-se ao Comandante da fôrça com quem estabelece a ligação e a quem transmite as informações. Terminado o serviço regressa à sua unidade e informa o seu Comandante da situação da fôrça com quem se ligou; no geral é portador de ordens para a execução do lanço seguinte.

Ligação permanente: É geralmente feita durante a marcha de aproximação na proximidade imediata do inimigo e em combate. O Comandante da patrulha recebe a ordem de que constam além da missão, o efectivo da patrulha, a sua direcção geral de marcha, a velocidade de marcha das fôrças

a ligar e os respectivos itinerários, os lanços previstos etc... Para executar o serviço o Comandante da patrulha dispõe os seus homens conforme indica a figura 2 de forma a poder ter qualquer das fôrças sempre informada da situação e mo-

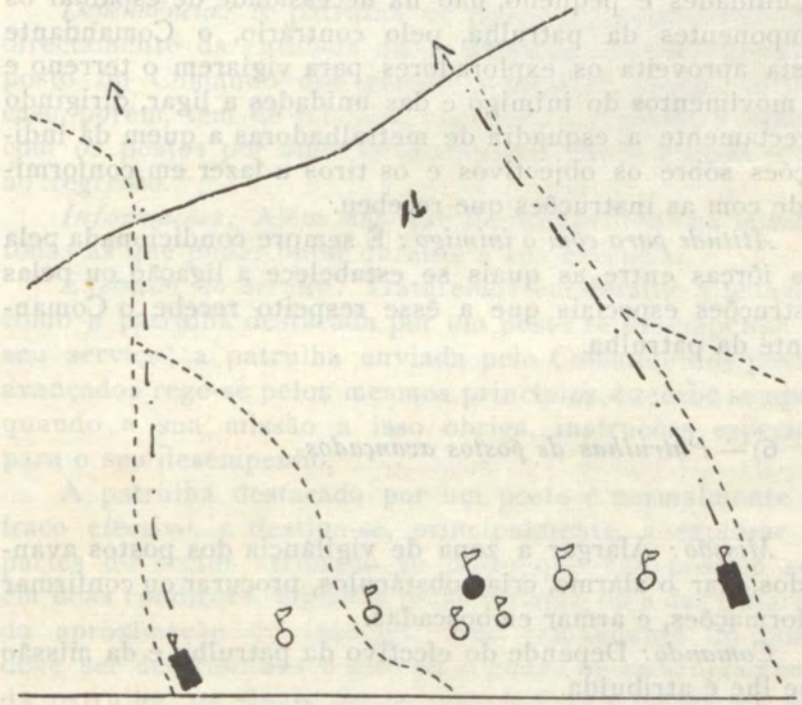


Fig. 2

Estrada
Caminho
Itinerários
Colunas em marcha
Comandante da patrulha
Cavaleiros de ligação

vimentos da outra. Os cavaleiros de ligação mantêm entre si e com as colunas a ligação à vista e informam o Comandante da patrulha de tudo o que possa interessar à segurança e ligação das duas fôrças.

No caso da ligação em combate a patrulha é geralmente constituída por fracções das duas unidades contíguas sob o Comando dum graduado duma delas e tem por missão além do que já foi dito anteriormente, fazer a ligação pelo fogo entre as duas unidades. Neste caso, como o intervalo entre as unidades é pequeno, não há necessidade de espalhar os componentes da patrulha, pelo contrário, o Comandante desta aproveita os exploradores para vigiarem o terreno e os movimentos do inimigo e das unidades a ligar, dirigindo directamente a esquadra de metralhadoras a quem dá indicações sôbre os objectivos e os tiros a fazer em conformidade com as instruções que recebeu.

Atitude para com o inimigo: É sempre condicionada pela das fôrças entre as quais se estabelece a ligação ou pelas instruções especiais que a êsse respeito recebe o Comandante da patrulha.

6) — *Patrulhas de postos avançados*

Missão: Alargar a zona de vigilância dos postos avançados, dar o alarme, criar obstáculos, procurar ou confirmar informações, e armar emboscadas.

Comando: Depende do efectivo da patrulha e da missão que lhe é atribuida.

Efectivo: Conforme a patrulha é lançada por um posto ou pelo Comando dos postos avançados, a missão, a situação e o terreno e ainda conforme o serviço se executa de dia ou de noite, assim o efectivo poderá variar de um número reduzido de cavaleiros comandados por um graduado até uma secção ou um pelotão.

Quando a sua missão implica operações de maior envergadura do que a simples observação e vigilância, no geral acções de emboscada ou de procura ou confirmação de informações, a patrulha tem a designação vulgar de reconhecimento ou «raid».

Zona de acção e distância a que operam: Quando a patrulha é lançada pelo comandante dum posto, a sua zona de acção e a distância a que é enviada é sempre curta e

dentro do sector atribuido ao posto; quando porém é enviada pelo Comando dos postos avançados, a zona de acção e a distância podem ser muito alargadas e são condicionadas pela natureza das informações ou das operações que aquêle Comando deseja obter ou efectuar.

Dependência: A patrulha de postos avançados depende directamente da entidade que a destacou (comandante dum posto ou Comando dos postos avançados); neste último caso, porém, tem de ser feita, com todo o cuidado, a ligação com os postos por onde deva transitar, tanto à saída como ao regresso.

Informações: Além das que lhe são pedidas na missão, tôdas as que puder obter durante a sua execução.

Execução do serviço: Trataremos em detalhe a maneira como a patrulha destacada por um posto se desempenha do seu serviço; a patrulha enviada pelo Comando dos postos avançados rege-se pelos mesmos princípios e recebe sempre, quando a sua missão a isso obriga, instruções especiais para o seu desempenho.

A patrulha destacada por um posto é normalmente de fraco efectivo, e destina-se, principalmente, a explorar as partes do sector atribuido ao posto que não possam ser, em boas condições, vigiadas pelas vedetas, ou a dar o alarme da aproximação do inimigo. Pelo comandante do posto deve ser determinado o giro ou o ponto de estacionamento da patrulha, os sinais de reconhecimento e de alarme, e o itinerário de retirada, no caso de encontro com o inimigo, estabelecido por forma a não prejudicar os fogos do posto e a não desmascarar a sua posição.

O pessoal da patrulha deve executar o seu serviço com o equipamento aligeirado de tudo quanto possa entravar a sua acção ou fazer ruídos que a possam denunciar; às vezes, quando a missão o imponha ou aconselhe, pode receber armamento especial ou dotações reforçadas de munições.

Se o serviço deve ser feito de noite o itinerário deve ser, quanto possível, reconhecido de dia e subordinado normalmente às vias de comunicação utilizáveis; neste caso deve haver especial cuidado no estabelecimento dos sinais de reconhecimento.

A patrulha, a cavalo ou a pé, conforme as circunstâncias, marcha aproveitando todos os cobertos e caminhos desenfiados que o terreno ofereça, evitando quanto possível os ruídos que a possam denunciar e procede de harmonia com a missão que recebeu, fazendo o giro ou instalando-se no ponto que lhe foi determinado, procurando sempre não se deixar colher de surpresa e alertar, em tempo oportuno, o chefe que a destacou, cobrindo sempre, dentro das suas possibilidades, a sua direcção de retirada, em estreita cooperação com os fogos do posto.

Aos comandantes dos postos vizinhos devem ser dadas, com a possível exatidão e antecedência, as horas de saída e de provável regresso da patrulha bem como o seu efectivo, giro e itinerário de retirada.

O reconhecimento das patrulhas deve ser feito por sinais prèviamente estabelecidos ou pela troca do santo, senha e contra-senha mas sempre de forma que ao inimigo seja impossível captá-los.

As patrulhas enviadas pelo Comando dos postos avançados têm, no geral, missões mais latas do que as que acabamos de tratar e, por isso, regendo-se embora pelos princípios expostos, recebem instruções especiais e a sua preparação exige cuidados tanto maiores quanto a importância e amplitude das operações que lhe são determinadas, (procura ou confirmação de informações, criação de obstáculos, execução de destruïções ou de emboscadas) o torne necessário.

Atitude para com o inimigo: Deve constar sempre da ordem à patrulha e pode ser de simples alerta ou de resistência conforme o efectivo e a missão que lhe é atribuida.

Actividade Escolar

Provas finais escolares e C. C. G.

Nos últimos dias de Julho e primeiros de Agosto tiveram realização as provas finais do ano escolar 39-40 que, como de costume, se efectuaram por ocasião do Campeonato do Cavalo de Guerra, por ser a altura em que terminam os trabalhos escolares e com o fim de dar a essas provas maior brilho e interêsse com a assistência de grande número de oficiais que de tôdas as unidades de cavalaria do país acorrem a Tôrres Novas para tomar parte na maior competição eqüestre militar que entre nós se realiza.

As provas finais dizem especialmente respeito ao Curso de Aspirantes Tirocinantes (C. A. T.) e são destinadas a pôr em destaque os ensinamentos que êstes instruendos colheram durante o tempo de permanência na E. P. C.

Prestaram as suas provas com apreciáveis resultados os sete aspirantes que constituiam o curso, tendo obtido os prémios de aptidão eqüestre e aptidão tática e técnica respectivamente os aspirantes Cavaleiro e Avelar. Dentro de breves dias haverá, pois, mais sete novos oficiais na arma de cavalaria que, diga-se de passagem, bem necessitada está dêles.

O programa estabelecido para os diferentes trabalhos foi o seguinte:

Julho 30 — Taça Francisco Salema (1.ª mão)
» 31 — Provas táticas C. A. T.
Agosto 1 — Provas táticas C. A. T.
» 4 — Taça Francisco Salema (2.ª mão) e Corridas
» 5 — Provas técnicas C. A. T.
» 6 — 1.ª Prova do C. C. G. (picadeiro)
» 7 — Idem e Provas de Equitação de Escola
» 8 — 2.ª Prova do C. C. G. (Estrada, Cross, Steeple e Pista rasa)
» 9 — 3.ª Prova do C. C. G. (Percurso de Obstáculos)
» 11 — Taça Dr. Oliveira Salazar
Prova Tôrres Novas
Distribuïção de prémios

A todos estes trabalhos (provas finais e C. C. G.) assistiu e presidiu o Ex.mo Sr. General Manuel Latino, ilustre Director da Arma de Cavalaria.

Ao detalharmos êste programa pondo os resultados de cada prova recordamos com prazer o ardor com que todos se empenharam na luta travada quer no picadeiro, quer no campo de obstáculos, quer nas pistas do hipódromo para alcançarem os primeiros prémios.

Felizmente que o cavalo-vapor, a-pesar-da hegemonia que lhe querem dar no campo da batalha, ainda não nos roubou (nem roubará) o grande prazer que o cavalo-aveia nos dá no hipismo, desporto tão necessário na formação do espírito cavaleiro.

A prova «Taça Francisco Salema» foi disputada pelos Aspirantes, em percurso de obstáculos, montando cavalos argentinos na 1.ª mão e cavalos de saltos da Escola na 2.ª mão. Em qualquer destas duas provas foi vencedor o Aspirante Prazeres Júlio pelo que lhe foi conferido a respectiva miniatura do trofeu.

Nas provas táticas os Aspirantes tiveram de resolver dois problemas de Serviço de Campanha; o primeiro dizia respeito a uma situação de movimento (R. O.), o segundo ao emprêgo de um pelotão de cavalaria numa situação defensiva.

As provas técnicas consistiram em interrogatórios sôbre armamento, transmissões e vários assuntos estudados no decorrer do tirocínio.

Corridas

Estas provas que costumavam ser disputadas no último dia, realizaram-se desta vez antes da primeira prova do C. C. G. e acertada foi a resolução porque, devido à enorme afluência de concorrentes às provas do último dia difícilmente teria sido possível executar todo o programa.

As diferentes corridas efectuadas e seus resultados foram:

— Sargentos da E. P. C. — 800 metros, plana:

1.º — Furriel Bazilio, no *Covilhã* em 1 m. 15 s.
2.º — Furriel Tomaz, no *Divan*
3.º — Sargento Farto, no *Vencedor*

— Aspirantes (montando argentinos) 800 metros, steeple:

1.º — Aspirante Tavares, no *Acoutado* em 1 m. 15 s.
2.º — Aspirante A. Pereira, no *Barbôto*
3.º — Aspirante Cavaleiro, no *Aventesma*

— Oficiais da E. P. C. — 1.400 metros, steeple:

1.º — Alferes Miranda Dias, no *Eland* em 1 m. 52 s. 3/5
2.º — Tenente Rosas, no *Lank*
3.º — Alferes Cordeiro, no *Carlyle*

— Oficiais de Cavalaria — 1.400 metros steeple:

1.º — Tenente Costa Gomes, no *Malagueta* em 1 m. 54 s. 2/5
2.º — Alferes Valadas, no *Calif*
3.º — Alferes Seara, no *Visionário*

— Campeonato de Corridas, 2.500 metros steeple reservada aos três primeiros das provas de oficiais:

1.º — Alferes Valadas, no *Calif* em 3 m. 34 s. 3/5
2.º — Tenente Rosas, no *Lank*
3.º — Tenente Costa Gomes, no *Malagueta.*

O Campeonato do Cavalo de Guerra teve êste ano uma concorrência muito satisfatória e os resultados foram muito apreciáveis principalmente pelo número de concorrentes que terminaram a competição.

Como nota a frizar, a inscrição de cinco oficiais milicianos três dos quais se classificaram regularmente, tendo os dois

restantes desistido por doença das suas montadas. Ao mais classificado, que foi o alferes Seara do R. C. 1, foi oferecida especialmente uma taça pelo Ex.mo Sr. General Manuel Latino.

Não faremos mais referências ao C. C. G. por sabermos que a esta competição se referirá com todo o detalhe um ilustre colaborador da *Revista da Cavalaria*. Apenas registaremos com acentuado prazer o facto da competição ter sido ganha por um oficial da E. P. C. e terem ficado nesta Escola 50% dos prémios pecuniários.

Finalmente no Domingo, 11 de Agosto, realizaram-se no Hipodromo do Entroncamento, com numerosa e escolhida assistência as provas marcadas para êsse dia e que despertaram grande entusiasmo.

Na prova Dr. Oliveira Salazar, (equipes) disputou-se a taça que será pertença da unidade que a ganhar três vezes seguidas ou cinco alternadas.

Estava grandemente empenhado na conquista dêste trofeu o R. C. 7 que já o tinha ganho nos dois anos anteriores. Apresentou-se com uma boa equipe e, num apreciável gesto desportivo que deve constituir exemplo a seguir, fez-se representar no Entroncamento por todos os oficiais e sargentos.

A sorte, porém, não o auxiliou tendo a sua equipe conquistado apenas o terceiro lugar.

A taça foi êste ano ganha pela G. N. R., por 4/5 de segundo de diferença da E. P. C.

A equipe vencedora era constituida pelo:

Capitão Helder Martins
1.º Sargento Saldanha
1.º Cabo Manuel Ribeiro

A segunda classificada (da E. P. C.) por:

Alferes Miranda Dias
Furriel Matos
1.º Cabo Victor Correia

A última prova efectuada, Prova Tôrres Novas registou 48 inscrições e foi executada em percurso de regularidade

Escola Prática de Cavalaria
(1940)

A equipe da G. N. R. constituida pelo Capitão Helder Martins, 1.º Sargento Saldanha e 1.º Cabo Manuel Ribeiro, que ganhou a Taça «Dr. Oliveira Salazar»

O Tenente Antônio Spinola, montando o cavalo Macontene *em que ganhou a prova «Torres Novas»*

com obstáculos bastante difíceis e tanto que apenas três cavalos concluiram um percurso sem faltas.

As classificações foram as seguintes:

1.º — Tenente António Spínola em *Macontene* saltando 28 obstáculos
2.º — Capitão Oliveira Reis em *Navi* saltando 24 obstáculos
3.º — Tenente José Carvalhosa em *Fossete* saltando 18 obstáculos
4.º — Tenente Ramires em *Tzar* com 10 obstáculos
5.º — Capitão Helder Martins em *Rabino*
6.º — Tenente José Campos em *Falta*
7.º — Alferes Rabaça em *Pearless*
8.º — Tenente António Spínola em *Almourol*
9.º — Capitão Peixoto em *Segur*
10.º — Alferes Mário Andrade em *Ulme*

Movimento Escolar

— Foi colocado nesta Escola o alferes Aurélio Banazol, ficando em diligência a recolher.

— Passou ao R. I. 14 a-fim-de fazer parte do Batalhão Expedicionário a Angola, o furriel mecânico automobilista José de Magalhães.

— Foi colocado na E. P. C. o 2.º Sargento mecânico automobilista Alberto Natálio Sena Cardoso vindo do Regimento de Artilharia Pesada N.º 1.

Curso de Oficiais Milicianos

No dia 12 de Agosto teve início nesta Escola um C. O. M. (2.º ciclo) que reune 35 alunos e que tem a duração de 10 semanas.

São instrutores do referido curso, os seguintes oficiais: Capitão Martinho, Capitão veterinário Bettencourt, tenente médico Sousa Dias, Alferes Andrade, Alferes Nascimento, Aspirante Tavares e Aspirante Cavaleiro.

«Boletim do R. C. 8»

Registamos com muito prazer e agradecemos o envio que nos foi feito do n.º 9 do *Boletim de Cavalaria 8* que, referindo-se ao seu primeiro aniversário, se apresenta com muito apreciável aspecto gráfico aliádo ao seu sempre valioso recheio. Desejamos muito sinceramente a continuação da sua actividade tão útil e tão simpática.

«Bronze Revista da Cavalaria»

Com a partida inesperada para o estrangeiro de Capitão Amadeu S.to André Pereira, que estava elaborando o Regulamento para a prova «*Bronze Revista da Cavalaria*» a disputar entre os sargentos assinantes da nossa Revista, não nos é possível publicar nêste número o Regulamento da referida prova.

Com o intuito de orientar os nossos leitores, no espírito da prova será no próximo número resolvido um Tema sôbre «Patrulhas» pelo Capitão Ferreira Durão, e será publicado o regulamento da prova.

Jornais revistas livros

«Defesa Nacional»

O n.º 76 desta Revista, consagrado à cavalaria portuguesa e publicado em Agosto p. p. é para nós cavaleiros portugueses um motivo de congratulação.

Quatro Generais oriundos da arma da cavalaria nela colaboram emprestando à revista o prestígio dos seus nomes, e até neste número é transcrito um trabalho do falecido General oriundo da cavalaria, Leopoldo de Gouveia sôbre a história do R. Cavalaria 1.

A restante colaboração é também muito interessante.

Ao nosso colega os nossos agradecimentos de cavaleiros.

«Infantaria»

O n.º 80 desta Revista correspondente ao mês de Agosto p. p. é apresentado duma forma notável.

Na capa traz um medalhão com a figura do Grande Condestável de Portugal, o patrono da Infantaria Portuguesa. No interior um retrato do mesmo Condestável face a um emblema com a data sobreposta «14 de Agosto».

Abrem a Revista os retratos do Chefe do Estado e Ministro da Guerra seguidos de algumas palavras subscritas pelo Dr. Oliveira Salazar, ministro da Guerra e Cap. Santos Costa, subsecretário do Estado da Guerra. Outros valores colaboram neste número da Revista e a destacar o Major General do Exército e o Director da Arma da Infantaria.

Com uma distinta colaboração em que se encontram alguns dos melhores nomes da Infantaria Portuguesa êste número é realmente digno da sua arma.

Felicitamos vivamente a direcção da Revista e em especial os seus jovens fundadores de 1934 capitaniados pelo nosso presado camarada, tenente Armando Páscoa, pela irrepreensível e pode-se dizer, sem favor, luxuosa apresentação dêste número comemorativo do mês da consagração da Infantaria.

«Boletim do Centro Hípico do Porto»

Temos presente o n.º 1 dêste Boletim. Com a sua publicação diz a Direcção daquele Centro iniciar uma nova fase de vida que desejamos seja venturosa e em harmonia com o esfôrço dispendido e o raiar de novas energias, já que as anteriores tinham vindo progressivamente ado mecendo no espaço de 30 anos, que tantos são os de vida do Centro Hípico do Porto.

«Sôbre a criação cavalar no Alentejo»

pelo Médico-veterinário João Garcia Pereira

Em separata da *Revista de Medicina Veterinária* publicou o deputado Sr. João Garcia Pereira com aquele título uma conferência que pronunciou em Elvas em Abril do ano findo.

Trabalho muito interessante sob todos os pontos de vista, acompanhado de algumas gravuras adequadas à sua índole e de 3 mapas elucidativos, êste folheto contém dados interessantes entre os quais alguns comparativos do custo dos cavalos nacionais e argentinos adquiridos para o Exército. Agitando um problema que, segundo diz o autor, «tem sido sempre preocupação da lavoura e necessidade de ordem militar», o Sr. Garcia Pereira fornece aos estudiosos, através dos números, a sua contribuição para a resolução da questão cavalar em Portugal.

Dicionário militar literário e Técnico — inglês-português

pelo Major Abilio Pais de Ramos

Acaba de ser publicado êste valioso trabalho da autoria do major de cavalaria Abilio Pais de Ramos. Vence o autor as dificuldades da pronuncia do inglês adoptando os símbolos da Associação Fonética Internacional. Quem pois se familiarize com êsses símbolos fàcilmente pronunciará de forma compreensível, em inglês, as palavras que constam do dicionário. É êste ainda um vasto reportório de frases que são utilíssimas para a compreensão do génio da língua.

Actualidades Gráficas

Compilando documentos fotográficos vários, focando episódios relativos à actuação dos Exércitos em luta, pode-se ir fazendo uma ideia do ambiente em que se desenvolve a guerra actual e até dos meios postos em jôgo pelos adversários em presença.

Unidades de motociclistas

Exploradores alemães orientam-se pela carta, a caminho de Paris

Os cães na guerra actual

CÃES ESTAFETAS DO EXÉRCITO FRANCÊS

A-pesar do desenvolvimento sempre crescente dos processos de transmissão, o estafeta não desapareceu ainda dos campos de batalha

Cão do S. S. alemão utilizado na procura de feridos

1940

A organização da defesa passiva Inglêsa

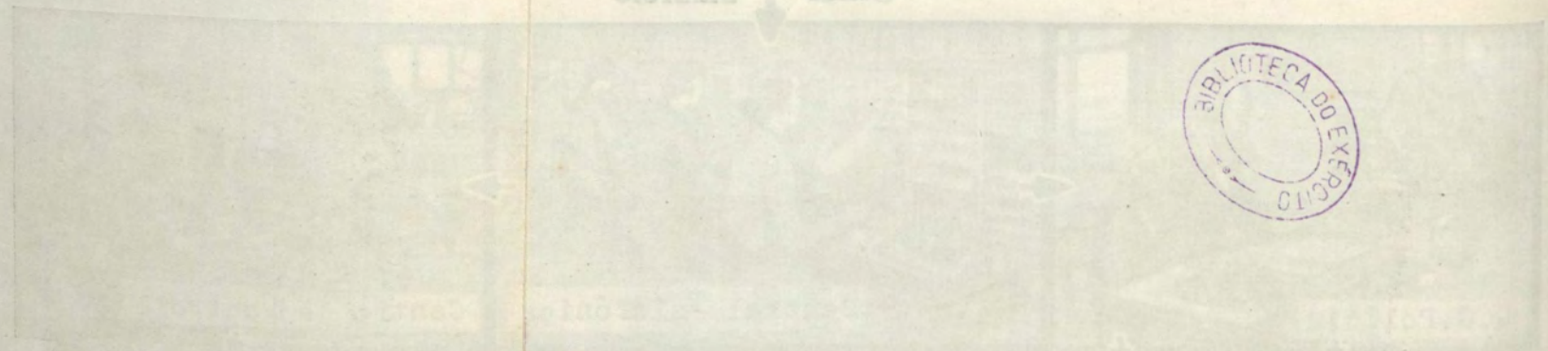
O que acontece quando é avistado um avião inimigo

Sinal amarelo

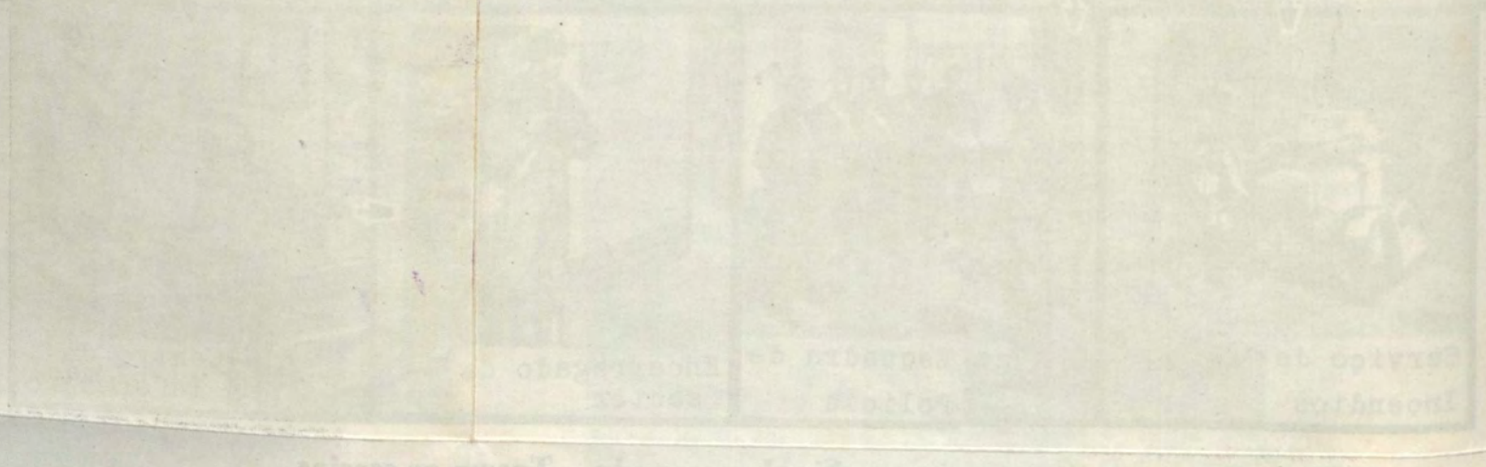
Sinal encarnado — Tocam as sereias

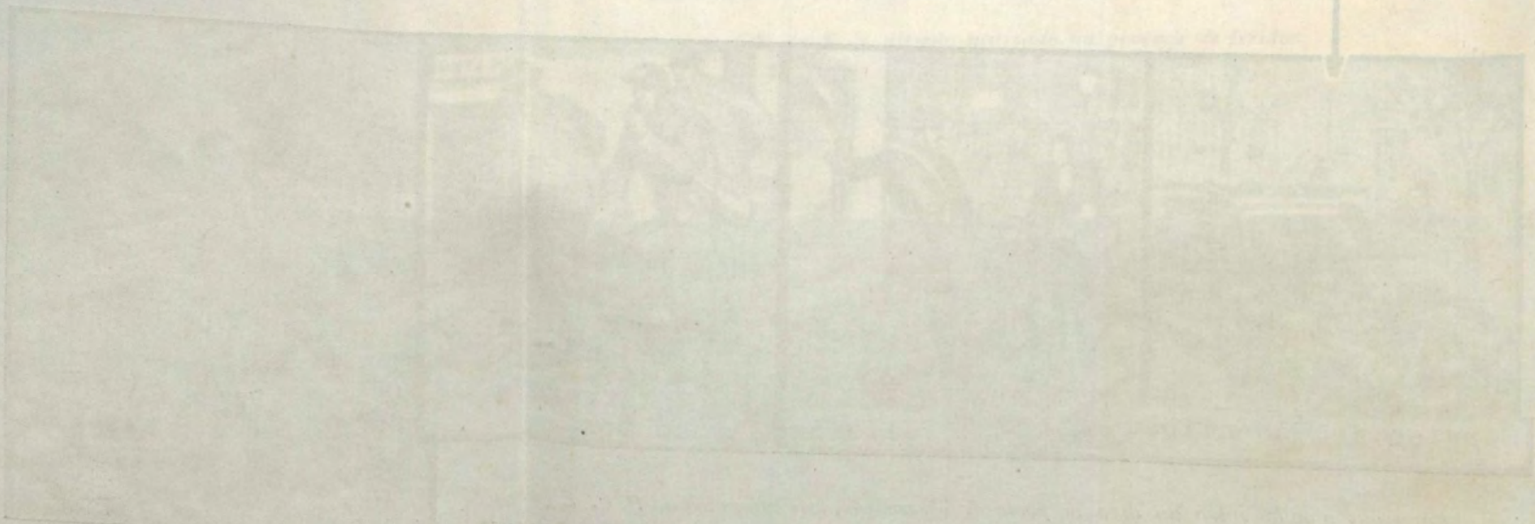
Logo que o avião entra na área do posto de observação, êste comunica ao P. C. É feito o sinal amarelo. A Central Telefónica avisa a Policia e o Centro de Controle. Aquela previne o S. Incêndios e as Esquadras de Policia; e o Centro de Controle previne o Centro de Informações e os Chefes de Sector. O sinal amarelo que significa: **Aprontem-se para agir,** *é o alarme preliminar. O encarnado, que se lhe segue, é o sinal de* **acção. As sereias soam.** *A população corre para os abrigos; o serviço de incêndios avança para as áreas onde tem de operar. A policia e os chefes de sector desembaraçam as ruas.*

Fôrças militares patrulham as ruas em trabalho combinado com a policia.



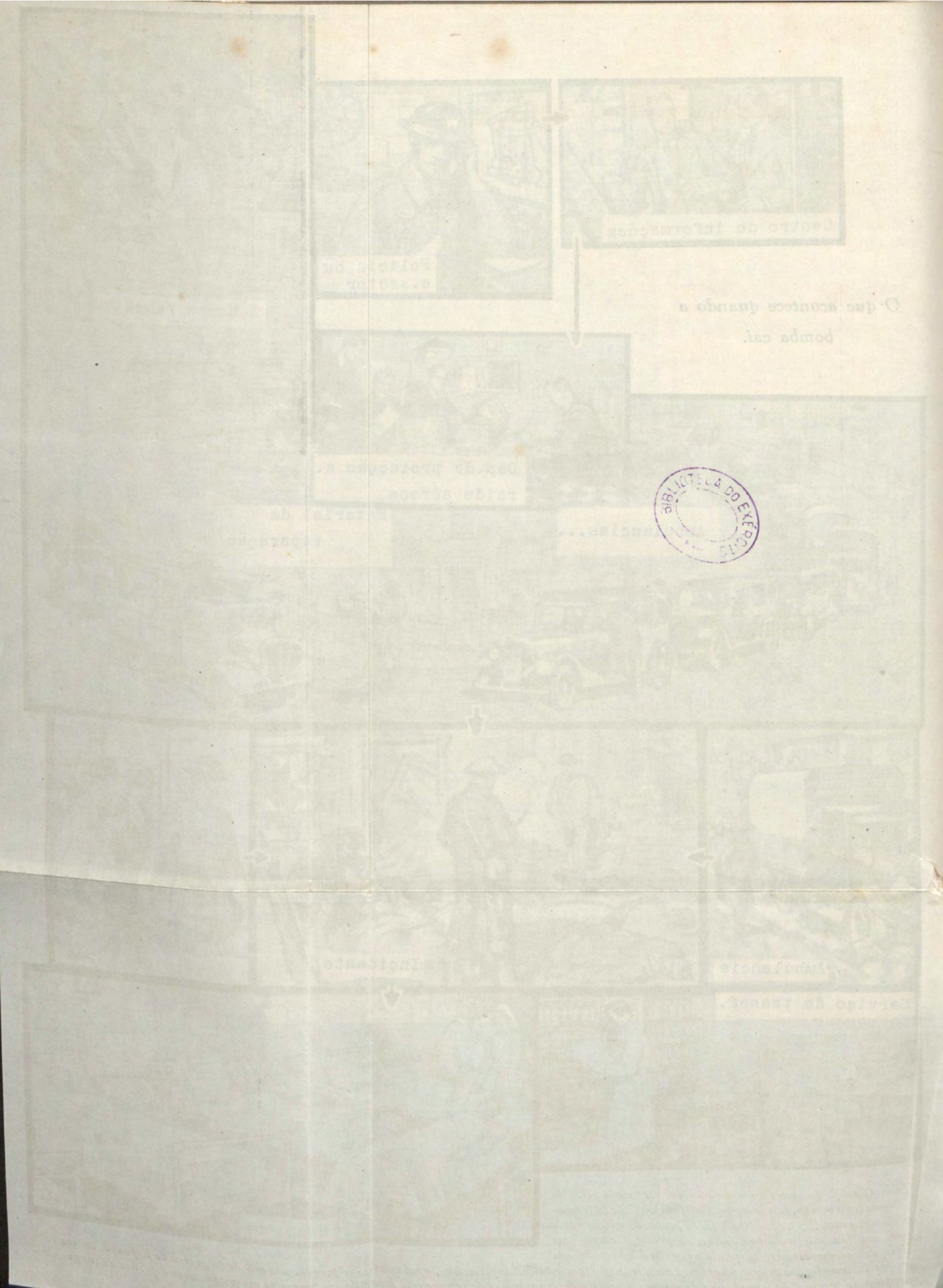
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO





O que acontece quando a bomba cai.

O chefe do sector ou o policia que está mais perto do local onde cai a bomba, comunica pelo telefone ao C. de Informações o local exacto. O C. I. avisa o D. de protecção contra raids aéreos, que faz sair as ambulancias, os pronto socorros e as équipes de salvamento. Os hospitais aguardam os feridos que veem por intermédio dos pronto socorros. Êstes, transportam médicos, enfermeiras, ajudantes... Aproveitando a lição da guerra de Espanha, em que 10% da população precisou de transfusões de sangue, o serviço de transfusões de saugue está montado em **Bancos de sangue** *que teem depósitos de sangue classificado, refrigerado e pronto para sêr instantaneamente utilizado.*


BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Ejército — (Maio de 1940)

Infantaria e Transportes aéreos

Cada nova guerra tráz um progresso técnico em relação às guerras anteriores, progresso imposto, como é natural, pela invenção de novos mecanismos que vêm complicar aquela na luta eterna pela supremacia de uma das duas formas de combate: o ataque e a defesa.

Mas êste progresso, evidencia-se tão lentamente, que em muitas ocasiões quási não têm influência o emprêgo das armas novas na guerra em que fazem a sua aparição e só ao fim dum determinado tempo que coincide com os períodos de paz prolongados, é que se apreciam nìtidamente esta diferença e estes progressos.

A guerra de Espanha, não obstante o já na Guerra Europeia se terem utilizado submarinos e aviões (ainda que estes últimos, excepto em 1918, não tenham tido funções senão de reconhecimento), foi a primeira em que, - por disporem os beligerantes dêste último meio em alguma quantidade, assim como por necessidade em algumas ocasiões, se viram obrigados a empregá-los por falta de Artilharia e para suprir esta, — se pôde apreciar a sua utilidade, assim como a mudança que ia experimentar, já duma maneira retumbante, o conceito da guerra, coisa confirmada desde o princípio das hostilidades da guerra actual.

A guerra transformou-se. O sentido clássico da guerra, frente e profundidade, aumentou de uma maneira brusca para dar lugar a uma terceira dimensão que adquiriu ràpidamente uma importância verdadeiramente transcendental: A altura. A guerra, feita até agora à superfície, faz-se actualmente no ar e no fundo do mar. Sem perder por isto a sua primitiva forma superficial, a guerra tomou uma nova concepção: passou a ser vertical.

Pelo ar se fizeram os transportes das nossas tropas quando o nosso generalíssimo encontrou cortadas ou dificultadas as comunicações com a África, e êste transporte, ficou como antecedente dos que se fizeram depois com uma tal generalidade que se consideravam já normais.

Quando em 1938 a Alemanha decidiu a ocupação da Áustria, ainda que feita de acôrdo com o Govêrno Austríaco, pelo que não deviam temer-se complicações guerreiras, organizou sem dificuldade a entrada das suas tropas com o maior cuidado possível e entre as decisões que tomou foi a de mandar, utilizando os aviões das linhas comerciais, pelo ar, o número de homens que se calcula em 4.000 em 2 dias. O êxito desta operação, fê-la pensar que podia ser êste sistema utilizável em futuras operações.

Mais tarde, um mês antes da ocupação da Noruega, um periódico francês dava a notícia de que a Alemanha estava preparada para fazer transportes até 20.000 homens, em algumas horas sòmente.

Os factos parecem ter vindo a dar-lhe razão, pois todos os antecedentes que nos chegam da campanha da Noruega nos indicam transportes pelo ar de unidades inteiras, e pelo ar é de supor se aprisionem e reforcem algumas daquelas cidades ocupadas ao largo da costa norueguesa que, a-pesar do tempo decorrido, formam entre si ilhas separadas daquela Nação

A Itália, em Abril de 1938, para a ocupação da Albânia utilizou esta mesma classe de transporte, e no estudo da operação que preparou com verdadeiro luxo de meios (intervieram mais de 100.000 homens, 100 navios de guerra e 400 aviões), por via aérea, foram desembarcadas tropas em Tirana. O êxito nestes três casos ficou condicionado ao facto de que por trabalhar em momentos de surpresa como no caso da Noruega ou com a aquiescência da maioria da população como na Áustria e na Albânia, nada se fez para impedir os desembarques daquelas tropas pelo que, podemos considerar que no futuro aquelas nações que têm um desenvolvimento de linhas aéreas consideráveis, poderão, chegada a ocasião, utilizar todos os aviões de passageiros com os quais possam desenvolver estes transportes de tal maneira, que se pode considerar como meio normal de efectua-los na guerra futura. Mas isso não acontece sem se estudar em detalhes a forma como se ha-de fazer êste e sem que se proceda a uma preparação prévia do terreno em que se ha-de fazer a aterragem, semelhante à do estudo de um desembarque marítimo.

Por outro lado, nesta guerra surge o emprêgo da Infantaria Aérea, problema que já em 1935 estudavam os Soviets nas suas manobras de Kiev, nas quais o objectivo a conquistar era um aerodromo situado a 20 Km. à retaguarda das linhas inimigas, conseguindo fazer descer no mesmo, um batalhão de 600 homens paraquedistas providos de todos os elementos necessários, seguidos imediatamente na sua descida pelas metralhadoras e canhões de acompanhamento, aterrando imediatamente depois outro batalhão semelhante, os quais por sua vez preparavam a descida de aviões de transporte com um núcleo de 5.700 homens aproximadamente, com tôdas as suas armas e serviços que provocaram ao situar-se atrás das linhas da suposta defesa, a confusão correspondente e inclinaram a balança a favor daquele núcleo, que por esta forma soube utilizar as suas fôrças aéreas.

Com assinalado scépticismo acolheram êste primeiro ensaio os Estados Maiores das outras nações, mas posteriormente na Rússia, confirmou-se aquela primeira e favorável impressão, e o seu emprêgo estudou-se conscienciosamente sob o ponto de vista tático, assim como na excessiva e espectacular propaganda que disto fizeram os soviets.

Isto obrigou os governos de tôdas as nações, especialmente a França e a Alemanha, a estudar o assunto mais a fundo, assim como a possibilidade destas fôrças paraquedistas, às quais em princípio se lhes assinalou como missão a de ocupação dos aerodromos inimigos (prèviamente destruídos os seus elementos vitais pela própria Aviação), onde podessem aterrar depois os Aviões de Transportes que levavam fôrças, em número suficiente para provocar a desmoralização na retaguarda.

Pensou-se depois em empregar estas primeiras fôrças na destruição de pontos interessantes à retaguarda da linha inimiga, tais como estações de caminho de ferro, linhas de comunicação, depósitos de gasolina, defesas anti-aéreas e postos de Comando, com o que se desorganizaria a defesa contrária, introduzindo elementos de confusão na mesma.

Nas manobras de Moscou em 1936 apresentou-se também uma nova possibilidade do emprêgo destas fôrças, em que a luta entre uma divisão

couraçada e outra de cavalaria, se decidiu por um batalhão de paraquedistas que atacou de flanco esta última. Assim, pensou-se em utilizá-las fixando tropas inimigas que marchem por um desfiladeiro de passagem obrigatória, corta-las na sua retirada, e neste sentido nas manobras do exército russo realizadas em 1936 na Transcaucácia, as fôrças paraquedistas fecharam completamente a passagem a uma coluna que retirava por um caminho obrigatório, desorganizando-a por completo.

O exército francês adoptou esta nova arma nos seus exercícios de quadros e manobras em 1937 e 1938, assim como nas suas recentes festas de aviação em Villaconblay, nas quais fez descer também em paraquedas uma unidade, aproximadamente um batalhão.

Na guerra russo-finlandesa, um comunicado oficial finlandês indicou lacònicamente que os paraquedistas utilizados nesta região foram feitos prisioneiros e aniquilados pelas fôrças dêste último país, o que causou impressão desagradável sôbre o emprêgo dos mesmos.

Parece que o comando russo, cometeu nesta campanha bastantes faltas no emprêgo tático dos elementos de combate.

Notícias recebidas da Noruega dão-nos detalhes do emprêgo de divisões alemãs de transporte aéreo que, formadas por 3 regimentos e 110 aviões de transporte cada uma, serviram para ocupar muitos portos noruegueses nos primeiros momentos da invasão.

A composição destas unidades admitia Infantaria aérea em 80 % dos seus efectivos e no resto, artilharia e engenhos de acompanhamento. O seu emprêgo tático foi semelhante ao estudado nas manobras francesas.

Militar Wocheublatt — (Abril de 1940)

A luta contra a metralhadora

Acontece sempre no combate ofensivo que depois de ter sido feita uma adequada preparação para o ataque e quando aparentemente estão todos os obstáculos removidos e as obras inimigas completamete destruídas, surgem nos sítios mais insuspeitos secções de metralhadoras, que convenientemente utilizadas constituem um núcleo primacial sôbre o qual intenta refazer-se a defesa inimiga.

A êste obstáculo, que é o último elemento com quem tem de defrontar-se a Infantaria atacante, não se tem prestado a atenção suficiente, sobretudo pelos tratadistas e elaboradores de planos de instrução das unidades ligeiras do campo de batalha, limitando-se as mais das vezes, na realização de exercícios práticos do tempo de paz, a localizá-las «in mente» e designá-las simplesmente com a frase de «30 miléssimos à direita de ...» sem se ajustar à realidade, em que surge quási sempre como irresulúvel o problema da sua verdadeira localização.

Unicamente o pessoal de observação de artilharia e metralhadoras sendo equipado com bons binóculos de campanha, é que está em condições de descobri-las, e êste, a pequenas distâncias.

Uma prova concludente sôbre a dita dificuldade é o grande consumo de munições das metralhadoras durante a batalha.

Em 21-9-1924, em Kassiguy, a 15.ª Companhia de metralhadoras do Regimento de Infantaria Bávara disparou durante as horas da manhã mais de 180.000 cartuchos.

Existe todavia outra circunstância que acresce à magnitude do problema e que é o facto do Regimento de Infantaria em 1914 sòmente contar com seis metralhadoras e na actualidade dispor dumas 200, razão porque terá sempre de contar com a sobrevivência de algumas destas armas, que nem a mais completa preparação de artilharia poderá anular completamente.

Os franceses, que tanta atenção dedicam à informação na frente, chegando a designá-la pela «batalha dos olhos», fazem notar esta impotência para localizar as metralhadoras inimigas, reconhecem como único meio prático o barrar com o fogo disperso e nutrido de suas próprias armas a provável localização das armas contrárias, sem grandes esperanças de aliviar com êle as fôrças que apoiam.

Isto é, o problema apresenta as mesmas características que o da Artilharia de Campanha em 1914, em que por falta de um meio exacto de informação se via freqüentemente incapaz de livrar as suas tropas dos efeitos da Artilharia inimiga.

A leitura atenta da literatura que se tem ocupado da resolução dêstes temas não nos presta muita ajuda sôbre o seu esclarecimento: uns ensinam-nos que contra a acção de uma metralhadora não descoberta, sòmente existe a possibilidade do emprêgo de um tiro de fustigamento e neutralização temporária; outros intentam deduzir a sua colocação pelo conhecimento da trajectória de seus projécteis, coisa que oferece inumeráveis dificuldades, pois se em alguns casos a configuração e natureza favoráveis do terreno pode fazer-nos chegar à localização do posto médio dos infantes, como as trajectórias muito vasantes têm ângulos de queda de 1,5° a 1.000 m, de 6° a 2.000 m e de 17° a 3.000 m, sempre teríamos a dificuldade de medir ângulos de queda para a possível identificação, da distância à qual está situada, supondo-se conhecida a direcção da trajectória pelos pontos de impate.

A identificação, valendo-se de receptores acústicos, como para a Artilharia, é impossível pelas características do som.

A única possibilidade que resta, empregando os métodos acústicos na sua maneira mais rudimentar, será localizar a direcção aproximada por meio da escuta ou «ouvido descoberto» e a distância, por meio da duração do intervalo entre o disparo e o impate.

Supondo conhecida a sua localização, a destruição de um ninho de metralhadoras ligeiramente protegido, exigirá, segundo as normas francesas, de 5 a 6 salvas de 6 disparos cada um. Por outro lado, os 18 lança-minas de um regimento empregados contra as 150 metralhadoras, requerem um consumo de 18.000 kg de munições.

Quando se tenha conhecimento, por meio de fotografias aéreas, da localização de uma metralhadora (guerra de posição), necessitam-se práticamente para bate-la, pelo menos 100 tiros de morteiro. Certamente que com os engenhos de acompanhamento da Infantaria será preciso um número menor de tiros, pois em ambos os casos se pedirá uma informação precisa da sua colocação.

As esperanças que tanto os velhos soldados como os bisonhos recrutas punham no emprêgo dos tanks para bater estas armas deram resultado pouco menos que deficientes, pois surge o mesmo perigo de algumas metralhadoras que mantendo-se não batidas fustigam a Infantaria de acompanhamento, quási indefesa contra tais fustigamentos.

No entanto e segundo a literatura dedicada ao estudo dêstes temas, espera-se todavia dos tanks uma poderosa acção contra o tiro directo das metralhadoras quando intervenham grandes massas contra elas.

Os americanos, em vista do custo que resulta do emprêgo dos tanks concebidos na actualidade, orientam melhor a questão construíndo um veículo blindado metralhador, de reduzidas dimensões (capaz de alojar os serventes deitados) e grande capacidade de movimento por tôda a espécie de terrenos, o qual devido às suas características especiais, permite uma maior aproximação dos postos inimigos, aumentando as suas probabilidades de êxito com uma apreciável diminuição do próprio risco ...

Revue Militaire Suisse — (Março de 1940)

Comentários sôbre a guerra actual

Alguns ensinamentos

Para cumprir a sua missão, o exército deve poder adaptar-se às diversas formas da guerra.

Sob esta rúbrica, nós somos forçados a tirar ensinamentos dos acontecimentos e pôr em relêvo a evolução dos processos de combate.

Ainda que o exército esteja trabalhado intelectualmente, quere dizer, ainda que êle esteja em condições de modificar a sua tática em função do momento, o nosso destacamento de combate deverá estar à altura da sua missão.

Por outras palavras, é preciso marchar com tempo e não confiar em fórmulas demasiado rápidas.

Há neste domínio um esfôrço diário considerável a realizar pelos quadros e pela tropa. Para os primeiros, trata-se por um lado de fazer provas duma grande «souplesse» intelectual para assinalar os métodos do dia e, por outro lado, de poder dispôr de tempo necessário para adquirir a instrução militar, em evolução permanente, exigida pela guerra moderna.

Quanto à tropa, não é senão por uma instrução muito intensa e igualmente aperfeiçoada que nós obteremos aquilo que estamos no direito de esperar dela. Estas questões põem sem dúvida alguma o problema da nossa futura organização militar.

Mas não chegou ainda a hora de discutir êste têma.

*

Mais ainda que no passado, a batalha procura quebrar o moral do adversário.

Para o conseguir, a guerra moderna emprega dois processos: o primeiro é da propaganda (executada sob tôdas as formas) que visa

a pôr o adversário num estado de inferioridade moral antes da batalha; o segundo, é o acto de fôrça executado com meios macissos sôbre os individuos moralmente diminuidos.

Assim, em pouco tempo, se desmorona o edifício atacado.

Em face dêstes métodos, não nos devemos obrigar à forma passiva da defensiva, porque assim estaremos sempre atrazados numa ideia ou num processo tático.

Não podemos dizer sempre: «Nós não devemos fazer isto ou aquilo», tendo como base acontecimentos passados. Devemos fazer obra positiva.

A primeira coisa é paralizar a acção da propaganda estrangeira sob todos os seus aspectos, criando no povo e no exército um ideal ou uma mística contra a qual se quebrará esta propaganda.

Esta acção será o desenvolvimento da nossa defesa espiritual da nação, posta à altura das exigências do dia, com os processos modernos de propaganda.

Sabemos muito bem que o termo *propaganda* não é simpático ao povo Suisso. Pouco importa o nome. Trata-se duma arma moderna em especial para uso interno, e se não a utilizarmos permaneceremos em estado de inferioridade.

Nós construimos fortificações para proteger a vida material da Suissa; impõe-se agora criar a arma que proteja o moral.

*

No domínio puramente militar, é necessário igualmente precisar o que se segue:

A batalha de 1940 é condicionada por 3 factores:

O efeito moral aterrador da Aviação; a potência do choque das unidades blindadas ou motorizadas; a acção sôbre as retaguardas do exército.

Para fazer face à Aviação é preciso uma tropa de nervos sólidos, onde o homem mesmo isolado guarde a sua vontade de resistência.

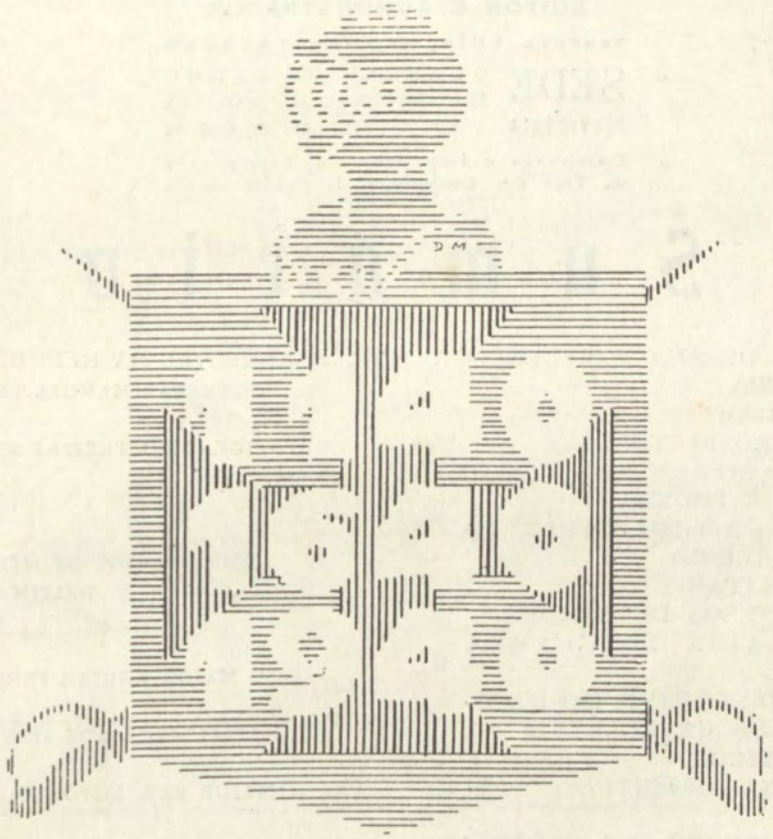
Neste domínio a instrução do exército exige uma colaboração real de tôdas as armas com a aviação.

É um novo ramo de instrução a criar e que deverá ter prioridade sôbre todos os outros. Para lutar contra os engenhos motorizados de tôdas as categorias, impõe-se conhecer as suas possibilidades técnicas. A nossa defesa visaria a interdizer a sua entrada em acção quaisquer que sejam os processos do seu empenhamento. Assim, nós teremos uma tática nossa que não seja uma conseqüência tardia dos processos de utilização dêsses engenhos do adversário.

Revelamos numa crónica precedente que a guerra se estendeu em superfície. A acção do exército na frente é apenas um aspecto da luta.

Os outros são o combate no interior em que actuam os bombardeamentos aéreos, os paraquedistas e eventualmente os inimigos da ordem estabelecida. Aí também o país deve ser protegido. Não se trata de ter uma fôrça interna género «Guarda Nacional» com uma instrução sumária. É necessário que seja uma tropa de élite sabendo tão bem desempenhar a sua tarefa de defêsa aérea, como a de reprimir um levantamento ou inutilizar sabotagens.

6678



.....

Não vos hão de faltár, gente famoſa,
Honra, valor, & fama glorioſa.

Luſiadas canto X, estrofe LXXIV

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.TO ANDRÉ PEREIRA
TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPINOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE PROVISÓRIA — QUARTEL DO CARMO, LISBOA, TELEF. 2 21 22

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Sumário

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SNR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA		
A CAVALARIA	GENERAL MANUEL LATINO	545
"IN MEMORIAM"		548
VISTA RETROSPECTIVA	GENERAL FREITAS SOARES	549
REMEMORAÇÃO		552
QUERER... É PODER		553
A FORMAÇÃO DO ESPÍRITO DE CAVALEIRO	CORONEL RUY DE MENEZES	555
A VIDA MILITAR	DELFIM MAYA	561
QUATRO VERSOS DE CAMÕES	***	575
A CAVALARIA NA GUERRA ACTUAL	MAJOR AGUIAR FERREIRA	577
ESBOÇO HISTÓRICO DO REGIMENTO DE CAVALARIA 2	MAJOR CARLOS SELVAGEM	592
TEMAS TÁTICOS.		601
REMOMTA NA ARGENTINA	MAJOR VET. ANTÓNIO LEBRE	607
HIPISMO:		
TAÇA "FUENTE DE CANTOS"	CRÓNICA POR X	612
TAÇA "GENERAL DOMINGOS DE OLIVEIRA"	CRÓNICA PELO CAP. ANTONINO CRUZ	619
ENSINO DO CAVALO	CAPITÃO ALMEIDA RIBEIRO	631
"GABINETE DO VETERINÁRIO"	DR. FERNANDO FURTADO COELHO	638
BOLETIM DA E. P. C.		
SAPADORES	CAPITÃO M. PEIXOTO DA SILVA	646
BRONZE "REVISTA DA CAVALARIA"		658
ACTIVIDADE ESCOLAR		663
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		664

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 30$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5$00

Revista da Cavalaria

N.º 7 Novembro

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Aos jovens oficiais que, com tão bons auspícios, fundaram ha um anno a "Revista da Cavallaria" apresento as minhas fervorosas saudações.

Bem as merecem, na verdade, pelo seu enthusiasmo, pela sua dedicação e pelo estudo que ficam bem evidenciados nas paginas já publicadas da Revista.

Assim, não é difícil augurar-lhes um futuro auspicioso, que será a justa recompensa de seus esforços.

Da minha parte, acompanhando-os com interesse, faço votos sinceros para que, por muito tempo, continue tão bem representada a Arma pela qual, durante uma longa carreira, fiz tudo quanto em mim cabia para a engrandecer e prestigiar.

novembro de 1960

General Canrobert

S. Ex.cia O Presidente da República

...DOCÊTO DE DELFIM MAYA
...A REVISTA DA CAVALARIA

Assim, não é difícil augurar-lhes um futuro auspicioso, que será a justa recompensa de seus esforços.

Pela minha parte, acompanhando-os com interesse, faço votos sinceros para que, por muito tempo, continue tão bem representada a Arma pela qual, durante uma longa carreira, fiz tudo quanto em mim cabia para a engrandecer e prestigiar.

novembro de 1960

General Canrobert

ESBOÇETO DE DELFIM MAYA
PARA A REVISTA DA CAVALARIA

S. Ex.cia O Presidente da República

A CAVALARIA

Pelo General MANUEL LATINO

INFORMAR, cobrir e combater.

São as três palavras que exprimem tôda a acção da cavalaria, a razão de ser da sua existência. Representam o seu trabalho, o seu sacrifício, a sua glória.

Com a séria remodelação porque está passando ainda tem razão de ser a existência da cavalaria?

A cavalaria ainda informa, ainda cobre, ainda combate?

Não há dúvida que sim. Não há cavaleiro que hesite na resposta.

As suas características podem mudar, o seu modo de actuar pode modificar-se mas a Cavalaria, devido à sua flexibilidade à rapidez da sua acção, ao desembaraço à decisão com que se empenha terá sempre necessidade de existir, e prestará aos comandos, que a ela recorram, os mais inestimáveis serviços.

Confesso que, cavaleiro da cavalaria a cavalo, me custa o reconhecer a mudança radical que o seu modo de actuar

está sofrendo, e sofrerá, mas seria negar a evidência, a sua não aceitação.

Temos de acompanhar a evolução.

E partindo do princípio base que a actuação da Cavalaria — a cavalo ou moto-mecanizada — continua a ser precisa e que o seu espírito é o mesmo — a mesma audácia, a mesma decisão, a mesma intrepidez e sangue frio — todos nós cavaleiros temos de encarar, de frente a nova modalidade e entrar nela, como cavaleiros, decididos a manter a Cavalaria no lugar que de direito lhe pertence.

Estou convencido — apenas opinião pessoal — que será sempre o cavalo que dará a têmpera precisa aos cavaleiros do motor. Não nego, porém, a eficiência da nova cavalaria, e reconheço que a moderna orientação, imposta pelas necessidades, lhe aumenta a velocidade e o seu potencial em fogo embora com prejuizo da sua tradicional flexibilidade e facilidade de dispersão.

A aviação deu-lhe um poderoso auxílio na informação, vai buscar esta, com rapidez, a uma distância que a cavalaria só poderá alcançar com mais demora, mas é à cavalaria que se pedirá o detalhe e a garantia dessa informação, tão preciosa ao chefe que dela necessita para o desenvolvimento da sua manobra.

Os moto-mecanizados dão-lhe uma potência de fogo e uma fulgurante rapidez no ataque e nas sondagens que a cavalaria a cavalo, por si só, não conseguia.

Mas esta potência de fogo e fulgurante rapidez são obtidas, com prejuizo da segurança própria que os motorizados e mecanizados não garantem com eficiência.

Embora o país pela sua configuração e razões de vária ordem, não possa entrar decididamente pelo caminho da moto-mecanização, e que esperemos para breve a motorização de algumas unidades, o que é certo é que a cavalaria a cavalo, ainda tem de prestar os seus serviços por largos anos.

Será ao cavalo, praticando desportos eqüestres, em tôdas as suas modalidades, que se irá buscar a têmpera precisa para actuar com os meios mecanizados e tirar dêles o partido que dependa da oportunidade, da energia e da decisão que só um cavaleiro lhe pode dar.

Revista da Cavalaria

Esta guerra, ainda em começo, pouco mostrou da cavalaria e seria prematuro ajuizar das impressões até agora colhidas mas estou certo que ela trará para a cavalaria grandes ensinamentos.

A velha tática está tôda modificada. Vemos as Divisões blindadas e motorizadas, actuar como a antiga cavalaria, na irrupção pelo país inimigo, rompendo a frente, desorganizando comunicações, desmoralizando retaguardas.

Acções de oportunidade, de rapidez e de audácia.

Afinal ... sempre cavalaria ...

Desta arte o Mouro perfido despreza,
O poder dos Christãos, & não entende,
Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende.
Co ella o Castelhano, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hũs Mafamede, & os outros Sanctiago,
Os feridos com grita o Ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com esforço tamanho estrue & mata,
O Luso ao Granadil, que em pouco espaço,
Totalmente o poder lhe desbarata,
Sem lhe valer defesa, ou peito de aço:
De alcançar tal victoria tam barata,
Inda não bem contente o forte braço,
Vay ajudar ao brauo Castelhano,
Que pelejando está co Mauritano.

Ia se hia o Sol ardente recolhendo,
Pera a casa de Thetis, & inclinado,
Pera o Ponente o vespero trazendo,
Estaua o claro dia memorado,
Quando o poder do Mauro grande & horẽdo
Foi pelos fortes Reis desbaratado,
Com tanta mortindade, que a memoria,
Nunca no mundo vio tam gram victoria;

Reprodução da gravura publicada nos
DIALOGOS DE VARIA HISTORIA
AVTOR PEDRO DE MARIZ
Edição de 1594.
Primeiros Retratos dos Reys de Portugal em livros portugueses

« In memoriam »

Desta arte o Mouro perfido despreza,
O poder dos Christãos, & não entende,
Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende.
Co ella o Castelhano, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hũs Mafamede, & os outros Sanctiago,
Os feridos com grita o Ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com esforço tamanho estrue & mata,
O Luso ao Granadil, que em pouco espaço,
Totalmente o poder lhe desbarata,
Sem lhe valer defesa, ou peito de aço:
De alcançar tal victoria tam barata,
Inda não bem contente o forte braço,
Vay ajudar ao brauo Castelhano,
Que pelejando está co Mauritano.

Ia se hia o Sol ardente recolhendo,
Pera a casa de Thetis, & inclinado,
Pera o Ponente o vespero trazendo,
Estaua o claro dia memorado,
Quando o poder do Mouro grande & horẽdo
Foi pelos fortes Reis desbaratado,
Com tanta mortindade, que a memoria,
Nunca no mundo vio tam gram victoria;

Reprodução da gravura publicada nos

DIALOGOS DE VARIA HISTORIA

AVTOR PEDRO DE MARIZ

Edição de 1594.

Primeiros Retratos dos Reys de Portugal em livros portugueses

Vista retrospectiva

pelo General FREITAS SOARES

RENASCIDA de uma feliz inspiração de um grupo de jovens oficiais, a *Revista da Cavalaria*, após uma interrupção de largos anos, entra com o presente número no segundo ano da sua nova existência.

Interessante será, pois, no limiar dêste segundo ano, lançar uma vista retrospectiva pelas 524 páginas dos seus primeiros seis números, para em uma ligeira síntese, termos a satisfação de verificar que a missão que aquêles jovens oficiais se impuseram foi satisfatòriamente cumprida.

Compreendem essas 524 páginas cêrca de 30 trabalhos versando assuntos importantes, uns interessando particularmente a Arma, outros de interêsse geral a tôdas as armas e serviços que utilizam o cavalo como meio de acção indispensável à sua actuação.

Agrupam-se êsses trabalhos em 4 secções: — *Diversos, Temas táticos; Hipismo; Boletim da E. P. C. e Jornais, Revistas, Livros.*

Nos *Diversos,* o artigo de abertura, sob o título *Aos Novos*, é da autoria do Ex.mo General Morais Sarmento, que ao tempo exercia as altas funções de Major General do Exército.

O ilustre General, antigo oficial de cavalaria e professor da cadeira de Tática da Arma na Escola do Exército, onde teve por seus discípulos todos os oficiais de cavalaria que actualmente ocupam hoje os postos de Capitão a Briga-

deiro, relembra aos seus antigos alunos o espírito e as qualidades requeridas por um chefe de cavalaria.

O Sr. Coronel Ramires, no seu *E. P. C.*, diz-nos ràpidamente, mas com clareza, o que foi, o que é, e o que deve ser a Escola Prática de Cavalaria, de que é actualmente comandante.

O primeiro artigo essencialmente doutrinário, *Cavalaria Moderna*, é da pena de um dos mais ilustres oficiais da nossa Arma, o Sr. Coronel Afonso Botêlho.

Nas suas vinte páginas, o seu autor, com a proficiência de sempre e com a sua incontestável autoridade, estuda qual deva ser a fisionomia da guerra moderna; o papel da cavalaria, quando houver necessidade do seu emprêgo na nova modalidade da guerra, e quais os seus meios de acção, para, em última análise, concluir por qual deva ser a organização e a constituïção da Cavalaria.

Ao Iniciar a Carga, pelo Sr. Tenente Casimiro Gomes, representa bem, em linguagem de cavaleiro, o convite à colaboração, feito com a autoridade que merecidamente possue um dos fundadores da nova *Revista da Cavalaria*.

Nos *Casos de Guerra*, o Sr. Major Buceta Martins — professor de Tática da Arma na Escola do Exército — apresenta-nos, para demonstrar o seu ponto de vista — *cavalaria a cavalo* — um exemplo histórico do emprêgo da Arma a cavalo, analisando e fazendo a crítica da acção das tropas de cavalaria no combate de Olejow (21-8-1914) na fronteira oriental da Galícia.

Remonta na Argentina, do Sr. Major veterinário António Lebre, constitue não só uma narrativa interessante da viagem àquela grande República sul-americana, mas principal e substancialmente o que foi a última remonta portuguesa naquêle país, mostrando as possibilidades de aquisição, de desbaste, de ensino e de alimentação em Portugal das espécies adquiridas.

No *Mordente do cavaleiro*, o Sr. Tenente Spinola, outro distinto fundador, esmalta o significado dêste título com o exemplo histórico da acção do 4.º esquadrão do 10.º Regimento de Caçadores franceses em 30-5-1918.

Do cavalo aveia ao cavalo motor, o Sr. Major Pais de Ramos, num estudo retrospectivo do emprêgo da Arma até

à guerra de 1914-1918, conclue por mostrar que a necessidade do emprêgo da cavalaria existe sempre com as características de mobilidade, potência de fogo e choque, quer se utilize o cavalo, quer o engenho motorizado ou mecanizado.

Comandar é um interessante estudo do Sr. Tenente-coronel Abrantes sôbre a *formação, alma* e *papel de um chefe de cavalaria,* papel que se desdobra em *instruir, comandar, arrastar.*

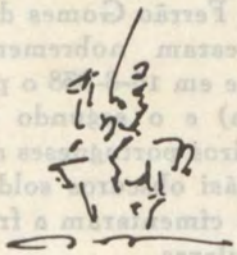
Preparemos soldados, do Sr. Tenente-coronel Mousinho, dá o justificado relêvo ao contacto permanente com a tropa na formação dos chefes dignos dêste nome, e com as faculdades de decisão e culto das responsabilidades.

Serve-lhe de fundamento e base de partida uma frase célebre e profundamente conceituosa do grande Mousinho, grande na alma, na inteligência, na cultura e no carácter.

Na *Profilaxia do tétano,* o Sr. Tenente médico Macias Teixeira diz-nos em breves palavras, mas de uma grande utilidade nas armas montadas, o estado entre nós desta importante questão técnica.

Nos *Temas táticos,* o Sr. Major Aguiar Ferreira, professor de Tática da Arma na Escola do Exército, inicia com mão de mestre o estudo do trabalho a seguir na resolução de casos concretos do emprêgo da cavalaria. Valioso trabalho êste para todos os oficiais da Arma, que poderão de futuro orientar os seus estudos de aplicação tática, guiados e acompanhados pelas lições de um verdadeiro mestre no assunto.

Quanto aos trabalhos das restantes *Secções* do *Sumário* da *Revista da Cavalaria,* bastará apenas dizer que constituem sem dúvida alguma, um precioso documentário da actividade da Arma em *Portugal.*



Rememoração

Comemorou-se no dia 30 de Outubro findo, em Evora o seiscentéssimo aniversário da Batalha do Salado.

Agora como então, Espanha e Portugal unidos no mesmo fervôr patriótico, ambos altivos e ciosos da sua independência, olham o que se passa, quais sentinelas costas com costas, prescutando o horizonte, certas, cada qual, de que o inimigo, pelo seu lado, não penetrará.

Portas das suas casas escancaradas nas fronteiras terrestres, confiam as duas nações no valor moral, e até material, das suas fôrças unidas. Não desafiam ninguém, mas estão vigilantes e atentas ao interesse comum.

A *Revista da Cavalaria*, lembrando os nomes dos seus camaradas, Tenente João Feio Ferreira da Silva e Alferes João A. M. Martens Ferrão Gomes da Mata (Marquês de Penafiel) que baquearam nobremente por Espanha e Portugal em 4-1-939 e em 16-8-938 o primeiro na passagem do Segre (Catalunha) e o segundo na Frente do Ebro, presta a êsses cavaleiros portugueses a sentida homenagem que é devida aos quási obscuros soldados, que com todo o seu sangue generoso cimentaram a fraterna amizade entre os dois povos peninsulares.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Tenente de Cavalaria

João Augusto Pimentel Feio Ferreira da Silva

Combate Passagem do Segre

4-1-939

combate

Alferes de Cavalaria

João António Maria Marlens Ferrão Gomes da Mala

(Marquês de Penafiel)

Combate Frente do Ebro

15-8-938

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Louvores

(Ordem do Exército n.º 11 de 27 de Maio de 1940 — 2.ª Série)

Tenente de cavalaria João Augusto Pimentel Feio Ferreira da Silva: porque, tendo-se oferecido para servir na Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, depois de por várias vezes ter procedido heròicamente em várias acções de guerra, morreu com gloriosa serenidade, no próprio dia em que regressava de licença, quando, para juntar-se à sua unidade, que se encontrava em perigo, atravessava a pé, debaixo de fogo vivíssimo de metralhadora, um terreno considerado inacessível, onde tinham sido abatidos todos quantos já haviam tentado passar, honrando assim, pelo seu exemplo de valentia e sacrifício da vida, o bom nome do exército português.

Alferes, na situação de reforma, João António Maria Martens Ferrão Gomes da Mata: porque, fazendo parte da Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, nas brilhantes operações da 17.ª bandeira da Legião, em 6 de Agosto de 1938, no ataque ao Monte Auts (sector Fayon-Mequinenza) se distinguiu de forma notável, não só pela sua bravura pessoal, mas também pelo acêrto com que se conduziu no combate. No segundo ataque à Serra de Pandols, na manhã de 15 de Agosto, em que a sua bandeira, tendo sido fortemente atacada por elementos das divisões Lister e Campesino e batida por potente concentração de artilharia, foi quási totalmente aniquilada, morreu gloriosamente depois de ter mostrado a mais completa indiferença pelo perigo e animando sempre os legionários com o seu valoroso exemplo.

Querer... é poder

No 1.º Aniversário da Revista da Cavalaria

ASSINALA a *Revista da Cavalaria* com a publicação do presente número, o seu 1.º aniversário.

Acto modesto e simples na aparência, mas ecoando bem profundamente no coração de todos os cavaleiros portugueses.

O 1.º lanço está vencido. Vamos iniciar a progressão para o 2.º lanço, com a mesma firmeza, com o mesmo entusiasmo com que amanhã actuaremos em campanha.

A *Revista da Cavalaria*, contra o cepticismo geral, contra a indiferença de alguns e contra a hostilidade de outros, que em lugar de a acarinharem, antes a votam a uma indiferença quási que desoladora, marcha em frente com passo seguro, com espírito absolutamente cavaleiro, e pretende acima de tudo afirmar que, amparada ou desamparada, «*não morrerá nem devagar*», porque, nós Cavaleiros, não *queremos*. Embora a nossa arma seja a menor nos efectivos é sem dúvida a maior no *querer*.

É, sobretudo graças a êsse espírito e a essa vontade que a nossa Revista se mantem.

Nós que tivemos a honra de ser os obscuros obreiros dêste arranque, fomos já premiados com o prazer espiritual de sentir afirmado através da nossa Revista, o espírito de Corpo da Arma.

São guardadas religiosamente na nossa redacção cartas que nos foram enviadas há um ano, e que nunca

publicamos, não porque duvidàssemos um instante do nosso triunfo, mas sim porque preferimos calar-nos.

As Revistas Militares não se mantêm nem progridem só com o número crescente dos seus assinantes, nem apenas com o valor pedagógico dos seus artigos. É um puro engano ..., mantêm-se sim, mas é com o entusiasmo dos que escrevem e dos que as amparam moral e materialmente.

Eis pois a razão porque, contra a opinião de muitos que têm responsabilidades, nós pugnamos pela existência das revistas das armas, as quais deverão ser acarinhadas ao máximo.

Devemos ter presente que o espírito militar de um Exército é o somatório dos espíritos de Corpo das Armas e dos serviços que o constituem.

*

Do caminho andado não tem a Revista que falar. Êle está patente aos olhos de todos. Entretanto é oportuno dizer-se que, mercê do espírito de Corpo da Cavalaria, do esfôrço de muitos cavaleiros, da valiosa colaboração prestada por aquêles que dedicadamente têm ajudado a conquistar e a manter o nível que a Revista se propoz atingir, esta não falhou na sua missão.

A estrada continua larga, o fôlego é o mesmo. Continuaremos com a mesma enérgica vontade de vencer.

A cavalaria portuguesa assim o quere, e portanto assim terá de ser.

A todos aquêles que nos têm ajudado, quer colaborando directamente, quer assinando a *Revista da Cavalaria* prometemos procurar não desmerecer da confiança que em nós depositaram.

AFONSO IV NA BATALHA DO SALADO

publicamos, não porque duvidàssemos um instante do nosso triunfo, mas sim porque preferimos calar-nos.

As Revistas Militares não se mantêm nem progridem só com o número crescente dos seus assinantes, nem apenas com o valor pedagógico dos seus artigos. É um puro engano ..., mantêm-se sim, mas é com o entusiasmo dos que escrevem e dos que as amparam moral e materialmente.

Eis pois a razão porque, contra a opinião de muitos que têm responsabilidades, nós pugnamos pela existência das revistas das armas, as quais deverão ser acarinhadas ao máximo.

Devemos ter presente que o espírito militar de um Exército é o somatório dos espíritos de Corpo das Armas e dos serviços que o constituem.

*

Do caminho andado não tem a Revista que falar. Êle está patente aos olhos de todos. Entretanto é oportuno dizer-se que, mercê do espírito de Corpo da Cavalaria, do esfôrço de muitos cavaleiros, da valiosa colaboração prestada por aquêles que dedicadamente têm ajudado a conquistar e a manter o nível que a Revista se propoz atingir, esta não falhou na sua missão.

A estrada continua larga, o fôlego é o mesmo. Continuaremos com a mesma enérgica vontade de vencer.

A cavalaria portuguesa assim o quere, e portanto assim terá de ser.

A todos aquêles que nos têm ajudado, quer colaborando directamente, quer assinando a *Revista da Cavalaria* prometemos procurar não desmerecer da confiança que em nós depositaram.

AFONSO IV NA BATALHA DO SALADO

(Desenho de Manuel de Macedo)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

A formação do espírito de cavaleiro

pelo Coronel RUY DE MENEZES

O problema da formação do espírito dos jovens oficiais de cavalaria não tem entre nós dispertado o interêsse que merece, nem merecido o cuidado que requere.

As escolas empregam o melhor da sua actividade, regidas ainda por velhos processos pedagógicos, em armazenar doutrina no cérebro dos rapazes, em doses massiças que só muito depois podem ser digeridas, quando, a maior parte das vezes, essa doutrina perdeu já o seu valor e a sua aplicação. Por isso é vulgar ouvir-se a gente nova queixar-se de que aprendem muita coisa que não serve para nada, desconhecendo que «o saber não ocupa espaço» e que tudo quanto se aprende tem a sua utilidade, o caso é saber-lha dar.

O que prejudica as gerações novas não é o muito que estudaram, mas a falta de disciplina intelectual na arrumação dos conhecimentos que adquiriram, e sôbretudo a falta de desembaraço de espírito para se servir dêles.

O predomínio da «letra» sôbre a essência da matéria de que essa letra trata, a preocupação da «documentação» como base de segurança das opiniões formadas sôbre qualquer

assunto, a tendência para a «cópia», a obsessão do «detalhe» do «passo a passo» em tudo quanto se pede ao raciocínio em qualquer trabalho de ordem técnica na vida comum a um oficial da fileira, é flagrantemente denunciador do pouco caso que se faz das possibilidades do indivíduo, elemento primordial da sua personalidade, manifestação mais flagrante do seu carácter, síntese quási total das suas qualidades mais apreciáveis e, proporcionalmente, mais úteis.

Foch, na: *Conduite de la guerre*, julga que a finalidade da instrução dos oficiais consiste principalmente em provocar as reacções do espírito, conservando e ampliando as suas características individuais; o General Brallion, em todo o seu maravilhoso *Essai sur l'Instruction Militaire* insiste constantemente na necessidade de fazer funcionar o raciocínio, fugindo sempre ao dogmatismo e tomando o imprevisto, como condição normal da guerra.

Entre nós, porém, as teorias dêstes dois grandes mestres da pedagogia militar, parece não terem aceitação, ou porque não são compreendidas, ou porque os processos rotineiros de ensino se lhes opõem.

É triste e desanimador, para quem tem a alta missão de comandar uma tropa de cavalaria, sentir nos seus subordinados manifestações de «acuamento» espiritual, mais nefasto do que o mêdo ao freio ou a falta de impulsão das suas montadas.

E êste acuamento é flagrante: basta que a corporação se reüna para o estudo de um têma sôbre a carta, que é, infelizmente, a forma mais comum, em matéria de instrução a oficiais, de que as unidades, pobres de elementos mais fecundos, podem lançar mão.

A idéa do conjunto, a concepção larga da manobra, a visão de um objectivo final, definido em ponto grande, o exame do terreno nas suas linhas gerais, o traçado largo do carvão, correndo rasgadamente sôbre a carta, a idéa de mais ou menos, formando a estrutura inicial da operação,..... tudo isto é prejudicado pela preocupação da fórmula, pelo agarramento à letra da doutrina, pelo medo de errar na escolha do princípio directivo.

E porquê? Porque, segundo a nossa forma de encarar a questão, segundo os nossos métodos de instrução só isto é

que vale: nem reacções de espírito que são difíceis de controlar, nem raciocínios que possam atentar contra a honorabilidade dos «princípios assentes». É o «magister dixit» intransigente e severo.

Ensina-se muito, mas não se educa; aprende-se, mas... apenas se aprende.

Esta maneira de ser não serve: tem que ser posta de parte, tem que se entrar definitivamente num caminho novo, mais moderno e mais adequado. É preciso que os oficiais de cavalaria formem o seu espírito em moldes mais largos, em concepções mais elevadas, que cada um tenha a sua individualidade, contida, é certo, pelas necessidades da disciplina e da coesão, mas tendo por alicerces o prazer da iniciativa e o culto da responsabilidade.

Compete aos mestres, aos pedagogos — que não a nós — indicar os meios de conseguir êste desiderato supremo.

Limitamo-nos apenas a indicar uma necessidade de ordem técnica que em alguns anos de comando, levados na preocupação de instruir, pelo lêma de que a «razão das tropas em tempo de paz é a sua preparação para a guerra», fômos obrigados a reconhecer.

Mas, se os jovens oficiais de cavalaria — e talvez mesmo alguns dos antigos — quiserem ouvir o que sôbre a formação do seu espírito, lhes diria um velho camarada, soldado da fileira, aqui vai uma teoria sôbre o assunto:

Em primeiro lugar verifica-se o alto poder que tem o estudo da história como elemento da formação espiritual. Vulgarmente estuda-se história para se «saber história»: decoram-se factos, datas, nomes. É um luxo de coleccionador que, espiritualmente, não serve para nada.

Mas estude-se a história criticando os factos, analisando as suas razões de ser e as suas conseqüências, comparando-os, agora isoladamente, depois no ambiente especial em que se deram, forme-se uma opinião própria sôbre êles, controle-se essa opinião com outras opiniões, tirem-se conclusões — e o espírito terá corrido tôda uma escala de sensações que, ou firmaram tendências embrionárias, ou as modificaram em sentido diferente. É o primeiro passo para a formação de um critério de análise.

Aplicado êste processo em especial à história militar, é ainda uma forma de aquisição de conhecimentos essênciais, que são imutáveis, na técnica da guerra.

Um método de estudo da história militar, que algum dia utilizámos com resultado e por isso julgamos aconselhável, é o da inversão cronológica: andar de deante para trás no tempo, começar pelas campanhas mais recentes, passar à guerra de 70, depois à epopeia napoleónica — esta é fertilíssima em ensinamentos — depois à época do Grande Frederico — também notável — e por aí fóra.

Mas, sôbre êste assunto, cada um saberá o que melhor lhe convém.

A história militar geral, em grande, é por vezes um tanto massuda e possìvelmente pouco interessante para os não aficionados; tem um carácter demasiadamente científico para os pouco estudiosos; mas a história episódica, sôbretudo quando tratada literàriamente, é quási sempre agradável e atraente.

E nêste campo as possibilidades de exploração são vastissimas. Vejamos, ao acaso.

As vidas dos grandes cavaleiros, cheias de exemplos que seduzem, de feitos que entusiasmam, denunciando génios, carácteres, maneiras de ser que dominam, criam naturalmente aspirações, ideais elevados, por vezes ambições proveitosas.

Seydlitz e Zieten, «que tornaram invencível a cavalaria do Grande Frederico e marcaram, na história da Prússia, as vitórias famosas de Rossbach e Zorndorf», Lassalle, Murat, Kellermann (1), que lembram para sempre Rivoli e Marengo, Eylau e Friedland — tôda uma cavalgada heróica que vai do Danúbio a Moskow — Henry de Bournazel, espírito de sacrifício e de abnegação, a quem os franceses quási erigiram um templo, dedicando-lhe uma sala-museu na Escola de Saumur, tôda a teoria ilustre dos grandes cavaleiros dos tempos luminosos da grande cavalaria do 1.º Império, tôda a alma fogosa de tôdas as cavalarias de todos os tempos — esta é a melhor escola em que os rapazes da nossa arma, mesmo

(1) Biografias de Marcel Dupont.

aquêles que definam tendências por a tão apregoada moto-mecanisação que nos há-de suceder, um dia, quando Deus quizer, podem encontrar os melhores elementos para a formação daquêle espírito alevantado e magnífico, que é o único que convém a um cavaleiro digno das tradições da sua cavalaria.

Também muito há que procurar de produtivo e de eficiente em matéria de cultura espiritual específica, na colecção de contos de um finissimo sabor literário, nas quais Georges d'Esparbés marca bem definidamente o espírito militar de duas épocas em que a guerra «belle et joyeuse» dava fóros de aristocracia e de elegância a quem nela servia: na «Guerre en dentelles» é a época de Condé e de Turenne, com o seu heroismo romântico, o seu cavalheirismo, as suas maneiras fidalgas, o seu sentimentalismo; na «Légende de l'Aigle» é a exaltação do patriotismo, a obcessão de glória, o desprendimento das coisas banais e mesquinhas, a aspiração de grandeza.

Mas sempre qualquer coisa de maior, de mais interessante de mais elevado do que... o pão nosso de cada dia.

Pode por vezes parecer aos materialistas vulgares dêste nosso século XX, que todos êstes conselhos cheiram demasiado a poeira, a passado bolorento, — como agora se diz — porque os tempos mudaram, e com êles a feição espiritual dos homens e das coisas, — e todo êste nosso latim será perdido sem remédio. Mas a êsses nós lembramos a leitura, talvez convincente, de epopeias mais recentes, cujos figurantes ainda passeiam entre nós e quem sabe se, dentro em pouco, novamente terão que dar que falar de si. São de há poucos anos a aventura do Emden, a odisseia da tripulação do Ayecha, as proezas do navio ratoeira de Campbell, os cruzeiros arriscados do U 13 e de tantos corsários que de 1914 a 1918 rasgaram os oceanos em todos os sentidos, impondo a sua vontade, dando largas à sua energia e à sua iniciativa, elevando bem alto o alto valor do dever militar, num misticismo superior ao serviço da Pátria, integral, incondicional, imposto só pelos dictames da própria consciência, que outro comando não tinham êsses marinheiros valentes de corpo e alma, dos quais foi entre nós modêlo vivo o Comandante Carvalho Araújo.

Nas coisas grandes da guerra andam confundidos o espírito do cavaleiro com a alma do marujo, e assim na terra como no mar, como no ar.

Há anos atrás Marcel Dupont trazia à publicidade numa obra maravilhosa de elevação moral: o «Sabre ou Poing», — tôda a heráldica da cavalaria francesa no que há de mais belo e de mais sublime de exaltação e de heroísmo. Esta obra define o que era, na passada guerra, o espírito da cavalaria francesa, — e naturalmente o que marcaram as tendências de tôdas as cavalarias que lhe seguiam a técnica e o exemplo.

Não há que aconselhar a leitura do «Sabre ou Poing». Mesmo os mais novos oficiais da nossa cavalaria, com certeza que conhecem de cór as suas passagens. O que muitos não sabem talvez é a quem se deve, em primeiro lugar, a formação do espírito de todos aquêles tenentes que sem hesitação carregavam e batiam o adversário onde quer que o encontravam, segundo a ordem geral, e se metiam arrojadamente através das tropas inimigas à busca de informações.

Que o procurem nos ensinamentos, velhos de cem anos, que lhes deixou, — a êles franceses e a nós, e a todos quantos queiram ser cavaleiros a valer — o General de Brack, o Curély, o General Rosenberg, o General de l'Hotte.

Dentro dêstes ensinamentos nada de incompreensível, nada de sobrenatural, nada de impossível nos aparecerá, nem nas vidas dos grandes cavaleiros, nem em epopeias dos grandes marinheiros: seremos *em espírito* tão capazes, como êles, — e esperaremos apenas que Deus nos dê ocasião de o sermos de verdade.

A Vida Militar

É altamente honroso para mim, orgulho que guardo para sempre, escrever na *«Revista da Cavalaria»*.

Quando, ha um anno approximadamente, por intermedio d'um antigo companheiro de regimento, officiaes da arma a que pertenci, me pediram um projecto para a capa da sua revista, immediatamente me occorreu a figura legendária do grande cavalleiro Joaquim Mousinho de Albuquerque, como a melhor de todas as bandeiras a desfraldar ao vento.

Com contentamento vi ter ido ao encontro do pensamento d'esses moços officiaes e a approvação dada ao trabalho apresentado foi ensêjo gratíssimo para o publico tributo, que encarno no Maior e dirigo a todos os soldados das «poucas paginas brilhantes e consoladoras que ha na Historia do Portugal contemporâneo: A guerra d'Africa em 1895.

Hoje, subordinando a estas palavras «A vida militar» o meu pensamento, ao acceitar o lisongeiro convite, ter-me-hia como intruso, foice em seara alheia, se em tactica ou estratégia viesse fallar.

Não. Aquella epigrafe é apenas a evocação commovida e plena de saudade da carreira que forçadamente se perdeu e cujo regresso, não obstante tudo, nunca quiz pedir.

A vida militar não póde ter-se como modo de ganhar a vida, porque é antes, muito de feição, para a poder perder.

Não se é, ou é-se militar, sem horas vagas nem nas horas vagas para outras ou de outras occupações, e sendo-se da cavallaria não basta montar bem e saber-se, na ponta da lingua, resolver problemas tacticos: é, como no dizêr «Pouca tactica, Muita

SORTE E UM BOCCADINHO DE CRISTA», indispensavel sêr-se cavalleiro no altissimo significado do vocábulo, que n'isto está precisamente o «boccadinho de crista».

Todo o servir tem dignidade, mas é n'uma vertiginosa progressão de serviço para serviço, ao «panache», á coragem da responsabilidade nos grandes momentos de perigo, á rapidissima decisão, ao desapêgo de tudo, que devem ir-se buscar as raizes fundas da vida militar.

Sêr cavalleiro nos cavallos, nos carros de combate, nos submarinos, no ar, oh! que linda e varonil missão!

Em contradicta nos jornaes a um diplomata e homem de lettras, ha mezes fallecido, escrevi que nem á maneira suissa um médico podia sêr um bom major ou um capitão um douto advogado. É pura phantasia!

Se assim fôsse maravilha para adoptar, como pensava o illustre diplomata e, tambem, «SE EM SEIS MESES UM HOMEM INTELIGENTE, HABITUADO A TRABALHAR COM A SUA CABEÇA, EMBORA COM UMA FORMAÇÃO INTELECTUAL DIFERENTE DA DO MILITAR DE CARREIRA, UM ADVOGADO POR EXEMPLO, PODE *«de facto»* PREPARAR-SE PARA DAR AS PROVAS DE APTIDÃO EXIGIDAS NO NOSSO EXÉRCITO E NELAS OBTER PLENA APROVAÇÃO», e, digo eu, ha quem entenda que as coisas estão certas, duas conclusões haveria e ha a tirar:

1.ª — Que era incomprehensivel que outras nações houvesse, nomeadamente a Allemanha, *com os resultados á vista*, a cuidar tanto, a gastar tantissimo com a instrucção de quadros, com a manutenção de grandes exercitos permanentes, com o serviço militar tão aturado, que desde a tenra mocidade se prepara.

2.ª — Que se deve adoptar no nosso Paiz, a advocacía — ou qualquer outra profissão de formação intellectual similar — como serviço obrigatório, acabando com as escolas militares por inuteis.

Mas não. A vida militar é difficil, tão difficil e tão grande a necessidade de orientação prolongada que nos cem anos anteriores à Grande Guerra houve na Allemanha apenas oito chefes de Estado Maior.

A coragem e o comportamento em campanha d'aquelles, cujos exemplos em contrario pódem mostrar-me — aliás sempre nos postos subalternos — são excepções confirmando a régra, exemplos quási tambem sempre verificados como em TERRA DE CÉGOS, AONDE QUEM TEM UM OLHO É REI e *não são a affirmação* — só para a vida militar acceite por quem o proclama — *de que de nada sérvem o estudo e o treino constante na profissão exercida.*

O exercito requere hoje uma tão grande somma de conhecimentos tecnicos, dá uma tão grande independencia de actuação até aos proprios soldados, que são cada vez mais indispensaveis o espirito militar e a instrucção na vida militar.

Aquellas theorias são fundamentalmente democráticas e do mesmissimo jaêz d'aquella outra utopía de imaginárem possiveis exercitos, dignos do nome, em ambientes de pacifismos. Ou uma ou outra coisa e, *se os soldados são precisos*, a mocidade tem de ser educada sem horrôr á guerra.

Tambem nada de soldados desconhecidos na victoria, porque na derrota logo os querem bem conhecidos.

Espirito militar, instrucção, dedicação!

Até na arte: «NE COMPTEZ PAS SUR L'INSPIRATION. ELLE N'EXISTE PAS. LES SEULES QUALITÉS DE L'ARTISTE SONT SAGESSE, ATTENTION, SINCERITÉ, VOLONTÉ. ACCOMPLISSEZ VOTRE BESOGNE COMME D'HONNÊTES OUVRIERS. LE MONDE NE SERA HEUREUX QUE QUAND TOUS LES HOMMES AURONT DES ÂMES D'ARTISTES, C'EST-À-DIRE QUAND TOUS PRENDRONT PLAISIR À LEUR TÂCHE (RODIN).

Assim a vida militar precisa, mais do que as outras, d'uma dedicação de corpo e alma, porque é como nenhuma formada de hierarquia, cuja base verdadeira é o prestigio, que a carta do curso não dá, *que não é aprendizagem das horas vagas d'outras occupações, nem, muito menos, se improvisa na lucta.*

Sim, é necessário «APRENDER A TRABALHAR A MASSA HUMANA, APRENDER A SABER ARRASTAL-A», «*é precisa, ainda que seja trabalho obscuro e fatigante, a vida nos quartéis, o contacto constante e directo com subalternos e soldados, é indispensável formar o espirito militar, que ninguém — nem o maior advogado, por mais vontade que tenha e diligência que faça — adquire em seis mêzes*».

Mousinho escreveu: ...« [illegible] » e na Metropole sempre esteve arregimentado.

Espirito militar, prestigio militar, amôr, como só os militares o teem, à terra da Patria.

Só por isto, já na hora irremediavel e final, ficáram Pétain e Weigand.

É que só elles, mesmo na derrota, inspirávam confiança, tinham esse prestigio, só elles eram ar puro, «*chevaliers sans peur et sans reproche*», soldados e só soldados de toda a vida!

Só soldados tudo sacrificam pelo bem alheio, rarissimos na nossa terra, chegam a conhecêr a agradável commodidade na vida, o que é renuncia sublime, por tão poucos reconhecida, acto admiravel de bravura moral, que vale como altissima virtude!

Sêr soldado verdadeiramente é difficilimo. Pouco feitio de pedir, absoluta isenção, pouco ou nada são attendidos em tempo de paz.

Mas a guerra, mais tarde ou mais cedo, vem inexoravelmente e então já os mais encarniçados inimigos do exercito são os que mais berram por elle, o acclamam e exigem d'elle que, sem aquelle espirito militar, sem aquella preparação aturada e com pouco e mau material, façam o milagre de vencer!

Isto é assim, e é immensamente injusto, porque em todos os tempos fôram elles, os guerreiros, quem deu o chão ás nacionalidades e elles são sempre a sentinela vigilante, a sua defêza constante.

Porque tudo, por vêzes até ambições desmedidas de riquêza, tudo, legitimo ou illegitimo, tudo quanto a condição humana, immutavel por natureza, exige, com elles o vão buscar e elles o hão de guardar para os outros usofruirem.

Vida militar! Vida do bem servir! Vida nobre entre as vidas nobres, ella tem, por tudo quanto acima fica, necessariamente de sêr vivida por uma élite.

Sim, sendo o exército, em número, uma parte bem pequena da nação, para não ser inutilidade tem de ser bom, eficiente.

É necessário que todos — sem distincção e sem receio de offuscamento dos méritos próprios — deem ao exército a consideração e o carinho que merece, sem lhe invadir o campo e a attribuição, e que todos nós tenhamos sempre, culto e orgulho pela vida militar!

Só assim para ella irão, n'ella prestarão eventualmente e efficazmente serviço e n'ella estarão aquelles com qualidades para a vivêr e de tudo quanto lhe dérmos, só os que assim a vivem são crédores.

*

E sendo o grande Joaquim Mousinho a nossa bandeira — perdõem-me o possessivo — e porque cartas de Mousinho já publicadas, revelaram-n'o brilhante até sob este aspecto, parece-me Nosso Dever arquivar tambem nas paginas da *«Revista da Cavalaria»* os seus ensinamentos, alguns pedaços de cartas suas ainda inéditas e que, como todas, vincam a sua inconfundivel personalidade.

São trechos da correspondencia particular com um amigo dilecto, o ten. coronel de artilharia José Lobo de Vasconcellos, que commandou brilhantemente o grupo de baterias a cavallo de Queluz e foi official ás ordens do Rei D. Carlos. É especialmente para o periodo a terminar a carta nas vésperas de partida para campanha, que chamo a attenção.

N'essa carta, como se verá, Joaquim Mousinho, prevenindo a hipothese da morte de — como diz — por lá ficar estendido, só se preoccupa com a continuação da sua obra e indica confidencialmente, serenamente, quem o poderia substituir no governo da Provincia.

É, bem o pensamento d'um soldado indifferente á morte e d'um grande chefe a quem preocupa a continuação da sua obra.

ESTADO D'AFRICA ORIENTAL

MOCAMBIQUE

GABINETE DO GOVERNADOR GERAL

PARTICULAR

Meu caro Jorge Tello

Tenho a fazer-te um pedido — Não te ausentes q̃ não é desbarro nem empenhos nem nada do q̃ habitualmente se pede. Vou te pedir gente.

Preciso de 1 artilheiro (1º tenente) em cada distrito. É comd.te da artilheria, chefe da sec.ª militar do distrito e inspector (velador por outra) do mat.al de guerra no distrito. O q̃ aqui se tem despendido em material de guerra é fabuloso — centos de centos de reis. Na ultima expedição, na columna do Sul foi phantastico. Ora isto tem que acabar

. . . . . .

Já tenho o Velez por Goya — Preciso de 3 por S. Marques, Tribunhane e Gulimane. Vê se me arranjas 3 tenentes bons para

ino. Não comecei a escolher gente demasiada-
-mente guerreira os guerreiros ás vezes são recantes
e os q̃ não o são fazem se em modo preciso
O q̃ eu preciso é de typos q̃ não sejam
tolos, q̃ trabalhem e não venham com
a illusão de q̃ fazem fortuna.
Aqui é preciso muito quem conserve quem
cuide das causas. A richéa de conselheiros
que formiga na Sen.ia do Ultramar anda
a anarquiar, lenda a meu respeito com
o louvavel intuito de mostrarem que
gostam tanto de mim como eu d'elles.
Resume se no seguinte - Bom militar mas
máo administrador - Ora elles não tem
direito nem a apreciar me e louvar como
militar nem a censurar me como admini-
-strador porque não tem metade d'uma
idéia ~~de~~ respeito da provincia sob aspecto
nenhum e o q̃ aqui tem feito os bons
administradores q̃ elles cá tem mandado
está se vendo. N'uma pesada fiz saltar

a muita do imposto de pelhetes d'uns 90 contos a uns 350.

Gt a dizimas ando a cobrar tudo pagar desde 93 que ninguem pagava nada. Isto natural^te é q elles acham má administração.

. . . . . .

Por ora tenho estado feito chantre de cadeira aqui em Maçambique. Em Outubro volto por cima do "pig's skin" e vou dar uma corrida a um fulano Macavi nos Numances e um celebre Xeque de Metibane que ha muitos annos andam a caçar comnosco. Depois, pomidos as chuvas, hei de tentar ir por terra até a Mugenga da Costa não só para metter esta na ordem mas para submetter aquelle continente d'Congoxe onde o Simão d'Oliveira foi morto e com quem ainda ninguem metteu dente. Acude fim por fazer a subversão do interior até ao Nyassa e castigar o Metibane mas não só depois de ter alguem explorado o caminho. Contes de me metter n'uma que reputo a mais séria, até, embora se faça com muito menos gente, talvez mais difficil que a do Gorgorbosa, caminho me ir a Lisboa.

ESTADO D'AFRICA ORIENTAL

MOÇAMBIQUE

GABINETE DO GOVERNADOR GERAL

PARTICULAR

Meu caro Jorge Lobo

17/11/96

Recebi a tua carta. Creio bem na verdade de tudo q̃ lhe dizes com respeito á promptidão com q̃ ahi se muda de opinião a respeito de tudo subordinando-a sempre ás conveniencias particulares de cada um e, no meu caso, tanto mais que estes, como não pode deixar de merecer a quem anda direito, a arranjar inimigos. Raiuncia! Elles devem acabar por vencer porque augmentam a pouco e pouco e pensam muito em mim ao passo q̃ eu nunca penso n'elles.

ESTADO D'AFRICA ORIENTAL

COMMISSARIADO REGIO

PARTICULAR 9/2/97

Meu caro J. Tebo

Agradeço te muito a tua carta de (?) e digo perfeitamente a verdade q.do falles nos sentimentos q. provava nos nossos estimaveis concidadãos a minha maneira de proceder aqui. Chega a ser um gosto ver como tudo quanto a gente faz é mal interpretado pelo povinho e falseado pelos casacas e sob.to principal.te pelos politicos e jornalistas que, custa a perceber como, ainda são os oraculos de muita gente que se diz séria - Santa paciencia!

E' claro que a opinião geral ha de ser que eu marichei a farda para não largar esta pósta este nicho. Eu queria-os ser no tal nicho, na tal posta. O curioso é que teem inveja de mim inmensos homens que por caso algum e se isso fosse possivel trocariam a sua posição pela minha. E' curiosissimo!

Outros estão feridos na ara do amor proprio ou dos interesses - O M.no de Carvalho por exemplo. Queria para um seu apaniguado em testa de ferro a concessão do

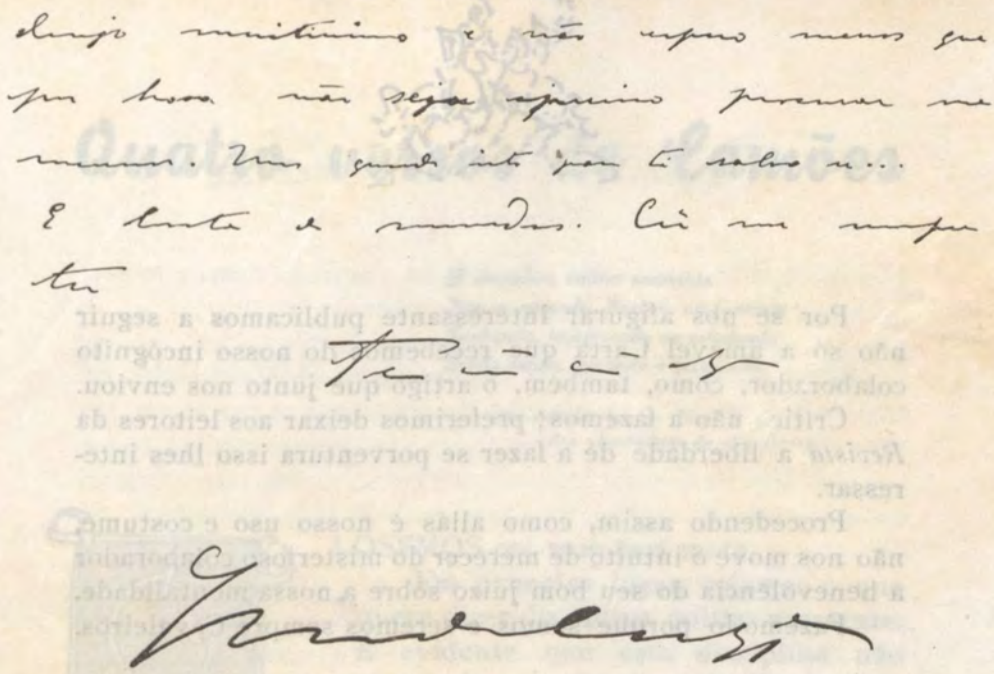
Inhaerime. Informei contra porque dar a um particular por 14 contos annuaes o que rende hoje 60 e vae crescendo sempre parece me máo negocio. D'então em diante o Regular inventou o monopolio d'emigração dado a um tal Grant, quando tal monopolio não existe e ha 7 ou 8 agentes d'emigração q̃ se fazem concorrencia.

Hontem soube que houvera mudança de Ministerio. Isso aqui para a maior parte da gente passa quasi desapercebido. A pessoa é o Gov.or Geral n'este caso offerece a sua exhoneração eu parece não o fiz porque se estou ainda hoje governador foi porque El Rei assim o quiz e só por isso. Imagt.

Quizer aqui estarei, quando quiera largarei o governo isto independentemente de ser Ministro F... ou S... Como não sou politico deu sim egualmente com todos e espero com o Barros Gomes não me haver pior do que com o Jacinto sabeo se aquelle começar a dar outras ordens, a querer governar isto d'ahi o q̃ de dia para dia se torna mais impossivel. Aqui é que se vêem as cousas, aqui é que ellas se podem apreciar e saber. Estará o B. Gomes convencido d'isso? Não sei.

Emfim já q̃ é estes continuam a
remar contra a mare bast.te rogo. Olha
em questão do Pe de S. Marques? Reis digo te
q̃ o q̃ elles querião fazer equivalia a perder
Sr Marques.
Mando si esta mala seu officio enorme
ao B. Gomes a recapitular o q̃ lhe está
pedido por mim e outras cousas mais.
Oxalá elles fiçam caso. q.do não muito
difficil será pôr isto a direito.
E agora para acabar esta maneira dis-
-xa-me dizer te 1 cousa q̃ guardeis para
te — Vou agora p.a os Namarraes d'onde
espero voltar sem uma mesma solução
de continuidade na muito precada pelle
mas o diabo já disparou uma tranca.
Dá-me q̃ fazer a idéia, se eu ficasse por
lá extendido, de quem mandarião para
cá em meu lugar. Só conheço em que,
querendo, se poderia haver bem com
este mesmo porque seria o unico com
quem os meus gen.res de dist.te continua-
-vam de boa vontade. Era o Sebastião
Telles. Quereis elle? Em todo o caso

Guerra de África em 1895 — *Oficiais da coluna*



Finalmente e, para com lettras d'oiro fechar a evocação da minha saudade, «a Vida Militar», transcrevo, já pela 2.ª vêz, a prosa admiravel do marechal Gomes da Costa, findando a descripção do combate de Maconténe:

. . . . . .

«Então Mousinho volta para o quadrado, a passo. Estava terminado o combate; estava assegurada a victoria; e n'esse momento, sem ordem, nem direcção, expontanea e sincera, a alma portugueza expandiu-se no mais estrondoso viva a pátria! e viva Mousinho! que jamais soou em campos de batalha portugueses.

Com os chapéus nas bôcas das armas e estas levantadas a toda a altura para o céu, a coluna toda repetiu: Viva Mousinho!

Viva a Patria!

Os peitos dilatam-se, os pulmões enchem-se de ar, e os olhos, marejados de lágrimas, fitam esse farrapo de sêda azul e branca — simbolo da Patria distante — que tremula e esvoaça n'uma agitação alegre, como que satisfeita por fluctuar por cima de tanto coração sinceramente patriota, de tanto coração valente.

E todos nos fitamos uns aos outros n'uma grande emoção, felizes por nos vermos vivos, mais felizes ainda por termos vencido o terrivel inimigo e contribuido com mais uma victoria para a gloria do nosso Portugal.

. . . . . .

A figura sêcca, sombria, épica de Mousinho, hirto na sella, a cabeça ligeiramente inclinada para a frente como a prescutar o futuro, esse futuro tão prometedor de gloria, que uma pequenina bala despedaçou!»

DELFIM MAYA

Por se nos afigurar interessante publicamos a seguir não só a amável Carta que recebemos do nosso incógnito colaborador, como, também, o artigo que junto nos enviou.

Crítica não a fazemos; preferimos deixar aos leitores da *Revista* a liberdade de a fazer se porventura isso lhes interessar.

Procedendo assim, como aliás é nosso uso e costume, não nos move o intuito de merecer do misterioso colaborador a benevolência do seu bom juizo sôbre a nossa mentalidade.

Fazemo-lo porque somos e seremos sempre Cavaleiros.

*

9-10-1940

Presados Camaradas

Não sei se os meus presados e esforçados cavaleiros da «Revista da Cavalaria» *aceitarão de bom grado a minha modesta e incógnita colaboração. Se a aceitam ficarei satisfeito. Se a não aceitam não lhes quererei mal por isso.*

Gostaria de ouvi-los dissertar sôbre o meu escrito, traduzir das vossas palavras de crítica contundente, ou de apreciação lisongeira, o vosso pensamento, enfim julgar da vossa mentalidade.

Arrojados já eu vi que o foram, abalançando-se a uma publicação que resultou feliz.

Modernos já eu vislumbrei que o querem ser através de um artigo essencialmente cavaleiro que li com avidez.

Embora militar, não pertenço à vossa arma. Mas, para o caso não importa.

Com espirito cavaleiro me apresento perante vós, rapazes novos e que querem marcar.

Obscuramente junto uma pedrinha às vossas. Oxalá ela vos possa servir para a construção que vindes fazendo.

Vosso camarada e amigo da Revista

* * *

Quatro versos de Camões

A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia
Sonhando, imaginando ou estudando
Senão vendo, tratando e pelejando.

(Da estância CXI *do Canto* X *dos «Lusíadas» de «Camões»)*

LOSEMOS em 1940 êste mote.

Em primeiro lugar vejamos o que quere dizer disciplina militar prestante. É evidente que esta disciplina não representa a simples obediência aos regulamentos militares, que todos nós temos obrigação de respeitar, e cumprir. Esta palavra foi transcrita «ipsis», para o vocabulário português, da sua origem latina e representa etimològicamente o que devemos entender por doutrina, ciência, instrução, educação. É isso mesmo o que o épico pretendeu exprimir.

E para que não podessem subsistir dúvidas, quanto ao sentido do seu dizer, acrescentou, o épico, duas palavras mais, a primeira restringindo o âmbito da idea, e a segunda classificando-a sob o ponto de vista utilitário.

Temos, pois, doutrina militar excelente; ciência militar conveniente; instrução militar útil; educação militar aproveitável. Glosado, desta forma, o primeiro verso, passamos aos três restantes versos.

Estão todos êles ligados à idea fundamental.

Assim nos diz, o épico, que a aprendizagem das coisas militares não se pode fazer com êxito, seguindo, ou acalentando, fantasias próprias, ou alheias; sonhando hipóteses inverosímeis; imaginando situações abstratas em demasia; ou estudando casos impraticáveis, quer por falta de técnica, quer por falta de recursos, materiais e morais.

Por outro lado, o épico, diz-nos bem claramente:

1.º *Que é preciso ver.* E, como estamos em 1940, o que devemos fazer? Evidentemente, ver, mas ver o quê?

Entendemos nós isso querer dizer tomar conhecimento, em primeira análise, dos meios próprios e alheios de fazer a

guerra, e dos resultados obtidos no emprêgo desses meios, ou processos. (Ciência de guerra conveniente).

2.º *Que é preciso tratar.* Tratar de quê?

Naturalmente estudar os assuntos aproveitando da experiência própria e alheia; de organizar capazmente; de instruir ùtilmente; de educar, conscienciosamente, todos aquêles que temos de instruir, de guiar, ou de impulsionar, no emprêgo dos meios que lhes tenham sido atribuidos, ou dos processos a ensaiar.

3.º *Que é preciso pelejar.* Todos nós sabemos que, para pelejar com êxito, é preciso ser resoluto e corajoso, primeiro que tudo; que é preciso amar a guerra; que é preciso ter vontade de vencer os obstáculos; que é preciso tenacidade no querer. Peleja-se não só nos campos de batalha, como, também, dentro dos quartéis, embora a luta, num e noutro campo, seja diferente.

O filósofo que avançou dizer — «a própria vida é uma eterna peleja» — não errou. De facto assim é.

Aquêle que, por exemplo, na parada do quartel, se esforça por fazer compreender ao soldado que a sua atitude aprumada, que a precisão dos seus movimentos, não só lhe dá garbo e fôrça, como também lhe marca um lugar no conceito dos civis, peleja pela Instituïção Militar.

Áquêle que, em pleno campo, ensina, por exemplo, ao soldado a avaliar distâncias, a reconhecer o caminho, um váu, uma ponte, a saber tirar partido dos acidentes do terreno, a deslocar uma metralhadora e a fazer uso prático dela, peleja pela intrução e pela educação do soldado.

No remanso do gabinete já é mais difícil pelejar, porque na verdade, no gabinete se pode até estar de chinelas, ou pantufas, e as chinelas e pantufas não se quadram bem com as qualidades dum verdadeiro militar. É talvez por ter pensado assim que o grande épico não deixou de empregar aquêle têrmo «pelejar» com a propriedade e o apropósito que, agora, procuramos pôr em destaque.

Estamos em 1940, mas, se estivessemos quatro séculos atrás, o sentido dos versos do épico, que transcrevemos, era, decerto, o mesmo do momento actual.

* * *

A Cavalaria na guerra actual

pelo Major AGUIAR FERREIRA

AS campanhas da Polónia e da França vieram novamente pôr em foco a arma de Cavalaria que tantos e tão injustificados ataques sofreu após a Grande Guerra.

Proclamada a sua falência porque os longos anos de estabilização na frente ocidental não permitiam o seu emprego específico, porque foi de pequeno rendimento a sua acção nas fases preliminares das batalhas das fronteiras e do Marne, esquecidos os serviços prestados na retirada dos exércitos alemães sôbre o Aisne e na corrida para o mar, a Cavalaria saiu da Grande Guerra com o seu prestígio bastante abalado pela convicção de que a sua capacidade de movimento desaparecera ante a potência de detenção do fogo.

Não é difícil encontrar a explicação do ambiente de suspeição sôbre a utilidade da Cavalaria formado durante e logo após a Grande Guerra. Embora no combate não haja armas separadas lutando isoladamente cada uma por sua conta mas um conjunto organizado de meios e de vontades actuando em pleno acôrdo para conseguir um fim comum, é incontestável que o protagonista da luta foi o combatente a pé. Foi em seu proveito que, directa ou indictamente, incidiram todos os esforços das armas cooperantes, foi sôbre êle que o inimigo concentrou a maior parte dos meios de destruïção de que dispunha. Ora durante os quatro anos de combates extenuantes na frente ocidental, o combatente a pé sentiu a acção duma artilharia potente e numerosa que o massacrava nas trincheiras ou preparava e apoiava os seus ataques, verificou a vantagem duma aviação como

elemento de informação e de regulação de tiro, constatou a necessidade duma organização do terreno que o abrigava e protegia. A Cavalaria foi para êle inexistente. Ignorou que o desenvolvimento da artilharia nada mais era que o resultado duma impotência que não queria confessar-se; ignorou que o recurso à fortificação nada mais foi que a confissão da sua fraqueza, ignorou que a ausência da cavalaria nada mais era que um interregno transitório resultante das condições especiais da luta.

E porque a guerra de trincheiras obrigou a uma paralização, aos espíritos frívolos que só vêem as aparencias, e aos que supõem que a guerra futura ha-de ser forçosamente uma reprodução correcta e aumentada da guerra passada, tornou-se um axioma indiscutível que a Cavalaria tinha os seus dias contados.

Não tardou porém que espíritos mais reflectidos reconhecessem que, se a Cavalaria se não cobriu de glória na Grande Guerra, daquela glória que a aureolou e teve o seu apogeu nas campanhas napoleónicas, também não podia com justiça ser objecto das amargas desilusões de que alguns falam, e que, pelo contrário, mostrou ser digna continuadora das suas brilhantes tradições, sempre que as circunstâncias o permitiam. Os brilhantes sucessos da cavalaria de Allenby na Palestina, de Jouinot-Gambetta na Macedónia, para não falar senão dos mais proveitosos para a vitória final dos aliádos, seriam suficientes para marcar uma posição que se não perdera.

Reconhecido que a guerra de trincheiras nada mais foi que um recurso e que a guerra de movimento retomaria os seus direitos como forma mais rápida e económica de obter a vitória, a necessidade de uma arma móvel e relativamente potente impôs-se, após a Grande Guerra, com o mesmo vigor de outrora, quer no campo estratégico, quer no campo tático. Visto que as missões características da cavalaria subsistiam, a Arma subsistiu, a despeito das profecias ignaras.

Empregando aos mesmos meios, métodos e processos de 1914? Evidentemente que não. A potência de destruïção do fogo é uma realidade e não uma abstracção. A Cavalaria teria de evolucionar no progresso geral que atingiu tôdas

as armas, adaptando os seus processos aos novos meios com que teria de se defrontar, e explorando aquêles de que poderia dispor. E a Cavalaria evolucionou.

As campanhas fulminantes da Polónia e da França vieram, como dissemos, novamente pôr em foco a arma de Cavalaria. Com efeito, o número e a natureza das unidades mostram que a característica do exército polaco era a existência de grandes massas de unidades a cavalo em contraste com a tendência de motorização verificada na maior parte dos outros paises, e em especial na Alemanha e Inglaterra. A configuração do território polaco, cortado por numerosas e importantes linhas de água, a sua natureza pantanosa em vastas regiões, a fraca densidade da sua rêde de vias de comunicação, a riqueza da sua produção cavalar e a escassez dos seus recursos financeiros foram as razões principais da orientação dada à orgânica da Arma. É incontestável que a Polónia contava com um forte rendimento da sua cavalaria que figurava em forte proporção nos efectivos da sua organização militar (40 R. C. para 90 R. I.), e é incontestável também que as esperanças que por ventura tinha na sua acção se desvaneceram em fumo no decurso da campanha. Vejamos os acontecimentos.

Em 1 de Setembro de 1939 os exércitos alemães iniciam a invasão da Polónia com 45 Div. Inf. e 14 Div. blindadas, constituindo dois grupos de exércitos sob o comando supremo do coronel-general von Brauchitsh. O grupo de exércitos do Sul, sob o comando do coronel-general von Rundstedt devia com os seus três exércitos sair da Silesia, tendo como objectivo a região de Varsóvia onde devia operar a sua junção com o grupo de exércitos do Norte comandado pelo coronel-general von Bock. Para realizar êste plano era preciso romper um sistema de posições fortificadas que os Polacos, forçados assim à defensiva, tinham cuidadosamente organizado ao longo duma fronteira estratègicamente desvantajosa, e, *obtida a rotura, explorar o sucesso vigorosamente* nas direcções previstas para obter uma decisão rápida.

De 1 a 5 de Setembro trava-se a batalha das fronteiras que termina com a rotura da frente polaca cujas unidades retiram freqùentemente em desordem *sob a pressão das*

grandes unidades blindadas alemãs que em muitos pontos as ultrapassam e começam a transformar a retirada em derrota. Assim, no curso inferior do Vistula o exército polaco do Corredor não opõe resistência ao 4.º exército alemão comandado pelo general von Kluge, ameaçado como estava pelo avanço da ala direita do 3.º exército que progredia de Graudenz pela margem direita do rio. Simultaneamente o 10.º exército sob o comando do general von Reichenau, no centro do dispositivo do grupo de exércitos do Sul, coberto na direita pelo 14.º exército e na esquerda pelo 8.º, rompe em 2 o dispositivo inimigo na região de Tschenstochau, apodera-se da linha do Warthe, e persegue as fôrças polacas.

É nesta região que se desenvolve a acção principal, *sendo o esforço confiado a duas divisões blindadas.* Estas irrompem nas linhas polacas já desorganizadas pela artilharia e pela aviação, rebatem sôbre a brecha aberta para a alargar, ao mesmo tempo que atacam a artilharia e os P. C. Desorganizada a defesa e destruida a resistência, *as divisões blindadas marcham na exploração do sucesso,* uma para Norte sôbre Varsóvia, a outra para Sul sôbre Kielce e Sadomiers, seguidas por divisões motorizadas que ocupam o terreno conquistado. A 9 de Setembro as divisões blindadas alemãs de todos os seus exércitos tinham atingido uma frente balizada pelo Bug, Vistula médio e Dunajec. Estavam preparadas as condições de sucesso da batalha de Lodz contra as fôrças polacas ainda existentes a Oeste do Vistula e que termina em 21 pela derrota dos polacos; 200.000 homens ficaram prisioneiros.

O Comando Superior polaco tinha decidido em 8 de Setembro restabelecer os seus exércitos na linha balizada pelo Bug-Vistula-San, mas não foi possível executar êste projecto. Ao Norte o 3.º exército alemão que inicialmente tinha tido dificuldades na sua progressão, conseguiu cortar a retirada dos polacos para Leste do Vistula, ao mesmo tempo que *uma das suas divisões blindadas atinge o Bug* onde os polacos resistem, *e a outra atravessa êste rio em Siematyez.*

O *grupo de divisões blindadas do 10.º exército* alemão atinge a confluência do San e do Vistula e toma contacto com as Div. polacas que ocupam a margem direita dos rios. *Resolve não atacar,* deixa em contacto alguns motociclistas

apoiados por auto-metralhadoras, ganha terreno por uma marcha de flanco de mais de 20 km. e *por uma acção de envolvimento puramente cavaleira penetra profundamente nas retaguardas das unidades polacas,* corta as comunicações e lança o pânico nos parques e postos de comando.

A irrupção das unidade blindadas faz falhar uma vez mais o plano do Alto Comando polaco que decide oferecer uma nova linha de resistência na linha pantanosa da Polesia-Lublin-San, mas êste projecto também não tem completa execução em virtude da acção de dúplo envolvimento executado a Norte e a Sul pelos 3.º, 10.º e 14.º exércitos alemães. A campanha estava pràticamente terminada.

E a cavalaria polaca? Que fizeram as suas massas de que se orgulhava o exército polaco e em que depositavam tantas esperanças aquêles que as comparavam até ao célebre cilindro russo que havia de varrer em 1914 as planícies da Prussia Oriental?

Em primeiro logar massas de cavalaria polaca foi coisa que não apareceu na campanha da Polónia. Distribuida uniformemente pelos seis agrupamentos de forças constituidos em cordão ao longo da fronteira, os 40 Regimentos de cavalaria polaca foram pulverizados em 10 fracas Brigadas de Cavalaria a 3 R. C., e pela cavalaria orgânica das suas 26 Div. de infantaria. Em segundo logar se a cavalaria falhou, que diremos da infantaria ou da aviação? O que fizeram estas últimas mais que a primeira?

Se voltarmos os olhos para as Div. blindadas alemãs, é fora de dúvida que elas contribuiram numa larga proporção para a vitória, e o clarão desta evidência é tão intenso que até tem cegado alguns que conservam no seu espírito o antigo mas pertinaz ambiente de suspeição sôbre a utilidade da Cavalaria.

Mas a campanha da Polónia não é convincente, dirão alguns; dadas as condições de inferioridade numérica e material, com ou sem as Divisões blindadas, os alemães teriam de vencer. É bem possível que assim seja, pois as suas 59 Divisões dispondo de meios materiais numerosos e potentes, e uma aviação que dominou sempre e completamente, tinham tôdas as possibilidades de vencer as escassas 30 Div. que a Polónia tinha conseguido equipar, (ainda que

os seus recursos em homens lhe permitiam organizar 60 ou 70), e aquelas mesmo desprovidas de material moderno, falhas de engenhos blindados, de artilharia pesada, D. C. A. e sobretudo de aviação.

Vejamos então a campanha da França.

Em 10 de maio de 1940 as fôrças alemãs iniciam a ofensiva na frente ocidental com a missão estratégica inicial de forçar a zona das fortificações fronteiriças a S. de Namur, e criar as bases para o aniquilamento dos exércitos francês e inglês ao N. do Aisne e do Somme.

Na vanguarda das Divisões de infantaria, *as G. U. blindadas* atingiram logo em 13 de maio o Mosa entre Dinant e Sedan e encontraram na sua frente, não só o vale profundo do rio, mas também as fortificações em que o 9.º Exército francês tinha decidido oferecer batalha. Mas no dia imediato, com surprêsa geral e contràriamente a tôdas as antigas ideias táticas, as tropas blindadas forçam o rio, quebram a resistência e abrem caminho até ao Oise, formando assim uma profunda brecha na frente aliada.

E então uma nova fase de uma audácia extraordinária começa. *As G. U. blindadas*, seguidas e apoiadas por Div. de infantaria motorizada, *continuam o seu avanço, explorando o sucesso obtido* com uma tal envergadura que atingem o mar em Abbeville, ao mesmo tempo que rebatimentos sôbre os flancos ameaçam as retaguardas das tropas aliadas, alargam a brecha obtida inicialmente com caracter local e forçam estas à retirada geral.

Na esteira das Div. blindadas marcham as divisões motorizadas e normais que consolidam a posse do terreno e constituem ràpidamente uma frente ao S., desde a fronteira do Luxemburgo até ao mar, pelo Aisne e pelo Somme. Por êste facto *um verdadeiro exército de manobra constituído pelas G. U. blindadas* apoiadas por Div. de infantaria motorizada rebate para o N. sem se preocupar com as suas retaguardas, e varre com a sua ala esquerda tôda a costa da Mancha, enquanto no seu flanco direito fracassam as tentativas de rotura desesperadas das tropas blindadas aliadas na região de Cambrai e de Arras. Simultaneamente os exércitos de rotura alemães ocupam Antuerpia, as posições do Dyle e do

Dendre, Maubeuge, Vimy e Souchez. Em 4 de Junho a campanha na Flandres e no Artois está terminada.

Neste mesmo dia inicia-se uma nova operação destinada a dar o golpe decisivo contra a França. Três grupos de exércitos sob o comando superior do coronel general von Brauchitsch e sob o comando dos coroneis generais von Rundstedt, von Bock e von Leeb estavam prontos para a acção, tendo como missão comum o rompimento da frente Norte francesa, a separação do exército francês para Sudoeste e Sudeste e a seguir o seu aniquilamento...

Quando as Divisões do grupo de exércitos do coronel general von Bock iniciaram o ataque no Baixo Somme e no canal que liga o Oise ao Aisne, encontraram na sua frente um inimigo preparado para a defesa, tornando necessária uma nova batalha de rotura em que os exércitos do coronel general von Kluge, do coronel general von Reichenau e do general de infantaria Strauss quebraram a resistência francesa. *Obtida a rotura, as Div. blindadas* apoiadas por Div. de infantaria motorizadas, sob o comando do general Hoth, *irrompem pela brecha* em 9 de Junho e num avanço audacioso atingem Rião, deixando na retaguarda fôrças aliadas consideráveis na região de Dieppe e St. Valery cujo cêrco é iniciado pelas G. U. de apoio. Com esta acção de ala ficou assegurada a cobertura da operação principal que teve início no mesmo dia. Efectivamente no dia 9 de Junho o grupo de exércitos do coronel general von Rundstedt ataca na Champanhe e na margem ocidental do Mosa, iniciando uma nova batalha de rotura. Em 11 as divisões de infantaria dos exércitos do general de cavalaria von Weichs, do coronel general List e do general de infantaria Busch rompem a posição do Aisne, *abrindo caminho às Divisões blindadas e motorizadas que aguardavam à retaguarda* o resultado da batalha. *Estas*, sob o comando do general von Kleist e general Guderian, *exploram o sucesso* por Troyes e St. Dizier, dominam a resistência tenaz das guardas de retaguarda francesas, surpreendem uma parte importante dos grossos, no seu avanço para sudeste e para a fronteira suissa. A 14 de Junho as tropas alemãs do general von Kuchler entram em Paris.

Neste mesmo dia inicia-se uma nova ofensiva, realizada pelo grupo de exércitos do coronel general von Leeb contra

a linha Maginot. A acção do exército do coronel general von Witzleben apoiada por artilharia pesada e tropas especiais rompe a frente nordeste francesa, ao mesmo tempo que o exército do general Dollmann, atacando na região de Colmar, rompe a linha Maginot e entra nos Vosges.

Em 15 de Junho a acção de perseguição é geral desde o Mosa até ao Atlântico. Em 17 *as fôrças blindadas atingem a fronteira suissa* a sudeste de Besançon, fechando assim o cêrco em volta das fôrças francesas na Lorena, Alsácia e linha Maginot.

A partir de 15 de Junho *a acção de perseguição* não deixa criar fôlego às tropas francesas em retirada, impede a sua reconstituïção sôbre o Loire, e o exército francês começa a depor as armas, até que em 21 de Junho é assinado na histórica floresta de Compiegne o armistício, e em 25 cessam as hostilidades.

Não iremos analisar as razões que conduziram em poucas semanas ao desmoronamento de duas potências militares de 1.ª grandeza como eram a Polónia e a França. Para issso falta-nos a competência e julgamos mesmo que, dada a sua complexidade, é cêdo demais para objectivamente serem encaradas em conjunto. De resto não é êsse o nosso objectivo.

Queremos simplesmente fazer resaltar o papel, não diremos fundamental, mas certamente importantíssimo, desempenhado pelas Divisões blindadas na obtenção da vitória alemã. Esta foi certamente obtida pela conjugação dos esforços de tôda a sua máquina de guerra. A aviação pôde deitar na balança da vitória todo o valor do predomínio do ar que tinha adquirido desde o princípio da campanha. Com os seu ataques ininterruptos apoiou directa e indiretamente o exército de terra na luta, esclarecendo, apoiando e cobrindo as fôrças blindadas na sua acção de manobra, localizando e atacando as concentrações de infantaria e de blindados preparados para os contra ataques, atacando e destruindo as retaguardas e o moral das populações. Sem ela nada provavelmente do que sucedeu seria possível, como estamos convencidos de que sòzinha pouco ou nada conseguiria obter para o resultado final.

Semelhantemente as divisões blindadas alemãs estariam certamente condenadas ao aniquilamento nas suas acções

audaciosamente profundas, se não fôssem cobertas e apoiadas pela aviação que lhe assinalava os perigos e as ajudava a dominá-los, e não fôssem seguidas pelas G. U. motorizadas que consolidavam a posse do terreno conquistado e cobriam as suas retaguardas. Mas também estou em crêr que nada do que sucedeu seria possível sem a acção de exploração do sucesso obtido na rotura duma frente, executada imediatamente com um vigor e uma audacia desconcertantes.

Quer na Polónia, quer em França, vemos, a seguir à rotura duma frente defensiva, a irrupção das G. U. blindadas pela brecha obtida, o alargamento por rebatimento da frente de rotura, a desorganização das retaguardas por acções profundas de grande envergadura, transformando em derrota a retirada das tropas batidas, levando estas ao aniquilamento pelo envolvimento geral.

Quando as G. U. blindadas se defrontavam com uma resistência tenaz, esta era mascarada com os seus escalões motorizados e manobrada por largas acções de envolvimento com os seus elementos mecânicos. Quando finalmente se dava uma imobilização geral, entravam novamente em acção as G. U. de infantaria para se obter uma nova rotura, enquanto as G. U. blindadas aguardavam na retaguarda o momento de recomeçar a sua acção.

E as G. U. blindadas inglesas e francesas? Poderosas, manobradoras, mas numéricamente muito inferiores, fizeram valentemente o que puderam na Bélgica, em Cambrais e Arras, mas quando se combate na proporção de 1 para 3 o resultado da luta é infalível, sobretudo quando numerosas outras circunstâncias são desfavoráveis.

As G. U. blindadas, quer na Polónia, quer ainda mais nitidamente em França, desempenharam as missões que antes, durante e depois da batalha foram sempre as missões da cavalaria. E desempenharam essas missões duma forma tão brilhante que não deslustraram, antes enalteceram as tradições gloriosas da cavalaria napoleónica. E de tal forma foi brilhante a sua acção, contribuiu numa tão larga escala para o desfecho da luta na guerra relâmpago que a todos nos deslumbrou com o seu rápido fulgor, que o ciúme tem feito ignorar a palavra cavalaria quando se refere às G. U. blindadas.

Terão razão aquêles que superficialmente julgam ver nas G. U. blindadas uma arma nova resultante do aparecimento e desenvolvimento do engenho mecânico?

Por razões de natureza filológica, que não orgânica ou tática, a palavra cavalaria implica a existência do cavalo. Como filologos, e não como militares, pode entender-se que unidades de cavalaria são implicitamente unidades a cavalo. E sendo assim, nós gostariamos de saber como se deverá então chamar às unidades que, com o papel e missões da infantaria, a especialização obriga a organizar para o transporte em navios de guerra, em avião ou automóvel. Infantaria deriva do italiano fante — homem que anda a pé —, e portanto filológicamente estas unidades não seriam de infantaria. E contudo todos, e bem, as apelidam de infantaria de marinha, infantaria aérea, infantaria transportada ou motorizada. É que uma arma não se caracteriza pelos meios de combate ou de transporte que emprega, mas pelas missões que recebe, pelo espírito que a anima, pelos princípios táticos gerais que adopta.

Quando as Divisões blindadas alemãs na Polónia e na França evitam o ataque de frente, e, mascarada a resistência encontrada, procuram sistemàticamente o envolvimento, procedem como unidades de cavalaria que são, porque é esta a forma característica do seu ataque.

Quando as G. U. blindadas se lançam pela brecha aberta na batalha de rotura, rebatem para a alargar, e profundam a acção para perseguir, procedem como G. U. de cavalaria que são, no desempenho da sua missão tradicional mais frutuosa.

Explorando em proveito do comando, orientando e cobrindo o avanço das G. U. de infantaria motorizadas ou não que ocuparão o terreno conquistado e consolidarão a sua posse, preparando e intervindo na batalha de aniquilamento do adversário, as G. U. blindadas nada mais fizeram do que desempenhar missões tradicionais na cavalaria.

Empregadas em missões puramente cavaleiras, utilizando métodos puramente cavaleiros, animadas do espírito cavaleiro de simplicidade na concepção, rapidez na decisão, audácia na execução, exaltadas pelo prazer do perigo e da aventura, as G. U. blindadas alemãs, francesas ou inglesas são G. U. de cavalaria e isto lhes basta.

A sua própria orgânica é a afirmação da sua origem e da sua finalidade.

Ao desencadear-se a guerra actual poucos exércitos conservavam a Divisão de Cavalaria composta essencialmente de unidades a cavalo: Polónia, Rússia (para algumas D. C.), Jugoslávia e Romania (estas últimas com alguma, embora pouca, infantaria).

Outros exércitos (Itália, França, Bélgica) conservavam na Divisão de Cavalaria uma parte de elementos a cavalo (maior na França — 4 R. C.; menor na Bélgica — 1 G. E. por Regimento), e para conferir a esta G. U. uma maior capacidade de acção e maior potência de fôgo juntaram-lhe, em maior ou menor proporção, elementos de infantaria rápida (Itália, Bélgica) ou cavalaria motorizada (França), elementos blindados para a exploração e segurança, e motorizaram total ou parcialmente a sua artilharia.

Enfim a França, Itália e Rússia para algumas das suas Div. Cav. e a Alemanha e Inglaterra para tôdas elas, substituiram os elementos a cavalo por elementos mecânicos (carros armados, auto-metralhadoras, carros blindados), e juntaram-os com uma parte de cavalaria motorizada e com meios de rotura e artilharia motorizada e até mecanizada. São exemplos a Divisão ligeira alemã, a Divisão ligeira mecanizada francesa, a Divisão moto mecanizada russa, a Divisão blindada alemã e a Divisão blindada inglesa.

Ao rebentar a guerra actual havia pois simultaneamente quatro tipos de G. U. de Cavalaria, cujas características orgânicas e táticas podemos resumir da seguinte forma:

1.º — Divisão de Cavalaria sem ou com uma parte mínima de elementos de fôgo motorizados ou mecânicos:

Conquanto o armamento das unidades a cavalo seja aumentado, tal D. C. terá um escasso poder de penetração, e certamente não poderá ter boas possibilidades de emprêgo senão contra G. U. similares, contra tropas débeis ou fortemente deprimidas. Constituindo um instrumento frágil e de emprego muito limitado, a maior parte dos exércitos que possuiam uma Divisão desta espécie tinham já em estudo, ou até em curso, a sua transformação mais ou menos radical, que só razões de natureza financeira tinham retardado.

2.º — Divisão de Cavalaria parcialmente motorizada:

Caracterizada pela mobilidade e pela potência de fôgo e destinadas a actuar pela manobra e pela surprêsa mais que pela fôrça, as suas características antagónicas foram de forma vária, e mais ou menos felizmente, armonizadas de molde a facilitar a combinação dos seus elementos bastante diferentes: hipo, motorizados e mecânicos.

3.º — Divisão ligeira mecanizada:

É caracterizada pela mobilidade, raio de acção e protecção de que beneficiam os seus meios. Representa o elo entre a Divisão parcialmente motorizada e a Divisão blindada.

As características do seu emprêgo são: exploração estratégica em grandes frentes (até 100 k^{m}.); emprêgo na batalha em ataques rápidos de surprêsa sôbre os flancos e retaguardas do adversário e na colmatagem duma brecha, mas sobretudo na exploração e na perseguição.

A Divisão ligeira mecanizada francesa, em conseqüência da transformação do seu material, tendia decididamente para Divisão blindada; a Divisão ligeira alemã, reforçada com unidades de carros, podia ser e foi empregada como Divisão blindada.

4.º — Divisão blindada:

Caracterizada pela elevada capacidade de penetração e de manobra de larga envergadura, é um instrumento complexo e muito vulnerável à aviação e à artilharia. A-pesar das suas numerosas servidões e dos seus inconvenientes palpáveis, constituia em 1939 a tendência geral da orgânica da arma de Cavalaria.

Compreende:

a) elementos de exploração (motociclistas, auto-metralhadoras, carros ligeiros);

b) elementos blindados de combate e manobra (em geral carros ligeiros e médios);

c) elementos motorizados ou mecânicos para a ocupação do terreno (motociclistas na Itália, infantaria ou cavalaria motorizada na Alemanha, Rússia, Inglaterra), e para acções de fôgo, especialmente contra formações blindadas (artilharia motorizada ou mecânica e unidades anti-carro).

A evolução orgânica das G. U. de Cavalaria

As Div. de Cav. em 1939

Div. Cav. polaca

I Br. Cav.:

1.º R. C.

2.º R. C.

II Br. Cav.:

3.º R. C.

4.º R. C.

III Br. Cav.:

5.º R. C.

6.º R. C.

G. E./A. M.

Art.:

2 G. B. A. C.

Div. Cav. francesa

I Br. Cav.:

1.º R. C.

2.º R. C.

II Br. Cav.:

3.º R. C.

4.º R. C.

Br. motor.:

G. E./A. M.

R. Dragões

I Bar. II Bar. III Bar.

12 armas a. c.

Art.:

1 R. Ar. T. M. 75 75

1 G. B. O. Tr. 105

Div. rápida italiana

Br. Cav.:

1.º R. C.

2.º R. C.

Moto

G. E./A. M.

R. Caç.

47 armas a. c.
20 armas a. c.

Art:

1 G. B. A. C.

1 G. B. A. T. M.

1 G. B. O. Tr.

Div. ligeira alemã

Br. Expl.:

1.º Reg.

G. E./A. M. Bat. Armas moto pesadas

2.º Reg.

Br. Caçadores:

B. Metr.

Grupo a. c.

Art.:

1. R. A. T. M. 105 105

Div. lig. mec. francesa

I Br. mec.:

1.º Reg. mec.

c. lig. c. médios

2.º Reg. mec.

II Br. mec.:

3.º Reg. mec.

Reg. motor.

12 armas a. c.

Art:

1. R. Ar. T. M. 75 75

1. G. B. O. Tr. 105

Div. moto-mec. russa

I Br. carros:

Bar. c. ligeiros

Reg. c. médios

B. I. motor.

II Br. carros:

Bar. c. ligeiros

Reg. c. médios

B. I. motor.

Br. motor:

Bat. M. P.

Grupo a. c.

Art.:

2 G. B. A. T. M. 76-122 76-122

Div. blindada alemã

G. R. Expl.:

Aviação

Moto

A. M.

Armas pesadas

Br. carros médios:

1.º Reg.

2.º Reg.

Br. motor.:

Bat. moto

R. Caç.

Art.:

1 R. O. T. M. 105 105 105

Div. blindada inglesa

I Br. carros ligeiros:

1.º Reg.

2.º Reg.

3.º Reg.

B. I. motor.

II Br. carros ligeiros:

4.º Reg.

5.º Reg.

6.º Reg.

B. I. motor.

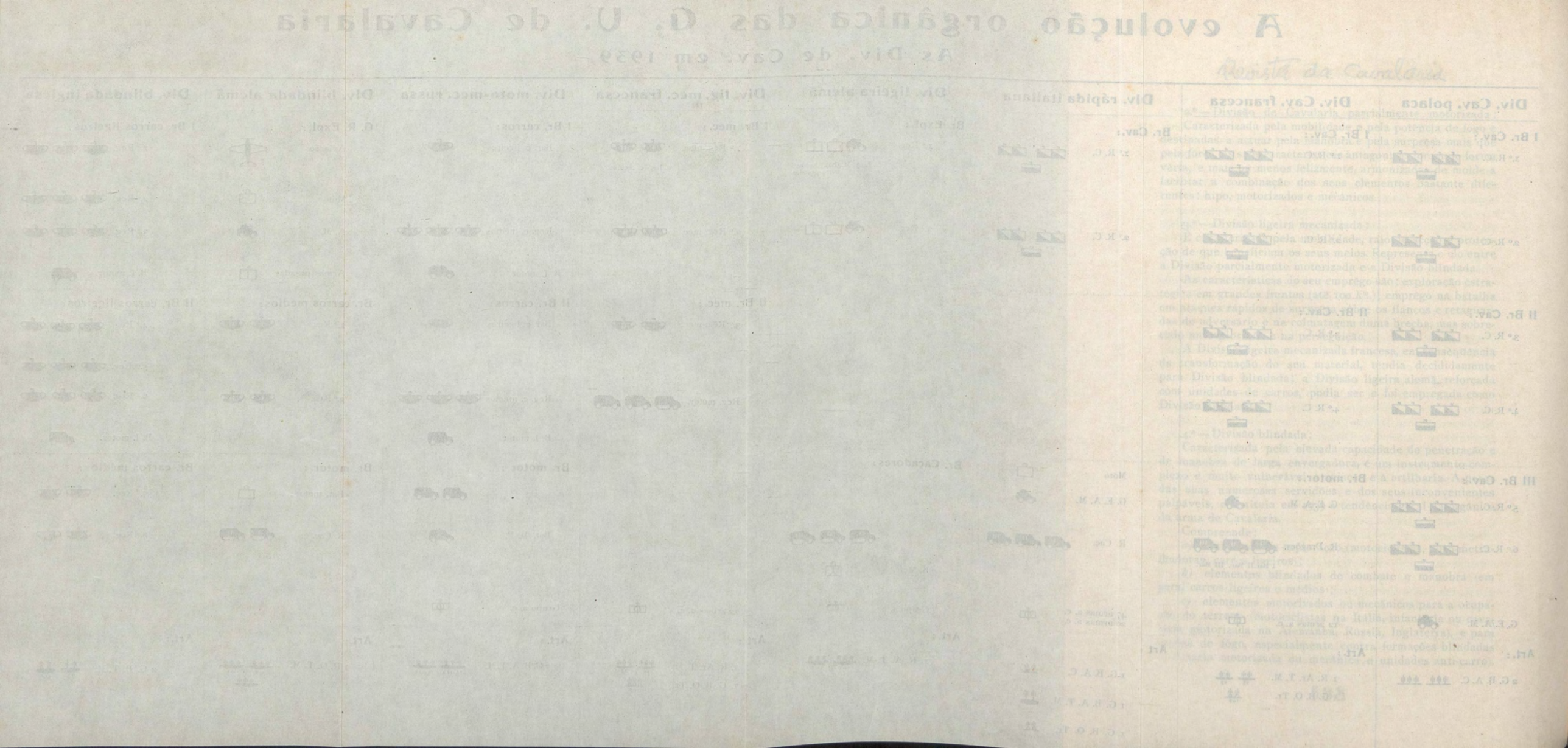
Br. carros médios:

7.º Reg.

8.º Reg.

Art.:

2 G. B. T. M. 83 115



Da rápida revista passada às diferentes modalidades orgânicas da Div. Cav. coexistentes em 1939, um facto resalta: a Divisão blindada não aparece bruscamente como uma nova arma resultante do desenvolvimento do engenho mecânico. Entre a Div. Cav. de 1914 e a Div. blindada de 1939 existem formas orgânicas intermédias que mostram à evidência que esta deriva directamente daquela. Um exame sumário do quadro que acompanha êste trabalho mostra a transformação operada na orgânica das G. U. de Cavalaria que conduziu à Div. blindada.

As G. U. blindadas têm as missões tradicionais da Cavalaria, desempenham essas missões pelos processos característicos da Cavalaria, são constituídas essencialmente com os quadros e a tropa da arma de Cavalaria, derivam orgânicamente das antigas G. U. de cavalaria e são animadas do mesmo espírito. Porque se finge pois ignorar a arma de Cavalaria quando se fala de G. U. blindadas?

Esbôço histórico do Regimento de Cavalaria 2

pelo Major CARLOS SELVAGEM

M tanto acidentada e caprichosa é a história do Regimento de Cavalaria 2.

O seu mais remoto antepassado é o «*Regimento de Cavalaria da Praça de Moura*», organizado no Alentejo com 12 companhias de cavalos, pelas *Ordenanças joaninas* de Novembro de 1707, nos começos do reinado de D. João V.

Até então, pelas *Ordenanças sebásticas* de 1570, a Cavalaria portuguesa achava-se rudimentarmente organizada em *tropas* ou *companhias de cavalos,* de 50 a 90 cavalos cada, independentes entre si, comandadas por um *capitão de cavalos,* geralmente fidalgo, que era também quem, em regra, as recrutava e organizava.

Em 1707, em plena Guerra da Sucessão de Espanha, o Conselho de Guerra do Reino, tendo reconhecido que a organização militar, estatuida pelas *Ordenanças sebásticas,* a-pesar das modificações introduzidas pela Guerra da Restauração, era já anacrónica e defeituosa, apresentava ao nóvel monarca um projecto de reorganização militar que criava entre nós o Exército permanente nos moldes dos melhores exércitos dessa época.

É a partir dessa organização de 1707 que as antigas *tropas de cavalaria* e *terços de infantaria,* assumem, entre nós com o título e a organização de regimentos, um carácter orgânico mais regular e permanente.

*

Na Praça de Moura, como já se disse, foi então criado, com 12 companhias de cavalos, sob o comando de um coronel, o *Regimento de Cavalaria da Praça de Moura.*

O seu efectivo total era de cêrca de 480 cavalos. O uniforme era o redingote azul com canhões e gola amarela, véstia branca e calção branco. A cobertura de cabeça era ainda o chapéu de fêltro preto, com a aba levantada. O armamento constava de sabre, pistolas e clavina ou fusil de pederneira.

Em 1764, quando Pombal, depois da breve e fruste invasão de 1762 pelas tropas espanholas do Marquês de Sarria e do Conde de Aranda, se decidiu a tratar a sério da reorganização militar do Reino sob a alta direcção e competência técnica do Conde de Schaunburg-Lippe, o Regimento de Cavalaria da Praça de Moura, foi reorganizado em Moura, sob o comando do coronel D. José da Costa, com o nome de *Regimento de Cavalaria de Moura,* a 8 companhias de 30 cavalos cada, no efectivo total de 329 cavalos, incluídos os dos oficiais e estado maior e menor.

As alterações não foram importantes, tanto no que respeita a armamento como a uniforme.

Em 1788, os canhões e golas são ainda amarelos e a cobertura de cabeça é já o tricorne agaloado com borlas doiradas.

Em 1796, pela organização então decretada, o *Regimento de Cavalaria de Moura* sob o comando do coronel Pitta Osório, continua aquartelado em Moura e apenas sofre uma alteração — o aumento teórico do seu efectivo para 559 cavalos.

Dez anos depois, pela reorganização do Exército de 1806, a mais importante e eficáz de quantas se haviam decretado, o *Regimento de Cavalaria de Moura* toma o N.º 2 na escala numérica e egualitária que então se deu a tôdas as unidades do Exército — e pela primeira vez nos surge o *Regimento de Cavalaria N.º 2,* sob o comando do Coronel J. B. Lucena Beltrão.

O seu quartel continua em Moura e o seu uniforme mantém os distintivos amarelos; os calções passam a ser amarelos também.

Mas em 1807 o País é invadido e ocupado pelas tropas de Napoleão sob o comando de Junot, cujo primeiro acto é o licenciamento e desarmamento das tropas portuguesas.

O Regimento de Cavalaria 2 sofre o comum destino. Com o seu casco, em princípios de 1808 é constituído um depósito em Moura, que em Outubro do mesmo ano, depois da derrota e expulsão das tropas francesas pela convenção de Sintra, serve de núcleo à reorganização do Regimento.

Reorganizado, equipado, uniformizado e remontado de novo em todo o ano de 1809, pode já ser encorporado no Exército português do comando de Beresford em 1810; e em 1811 recebe enfim o seu batismo de fôgo na batalha de Fuentes de Oñoro (5 de Março) contra o Exército de Massena em retirada. Em 6 de Abril toma parte no assalto à Praça de Badajoz. E depois entra ainda nas seguintes acções da Guerra Peninsular:

1812 — Terceiro cêrco de Badajoz, desde 7 de Março a 6 de Abril; sítio do Forte de Salamanca desde 17 a 27 de Junho; dois assaltos à Praça de S. Sebastião em 25 de Junho e 31 de Agosto; batalha de Salamanca em 22 de Julho; combate de Valladolid de 7 de Setembro; cêrco do Castelo de Burgos desde 19 a 21 de Outubro; combate de Carrion em 25 de Outubro e combates de Huerba e San Muñoz em 17 de Novembro.

Em 1813, entrou no combate de Ossuna de 18 de Junho, na batalha de Vitória em 21 de Junho, nos cêrcos à Praça de S. Sebastião de 9 de Julho a 31 de Agosto e ao Castelo de S. Sebastião até 8 de Setembro; no combate de Bidassôa em 7 de Outubro; e já em França, tomou parte nas batalhas de Nivelle e de Nive (10 de Novembro e 10 de Dezembro) até à tomada da Praça de Baiona em 28 de Abril de 1814.

Depois da Paz de Paris (1814), os efectivos do Exército são naturalmente reduzidos e o Regimento de Cavalaria 2, em Moura, sofre a correspondente redução; mas em 1816, pela reorganização do Marechal-general Beresford, os efectivos são-lhe aumentados para 531 cavalos e é-lhe designado o quartel de Évora, que ficára concluido em 1807.

*

A Revolução liberal de 1820 devia ter, como é óbvio, as mais profundas e imediatas repercussões no seio do Exército, que no Pôrto e em Lisboa havia sido o principal instrumento de fôrça dos revolucionários. Cada regimento, tomando partido por uma das facções em luta, tornava-se um agente da desordem geral; e as paixões políticas, penetrando nos quartéis, dissociavam a camaradagem e quebravam os laços de disciplina, que são as condições de vida das instituïções militares

Logo em 1823, por ocasião da reacção absolutista que se manifestára no Norte, o Regimento de Cavalaria 2, que entretanto fôra transferido de Évora para Vila Viçosa, manifestou-se pelos insurrectos.

Um destacamento de Cavalaria 2, ao marchar de Vila Viçosa para Elvas, rebelou-se, tendo sido necessário enviar ao seu encontro um destacamento dos Regimentos de Cavalaria 3 e 5, que prenderam e desarmaram os sublevados.

Mas o fermento politico não ficára, por êsse facto, destruido, porque logo três anos depois, em 1826, depois da morte de D. João VI, ao ser promulgada em Lisboa a Carta Constitucional, enviada do Brasil por D. Pedro, o Regimento de Cavalaria 2 em Vila Viçosa, juntamente com dois regimentos de infantaria do Alentejo, rebelou-se contra o novo regime. A sedição foi novamente sufocada pelo Regimento de Cavalaria N.º 5, e os oficiais e praças sublevadas refugiaram-se em Espanha.

Por êsse motivo foi o Regimento de Cavalaria 2 dissolvido por Decreto de 5 de Agosto do mesmo ano, sendo criado na mesma data, em sua substituïção, o Regimento de Cavalaria N.º 13, que, verdadeiramente nunca chegou a ser organizado. Os regimentos de cavalaria continuavam a ser 12, mas, como castigo exemplar pela sua rebelião política, na ordem numérica o N.º 2 passava a não figurar mais. Pràticamente, desde 1826 deixaria de existir nos quadros do Exército português um Regimento de Cavalaria N.º 2.

Pouco durou porém essa espécie de excomunhão, porque em 1828 produzia-se na política portuguesa outro facto de

extraordinário alcance — a restauração do regime absoluto pelo golpe de Estado de D. Miguel, que em 30 de Junho se fez proclamar Rei.

Em 1829, o Govêrno de D. Miguel decretava uma reorganização do Exército; e por fôrça dêsse Decreto, em 1831 é reorganizado em Vila Viçosa, com os oficiais e praças do antigo Regimento de Cavalaria 2, regressados de Espanha, o novo *Regimento de Cavalaria de Vila Viçosa,* comandado pelo Coronel António de Melo Cardoso.

Entretanto, como é sabido, organizára-se política e militarmente na Ilha Terceira a reacção liberal contra o regime de D. Miguel. Entre as inúmeras medidas, decretadas então pela Regência liberal da Terceira, figura a organização dum Regimento de Cavalaria N.º 2 com o título de *Regimento de Lanceiros da Rainha,* sob o comando do Tenente-coronel Infante de Lacerda.

Era a primeira vez que se introduziam em Portugal, a exemplo da cavalaria polaca, unidades de cavalaria, armadas em lanceiros; e com essa invocação os regimentos de lanceiros passaram também a usar o capacete conhecido por *chapska.*

Esta nova unidade de cavalaria fez parte do exército liberal desembarcado no país, na praia do Pampelido (Mindelo) e tomou parte activa nas operações de guerra civil que se lhe seguiram, desde Julho de 1832 a Maio de 1834, nomeadamente nas acções de Valongo e Ponte Ferreira, (Julho de 1832), nas surtidas do Cêrco do Porto, pelas Antas, Carvalhido, Monte do Crasto, Padrão da Légua, Pinhal da Luz, e Linhas do Porto até Agosto de 1833; e, finalmente, depois de levantado o cêrco do Porto, nas várias acções da guerra de movimento travadas em Tôrres-Novas, Pérnes, Almoster e Asseiceira.

No mais aceso, porém, desta luta, em princípios de 1834, o Govêrno de D. Miguel decreta nova reorganização do Exército miguelista, pela qual o *Regimento de Cavalaria de Vila Viçosa* volta a ser, com a nova designação numérica dada às unidades do Exército, o «*Regimento de Cavalaria n.º 2*» armado também em lanceiros. E assim, como no campo liberal o «*Regimento de Lanceiros da Rainha*» era o Regimento n.º 2 da cavalaria liberal, os dois Regimentos rivais de cava-

laria n.º 2, armados ambos em lanceiros, durante quatro meses se bateram bravamente nos campos do Ribatejo.

Por complexos motivos que não importa aqui aduzir, a sorte das armas foi adversa à causa miguelista. Em 27 de Maio de 1834 D. Miguel via-se forçado a capitular pela Convenção de Évora-Monte e a embarcar para o estrangeiro.

O Exército miguelista foi logo dissolvido e com êle o Regimento de Cavalaria n.º 2, que tinha o seu quartel em Vila Viçosa.

*

Depois da vitória das armas liberais, em Julho de 1834 é reorganizado em Lisboa no quartel da Ajuda, sob o comando do Coronel Infante de Lacerda, o *Regimento de Cavalaria n.º 2, lanceiros,* com os arquivos e o casco do Regimento miguelista e dos lanceiros da Rainha.

A mesma designação de *Regimento de Cavalaria n.º 2, lanceiros,* e o mesmo quartel da Ajuda lhe são conservados pela Reorganização do Exército de Outubro de 1837, que se seguiu ao triunfo da Revolução de Setembro de 1836 doutrinada e chefiada pelos radicais Manuel Passos, Sá da Bandeira, etc.

Entretanto, em 1835 e 1836 dois esquadrões de Lanceiros 2 são encorporados na Divisão auxiliar a Espanha, sob o comando do Visconde das Antas, comportando-se brilhantemente em varias acções contra os Carlistas.

Sob o comando do Capitão D. Carlos de Mascarenhas, os dois esquadrões de lanceiros, encorporados com a divisão portuguesa no Exército espanhol, prestigiaram em Espanha o nome português, distinguindo-se especialmente nos combates de Arlaban (9 e 14 de Maio de 1837) e Peña Serrada (18 de Junho do mesmo ano).

Em 1844, o «*Regimento de Cavalaria n.º 2, lanceiros*», aquartelado na Ajuda, retoma o título honorífico de «*Regimento de Cavalaria n.º 2, Lanceiros da Rainha*», e, sob o comando do coronel D. António do Melo, mantendo-se fiel a D. Maria II nas acêsas lutas políticas de 1844 e de 1846-1847, conhecidas pelas «Revoltas de Maria da Fonte e da Patuleia», bate-se galhardamente na acção de Tôrres Vedras, rudemente ganha pelo Marechal Saldanha, a favor da Rainha.

Em 1851 estava terminado o período agitado das lutas do constitucionalismo. Com a Regeneração, entrava-se num largo período de paz e de progresso material; e desde então, pela acelerada evolução dos progressos industriais que tão fundas repercurssões tinham nos processos de guerra e nos problemas de defesa nacional, o Exército é objecto de sucessivas reorganizações.

Pela organização de 1862 (conhecida por «organização do Marquês de Sá») é-lhe mantido o título de «*Regimento de Lanceiros de Rainha*», a 4 esquadrões de 2 companhias de 48 filas em tempo de guerra, e a 3 esquadrões de 2 companhias de 36 filas em tempo de paz.

Em 1864 e 1868, nas várias modificações introduzidas na reorganização do Marquês de Sá, são-lhe mantidos o título honorífico de *Lanceiros da Rainha* e o seu vasto Quartel de Ajuda.

Em 1884, o Exército sofre nova reorganização. Mas em Setembro dêsse ano, tendo-se insubordinado o Regimento por solidariedade com dois oficiais punidos, foi decretada a sua dissolução a 27 de Setembro, e, por decreto de 30 do mesmo mês, foi organizado outro em sua substituição que passou a chamar-se *Regimento de Cavalaria n.º 2, lanceiros*», constituido por 3 esquadrões e 1 de reserva, a 2 companhias cada.

Em 1888, é-lhe conferido o título de «*Regimento n.º 2 de Cavalaria do Principe D. Carlos*» por ter sido nomeado o Principe Real seu coronel comandante honorário.

Mais tarde, por decreto de 5 de Março de 1890, com o advento de D. Carlos ao trono, é-lhe mudada a designação para *Regimento de Cavalaria n.º 2, lanceiros de El-Rei.* O Rei D. Carlos continuava a ser o seu comandante honorário e o Regimento assumia, por êsse facto, o caracter dum corpo de élite.

Pela organização de 1899, do ministro da guerra Sebastião Teles, o *Regimento de Cavalaria n.º 2, Lanceiros de El-Rei,* a 4 esquadrões, passou a constiuir com o Regimento de Cavalaria n.º 4, aquartelado também na Ajuda, a Brigada de Cavalaria de Lisboa.

*

Proclamada a República em 1910, não podia o novo regimen deixar de modificar a organização militar do País no sentido de dar ao exército a feição e estrutura dos *exércitos milicianos*.

Em Março de 1911 é publicada a nova organização do Exército, pela qual o Regimento retoma a simples designação do «*Regimento de Cavalaria n.º 2*», com a categoria de regimento divisionário, a 3 esquadrões de linha e 1 de reserva. É então abatido o antigo uniforme e o tradicional capacete.

Em 1917, declarada a guerra a Portugal pela Alemanha, mobiliza o Regimento de Cavalaria 2 um grupo de esquadrões que segue para França, encorporado no Corpo Expedicionário Português. Em virtude do caracter estabilizado que a guerra na frente ocidental tinha entretanto tomado, êsse grupo de esquadrões é, desde logo adstrito ao serviço das trincheiras, e é como infantaria que faz na Flandres a Campanha de França. Desde então o uniforme de campanha é de méscla de lã ou de cotim cinzento e como cobertura de cabeça o capacête de ferro de modêlo inglês.

Pouco depois, porém, em Dezembro de 1917 rebenta em Lisboa a Revolução militar chefiada pelo major de artilharia Sidónio Paes.

Com o triunfo do movimento o Regimento de Cavalaria 2, armado em lanceiros, é então encorporado ao Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa, sustentando bravamente, sob o comando do Tenente-Coronel Silveira Ramos, a defesa do regimen Sidonista.

Pela queda do Sidonismo em Dezembro do ano seguinte o Regimento adere ao pronunciamento monárquico do Norte (Janeiro de 1919) e, juntamente com outros corpos da guarnição de Lisboa, toma posições na Serra de Monsanto em 19 de Janeiro dêsse ano. Depois de dois dias de combate com as fôrças fieis à República que marcham ao assalto de Monsanto, as fôrças sublevadas são cercadas e vencidas. Mas o Regimento de Cavalaria 2, que se batera valentemente, não foi depois dissolvido nem deslocado da capital.

Em 1926, depois do triunfo do movimento militar de 28 de Maio, foi decretada nova organização do Exército, pela qual o Regimento de Cavalaria n.º 2, com a feição de Regimento divisionário, a 3 esquadrões de linha e 1 esquadrão de depósito, conserva a designação anterior, deixando de ser armado de lança.

Finalmente em 1937, pela última organização decretada, o Regimento de Cavalaria n.º 2, sob o comando do seu actual comandante, coronel Higino Barata, é constituido em *regimento de fronteira* a 4 esquadrões, formação do comando e 1 esquadrão de metralhadoras e engenhos, e encorporado com o Regimento de Cavalaria 4 na 2.ª Brigada de Cavalaria.

*

Tal é, a largos traços, a história acidentada e gloriosa do antigo «*Regimento de Cavalaria da Praça de Moura*» criado em 1707 pelas «*Novas Ordenanças*» de D. João V e que depois tomou em 1806 o n.º 2 na ordem numérica dos Regimentos de Cavalaria portuguesa.

Êsse número 2, as duas lanças cruzadas e o emblema da caveira «*Morte ou Glória*» que, a partir da Guerra Peninsular sempre tem arvorado, como sua insignia heraldica herdada de um regimento inglês de lanceiros da Índia, ao longo de mais de um século de história têm sido sempre nobremente honrados por todos os oficiais e praças que têm tido a responsabilidade e o orgulho de lhes manter as gloriosas tradições e o ardente espírito cavaleiro de antigo regimento de lanceiros.

2

Temas tácticos

Nota da Redacção

Figura no Boletim da E. P. C. *dêste número a resolução de um tema sôbre «Patrulhas» destinada a orientar os nossos leitores no espírito da prova* «Bronze Revista da Cavalaria». *Reservamos para número ulterior a continuação da resolução do tema n.º 1 interrompida por motivos estranhos à nossa vontade, no n.º 6 da nossa Revista. Coincide essa altura do trabalho com o versar da parte do tema n.º 1 relativa à actuação de «Patrulhas» e é por isso que guardamos para momento mais oportuno êsse estudo, visto ser idêntico ao do* Boletim da E. P. C. *agora publicado na secção respectiva.*

Para se não perder a continuidade desta secção, apresentamos um novo tema tático cuja resolução se iniciará e, se possível, concluirá no próximo número.

Tema n.º 2

Cartas $^{1}/_{250.000}$ — 17 — 18

$^{1}/_{50.000}$ 16 e | 16 f | 16 g / 17 e | 17 f | 17 g — Marcha de aproximação

Situação Geral

Nos primeiros dias do mês de Agosto, importantes fôrças do P. A. estão realizando a sua concentração nas regiões de **Mérida** e **Cáceres.**

Na manhã do dia 12, fracções da sua cavalaria, dispondo de elementos motorizados, tentaram penetrar no território do P. V. por **Ouguela, N. S.ª da Esperança** e **Galegos,** não tendo porém conseguido progredir em virtude da resistência que lhes foi oposta.

Foram ainda assinalados na manhã do mesmo dia 12 movimentos de tropas de tôdas as armas, nas direcções de **Badajós, Albuquerque** e **Valência de Alcântara.**

A acção da aviação azul tem sido quási completamente neutralizada pela aviação vermelha.

Em vista da situação, o Comando Superior do P. V. resolve opôr-se ao avanço das fôrças azuis no interior do território daquele partido, determinando que as fôrças que estão ultimando a sua concentração a S. do **Tejo** se desloquem para E. a-fim-de ocuparem as posições... — **Alter** — **Crato** — **Alpalhão** — **Niza.** Estas fôrças são constituídas por dois C. E. e uma Br. Cav.

Situação Particular

O III C. E. (V) (5.ª, 6.ª e 7.ª Div., a primeira na direita e a última na esquerda) encontra-se estacionada nas regiões a W. da rib. **Longo Mel** e de **Ponte de Sor,** estando as suas Div. prontas a deslocar-se às primeiras horas de 13.

— A segurança das zonas de estacionamento está garantida pelos seguintes elementos:

G. C. D. 5 em **Pereiro**;
G. C. D. 6 em **V. de Feiteira**;
G. C. C. 3 e G. C. D. 7 em **Atalaia.**

Os P. Av. que cobrem as zonas de estacionamento passam na linha geral **Ponte de Sor — Casas Brancas** (△) — **Vale de Colmeias** (△) — **Martins Domingues** (△) — **Vale de Gatos** (△) — **Cimodeiro** (△) — **Carris Brancos** (△) — **Correia** (△).

A 1.ª Br. Cav. está concentrada na região de **Avis.**

Ás 12 h. 00 do dia 12, o comandante do III C. E. faz expedir, em harmonia com a directiva recebida do Comando Superior das fôrças concentradas a S. do **Tejo**, a seguinte ordem:

P. V.
III C. C.
E. M. — 1.ª Rep.
N.º...

Exemplar n.º...
P. C. em **Chouto**
12/VIII/...
às 12 h. 00

Ordem particular de operações n.º ...

À CAVALARIA

1 — Na manhã de hoje, 12, fracções de cavalaria inimiga, dispondo de elementos motorizados, tentaram penetrar no nosso território por **Ouguela, N. S.ª da Esperança** e **Galegos.**

Na tarde de hontem, 11, foram assinalados movimentos de tropas inimigas de tôdas as armas nas direcções de **Badajós, Albuquerque** e **Valência de Alcântara.**

A acção da aviação inimiga tem sido quási completamente neutralizada pela nossa aviação, não sendo de supôr que o adversário possa transpôr a fronteira antes de dois a três dias.

2 — O III C. E. (5.ª, 6.ª e 7.ª Div.), coberto na direita pela II C. E., vai deslocar-se para E. ao romper do dia 13 segundo o eixo **Vale das Mós — Vale de Gatos — Vale do Pêso — Alagôa**, a-fim-de se instalar defensivamente na posição definida pela

linha geral **Endreiros** (△) — **Mello** (△) — **C. Alto 2.º** (△) — **Outeiro da Vila** (△) — **Touril 2.º** (△) — **Caldeiras** (△) — **Braceira** (△), com a missão de barrar ao inimigo o acesso à região de **Vale de Água.**

3 — Limites da zona de acção do III C. E.:

Limite S.: **Amieira — Vale de Açor — Chança — Gaião** ( ) — **Mortal 1.º** ( ) — **Serrinha** ( ) — **Endreiros** ( ) — **Barretes** ( ) — **Casqueiro** ( ) — **Cabaça,** todos inclusivé.

Limite N.: **Rio Tejo.**

4 — As Divisões deslocar-se-hão segundo os eixos:

5.ª Div.: **Ponte de Sor — V. do Bispo de Cima — Tôrre das Vargens — Cunheira — Aldeia do Mato — Crato.**

6.ª Div.: **V. de Arco — Monte da Pedra — Pêso.**

7.ª Div.: **Gavião — V. Grande** (△) — **V. de Gião** (△) — **V. de Figueira — Tapada do Assis.**

Limites intermédios das zonas de acção:

Entre a 5.ª e a 6.ª Div.: **Campanha** (△) — **Meixieira** (△) — **Casas Brancas** (△) — **Vale de Carreira** (△) — **Sepilheira** (△) — **Pedra do Rato** (△) — **Cabeço Alto 2.º** (△) — **Mattos** (△) — **Castanheiro** (△), todos à 5.ª Div.

Entre a 6.ª e a 7.ª Div.: **Camelo** (△) — **Esteveira** (△) — **Pernelhe** (△) — **Cimodeiro** (△) — **Polvorão** (△) — **Rodeio** (△) — **Touril 2.º** (△) — **Navens Ferreiras** (△) — **Tinhosa** (△) — **Pereiro** (△), todos à 6.ª Div.

Limite N. da 7.ª Div.: rio **Tejo** até à rib. de **Alferreira** — curso da rib. de **Alferreira — Arez — Niza — Braceira** (△) — **Touril 1.º** (△) — **Mal Abrigo** (△) — **Cancela** (△), todos inclusivé.

5 — É minha intenção:

a) Não ultrapassar, até à manhã do dia 14 com as testas dos grossos das Div., a transversal **Crato — Alpalhão — V. do Pêso — Niza;**

b) Atingir com as G. Av., na madrugada do dia 14, as posições a W. de **Portalegre** e da rib. de **Niza** balisadas por **Azambujeira** (△) — **Esteval** (△) — **Arnelos** (△) — **S.ª das Virtudes** (△) — **Tendeiros** — **Chara** (△) — **Pelada** (△), que ocuparão na manhã do mesmo dia;

c) Deslocar o mais ràpidamente possível para E., na tarde de hoje 12, os G. C. D. a-fim-de:

— cobrirem a marcha das G. Av. das respectivas Div. sôbre a rib. de **Niza** e a sua instalação nas posições a W. de **Portalegre** e da mesma ribeira;

— informarem o comando do III C. E. sôbre a atitude e actividade do inimigo no vale do **Sever** e nas regiões de **Galegos** e **S. Julião**;

— em presença de fôrças superiores, exercerem acção retardadora segundo os eixos:

G. C. D. 5: **Portalegre — Crato — Aldeia da Mata**;

G. C. D. 6: **Alcaide** ( ) — **Pêso — M. da Pedra**;

G. C. D. 7: **Charas** ( ) — **Tapada do Assis** ( ) — **Lage de Prata** ( ) — **V. de Gião**;

— manter até nova ordem a posse da transversal **Crato — Alpalhão — Niza**;

d) O D. C. C. 3 cobrirá a esquerda do C. E. na região de...

6 — Para o desempenho das suas missões, os G. C. D. 5 e 6 serão reforçados às 15 h. 00 de hoje 12:

G. C. D. 5 com 1 comp. at. auto transportada e 1 Div. art. T. M. em **Tôrre das Vargens.**

G. C. D. 6 com 1 comp. at. auto transportada e 1 Div. art. T. M. em **V. da Feiteira.**

7 — Ligação:

— P. C.: do III C. E., em **Chouto** até às 12 h. 00 de 13:

da 5.ª Div. em **Zambujal**;
da 6.ª Div. em **S. Facundo**;
da 7.ª Div. em **Alvega.**

— C. A. I./III C. E. inicialmente em **Vale de Mós.**

8 — Serviços: (p. l.).

O Comandante do III C. E.

Observações:

Tempo sêco. Dia claro às 06 h. 00. Noite fechada às 22 h. 10.

Trabalhos a executar:

Ordens dadas pelo Com. do G. C. D. 5 para o movimento.

Remonta na Argentina

IV

Crónica Técnico-Descritiva

Pelo Major-Veterinário ANTÓNIO LEBRE

A vastidão do nosso têma basilar — *Remonta na Argentina* — leva-nos, implicitamente, a abordar assuntos de ordem geral, mas que se torna necessário esplanar, mais para dar forma ao nosso trabalho, do que para elucidação dos cultos espíritos dos nossos leitores.

Situação Geográfica

Êste grande país, é limitado ao Norte pela Bolívia e Paraguay; a Leste, pelo Brasil, Uruguay e Oceâno Atlântico; ao sul pelo Atlântico e Chile; a Oeste pelo Chile.

As características desta República Federal da América do Sul, são assinaladas pela cordilheira dos Andes (vertente oriental); pelas regiões desérticas do Chaco; por uma parte dos fertilíssimos vales do Uruguay, por notabilíssimas planícies e pela inculta Patagonia.

A sua superfície eleva-se a 2.987.007 k^{m^2} ocupados por uma população de 12.000 habitantes, cuja densidade não vai além de 4 habitantes por k^{m^2}, concentrada especialmente na parte central, a mais cultivada.

O clima é temperado, oscilando os limites máximo e mínimo entre 22.° e 5.°

Na Província de Buenos Aires, a mais povoada de gado cavalar, e nas grandes planícies, a neve constitue fenómeno raras vezes assinalado; em Chubut e Santa Cruz, cai neve em outubro, mas na Terra do Fôgo, regista-se todos os meses êste mesmo facto.

Actividade económica

A Argentina é sem dúvida um grande país agrícola e pecuário, criando-se em alta escala; bois, ovelhas e cavalos, dando aquêles origem a uma notabilíssima indústria de carnes congeladas, conservas e peles.

Raça Cavalar Argentina

(Sua origem)

O gado cavalar creoulo argentino, tem a sua origem basilar na raça Andaluza, facto que constitue uma verdade histórica incontestada.

O primeiro grupo de animais, num total de 72 indivíduos dos dois sexos, que foram na expedição de Mendonça, partiram de Cadiz, em 1534 e chegaram ao Rio de La Plata em 1535.

Com esta iniciativa, Pedro de Mendonça, conseguiu um notável factor para a conquista do Sul-América e uma fonte inexgotável para a riqueza pública.

É interessante referir, para se ajuizar das facilidades de adaptação da raça cavalar andaluza, e mercê sem dúvida também das optimas condições do meio, que daquêle grupo de animais, só cinco éguas e sete padreadores, ficaram de posse dos naturais, com a retirada forçada dos espanhois, do Rio de La Plata.

Não obstante êste facto, decorridos 39 anos, quando em 1580 se realiza a segunda fundação de Buenos Aires, verifica-se que o gado cavalar se havia multiplicado extraordinàriamente na Pampa Argentina, tendo-se formado uma

variedade de cavalos, o Cimarron, animal selvagem, oriundo daquêle pequeno lote doméstico.

Depois de uma larga adaptação e evolução do solo argentino, a raça primitiva adquiriu caracteres zootécnicos próprios, transmissíveis através das várias gerações, segundo as leis da hereditariedade.

O clima, o terreno, a excelência das pastagens naturais e mais condições do meio, favoreceram a formação da raça cavalar, que constituiu o grande factor da liberdade sul-americana e o grande propulsor da Estância Argentina.

Como resultado, através dos tempos, da selecção natural, dada a sua vida primitiva, verdadeiramente selvagem, a raça cavalar adquiriu uma maravilhosa resistência para qualquer que seja o clima, ainda que o meio reüna o maior número de privações. Assim, a sobriedade da raça creoula é proverbial e a sua resistência à fadiga é sobejamente conhecida.

Um escritor norte-americano escreveu: «Tem músculos de ferro e excelentes membros, capaz de percorrer, como nenhuma outra raça cavalar, grandes distâncias num só dia». E esta observação era a tal ponto verdadeira, que nos princípios do século XIX, o cavalo creoulo chegou a ser mais estimado que o próprio cavalo árabe. Ainda sôbre a incontestada origem basilar da raça cavalar argentina, devemos acrescentar que a zootecnia distingue hoje duas orígens ancestrais do cavalo creoulo.

A que provém da raça creoula e a que deriva do cavalo barbere, ulteriormente introduzido. Assim, a fusão dos caracteres das duas raças, observam-se nos indivíduos de que nos estamos ocupando — raça cavalar argentina. Diga-se, porém, em abono da verdade, que não é apanágio desta raça, uma distinta estética, mas são admiráveis as características que possue para os trabalhos do campo, facto que a tem imposto através dos tempos.

Porém, mercê das práticas de selecção e regime alimentar, conseguem-se obter excelentes tipos do cavalo creoulo e de uma beleza a tal ponto, que se encontra já em plena eficiência o *Stud Book* desta raça.

São tão inestimáveis as características que reüne, que os criadores, por intermédio da Sociedade Rural Argentina,

para que a raça se não extinguisse no país, estabeleceram aquêle registo, por considerarem heroica a raça, e ocupar lugar privilegiado na História da Argentina.

Segundo o escritor colonial F. de Azera, realizou-se uma segunda importação de cavalos e éguas andaluzes, num total de 26, que seguiram na expedição de Alvarez Nunes, em 1542.

Dado o notável desenvolvimento que adquiriu a massa équina selvagem, Cimarron, cuja área geográfica ia do Rio de La Plata ao estreito de Magalhães, a hipofagia tornou-se prática corrente entre os aborigenas da Pampa e da Patagonia.

Os espanhois não se detinham a domar os potros, tarefa que incumbiam aos naturais da Pampa, que cedo se habituaram a estas práticas. A gordura era aproveitada por aqueles como combustível, nos seus acampamentos.

Entre as várias Coudelarias particulares, não há verdadeiramente unidade de vistas e assim uniformidade do tipo do cavalo de sela, nem mesmo, em face dos vários factores inerentes ao meio, era natural que esta existisse.

Isoladamente ou em grupos, os criadores têm produzido o modêlo que satisfaz mais o seu objectivo económico e até o seu gôsto, dentro das possibilidades do meio.

A população cavalar elevava-se em 1930 a 9.858.111 cabeças, tendo decrescido para 8.527.161, durante o período que decorreu, desde aquêle ano até 1937.

Verifica-se, assim, que em sete anos, a criação cavalar argentina, teve a deminuïção de 1.330.930 cabeças, facto que é significativo e desolador até, se acordarmos, como tudo indica, que esta deminuïção incidiu sôbre o cavalo de sela.

É esta população équina composta por raças de tiro, sela e corrida, cujos nomes indicamos: creoula argentina; p. s. de corrida; Hunter; Polo Pony; Welsh-Pony; Shire; Boulounais; Clydesdale; Sufolk Punch; Breton Postier; Percheron; Ardennais e Percheron Postier.

Dentre as raças de sela, existem registadas no Ministério da Guerra, 10.000 éguas, que a Comissão de Remonta faz beneficiar pelo p. s. i. importado ou nascido no País, nos seus aras, cujos produtos adquire para o Exército.

O p. s. de corrida representa, dentro do território da Rèpública, um alto valor económico.

Os animais de sport — concursos hípicos e polo, — são recrutados, ordinàriamente, na mesma équina p. s. i.

Á influência do automóvel, não do tractor (que os animais de tiro nêste País, substituem com vantagem) a falta de procura após a grande guerra, e especialmente o maior lucro das espécies bovina e ovina, têm feito decrescer a criação équina, nomeadamente em quantidade, do tipo do cavalo de sela.

A procura que se tem feito sentir ùltimamente, força a reconhecer, que há necessidade de voltar novamente a produzir o cavalo de sela, em alta escala.

No Regimento de Cavalaria N.º 5

Taça "Fuente de Cantos"

Crónica por X.

COM a terceira vitória, alcançada pelo 1.º Esquadrão, acabou de ser ganha definitivamente a Taça «Fuente de Cantos» que desde 1936, vinha sendo disputada inter-esquadrões no Regimento de Cavalaria aquartelado em Aveiro (n.º 8 até 1939 e agora n.º 5).

Esta Taça foi instituída pelo falecido General D. Luiz da Cunha Menezes, que à nossa Arma sempre dedicou o melhor do seu esforço e da sua inteligência e destinava-se, não só a manter e cultivar a camaradagem desportiva, como principalmente a perpetuar a brilhante conduta da Brigada de Cavalaria, constituída pelo R. C. 5 e R. C. 8, sob o comando do Brigadeiro Madden, no combate de Fuente de Cantos em 15 de Setembro de 1810, conduta essa que mereceu do Marechal Beresford, Comandante em Chefe do Exército, as seguintes palavras:

Ainda que sua Ex.ª o Senhor Marechal não faltou a dar parte a Sua Alteza Real quando recebeu a informação da brilhantissima conduta da Brigada de Cavalaria, composta dos Regimentos de Cavalaria n.os 5 e 8 e dois Esquadrões do Regimento

de Cavalaria n.º 3, às ordens do Senhor Brígadeiro Madden no ataque de 15 de Setembro em Fuente de Cantos, contra a cavalaria inimiga, em que desertou esta, fazendo ao chefe e aos oficiais e soldados do comando os elogios, que os conhecimentos e arranjos do primeiro e coragem e conduta de todos mereciam, e posto que, algumas circunstâncias tenham sido causa do retardamento, que tem havido até aqui em notificar ao Exército aquêle ataque, por ser tão honroso para a Nação, e para não deixar de fazer justiça ao Senhor Brigadeiro Madden e às bravas tropas do seu comando.

A cavalaria francesa, depois de ter, com a protecção da sua infantaria, vencido no primeiro instante a cavalaria espanhola (menor em número) dirigiu-se com mil cavalos contra a Brigada do Senhor Brigadeiro Madden, que se compunha de pouco mais de setecentos; mas pela disposição judiciosa, que faz o maior crédito como oficial ao Senhor Brigadeiro, e pela coragem bem secundada pela disciplina das tropas e exemplo dêle, o inimigo num momento foi vencido e derrotado, e, tendo deixado duzentos homens mortos, viu-se obrigado a procurar a segurança do resto na protecção de oito mil homens de infantaria e artilharia até onde a Cavalaria Portuguesa o impeliu.

Sua Ex.ª não pode deixar de dizer que rarissimas vezes acontece haver na guerra uma conduta mais brilhante; e o que a completou foi que, tendo a Brigada carregado os fugitivos até à sua infantaria e artilharia, se tornou a formar e fez a sua retirada com a maior regularidade por um terreno que nada lha favorecia, à vista dum inimigo tão superior em fôrça e sem que êle se atrevesse a atacá-la.

Sua Ex.ª roga agora ao Senhor Brigadeiro Madden que receba a sua aprovação e agradecimentos, e que tenha a bondade de os apresentar aos oficiais e soldados que com êle cambateram, mostrando-se tão dignos do nome Portuguez.

Esta Taça, disputada êste ano por 4 esquadrões, foi ganha em 1936 e 1938 pelo 2.º Esquadrão, e em 1937 e 1939 pelo 1.º Esquadrão, e compreendia 6 provas:

— Hipismo (percurso de obstáculos);
— Natação 100 metros — estilo livre);
— Pedestrianismo (cross de mil metros);
— Tiro (pistola para oficiais e sargentos e espingarda para cabos e soldados);
— Esgrima (Sabre — para oficiais e sargentos);
— Lançamento de granadas (para cabos e soldados).

As équipes que disputaram a Taça eram constituídas por dois oficiais, dois sargentos e quatro cabos e soldados.

As provas disputaram-se nos dias 16, 17, 18 e 19 de Setembro, tendo-se registado os seguintes resultados:

Hipismo

Oficiais:

1.º Capitão Ribeiro de Carvalho (1.º E.) *Barquillero* — 0 pontos — 1^m e 21^s.
2.º Alferes Bobone (2.º E.) — *Quentuck* — 0 pontos — $1^m\ 30^s\ 2/5$.
3.º Aspirante a Oficial Lemos (2.º E.) — *Taful* — 0 pontos — $1^m\ 37^s$.

Sargentos:

1.º Furriel Bandeira (1.º E.) — *Pimpão* — 0 pontos — $1^m\ 16^s\ 3/5$.
2.º Furriel Rocha (2.º E.) — *Viana* — 0 pontos — $1^m\ 16^s\ 4/5$.
3.º Furriel Cavaco (3.º E.) — *Sultão* — 0 pontos — $1^m\ 18^s\ 3/5$.

Cabos e soldados:

1.º 1.º cabo Fer. 153/E Silva (1.º E) — *Soberano* — 0 pontos — $43^s\ 3/5$.

2.º Soldado 89/40 Mata (2.º E) — *Sabino* — 0 pontos — 46^{s} 1/5.
3.º Soldado 82/40 Coutinho (3.º E) — *Sultão* — 0 pontos — 46^{s} 3/5.

CLASSIFICAÇÃO POR ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 82,5 pontos.
2.º » — 82,25 »
3.º » — 67,75 »
4.º » — 60,25 »

Natação

Oficiais:

1.º Capitão R. de Carvalho (1.º E).
2.º Asp. a Oficial Gago da Câmara (4.º E).
3.º Alferes Coval (3.º E).

Sargentos:

1.º Furriel Pimenta (4.º E).
2.º Furriel Redondo (1.º E).
3.º Furriel Cavaco (3.º E).

Cabos e soldados:

1.º Soldado n.º 411/40 Rendeiro (1.º E).
2.º 1.º cabo Fer. 153/E Silva (1.º E).
3.º 2.º cabo 2/40 Pereira (2.º E).

CLASSIFICAÇÃO POR ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 83,5 pontos.
2.º » — 71,875 »
3.º » — 71,625 »
4.º » — 63,25 »

Tiro

Oficiais:

1.º Alferes Coval (3.º E).
2.º Alferes Freire de Andrade (3.º E).
3.º Alferes Monteiro (1.º E).

Sargentos:

1.º 2.º Sarg. Vieira (2.º E).
2.º Furriel Cavaco (3.º E).
3.º Furriel Rocha (2.º E).

Cabos e soldados:

1.º Soldado 255/40 Lopes (3.º E).
2.º Soldado 275/40 Monteiro (3.º E).
3.º Soldado 401/40 Pereira (1.º E).

CLASSIFICAÇÃO POR ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 79 pontos.
2.º » — 74,25 »
3.º » — 81,25 »
4.º » — 75,5 »

Pedestrianismo

Oficiais:

1.º Alferes Monteiro (1.º E) — 3^m 53^s.
2.º Alferes Bobone (2.º E) — 4^m 3^s.
3.º Alferes F. de Andrade (3.º E) — 4^m 10^s.

Sargentos:

1.º Furriel Redondo (1.º E) — 3^m 40^s $^3/_5$.
2.º Furriel Rocha (2.º E) — 3^m 42^s $^2/_5$.
3.º 2.º sarg. Roxo (4.º E) — 3^m 52^s $^2/_5$.

Cabos e soldados:

1.º Soldado 247/40 Seiça (4.º E) — 3^m 34^s $^2/_5$.
2.º 1.º cabo fer. 153/E Silva (1.º E) — 3^m 36^s $^4/_5$.
3.º 2.º cabo 232/40 Luzio Júnior (4.º E) — 3^m 37^s $^3/_5$.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 83 pontos.
2.º » — 77 »
3.º » — 72,5 »
4.º » — 77,5 »

Esgrima

Oficiais:

1.º Alferes F. de Andrade (3.º E) — 6 vitórias.
2.º Cap. R. de Carvalho (1.º E) — 6 vitórias.
3.º Alferes Monteiro (1.º E) — 5 vitórias.

Sargentos:

1.º Furriel Cavaco (3.º E) — 7 vitórias.
2.º Furriel Pimenta (4.º E) — 6 vitórias.
3.º Furriel Redondo (1.º E) — 4 vitórias.

CLASSIFICAÇÃO POR ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 51 pontos.
2.º » — 44,5 »
3.º » — 51,5 »
4.º » — 49 »

Lançamento de granadas

Cabos e soldados:

1.º Sold. clarim 42/E Alexandre 2.º E) — 32,9 metros.
2.º Soldado 89/40 Mata (2.º E) — 29,45 metros.
3.º Soldado 411/40 Rendeiro (1.º E) 28,40 metros.

CLASSIFICAÇÃO POR ESQUADRÕES:

1.º Esquadrão — 27,75 pontos.
2.º » — 26,75 »
3.º » — 27,5 »
4.º » — 21,75 »

Classificação geral por esquadrões

1.º Classificado — 1.º Esquadrão — 406,75 pontos.
2.º » — 2.º » — 376,625 »
3.º » — 3.º » — 372,125 »
4.º » — 4.º » — 347,25 »

*

Felicitando os vencedores, e em especial o 1.º Esquadrão do R. C. 5, não podemos deixar de lamentar que a Taça tivesse sido definitivamente ganha, pois que assim, deixará de haver motivo para anualmente se efectuarem as provas que a mesma Taça compreendia, provas que, tão bons resultados nos têm dado.

Terminando esta pequena notícia, ousamos propôr que seja instituída uma outra Taça, com o mesmo nome, Taça essa que passaria a ser disputada por équipes representativas dos Regimentos que constituiram a Brigada que tão brilhantemente se portou no ano de 1810, em Fuente de Cantos.

Regimento de Cavalaria N.º 5

(Taça «Fuente de Cantos»)

Equipe vencedora

Da esquerda para a direita: Soldado 411/40 Rendeiro; 1.º cabo ferrador 153 E Silva; furriel Bandeira; capitão R. de Carvalho (Comandante do Esquadrão); alferes Monteiro; furriel Redondo; soldado 401/40 Pereira e 427/40 Justiniano

Regimento de Cavalaria N.º 7

(Taça «General Domingos de Oliveira»)

O Capitão Helder Martins, recebe a Taça, das mãos de S. Ex.ª o General Domingos de Oliveira, patrono da prova

O Capitão Helder Martins, montando a égua «Paloia» em que ganhou a Taça «General Domingos de Oliveira»

Taça "General Domingos de Oliveira"

Crónica pelo Capitão ANTONINO CRUZ

O Comando do Regimento de Cavalaria n.º 7, aproveitando a oportunidade da IV disputa da taça «General Domingos de Oliveira» a promover naquela unidade, organizou para o dia 19 de Outubro findo, uma festa com um programa muito interessante e cuja realização foi, a todos os títulos muito brilhante.

O regimento manteve assim as suas belas tradições na organização de provas desportivas que sempre entusiasmam a numerosa assistência que a elas acorre, e que mais uma vez saiu da unidade com a recordação de momentos agradàvelmente passados.

A-pesar da instabilidade do tempo no dia em que a festa foi levada a efeito, a assistência, foi muito numerosa; entre outras pessoas, recorda-nos ter visto os Ex.mos Srs. Generais Domingos de Oliveira, antigo Presidente do Ministério que era homenageado com uma das provas desportivas, Manuel Latino, Director da Arma de Cavalaria, Freitas Soares, Comandante da Escola do Exército, Casimiro Teles, Comandante geral da Legião Portuguesa, brigadeiro Penalva da Rocha, Governador Militar de Lisboa interino, Abílio Namorado, Inspector da Arma de Cavalaria, inúmeras senhoras, muitos oficiais e elementos da classe civil.

O programa pontualmente cumprido abriu com a *Inauguração do Picadeiro* que após os melhoramentos introduzidos ficou sendo um dos melhores do país; ai assistimos à *apresentação da banda de clarins do regimento* que executou primorosamente algumas marchas militares, entre as quais merece ser destacada a «Marcha de Cavalaria n.º 7».

Ainda no picadeiro, realizou-se um interessante torneio de *«Jogo da Rosa»*, em que tomaram parte os 2.º sargento Aníbal da Fonseca e furrieis Álvaro Dias e Esteves Martins tendo saido vencedor o primeiro.

Seguidamente disputaram-se duas *provas hípicas* no campo de obstáculos que sofreu também importantes melhoramentos e que se apresentava muitíssimo bem arranjado.

A primeira dessas provas era a última que contava para a conquista da «Taça dos Fundadores» e a outra consistia na disputa da taça «General Domingos de Oliveira» que proporcionou uma brilhante vitória da Guarda Nacional Republicana, cujos representantes conquistaram os três respectivos prémios.

Em seguida às provas levadas a efeito no campo de obstáculos realizou-se a *apresentação do grupo coral do regimento* cújos números agradaram plenamente.

Passou-se depois à *Inauguração da Sala de Transmissões* que foi muito visitada e admirada pela perfeição com que foi organizada.

Procedeu-se aí à *distribuïção de prémios* aos vencedores das provas desportivas disputadas nesse dia, e às que faziam parte da *Taça dos Fundadores.*

Receberam prémios os seguintes oficiais e praças:

Taça dos Fundadores, distribuidos pelo Ex.mo Coronel D. Rui da Cunha Meneses: «Esgrima para oficiais» — Tenente António Vasco da Costa; «Esgrima para sargentos» — 2.º sargentos Aníbal Marques da Fonseca; «Lançamento de granadas» — Furriel Joaquim de Sousa Brandão e 2.º cabo Pio Evangelista Amado; «Corta-mato para oficiais» — Tenente António Vaz de Carvalho Viana Crespo; «Corta-mato para patrulhas» — Patrulha n.º 4 do Esquadrão de Especialidades, constituída por: 2.º sargento ferrador José da Graça, 1.º cabo Luiz António e soldados João Serra,

José Gomes e Lino Gameiro; «Prova hípica de obstáculos para oficiais» — Tenente Paulino Magalhães Correia.

Taça «General Domingos de Oliveira» distribuidos pelo patrono da prova:

1.º Capitão Helder Martins.
2.º Capitão Pascoal Rodrigues.
3.º Alferes Miliciano Sacadura Cabral.

Todos os concorrentes a esta prova receberam uma interessante recordação do Regimento de Cavalaria n.º 7 que primou pela forma como organizou e fez disputar a competição.

Após a distribuïção dos prémios foi servido no Gimnásio da unidade, um magnífico «*Porto de Honra*» a todos os convidados, durante o qual se trocaram amistosos brindes e se ouviu com muito agrado a Banda de Música do Regimento de Infantaria n.º 1 que deu o seu valioso concurso à festa.

A «Taça dos Fundadores»

Passemos agora a tratar das diferentes provas da «Taça dos Fundadores, sôbre a qual diremos umas breves palavras.

Êste trofeu foi instituído em 1935 pelo então comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7, Ex.mo Coronel D. Luiz da Cunha Meneses, quando da comemoração do 8.º aniversário da organização do regimento em Lisboa, em homenagem ao Ex.mo General Domingos de Oliveira e Coronel Passos e Sousa que desempenhando respectivamente os cargos de Comandante de 2.ª Brigada da Cavalaria e Ministro da Guerra presidiram à organização do Regimento na capital e ainda em homenagem aos oficiais e praças dos antigos regimentos de cavalaria 4 e 7 (de Nelas) que constituiram a base do actual regimento e que foram considerados seus fundadores.

A taça é diputada entre os esquadrões do regimento num conjunto de provas que pode variar de ano para ano e visa em especial a preparação dos oficiais e sargentos para os «Pentatlos».

Pelo respectivo regulamento a classificação é feita atribuindo em cada prova a seguinte pontuação: Ao primeiro classificado o número de pontos igual ao número de concorrentes acrescido de 20 e os outros sofrem a diminuïção de 1 ponto por cada lugar abaixo ao primeiro classificado.

A classificação dos esquadrões é feita pela soma das médias dos pontos obtidos pelos seus concorrentes de cada classe em cada prova.

A classificação final será feita pela soma das médias das diferentes provas juntando-se-lhe em cada esquadrão um número de pontos igual à diferença entre o número de concorrentes dêsse esquadrão e o daquêle que tiver menos concorrentes, multiplicado por um coeficiente a fixar anualmente.

As equipas dos vários esquadrões são constituidas por número ilimitado de elementos.

No corrente ano, as provas que entraram na disputa da taça foram: Esgrima para Oficiais e para Sargentos; Lançamento de granadas entre equipas constituidas por 1 Sargento ou furriel e 4 cabos ou soldados; Corta-mato para Oficiais e para equipas; prova hípica de obstáculos para Oficiais.

As inscrições foram muito numerosas, como passamos a enumerar:

1.º Esquadrão — Capitão José Beltrão, ten. mil. Contel Martins, alf. mil. Luiz Barros, alf. mil. Vasconcelos e Menezes e 3 equipas;

2.º esquadrão — Ten. Vasco da Costa, alf. mil. Alberto Narciso, alf. mil. Augusto Cabrita, asp. a of. mil. Rebelo Maia, asp. a of. mil. João Martinho e 3 equipas;

Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos — Capitão Carlos Soure, tenente António Crespo, tenente Magalhães Correia e 4 equipas;

Esquadrão de Especialidades — Capitão Machado Faria, tenente Campos Costa e 7 equipas.

As diversas provas

Vamos referir-nos em seguida às várias provas da «Taça dos Fundadores» publicando os seus resultados técnicos e fazendo umas ligeiras referências a cada uma delas.

Esgrima para Oficiais

Consistiu numa «poule» de sabre ao melhor de cinco toques.

Foi entusiàsticamente disputada pelos 14 oficiais inscritos e proporcionou um brilhante triunfo ao tenente António Vasco da Costa que venceu todos os seus adversários, alcançando 13 vitórias em outros tantos assaltos que disputou.

Classificaram-se a seguir:

2.º — alf. mil. Luiz de Barros, com 12 vitórias e 1 derrota; 3.º — ten. Campos Costa, com 10 vitórias, 3 der. e 12 toques recebidos; 4.º — ten. Magalhães Correia, com 10 vit., 3 der. e 15 toq. rec.; 5.º — ten. António Crespo, com 9 vit. e 4 der.; 6.º — cap. Machado Faria, com 8 vit. e 5 der.; 7.º — ten. mil. Contel Martins, com 7 vit. e 6 der.; 8.º — asp. a of. mil. João Martinho, com 6 vit. e 7 der.; 9.º — alf. mil. Alberto Narciso, com 5 vit. e 8 der.; 10 — cap. Carlos Soure, com 4 vit. e 9 der.; 11.º — asp. a of. mil. Rebelo Maia, com 3 vit. 10 der. e 34 toq. rec.; 12.º — alf. mil. Augusto Cabrita, com 3 vit. 10 der. e 36 toq. rec.; 13.º — alf. mil. Vasconcelos e Menezes, com 13 der.

Esgrima para Sargentos

Prova idêntica à anterior disputada com energia pelos 17 concorrentes inscritos; foi agradável de seguir pelo desembaraço demonstrado pelos contendores.

Mais uma vez se verificou o carinho que no regimento se dedica à educação desportiva dos seus elementos.

A classificação desta competição ficou ordenada como segue:

1.º — 2.º sargento Anibal da Fonseca, com 14 vit., 2 der. e 15 toq. rec.; 2.º — fur. Felipe dos Santos, com 14 vit. 2 der. e 19 toq. rec.; 3.º — fur. Sousa Brandão, com 14 vit. 2 der. e 21 toq. rec.; 4.º — fur. João Gomes, com 12 vit. e 4 der.; 5.º—fur. Leonel de Freitas, com 11 vit. e 5 der.; 6.º—1.º sarg.

Pimenta de Castro, com 10 vit., 6 der. e 26 toq. rec.; 7.º—1.º sarg. Dias Valente, com 10 vit., 6 der. e 27 toq. rec.; 8.º — fur. Augusto Campos, com 8 vit., 8 der. e 28 toq. rec.; 9.º—1.º sarg. Moisés Matos, com 8 vit., 8 der. e 30 toq. rec.; 10.º—fur. Almeida Gil, com 8 vit., 8 der. e 32 toq. rec.; 11.º—fur. Virgílio Nunes, com 7 vit. e 9 der.; 12.º—fur. Bento de Almeida, com 6 vit. e 10 der.; 13.º—2.º sarg. Olímpio Correia, com 5 vit. e 11 der.; 14.º—fur. Esteves Martins, com 4 vit. e 12 der.; 15.º — 2.º sarg. Armando Alves, com 3 vit. e 13 der.; 16.º — 2.º sarg. fer. José da Graça, com 16 der. O outro concorrente fur. Álvaro Dias foi desclassificado.

Lançamento de granadas

Competição a disputar por equipas mixtas, constituídas por um sargento ou furriel e quatro cabos ou soldados.

Cada concorrente fazia 3 lançamentos dos quais se apurava o melhor; seguidamente achava-se a média dos lançamentos dos vários elementos da equipa e essa média é que dava a classificação de cada uma dessas equipas.

Registaram-se alguns lançamentos de boa marca e, duma maneira geral todos os competidores se apresentaram bem, e alguns mesmo muito bem.

A classificação final das 17 equipas concorrentes, deu os seguintes resultados:

1.º — Equipa n.º 1 do 2.º esquadrão, constituída por: 2.º sarg. Anibal da Fonseca, 1.º cabo Luiz da Silva, 2.º cabo Pio Evangelista Amado e soldados António Mendes e António Afonso, com a média de 33,08 metros; 2.º — Equipa n.º 3 do Esq. Esp., com a média de 32,60; 3.º — Equipa n.º 2 do 2.º Esq., com a média de 32,09; 4.º — Equipa n.º 2 do Esq. de Metr. e Eng., com a média de 31,18; 5.º — Equipa n.º 1 do Esq. de Metr. e Eng. com a média de 30,93; 6.º — Equipa n.º 2 do Esq. de Esp., com a média de 30,82; 7.º — Equipa n.º 7 do Esq. Esp., com a média de 30,15; 8.º — Equipa n.º 3 do Esq. Met. e Eng., com a média de 29,64; 9.º — Equipa n.º 4 do Esq. Metr. e Eng, com a média de 29,52; 10.º — Equipa n.º 3 do 1.º Esq., com a média de 28,26; 11.º — Equipa n.º 1 do 1.º Esq., com a média de 27,51; 12.º — Equipa n.º 5 do Esq. Esp., com a média de 26,14; 13.º — Equipa n.º 2 do 1.º Esq., com a média de 26 m.; 14.º — Equipa n.º 1 do Esq. de Esp., com a média de 22,71; 15.º — Equipa n.º 4 do Esq. de Esp., com a média de 22,06; 16.º — Equipa n.º 6 do Esq. de Esp., com a média de 21,83; 17.º — Equipa n.º 3 do 2.º Esq., com a média de 21,53.

Na classificação individual para sargentos e furrieis, o prémio foi conquistado pelo furriel Joaquim de Sousa Brandão com o lançamento de 39,80 m.

O prémio da classificação individual para cabos e soldados foi atribuido ao 2.º cabo Pio Evangelista Amado que lançou a granada a 39,70 m.

Corta-mato para Oficiais

Esta prova foi disputada nos terrenos da Serra de Monsanto, sendo a partida dada do Pai Calvo e estando a meta na cêrca da Casa Pia de Lisboa.

O percurso em terreno variado estava muito bem balizado e os obstáculos não tinham «ratoeiras» nem dificuldades excessivas.

Correram 12 oficiais, alguns dos quais fizeram provas excelentes tendo o vencedor ganho com uma folga de 7 s. e 4/5.

A classificação ficou estabelecida pela seguinte forma:

1.º — ten. António Crespo, no *Agente*, em $4^m\ 33^s$ e $^1/_5$; 2.º — ten. Magalhães Correia, no *Tarrass*, em $4^m\ 41^s$; 3.º — cap. Carlos Soure, no *Talisman*, em $5^m\ 6^s$; 4.º — cap. Machado Faria, no *Templário*, em $5^m\ 15^s$; 5.º — ten. Vasco da Costa no *Rivoli*, em $5^m\ 18^s$; 6.º — alf. mil. Vasconcelos e Menezes, no *Turco*, em $5^m\ 44^s$ e $^4/_5$; 7.º — ten. Campos Costa, no *Africano*, em $5^m\ 46^s$ e $^4/_5$; 8.º — cap. José Beltrão, na *Secreta*, em $5^m\ 48^s$ e $^2/_5$; 9.º — alf. mil. Alberto Narciso no *Sun-Light*, em $5^m\ 49^s$ e $^4/_5$; 10.º asp. a of. mil. João Martinho no *Guapo*, em $6^m\ 22^s$ e $^1/_5$; 11.º — alf. mil. Augusto Cabrita no *Timpanas*, em $6^m\ 31^s$ e $^4/_5$; 12.º — alf. mil. Luiz de Barros no *Calçado*, em $6^m\ 44^s$ e $^3/_5$.

Corta-mato para patrulhas

Nesta prova tomaram parte 16 equipas representativas dos vários esquadrões, partindo simultaneamente os componentes de cada patrulha; algumas equipas primaram pela forma como mantiveram do principio ao fim da prova o conjunto da formação que tinham à partida.

Registaram-se provas muito interessantes e a patrulha vencedora, triunfou pela pequena diferença de $^2/_5$ de segundo.

O prémio desta competição foi brilhantemente conquistado pela equipa n.º 4 do Esq. de Esp. constituida por: 2.º sarg. ferrador José da Graça, 1.º cabo Luiz António, sol-

dados João Serra, José Gomes e Lino Gameiro, em 4 m. 4 s. e 2,5.

As restantes patrulhas classificaram-se pela ordem que vamos indicar:

2.º — Equipa n.º 2 do 2.º Esq., em $4^m\ 4^s\ 4/5$; 3.º — Equipa n.º 2 do Esq. de Esp., em $4^m\ 27^s\ 2/5$; 4.º — Equipa n.º 2 do 1.º Esq., em $4^m\ 37^s\ 1/5$; 5.º — Equipa n.º 4 do Esq. Metr. e Eng., em 5^m; 6.º — Equipa n.º 5 do Esq. Esp., em $5^m\ 9^s$; 7.º — Equipa n.º 3 do Esq. de Metr. e Eng., em $5^m\ 12^s$; 8.º — Equipa n.º 3 do Esq. Esp., em $5^m\ 33^s\ 1/5$; 9.º — Equipa n.º 1 do 1.º Esq., em $5^m\ 41^s$; 10.º Equipa n.º 1 do Esq. Esp., em $5^m\ 42^s\ 1/5$; 11.º — Equipa n.º 7 do Esq. Esp., em $5^m\ 42^s\ 2/5$; 12.º — Equipa n.º 2 do Esq. Metr. e Eng., em $5^m\ 47^s\ 1/5$; 13.º — Equipa n.º 3 do 2.º Esq., em $5^m\ 59^s\ 3/5$; 14.º — Equipa n.º 1 do Esq. de Metr. e Eng., em $6^m\ 33^s\ 4/5$; 15.º — Equipa n.º 1 do 2.º Esq., em $6^m\ 38^s\ 4/5$.

Prova hípica de obstáculos para Oficiais

Esta competição, a ultima a contar para a conquista da Taça, realizou-se no dia da festa a que se refere a presente crónica, foi renhidamente disputada por oito concorrentes num percurso de dez obstáculos, entre os quais um duplo, com a altura máxima de 1 m. e 20.

O Juri esteve assim constituido: Presidente Ex.mo Tenente-Coronel Carlos Mascarenhas de Menezes, 2.º comandante do regimento; vogais Ex.mos Majores António Gomes Pereira e Tomaz Salgueiro Fragoso; Secretário Alferes Luiz Gonçalves Bragança; Juiz de Campo Capitão Antonino Pereira da Cruz; Cronometristas Tenente Antonio Leitão Zúquete e alferes Carlos Vilares.

A prova não estava extraordinàriamente difícil, mas apenas se registou um percurso limpo: o do tenente Magalhães Correia no *Tarass* em 47^s e $4/5$, com que conquistou brilhantemente o prémio estabelecido para a competicão.

A seguir classificaram-se:

2.º — ten. mil. Contel Martins no *Bandeirinha*, 3 p. $1^m\ 12^s\ 2/5$; 3.º — cap. José Beltrão na *Secreta*, 4 p. $1^m\ 58^s\ 1/5$; 4.º — ten. Camilos Costa no *Africano*, 7 p. $1^m\ 28^s\ 2/5$; 5.º — ten. António Crespo no *Agente*, 8 p. $49^s\ 2/5$; 6.º — cap. Carlos Soure no *Talisman*, 12 p. $51^s\ 4/5$; os outros dois concorrentes foram desclassificados.

Classificação final dos Esquadrões

Á classificação dos esquadrões, feita de harmonia com o determinado no regulamento da «Taça dos Fundadores» deu o seguinte resultado:

1.º — Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos — com o total de 180,41 pontos (57,6 na esgrima, 30,31 no lançamento de granadas, 58 no corta-mato e 34,5 na prova de obstáculos).

2.º — Esquadrão de Especialidades — com o total de 159,51 pontos (52,3 na esgrima, 26,61 no lançamento de granadas, 57,6 no corta-mato e 23 na prova de obstáculos).

3.º — 1.º Esquadrão — Com o total de 152,69 pontos (56,3 na esgrima, 27,59 no lançamento de granadas, 44,3 no corta-mato e 24,5 na prova de obstáculos).

4.º — 2.º Esquadrão — Com o total de 138,2 pontos (58,8 na esgrima, 28,90 no lançamento de granadas e 50,5 no corta-mato).

A taça ficou na posse do Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos.

A Taça «General Domingos de Oliveira»

A competição mais importante da festa consistia na 4.ª disputa da taça «General Domingos de Oliveira» entre oficiais das unidades e estabelecimentos militares aquartelados na área do Govêrno Militar de Lisboa e que deve ser disputada anualmente nas condições seguintes:

— A prova disputa-se em duas voltas, a primeira das quais é eliminatória e a outra para classificação.

— Em ambas as voltas o percurso terá doze obstáculos, sendo obrigatória a velocidade mínima de 350 metros por minuto.

— Na primeira volta seis dos obstáculos terão 1,10 e os restantes 1,20 de altura, não contando o tempo para a classificação.

— Na segunda, os obstáculos têm todos 1,10 e o tempo conta.

— Á segunda volta são admitidos os concorrentes que na primeira se tenham classificado na quarta parte dos melhores e todos os que estejam em igualdade com o último dessa quarta parte.

— A classificação é feita pela soma dos pontos das duas voltas, com desempate pelo tempo da segunda.

— Em caso de empate para o primeiro lugar, haverá «barrage» sôbre três obstáculos à escolha do Júri.

— Cada oficial pode inscrever até 3 cavalos mas, os que não tenham praça assente na respectiva unidade, correrão «hors-concours».

— A taça será propriedade do oficial que a ganhe duas vezes, ou da unidade cujos oficiais a tenham ganho três vezes; no caso de no mesmo ano se darem estas duas circunstâncias, a taça ficará propriedade da unidade.

— A taça é disputada anualmente na unidade ou estabecimento a que pertença e oficial que a tenha ganho no ano anterior.

— Caso essa unidade ou estabelecimento não queira tomar a seu cargo a organização, deverá comunicar êsse facto ao Regimento de Cavalaria 2 (unidade instituídora do troféu) que a fará disputar nos termos do respectivo regulamento.

— A unidade que tiver ganho definitivamente a taça, ou à qual pertença o oficial que a conquiste, obriga-se a instituir uma nova taça cujo nome e modo de disputa serão da sua iniciativa.

— A unidade organizadora poderá instituir na prova, além da taça, os prémios que entender.

— A data fixada para a realização da prova deve, em princípio, ser comunicada com um mês de antecedência.

As várias disputas da taça

O troféu a que nos estamos referindo foi instituído em 1936, pelo Regimento de Cavalaria N.º 2, em homenagem ao então Governador Militar de Lisboa, Ex.mo General Domingos de Oliveira.

Nesse ano, disputou-se nessa unidade e proporcionou o triunfo ao Capitão Oliveira Reis.

No ano de 1937 não se disputou.

Em 1938, voltou a ser organizada no Regimento de Cavalaria N.º 2 e foi ganha pelo Capitão Helder Martins na *Paloia*.

No ano findo, a organização da prova esteve a cargo do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana que, aproveitou a oportunidade para a realização de uma festa durante a qual foi inaugurado um pequeno campo de obstáculos no aquartelamento de Braço de Prata.

Triunfou nesse ano o Ten. António Crespo no *Régulo*.

A organização da IV disputa, coube ao Regimento de Cavalaria N.º 7 que promoveu a interessante festa a que nos temos referido nesta crónica.

Na prova do corrente ano inscreveram-se 33 concorrentes dos quais disputaram a prova 30.

A disputa dêste ano foi dirigida pelo seguinte Júri: Presidente Ex.mo Coronel Higino Barata, Comandante do R. C. 2; Vogais — Ex.mos Ten.-cor. Campos Soares, Presidente da C. P. R. Norte e Maj. Rogério Tavares, 2.º Comandante do R. C. da G. N. R.; Secretário — Alf. mil. Alberto Narciso; Juiz de campo — Cap. Antonino Cruz; Cronometristas — Alf. mil. Luiz de Barros e Garcez.

O percurso não estava difícil mas tinha um obstáculo (à entrada do parque a 1,20) que, não sendo nenhuma «ratoeira» foi um autêntico «Cemitério»; poucos foram os concorrentes que o transpuzeram limpo sem penalização, e apenas dois terminaram o percurso limpo.

Os resultados da primeira mão foram:

Alf. Luiz Bragança no *Pamplinas*, 11 p.; cap. Oliveira Reis no *«1.º 296»*, 15 p.; ten. António Gomes no *Sol*, 19 p.; ten. Carlos Botelho no *Unicante*, 8 p.; cap. Helder Martins na *Paloia*, 4 p.; ten. António Spinola no *Macontene*, 0 p.; cap. Marquês do Funchal no *Merle-Blanc*, 4 p.; ten. José Carvalhosa na *Fossete*, 12 p.; cap. Machado Faria no *Le-Bel*, 4 p.; ten. Jaime Fonseca no *Fauno*, 4 p.; alf. mil. Sacadura Cabral no *Bonito*, 4 p.; cap. Pires Monteiro na *Tarambola*, 8 p.; alf. Júlio Cardoso na *Soja*, 0 p.; ten. Álvaro Frazão na *Coolela*, 16 p.; ten. António Xavier na *Fionia*, 12 p.; alf. mil. Trigo de Sousa no *Régio*, 4 p.; cap. Pascoal Rodrigues no *Namir*, 3 p.; cap. Helder Martins no *Rabino*, 4 p.; alf. Luiz Bragança na *Xiba*, 8 p.; ten. António Gomes no *Óbice*, 8 p.; cap. José Beltrão no *Montes-Cla-*

ros, 8 p.; cap. Oliveira Reis no *Navi*, 8 p.; ten. Vasco da Costa no *Talisman*, 20 p.; ten. António Spinola no *Almourol II*, 12 p.; ten. Magalhães Correia na *Xangai*, 15 p.; os restantes concorrentes não terminaram o percurso por desistência ou desclassificação.

Salientaram-se nesta primeira volta os bons percursos de *Macontene*, *Soja* e *Namir*.

Gostamos também de ver *Fauno*, *Xangai* e *Agente* que nos parecem animais de futuro.

Na segunda mão, com os obstáculos a 1,10 e com o tempo a contar para a classificação tomaram parte os concorrentes que no primeiro percurso haviam tido 0, 3 e 4 pontos, em número de dez, que obtiveram os seguintes resultados:

Percurso limpo — Apenas o de *Paloia*, com o cap. Helder Martins, em $1^m\ 4^s$.

Penalizados com 4 pontos — Cap. Marquês do Funchal no *Merle-Blanc*, em $1^m\ 7^s\ 3/5$; ten. Jaime da Fonseca no *Fauno*, em $1^m\ 7^s\ 1/5$; alf. mil. Sacadura Cabral no *Bonito*, em $1^m\ 5^s\ 3/5$; alf. mil. Trigo de Sousa no *Régio*, em $1^m\ 6^s$; cap. Pascoal Rodrigues no *Namir*, em $1^m\ 9^s\ 1/5$ e cap. Helder Martins no *Rabino* em $1^m\ 6^s\ 1/5$.

Com 8 p. — Cap. Machado Faria no *Le-Bel*, em $1^m\ 4^s$.

Com 12 p. — Ten. António Spinola no *Macontene*, em $1^m\ 28^s$.

Com 15 p. — Alf. Júlio Cardoso na *Soja*, $1^m\ 19^s\ 4/5$.

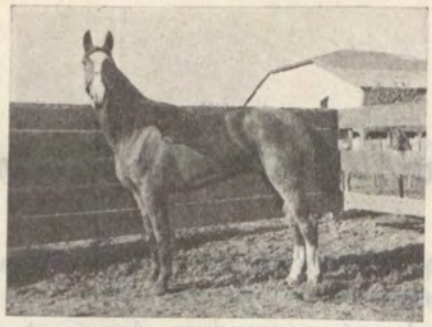
Êste segundo percurso foi muito bem disputado por todos os concorrentes mas devemos assinalar a falta de «chance» dos Ten. António Spinola e Alf. Júlio Cardoso que poderiam ter ganho a prova com grande brilhantismo se não tivessem as quedas de cavalo e cavaleiro que lhes acarretaram as respectivas penalizações.

A classificação final da competição atribuiu os prémios aos seguintes concorrentes:

1.º — Cap. Helder Martins na *Paloia*, 4 p. $1^m\ 4^s$.
2.º — Cap. Pascoal Rodrigues no *Namir*, 7 p. $1^m\ 9^s\ 1/5$.
3.º — Alf. mil. Sacadura Cabral no *Bonito*, 8 p. $1^m\ 5^s\ 3/5$.

Registou-se assim um esplêndido triunfo da G. N. R. e o segundo do Capitão Helder Martins que tomou posse definitiva da taça «General Domingos de Oliveira.

Pertence agora ao Comando do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, a instituïção duma nova taça para começar a disputar-se em 1941.



Ensino do Cavalo

Pelo Capitão ALMEIDA RIBEIRO

1) — RESISTÊNCIAS

TÔDA a resistência que um cavalo apresenta é de ordem física; depois, torna-se moral.

O cavalo defende-se porque lhe é penoso o exercício a executar.

Compete por isso ao cavaleiro limitar as suas exigências e não chegar à altura em que as resistências aparecem.

Aí reside a grande dificuldade. Devo exigir o máximo, sem que me exceda.

O mesmo sucede nos treinos para corridas: conseguir do cavalo o máximo de velocidade sem o inutilizar.

Não tenhamos pressa. É preferível a lição ser curta de mais do que demasiada em tempo e exigências.

O cavalo apresenta duas espécies de resistências: Resistências devidas ao pêso e resistências instintivas.

As primeiras são as mais freqüentes. São combatidas com meias paragens e uma embocadura apropriada. O comprimento das caimbas do freio varia na razão directa do pêso (massa) do cavalo. Não falo na montada nem no perímetro de bocado porque os ponho de parte, visto partir do

princípio de que o bocado deve ser bastante grosso e a montada pouco alta.

O freio polo só o emprego depois de ter o cavalo ensinado.

As resistências instintivas combato-as com uma ligeira acção da perna do lado em que aparecem, seguida duma vibração do bridão. Estas resistências são menos vulgares, (pelo menos no início do ensino), e só me prejudicam quando pretendo levar o ensino muito longe.

É interessante observar a influência que exerce a escuridão no combate às resistências e muito especialmente como meio de domínio sôbre o moral do cavalo. Experimente-se trabalhar à tarde num picadeiro quási às escuras; o cavalo concentra tôda a sua atenção sôbre as exigências pedidas e as resistências violentas ou passivas desaparecem como por encanto.

A escuridão, a frescura e a calma da noite intervêm acentuadamente.

Não se obtem o mesmo resultado se vendarmos de qualquer forma os olhos do cavalo e o trabalharmos de dia.

O cavalo procura por todos os meios fugir à acção do cavaleiro e assim, desaparecidas umas resistências, outras se sucedem.

É o pêso que faz deslocar os membros e assim as primeiras resistências que aparecem são devidas ao pêso, as quais combato, como já disse, com meias paragens.

Como executo as meias paragens?

A meia paragem é executada sôbre o bridão ou sôbre o freio actuando com uma só rédea ou com as duas debaixo para cima, sem que a impulsão seja prejudicada. A grande dificuldade na execução da meia paragem está em transportar o pêso para traz sem que a impulsão sôfra.

Combato as resistências, *parado,* e em qualquer dos três andamentos.

É difícil, senão impossível, enumerar tôdas as manifestações de resistências que o cavalo me pode apresentar. Falarei das mais vulgares.

Na boca refletem-se tôdas e por isso, desenvolvendo por todos os meios o tacto da mão, consigo aperceber-me de muitas. O homem, no geral, é assimétrico e possue mais

tacto na mão do lado em que está menos musculado, razão porque discordo do trabalho de rédeas separadas em equitação fina.

A maxila do cavalo descontrai-se mais fàcilmente tendo dois ferros na bôca.

Trabalho sempre com o predomínio dum.

Conduzir o cavalo num trabalho já adiantado com as quatro rédeas iguais é o que há de mais ilógico; são duas acções que se contrariam.

Em todo o trabalho que é lateral emprego o bridão; no que é longitudinal, o freio ou o bridão.

Não invento instrumentos de tortura.

O cavalo é aparelhado de freio e bridão e sem focinheira.

Emprego a focinheira quando, não estando completo o ensino, tenho necessidade urgente de utilizar o cavalo.

Dizem os apologistas do seu emprego que evita ou dificulta a passagem da língua por cima dos ferros. Não é assim; não se vê a língua saída da bôca do cavalo mas a resistência lá está, não é destruida.

O cavalo para passar a língua por cima dos ferros não necessita de abrir a bôca, passa-a com a bôca fechada.

O cavaleiro é que tem por dever obrigar o cavalo a fechar a bôca e obrigá-lo também a colocar a língua no seu lugar, vencidas as resistências.

O cavalo descontraido não necessita de artifícios, é governado pelas mãos e pelas pernas do cavaleiro. No ensino não são permitidos artifícios.

O bridão deve ser o bridão vulgar com duas argolas duma grandeza tal que não entrem fácilmente na bôca.

O bocado, articulado, não muito grosso, para não encher muito a bôca e não muito fino para não o ferir nos cantos.

O freio deve ser de bocado fixo, cujo perímetro anda à volta de 6 centímetros, comprimento de caimba 16 centímetros, montada pouco acentuada. No capítulo bridão e freio, tratarei mais detalhadamente das suas características.

O bridão deve ficar ligeiramente justo, sem molestar os cantos da bôca e de maneira que escorregue com facilidade.

O freio não deve ser colocado muito alto para evitar uma acção mais violenta da mão.

De entrada, o cavalo estranha; com a continuação habitua-se e recebe sem dificuldade os dois ferros na bôca.

Muitas vezes, de início, pretende apanhar com a bôca uma das caimbas do freio, o que se evita usando uma gamarrilha ou sendo as caimbas em S; passa a língua por cima dos ferros, range os dentes cerrando as maxilas, desloca lateralmente a maxila inferior, levanta ou baixa demasiadamente a cabeça, bate na mão, etc.

Está sempre apresentando novas resistências e muitas vezes repetindo algumas que nós supomos desaparecidas.

Ao aparecer qualquer resistência, deve o cavaleiro ter a máxima confiança em si próprio e não desanimar. Escorregar com o bridão na bôca, fazer uma pequena vibração ou um ajuste de bridão mais enérgico, precedido duma acção de perna, são por vezes meios de combater.

A perna pode actuar sem mão — porém *a mão não deve nunca actuar sem perna,* a não ser que o movimento, a impulsão, a preparação, tenham sido provocadas de início pela voz, vara, chicote, etc.

Êste princípio é basilar.

Deve-se sempre empurrar o cavalo sôbre a mão, mas nunca refluir o cavalo para traz com a mão, sem que as pernas tenham primeiramente actuado.

Se impulsionamos o cavalo sôbre a mão, com as pernas, a bôca e o pescoço, elásticos e flexíveis, decomporão a impulsão.

Se actuarmos sòmente com a mão fazendo refluir o cavalo sôbre a sua massa, esta, mais inerte e menos flexível que o pescoço, decomporá a impulsão parcialmente; resiste.

É fácil verificar quando tentamos fazer recuar um cavalo não ginasticado só com a mão.

Só o conseguimos, mobilizando-lhe a garupa com a perna ou a vara.

Em resumo: as resistências instintivas combatem-se com vibrações do bridão precedidas de acção da perna, as resistências devidas ao pêso: com meias paragens.

Como se percebe se a resistência é devida à má distribuição do pêso ou às fôrças instintivas?

Aproxime-se lentamente a mão do corpo: Se a resistência é inerte é devida à má distribuição do pêso; com-

bate-se com meias paragens; uma, duas, três, etc., tantas quantas forem necessárias, até que a resistência desapareça. Se a resistência não é inerte mas sim proveniente da fôrça, a mão actuará por *vibrações* até que as resistências tenham desaparecido.

Estas acções da mão repetem-se com mais freqüência, nas mudanças de direcção.

As resistências da maxila são provenientes duma má distribuição do pêso.

2) — ACÇÃO DAS PERNAS

As pernas actuam de três maneiras diferentes: Por pressão, por escorregamento e por toque.

Por pressão iniciam lentamente o movimento, mantêm-no e, se houver oposição de mão, podem extingui-lo.

Por escorregamento, nos flancos do cavalo, compreende-se uma acção intermédia entre a pressão e o toque e é uma indicação ou aviso para o cavalo de que se não corresponder, vem imediatamente o toque.

Por toque, que é a acção mais violenta se fôr praticada com espora, activam-se os movimentos; esta acção pode ser empregada como ajuda enérgica ou como correctivo.

É interessante estudar a acção das pernas e a importância no ensino segundo a altura em que actuam. Á frente da cilha, junto à cilha e atrás da cilha.

Suponho o cavaleiro fazendo uso da espora.

De início deve haver muito cuidado porque se o seu emprêgo é exagerado ou fóra de propósito, o cavalo fica ressabiado e o cavaleiro luta depois com inúmeras dificuldades para o tornar obediente à espora.

As pernas, como princípio, devem andar em contacto com os flancos do cavalo.

Segundo as necessidades actuam mais adiante ou mais atrás, por pressão ou toque. O escorregamento emprega-se quando o ensino já vai adiantado; é uma pequena indicação.

A sensibilidade dos flancos depende da irritabilidade geral, do sistema nervoso, da má conformação do cavalo.

Assim como não há cavalos de bôca dura ou bôca dôce não há também relativamente aos flancos de pele mais ou menos dura.

O que existe são cavalos mal conformados, mal equilibrados, com predomínio de garupa, rins compridos, coxas delgadas e curvilhão fraco; estes são os de bôca dura.

Não é um milímetro a mais de espessura na carne que guarnece as barras que os tornam mais duros de bôca.

O cavalo bem conformado, bem equilibrado é o cavalo de bôca dôce.

A espora não deve ter os bicos da roseta muito acerados nem muito compridos porque não há necessidade de o molestar até atingir a carne; *a sensibilidade reside na pele.*

De começo e até durante todo o ensino a roseta de bicos deve ser substituida por uma rodela de metal.

E convém de entrada cobri-las para que o cavalo as receba sem dificuldade.

A espora nunca deve surpreender o cavalo e ao dar a esporada só o pé deve actuar, não devendo a perna ter interferência.

Para isso, o cavaleiro volta a ponta do pé para fóra e baixa-a ao mesmo tempo que a aproxima do flanco do cavalo.

Como as pernas andam em contacto com os flancos, a espora fica próxima também.

Antes de praticarmos o efeito de conjunto, as esporas devem actuar separadamente e nunca simultaneamente, porque contrai o cavalo.

As esporas actuando à frente da cilha, junto ao codilho, provocam, segundo dizem os fisiologistas, o espasmo do diafragma e o cavalo pára se a acção é enérgica.

Contudo, para que não haja qualquer desastre, é conveniente submeter o cavalo a um ensino prévio, dando-lhe lição do emprêgo das esporas nesse sentido, porque o cavalo tomado de surprêsa diminue o andamento, chegando a parar, mas êste efeito é momentâneo e, se o cavalo não está ensinado neste sentido, continua ou toma andamento desordenado.

Dividamos os flancos do cavalo em duas regiões uma à frente da cilha, de que já tratamos, outra atrás da cilha, de que vamos tratar.

Se actuarmos com as esporas atrás da cilha, o cavalo estando já em movimento, acentuará a elevação e a distensão dos seus posteriores e tende a acelerar a marcha. (Se a mão a isso não se opõe).

As acções exercidas à frente da cilha ou muito próximo da cilha têm a sua influência sôbre o ante-mão; as que se exercem bem atrás da cilha actuam sôbre o post-mão.

É do conhecimento de todos os leitores que um cão ao tentar passar uma porta entre-aberta muitas vezes fica com o corpo entalado.

Se a porta o entala junto às patas dianteiras desembaraça-se recuando.

Se pelo contrário fica preso próximo das ancas desembaraça-se avançando.

Empurra ou puxa a parte mais curta para o lado da mais comprida.

Isto explica-se se examinarmos o papel que desempenham os membros.

Prêso pelas ancas, finca os seus posteriores inertes fazendo bascular o pêso da cabeça, do pescoço e das espáduas em torno dos dedos dos anteriores que lhe servem de charneira e que os coloca debaixo dêle, conservando os joelhos direitos.

Prêso atrás dos codilhos, faz entrar os posteriores o mais que pode, dá balanço para trás e consegue escapar primeiro uma espádua depois a outra.

Suponho que com êste exemplo tão vulgar se perceba melhor a acção das pernas segundo a região em que actuam.

Se surpreendermos qualquer pessoa com os braços levantados e a tocarmos junto dos sovacos com o dedo indicador de cada uma das mãos essa pessoa surpreendida baixará os braços, uni-los-à ao corpo, curvar-se-à para deante, curvando também a nuca e pendendo a cabeça.

Guardadas as devidas distâncias é o que sucede ao cavalo quando as esporas actuam junto aos codilhos.

Se tocarmos dum só lado o cavalo curva-se dêsse lado e tem tendência a marchar nesta direcção se o anterior do mesmo lado está levantado.

(Continua)

"Gabinete do Veterinário"

Desmama de poldros

Pelo Dr. FERNANDO FURTADO COELHO

convite para que colaborássemos na *Revista da Cavalaria* é demasiadamente honroso, e agradável; por ambos os motivos escrevemos, mas não começaremos a fazê-lo sem que primeiro tenhamos agradecido à Direcção da Revista o prazêr espiritual que nos proporciona, e a amabilidade da distinção que seria muito desvanecedora se porventura não tivesse sido ditada como o foi, mais pelo coração de alguns amigos do que por qualquer outra razão.

O pouco que vai lêr-se, porque seremos propositadamente breves, destina-se à lavoura — a quem porventura alguma passagem poderá interessar —.

A época que vamos atravessando e o trabalho que há dois dias nos tem prendido, leva-nos a dizer-vos duas palavras sôbre a desmama de poldros.

Mas, porque dentro deste assunto interessa especialmente focar a alimentação dos poldros, e como por outro lado — quem sabe? — talvez que tornemos a escrever sôbre assuntos de alimentação, convém que relembremos um certo número de factos, por certo do conhecimento geral, mas cuja recapitulação permitirá estabelecer entre nós e os leitores um terreno de entendimentos indispensável.

Os alimentos, ponhamos de parte a água, interessam fundamentalmente pelos princípios imediatos que contêm e

que grosso modo poderemos agrupar em gorduras, hidratos de carbono ou açúcares, e proteicos ou albuminoides.

Convém assentarmos em que estas afirmações são feitas sempre dum modo genérico, não absoluto, e desprovidos quer de pormenores que em nada interessavam de momento, quer de pruridos de erudição porquanto não possuimos qualquer das coisas: nem erudição nem pruridos.

Dum modo geral, todos os alimentos contêm êstes três princípios imediatos que sòmente variam nas suas percentagens recíprocas.

Ora um sêr alimenta-se para obter os materiais necessários à manutenção, construção e reconstrução indispensáveis do seu próprio edifício.

Vejamos então: a vida é um constante movimento no qual continuamente se perde e adquire energia, e se consomem materiais vários cuja degradação muito embora seja causa de consumo, assegura essa indispensável aquisição.

Todavia os princípios imediatos não fornecem por unidade, a mesma quantidade de energia, e assim o valor energético dos alimentos varia consoante as proporções em que nêle estão contidos aquêles princípios.

Por outro lado os alimentos possuem êstes princípios em formas ou combinações mais ou menos complexas que necessàriamente deverão ser cindidas, desdobradas, simplificadas em suma, para que se possa fazer a sua incorporação; e essa incorporação depende não só da facilidade de desdobramento como ainda de própria constituïção íntima dos alimentos.

Ora a facilidade que tal alimento oferece a êsse desdobramento, aliada a constituïção própria que o define e caracteriza, torna-o mais fàcilmente incorporável em relação não só a outro alimento, como ainda em relação a uma espécie encarada.

A êsse desdobramento chamaremos digestão, e à maior ou menor dificuldade em ser simplificado e incorporado chamaremos coeficiente de digestibilidade, variável de alimento para alimento e para o mesmo alimento variável, de espécie para espécie e até de indivíduo para indivíduo.

Pôsto isto vejamos outro aspecto.

Os princípios inéditos não têm todos a mesma utilidade.

Assim enquanto os hidratos de carbono fornecem grande parte de energia indispensável à vida, os proteicos são por excelência elementos plásticos, indispensáveis não só à reconstrução como, muito naturalmente à construção e ao crescimento portanto.

Além de tudo isto ponderemos ainda as substâncias contendo sais vários (de cálcio, sódio, potássio, etc.) e as vitaminas, cuja importância é fundamental em matéria de alimentação.

De facto a carência de sais diversos, desta ou daquela vitamina, e de outras substâncias cuja citação não tem agora interesse de maior, acarretam para o indivíduo perturbações mais ou menos graves, que, em última análise, podem conduzir à morte.

*

Vejamos agora.

Foram estudadas, não interessa o processo mais ou menos engenhôso que se adoptou, as necessidades alimentares dos animais, como do homem, de modo a ser possível dizer-se — conhecido o valor energético dos vários alimentos, o seu teor em sais, vitaminas, etc. — quais os alimentos e a sua quantidade a ministrar para suprir as necessidades do indivíduo.

*

Como vos disse os alimentos permitem ao indivíduo obter os materiais indispensáveis à construção, manutenção e reconstrução do seu edifício.

É sabido que a vida em si, isto é, o simples facto de manter as funções inerentes à vida e que fundamentalmente a caracterizam, traduz-se em última análise numa perda, um consumo de energia, que deverá ser compensado pela alimentação.

Daqui resulta uma primeira idea: uma parte dos alimentos ministrados deve, antes de outra qualquer coisa, assegurar a produção de energia indispensável à execução

dos fenómenos inerentes à vida — chamados da vida vegetativa —.

Se assim não suceder, como por definição êstes fenómenos devem verificar-se para que a vida persista, de duas uma: ou deixam de se realizar e cessa a vida, ou subsistem a expensas do próprio organismo, que por sua vez não pode consentir por muito tempo nesta expoliação, e tarde ou cêdo acabará por sossobrar à mingua.

A êstes alimentos, destinados a evitar qualquer destas desagradáveis hipóteses, chama-se «ração de conservação».

*

Mas o problema não se pode limitar aos fenómenos da vida vegetativa.

No caso concreto que vamos abordar, perante jovens animais, é indispensável atender não só à manutenção do edifício já existente, mas ainda à sua ampliação e modificação, ao crescimento em suma.

E assim haverá necessidade de atender não só à ração de conservação como também à «ração de crescimento», isto é, à quantidade de alimentos a ministrar, além daquela destinada a manter o que já existia, e necessária por sua vez a tornar possível êsse crescimento.

*

Então, já vimos que determinado arraçoamento deverá possuir o potencial energético utilizável capaz de satisfazer as necessidades da manutenção e do crescimento, além das substâncias cuja presença se torna imprescindível, tais como sais, vitaminas, etc., e das quais nem sempre nos poderemos desinteressar da quantidade.

Acresce todavia que para que assistamos ao fisiológico desenrolar de certos fenómenos, necessário se torna que a ração ministrada tenha um determinado volume, cujos limites estabelecidos não podem ser ultrapassados em qualquer dos sentidos sem risco de provocarmos transtornos mais ou menos graves.

Por último diremos que, como não podia deixar de ser os arraçoamentos são estudados em face do pêso vivo, da idade, e do crescimento diário que prèviamente se pretenda verificar. O aumento diário do pêso considerado bom, para poldros de 6 meses a um ano de idade, é de 660 gramas por dia.

*

Postas estas ideas, vamos tratar então da alimentação a ministrar aos poldros desmamados.

É vulgar preguntarem-nos qual o arraçoamento dos poldros da E. Z. N. possìvelmente para que sirvam de orientação — ou quiçá de modêlo — a arraçoamentos de poldros desmamados.

O intuito tem tanto de louvável como de estéril, quási.

Em primeiro lugar não há um arraçoamento fixo para os poldros desmamados: como é que tal poderia admitir-se, em face do que deixámos dito?

Assim os arraçoamentos variam todos os anos, e durante o período de 6 meses em que os poldros estão recolhidos, e a que vulgarmente chamamos o período da desmama, êles variam pelo menos uma vez de 30 em 30 dias, posto que já vimos haver necessidade de fornecer uma alimentação obrigatòriamente relacionada com o pêso e a idade.

Ora acontece que os poldros recolhidos na E. Z. N. podem pesar mais ou menos, no início da desmama, do que êste ou aquele grupo de poldros em iguais circunstâncias; por outro lado como na E. Z. N. as parições são bastantes temporãs é quási impossível encontrar um grupo de poldros que em Outubro, por exemplo, tenham a mesma idade e o mesmo pêso médio.

Claro está que não é prático nem viável estabelecer um arraçoamento para cada animal; e assim determinamos o pêso médio, que nos orientará.

Por todas estas razões, as indicações que poderiam ser retiradas do simples conhecimento dos arraçoamentos dos poldros da E. Z. N., ou de qualquer outra origem, fàcilmente conduziriam a êrros.

Quando um lavrador se dispõe a fazer a desmama dos seus poldros, e a mante-los num regimen de estabulação ou semi-estabulação, toma, dum modo geral, uma das três atitudes: ou fornece à mangedoura palha ou feno e — por razões que não interessam ao caso — não tem mais preocupações com o assunto. Ou delibera prestar atenção aos poldros e instituir-lhes um arraçoamento que julga o mais apropriado, tendo em atenção as necessidades dos animais que procura conciliar com as disponibilidades do seu celeiro ou da sua bolsa. Ou, por último, resolve tratar bem dos poldros por gôsto, por entusiasmo, e dá ração sem conta, nem pêso nem medida.

Propositadamente desinteressamo-nos de perder tempo com a apreciação de qualquer dêstes processos.

Quem tem poldros e lhes presta atenção tratando-os fá-lo com um ou mais fins; geralmente com dois fins: para os vender ao Exército e paralelamente pelo prazer que sente em criar, o que só avalia quem pratica animalicultura em qualquer dos seus ramos, e muito especialmente em cavalos. Na verdade só uma grande «aficion» mantem em tantos casos a criação cavalar.

Ora bem, é a estes, que representam afinal a grande maioria dos nossos equicultores, que nos dirigimos especialmente.

Vamos então assentar ideas sôbre o modo como geralmente convém proceder, respeitando o celeiro, a bolsa... e tanto quanto possível as necessidades dos poldrinhos.

A principal preocupação, a idea dominante a ter constantemente em vista, é fornecer aos animais os alimentos de que mais carecem nesta fase; substâncias proteicas, albuminóides, que dissemos fundamentalmente plásticas. Sais, designadamente de cálcio, sódio, do ácido fosfórico. Vitaminas.

Êste conjunto todo parece assás complicado, e quási desanimador; não o é contudo.

E se o fôsse não estariamos perdendo tempo com êle.

Analisemos. Pelo que diz respeito a vitaminas, a erva, o grão da ração, contêm vitaminas; e se assim não acontecesse, de duas uma, ou já não haveria cavalos por terem morrido todos em poldros, ou as vitaminas seriam dispensáveis.

Contudo é vulgar verificar-se senão uma carência absoluta, pelo menos uma carência relativa destes factores; umas gramas de óleo de figado de bacalhau resolvem pràticamente o assunto.

Nós compramos o óleo a uma Emprêsa de Pesca, que nos vende o produto a 2$50 aproximadamente o quilograma; um mínimo de 30 gramas por dia e por cabeça, isto é 2$50 por mês e por poldro, não se nos afigura grande despesa. E a necessidade do óleo é tanto mais de atender quanto é certo que durante o período da desmama os poldrinhos não comem verde.

Quanto a sais, que do mesmo modo existem, também não é grande a complicação; o pó de ôsso é um produto que permite resolver em parte a questão.

Compra-se a $60 aproximadamente o quilograma, e 20 a 30 gramas por dia e por cabeça também não constitue despesa incomportável. De resto o sal das cozinhas completa o assunto na dóse diária de 15 a 20 gramas aproximadamente.

Vejamos agora o que se passa quanto a substâncias proteícas, que representam a parte azotada da ração. O azote é o elemento mais caro num arraçoamento, e os animais em crescimento têm grandes exigências de azote.

Os alimentos de que vulgarmente dispômos para alimentar poldros são a fava, grão, farinha de arroz e sêmeas de trigo, e milho, cevada, aveia; por último feno e palha.

Escalonámos as substâncias pela ordem decrescente da sua riqueza em azote.

Assim, na impossibilidade de se conseguir um arraçoamento equilibrado, é de incalculáveis vantagens lançar mão de substâncias, tanto quanto possível, ricas em azote.

Explicando mais claramente; se a aveia valer 1$50 e a fava 1$80 o quilograma, será preferível gastar 1$50 em fava, distribuindo a cada poldro 830 gramas aproximadamente do que dar a cada um 1.000 gramas de aveia.

Esta é uma idea que convém fixar, tanto mais que é regra — quási sem excepção — adoptar-se diferente procedimento.

Nêste momento a alimentação dos poldros da desmama está dificultada pela escassez de forragens. Contudo há três produtos de que lançar mão.

Um, é a sêmea de trigo, cujo valor é relativamente baixo. $55 o quilograma aproximadamente; outro o fêno, em que o ano agrícola de 1939-40 foi pródigo. Por último a farinha de carne, que no mercado se vende a 1$05 aproximadamente, prêço que ainda permite utilizá-la.

Com um pouco de paciência consegue-se fàcilmente que os poldros comam esta farinha. Se decidirem empregá-la, ideal seria que os poldrinhos começassem a comê-la desde o primeiro dia em que provassem ração.

Começa-se por 20 a 30 gramas, no fim de uma semana — caso os animais a tolerem bem — passarão a 50, decorridos 15 a 20 dias, 100 gramas.

Conseguimos já na E. Z. N. que os poldros comessem 400 gramas por dia, durante três meses, misturada com a ração.

A sêmea é um alimento de fácil administração em palhada, feita com feno sarrotado.

Um arraçoamento constituido por quatro quilogramas de feno, dois quilogramas de sêmeas e 200 gramas de farinha de carne não seria muito caro — 2$10 aproximadamente, valorizando o feno a $20 o quilograma — e afigura-se-nos que os poldrinhos muito lucrariam com êle.

Mais tarde, em Janeiro, poderiam dar-lhes mais um quilograma de sêmeas.

Seja porém como fôr, repetimos, vale mais dar dois quilogramas de sêmeas cujo valôr é de 1$10, a um quilograma de aveia cujo valôr é aproximadamente 1$60.

*

Já nos alongamos demasiadamente; urge terminar.

Se desta meia duzia de linhas, quási atribuíveis a M. de Lapalisse, qualquer coisa de útil advier para os poldros que agora vão ser desmamados, sentir-nos-êmos muito satisfeitos. Se porventura a lavoura delas retirar qualquer indicação interessante, sentir-nos-êmos muito felizes.

BOLETIM DA L. P. C.

Sapadores

(Continuação)

pelo Cap. M. PEIXOTO DA SILVA

ALÉM do armamento, munições e equipamento com que o pessoal dos pelotões de Sapadores de cavalaria deverá ser dotado, há a considerar a ferramenta e utensílios de que êle precisa para o desempenho das suas missões técnicas.

De todo êsse material necessário, um há, que é susceptível de ser transportado a cavalo, e por isso lhe chamamos portátil.

Encontra-se, para êsse efeito, organizado em «cargas» devidamente acondicionadas em bolsas ou estojos, ou dispondo de um sistema de suspensão conveniente que, àlém da sua adaptação ao arreio, facilite o seu transporte a pé.

Aquêle que pela sua forma, dimensões e pêso, não possa ser transportado no arreio, utiliza as viaturas do pelo-

tão, ou bastes, de que porventura ainda possâmos vir a sentir necessidade.

É elemento actualmente banido da orgânica dos pelotões de sapadores a cavalo, mas que reputamos da maior importância pelas enormissimas vantagens que teria.

Não só pouparia às viaturas um maior esfôrço, nos casos em que só uma pequena parte das suas cargas fôsse necessária, como também lhes permitiria o seu desdobramento simultâneo e indispensável, ao trabalho em separado dos dois grupos de trabalho em que um pelotão de sapadores seja qual fôr o seu tipo, deve poder sempre dividir-se.

Além disso, devemos concordar que o cavalo-motôr moderno a-pesar-do seu elevadissimo grau de aperfeiçoamento, nem sempre pode vencer certas dificuldades de terreno que, por conseqüência, obrigam as viaturas a ficar com as respectivas cargas por vezes muito longe dos sítios onde tenham de ser utilizadas.

A ferramenta e utensílios pertencentes a esta categoria, ao contrário do que acontece com a ferramenta portátil do sapador não fazem parte de cargas constituídas. Deverá ser estudada a sua arrumação em grupos de ferramenta e utensílios por forma a que a sua utilização e colocação, se efectue sem a mais pequena dificuldade. Evidentemente que êste trabalho, só poderá ter lugar, uma vez conhecidas bem ao certo as dimensões e capacidade das viaturas e desde que seja definitivamente fixada a qualidade e a quantidade de material que elas devem transportar. Não só está mais ou menos estudado êste último ponto, como também o está a confecção e distribuição das cargas portáteis a utilizar, quer pelo sapador quer pelo pessoal das unidades de linha.

Ainda com o fim de suprir certas dificiências que as cargas regulamentares nos apresentam, com o fim de tornar também a ferramenta mais uniforme entre as diferentes armas, e de reduzir a variedade de estojos existentes que muito dificulta o seu fabrico, pensa-se reünir tôda a ferramenta necessária às diferentes armas numa série de cargas numeradas de 1 em diante, das quais à cavalaria deverão ficar interessando as que a seguir indicamos conjunctamente com a sua composição e distribuïção.

a) — Composição:

Carga n.º 1:

Podoa m/912.
Serra articulada m/909.
Alicate m/909-912.
Travadeira m/909-912.
Lima triangular, murça.
Estojo (modêlo da carga n.º 6 de Eng.ª, melhorado).

Carga n.º 2:

Tesoura corta-arame m/915.
Porta tesoura m/915.

Carga n.º 3:

Machadinha picareta m/909.
Porta machadinha picareta m/909.

Carga n.º 4:

Machadinha martelo m/909.
Porta machadinha picareta m/909.

Carga n.º 5:

Pá-picareta m/909 (a modificar).
Francalêtes para pá-picareta m/909.

Carga n.º 6:

Chave inglesa m/907.
Alicate universal.
Fio de ferro zincado, de 1,5mm.
Estojo m/ a estudar.

Carga n.º 7:

Serrote m/912.
Trado de 19,5mm m/912.
Trado de 30mm m/N.
Trados de 9,35mm, 12,07mm e 14mm.
Estojo m/912 (da carga n.º 2 do sapador de infantaria).

Carga n.º 11:

Martelo de orelhas, n.º 7.
Verrumas sortidas (de 80mm a 105mm).
Estojo m 912 (da carga n.º 6 do sapador de infantaria).
Bolsa com um quilo e meio de pregos sortidos.

Carga n.º 14:

Metro de latão, articulado.
Fita métrica de 20m.
Cordel de traçar, de 3mm — meada de 30m.
Estojo para a carga n.º 1 de engenharia.
Fio de ferro recozido de 1,5mm, meio quilo.

Carga n.º 15:

4 grampos.
3 cavilhas, de cabeça quadrada.
3 porcas.
3 anilhas.
Estojo da carga n.º 7.

Carga n.º 17:

Marreta de pedreiro.
Cunha de ferro.
Estojo para a carga n.º 9 de engenharia.

Carga n.º 19:

Tesoura corta-arame, reforçada.

Tubos de borracha.
Fio de ferro, de 1,5^{mm}.
Luvas de couro ^{m}/E.
Estojo para a carga n.º 11 de engenharia.

Carga n.º 21:

Pistolo de mina, de 0,60 centimetros de compr., ^{m}/E.
Cocharra ^{m}/E.
Estojo para carga n.º 13 de engenharia.

Carga n.º 23:

Bolsa de ferramenta para destruïções.

Carga n.º 26:

Lanterna eléctrica, com dínamo.

Carga n.º 27:

Picareta de cabo curto ^{m}/939.
Estojo ^{m}/ a estudar.

Carga n.º 28:

Pá de cabo curto ^{m}/939.
Estojo ^{m}/ a estudar.

Carga n.º 29:

Bolsa de acessórios para destruïções.

b) — Distribuição:

Não damos nêste lugar senão a distribuïção daquelas que são necessárias aos pelotões de sapadores, porque o relato da distribuïção das que se relacionam com as unidades de linha, ocuparia nêste momento grande parte do espaço tão precioso ao assunto que iniciámos.

Os quadros orgânicos do material que estão a ser elaborados, brevemente darão então a conhecer, em definitivo, todos os seus detalhes.

Na parte que respeita ao pelotão de sapadores, é o material o elemento que, antes de mais nada, interessa fixar para o bom funcionamento da instrução desta especialidade.

Podemos considerá-lo divido em três grupos:

— A ferramenta do sapador.
— Os utensílios.
— Os explosivos e acessórios.

A ferramenta do sapador, compreende:

a) — A ferramenta portátil do sapador, relativa às cargas n.^{os}: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 21, 23, 26, 27, 28, e 29, que o sapador pode transportar no arreio.

b) — A ferramenta de transporte, em «baste ou viatura», que inclue a restante ferramenta julgada necessária: 2 alavancas, 6 ancinhos, 2 chaves tira-fundos, 6 enxadas, ferramenta de carpinteiro, pedreiro, 10 machados, 4 marretas grandes, 6 maços grandes de madeira, 18 pás ^{m}/96, 10 picaretas ^{m}/912, 6 serróes, 12 maços pequenos, 4 tenazes de braços compridos.

Com esta última, com os explosivos e acessórios, e com os utensítios, indo, como é de prever, arrumados nas viaturas até ao momento do seu emprêgo, não temos que nos preocupar com a sua distribuïção senão debaixo do ponto de vista técnico, que não é puramente o objectivo dêste capítulo.

A sua variedade e respectivas quantidades, que estão intimamente ligadas com a orgânica dos sapadores, essas sim, constituem o fim principal dêste número.

Para a ferramenta portátil do sapador, fazendo parte das cargas supra citadas, tem-se procurado estudar a melhor forma de as distribuir, tendo-se chegado à conclusão de que a sua distribuição não pode ser taxativa.

Normalmente, as cargas associar-se-hão dentro das esquadras de sapadores, por forma que em cada uma fiquem

existindo das ferramentas julgadas indispensáveis, pelo menos uma ferramenta de cada tipo.

Assim a esquadra uma vez desligada das viaturas por qualquer motivo, ficará ainda habilitada a poder executar as operações preliminares do sapador sem correr o risco de constituir um elemento inútil.

Nestas condições os elementos duma secção de sapadores de cavalaria terão as seguintes dotações (1):

Carga n.º 1 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 14 e 26) a distribuir aos «sargentos sapadores» — comandantes de secção.

Carga n.º 15	1 (uma)	pesa	1,300
Carga n.º 28	1 (»)	»	0,500

Carga n.º 2 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 6, 19, 26 e 29) a distribuir aos comandantes das esquadras de sapadores.

Carga n.º 6	1 (uma)	pesa	1,850
Carga n.º 19	1 (»)	»	2,000
Carga n.º 26	1 (»)	»	0,500
Carga n.º 29	1 (»)	»	0,

Carga n.º 3 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 1 e 7) a distribuir aos soldados sapadores cerra-filas n.os 1.

Carga n.º 1	1 (uma)	pesa	2,000
Carga n.º 7	1 (»)	»	2,000

Carga n.º 4 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 4 e 15) a distribuir aos soldados sapadores chefes de fila n.os 2.

(1) NOTA — Caso venha a ser aceite o número de bastes que propozemos (um por secção) deverão ter estes, tal como se disse para a ferramenta portátil do Sapador, além da sua constituïção normal, a possibilidade de permitir tôdas as arrumações possíveis do material considerado ao alcance da sua capacidade de transporte.

Não publicamos nêste número a sua constituïção, visto que ela depende do conhecimento das possibilidades do baste a adoptar.

Mas tão depressa se conclua o estudo desta adaptação, tão depressa publicaremos o seu resultado.

Carga n.º 4	1 (uma)	pesa	1,000
Carga n.º 15	1 (»)	»	2,500

Carga n.º 5 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 3 e 11) a distribuir aos soldados sapadores cerra-filas n.ºs 2.

Carga n.º 3	1 (uma)	pesa	2,200
Carga n.º 11	1 (»)	»	2,800

Carga n.º 6 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 27 e 28) a distribuir aos soldados sapadores chefes de fila n.ºs 3.

Cargá n.º 27	1 (uma)	pesa	2,500
Carga n.º 28	1 (»)	»	1,700

Carga n.º 7 do sapador de cavalaria (reünião das cargas 17 e 21) a distribuir aos soldados sapadores cerra-filas n.ºs 3.

Carga n.º 17	1 (uma)	pesa	2,500
Carga n.º 21	1 (»)	»	3,500

Os quadros que se seguem ilucidar-nos-hão melhor sôbre a constituição das unidades de sapadores.

UNIDADES	Cargas portáteis do sap. transportadas a cavalo números															
	1	3	4	5	6	7	11	14	15	17	19	21	26	27	28	29
1 Secção de sapadores																
1 Sarg. Com. de Secção	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
2 Com. de esquadra	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	2
2 Cer.-filas n.ºs 1	2	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2 Chefes de fila n.ºs. 2	—	—	2	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
2 Cer.-filas n.ºs 2	—	2	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2 Chefes de fila n.º 3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—
2 Cer.-filas n.ºs 3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—
Total . .	2	2	2	—	2	2	2	1	2	2	2	2	3	2	2	2

UNIDADES	Cargas portáteis do sap. transportadas a cavalo números															
	1	3	4	5	6	7	11	14	15	17	19	21	26	27	28	29
1 Secção anti-gaz																
1 Sarg. Com. de Secção	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
2 1.os cabos . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
6 soldados . .	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total . .	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—
Pelotão de Sapadores Reg. a Cav.																
2 Sec. de Sap. .	4	4	4	—	4	4	4	2	4	4	4	4	6	4	4	4
1 Sec. anti-gaz .	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—
Total . .	4	4	4	3	4	4	4	2	4	4	4	4	9	4	4	4

Pelotão de Sapadores Gr. de Cav. T. N.	
2 Sec. de Sapadores (4 esquadras) . . .	Idênticos ao do Regimento a Cavalo.
1 Sec. anti-gaz .	
Pelotão de Sapadores (Regim. Motoriz.).	
2 Secções de Sapadores. . .	
1 Sec. anti-gaz .	

Para cada trabalho previsto, em que o rendimento constitue já um factor primordial e em que nem tôda a ferramenta tem igual valor, há que desprezar certas cargas em benefício de outras mais adequadas, e então a associação das cargas deverá efectuar-se, não da maneira normal, mas sim da forma a que o grupo de trabalho constituído, transporte consigo o número e a qualidade de ferramenta que mais convenha ao género de trabalho que vai executar-se.

Assim, por exemplo, enquanto para execução dum abrigo, certamente predominará como ferramenta a pá e a picareta; num trabalho de confecção de obstáculos para defesa anti-carro, é fácil verificar quanto inútil se tornaria aquela, mas ao contrário quão útil se torna a ferramenta de corte, explosivos e seus acessórios.

As mesmas diferenças que se notam nestas duas modalidades de trabalhos apresentados, encontrar-se-ão em todos os outros que queirâmos considerar.

Por êste motivo, surge a razão que nos leva a afirmar que a distribuïção das cargas não pode ser a mesma em tôdas as circunstâncias, mas sim diferente consoante o resultado da combinação dos factores, naturesa do trabalho, tempo e número de trabalhadores.

O Oficial de Sapadores, conhecedor das possibilidades de cada ferramenta, do seu rendimendimento e dos trabalhos que sucessiva, ou simultâneamente, o seu pelotão tenha de executar, possue os elementos necessários para responder aos pedidos do Comando, constituindo o número de unidades de trabalho necessárias e dotando-as conforme melhor entender.

Os cálculos do material para o pelotão de sapadores assenta exactamente no estudo das possibilidades de emprêgo de todo o pelotão ao mesmo trabalho, e nos curtos prazos de tempo que em geral acompanham todos os pedidos feitos à Cavalaria.

Nesta ordem de ideias os pelotões de sapadores, àlém das cargas portáteis, descriminadas nos quadros anteriormente estabelecidos, necessitarão, para satisfação completa

das suas funções de carácter normal, de mais as que abaixo mencionamos:

CARGAS PORTÁTEIS DO SAPADOR, TRANSPORTADAS EM VIATURA

Pel. de Sap. de Gr. de Cav. T. N.	Pel. de Sap. de Reg. de cavalaria.	Cargas n.os	Pel. de Sap. de Gr. de Cav. T. N.	Pel. de Sap. de Reg. de cavalaria.	Cargas n.os	Pel. de Sap. de Gr. de Cav. T. N.	Pel. de Sap. de Reg. de cavalaria.	Cargas n.os
8	8	1	4	4	11	—	—	—
6	6	3	2	2	14	10	10	23
6	6	4	6	6	15	2	2	26
3	3	5	6	6	17	6	6	27
4	4	6	16	16	19	6	6	28
6	6	7	6	6	21	4	4	29

A constituïção dos pelotões de sapadores dos Grupos de Cavalaria T. N. tal como está estabelecido pelos quadros orgânicos em vigôr não se torna ràpidamente compreensível visto parecer estranho que ao efectivo de 2 esquadras de tropa a cavalo possam corresponder um número de 16 soldados.

Êste número, àlém de divergir dos princípios orgânicos que nos servem de base à constituïção das outras unidades de cavalaria, é sôbretudo um número deficiente que torna impossível aos pelotões de Sapadores dos Grupos de Cavalaria produzirem trabalho equivalente às missões próprias desta unidade.

A unidade mínima, capaz de produzir trabalho eficaz, é, sem dúvida a secção (duas esquadras) e, como tal, nunca um Grupo de Cavalaria com a freqüente possibilidade que têm de empregar os seus sapadores simultâneamente em dois pontos, deverá dispôr com tanta ou mais forte razão que o

Regimento, de um número inferior a duas secções. Êste número que propômos e que esperamos ser aceite tem àlém de tôdas as outras vantagens, a de tornar os pelotões de sapadores de cavalaria todos idênticos.

Ficam assim vistas as dotações de ferramenta portátil do sapador e de transporte em baste ou viatura com que é preciso contar para a execução dos diferentes trabalhos de sapador de cavalaria em campanha, a qual constitue um complemento indispensável ao emprêgo do restante material que nos falta considerar; os utensílios e os explosivos e seus acessórios, que trataremos no próximo número dêste *Boletim*.

Revista da Cavalaria

Bronze
"Revista da Cavalaria"
Regulamento

1) É instituido o Bronze «Revista da Cavalaria» para ser disputado pelos Sargentos da Arma de Cavalaria assinantes da Revista, que se dedicarem à resolução dos temas sôbre «Patrulhas», a apresentar neste *Boletim da E. P. C.* durante o ano de 1941.

2) O *Boletim da E. P. C.* apresentará a concurso em cada número da Revista, a partir do mês de Janeiro de 1941, um tema sôbre qualquer dos assuntos versados no artigo «Patrulhas» publicado nos n.os 1, 2, 3 e 6 do mesmo Boletim.

3) Os concorrentes deverão enviar à Redacção do *Boletim da E. P. C.* (Tôrres Novas) as suas soluções no prazo indicado nos temas.

Não serão aceites as soluções que derem entrada fóra do prazo estipulado.

4) As soluções de cada tema serão classificadas atribuindo-se, às três consideradas melhores, prémios pecuniários desde que satisfaçam a um mínimo de condições.

5) O *Boletim da E. P. C.* publicará a solução melhor classificada com relação a cada tema acompanhada da crítica, feita pelo juri de apreciação, com as possíveis correcções que se tornem necessárias para elucidação e orientação futura dos concorrentes.

6) O nome dos concorrentes premiados, com a indicação da unidade ou estabelecimento militar a que pertencerem será publicado no quadro de Honra do *Boletim da E. P. C.*

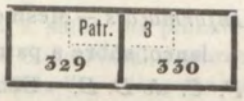
7) Ao concorrente cuja solução obtiver a melhor classificação, no conjunto de todos os temas apresentados a concurso, será atribuído o Bronze «Revista da Cavalaria»; ao segundo e ao terceiro classificado serão também atribuidos prémios.

No intuito de orientar os nossos leitores no espírito da prova, publicamos um Tema respeitante a um esquadrão em exploração que, para cumprimento da sua missão, destaca três patrulhas.

Publicamos igualmente o estudo do trabalho realizado pela *patrulha n.º 3.*

Tema

CARTA: 1/25.000



Fôrças inimigas ocuparam em 15-10 ao fim da tarde **Abrantes.**

Um D. D. operando segundo o eixo **Tôrres Novas — Entroncamento — Abrantes —** ....., atingiu no mesmo dia 15 ao entardecer **Tôrres Novas,** montando a sua vigilância na linha p. c. 32 (600m a E. de Q. de **Ferrária**) — Q. do **Fazendeiro — Serrada Grande — Casal Novo.**

Em 16 o D. D. vai prosseguir a sua marcha.

Um Rec. lançado ao amanhecer, assinala às 07 h.15 elementos ligeiros de cavalaria inimiga na região imediatamente a E. do **Entroncamento.**

O D. D. vai fazer um lanço sôbre **Hipódromo** do **Entroncamento,** devendo o seu escalão de exploração atingir a linha C. **Vidigal** — p. c. 49 — p. c. 45 (respectivamente a *S.* e *N.* da estrada **Botequim — Tôrres Novas**) — casais de p. c. 41 a *NW* de **Entroncamento** — cruz. em p. c. 56 sôbre a estrada **Entroncamento — Argea.**

Do Esc. de exploração do D. D. fazem parte 3 patrulhas de exploração:

Patr. n.º 1 .....

Patr. n.º 2 *Composição* .....

Eixo de marcha — Estrada **Tôrres Novas — Boteguim — Entroncamento.**

Missão — Explorar a zona.

Limite S. .. ..

Limite N. — Q. **Fazendeiro — Casal do Simão — Casal Pote — Hipódromo do Entroncamento** (todos incl.)

Atitude em fim de lanço — Estabelecer-se em **Alto dos Quartéis** (p. c 45) vigiando **Entroncamento.**

Hora de partida — o 8 h. o o de .....

Velocidade — 6 km.

Patr. n.º 3 *Composição* — Sargt.º F. — 1 sec. do 1.º Pel.

Eixo de marcha — Ponte dos **Meziões — Meia Via — Olaia.**

Missão — Explorar a zona.

Limite S. — **Meziões** (casais) Q. de **Ajus** — Casal do **Pinhal** — saída *N* do **Entroncamento.**

Limite N — **Serrada Grande** — p. c. 61 — p. c. 105 — **Charneca** caminho para **Bonito.**

Atitude em fim de lanço — Estabelecer-se no cruz. de p. c. 56 sôbre a estrada **Entroncamento — Argea,** vigiando na direcção do **Entroncamento** e pinhal de **Olaia.**

Atitude para com o inimigo — Ofensiva — Não podendo progredir, resiste aguardando ordens.

Velocidade — 6 k^m.

Hora de partida — o 8 h. o o da Ponte dos **Meziões.**

Informações — Mesmo negativas ao atingir **Charneca** e em fim de lanço, sôbre a patr. n.º 2.

P. C. do D. D. — Sôbre o eixo estrada **Tôrres Novas — Entroncamento.**

Um estudo do trabalho da Patrulha n.º 3

Apreciada na carta a zona de acção atribuída à Patrulha, verifica-se que:

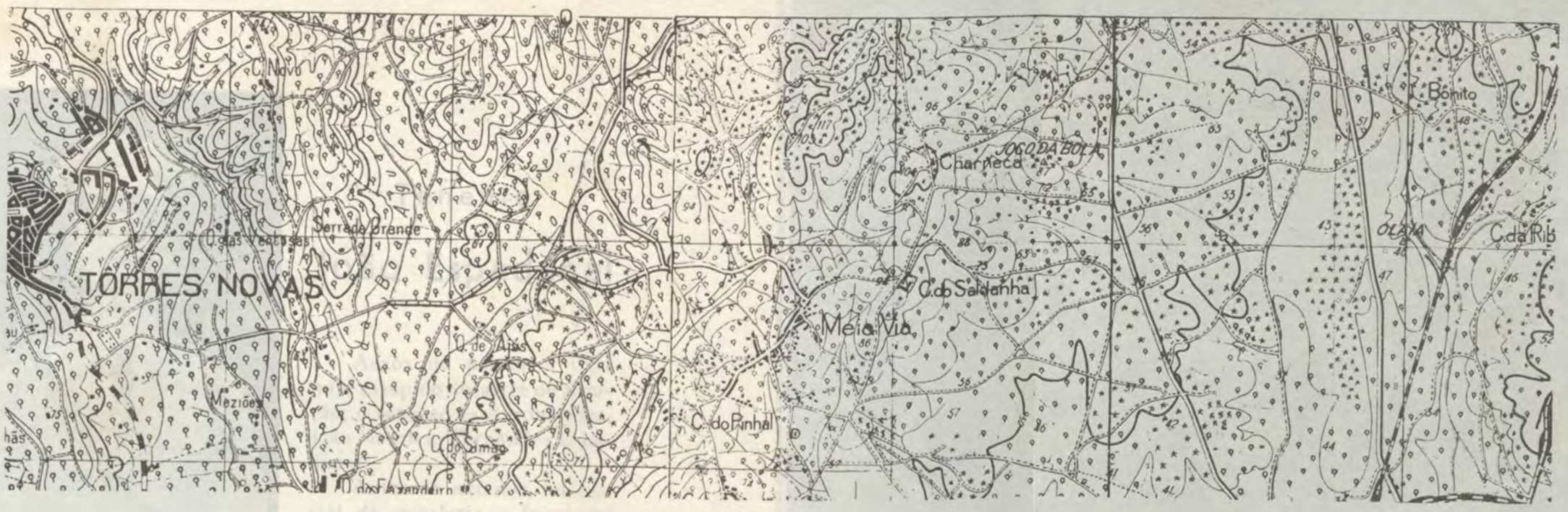
— a sua largura é em média de 1.000^m.;
— é bastante acidentada e arborizada;
— há nela a povoação da Meia Via, de certa importância;
— há vários caminhos, em maior número no sentido transversal ao eixo de marcha, sendo a via de comunicação mais importante a estrada **Tôrres Novas — Meia Via.**

Desta apreciação conclue-se que, para ser feita uma exploração completa e minuciosa, a velocidade útil teria de ser forçosamente diminuta, dificilmente podendo ultrapassar uns 3 k^{ms}.

Mas a ordem à patrulha prescreve a velocidade de 6 k^{ms}., e há que cumpri-la visto que quem a determina sabe o que pretende obter, e também que a exploração que se vai fazer será fatalmente incompleta, precária.

A' patrulha foi determinado um único lanço sôbre a estrada **Entroncamento — Argea,** e são exigidas informações obrigatòriamente ao atingir a região **Meia Via — Charneca,** e em fim do lanço, enviadas sôbre a patrulha n.º 2, esta com o eixo de marcha estrada **Tôrres Novas — Botequim — Entroncamento.** Verifica-se que as informações poderão ser fàcilmente enviadas pelas transversais existentes.

Como a distância a percorrer é cêrca de 4.500^m., desde a Ponte dos **Meziões** ao cruzamento em p. c. 56 na estrada **Entroncamento — Argea,** e



Carta $^1/_{25.000}$ (n.os 329/330)

sendo marcada a hora de partida às 0 8 h. 0 0, conclue-se que — admitindo não se dar qualquer incidente — às 08 h. 45 a patrulha deverá atingir aquêle cruzamento.

Evidentemente que estando a Ponte dos **Meziões** àquem da vigilância estabelecida pelo D. D., o comandante da patrulha pràticamente inicia o seu serviço de exploração a partir desta vigilância.

Que lanços irá efectuar a patrulha para execução da sua missão?

Porque a zona de acção é muito acidentada, arborizada e cortada transversalmente, resultaria a necessidade de executar uma série dêles; mas como tal modo de proceder não se compadece com a velocidade imposta, teremos de reduzir o número de lanços ao mínimo, os julgados absolutamente indispensáveis. Como a povoação da **Meia Via** é o maior escôlho que se encontra na zona de acção, tanto mais que tendo sido assinalados às 0 7 h. 15 elementos ligeiros a cavalo na região a E. do **Entroncamento,** não podemos deixar de admitir a hipótese de naquela povoação à hora a que deve ser atingida pela nossa patrulha — cêrca das 0 8 h. 30 — haver alguns elementos inimigos, ainda que ligeiros; desta maneira estabeleceremos o 1.º lanço até à saída E. do Pinhal a NE. da Q. de **Ajus**; o 2.º lanço até à saída E. de **Meia Via — C. Saldanha** e o 3.º sôbre o cruzamento p. c. 56.

Admitimos que a Secção é constituida por 1 Esq. de M. L. e 2 de Expl.

No 1.º lanço do ponto de observação que seria possìvelmente sôbre a linha onde está estabelecida a vigilância do D. D., por alturas do cruzamento de caminhos em p. c. 63 (500m. a S. de **Serrada Grande**) o comandante da patrulha lançaria 3 parelhas de expl.; Uma pela Q. de **Ajus**, outra pelo eixo de marcha e a última pelo p. c. 61, com a indicação de se deslocarem ràpidamente e devendo explorar o pinhal em cuja saída finda o lanço; supondo que nenhum facto anormal se dava, o comandante faria aproximar o grosso da patrulha que tinha ficado em local que lhe determinaria, e ia a um novo ponto de observação estudar o novo lanço.

Esse ponto de observação seria à saída do pinhal; lançaria uma parelha de exploradores na direcção do C. do **Pinhal,** encarregaria 3 parelhas de fazerem a exploração rápida da **Meia Via** e lançaria uma parelha na direcção de **Charneca**, por p. c. 105 continuando o grosso da patrulha onde se encontra.

Porque lançaria 3 parelhas sôbre **Meia Via?**

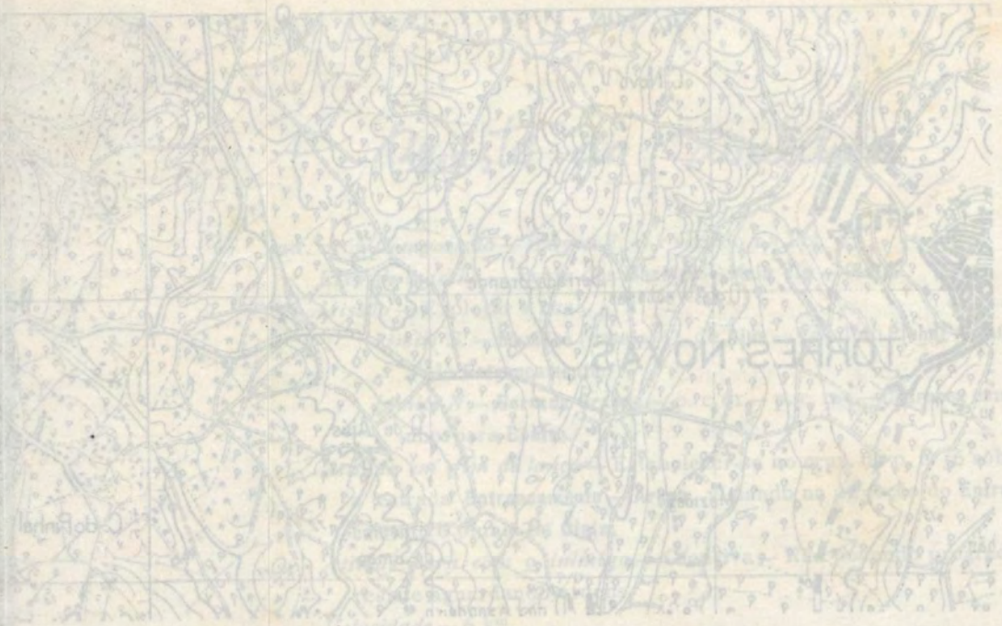
Porque sendo já uma povoação importante e bastante extensa e dada a necessidade de não perder muito tempo em conseqüência da velocidade imposta, seria uma das maneiras de ràpidamente conseguir a sua exploração.

Supondo ainda que nenhum incidente surgia, fazia aproximar o grosso da patrulha, ao mesmo tempo que redigia e enviaria a comunicação a que era obrigado pela ordem.

Neste lanço parece-nos conveniente ter dado instruções às parelhas que foram lançadas sôbre C. **Pinhal** e **Charneca** para aguardarem aí ordens, dado que a proximidade a que estamos do inimigo nos obriga a um maior cuidado, sôbretudo no flanco esquerdo, visto que é um flanco desguarnecido.

Escolhido novo ponto de observação, na região de **Meia Via — C. Saldanha,** estudava o novo lanço; lançaria, possìvelmente, 3 parelhas de exploradores, uma sôbre as alturas do p. c. 42, na estrada **Entroncamento — Argea**, outra sôbre a região a E. do cruzamento do p. c. 56, e a outra sôbre **Jôgo da Bola** (△ 87); poderia utilizar para as duas extremas as que haviam ficado em **C. Pinhal** e **Charneca**, ou mandar novas.

Não havendo incidente, estabelecer-se-ia nas condições determinadas na ordem, na região do cruzamento do p. c. 56 para o que fazia chegar o grosso, enviando a seguir comunicação respectiva, com um croquis da sua instalação, não esquecendo, sôbretudo, de indicar onde estabeleceu a sua vigilância, a posição da sua M. L., e o local onde ficam os cavalos.



Tenente

João Espadanal

Acaba de perder a vida num estúpido desastre de aviação, o tenente da Aeronáutica, João Mauricio Fernandes Espadanal.

Antes de aviador, foi oficial de cavalaria e Instrutor desta Escola; ainda que outros motivos não existissem, não poderia o *Boletim da Escola Prática de Cavalaria* deixar de vincar nas suas páginas, o profundo pezar que a notícia, desde logo causou a todos os seus antigos camaradas.

Mas de facto outras razões existem.

Não nos referiremos às suas qualidades de aviador. Isso pertence aos seus camaradas de aeronáutica e nem êles certamente nos perdoariam, se lhes roubassemos essa amarga consolação.

Como homem, como carácter, como instrutor, e como cavaleiro, foi o tenente Espadanal um exemplo.

Exemplo constante e vivo, que sempre será recordado entre os oficiais de cavalaria com admiração e saüdade.

Os seus mestres, os seus discipulos, os seus camaradas, todos que o conheciam, em suma, foram seus amigos e seus admiradores.

Perdeu o Exército um brilhante oficial.

Perderam os camaradas do tenente Espadanal, um dos mais leais e dignos amigos.

Que o seu carácter e as suas qualidades fiquem para sempre como exemplo entre nós.

Curso de Oficiais Milicianos

Terminou no passado dia 18 de Outubro o 13 ° curso de oficiais milicianos (C. O. M.) (2.º ciclo) que foi freqùentado por 35 cadetes milicianos.

As provas finais (física, tática e técnica) que todos prestaram com aproveitamento demonstraram o grande desembaraço e a boa qualidade dos elementos do curso que findou. Das provas físicas destacamos o corta-mato (4 quilómetros de extensão com numerosos e variados obstáculos) e um percurso no campo de obstáculos do hipódromo do Entroncamento; classificando-se em primeiro lugar na 1.ª prova o 1.º sargento cadete Rogério Morais e soldado cadete Fialho Leonardo, ex-æquo, e na 2.º

O 13.º Curso de Oficiais Milicianos de Cavalaria, constituido pelos 1.ºs Sargentos cadetes: Carlos Vieira da Rocha, Rogério Dias, José Moreira Sales, Manuel da Silveira Lorena, Manuel Dias da Silva, Décio de Freitas, António de Sá Nogueira, Vivaldo Valente, e Joaquim da Silva Carvalho.

Soldados cadetes: António Drago, Fernando Maia, Eurico Fernandes, Augusto Troni, Jorge Draper Mineiro, Pedro Salema Garção, Abel Nobre da Veiga, Gastão da Cunha Ferreira, Joaquim Semedo, João Pinheiro, Luiz de Sousa Adão, Luiz Lopes, Humberto Estorrenho Valentim, João Lúcio Fialho, Artur Leonardo, Orlando Gomes da Costa, José Mendes da Palma, Augusto de Oliveira e Sousa, Francisco Sepulveda, José Caldeira Ribeiro, Carlos de Vasconcelos Borges, Patrik Francis Keating, António Duarte, José Costa Júnior, João de M. Coutinho Mota, José Maria dos Santos Nobre, e os Oficiais instrutores.

prova, em 1.º lugar o 1.º sargento cadete Moreira Sales. Nas provas táticas os cadetes tiveram de comandar um pelotão isolado e incorporado em ordem unida e ordem dispersa; foram além disso, interrogados sôbre todos os assuntos versados de Tática, Serviço de Campanha e Trabalhos de Campanha. Em interrogatórios sôbre Transmissões, Observação, Informações, Material, Tiro, Topografia etc., consistiram as provas técnicas que lhes eram exigidas.

Foram atribuídos prémios para o 1.º e 2.º classificados no conjunto das provas eqüestres. O primeiro coube ao 1.º sargento cadete Morais e o 2.º ao soldado cadete João Pinheiro.

Actividade Escolar

Curso de Observação e Informações

Teve início no passado dia 21 de Outubro sendo freqüentado pelos seguintes oficiais:

Capitães: Eduardo Rodrigues de Almeida Dias, João da Cunha Baptista, Nuno Gonçalves Branco e Mário de Campos Costa.

Tenentes: Amilcar Hermínio Rosas, Joaquim António Ramos e Miguel António Paiva Couceiro.

É director do Curso o Sr. Major Mário Cunha e instrutores os Capitães Raúl Martinho, Luiz Deslandes e Tenente Travassos Lopes.

Curso de Aspirantes Tirocinantes (1940-1941)

Teve início no dia 4 do presente mês, êste curso, composto pelos seguintes aspirantes-a-oficial: José Salomão Levy Martins, Joaquim Nunes Matias, Joaquim José das Dôres, Abílio de Oliveira Ferro e Alberto Carlos da Silveira.

O dia da chegada a esta Escola foi assinalado pela tradicional espera que lhes foi feita na estação do Entroncamento.

Movimento do quadro permanente da E. P. C.

— Foi colocado nesta Escola o Alferes Aurélio Banazol, transferido do R. C. 1.

— Veio também preencher mais um lugar de subalterno o Sr. Alferes Jordão Tavares que fez parte do último curso de Aspirante Tirocinantes; estava no R. C. 3.

— Tiveram passagem à E. P. C. os furrieis Manuel de Andrade e Armando Cesar vindos respectivamente de Castelo Branco e Elvas.

Noticiário Escolar

— Foi nomeado para a freqüência do Curso do Instituto dos Altos Estudos Militares o nosso Ex.mo Comandante Sr. Coronel Carlos Ramires pelo que assumiu o comando interino desta unidade o Sr. Major Mário Ramires que desempenhava o lugar de 2.º Comandante.

— Seguiu para Ponta Delgada, passando ao quadro da arma, o Sr. Capitão Sérgio Vieira que foi assumir as funções de Governador Civil daquêle distrito autónomo.

— Em missão especial encontram-se, na Dinamarca o Sr. Capitão André Pereira e em Lisboa os Srs. Capitães Ferreira Durão e Peixoto da Silva.

— A-fim-de freqüentar o curso de Transmissões partiu para Lisboa o Sr. Alferes Miranda Dias.

Jornais revistas livros

«Defesa Nacional»

Continúa merecedora de parabens a *Defesa Nacional.*

No seu n.º 79, referido ao mês corrente, insere dois artigos, em continuação de outros publicados no número de Agosto e, dedicados à Cavalaria Portuguesa.

São seus autores dois nomes de cavaleiros: Sua Excelência o General Vieira da Rocha, antigo companheiro de Joaquim Mousinho, o patrono da nossa Revista, combatente do Sul de Angola, comandante da carga da Môngua e antigo director da Arma de Cavalaria; e o Major de Cavalaria Carlos Selvagem, combatente de Moçambique e Governador Colonial.

Acompanhando com as nossas felicitações a *Defesa Nacional* pelos seus brilhantes colaboradores, remetemos para as suas páginas os nossos camaradas estudiosos que desejem conhecer algumas páginas da história da Cavalaria Portuguesa.

F. P. M.

Ejército — Revista ilustrada das Armas e Serviços — Espanha

Aconselhamos aos nossos camaradas a consulta e leitura desta interessante revista, publicada pelo Ministério do Exército do País Vizinho.

No seu número de Agosto do corrente ano, encontra-se um artigo «Motorização» da autoria do cor. do E. M. Afonso Fernandes, que contém doutrina de útil meditação no momento actual.

«A Brigada Móvel de Cavalaria» é o título de um artigo do comandante Juan del Rio, publicado no número de Setembro e, em que o A. nos relata, com brilho, a actuação dessa tropa de Cavalaria, no Alto Tejo, em Agosto de 1938.

O maior interêsse técnico são, ainda, os artigos publicados no número de Outubro sob os títulos «O Serviço de Informações» e «As Transmissões no Exército Alemão» respectivamente, assinados pelo Ten.-cor. António Cores e comandante Manuel Arias Paz.

F. P. M

Actualidades Gráficas

Transmissões

Exército Inglês

Posto de T. S. F.

Funcionamento em marcha

Exército Alemão

Montagem de cabo telefónico a cavalo

Experiências feitas entre nós não deram resultado. A principal dificuldade parece residir no arranjo do dispositivo transportador dos carreteis.

Metralhadoras do Exército Alemão

Na guerra actual as exigências de precisão no tiro são cada vez maiores

Na gravura, uma metralhadora pesada munida dum dispositivo telescópico para fazer a pontaria

Uma M. P. preparada para o tiro anti-aéreo

A preparação do atirador é demorada e exige completo controle de nervos no momento do tiro

Sapadores Alemães

Na pesquisa de minas

O sapador transporta a ferramenta, a arma, a máscara de gases... Utilizando-as a tôdas, necessita àlém disso de ser um técnico, treinado e instruido no manejo das minas... e dos explosivos, como se verifica na gravura que se segue

Colocação de cargas explosivas nas rêdes de arame inimigas

Infantaria Alemã

A progressão, quando uma granada rebenta

Um processo mais, para neutralizar o fogo duma arma abrigada

É, talvez, uma lição a aproveitar
para futuras construções de fortificação permanente

Coast Artillery Journal — (Julho e Agosto de 1940)

A arma invisível

A guerra mundial n.º 2, com o ano de 1940, ocasionou alterações imprevistas e fundamentais na ciência de guerra. Tanto os países combatentes como os neutros e não beligerantes se têm defrontado com infinitos problemas novos. Aviação, unidades motorizadas e mecanizadas, táticas novas, paraquedistas e finalmente a não menos importante quinta coluna. Entre tôdas estas mudanças subsiste uma coisa vital para os beligerantes: as comunicações que conjuntamente com a propaganda e protecção dos segredos militares constitue também um assunto vital para as nações em risco de se ver envolvidas na contenda. Assim, resulta ser a rádio um poderoso instrumento na luta para o domínio do mundo, seja para nações, formas do Govêrno ou ideais.

A rádio internacional está começando agora a ser apreciada no seu justo valor como poderosa, ainda que invisível, arma que é. Na mesma maneira que se encontra senhora do domínio aéreo pode constituir a chave da vitória sôbre a terra e o mar, assim o correcto uso das ondas etéreas poderá ser o mais potente meio para adquirir a posse do cérebro e coração das massas, sem os quais nenhuma nação e ideal poderá sobreviver.

Imagine-se os efeitos mágicos que permitem fazer desaparecer o espaço e o tempo através da totalidade do globo.

Em uma diminuta fracção de Segundo um simples sussurro é audível desde as antípodas ao Artico e 100 milhões de rádio-receptores são capazes de captar as suas mensagens.

Existe um rádio-receptor por cada 20 habitantes; quer dizer quási 60 milhões sòmente no hemisfério ocidental.

O ar atmosférico é um verdadeiro ebulidor de ondas compridas e curtas, radiadas por mais de 50.000 emissoras comerciais, governamentais, militares e navais, manobradas por mais de 100.000 eficientes e infatigáveis especialistas.

Enquanto os actuais aeroplanos, tanques e armas automáticas mudaram as condições de combate, as emissões do rádio revolucionaram completamente os problemas das Secções de Propaganda.

Por exemplo: Todos os dias se escuta a propaganda para desalentar os cidadãos ingleses sôbre o resultado da guerra; em França utilizam-se da propaganda da rádio para levantar suspeitas e infundir desconfiança na ajuda da Inglaterra.

Por outro lado, antes da guerra e durante a mesma, uma firme corrente de informações, foi enviada, secreta, rápida e eficazmente, pelo sistema da espionagem alemã, valendo-se da rádio. A perfeita coordenação das tropas com a aviação, quinta coluna e paraquedistas, particularmente na Polónia, Noruega e Holanda, foi levada a cabo pelas emissões da rádio. Do mesmo modo, o submarino alemão que abriu caminho através das

protecções, minas, patrulhas, redes, etc., no Scapa Flow em 14 de Outubro de 1939 afundando o couraçado inglês *Royal Oak*, indubitàvelmente foi guiado por uma, aparente e inocente emissão da rádio desde Inglaterra à Holanda, e por meio dum concerto da banda ou uma representação dramática.

Certamente assim como o elefante, contrapartida do tanque foi empregado pelos persas na antiguidade, os códigos e cifras são empregados em todos os tempos desde que a guerra existe. Com efeito. Um relato histórico diz-nos que um criptograma para Lisandro de Esparta salvou um general, um exército e finalmente um imperio de ser anexado por Alexandre o *Grande*.

Da mesma maneira tôdas as autoridades desde Júlio Cesar, um dos primeiros criptografistas, até Black Chamber, na última guerra mundial, estão de acôrdo em afirmar que não há código secreto humano que não possa ser decifrado por outro humano.

O único e verdadeiro sistema secreto é manter oculta a existência do segredo (François Bacon).

Agentes auxiliares podem enviar na actualidade um criptograma que atravessa milhares de quilómetros pelo espaço cuja presença e extensão é conhecida sòmente pelo emissor e receptor.

Um instante depois de ter circulado não ficará sulco nem registo de nenhum género por meio do qual possa ser decifrada a mensagem. Tal é a «Guerra Relâmpago» («Blitzkrieg») na batalha criptográfica da rádio durante a Guerra Mundial número 2.

Uma lição prática é mais eficaz do que grandes disertações de história e literatura. Ainda não há muito tempo um ex-campeão mundial de box de pesos pesados, numa entrevista mantida por uma rede de rádio de 39 estações dos Estados Unidos emitiu uma mensagem elementar na mais simples disfarce do código; foi ouvido por uma multidão de mais de 28 milhões de receptores (na América do Norte sòmente) e não foi captado por ninguém por causa do inesperado. A mensagem foi: «S II 2 — SS». *Queen Elizabeth* parte esta noite com centenas de aeroplanos, para Halifax, H. B». Esta mensagem especial, foi lançada com o exclusivo objectivo de experimentar se haveria alguém capaz de a captar através das ondas aéreas.

O problema, pois, de controlar a rádio pelo Departamento de Guerra, com objectivos de cobrir as necessidades, da pré-guerra e da guerra é dos mais árduos.

Tôdas as estações da rádio têm de ser cuidadosamente guardadas e controladas nos casos seguintes:

1.º Contra as emissões criptográficas, as quais facilitam a informação militar pelos agentes da espionagem inimiga ou coordenada actividade da «Quinta Coluna». Êste serviço se junta ao ordinário de censurar as notícias que podem ser de valor para o inimigo.

2.º Para a emissão de propaganda e informação que neutralize a propaganda inimiga por onda curta, e propaganda que sirva para desanimar e acobardar os militantes da «quinta coluna».

3.º Para produzir o adequado género de recriação e preparação moral, o qual requere a maior atenção do Departamento de Guerra, por constituir um serviço ordinário da rádio em tempo de paz.

4.º Com objectivo de reduzir ou neutralizar os efeitos de um possível sequestro material pelas fôrças armadas inimigas ou da «quinta coluna».

A rotura da frente franco-inglesa em 14 de Maio (Sedan) por meio da qual teve lugar a separação do exército francês do grosso do exército aliado, com as suas trágicas consequências da destruïção do Exército da Flandres e a subsequente derrota total francesa, foi uma vitória alemã na gnerra criptográfica pela rádio.

Utilizando uma das estações da rádio governamentais, espias alemãs transmitiam aos seus chefes, por meio de um código cifrado o débil guarnecimento em que estava o cotovelo formado entre a Grande e Pequena linha Maginot, e a brecha temporária que existia entre os exércitos que se moviam ràpidamente dentro da Bélgica e as poucas Divisões que, debaixo do comando do general Corap, guarneciam o extremo Norte e a linha Maginot. A ser certa esta informação, ela nos mostra como as emissoras propriedade do govêrno estão sugeitas, do mesmo modo que as propriedades privadas, aos actos subversivos e de espionagem. Também nos mostra como em grande parte a Batalha da França foi perdida pela rádio.

Isto resulta duplamente estranho quando se considera o paralelo fatalismo desta guerra com a anterior guerra mundial, na qual a batalha do Marne foi ganha pela rádio. Em 1914 havia pouca radiotelefonia, mas muita radiotelegrafia. A atmosfera encontrava-se invadida por múltiplas mensagens transmitidas em todos os comprimentos de onda por ingleses, franceses, belgas e alemães, tornando difícil a cooperação dêstes últimos nas suas ofensivas.

No dia 2 de Setembro de 1914, von Bluck não recebeu a mensagem em que se lhe ordenava estabelecer o contacto com a ala esquerda do exército de von Bulow para empurrar os franceses mais além de Paris. Esta mensagem foi todavia recebida pelos franceses. Por sua vez êle radiou que continuava executando as primitivas ordens, de movimento até SW de Paris, mensagem que também foi interceptada pelos franceses, sem lograr chegar ao grande quartel general alemão. Os criptógrafos franceses decifraram ambas as mensagens em frente do general Foch, que então tomou as medidas para desenvolver convenientemente a famosa batalha do Marne, ganha por meio da rádio e da criptografia.

O complexo problema que se põe actualmente com a enorme extensão adquirida pela radiotelefonia resolveu-se nos Estados Unidos pelo «Corps Signal» encarregado de interceptar as radiomensagens inimigas e localizar as suas estações de rádio pela radiogoniometria.

Todavia o problema militar que nos interessa sai dos limites do mencionado «Signal Corps», entrando plenamente na «Segunda Secção» encarregada do Serviço de Informação Militar, ao qual haverá que juntar o novo problema da radiopropaganda e contrapropaganda, «Quinta Coluna» e radioactividades da «Contraquinta Coluna», assim como os aspectos das audições e distracções da rádio, como objectivo de prevenção contra as comunicações de espionagem da «Quinta Coluna».

O problema é árduo pelas dificuldades que apresenta o circunscrevê-lo dentro dos limites bem definidos. Uma boa prova disso é o seguinte caso: uma das mais potentes estações mundiais de onda curta transmite freqùentemente, antes e depois dos seus programas noturnos um grande zumbido sem solução de continüidade.

Todavia, isto é só em aparência, pois trata-se de uma mensagem dissimulada e que além de cifrada por um código, é-o também pela velocidade da transmissão, sendo escutada pelos seus ouvintes em lugares situados a mais de 6 000 milhas de distância. A mensagem regista-se primeiramente, transmitindo-se depois partindo do mesmo disco, porém com velocidades até 10 vezes maiores que a do registo.

A chave da sua recepção e a solução está no inverter da operação. Com respeito ao primeiro caso que antes citámos (criptografia e censura da espionagem), é de utilidade fazer menção de como podem elaborar-se mensagens para serem transmitidas numa emissão rádio comercial, e na qual a subtileza da criptografia pode valer-se do duplo meio encobridor da música e do diálogo.

O método mais simples da cifra, da grade ou «cardan», pode empregar-se fàcilmente, para o que o emissor escreverá claramente e textualmente através os orifícios da grade (por ordem da sua numeração) enchendo depois os espaços vasios para completar a mensagem. Na rádio as palavras podem utilizar-se como letras e a grade ser substituída por uma chave de números. Para decifrar estas mensagens é necessário um duplo registo da emissão, por meio de um disco e da taquigrafia (com objectivo de comprovar tanto para o emissor como para o receptor, o qual torna mais difícil a sua prevenção e descoberta).

Um processo inverso ou da cifra ou chave de Gronsfeld especialmente adaptada para a rádio, pode ser eficazmente empregado.

Neste método existe um quadro chave de números em série que podem ser fàcilmente retidos na memória. Êsses números escrevem-se no original e repetem-se tantas vezes quantas as necessárias. Cada letra do original estará representada na mensagem por outra que é a que está colocada no alfabeto tantos pontos atrás como indica a sua cifra da chave. Na adaptação ao rádio uma palavra em chave pode ser escrita no original e, repetida tantas vezes quanto seja necessário. Cada letra no original pode representar-se então por um número equivalente ao número de letras que separam no alfabeto a do original, da letra correspondente da chave.

No programa da rádio, as palavras com o número de letras equivalentes àquêles números serão interpretadas como intervalos ou sinais.

Sem dúvida a chave mais práticamente efectiva que pode adaptar-se à rádio, é a «Bilateral do Nihilista Bacon». Neste sistema a chave é constituída por um quadrado da seguinte forma:

	2	3	4	5	6
2	A	B	C	D	E
3	F	G	H	I	J K
4	L	M	N	O	P
5	Q	R	S	T	U
6	V	W	X	Y	Z

Ao escrever a cifra as letras são substituídas pelos números que as suas coordenadas indicam e êstes números por sua vez podem ser dados pelo número de letras que tem as palavras colocadas em determinada ordem de um diálogo (por exemplo) mantido depois das emissões musicais ou outro sinal análogo.

Insistindo sôbre a eficácia desta nova «arma secreta» se observa que na Europa, antes da guerra e durante ela, existia uma verdadeira superioridade da propaganda rádio dos alemães sôbre a dos franceses e ingleses.

Evidentemente, se a soberania do mar pode ser vital para a Inglaterra e a do ar pode dar a vitória à Alemanha, a dos cérebros e corações que há-de servir para conduzir uma guerra com êxito, sòmente pode ser intentada com êxito por meio da rádio.

(Da revista Ejército *— Outubro 1940)*

PORQUE NÃO USAS KURO?

Produto moderno que pára a queda do cabelo às primeiras aplicações

"KURO"

aplicado sôbre o couro cabeludo, penetra em poucos dias até um milímetro de fundo, vitalizando as células empobrecidas.

A venda em tôdas as farmácias e drogarias do País

DISTRIBUIDOR:

RAÚL GAMA

31 — RUA DOS DOURADORES — 33

Onde cai "KURO" não cai o cabêlo.

PREÇO 19$00

Camions

Diamond-T

1940

Inegualáveis em Resistência, Segurança

e Economia!

Chassis a óleos pesados

Chassis a gasolina

Todos modelos equipados com motores

super-serviço

SICAL

AGENTES GERAIS

Avenida da Liberdade, 113-115

LISBOA

Marca Registada

EMPREZA DE CALÇADO ATLAS, LIMITADA

FÁBRICA E ESCRITÓRIOS

Rua Heróis de Chaves, 624 e 640

P O R T O

Telefones 2757 e 2768 **Telegramas: ATLAS**

A MAIS IMPORTANTE FÁBRICA NO PAÍS. APETRECHADA PARA UMA PRODUÇÃO DIÁRIA DE **MIL E QUINHENTOS PARES** PELOS SISTEMAS MAIS APERFEIÇOADOS

26 Depósitos de Venda

em: Lisboa, Porto, Coímbra, Braga, Viseu, Aveiro, Santarém, Leiria, Caldas da Raínha, Covilhã, Vila Real, Viana do Castelo, Matozinhos, Madeira e Açores

Agências em:

LUANDA e LOURENÇO MARQUES

BERTRAND

(IRMÃOS LTD.)

GRAVURA
TYPOGRAFIA
OFFSSET
DESENHO

Trav. Condessa do Rio, 27 — LISBOA

Telef. 2 1368 e 2 1227

LUBRIFIQUE O SEU CARRO
COM O FAMOSO OLEO

PENNZOIL

100% puro de Pensylvania

Vendido em embalagens de origem

Agentes Gerais

A. CONTREIRAS, LD.

Rua Eugénio dos Santos, 112 LISBOA

Sociedade Anónima Concessionária

DA

Refinação de Petróleos em Portugal

S. A. R. L.

SACOR

CAPITAL 15.000.000 ESC.

* * *

Refinaria — Lisboa

Casal das Rôlas — CABO RUIVO

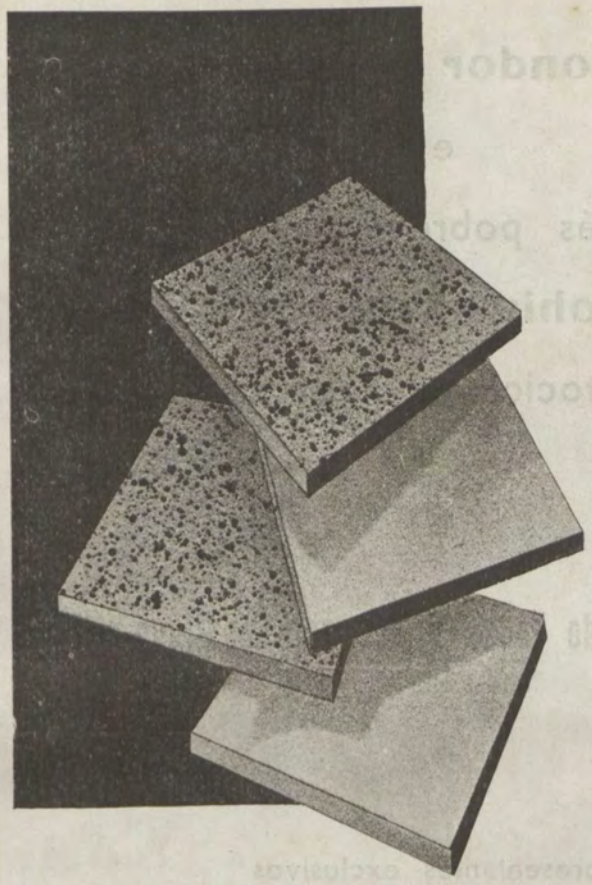
TELEF. 38 306
307
308

* * *

TELEGRAMAS **SACOR — LISBOA**

TELEF. 28 035
036
037
038
039

Rua do Alecrim, 57 — LISBOA



Manilhas
de
cimento

Postes para
electrificação

Postes
de
vedação

Revestimentos

mosaicos

CAVAN

SOCIEDADE PORTUGUESA CAVAN **MOSAICOS E AZULEJOS HIDRÁULICOS**

R. D. Estefânia, 42, Lisboa TEL. 5 0129 — 4 7812 Fábrica Povoa S.ta Iria

Camions **Condor** a óleos pesados

e

Latil a gás pobre com gazogénio

Gohin - Poulenc

Motocicletas **Guzzi**

✲

Tractores de rodas e de rasto contínuo

✲

Representantes exclusivos

Fassio, L.da

✲

LISBOA

RUA JARDIM DO REGEDOR, 20

PORTO

P. DA BATALHA, 19

BEJA

LARGO DA FEIRA